



DIÁRIO OFICIAL



Belém, segunda-feira
30 de dezembro de 2019

ANO CXXIX DA IOE
130ª DA REPÚBLICA
Nº 34.076

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

103 Páginas

NESTA EDIÇÃO

EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR	- PÁG. 4
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO	- PÁG. 5
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	- PÁG. 5
FUNDAÇÃO PARÁPAZ	- PÁG. 5

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO

E ADMINISTRAÇÃO	- PÁG. 6
-----------------------	----------

SECRETARIA DE ESTADO

DA FAZENDA	- PÁG. 14
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.	- PÁG. 16

SECRETARIA DE ESTADO

DE SAÚDE PÚBLICA	- PÁG. 16
HOSPITAL OPHIR LOYOLA	- PÁG. 47
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	- PÁG. 47
FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ	- PÁG. 48
FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA	- PÁG. 49

SECRETARIA DE ESTADO

DE TRANSPORTES	- PÁG. 50
AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	- PÁG. 50

SECRETARIA DE ESTADO

DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA	- PÁG. 51
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ	- PÁG. 51
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ	- PÁG. 51
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARÁ S.A.	- PÁG. 53

SECRETARIA DE ESTADO

DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	- PÁG. 53
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	- PÁG. 57

SECRETARIA DE ESTADO

DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	- PÁG. 57
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ	- PÁG. 66
FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR	- PÁG. 67
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ	- PÁG. 67
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ	- PÁG. 67
CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES	- PÁG. 70
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ	- PÁG. 70
FUNDO DE INVESTIMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA	- PÁG. 75

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

PENITENCIÁRIA	- PÁG. 76
---------------------	-----------

SECRETARIA DE ESTADO

DE CULTURA	- PÁG. 79
FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ	- PÁG. 79
FUNDAÇÃO CARLOS GOMES	- PÁG. 82

SECRETARIA DE ESTADO

DE COMUNICAÇÃO	- PÁG. 82
FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO	- PÁG. 83

SECRETARIA DE ESTADO

DE EDUCAÇÃO	- PÁG. 83
-------------------	-----------

SECRETARIA DE ESTADO

DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA	- PÁG. 90
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ	- PÁG. 90

SECRETARIA DE ESTADO DE

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA	- PÁG. 92
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ	- PÁG. 92
INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ	- PÁG. 92
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ	- PÁG. 93
NÚCLEO EXECUTOR DO PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES	- PÁG. 93

SECRETARIA DE ESTADO

DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS	- PÁG. 93
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ	- PÁG. 94

SECRETARIA DE ESTADO DE

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	- PÁG. 94
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS	- PÁG. 95

SECRETARIA DE ESTADO

DE ESPORTE E LAZER	- PÁG. 96
--------------------------	-----------

SECRETARIA DE ESTADO

DE TURISMO	- PÁG. 96
------------------	-----------

JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ	- PÁG. 96
---	-----------

MUNICÍPIOS	- PÁG. 97
------------------	-----------

EMPRESARIAL	- PÁG. 103
-------------------	------------



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
GOVERNADOR

Lúcio Dutra Vale
Vice-Governador

Daniel Barbosa Santos
Presidente da Assembleia Legislativa

Leonardo de Noronha Tavares
Presidente do Tribunal de Justiça

Jeniffer de Barros Rodrigues
Defensora Pública Geral do Estado

Gilberto Valente Martins
Procurador Geral de Justiça



Jorge Luiz Guimarães Panzera
Presidente

Robson Jorge dos Santos Marques
Diretor Administrativo e Financeiro

Allan Gonçalves Brandão
Diretor Técnico

Raimunda Helena Nahum Gomes
Diretora de Documentação e Tecnologia

DIRETORIA, ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E PARQUE GRÁFICO
Trav. do Chaco, 2271, Marco - 66.093-410 Belém - Pará
PABX: 4009-7800 - FAX: 4009-7819
www.ioepa.com.br

PUBLICAÇÕES

91 4009-7810 | 4009-7819

cm x coluna R\$ 75,00

(*) O padrão de publicação obedecerá obrigatoriamente a fonte Verdana, Corpo 7.

**A IOE TEM UM RECADO PARA SUA EMPRESA
PUBLICAR NO DIÁRIO OFICIAL FICOU MAIS
RÁPIDO E MAIS SEGURO.**

O sistema e-Diário, que recebe publicações para o Diário Oficial do Estado, mudou. É um reforço do compromisso da Imprensa Oficial do Estado com seus usuários.

CRITÉRIOS PARA PUBLICAÇÃO DE ARQUIVOS FECHADOS

Fonte Verdana, Corpo 7, Entrelinhamento 120%
Novo Formato DOE: A4 - Área de Trabalho (19 x 27)
Devem ser fechados no formato PDF X1A, sem marcas de cortes, texto em preto 100%
Imagens devem estar em P&B ou em escala de cinza e resolução mínima de 220 dpi.
Não condensar ou expandir as fontes e imagens
Não serão aceitos arquivos fora dos padrões.

RECEBIMENTO DE ARQUIVOS NO BALCÃO DA IOE
Devem ser entregues até as 14 horas do dia útil anterior à publicação

MAIS INFORMAÇÕES

(91) 4009-7842 / 4009-7819 | ioepa.gov@gmail.com | www.ioe.pa.gov.br

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

GABINETE DO GOVERNADOR

Governador: Helder Zahluth Barbalho
Tel.: (91) 3201-5669 / 5587 Fax: (91) 3248-0133

GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

Vice-Governador: Lúcio Dutra Vale
Tel.: (91) 3201-3631 Fax: (91) 3201-3745

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO

Chefe: Parsifal de Jesus Pontes
Tel.: (91) 3201- 5563 / 5564 Fax: (91) 3248-0765

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO

Chefe: CEL. PM Osmar Vieira da Costa Júnior
Tel.: (91) 3214-0601 / 3342-5672

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO - PGE

Procurador Geral: Ricardo Nasser Sefer
Tel.: (91) 3225-0811 / 0777 Fax: (91) 3241-2828

SECRETARIA REGIONAL DE GOVERNO DO SUDESTE DO PARÁ

Secretário: João Chamon Neto

SECRETARIA REGIONAL DE GOVERNO DO BAIXO AMAZÔNAS

Secretário: Henderson Lira Pinto

SECRETARIA REGIONAL DE GOVERNO DO MARAJÓ

Secretário: José Antonio Azevedo Leão

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

Secretário: Ricardo Brisolla Balestrieri
Tel.: (91) 3342-0353 / 98404-6851

AUDITORIA GERAL DO ESTADO - AGE

Auditor: Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Tel.: (91) 3239-6477 / 6479 Fax: (91) 3239-6476

OUIDORIA GERAL DO ESTADO - OGE

Auditor: Arthur Houat Nery de Souza
Tel.: (91) 3216 8883 / 8899

FUNDAÇÃO PARÁPAZ

Presidente: Raimunda Rocha Teixeira
Tel.: (91) 3201-3724

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SEPLAD

Secretária: Hana Sampaio Ghassan
Tel.: (91) 3289-6202 / 6224 Fax: (91) 3241-2971

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO - IOE

Presidente: Jorge Luiz Guimarães Panzera
Tel.: (91) 4009-7800 Fax: (91) 4009-7802

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - IASEP

Presidente: Bernardo Albuquerque de Almeida
Tel.: (91) 3366-6100 / 6118 / 6144

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - IGEPREV

Presidente: Sílvio Roberto Vizeu Lima
Tel.: (91) 3182-3500 / 3501

ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ - ÉGPA

Diretor Geral: Evanilza da Cruz Marinho Maciel
Tel.: (91) 3214-6802 / 6803 Fax: (91) 3214-6802

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA

Secretário: René de Oliveira e Sousa Júnior
Tel.: (91) 3222-5720 / 3218-4200 / 4324 Fax: (91) 3223-0776

BANCO DO ESTADO DO PARÁ - BANPARÁ

Presidente: Braselino Carlos Assunção da Silva
Tel.: (91) 3348-3320 / 3209 Fax: (91) 3223-0823

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ - JUCEPA

Presidente: Cilene Moreira Sabino Oliveira Bittencourt
Tel.: (91) 3217-5801 / 5802 / 5803 Fax: (91) 3217-5840

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - SESPA

Secretário: Alberto Beltrame
Tel.: (91) 4006-4800 / 4804/ 4805 Fax: (91) 4006-4849

HOSPITAL OPHIR LOYOLA

Diretor Geral: José Roberto Lobato de Souza
Tel.: (91) 3265 6529/6530

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ

Presidente: Bruno Mendes Carmona
Tel.: (91) 3241-5208 / 4009-2241 Fax: (91) 4009-2299

FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ - HEMOPA

Presidente: Paulo André Castelo Branco Bezerra
Tel.: (91) 3242-6905 / 9100 Fax: (91) 3242-6905

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPARI VIANNA

Presidente: Alessandra Lima Leal
Tel.: (91) 3276-5665 / 0601 Fax: (91) 3276-1150

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - SETRAN

Secretário: Antonio de Pádua de Deus Andrade
Tel.: (91) 3218-7800 / 7846 / 7805 3243-3256 Fax: (91) 3231-5845

COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DO PARÁ - CPH

Presidente: Abraão Benassuly Neto
Tel.: (91) 3201-3605 Fax: (91) 3201-3605

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ARCON

Diretor Geral: Eurípedes Reis da Cruz Filho
Tel.: (91) 3213-3403 / 3241-1717 Fax: (91) 3213-3467

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA - SEDAP

Secretário: Hugo Yutaka Suenaga
Tel.: (91) 3226-8904 / 1363 Fax: (91) 3226-7864 / 3246-6168

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA

Presidente: Bruno Yoheiji Kono Ramos
Tel.: (91) 3181-6500 / 6501 Pabx: 3181-6500 Fax: (91) 3229-9488

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL

Gerente Executivo: Felipe Coêlho Picanço
Tel.: (91) 3342-0151 / 3342-0152

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - ADEPARA

Diretor Geral: Geovanny Farache Maia
Tel.: (91) 3210-1104 / 1102 Fax: (91) 3210-1105

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ - EMATER

Presidente: Cleide Maria Amorim de Oliveira Martins
Tel.: (91) 3256-0150 Fax: (91) 3256-0015

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE- SEMAS

Secretário: José Mauro Ó de Almeida
Tel.: (91) 3184-3330 / 3341 Geral: 3184-3300 Fax: (91) 3276-8564

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - IDEFLOR-Bio

Presidente: Karla Lessa Bengtson
Tel.: (91) 3184-3377 / 3362 Fax: (91) 3184-3377

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SEGUP

Secretário: Ualame Fialho Machado
Tel.: (91) 3215-2200 / 3215-2255 Fax: (91) 3225-2644

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ - PM

Comandante Geral: Cel. QOPM José Dilson Melo de Souza Júnior
Tel.: (91) 3214-0601/(91) 3342-5672

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ - CBM

Comandante Geral: CEL. BM Hayman Apolo Gomes de Souza
Tel.: (91) 4006-8313 / 8352 / 8396 Fax: (91) 3257-7200

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

Delegado Geral: Alberto Henrique Teixeira de Barros
Tel.: (91) 4006-9045 Fax: (91) 3252-0050

CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES

Diretor Geral: Celso da Silva Mascarenhas
Tel.: (91) 4009-6012 Geral: 4009-6075 Fax: (91) 4009-6016

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ - DETRAN

Diretor Superintendente: Marcelo Lima Guedes
Tel.: (91) 3214-6253 / 6256 Fax: (91) 3214-6249

SECRETARIA DE ESTADO

DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SEAP

Secretário: Jarbas Vasconcelos do Carmo
Tel.: (91) 3239-4229/4230 - Publica: (91) 3239-4253

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - SECULT

Secretária: Ursula Vidal Santiago de Mendonça
Tel.: (91) 4009-8736 / 8740 Fax: (91) 4009-8740

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ - FCP

Presidente: João Augusto Vieira Marques Junior
Tel.: (91) 3202-4350 / 4333 Fax: (91) 3202-4351

FUNDAÇÃO CARLOS GOMES

Superintendente: Maria da Glória Boulhosa Caputo
Tel.: (91) 3201-9471 / 9478 Fax: (91) 3201-9476

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - SECOM

Secretário: Parsifal de Jesus Pontes
Tel.: (91) 3202-0931 / 0901 Fax: (91) 3202-0903

FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO - FUNTELPA

Presidente: Hilbert Hil Carreira do Nascimento
Tel.: (91) 3228-0838 / 4005-7746 Fax: (91) 3226-6753

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC

Secretária: Leila Carvalho Freire
Tel.: (91) 3211-5107 / 5160 / 5161 Fax: (91) 3211-5026

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - UEPA

Reitor: Rubens Cardoso da Silva
Tel.: (91) 3244-5177 Fax: (91) 3244-5460

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA - SEASTER

Secretário: Inocêncio Renato Gasparim
Tel.: (91) 3254-1373

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ - FASEPA

Presidente: Miguel Fortunato Gomes dos Santos Júnior
Tel.: (91) 3204-0201 Fax: (91) 3204-0204

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO - CREDCIDADÃO

Gerente Executivo: Tercio Junior Sousa Nogueira
Tel.: (91) 3201-9555

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS - SEJUDH

Secretário: Hugo Rogério Sarmanho Barra
Tel.: (91) 4009-2700 / 2722 / 2723 / Fax: (91) 3225-1632 / 3242-9651

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA - SEDEME

Secretário: Iran Ataíde de Lima
Tel.: (91) 3110-2550

COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ

Presidente:
Tel.: (91) 3224-2663

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ - CODEC

Presidente: Lutfala de Castro Bitar
Tel.: (91) 3236-2884

INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ - IMETROPARÁ

Presidente: Cintya Silene de Lima Simões
Tel.: (91) 3246-2554 / 2404 / 1800 Fax: (91) 3266-1526

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARÁ S/A - CEASA

Presidente: Francisco Alves de Aguiar
Tel.: (91) 3205-4020/4054/4055.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS - SEDOP

Secretário: Benedito Ruy Santos Cabral
Tel.: (91) 3183-0002

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA

Presidente: José Antonio De Angelis
Tel.: (91) 3202-8567 / 8514 Fax: (91) 3236-2199

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - COHAB

Presidente: Felipe Mikael Vasques Monteiro
Tel.: (91) 3214-8500 / 8101 Fax: (91) 3243-0555

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE TRANSPORTE METROPOLITANO

Diretor Geral: Eduardo de Castro Ribeiro Júnior
Tel.: (91) 3110-8450

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA - SACTET

Secretário: Carlos Edilson de Almeida Maneschy
Tel.: (91) 4009-2510 / 4009-2512 Fax: (91) 3242-5969

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Presidente: Carlos Edilson de Almeida Maneschy
Tel.: (91) 3223-2560

EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA

Presidente: Marcos Antonio Brandão da Costa
Tel.: (91) 3344-5201 / 5208 / 5217 Fax: (91) 3344-5204

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER - SEEL

Secretário: Arlindo Penha da Silva
Tel.: (91) 3201-2300 Fax: (91) 3201-2331

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO - SETUR

Secretário: André Orenge Dias
Tel.: (91) 3110-5003

EXECUTIVO**GABINETE DO GOVERNADOR****DECRETO Nº 125, DE 23 DE MAIO DE 2019**

Concede Pensão Policial-Militar em favor de CRISTIANE DA SILVA, JOSÉ JOAQUIM PEREIRA FRADE, JOÃO PEDRO PEREIRA FRADE, PAULO VICTOR FREIRE FRADE e JOSÉ RAFAEL DA SILVA FRADE, companheira e filhos, do CB PM RG 32537 JOSÉ DA SILVA FRADE.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso III, da Constituição Estadual, e Considerando o disposto no art. 48, inciso II, da Constituição Estadual c/c arts. 77 e 79, alíneas "a" e "b", todos da Lei Estadual nº 5.251, de 31 de julho de 1985, com a redação dada pela Lei Estadual nº 6.049, de 11 de junho de 1997;

Considerando as informações e documentos constantes no Processo nº 2018/462367, D E C R E T A:

Art. 1º Fica concedida Pensão Policial-Militar mensal, no valor de R\$ 2.102,42 (dois mil cento e dois reais e quarenta e dois centavos), em favor de CRISTIANE DA SILVA, JOSÉ JOAQUIM PEREIRA FRADE, JOÃO PEDRO PEREIRA FRADE, PAULO VICTOR FREIRE FRADE e JOSÉ RAFAEL DA SILVA FRADE, companheira e filhos do CB PM RG 32537 JOSÉ DA SILVA FRADE, falecido em decorrência de acidente em serviço no dia 22 de março de 2018, cabendo a cada um dos dependentes cotas-partes do montante do benefício, nas seguintes datas e proporções:

I - 25% (vinte e cinco por cento) à JOSÉ JOAQUIM PEREIRA FRADE, JOÃO PEDRO PEREIRA FRADE, PAULO VICTOR FREIRE FRADE e JOSÉ RAFAEL DA SILVA FRADE, do período de 22 de março de 2018 até 15 de outubro de 2018; e II - 20% (vinte por cento) à CRISTIANE DA SILVA, JOSÉ JOAQUIM PEREIRA FRADE, JOÃO PEDRO PEREIRA FRADE, PAULO VICTOR FREIRE FRADE e JOSÉ RAFAEL DA SILVA FRADE, a contar de 16 de outubro de 2018.

Parágrafo único. Os filhos menores fazem jus às cotas-partes da Pensão Policial-Militar até completarem 21 (vinte e um) anos, salvo se comprovarem a condição de estudantes e desde que não percebam remuneração, caso em que o direito se estenderá até que completem 24 (vinte e quatro) anos.

Art. 2º A Pensão Policial-Militar mencionada corresponde ao soldo e demais vantagens da graduação de 3º SGT, a que o policial militar foi promovido "post-mortem", assim discriminados:

Soldo de 3º Sargento	R\$ 868,77
Gratificação de Risco de Vida (100%)	R\$ 868,77
Gratificação de Habilitação Policial Militar (20%)	R\$ 173,75
Gratificação Tempo de Serviço Militar (10%)	R\$ 191,13
Provento Mensal.....	R\$ 2.102,42

Parágrafo único. A Pensão Especial de que trata este artigo será reajustada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), na data-base de 1º de janeiro.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos financeiros retroagindo de acordo com as datas constantes no art. 1º deste ato.

PALÁCIO DO GOVERNO, 23 de maio de 2019.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado

DECRETO Nº 480, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019

Estabelece diretrizes para o fortalecimento e a requalificação da educação pública estadual, com vistas à implementação das Escolas Cívicos-Militares.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos III e VII, alínea "a", da Constituição Estadual, e

Considerando o interesse em fortalecer as políticas públicas voltadas à educação, por meio da cooperação administrativa, acadêmica, científica e cultural, programas e projetos de interesse na área da educação;

Considerando o Decreto Federal nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que institui o Programa Nacional das Escolas Cívicos-Militares, com a finalidade de promover a melhoria na qualidade da educação básica no ensino fundamental e no ensino médio,

D E C R E T A:

Art. 1º A Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) e as organizações militares e/ou órgãos de segurança pública no Pará poderão promover cooperação administrativa, científica e cultural para fortalecimento da educação pública estadual, por meio de programas e ações conjuntas visando:

- I - à garantia do direito de aprender de cada aluno;
- II - ao fortalecimento dos valores humanos e éticos que contribuam para a formação integral dos alunos como cidadãos;
- III - ao estabelecimento de vínculos entre gestores escolares, famílias, estudantes e comunidade;
- IV - à preservação das atividades dos docentes a ordem e a segurança do ambiente escolar;
- V - à redução dos níveis de violência e evasão escolar;
- VI - à construção de um ambiente escolar colaborativo e democrático, que atenda às necessidades da comunidade com a prestação de serviço público eficiente e de qualidade;
- VII - à garantia e ampliação das medidas de inclusão; e
- VIII - à formulação de políticas públicas adequadas aos objetivos pretendidos.

Art. 2º São instrumentos do fortalecimento da educação pública estadual:

- I - a implantação de medidas de cooperação entre as organizações militares e/ou órgãos de segurança pública e a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), nas escolas da área metropolitana onde o Programa Territórios pela Paz - TerPAZ está em funcionamento;

- II - a implantação de medidas de cooperação militar nos municípios onde estão implantadas as organizações militares e/ou órgãos de segurança pública interessados;

- III - o intercâmbio de informações e experiências exitosas na área da educação;

- IV - o intercâmbio de pessoal técnico e/ou administrativo;

- V - a qualificação dos servidores;

- VI - o desenvolvimento e apoio aos estudos e pesquisas nas áreas de interesse das ações e programas; e

- VII - outras medidas que se fizerem necessárias à consecução dos objetivos propostos.

Art. 3º É permitida a participação de outros órgãos e/ou entidades que manifestem interesse em firmar parcerias com vistas a contribuir para o fortalecimento da educação pública estadual, nos termos deste Decreto. Parágrafo único. As parcerias do que trata o caput deste artigo serão firmadas por meio de convênios, acordos, termos de cooperação técnica e parcerias, na forma da lei.

Art. 4º As ações e projetos educacionais implementados por meio deste Decreto possuem caráter complementar a outras políticas de melhoria da qualidade da educação básica em âmbito estadual e não implicarão o encerramento de outros programas ou a sua substituição.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 23 de dezembro de 2019.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO RESOLVE:

nomear MATEUS DUARTE FERREIRA para exercer o cargo em comissão de Secretário de Diretoria, código GEP-DAS-011.1, com lotação no Hospital Ophir Loyola, a contar de 2 de dezembro de 2019.

PALÁCIO DO GOVERNO, 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO RESOLVE:

autorizar PARSIFAL DE JESUS PONTES, Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado, a se ausentar de suas funções, no período de 2 a 10 de janeiro de 2020, a fim de tratar de assuntos de interesse particular, devendo responder pelo expediente do Órgão, na ausência do titular, PAULO ANDRÉ LIMA CAVALCANTE, Diretor de Documentação e Informação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado

Protocolo: 512030

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

PORTARIA Nº 5.338/2019-CCG DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011,

R E S O L V E:

exonerar LENY CRUZ VIANNA COELHO do cargo em comissão de Assessor, código GEP-DAS-012.4, com lotação na Coordenadoria de Relações Internacionais – CORI, a contar de 1º de janeiro de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

PARSIFAL DE JESUS PONTES

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 5.339/2019-CCG DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 13, de 7 de fevereiro de 2011,

R E S O L V E:

exonerar ISIS ESTUMANO BORGES DE SOUSA do cargo em comissão de Assessor Técnico, código GEP-DAS-012.4, com lotação na Casa Civil da Governadoria do Estado, a contar de 1º de janeiro de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

PARSIFAL DE JESUS PONTES

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 5.340/2019-CCG DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 13, de 7 de fevereiro de 2011,

R E S O L V E:

exonerar PAULO TELES MORAES do cargo em comissão de Secretário de Diretoria, código GEP-DAS-011.1, com lotação na Casa Civil da Governadoria do Estado, a contar de 31 de dezembro de 2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

PARSIFAL DE JESUS PONTES

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 5.341/2019-CCG DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 13, de 7 de fevereiro de 2011,

R E S O L V E:

nomear LENY CRUZ VIANNA COELHO para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico, código GEP-DAS-012.4, com lotação na Casa Civil da Governadoria do Estado, a contar de 1º de janeiro de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

PARSIFAL DE JESUS PONTES

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 5.342/2019-CCG DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 13, de 7 de fevereiro de 2011,

R E S O L V E:

nomear ISIS ESTUMANO BORGES DE SOUSA para exercer o cargo em comissão de Assessor de Imprensa, código GEP-DAS-012.4, com lotação na Casa Civil da Governadoria do Estado, a contar de 1º de janeiro de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

PARSIFAL DE JESUS PONTES

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

Protocolo: 512032

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**Portaria nº 805/2019-PGE.G., de 26 de dezembro de 2019**

A Procuradora-Geral Adjunta Administrativa, no uso das suas atribuições legais...

CONSIDERANDO o disposto no art. 81 da Lei 5.810/94, e ainda a apresentação do Laudo Médico da SEAD nº 31988/2019

RESOLVE:

CONCEDER, 99 (noventa e nove) dias de licença para tratamento de saúde à servidora Nadia Socorro Castelo Oliveira Pereira, identidade funcional nº 3155544/1, no período de 24.09 a 31.12.2019, de acordo com o Laudo Médico nº 31988/2019 da SEAD.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

ADRIANA FRANCO BORGES GOUVEIA

Procuradora-Geral Adjunta Administrativa

Protocolo: 511928

FUNDAÇÃO PARÁPAZ

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO**Portaria nº 313 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019**

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PARÁPAZ, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto publicado no DOE Nº. 33798, de 06 de Fevereiro de 2019, em observância aos termos da Lei nº 8.097 de 01 de janeiro de 2015, e,

CONSIDERANDO o que dispõe os artigos 58, inciso III e 67 da Lei nº. 8.666/93, acerca do acompanhamento e fiscalização da execução dos Contratos e Decreto nº 870 de 04 de outubro de 2013;

CONSIDERANDO necessidades institucionais no âmbito desta Fundação PARÁPAZ, nos termos do Processo nº2019/278521

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor CARLOS SERGIO ARAGÃO VALENTE, Coordenador do Núcleo de Projetos, Identidade Funcional nº 5678420/3, CPF: 228.933.262-34, para acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO Nº 010/2019, celebrado entre a Fundação PARÁPAZ e Empresa KRIPTON INDUSTRIA E COMÉRCIO EIRELI inscrita no CNPJ nº 11.669.001/0001-40, cujo objeto é Aquisição de Materiais Esportivos, para atender às necessidades da Fundação PARÁPAZ

Art. 2º Nos impedimentos, ausências legais ou eventuais do Titular, o acompanhamento e fiscalização de que trata o Art.1º desta Portaria, será exercido pelo Suplente, servidor JHON KEVEN CAVALCANTE CAMPOS, Identidade Funcional nº 5948814/1, Coordenador do Núcleo de Políticas Sociais, CPF: 031.767.602-48.

Art. 3º Ao fiscal do contrato compete o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato até o término do prazo de sua vigência, inclusive o atesto dos documentos fiscais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PRESIDENTE, 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

RAIMUNDA NONATA ROCHA TEIXEIRA

Presidente da Fundação PARÁPAZ

Protocolo: 511930

Portaria nº 315 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PARÁPAZ, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto publicado no DOE Nº. 33798, de 06 de Fevereiro de 2019, em observância aos termos da Lei nº 8.097 de 01 de janeiro de 2015, e,

CONSIDERANDO o que dispõe os artigos 58, inciso III e 67 da Lei nº. 8.666/93, acerca do acompanhamento e fiscalização da execução dos Contratos e Decreto nº 870 de 04 de outubro de 2013;

CONSIDERANDO necessidades institucionais no âmbito desta Fundação PARÁPAZ, nos termos do Processo nº2019/278521

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor CARLOS SERGIO ARAGÃO VALENTE, Coordenador do Núcleo de Projetos, Identidade Funcional nº 5678420/3, CPF: 228.933.262-34, para acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO

Nº 012/2019, celebrado entre a Fundação PARÁPAZ e Empresa RPF COMERCIAL EIRELI, inscrita no CNPJ nº 03.217.016/0001-49, cujo objeto é Aquisição de Materiais Esportivos, para atender às necessidades da Fundação PARÁPAZ

Art. 2º Nos impedimentos, ausências legais ou eventuais do Titular, o acompanhamento e fiscalização de que trata o Art.1º desta Portaria, será exercido pelo Suplente, servidor JHON KEVEN CAVALCANTE CAMPOS, Identidade Funcional nº 5948814/1, Coordenador do Núcleo de Políticas Sociais, CPF: 031.767.602-48.

Art. 3º Ao fiscal do contrato compete o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato até o término do prazo de sua vigência, inclusive o atesto dos documentos fiscais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PRESIDENTE, 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

RAIMUNDA NONATA ROCHA TEIXEIRA

Presidente da Fundação PARÁPAZ

Protocolo: 511937

Portaria nº 312 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PARÁPAZ, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto publicado no DOE Nº. 33798, de 06 de Fevereiro de 2019, em observância aos termos da Lei nº 8.097 de 01 de janeiro de 2015, e,

CONSIDERANDO o que dispõe os artigos 58, inciso III e 67 da Lei nº. 8.666/93, acerca do acompanhamento e fiscalização da execução dos Contratos e Decreto nº 870 de 04 de outubro de 2013;

CONSIDERANDO necessidades institucionais no âmbito desta Fundação PARÁPAZ, nos termos do Processo nº2019/278521

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor CARLOS SERGIO ARAGÃO VALENTE, Coordenador do Núcleo de Projetos, Identidade Funcional nº 5678420/3, CPF: 228.933.262-34, para acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO Nº 009/2019, celebrado entre a Fundação PARÁPAZ e Empresa VVS COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 29.250.204/0001-62, cujo objeto é Aquisição de Materiais Esportivos, para atender às necessidades da Fundação PARÁPAZ

Art. 2º Nos impedimentos, ausências legais ou eventuais do Titular, o acompanhamento e fiscalização de que trata o Art.1º desta Portaria, será exercido pelo Suplente, servidor JHON KEVEN CAVALCANTE CAMPOS, Identidade Funcional nº 5948814/1, Coordenador do Núcleo de Políticas Sociais, CPF: 031.767.602-48.

Art. 3º Ao fiscal do contrato compete o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato até o término do prazo de sua vigência, inclusive o atesto dos documentos fiscais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PRESIDENTE, 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

RAIMUNDA NONATA ROCHA TEIXEIRA

Presidente da Fundação PARÁPAZ

Protocolo: 511926

Portaria nº 311 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PARÁPAZ, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto publicado no DOE Nº. 33798, de 06 de Fevereiro de 2019, em observância aos termos da Lei nº 8.097 de 01 de janeiro de 2015, e,

CONSIDERANDO o que dispõe os artigos 58, inciso III e 67 da Lei nº. 8.666/93, acerca do acompanhamento e fiscalização da execução dos Contratos e Decreto nº 870 de 04 de outubro de 2013;

CONSIDERANDO necessidades institucionais no âmbito desta Fundação PARÁPAZ, nos termos do Processo nº2019/278521

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor CARLOS SERGIO ARAGÃO VALENTE, Coordenador do Núcleo de Projetos, Identidade Funcional nº 5678420/3, CPF: 228.933.262-34, para acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO Nº 008/2019, celebrado entre a Fundação PARÁPAZ e Empresa S. SCHNEIDER, CNPJ nº 28.629.492/0001-06, cujo objeto é Aquisição de Materiais Esportivos, para atender às necessidades da Fundação PARÁPAZ

Art. 2º Nos impedimentos, ausências legais ou eventuais do Titular, o acompanhamento e fiscalização de que trata o Art.1º desta Portaria, será exercido pelo Suplente, servidor JHON KEVEN CAVALCANTE CAMPOS, Identidade Funcional nº 5948814/1, Coordenador do Núcleo de Políticas Sociais, CPF: 031.767.602-48.

Art. 3º Ao fiscal do contrato compete o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato até o término do prazo de sua vigência, inclusive o atesto dos documentos fiscais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PRESIDENTE, 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

RAIMUNDA NONATA ROCHA TEIXEIRA

Presidente da Fundação PARÁPAZ

Protocolo: 511925

Portaria nº 314 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PARÁPAZ, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto publicado no DOE Nº. 33798, de 06 de Fevereiro de 2019, em observância aos termos da Lei nº 8.097 de 01 de janeiro de 2015, e,

CONSIDERANDO o que dispõe os artigos 58, inciso III e 67 da Lei nº. 8.666/93, acerca do acompanhamento e fiscalização da execução dos Contratos e Decreto nº 870 de 04 de outubro de 2013;

CONSIDERANDO necessidades institucionais no âmbito desta Fundação PARÁPAZ, nos termos do Processo nº2019/278521

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor CARLOS SERGIO ARAGÃO VALENTE, Coordenador do Núcleo de Projetos, Identidade Funcional nº 5678420/3, CPF: 228.933.262-34, para acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO Nº 011/2019, celebrado entre a Fundação PARÁPAZ e Empresa ALESSANDRA NUNES LORDS, inscrita no CNPJ nº 03.865.570/0001-32, cujo objeto é Aquisição de Materiais Esportivos, para atender às necessidades da Fundação PARÁPAZ

Art. 2º Nos impedimentos, ausências legais ou eventuais do Titular, o acompanhamento e fiscalização de que trata o Art.1º desta Portaria, será exercido pelo Suplente, servidor JHON KEVEN CAVALCANTE CAMPOS, Identidade Funcional nº 5948814/1, Coordenador do Núcleo de Políticas Sociais, CPF: 031.767.602-48.

Art. 3º Ao fiscal do contrato compete o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato até o término do prazo de sua vigência, inclusive o atesto dos documentos fiscais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PRESIDENTE, 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

RAIMUNDA NONATA ROCHA TEIXEIRA

Presidente da Fundação PARÁPAZ

Protocolo: 511932

Portaria nº 316 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PARÁPAZ, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto publicado no DOE Nº. 33798, de 06 de Fevereiro de 2019, em observância aos termos da Lei nº 8.097 de 01 de janeiro de 2015, e,

CONSIDERANDO o que dispõe os artigos 58, inciso III e 67 da Lei nº. 8.666/93, acerca do acompanhamento e fiscalização da execução dos Contratos e Decreto nº 870 de 04 de outubro de 2013;

CONSIDERANDO necessidades institucionais no âmbito desta Fundação PARÁPAZ, nos termos do Processo nº2019/278521

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor CARLOS SERGIO ARAGÃO VALENTE, Coordenador do Núcleo de Projetos, Identidade Funcional nº 5678420/3, CPF: 228.933.262-34, para acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO Nº 013/2019, celebrado entre a Fundação PARÁPAZ e G P COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.375.274/0001-16, cujo objeto é Aquisição de Materiais Esportivos, para atender às necessidades da Fundação PARÁPAZ

Art. 2º Nos impedimentos, ausências legais ou eventuais do Titular, o acompanhamento e fiscalização de que trata o Art.1º desta Portaria, será exercido pelo Suplente, servidor JHON KEVEN CAVALCANTE CAMPOS, Identidade Funcional nº 5948814/1, Coordenador do Núcleo de Políticas Sociais, CPF: 031.767.602-48.

Art. 3º Ao fiscal do contrato compete o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato até o término do prazo de sua vigência, inclusive o atesto dos documentos fiscais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PRESIDENTE, 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

RAIMUNDA NONATA ROCHA TEIXEIRA

Presidente da Fundação PARÁPAZ

Protocolo: 511938

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

LICENÇA PRÊMIO

Portaria nº 021/2019 – DAF/SEPLAD - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019

A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº.865/2019-CCG, de 22.01.2019, publicada no DOE nº. 33.787 de 23.01.2019 e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº 002/2019-GS-SEPLAD de 02.12. 2019, publicada no DOE nº 34.057 de 12.12.2019.

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 98 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO, ainda, os termos do Processo nº 2019/632217;

RESOLVE:

CONCEDER ao servidor LUIZ SERGIO DA SILVA LISTO, Id. Funcional nº 1228/1, ocupante do cargo de Técnico em Gestão Pública, lotado na Ouvidoria de Gestão Sistemática/SEPLAD, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, período de 27 de janeiro a 25 de fevereiro de 2020, referente ao triênio 01 de janeiro de 1999 a 31 de dezembro de 2001.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, BELÉM 26 DE DEZEMBRO DE 2019.

JOSIETE CORRÊA LEÃO

Diretora de Administração e Finanças

Protocolo: 511632

Portaria nº 019/2019 – DAF/SEPLAD - DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.
A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº.865/2019-CCG, de 22.01.2019, publicada no DOE nº. 33.787 de 23.01.2019 e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº 002/2019-GS-SEPLAD de 02.12. 2019, publicada no DOE nº 34.057 de 12.12.2019.

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 98 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO, ainda, os termos do Processo nº 2019/622037;
RESOLVE:

I – FORMALIZAR a concessão de 30 (trinta) dias de Licença Prêmio ao servidor JOSÉ FELIPE LOURENÇO CARNEIRO, Id. Funcional nº 26387/1, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional e Segurança, lotado na Gerência de Documentação e Informação – GEDI/DAF/SEAD, no período de 17 de dezembro de 2019 a 15 de janeiro de 2020, referente ao triênio 14 de maio de 2005 a 13 de maio de 2008.

II – Os efeitos desta Portaria retroagirão a 17/12/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, BELÉM 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

JOSIETE CORRÊA LEÃO

Diretora de Administração e Finanças

***Portaria republicada por conter incorreções no DOE nº. 34.074 de 27/12/2019**

Protocolo: 511595

Portaria nº 015 /2019 – DAF/SEPLAD - DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019
A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº.865/2019-CCG, de 22.01.2019, publicada no DOE nº. 33.787 de 23.01.2019 e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº 002/2019-GS-SEPLAD de 02.12. 2019, publicada no DOE nº 34.057 de 12.12.2019.

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 98 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO, ainda, os termos do Processo nº 2019/621217;

RESOLVE:

CONCEDER ao servidor OTIAN JOSE MORAIS NETO, Id. Funcional nº 2062/2, ocupante do cargo de Técnico em Gestão Pública, lotado na Coordenadoria de Modelagem Organizacional – SEAD, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, período de 20 de janeiro a 18 de fevereiro de 2020, referente ao triênio 14 de abril de 2000 a 13 de abril de 2003.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, BELÉM 19 DE DEZEMBRO DE 2019.

JOSIETE CORRÊA LEÃO

Diretora de Administração e Finanças

***Portaria republicada por conter incorreções no DOE nº. 34.074 de 27/12/2019**

Protocolo: 511603

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Portaria nº 008/2019 – DAF/SEPLAD - DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.
A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº.865/2019-CCG, de 22.01.2019, publicada no DOE nº. 33.787 de 23.01.2019 e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº 002/2019-GS-SEPLAD de 02.12. 2019, publicada no DOE nº 34.057 de 12.12.2019.

CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 81 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO, ainda, o Laudo Médico nº 202012A/1, e os termos do Processo nº 2019/629690;

RESOLVE:

I – FORMALIZAR a concessão de 03 (três) dias de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor JOÃO ALADIO SARGES LOBATO, Id. Funcional nº 6121284/1, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Gerência de Serviços – GESV/DAF/SEAD, período de 15 de outubro de 2019 a 17 de outubro de 2019.

II – Os efeitos desta Portaria retroagirão a 15.10.2019

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, BELÉM 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

JOSIETE CORRÊA LEÃO

Diretora de Administração e Finanças

***Portaria republicada por conter incorreções no DOE nº. 34.074 de 27/12/2019**

Protocolo: 511933

Portaria nº 014/2019 – DAF/SEPLAD - DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019.
A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº.865/2019-CCG, de 22.01.2019, publicada no DOE nº. 33.787 de 23.01.2019 e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº 002/2019-GS-SEPLAD de 02.12. 2019, publicada no DOE nº 34.057 de 12.12.2019.

CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 81 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO, ainda, o Laudo Médico nº 201819 A, e os termos do Processo nº 2019/597789;

RESOLVE:

I – FORMALIZAR a concessão de 10 (dez) dias de Licença para Tratamento de Saúde, ao servidor RAIMUNDO NONATO BARBOSA PIMENTEL, Id. Funcional nº 6119999/1, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Gerência de Serviços GESV/DAF/SEPLAD, no período de 25 de outubro de 2019 a 03 de novembro de 2019.

II – Os efeitos desta Portaria retroagirão a 25.10.2019

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, BELÉM 19 DE DEZEMBRO DE 2019.

JOSIETE CORRÊA LEÃO

Diretora de Administração e Finanças

***Portaria republicada por conter incorreções no DOE nº. 34.074 de 27/12/2019**

Protocolo: 511911

Portaria nº 010/2019 – DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019

A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº. 865/2019-CCG, de 22.01.2019, publicada no DOE nº. 33.787 de 23.01.2019 e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº 002/2019-GS-SEPLAD de 02.12. 2019, publicada no DOE nº 34.057 de 12.12.2019.

CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 81 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO, ainda, o Laudo Médico nº 202007A/1, e os termos do Processo nº 2019/629690;

RESOLVE:

I – FORMALIZAR a concessão de 07 (sete) dias de Licença para Tratamento de Saúde, ao servidor ROSANO MARTINS DE LIMA, Id. Funcional nº 6121527/1, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Diretoria de Gestão e Política de Saúde Ocupacional do Servidor – DSO/SEPLAD, período de 04 de novembro de 2019 a 10 de novembro de 2019.

II – Os efeitos desta Portaria retroagirão a 04.11.2019

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, BELÉM 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

JOSIETE CORRÊA LEÃO

Diretora de Administração e Finanças

Protocolo: 511944

Portaria nº 007/2019 – DAF/SEPLAD - DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº.865/2019-CCG, de 22.01.2019, publicada no DOE nº. 33.787 de 23.01.2019 e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº 002/2019-GS-SEPLAD de 02.12. 2019, publicada no DOE nº 34.057 de 12.12.2019.

CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 81 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO, ainda, o Laudo Médico nº202006A/1, e os termos do Processo nº 2019/629690;

RESOLVE:

I – FORMALIZAR a concessão de 15 (quinze) dias de Licença para Tratamento de Saúde à servidora DIOGA PINHEIRO DA COSTA, Id. Funcional nº 3255107/1, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Gerência de Documentação e Informação – GEDI/DAF/SEAD, período de 01 de novembro de 2019 a 15 de novembro de 2019.

II – Os efeitos desta Portaria retroagirão a 01.11.2019

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, BELÉM 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

JOSIETE CORRÊA LEÃO

Diretora de Administração e Finanças

***Portaria republicada por conter incorreções no DOE nº. 34.074 de 27/12/2019**

Protocolo: 511922

Portaria nº 009/2019 – DAF/SEPLAD - DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº.865/2019-CCG, de 22.01.2019, publicada no DOE nº. 33.787 de 23.01.2019 e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº 002/2019-GS-SEPLAD de 02.12. 2019, publicada no DOE nº 34.057 de 12.12.2019.

CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 81 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO, ainda, o Laudo Médico 202013A/1, e os termos do Processo nº 2019/629690;

RESOLVE:

I – FORMALIZAR a concessão de 15 (quinze) dias de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor MILKNER NAZARENO MIRANDA DA ROCHA FILHO, Id. Funcional nº 54197884/2, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado na Diretoria de Gestão e Cadeia de Suprimentos e Serviços Logísticos – DGL/SEAD, período de 11 de novembro de 2019 a 25 de novembro de 2019.

II – Os efeitos desta Portaria retroagirão a 11.11.2019

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, BELÉM 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

JOSIETE CORRÊA LEÃO

Diretora de Administração e Finanças

***Portaria republicada por conter incorreções no DOE nº. 34.074 de 27/12/2019**

Protocolo: 511939

Portaria nº 006/2019 – DAF/SEPLAD - DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº.865/2019-CCG, de 22.01.2019, publicada no DOE nº. 33.787 de 23.01.2019 e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº 002/2019-GS-SEPLAD de 02.12. 2019, publicada no DOE nº 34.057 de 12.12.2019.

CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 81 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO, ainda, o Laudo Médico nº 201843A/1, e os termos do Processo nº 2019/629690;

RESOLVE:

I – FORMALIZAR a concessão de 10 (dez) dias de Licença para Tratamento de Saúde à servidora CLAUDIA DO SOCORRO NUNES DA ROCHA, Id. Funcional nº 57193764/1, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada no Núcleo Jurídico de Gestão Administrativa – CJUR/SEAD, período de 21 de outubro de 2019 a 30 de outubro de 2019.

II – Os efeitos desta Portaria retroagirão a 21.10.2019

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, BELÉM 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

JOSIETE CORRÊA LEÃO

Diretora de Administração e Finanças

***Portaria republicada por conter incorreções no DOE nº. 34.074 de 27/12/2019**

Protocolo: 511916

DESIGNAR SERVIDOR

Portaria nº 019, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019

A Secretária de Estado de Planejamento e Administração, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Governamental de 04 de dezembro de 2019, publicado no DOE nº 34.051, de 05 de dezembro de 2019,

CONSIDERANDO os termos do PAE nº 2019/565621, de 14/11/2019,

R E S O L V E:

FORMALIZAR a designação do servidor ATHOS CANDEIAS LOUREIRO DE ALCANTARA, Id. Funcional nº 57173473/1, ocupante do cargo de Técnico em Gestão Pública/Coordenador, lotado na Coordenadoria de Monitoramento de Contratos, para responder pelo cargo de Diretor, durante as férias do titular, EURICLES LIMITE TEIXEIRA, Id. Funcional nº 8015473/1, no período de 09/12/2019 a 07/01/2020.

Dê-se Ciência, Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Planejamento e Administração, 18 de dezembro de 2019.

HANA SAMPAIO GRASSAN

Secretária de Estado de Planejamento e Administração

Portaria nº 020, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019

A Secretária de Estado de Planejamento e Administração, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Governamental de 04 de dezembro de 2019, publicado no DOE nº 34.051, de 05 de dezembro de 2019,

CONSIDERANDO os termos do PAE Nº 2019/616635, de 09/12/2019,

R E S O L V E:

FORMALIZAR a designação do servidor MARCELO PEREIRA LOBATO, Id. Funcional nº 55587770/3, ocupante do cargo de Técnico em Gestão Pública, lotado na Coordenadoria Setorial de Desenvolvimento Econômico, para responder pelo cargo de Coordenador, durante as férias do titular, GEOVANA RAIOL PIRES, Id. Funcional nº 5815460/3, no período de 16/12/2019 a 14/01/2020.

Dê-se Ciência, Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Planejamento e Administração, 18 de dezembro de 2019.

HANA SAMPAIO GRASSAN

Secretária de Estado de Planejamento e Administração

Protocolo: 511820

ERRATA

ERRATA

Errata da Publicação nº de Protocolo 492795, DOE nº 34.029, de 07 de novembro de 2019, do Contrato Nº 12/2019 – SEAD/DAF – SP UNIVERSAL SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA-ME

Onde se lê: Data de assinatura: 06/11/2019

Leia-se: Data de assinatura: 04/11/2019

Onde se lê: Vigência: 06/11/2019 a 05/11/2020

Leia-se: Vigência: 04/11/2019 a 03/11/2020

Protocolo: 511588

TERMO ADITIVO A CONTRATO

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 29/2017- SEAD

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do Contrato pelo prazo de 12 (doze) meses.

U.O: 13101

Ação: 04.126.1424.8238 – Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação

Natureza de Despesa: 339040 – Serv. De Tecnologia da Informação. E Com. – PJ.

Fonte: 0101000000

Recursos do Tesouro do Estado.

Valor Mensal do serviço de Suporte e manutenção corretiva e evolutiva: R\$ 80.942,50

Ação: 04.126.1424.8238 – Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação

Natureza de Despesa: 339040 – Serv. De Tecnologia da Informação. E Com. – PJ.

Fonte: 0101000000

Recursos do Tesouro do Estado.

Valor Mensal Estimado do serviço de suporte “on-site” sob demanda: R\$ 37.500,00

Data de Assinatura: 20/12/2019

Vigência: 22/12/2019 a 21/12/2020

Contratado: TECHNE ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA, empresa estabelecida na cidade de São Paulo/SP, com sede na Av. Alfredo Egídio de Souza Aranha, nº 100, Bloco B, 8º Andar, CEP nº 04726-170, telefone (11)2149-9200, Fax (11) 2149-9222, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.737.766/0001-21

Ordenadora: HANA SAMPAIO GHASSAN

Secretária de Estado de Planejamento e Administração.

Protocolo: 511590

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2017- SEAD

Objeto: Repactuação dos preços do Contrato nº 16/2017, oriundo do Pregão Eletrônico nº 018/2017. Os efeitos financeiros retroagirão a partir de Outubro de 2019.

UO: 13101

Ação: 04.244.1422.6801 – Estação Cidadania

Natureza de despesa: 339037 – Locação de Mão de Obra

Fonte: 0101.006360 – Tesouros Estadual

Valor Mensal: R\$ 25.965,83

Data de Assinatura: 20/12/2019

Contratado: LIMPAP LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, empresa estabelecida na cidade de Ananindeua- PA, com sede na Rua José Marcelino de Oliveira, PSG Bom Jardim, 2, Sala A, bairro Centro, CEP:67.030-170, telefone: 3282-0822, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.775.721/0001-85.

Ordenadora: HANA SAMPAIO GHASSAN

Secretária de Estado de Planejamento e Administração.

Protocolo: 511589

DIÁRIA

Portaria nº 024/2019-DAF/SEPLAD, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

A Diretora de Administração e Finanças no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Portaria nº 002/2019-GS/SEPLAD, de 02 de dezembro de 2019, publicada no DOE nº 34.057, de 12 de dezembro de 2019.

CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e

CONSIDERANDO, Processos PAE nº 646866 e 647320/2019, de 26.12.2019;

R E S O L V E:

I – AUTORIZAR os servidores, Renata Mirella Freitas Guimarães de Souza Coelho, matrícula nº 5937269/2, ocupante do cargo de Secretário Adjunto de Recursos Especiais, Adler Gerciley Almeida da Silveira, matrícula nº 5945603/1, ocupante do cargo de Secretário Adjunto de Planejamento e Orçamento e Wilson José Muniz Ribeiro, matrícula nº 5752841/3 ocupante do cargo de Secretário de Gabinete a viajarem aos municípios de São Miguel do Guamá e Mãe do Rio/PA no dia 26.12.2019, com objetivo de atender demanda do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará – FDE e o servidor Walter Rogério Marques de Souza, matrícula nº 57191419/1, ocupante do cargo de Motorista, que conduzirá os servidores acima para aos referidos municípios conforme solicitações de diárias nº 001,002/2019-SARE e 035,036/2019-SAPLO.

II – FORMALIZAR A CONCESSÃO de acordo com as bases legais vigentes ½ (meia) diária aos servidores acima, que se deslocarão conforme item I. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Planejamento e Administração, 27 de dezembro de 2019.

JOSIETE CORRÊA LEÃO

Diretora de Administração e Finanças

Protocolo: 511776

TORNAR SEM EFEITO

Portaria nº 018/2019 – DAF/SEPLAD - DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº.865/2019-CCG, de 22.01.2019, publicada no DOE nº. 33.787 de 23.01.2019 e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº 002/2019-GS-SEPLAD de 02.12. 2019, publicada no DOE nº 34.057 de 12.12.2019.

CONSIDERANDO, ainda, os termos do Processo nº 2019/624757;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº. 396/2019 de 20 de novembro de 2019, publicada no DOE nº. 34.044 de 27.11.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, BELÉM 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

JOSIETE CORRÊA LEÃO

Diretora de Administração e Finanças

***Portaria republicada por conter incorreções no DOE nº. 34.074 de 27/12/2019**

Protocolo: 511625

OUTRAS MATÉRIAS

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (SEPLAD)

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA (SEAP)

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE AGENTE PRISIONAL

CONCURSO PÚBLICO C – 199

EDITAL Nº 63/2019 – SEAD/SUSIPE, 27 DE DEZEMBRO DE 2019

CONVOCAÇÃO PARA MATRÍCULA NO CURSO DE FORMAÇÃO - SUB JUDICE A Secretária de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD a Secretária de Administração Penitenciária – SEAP, no uso das atribuições legais, tendo em vista a decisão proferida nos autos do Agravo de Ins-

trumento nº 0800549-15.2019.8.14.9000, tornam pública a Convocação para a Matrícula ao Curso de Formação Profissional do Concurso C-199 do candidato ALVARO FREITAS DOS SANTOS, inscrição nº 6000019358, cargo Agente Prisional – Região Guamá.

1. DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À MATRÍCULA NO CURSO DE FORMAÇÃO

1.1 O candidato convocado para matrícula no Curso de Formação Profissional deverá entregar os documentos na Escola de Administração Penitenciária – EAP, sito na Rua Santo Antonio, s/n, entre Avenida Presidente Vargas e Frei Gil - Campina.

1.2 A entrega dos documentos poderá ser efetivada por procuração, com poderes expressos (delegação de poderes específicos), e passada por instrumento público, mediante entrega do respectivo mandado, acompanhado de cópia do documento de identidade do candidato e de apresentação do documento de identidade do

1.3 O candidato cujos documentos apresentados por procuração pública assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador no requerimento de matrícula, arcando com as consequências de eventuais erros de seu representante no preenchimento do formulário.

1.4 Não serão aceitos documentos enviados por via postal, via fax, via Internet e/ou via correio eletrônico.

2. DOS REQUISITOS PARA A MATRÍCULA NO CURSO DE FORMAÇÃO

2.1 Somente serão admitidos à matrícula no Curso de Formação os candidatos que tiverem a idade mínima de dezoito anos completos, estiverem capacitados física e mentalmente para o exercício das atribuições do cargo, apresentarem documento de identidade original em bom estado de conservação, bem como, apresentarem originais e cópia da seguinte documentação:

- a) Cédula de identidade;
- b) CPF;
- c) Certidão de nascimento ou casamento;
- e) Certidão de nascimento dos dependentes;
- f) Título de eleitor com o respectivo comprovante de quitação;
- g) PIS/PASEP ou CTPS para quem não possui PIS/PASEP;
- h) Comprovante de quitação com o serviço militar (Somente para o sexo masculino);
- i) Originais dos certificados de ensino médio para os cargos de ensino médio e certificado de ensino superior específico à função da vaga pleiteada no concurso, para os cargos de nível superior, bem como seus respectivos históricos escolares ;
- j) (duas) fotografias 3x4 recentes e coloridas;
- k) Comprovante de residência atualizado (Água, Luz ou Telefone);
- l) Fator RH (Tipo de sangue);
- m) Formulário de requerimento de matrícula e anexo do requerimento de matrícula devidamente preenchidos, disponíveis nos Anexo II e III deste Edital;
- n) Declaração de dados bancários (anexo IV);
- o) As documentações de que trata o item 2.1 deverão ser entregues em envelope tamanho A4, com tarja de identificação contendo o número da inscrição, nome completo, região de lotação e CPF do candidato, juntamente com o check-list de confirmação de entrega dos documentos, disponível no Anexo IV deste Edital;
- p) Cumprir com as exigências previstas no Edital do Concurso.

2.2 Após análise da documentação apresentada pelos candidatos, será publicada a homologação da matrícula e a convocação para o Curso de Formação somente daqueles que estiverem com a documentação considerada regular pelo presente

2.3 Será eliminado do concurso público o candidato convocado para matrícula ao Curso de Formação que deixar de apresentar a documentação exigida no período estipulado em Edital ou que apresentá-la de forma irregular; não efetivar sua matrícula no período estipulado; desistir expressamente do curso; deixar de comparecer por qualquer motivo para efetivação da matrícula ao Curso de Formação ou, ainda, não satisfizer aos demais requisitos legais e editalícios.

2.4 O candidato matriculado no Curso de Formação continuará a ser submetido à Investigação Criminal e Social, conforme previsto no subitem 15.1.1 do Edital nº 001/2017 – SEAD/SUSIPE, de 15 de dezembro de 2017, podendo vir a ser desligado do Curso de Formação e, conseqüentemente, eliminado do concurso público, se não possuir procedimento irrepreensível e idoneidade moral inatacável.

2.5 O candidato que não apresentar a documentação exigida no ato da matrícula terá sua inscrição no Curso de Formação indeferida e será eliminado do

3. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Belém, 27 de dezembro de 2019

HANA SAMPAIO GHASSAN

Secretária de Estado de Planejamento e Administração

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Secretário de Estado de Administração Penitenciária

ANEXO I – FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE MATRÍCULA SENHORA DIRETORA DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA–EAP/SUSIPE. REQUERIMENTO DE MATRÍCULA

Nome:	
Cargo:	
Região de Lotação	
Nº de Inscrição	
Data de Nascimento:	
Nacionalidade:	
Naturalidade:	
Nome do pai:	
Nome da mãe:	

RG:	Expedidor:	UF:
CPF:		
PIS/PASEP:		
Certificado de Reservista:	Expedidor:	
Título Eleitoral:	Zona:	Seção:
CNH:	Categoria:	Venc.:
Estado Civil:	() Casado () Solteiro () Outros	
Endereço atual:	n.	
Complemento:		
Bairro:		
Cidade:	CEP:	
Telefone Celular:	Tel. Residencial:	

O requerente acima qualificado, convocado através de EDITAL Nº 59 / 2019 – SEAD / SUSIPE, de 25 de novembro de 2019, publicado no D.O.E n. _____, de 12/08/2019, vem mui respeitosamente diante de Vossa Senhoria, REQUERER a matrícula no CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL para o cargo de AGENTE PRISIONAL, tendo pleno conhecimento da obrigatoriedade da apresentação dos documentos bem como sua entrega no local mencionado no subitem 1.1.

Nestes Termos,
Pede deferimento
Belém - Pará, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Requerente

ANEXO II – ANEXO DO REQUERIMENTO DE MATRÍCULA

AS RESPOSTAS AOS QUESITOS AQUI FORMULADOS SÃO DE SUMA IMPORTÂNCIA PARA O SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ – SUSIPE, SOLICITAMOS A SUA ATENÇÃO NO PREENCHIMENTO DE TODOS OS CAMPOS.

I - DADOS PESSOAIS

1. NOME COMPLETO _____

2. DATA DE NASCIMENTO ____/____/____

3. NACIONALIDADE _____ NATURALIDADE _____ UF _____

4. NOME DO PAI _____

5. NOME DA MÃE _____

6. RG _____ ÓRGÃO EXPEDIDOR _____ UF _____

7. CPF _____ PIS/PASEP _____

8. CERTIFICADO DE RESERVISTA RA _____ ÓRGÃO EXPEDIDOR CSM _____

9. TÍTULO DE ELEITOR Nº. INSCRIÇÃO _____ ZONA _____ SEÇÃO _____ MUNICÍPIO/UF _____/____

10. CNH Nº. REGISTRO _____ CATEGORIA _____ VALIDADE ____/____/____

11. DADOS BANCÁRIOS - BANCO: _____ AGÊNCIA: _____ CONTA CORRENTE: _____

12. ESTADO CIVIL _____

13. NOME DO CÔNJUGE _____

14. CONJUGE É FUNCIONÁRIO PÚBLICO? () SIM () NÃO SE AFIRMATIVA, LOCAL ONDE O MESMO TRABALHA _____

15. ENDEREÇO RESIDENCIAL ATUAL RUA _____ Nº _____ COMPLEMENTO _____ BAIRRO _____ FONE _____ CIDADE _____ UF _____ CEP _____

16. ENDEREÇO ONDE TENHA RESIDIDO NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS RUA _____ Nº _____ COMPLEMENTO _____ BAIRRO _____ FONE _____ CIDADE _____ UF _____ CEP _____ RUA _____ Nº _____ COMPLEMENTO _____ BAIRRO _____ FONE _____ CIDADE _____ UF _____ CEP _____

17. ALTURA _____ PESO _____ MANEQUIM Nº. _____ CALÇA Nº. _____ TÊNIS Nº. _____

II - FORMAÇÃO ESCOLAR

1. ENSINO: _____

2. ESCOLA: _____ CIDADE _____ UF _____ ANO DE CONCLUSÃO _____

3. OUTROS CURSOS: _____

4. _____

5. _____

6. _____

7. _____

III - ATIVIDADES PROFISSIONAIS

1. ESTÁ EMPREGADO ATUALMENTE? () SIM () NÃO SE AFIRMATIVA QUAL O CARGO _____ FIRMA, REPARTIÇÃO OU EMPREGADOR _____

2. ENDEREÇO DO LOCAL DE TRABALHO _____

3. EMPREGO NOS ÚLTIMOS 5 (CINCO) ANOS: CARGO _____ EMPREGADOR _____ ENDEREÇO DO LOCAL DE TRABALHO _____

CIDADE _____ UF _____ FONE _____ PERÍODO DE ____/____/____ A ____/____/____

MOTIVO DA SAÍDA _____
 CARGO _____
 EMPREGADOR _____
 ENDEREÇO DO LOCAL DE TRABALHO _____

 CIDADE _____ UF _____ FONE _____
 PERÍODO DE _____ / _____ / _____ A _____ / _____ / _____
 MOTIVO DA SAÍDA _____
 CARGO _____
 EMPREGADOR _____
 ENDEREÇO DO LOCAL DE TRABALHO _____

CIDADE _____ UF _____ FONE _____
 PERÍODO DE _____ / _____ / _____ A _____ / _____ / _____
 MOTIVO DA SAÍDA _____
 4. QUAL SUA PROFISSÃO PRINCIPAL: _____
 5. QUAL SUA PROFISSÃO SECUNDÁRIA: _____
 6. TEM ALGUMA HABILIDADE ESPECÍFICA? () SIM () NÃO
 CASO AFIRMATIVO QUAL: _____
 7. VOCÊ JÁ FOI SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL, FEDERAL OU MUNICIPAL?
 CASO AFIRMATIVO FORNEÇA:
 ÓRGÃO _____
 ÚLTIMA LOTAÇÃO _____ DATA _____ / _____ / _____
 MOTIVO DA EXONERAÇÃO OU DEMISSÃO _____

IV - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

1. NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS VOCÊ JÁ RESPONDEU A:
 INQUÉRITO POLICIAL SIM () NÃO ()
 INQUÉRITO POLICIAL MILITAR SIM () NÃO ()
 PROCESSO CÍVEL SIM () NÃO ()
 PROCESSO CRIME SIM () NÃO ()
 PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR SIM () NÃO ()
 SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR SIM () NÃO ()
 OUTROS SIM () NÃO ()
 2. CASO AFIRMATIVO FORNEÇA DETALHES _____

3. JÁ FOI REABILITADO EM SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR?
 () SIM () NÃO
 4. PORQUE ESCOLHEU A PROFISSÃO AGENTE PRISIONAL? _____

5. QUAIS AS SUAS EXPECTATIVAS COMO FUTURO AGENTE PRISIONAL?

6. CITAR QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES A SEU RESPEITO QUE VOCÊ JULGUE IMPORTANTE _____

V - ATIVIDADES ACADÊMICAS

1. JÁ FOI ALUNO DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA OU DE OUTRA ACADEMIA COMO POLÍCIA CIVIL OU MILITAR? () SIM () NÃO
 CASO POSITIVO QUAL? _____

POR QUAL MOTIVO SAIU? _____

VI - SITUAÇÃO SOCIAL

1. 01. CITE 03 (TRÊS) PESSOAS QUE POSSAM PRESTAR INFORMAÇÕES SOBRE VOCÊ:

NOME _____
 RUA _____ Nº. _____
 COMPLEMENTO _____
 BAIRRO _____ FONE _____
 CIDADE _____ UF _____ CEP _____
 NOME _____
 RUA _____ Nº. _____
 COMPLEMENTO _____
 BAIRRO _____ FONE _____

CIDADE _____ UF _____ CEP _____
 NOME _____
 RUA _____ Nº. _____
 COMPLEMENTO _____
 BAIRRO _____ FONE _____
 CIDADE _____ UF _____ CEP _____

2. EM CASO DE URGÊNCIA, CITE 02 DUAS PESSOAS PARA CONTATO:
 NOME _____
 RUA _____ Nº. _____
 COMPLEMENTO _____
 BAIRRO _____ FONE _____
 CIDADE _____ UF _____ CEP _____
 NOME _____
 RUA _____ Nº. _____
 COMPLEMENTO _____
 BAIRRO _____ FONE _____
 CIDADE _____ UF _____ CEP _____

3. CITE O NOME DOS CLUBES OU ASSOCIAÇÕES QUE VOCÊ SEJA SÓCIO OU QUE FREQUENTA REGULARMENTE:

4. VOCÊ JÁ FEZ OU FAZ USO HABITUAL DE BEBIDAS ALCOÓLICAS OU POSSUI QUALQUER OUTRO VÍCIO OU DEPENDÊNCIA?
 SIM () NÃO ()
 CASO AFIRMATIVO FORNEÇA DETALHES _____

6. PRESTA ALGUM SERVIÇO VOLUNTÁRIO?
 SIM () NÃO ()
 SE AFIRMATIVO ONDE? _____
 PERÍODO _____ / _____ / _____ A _____ / _____ / _____

VII - SITUAÇÃO FAMILIAR

1. COM QUEM VOCÊ RESIDE:
 () SOZINHO(a) () COM OS PAIS
 () COM ESPOSO(a) () COM COMPANHEIRO(a)
 () COM FILHO(a) () COM AMIGO
 CITAR OS MOTIVOS: _____

2. SEU SALÁRIO ATUAL ADVÉM DE MAIS DE UMA FONTE DE RENDA?
 SIM () NÃO ()

3. QUANTO É O SEU SALÁRIO? _____
 4. QUANTO É A SUA RENDA FAMILIAR? _____
 5. QUANTAS PESSOAS CONTRIBUEM? _____
 6. SUA RESIDÊNCIA É:
 () PRÓPRIA () CEDIDA
 () ALUGADA () OUTROS (especificar) _____

7. POSSUI VEÍCULO AUTOMOTOR? () SIM () NÃO
 EM CASO AFIRMATIVO, FORNEÇA MARCA _____
 MODELO _____ PLACA _____ ANO _____

8. CITAR O NOME DE SEUS DEPENDENTES:

NOME	PARENTESCO	NASCIMENTO

9. VOCÊ JÁ SOFREU OU SOFRE DE:
 DISTÚRBIOS MENTAIS OU NERVOSOS SIM () NÃO ()
 MOLÉSTIA INFECTO-CONTAGIOSA SIM () NÃO ()
 DOENÇAS HEREDITÁRIAS SIM () NÃO ()
 OUTROS TIPOS DE DOENÇA SIM () NÃO ()
 EM CASO AFIRMATIVO:
 TOMA REMÉDIO CONTROLADO SIM () NÃO ()
 QUAL? _____
 EXPLIQUE DETALHADAMENTE O QUE VOCÊ SABE SOBRE A DOENÇA: _____

10. ALGUM MEMBRO DE SUA FAMÍLIA JÁ SOFREU OU SOFRE DE:
 DISTÚRBIOS MENTAIS OU NERVOSOS SIM () NÃO ()
 MOLÉSTIA INFECTO-CONTAGIOSA SIM () NÃO ()
 DOENÇAS HEREDITÁRIAS SIM () NÃO ()
 OUTROS TIPOS DE DOENÇA SIM () NÃO ()
 CASO AFIRMATIVO, EXPLIQUE DETALHADAMENTE SOBRE A DOENÇA E O GRAU DE PARENTESCO: _____

11. VOCÊ JÁ FOI INTERNADO EM HOSPITAL? () SIM () NÃO
 CASO POSITIVO, FORNEÇA DETALHADAMENTE:
 NOME DO HOSPITAL _____
 MOTIVO DO INTERNAMENTO OU NOME DA DOENÇA _____

PERÍODO DE INTERNAMENTO _____ / _____ / _____ A _____ / _____ / _____
 CIDADE _____ UF _____

12. TEM ALGUMA RESTRIÇÃO FÍSICA? _____ QUAL? _____

13. VOCÊ TEM ALGUM DISTÚRBO DE SAÚDE QUE O LIMITE QUANTO A PRÁTICA DE:

GINÁSTICA () SIM () NÃO
 NATAÇÃO () SIM () NÃO
 CORRIDAS () SIM () NÃO
 GINÁSTICA PESADA () SIM () NÃO
 CAMINHADAS LONGAS () SIM () NÃO
 ARTES MARCIAIS OU DEFESA PESSOAL () SIM () NÃO
 OUTRAS MODALIDADES ESPORTIVAS QUE EXIJAM ESFORÇO FÍSICO (especificar) _____

14. TIPOSANGUÍNEO _____ FATORRH _____
VIII - INFORMAÇÕES PESSOAIS
 FALA OUTRO IDIOMA? _____ QUAL? _____

FALE LIVREMENTE SOBRE VOCÊ: _____

(NOME) _____,
 DECLARO QUE AS RESPOSTAS FORNECIDAS NESTE QUESTIONÁRIO SÃO A EXPRESSÃO DA VERDADE.

ASSINATURA _____
ANEXO III – TERMO DE DESISTÊNCIA DE BOLSA DE ESTUDO
 Eu, _____, Ins-crito (a) no CPF sob o nº _____ e no RG nº _____, Residente e domiciliado (a) à _____ Nº _____, Bairro _____ cidade de _____ UF _____, regularmente matriculado (a) no curso de Formação Profissional do Concurso C-199.2, realizado pela Escola de Administração Penitenciária-EAP, utilizo-me deste instrumento para formalizar a desistência da Bolsa de Auxílio de Estudo concedida no período letivo, por ser servidor público Matrícula nº _____, lotado no órgão _____ Departamento _____ na função _____.

Assinatura _____ /UF: _____, dia _____ mês _____ de 2019.
ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE DADOS BANCÁRIOS

NOME: _____
 CARGO/REGIÃO: _____
 CPF: _____
 NOME DO BANCO: _____ Nº DA AGÊNCIA: _____ Nº. DA CONTA CORRENTE: _____
 Observação: Não esquecer prioritariamente de especificar no espaço acima, o dígito verificador da agência e conta corrente, quando houver. A conta deve ter obrigatoriamente as seguintes características:
 - Ser conta corrente (Não ser conta salário e nem conta conjunta);
 - Ter como titular da conta corrente o beneficiário da bolsa;
 - Estar ativa (sempre verificar junto ao banco);
 - Não ser poupança, nem conta virtual;
 - A conta não poderá estar inativa, bloqueadas e/ou sem movimento;
 - Recomenda-se, preferencialmente, a abertura de conta corrente no Banco do Banpará, pois há uma diversidade de contas cuja natureza especial dificulta o pagamento da bolsa.

_____/_____/_____
 Local, Data
 ASSINATURA POR EXTENSO _____

Assumo total responsabilidade sobre as informações contidas neste documento. Por ser expressão da verdade, dato e assino o presente documento, ficando ciente de que, no caso de inveracidade comprovada, implicará na rejeição dos valores pelo Banco e retorno aos cofres públicos.

ANEXO V – CHECK-LIST DE ENTREGA DE DOCUMENTOS
 NOME _____
 CARGO: _____ REGIÃO: _____
 Nº INSCRIÇÃO: _____
 RELAÇÃO DE DOCUMENTOS, CONFORME O SUBITEM 1.3. DO EDITAL Nº 47 / 2019 – SEAD / SUSIPE, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

DOCUMENTOS	ENTREGUES
a) Cédula de identidade;	SIM () NÃO ()
b) CPF;	SIM () NÃO ()
c) Certidão de nascimento ou casamento;	SIM () NÃO ()
d) Certidão de nascimento dos dependentes;	SIM () NÃO ()
e) Título de eleitor com o respectivo comprovante de quitação;	SIM () NÃO ()
f) PIS/PASEP ou CTPS para quem não possui PIS/PASEP;	SIM () NÃO ()
g) Comprovante de quitação com o serviço militar (Somente para o sexo masculino);	SIM () NÃO ()
h) Originais dos certificados de ensino médio para os cargos de nível médio e certificado de ensino superior específico à função da vaga pleiteada no concurso, para os cargos de nível superior, bem como seus respectivos históricos escolares;	SIM () NÃO ()
i) 2 (duas) fotografias 3x4 recentes e coloridas;	SIM () NÃO ()
j) Comprovante de residência atualizado (Água, Luz ou Telefone);	SIM () NÃO ()
k) Fator RH (Tipo de sangue);	SIM () NÃO ()

l) Formulário de requerimento de matrícula e anexo do requerimento de matrícula devidamente preenchidos, disponíveis nos Anexo II e III deste Edital;	SIM () NÃO ()
m) Termo de desistência da bolsa de estudos, conforme subitem 3.3 deste edital (Anexo IV);	SIM () NÃO ()
n) Declaração de dados bancários (Anexo V);	

DOCUMENTAÇÃO COMPLETA () DOCUMENTAÇÃO PENDENTE ()
 OBSERVAÇÃO: _____

ASSINATURACANDIDATO: _____
 ASSINATURA DO SERVIDOR: _____
 DATA: ____/____/_____
 Anexar cópia do extrato bancário.

Protocolo: 511706
AVISO DE SUSPENSÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 001/2019

A Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD, através da Comissão Especial de Licitação, comunica aos interessados que a licitação referente a Concorrência Pública nº 001/2019, que tem por objeto "a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de planejamento, organização, realização, processamento e resultado final para homologação de Concurso Público para seleção de candidatos ao cargo de Delegado de Polícia Civil e Concurso Público para seleção de candidatos aos cargos de Investigador de Polícia, Escrivão de Polícia e Papiloscopista, para provimento de vagas no quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará, assim como toda e qualquer logística necessária à execução dos serviços", está suspensa em virtude de adequações técnicas do edital.

O Edital será republicado com nova data para abertura do certame, através dos meios de comunicação oficiais, sendo disponibilizado no Portal Eletrônico: www.compraspara.pa.gov.br.

Maiores informações através do email: licitacao.dgl@sead.pa.gov.br.
 Belém, 27 de dezembro de 2019.

Otavio Oliva Neto
 Presidente da Comissão Especial de Licitação

Protocolo: 511986
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (SEPLAD)

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA (SEAP)

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE AGENTE PRISIONAL

CONCURSO PÚBLICO C – 199

EDITAL Nº 64/2019 – SEAD/SUSIPE, 27 de dezembro de 2019
HOMOLOGAÇÃO DA MATRÍCULA NO CURSO DE FORMAÇÃO – SUB JUDICE

A Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD a Secretaria de Administração Penitenciária – SEAP, no uso das atribuições legais, tornam pública a homologação da matrícula no Curso de Formação dos candidatos sub judice GENIERBERTH COELHO LOPES, inscrição nº 598001406, cargo Agente Prisional – Região Metropolitana e ROGÉRIO SILVA DE PAULA, inscrição nº 600009351, cargo Agente Prisional – Região Guamá, conforme os termos do Edital nº 59/2019, do Concurso Público C-199.

1. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
 Belém, 27 de dezembro de 2019

HANA SAMPAIO GHASSAN
 Secretária de Estado de Planejamento e Administração

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO
 Secretário de Estado de Administração Penitenciária

Protocolo: 511707
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (SEPLAD)

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA (SEAP)

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE NÍVEIS SUPERIOR E MÉDIO

CONCURSO PÚBLICO C – 204

EDITAL Nº 59/2019 – SEAD/SUSIPE, 27 de dezembro de 2019
HOMOLOGAÇÃO DA MATRÍCULA NO CURSO DE FORMAÇÃO – SUB JUDICE

A Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD a Secretaria de Administração Penitenciária – SEAP, no uso das atribuições legais, tornam pública a homologação da matrícula no Curso de Formação da candidata sub judice RUTILENE RIBEIRO DE SOUSA, inscrição nº 5160013831, cargo Técnico de Enfermagem – Região Metropolitana, conforme os termos do Edital nº 57/2019, do Concurso Público C-204, para os cargos de nível médio e superior da SUSIPE.

1. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
 Belém, 27 de dezembro de 2019

HANA SAMPAIO GHASSAN
 Secretária de Estado de Planejamento e Administração

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO
 Secretário de Estado de Administração Penitenciária

Protocolo: 511699
AVISO DE SUSPENSÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 002/2019

A Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD, através da Comissão Especial de Licitação, comunica aos interessados que a licitação referente a Concorrência Pública nº 002/2019, que tem por objeto "a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços

de planejamento, organização, realização, processamento e resultado final para homologação de Concursos Públicos para seleção de candidatos ao Curso de Formação de Praças Combatentes PM, Curso de Formação de Oficiais Combatentes PM da Polícia Militar do Estado do Pará, assim como toda e qualquer logística necessária à execução dos serviços", está suspensa em virtude de adequações técnicas do edital.

O Edital será republicado com nova data para abertura do certame, através dos meios de comunicação oficiais, sendo disponibilizado no Portal Eletrônico: www.compraspara.pa.gov.br.

Maiores informações através do email: licitacao.dgl@sead.pa.gov.br. Belém, 27 de dezembro de 2019.

Otavio Oliva Neto

Presidente da Comissão Especial de Licitação

Protocolo: 511989

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E
ADMINISTRAÇÃO (SEPLAD)
FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO
PARÁ (HEMOPA)
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM
CARGOS DE NÍVEIS MÉDIO E SUPERIOR
CONCURSO PÚBLICO C-182
EDITAL Nº 18/SEAD-HEMOPA, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019.
RESULTADO DEFINITIVO DA ETAPA DA AVALIAÇÃO DE
TÍTULOS

A SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SEPLAD e a FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ - HEMOPA, no uso das atribuições legais, TORNAM PÚBLICO o RESULTADO DEFINITIVO DA ETAPA DE AVALIAÇÃO DE TÍTULOS do Concurso Público C-182, para provimento de vagas efetivas de níveis médio e superior da Fundação HEMOPA, conforme a seguir.

1 DO RESULTADO DEFINITIVO DA ETAPA DE AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

1.1 Resultado definitivo dos candidatos convocados para a etapa de avaliação de títulos do Concurso Público C-182, para provimento de vagas efetivas de níveis médio e superior da Fundação HEMOPA, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato em ordem alfabética e pontuação final na etapa de avaliação de títulos.

1.1.1 Assistente Social (código 101): 212113066, AMANDA CRISTINA RIBEIRO DA COSTA, 1.00; 212113422, ANDERSON DOS REIS CONCEICAO, 0.00; 212110053, BETANIA DO SOCORRO SANTOS MOURAO, 0.75; 212109396, CAMILA DE MIRANDA MEDINA, 0.00; 212108248, DIANA CINTIA NUNES DA SILVA FERREIRA, 1.00; 212113290, LIANE DA SILVA MENDES, 0.00; 212101924, LORENE FERNANDES MOTA REIS, 1.25; 212100223, LUIS FELIPE OLIVEIRA DO CARMO, 0.75; 212100756, MARCELA RIBEIRO DA SILVA, 0.25; 212111085, MARIA DE NAZARE DOS SANTOS SALDANHA, 1.25; 212111087, NATALIA BEZERRA PRAZERES, 0.75; 212111869, PRISCILA GLEYCE NUNES NOBRE, 2.00; 212108500, VANESSA DO SOCORRO SENA SOUZA, 0.75; 212100567, VANESSA PIMENTEL LOBATO, 1.25.

2 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 As respostas dos recursos interpostos poderão ser obtidas mediante solicitação junto a CAC-IADES (ver item 16 do Edital Normativo).

2.2 O resultado definitivo da etapa da avaliação de títulos Concurso Público C-182, para provimento de vagas efetivas de níveis médio e superior da Fundação HEMOPA fica devidamente conhecido nesta data.

3. Este edital entra em vigor na data de sua publicação Belém/PA, 27 de dezembro de 2019.

HANA SAMPAIO GHASSAN

Secretária de Estado de Planejamento e Administração

PAULO ANDRÉ CASTELO BRANCO BEZERRA

Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará

Protocolo: 512033

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
(SEPLAD)
FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ
(HEMOPA)
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS
DE NÍVEIS MÉDIO E SUPERIOR
CONCURSO PÚBLICO C-182

EDITAL Nº 19/SEPLAD-HEMOPA, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019.
RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO

A SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SEPLAD e a FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ - HEMOPA, no uso das atribuições legais, TORNAM PÚBLICO o RESULTADO FINAL do Concurso Público C-182, para provimento de vagas efetivas de níveis médio e superior da Fundação HEMOPA, conforme a seguir.

1 DA RELAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS NO LIMITE DE VAGAS OFERTADAS

1.1 Resultado definitivo dos candidatos aprovados e classificados no limite de vagas ofertadas no Concurso Público C-182 para provimento de vagas efetivas de níveis médio e superior da Fundação HEMOPA, na seguinte ordem: número de inscrição, nome completo (em ordem de classificação), pontuação final na prova objetiva, pontuação final na prova discursiva, pontuação final na avaliação de títulos (se for o caso), pontuação final no certame e classificação final após a conclusão de todas as etapas do concurso.

1.1.1 Assistente Social (código 101): 212111869, PRISCILA GLEYCE NUNES NOBRE, 7.20, 9.35, 2.00, 18.55, 1; 212108500, VANESSA DO SOCORRO SENA SOUZA, 7.60, 9.68, 0.75, 18.03, 2; 212100567, VANESSA PIMENTEL LOBATO, 7.80, 8.93, 1.25, 17.98, 3; 212113066, AMANDA

CRISTINA RIBEIRO DA COSTA, 7.00, 9.80, 1.00, 17.80, 4; 212100223, LUIS FELIPE OLIVEIRA DO CARMO, 7.60, 9.43, 0.75, 17.78, 5; 212110053, BETANIA DO SOCORRO SANTOS MOURAO, 7.60, 9.17, 0.75, 17.52, 6.

1.1.1.1 Assistente Social (código 101) - listagem específica para os candidatos que se declararam com deficiência: 212111085, MARIA DE NAZARE DOS SANTOS SALDANHA, 6.40, 9.67, 1.25, 17.32, 1.

1.1.2 Técnico de Enfermagem (código 201): 212109235, DANIELLE CORDEIRO DA CUNHA, 7.00, 9.77, 16.77, 1; 212113744, GICELE REGINA DE LIMA CRISTO, 6.80, 9.93, 16.73, 2; 212106173, RALPH ARIF ARAUJO DA SILVA, 6.80, 9.83, 16.63, 3; 212106174, JOSE PUREZA DE CASTRO JUNIOR, 6.80, 9.75, 16.55, 4; 212111580, EDINALDO NAZARENO SIQUEIRA DA SILVA, 6.80, 9.69, 16.49, 5; 212102547, CINTIA GABRIELLY DA LUZ COSTA, 6.80, 9.58, 16.38, 6; 212105582, FABIOLA CARDOSO DA MOTA, 6.80, 9.52, 16.32, 7; 212108483, ADRIANA SOUZA DO NASCIMENTO DE OLIVEIRA, 6.40, 9.87, 16.27, 8; 212110418, MARIA TELMA COIMBRA DA SILVA, 6.60, 9.54, 16.14, 9; 212105660, LARISSA VALINO COSTA SANTOS PAINS, 6.80, 9.29, 16.09, 10; 212109217, CLAYSEANE NUNES ARAUJO, 6.20, 9.87, 16.07, 11; 212101484, MARCEL DA SILVA MOREIRA, 6.40, 9.64, 16.04, 12; 212110624, JOAO LUCAS CARVALHO SOARES, 6.20, 9.83, 16.03, 13; 212105128, LORELAY CRISTINE VIANA SODRE, 6.80, 9.20, 16.00, 14; 212109577, MARIA SILVANA LOLA DE OLIVEIRA, 6.20, 9.79, 15.99, 15; 212112091, KYLLZA REJAYNNE SANTOS REIS, 6.20, 9.79, 15.99, 16; 212112748, MARIANA JORGE GONCALVES, 6.20, 9.79, 15.99, 17; 212104347, EDILENE VENANCIO CHAVES, 6.20, 9.78, 15.98, 18; 212106284, ANA PAULA DE SOUSA SILVA, 6.20, 9.75, 15.95, 19; 212103688, REGIANE GOMES DA COSTA, 6.00, 9.86, 15.86, 20; 212108994, VALERIA SILVA MATOS, 6.20, 9.56, 15.76, 21; 212103763, JOSIANE SILVA DA SILVA, 6.00, 9.67, 15.67, 22; 212106446, CLEMENTINA SILVA NASCIMENTO, 6.20, 9.47, 15.67, 23; 212112706, HELOISA DA SILVA FERREIRA, 6.20, 9.34, 15.54, 24; 212109565, ANA LIDIA COUTINHO DOS SANTOS, 5.80, 9.73, 15.53, 25; 212107232, VALDECIRA CORREA ARAUJO, 6.00, 9.47, 15.47, 26; 212107436, MARIA TRACEMA FAIAL LOBO, 6.20, 9.20, 15.40, 27; 212111960, SILVIA ALICE DO NASCIMENTO ARAUJO, 6.00, 9.31, 15.31, 28; 212109662, ADRIELLE MELO DE CASTRO, 5.80, 9.50, 15.30, 29; 212103486, FRANCENILDO BARROS, 5.80, 9.48, 15.28, 30; 212104175, SHEILA CRISTINA LINS SOARES SILVA, 5.80, 9.39, 15.19, 31; 212114175, RAYLANE DO SOCORRO LOPES ALVES, 6.00, 9.13, 15.13, 32; 212102353, BEATRIZ DANDARA REMIGIO GUEDES, 7.20, 7.75, 14.95, 33; 212111344, KATIA SILENE MARQUES DA ROSA, 5.80, 9.14, 14.94, 34; 212112001, ELISANGELA SANTOS DE JESUS ALMEIDA, 5.80, 9.10, 14.90, 35; 212105361, CLEDIANE GOMES REBELO NASCIMENTO, 6.00, 8.81, 14.81, 36; 212111674, BARBARA BOTELHO CUNHA, 5.80, 8.94, 14.74, 37; 212106374, MARIA LENY DE JESUS SANTANA SANTOS, 6.00, 8.64, 14.64, 38.

1.1.2.1 Técnico de Enfermagem (código 201) - listagem específica para os candidatos que se declararam com deficiência: 212103760, PASCOAL MELO MALCHER JUNIOR, 5.60, 8.57, 14.17, 1; 212101056, CLEITON JUNIOR SENA DOS SANTOS, 5.80, 6.23, 12.03, 2.

1.1.3 Técnico em Patologia Clínica (código 202): 212110619, RAFAELLA DO NASCIMENTO FERREIRA, 6.60, 9.93, 16.53, 1; 212113876, VICTOR CEZAR GOMES MELO, 6.80, 9.57, 16.37, 2; 212105555, IAGO BARROSO RAMOS, 6.40, 9.64, 16.04, 3; 212114183, ADRIANA DO SOCORRO COELHO PIMENTA, 6.20, 9.83, 16.03, 4; 212100400, LUCIANA CORREA CARNEIRO, 6.00, 9.93, 15.93, 5; 212105374, WELLINGTON ROBERTO SILVA DE QUEIROZ, 6.00, 9.93, 15.93, 6; 212105078, RAIZA MARTINS FONTOURA, 6.20, 9.71, 15.91, 7; 212102581, CARMELITA DA CONCEICAO NASCIMENTO, 6.20, 9.64, 15.84, 8; 212102132, LUAN NASCIMENTO MESQUITA, 6.20, 9.53, 15.73, 9; 212105602, ANDREIA NASCIMENTO DA CONCEICAO BOTO, 6.00, 9.47, 15.47, 10; 212100726, LARISSA FERREIRA SOARES, 5.60, 9.86, 15.46, 11; 212101487, WAILLA RAFAELA BARROSO MENDES, 5.60, 9.85, 15.45, 12; 212105064, NATALIA ARAGAO DE OLIVEIRA, 5.40, 9.93, 15.33, 13; 212110092, LIVIA LETICIA FERREIRA RIBEIRO, 5.40, 9.92, 15.32, 14; 212111609, ANA RONDINE SKIET DA SILVA MONTEIRO, 5.20, 9.92, 15.12, 15; 212104152, LARISSA CRISTINA PRADO DAS NEVES COSTA, 5.60, 9.52, 15.12, 16; 212108807, ROSICLEA FRANCA DOS SANTOS, 5.20, 9.71, 14.91, 17; 212113014, LETICIA CRISTINA DALZY CASTRO, 7.20, 7.56, 14.76, 18; 212101282, BRUNA DE FATIMA BATISTA DA SILVA, 6.20, 8.54, 14.74, 19.

2 DA RELAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS EM CADASTRO-RESERVA

2.1 Resultado definitivo dos candidatos aprovados e classificados no limite de vagas em cadastro-reserva no Concurso Público C-182 para provimento de vagas efetivas de níveis médio e superior da Fundação HEMOPA, na seguinte ordem: número de inscrição, nome completo (em ordem de classificação), pontuação final na prova objetiva, pontuação final na prova discursiva, pontuação final na avaliação de títulos (se for o caso), pontuação final no certame e classificação final após a conclusão de todas as etapas do concurso.

2.1.1 Assistente Social (código 101): 212100756, MARCELA RIBEIRO DA SILVA, 7.20, 9.80, 0.25, 17.25, 7; 212111087, NATALIA BEZERRA PRAZERES, 7.60, 8.85, 0.75, 17.20, 8; 212108248, DIANA CINTIA NUNES DA SILVA FERREIRA, 7.20, 8.91, 1.00, 17.11, 9; 212113422, ANDERSON DOS REIS CONCEICAO, 7.60, 9.33, 0.00, 16.93, 10; 212109396, CAMILA DE MIRANDA MEDINA, 7.60, 9.03, 0.00, 16.63, 11; 212113290, LIANE DA SILVA MENDES, 7.00, 9.23, 0.00, 16.23, 12.

2.1.1.1 Assistente Social (código 101) - listagem específica para os candidatos que se declararam com deficiência: 212101924, LORENE FERNANDES MOTA REIS, 6.60, 9.29, 1.25, 17.14, 2.

2.1.2 Técnico de Enfermagem (código 201): 212104693, KARINE DE SOUSA GONCALVES, 5.80, 8.67, 14.47, 39; 212103586, JANAINA DA SILVA OLIVEIRA, 5.80, 8.65, 14.45, 40; 212102785, PAULA CAROLINA TAVARES DE MELO, 5.80, 8.55, 14.35, 41; 212110870, CAMILA LOPES BARBOSA

PAULO, 6.80, 7.47, 14.27, 42; 212110521, GORETTY DE FATIMA DA SILVA SANTOS, 6.00, 8.27, 14.27, 43; 212110033, HELYSA KAROL MENZES COSTA, 6.00, 8.19, 14.19, 44; 212112418, ODILENE SILVA COSTA, 7.00, 7.17, 14.17, 45; 212111797, MILENA CAROLINA DE ARAUJO, 6.20, 7.82, 14.02, 46; 212100895, JANAINA DE FREITAS VALE, 6.40, 7.57, 13.97, 47; 212105223, JICIO SARAIVA PINHO, 6.40, 7.36, 13.76, 48; 212103683, GILMARA DA COSTA GONCALVES REIS, 6.20, 7.52, 13.72, 49; 212110310, REGINA HELAINE REGO PAMPLONA DOS SANTOS, 6.20, 7.52, 13.72, 50; 212109006, EVA VIEIRA DA SILVA, 6.00, 7.67, 13.67, 51; 212111948, ARLETE SAYARAH SANTIAGO FLORES, 7.00, 6.67, 13.67, 52; 212104707, ADILSON PINHEIRO DE CASTRO, 5.80, 7.83, 13.63, 53; 212100111, GILMARA BARROS SOUSA, 5.80, 7.82, 13.62, 54; 212109118, JANE MARIA PEREIRA CASTRO SANTANA, 6.00, 7.60, 13.60, 55; 212106751, WELLINGTON NUNES DOS SANTOS, 5.80, 7.78, 13.58, 56; 212101546, MARIA ALCIONE DA CONCEICAO BENICIO, 6.20, 7.33, 13.53, 57; 212107841, MARCELINA ARAUJO DE LIMA, 5.80, 7.67, 13.47, 58; 212112662, GEICE KELLY COSTA SOARES GARCIA, 5.80, 7.66, 13.46, 59; 212101522, ANDRESSA DOS SANTOS MARQUES, 6.20, 7.20, 13.40, 60; 212106876, MARIO SERGIO CARVALHO CALDAS, 6.20, 7.15, 13.35, 61; 212114118, TATIANE PENICHE DA SILVA, 6.00, 7.33, 13.33, 62; 212107112, MARIA FRANCISCA MOURA DA SILVA, 6.00, 7.27, 13.27, 63; 212109542, FRANCISCO VIANA GALVAO, 6.00, 7.25, 13.25, 64; 212102943, ADRIANA RAIOL DOS ANJOS, 6.00, 7.24, 13.24, 65; 212111649, BIANCA DA SILVA REGIS, 6.40, 6.80, 13.20, 66; 212105421, ANGELA OLIVEIRA DO ESPIRITO SANTO PINTO, 5.80, 7.37, 13.17, 67; 212106213, JUSSARA PEREIRA DE MENEZES, 5.80, 7.31, 13.11, 68; 212100263, ELIANE ANDRESSA MOREIRA NAVARRO, 6.80, 6.27, 13.07, 69; 212113931, SANDRA MARIA DE SOUZA FERREIRA, 5.80, 7.21, 13.01, 70; 212102302, AILTON NUNES DA SILVA, 5.80, 7.17, 12.97, 71; 212102913, CELY ROSELI COSTA DA COSTA, 6.20, 6.76, 12.96, 72; 212112551, MARILUCE COSTA DOS SANTOS, 5.80, 7.15, 12.95, 73; 212103179, PATRICIA DE JESUS NUNES DOS SANTOS, 5.80, 7.13, 12.93, 74; 212100728, MALON LIMA DE FREITAS, 5.80, 7.08, 12.88, 75; 212104799, JAIR JOSE BARROS CALDAS, 6.60, 6.05, 12.65, 76; 212114191, JESSICA JAMILLY SILVA DA SILVA, 6.20, 6.29, 12.49, 77; 212100227, PEDRO PAULO DA FONSECA PINHEIRO, 6.40, 6.09, 12.49, 78.

2.1.3 Técnico em Patologia Clínica (código 202): 212114066, ANA CAROLINA SILVA SERRA, 5.40, 9.33, 14.73, 20; 212101603, ADRIANE MARIA BEZERRA DA SILVA, 5.20, 9.50, 14.70, 21; 212108944, VALERIA LOBATO MACEDO, 5.00, 9.66, 14.66, 22; 212113229, STEPHANY TEIXEIRA LIMA, 5.00, 9.66, 14.66, 23; 212106107, JANNYCE GUEDES DA COSTA, 7.00, 7.60, 14.60, 24; 212112120, SILVIA MADUREIRA MADEIRA DE SOUZA, 5.80, 8.69, 14.49, 25; 212108906, HEITOR NATAN COSTA DA COSTA, 5.00, 9.40, 14.40, 26; 212112126, WALBER VICTOR DE MORAES PINTO, 5.80, 8.50, 14.30, 27; 212110936, TERESA RAQUEL SOUZA RODRIGUES, 5.20, 9.03, 14.23, 28; 212111886, ANNA ANGELICA BEZERRA BASTOS, 6.40, 7.67, 14.07, 29; 212106575, BASILEU JESUS FERREIRA NEVES JUNIOR, 6.20, 7.76, 13.96, 30; 212103041, CINTHIA HOLLANDA DE SOUZA, 5.00, 8.95, 13.95, 31; 212107964, MARIA DULCILEIA FERNANDES DOS SANTOS, 6.00, 7.77, 13.77, 32; 212108563, LUNNA TENREIRO ARANHA PINAGE BORGES, 6.20, 7.57, 13.77, 33; 212112392, SAMIRA PEIXOTO ALENCAR, 6.20, 7.57, 13.77, 34; 212113112, LUIZ ALBERTO BRITO DOS SANTOS BRITO, 5.60, 8.14, 13.74, 35; 212110811, AMANDA PINHEIRO FARIAS, 5.20, 8.42, 13.62, 36; 212112163, KELLY CRISANE DE OLIVEIRA CASTRO CASTANHO, 5.60, 7.57, 13.17, 37; 212111892, DWANE LOUISE DE CASTRO MIRANDA, 5.40, 7.75, 13.15, 38.

3 DA RELAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS E NÃO-CLASSIFICADOS NO LIMITE DE VAGAS OFERTADAS (ALÉM DO CADASTRO DE RESERVA)

3.1 Resultado definitivo dos candidatos aprovados e não-classificados no limite de vagas ofertadas no Concurso Público C-182 para provimento de vagas efetivas de níveis médio e superior da Fundação HEMOPA, na seguinte ordem: número de inscrição, nome completo (em ordem de classificação), pontuação final na prova objetiva, pontuação final na prova discursiva, pontuação final na avaliação de títulos (se for o caso), pontuação final no certame e classificação final após a conclusão de todas as etapas do concurso.

3.1.1 Técnico de Enfermagem (código 201): 212112665, REJEANE DA SILVA OLIVEIRA, 6.40, 6.07, 12.47, 79; 212104390, ELINEIDE DE MELO LEAO, 6.00, 6.46, 12.46, 80; 212103350, LUZIANE MEDEIROS FRANCO BRAGA, 6.40, 6.06, 12.46, 81; 212107046, JOSEANE DOS SANTOS GOMES, 6.20, 6.14, 12.34, 82; 212104516, TANIA DINIZ MORAES FERREIRA, 6.20, 6.10, 12.30, 83; 212104040, BIANCA CORREA DA COSTA SILVA, 6.20, 6.00, 12.20, 84; 212112986, WILLIAMMYS DIEGO LEITE ROCHA, 6.20, 6.00, 12.20, 85; 212113378, VANESSA KELY LOPEA DE SOUZA, 6.00, 6.09, 12.09, 86; 212113268, CELY ALINNE LOPES SOUSA DE OLIVEIRA, 6.00, 6.07, 12.07, 87; 212109432, NATALIA PINHEIRO DO NASCIMENTO, 5.80, 6.26, 12.06, 88; 212104553, MAXLEY FIEL DOS SANTOS, 6.00, 6.05, 12.05, 89; 212102807, JOYCE JAQUELINNE PINHEIRO PEREIRA, 6.00, 6.03, 12.03, 91; 212113987, SELMA MARIA MOURA MORAES, 5.80, 6.10, 11.90, 92; 212105669, CLEIDEANE ROCHA DE ALMEIDA, 5.80, 6.08, 11.88, 93; 212109733, ELYZETH NAYARA AMARAL DE SOUSA, 5.80, 6.06, 11.86, 94; 212110820, ALBERT PATRICK BORCEM ALHO, 5.80, 6.05, 11.85, 95; 212100780, RENAN BATISTA XAVIER MACIEL, 5.80, 6.04, 11.84, 96; 212109328, KEVENI RAYANE BITTENCOURT DOS SANTOS, 5.80, 6.03, 11.83, 97; 212104671, GENILSE GONCALVES DE SOUZA DO CARMO, 5.80, 6.03, 11.83, 98; 212103209, PRISCILA MACHADO MONTEIRO MORAES, 5.80, 6.02, 11.82, 99; 212106875, LUCICLEA RODRIGUES DE LISBOA, 5.80, 6.02, 11.82, 100.

3.1.2 Técnico em Patologia Clínica (código 202): 212110866, OSMAR GOMES MOREIRA JUNIOR, 7.00, 6.05, 13.05, 39; 212109900, MELQUIZEU DA SILVA RODRIGUES, 5.60, 7.33, 12.93, 40; 212106044, MARIA ANDRIELI TRAVASSOS DOS SANTOS CARRERA, 5.20, 7.58, 12.78,

41; 212112175, PAULO NIELSEN DA SILVA DIAS, 5.20, 7.48, 12.68, 42; 212112956, SAMARA SILVEIRA DA CRUZ, 5.00, 7.66, 12.66, 43; 212113908, DAVI FELIPE DE SOUZA SIRQUEIRA, 6.60, 6.05, 12.65, 44; 212103455, DEBORA CHRISTINA RICARDO DE OLIVEIRA FERNANDES, 5.20, 7.38, 12.58, 45; 212108543, ALINE BARROS BACHA, 5.00, 7.57, 12.57, 46; 212113352, ANA CLAUDIA CARVALHO DE ALMEIDA, 5.80, 6.68, 12.48, 47; 212110436, TALITA GOMES DE MELO, 5.40, 6.92, 12.32, 48; 212110595, RUBIA CRITINA RIBEIRO GUALBERTO, 5.60, 6.14, 11.74, 49; 212103407, ARETHA PEREIRA DOS SANTOS, 5.40, 6.24, 11.64, 50; 212102635, JESSYCA HARIEL MIRANDA LOPES, 5.60, 6.00, 11.60, 51; 212114155, ELIZABETE DIAS CARAVELAS VALENTE, 5.40, 6.15, 11.55, 52; 212105562, LUCICLEIDE DE SOUSA PANTOJA, 5.40, 6.02, 11.42, 53; 212100682, ODAISE SANTOS DA SILVA BORGES, 5.20, 6.06, 11.26, 54; 212111295, CARLOS AUGUSTO DOS REIS BARROSO, 5.00, 6.14, 11.14, 55.

4 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 O mapa de desempenho individualizado de todos os candidatos que participaram do certame encontra-se disponível no endereço eletrônico <http://www.iades.com.br>.

4.2 O resultado final do Concurso Público C-182 fica devidamente homologado.

4.3 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Belém/PA, 27 de dezembro de 2019.

HANA SAMPAIO GHASSAN

Secretária de Estado de Planejamento e Administração

PAULO ANDRÉ CASTELO BRANCO BEZERRA

Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará

Protocolo: 512034

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (SEPLAD)

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR CONCURSO PÚBLICO C-196

EDITAL Nº 16/SEPLAD-SEAD/PA, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

RESULTADO DEFINITIVO DA ETAPA DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

A SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SEPLAD, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO o RESULTADO DEFINITIVO DA ETAPA DE AVALIAÇÃO DE TÍTULOS, do Concurso Público C-196, - sob o regime estatutário, para provimento de vagas efetivas de nível superior da SEAD, conforme a seguir.

1 DO RESULTADO DEFINITIVO DA ETAPA DE AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

1.1 Resultado definitivo dos candidatos convocados para a etapa de avaliação de títulos do Concurso Público C-196, para provimento de vagas efetivas de nível superior da SEAD, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato em ordem alfabética e pontuação final na etapa de avaliação de títulos.

1.1.1 Perito Médico (Código 101): 214100078, ALESSANDRA CASTRO GALVAO, 1.25; 214100213, BRENDA PRAZERES DE CAMPOS RAMOS, 0.75; 214100025, CAMILO FERREIRA RAMOS, 0.75; 214100159, CLARISSA QUARESMA DA SILVA, 0.00; 214100202, JULIANA SOUZA SABINO, 0.00; 214100170, LUIS GUSTAVO SILVA LIMA, 0.00; 214100012, MARCUS DIMITRI PONTES DE OLIVEIRA, 0.00.

1.1.2 Técnico em Gestão de Segurança do Trabalho (Código 102): 214100196, ADEMIR CAVALCANTE CARMIN JUNIOR, 0.25; 214100169, DANIELLE KARINA DE AZEVEDO VATRAZ, 1.25.

2 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 As respostas dos recursos interpostos poderão ser obtidas mediante solicitação junto a CAC-IADES (ver item 16 do Edital Normativo).

2.2 O resultado definitivo da etapa da avaliação de títulos Concurso Público C-196 para provimento de vagas efetivas de nível superior da SEAD fica devidamente conhecido nesta data.

3. Este edital entra em vigor na data de sua publicação

Belém/PA, 27 de dezembro de 2019.

HANA SAMPAIO GHASSAN

Secretária de Estado de Planejamento e Administração

Protocolo: 512035

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (SEPLAD)

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR CONCURSO PÚBLICO C-196

EDITAL Nº 17/SEPLAD-SEAD/PA, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO

A SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SEPLAD, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO o RESULTADO FINAL do Concurso Público C-196, sob o regime estatutário, para provimento de vagas efetivas de nível superior da SEAD, conforme a seguir.

1 DA RELAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS NO LIMITE DE VAGAS OFERTADAS

1.1 Resultado definitivo dos candidatos aprovados e classificados no limite de vagas ofertadas no Concurso Público C-196 para provimento de vagas efetivas de nível superior da SEAD, na seguinte ordem: número de inscrição, nome completo (em ordem de classificação), pontuação final na prova objetiva, pontuação final na prova discursiva, pontuação final na avaliação de títulos, pontuação final no certame e classificação final após a conclusão de todas as etapas do concurso.

1.1.1 Perito Médico (Código 101): 214100078, ALESSANDRA CASTRO GALVAO, 7.00, 7.48, 1.25, 15.73, 1; 214100025, CAMILO FERREIRA RAMOS, 6.80, 6.50, 0.75, 14.05, 2; 214100159, CLARISSA QUARESMA

DA SILVA, 5.80, 7.79, 0.00, 13.59, 3; 214100170, LUIS GUSTAVO SILVA LIMA, 5.80, 7.57, 0.00, 13.37, 4; 214100213, BRENDA PRAZERES DE CAMPOS RAMOS, 5.40, 6.66, 0.75, 12.81, 5.

1.1.2 Técnico em Gestão de Segurança do Trabalho (Código 102): 214100169, DANIELLE KARINA DE AZEVEDO VATRAZ, 7.40, 8.80, 1.25, 17.45, 1.

2 DA RELAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS EM CADASTRO-RESERVA

2.1 Resultado definitivo dos candidatos aprovados e classificados no limite de vagas em cadastro-reserva no Concurso Público C-196 para provimento de vagas efetivas de nível superior da SEAD, na seguinte ordem: número de inscrição, nome completo (em ordem de classificação), pontuação final na prova objetiva, pontuação final na prova discursiva, pontuação final na avaliação de títulos, pontuação final no certame e classificação final após a conclusão de todas as etapas do concurso.

2.1.1 Perito Médico (Código 101): 214100012, MARCUS DIMITRI PONTES DE OLIVEIRA, 5.00, 6.77, 0.00, 11.77, 6; 214100202, JULIANA SOUZA SABINO, 5.60, 6.05, 0.00, 11.65, 7.

2.1.2 Técnico em Gestão de Segurança do Trabalho (Código 102): 214100196, ADEMIR CAVALCANTE CARMIN JUNIOR, 9.00, 8.10, 0.25, 17.35, 2.

3 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 O mapa de desempenho individualizado de todos os candidatos que participaram do certame encontra-se disponível no endereço eletrônico <http://www.iades.com.br>.

3.2 O resultado final do Concurso Público C-196 fica devidamente **homologado**.

3.3 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Belém/PA, 27 de dezembro de 2019.

HANA SAMPAIO GHASSAN

Secretária de Estado de Planejamento e Administração

Protocolo: 512036

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

PORTARIA

PORTARIA Nº 003/2019, JULGADORIA, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

A Diretora da Julgadoria de Primeira Instância, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 24 da Lei Estadual nº 6.182/1998, cc. Artigo 5º, VII, da Instrução Normativa SEFA nº 19/2008,

RESOLVE:
TORNAR SEM EFEITO as Portarias da JULGADORIA, que delegaram competência para julgamento em primeira instância aos Auditores Fiscais de Receitas Estaduais – AFRES lotados nesta Julgadoria de Primeira Instância, conforme abaixo:

Portaria nº 001/2010 – JULGADORIA;

Portaria nº 002/2010 – JULGADORIA;

Portaria nº 001/2011 – JULGADORIA;

Portaria nº 001/2012 – JULGADORIA;

Portaria nº 001/2013 – JULGADORIA;

Portaria nº 001/2015 – JULGADORIA;

Portaria nº 001/2016 – JULGADORIA;

Portaria nº 002/2016 – JULGADORIA.

E DELEGAR competência para julgamento em 1ª Instância aos Auditores Fiscais de Receitas Estaduais – AFRES, abaixo relacionados, lotados nesta Julgadoria de Primeira Instância, nos termos do que dispõe o art. 6º, I, "a" da Instrução Normativa SEFA nº 19/2008, até ulterior deliberação.

ALLAN CLARK FERREIRA DE ASSUNÇÃO	Identificação Funcional nº 05280001-01
DANIEL FRAIHA PEGADO	Identificação Funcional nº 05852439-02
DOUGLAS DE SOUZA RAMOS	Identificação Funcional nº 05858097-01
ELTER PAULO FERREIRA	Identificação Funcional nº 05914964-01
EMÍLIO CARLOS VIEIRA DE BARROS	Identificação Funcional nº 00772950-03
GUILHERME FONSECA DE OLIVEIRA MELLO	Identificação Funcional nº 05914785-01
HENRIQUE MEDEIROS SILVA	Identificação Funcional nº 05914773-01
JOSÉ FERNANDO DOS SANTOS VASCONCELLOS	Identificação Funcional nº 05570387-01
JOSIANE SEIXAS DE OLIVEIRA	Identificação Funcional nº 00227749-03
LUCIANA ERICEIRA LOPES	Identificação Funcional nº 54191937-01
LUIZ ERNESTO MAURÍCIO ABREU LEITÃO	Identificação Funcional nº 54180898-01
PEDRO MARTINS LEAL	Identificação Funcional nº 05914771-01
REJANETHE NAISE DE OLIVEIRA MENDES	Identificação Funcional nº 05280362-01
VÍTOR RAMOS MACAU	Identificação Funcional nº 05915143-01

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

MEG LUNA SOARES HABER

Diretora da Julgadoria de Primeira Instância

Protocolo: 511740

GABINETE DO SECRETÁRIO

Portaria nº 1785 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCEDER ao servidor NILO EMANOEL RENDEIRO DE NORONHA, Id Func nº 5570212/1, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais-c, lotado na CEEAT de Grandes Contribuintes, 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio, no período de 02/01/2020 a 01/03/2020, correspondentes ao triênio de 01/06/2015 a 31/05/2018.

RENE DE OLIVEIRA E SOUSA JUNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Portaria nº 2189 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019

REMOVER, a pedido, a servidora ANA LUCIA BARROS DE SOUSA PINTO, Auxiliar Administrativo, Id Func nº 3248801/1, da CECOMT do Itinga para a CECOMT de Carajás.

SIMONE MARIA MORGADO FERREIRA

Diretora de Administração

Portaria nº 2190 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019

DESIGNAR a servidora MARIA DE NAZARE ARAUJO ALCANTARA, Id Func nº 700550/2, Fiscal de Receitas Estaduais, em substituição ao servidora SANDRA MARIA LEAO MOREIRA, Id Func nº 54267/3, Gerente Fazendário, no período de 09/12/2019 a 07/01/2020, por motivo de Licença Prêmio.

SIMONE MARIA MORGADO FERREIRA

Diretora de Administração

Portaria nº 2191 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019

INCLUIR, o nome da servidora ANDREA YARED DE OLIVEIRA HASS, Id Func nº 5570336/1, Fiscal de Receitas Estaduais, lotada na Célula de Planejamento, Monitoramento e Estudos Técnicos de Fiscalização/DFI, na Portaria nº 1824 de 06/11/2019, publicada no DOE nº 34.030 de 08/11/2019, que concedeu férias aos servidores desta Secretaria para o mês de janeiro/2020, referentes ao exercício de 26/11/2018 a 25/11/2019, para serem usufruídas no período de 02/01/2020 a 31/01/2020.

SIMONE MARIA MORGADO FERREIRA

Diretora de Administração

Portaria nº 2192 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019

AUTORIZAR, 09 (nove) dias de gozo de férias ao servidor BERNARDO RIBEIRO JANOT DE MATTOS, Id Func nº 5914711/1, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais, lotado na Diretoria de Arrecadação e Informações Fazendárias, para serem usufruídas no período de 26/12/2019 a 03/01/2020, em virtude da interrupção das férias referentes ao exercício de 29/07/2017 a 28/07/2018, pela Portaria nº 1464 de 18/09/2019, publicada no DOE nº 33.989 de 23/09/2019.

SIMONE MARIA MORGADO FERREIRA

Diretora de Administração

Portaria nº 2193 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019

TRANSFERIR o período de gozo de férias do servidor EDIVANDO ALVES COSTA, Id Func nº 4002300/2, Motorista, lotado na CERAT de Castanhal, do período de 29/11/2019 a 28/12/2019 para o período de 29/01/2020 a 27/02/2020, referente ao exercício de 14/03/2018 a 13/03/2019.

SIMONE MARIA MORGADO FERREIRA

Diretora de Administração

Portaria nº 2194 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019

INTERROMPER a contar de 04/12/2019, em caráter excepcional, por necessidade do serviço, 28 (vinte e oito) dias, das férias da servidora EDNA CONSTANCIA GOMES DA ROCHA ESTACIO, Id Func nº 50202/1, Datilografo, lotada na CERAT de Paragominas, concedidas pela Portaria nº 1681 de 22/10/2019, publicada no DOE nº 34.017 de 23/10/2019, referente ao exercício de 28/06/2018 a 27/06/2019, as quais ficam autorizadas para gozo oportuno.

SIMONE MARIA MORGADO FERREIRA

Diretora de Administração

Portaria nº 2195 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019

INTERROMPER a contar de 04/12/2019, em caráter excepcional, por necessidade do serviço, 28 (vinte e oito) dias, das férias do servidor RAIMUNDO HENRIQUE DE OLIVEIRA DIAS, Id Func nº 5128544/1, Fiscal de Receitas Estaduais-c, lotado na CERAT de Abaetetuba, concedidas pela Portaria nº 1681 de 22/10/2019, publicada no DOE nº 34.017 de 23/10/2019, referente ao exercício de 11/05/2018 a 10/05/2019, as quais ficam autorizadas para gozo oportuno.

SIMONE MARIA MORGADO FERREIRA

Diretora de Administração

Portaria nº 2196 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019

INTERROMPER a contar de 03/11/2019, em caráter excepcional, por necessidade do serviço, 28 (vinte e oito) dias, das férias do servidor CARLOS ALBERTO PEREIRA DE JESUS, Id Func nº 25992/2, Auxiliar Operação e Segurança, lotado na UECOMT de Carne de Sol/CECOMT Carajás, concedidas através da Portaria nº 1492 de 24/09/2019, publicada no DOE nº 33.995 de 27/09/2019, referente ao exercício de 01/10/2018 a 30/09/2019, as quais ficam autorizadas para serem usufruídas no período de 04/12/2019 a 31/12/2019.

SIMONE MARIA MORGADO FERREIRA

Diretora de Administração

Portaria nº 2197 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019

INTERROMPER a contar de 09/12/2019, em caráter excepcional, por necessidade do serviço, 16 (dezesseis) dias, das férias do servidor ROBERTO SILVA DE MIRANDA, Id Func nº 54181667/1, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais-a, lotado na CERAT de Belém, concedidas pela Portaria nº 1492 de 24/09/2019, publicada no DOE nº 33.995 de 27/09/2019, referente ao exercício de 25/11/2019 a 24/12/2019, as quais ficam autorizadas para gozo oportuno.

SIMONE MARIA MORGADO FERREIRA

Diretora de Administração

Portaria nº 2198 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCEDER 90 (noventa) dias de Licença para Tratamento de Saúde, à servidora MARIA DE FATIMA SOUZA DE OLIVEIRA, Id Func nº 5128382/2, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais-a, lotada na CECOMT de Portos e Aeroportos, no período de 31/10/2019 a 28/01/2020.

SIMONE MARIA MORGADO FERREIRA

Diretora de Administração

Portaria nº 2200 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCEDER 90 (noventa) dias de Licença para Tratamento de Saúde, ao servidor CAIO RUBIO DE MELO, Id Func nº 5915118/1, Auditor Fiscal de

Receitas Estaduais-a, lotado na Diretoria de Tecnologia da Informação, no período de 09/10/2019 a 06/01/2020.

SIMONE MARIA MORGADO FERREIRA

Diretora de Administração

Portaria nº 2201 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019

PRORROGAR por 120 (cento e vinte) dias, a Licença para Tratamento de Saúde, ao servidor JOAO GUILHERME SANJAD SOUZA, Id Func nº 5140137/1, Assistente Administrativo, lotado na CERAT de Capanema, no período de 29/10/2019 a 25/02/2020.

SIMONE MARIA MORGADO FERREIRA

Diretora de Administração

Portaria nº 2202 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019

PRORROGAR por 180 (cento e oitenta) dias, a Licença para Tratamento de Saúde, ao servidor JOAO EWERTON AMOEDO AMARAL, Id Func nº 5122457/1, Fiscal de Receitas Estaduais-c, lotado na CECOMT do Gurupi, no período de 30/11/2019 a 27/05/2020.

SIMONE MARIA MORGADO FERREIRA

Diretora de Administração

Portaria nº 2203 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019

PRORROGAR por 108 (cento e oito) dias, a Licença para Tratamento de Saúde, à servidora ELENE CATARINE FERNANDES DA SILVA, Id Func nº 4480/1, Técnico em Gestão Pública, lotada na CECOMT Mercadorias em Trânsito, no período de 15/09/2019 a 31/12/2019.

SIMONE MARIA MORGADO FERREIRA

Diretora de Administração

Portaria nº 2204 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019

PRORROGAR por 120 (cento e vinte) dias, a Licença para Tratamento de Saúde, ao servidor OSVALDO NICOLAU MONTEIRO CORREA, Id Func nº 3249522/1, Assistente Administrativo, lotado na CERAT de Breves, no período de 22/09/2019 a 19/01/2020.

SIMONE MARIA MORGADO FERREIRA

Diretora de Administração

Portaria nº 2205 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCEDER ao servidor MARCUS VINICIUS SOUZA DOS SANTOS, Id Func nº 5915128/1, Fiscal de Receitas Estaduais-a, lotado na Julgadoria de Primeira Instância, 10 (dez) dias de Licença Paternidade, no período de 30/11/2019 a 09/12/2019.

SIMONE MARIA MORGADO FERREIRA

Diretora de Administração

Portaria nº 2206 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 1672 de 20/11/2019, publicada no DOE nº 34.042 de 25/11/2019, que concedeu 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 16/12/2019 a 14/01/2020, referente ao triênio de 10/05/2011 a 10/05/2014, à servidora LIANE LOBATO MANESCHY, Fiscal de Receitas Estaduais, Id Func nº 5128153/1, lotada na CEEAT de IPVA e ITCD.

SIMONE MARIA MORGADO FERREIRA

Diretora de Administração

ERRATA

Portaria nº 1150 de 06/08/2019, publicada no DOE nº 33.948 de 09/08/2019.

servidor ANTONIO FREIRE DE ARAUJO

Onde se lê: período de 02/12/2019 a 31/12/2019

Leia-se: período de 09/12/2019 a 07/01/2020.

ERRATA

Portaria nº 2050 de 29/11/2019, publicada no DOE nº 34.052 de 06/12/2019.

servidor JOSE MOREIRA NETO

Onde se lê: 15 (quinze) dias

período de 14/01/2020 a 28/01/2020

Leia-se: 16 (dezesesseis) dias.

período de 14/01/2020 a 29/01/2020.

ERRATA

Portaria nº 1732 de 09/12/2019, publicada no DOE nº 34.057 de 12/12/2019.

servidor JOSE ROBERTO RODRIGUES DE ALMEIDA

Onde se lê: triênio de 12/12/2019 a 09/02/2020

Leia-se: triênio de 03/11/2013 a 02/11/2016.

Protocolo: 511846

PORTARIA Nº 004/2019, JULGADORIA, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019.
A Diretora da Julgadoria de Primeira Instância, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 24 da Lei Estadual nº 6.182/1998, cc. Artigo 5º, VII, da Instrução Normativa SEFA nº 19/2008,

RESOLVE:

DESIGNAR os Julgadores de 1ª Instância JOSÉ FERNANDO DOS SANTOS VASCONCELLOS - Identificação Funcional nº 05570387-01 e JOSIANE SEIXAS DE OLIVEIRA - Identificação Funcional nº 00227749-03, ocupantes do cargo de Auditor Fiscal de Receitas Estaduais - AFRE, para realizar julgamentos em primeira instância, nos termos do que dispõe o artigo 6º, I, "b", da Instrução Normativa - SEFA nº 19/2008.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

MEG LUNA SOARES HABER

Diretora da Julgadoria de Primeira Instância

Protocolo: 511742

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO RESULTADO DE DILIGÊNCIA - CERAT MARITUBA

O Ilmo. Sr. MARIO JORGE FONSECA DAS NEVES, Coordenador Regional de Administração Tributária e Não Tributária de Marituba - desta Secretaria de Estado da Fazenda. FAZ SABER a todos quanto o presente Edital lerem

ou dele tomarem conhecimento, que foi concluída pelo Auditor Fiscal de Receita Estadual JORGE DIAS RAMOS a Diligência Fiscal solicitada pelo Órgão de Julgamento do Processo Administrativo Tributário, cujo relatório está a disposição na sede da Coordenação - Célula de Preparo para Julgamento, situada na Rodovia BR-316 - KM-13, SN - Marituba/Pará - Fone: 3201-3326.

Fica assegurado ao sujeito passivo tributário o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data em que se considera notificado o contribuinte, na forma do art. 14, § 3º, III da Lei 6.182/98, para interposição de nova impugnação junto a esta Coordenação, conforme estabelece a Lei Estadual nº 6.182, de 30 de dezembro de 1998, alterada pela Lei nº 7.078, de 28 de dezembro de 2007. Findo o prazo, com ou sem manifestação do sujeito passivo, o processo será encaminhado ao Órgão de Julgamento do Processo Administrativo Tributário para prosseguimento dos trâmites legais.

Auto de Infração	Ordem de Serviço	Contribuinte	Insc. Estadual
092016510002036-7	0920198200002369-7	Ancoba Resources Agenc. Com. Internacional Ltda	15.431134-0

MARIO JORGE FONSECA DAS NEVES

COORDENADOR FAZENDÁRIO

CERAT - MARITUBA

Protocolo: 511728

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO - CEEAT- IPVA/ITCD

O Coordenador Executivo Especial de Administração Tributária de IPVA/ITCD FAZ SABER a todos quantos o presente edital lerem ou dele por qualquer outro meio tomarem conhecimento que foram lavrados Autos de Infração e Notificação Fiscal contra os sujeitos passivos abaixo relacionados, ficando os mesmos NOTIFICADOS, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que se considera feita esta notificação, na forma do Art. 14 § 3º da Lei nº 6.182/98, a efetuar o recolhimento do crédito tributário ou a interpor impugnação junto a esta Coordenação, localizada no endereço abaixo. Findo o período, os contribuintes sujeitar-se-ão à cobrança executiva do crédito tributário, conforme estabelece a Lei Estadual nº 6.182, de 30 de dezembro de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 58, de 03 de agosto de 2006.

Ordem de Serviço / AINF e NOTIFIC. FISCAL	Contribuinte	CPF/CNPJ
192019550000054-6 / 192019510000262-2	Katia Lúiza Silva Furtado	267.927.452-00

Local para entrega da documentação: SEFA - Av. Governador José Malcher, nº 359, 2º andar, entre Benjamin Constant e Dr. Moraes, Belém-PA. Fone (91) 3184-4600.

Wellington Monteiro Cardoso

Coord. Fazendário da CEEAT-IPVA/ITCD

Protocolo: 511934

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - CERAT MARITUBA

O Ilmo Sr. Dr. MARIO JORGE FONSECA DAS NEVES, COORDENADOR FAZENDÁRIA DA CERAT - MARITUBA, FAZ SABER, aos titulares ou representantes legais da firma abaixo identificada, que foi lavrada contra a mesma a Ordem de Serviço nº 002019820000038-8 em 06/08/2019, ficando NOTIFICADOS na forma do disposto pelo artigo 14, Inciso III, §§ 1º, 2º e 3º, Item III, da Lei nº 6.182, de 30/12/1998 e alterações posteriores, a comparecerem no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da ciência deste Edital, à sede desta Coordenação Executiva Regional de Administração Tributária e Não-Tributária - CERAT Marituba, situada à Rodovia BR-316 - KM-13, SN - Marituba/Pará, munidos dos livros e documentos a seguir identificados, referentes ao período de 05/2017 a 12/2018, ressaltando que o não comparecimento no prazo estabelecido ensejará a esta Coordenação Fiscal a adoção de medidas em defesa do Erário Estadual. Ressalta-se que a presente modalidade de notificação foi adotada após insucesso na entrega junto ao endereço indicado no cadastro de contribuintes, e após infrutíferas as tentativas de contato por meio do telefone indicado no cadastro.

CONTRIBUINTE: M ARAUJO COMERCIO E TRANSPORTE DE CARGAS EIRELI INSCRIÇÃO ESTADUAL: 155644912

AUDITORES FISCAIS:

CAIO AUGUSTO GIBERTONI GOMES

RICARDO HENRIQUE CORREA ATANASIO

DOCUMENTOS SOLICITADOS:

1. PGDAS

Marituba - Pará, 26 de dezembro de 2019

MARIO JORGE FONSECA DAS NEVES

COORDENADOR FAZENDÁRIO

CERAT - MARITUBA

Protocolo: 511908

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO -043/2019- CEEAT- MPE

Fica o contribuinte COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE TRACUATEUA, inscrito no cadastro de contribuintes do estado sob o nº 15.225.622-9, e no CNPJ nº 05.038.684/0001-34, notificado da abertura do processo tendente à exclusão do Simples Nacional, com a emissão do Termo de Notificação de Exclusão do Simples Nacional nº 252019730000624-9 (TI201700021), em razão de ter sido constituída na forma de cooperativa, em conformidade com o previsto no art. 3º, §4º, VI, da Lei Complementar nº 123/2006, c.c. art. 15, VII, e art. 76, III, "a", ambos da Resolução CGSN nº 94/2011. A exclusão produzirá efeitos desde a data da opção (01/07/2007). Tendo em vista o disposto no art. 39, "caput", da Lei Complementar nº 123/2006, c.c. o art. 4º, XVI, da Lei Complementar Estadual nº 58/2006, e os arts. 11-A e 20 da Lei Estadual nº 6.182/1998, o contribuinte tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de ciência deste edital, para apresentar impugnação, formalizada por escrito e instruída com os documentos em que se fundamentar, sendo que, não havendo impugnação do termo de exclusão, este se tornará efetivo depois de vencido o respectivo prazo. Caso tenham interesse em obter uma via do termo acompanhada dos anexos

que embasaram a exclusão de ofício, os representantes do estabelecimento poderão comparecer na sede da Coordenação Regional (CERAT) da SEFA a que estão circunscritos. A presente notificação editalícia, na forma do art. 14, III, da Lei nº 6.182/1998, é realizada em virtude da impossibilidade de localização dos responsáveis pelo estabelecimento no endereço indicado no cadastro de contribuintes, após insucesso nas tentativas de notificação pessoal e postal pela CERAT de circunscrição do contribuinte.

CONTRIBUINTE: COOPERATIVA AGROPECUARIA DE TRACUATEUA
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.225.622-9
Belém – Pará, 26 de dezembro de 2019.
CAIO AUGUSTO GIBERTONI GOMES
COORDENADOR DA CEEAT MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Protocolo: 511668

A Ilma. Sra. LILIAN DE JESUS PENHA VIANA NOGUEIRA, Coordenadora da CERAT Marabá, desta Secretaria de Estado da Fazenda. FAZ SABER a todos quantos o presente Edital lerem ou dele por qualquer outro meio tomarem conhecimento, que foram lavrados Autos de Infração e Notificação Fiscal contra o sujeito passivo abaixo relacionado, ficando a empresa NOTIFICADA no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que se considera notificado o contribuinte, na forma do Art. 14, § 3º, III da Lei nº 6.182/98, a efetuar o recolhimento do crédito tributário ou a interpor impugnação junto a esta Coordenação localizada na Rodovia Transamazônica, Km 05, Quadra Especial, Folha 30, bairro de Nova Marabá, município de Marabá (PA), findo o qual, sujeitar-se-á à cobrança executiva do crédito tributário, conforme estabelece a Lei Estadual n.º 6.182, de 30 de dezembro de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 58, de 03 de agosto de 2006.

RAZÃO SOCIAL: ANDRE FRENCSICO V MORAIS
Inscrição Estadual: 15.592.600-4
AINF's N°s: 032019510000476-0 e 032019510000477-9
AFRE: Endrigo Kavecky Machiti
LILIAN DE JESUS PENHA VIANA NOGUEIRA
Coordenador Fazendário da CERAT Marabá

Protocolo: 511731

OUTRAS MATÉRIAS

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE - PROFISCO II

1. DA CONTRATAÇÃO

Contratação de consultores individuais para atuarem na execução dos serviços de apoio, assessoria e assistência técnica especializada no âmbito do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Pará - PROFISCO II PA.

2. OBJETIVO DO PROJETO

O objetivo do Projeto é contribuir para a sustentabilidade fiscal por meio da modernização da gestão fiscal nas áreas de Gestão Fazendária e Transparência Fiscal, Administração Tributária e Contencioso Fiscal, Administração Financeira e Gestão do Gasto Público.

3. GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DO PROJETO

Os projetos do PROFISCO II PA serão executados pelas áreas beneficiárias, conforme o previsto no escopo de cada projeto. Os consultores provenientes dessa chamada irão atuar nas seguintes áreas organizacionais da SEFA: A Coordenação de Assuntos Fazendários Estratégicos - CAFE, Diretoria de Administração - DAD e Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI. Para maiores informações quanto a especificação das áreas de atuação e especialidade dos consultores individuais, o escopo do serviço e o perfil técnico são descritas no Termo de Referência que pode ser acessado no site: <http://www.sefa.pa.gov.br/>

Período de recebimento de propostas: 30/12/2019 à 10/01/2019.

4. RESPONSÁVEL PELO PROFISCO II-PA

Eli Sozinho Ribeiro
Diretor da Coordenação de Assuntos Fazendários Estratégicos e Coordenador Geral da Unidade de Coordenação do Projeto
Endereço: Av. Visconde de Souza Franco, 110, Bairro do Reduto
CEP: 66.053-000.
Telefone: (91) 3323-4227/4370
E-mail: profisco@sefa.pa.gov.br

Protocolo: 511931

ATOS DA DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

O Diretor de Fiscalização da Secretaria de Estado da Fazenda FAZ SABER a todos quantos o presente Edital lerem ou dele tomarem conhecimento que foram Concedidos/Renovados, no mês Outubro/2019, aos contribuintes a seguir, Regimes Tributários Diferenciados do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação - ICMS, conforme abaixo:

I – TIPO: EXPORTAÇÃO

BENEFÍCIO DO ICMS: Desoneração na exportação indireta

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 600 do RICMS/PA

CONTRIBUINTEs:

15.625.483-2 - AMAGGI EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA

15.586.931-0 - FLORANORTE FLORESTAL COMERCIO E IND.

II – TIPO: MEDICAMENTOS

BENEFÍCIO DO ICMS: reduz a carga tributária para 8%

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 207 do Anexo I do RICMS/PA

CONTRIBUINTEs:

15.653.442-8 - GRANDE RIO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS

Belém, 30 de dezembro 2019

Marcos Rodrigues de Matos

Diretor de Fiscalização

Protocolo: 511817

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATO

Contrato N°: 122

Exercício: 2019

Classificação do objeto: Outros

Objeto: Prestação de serviços de atribuição de rating corporativo em escala nacional e global

Valor Total: R\$-336.000,00 (Trezentos e trinta e seis mil reais)

Data de Assinatura: 05.12.2019

Vigência: 05.12.19 a 04.12.20

Inexigibilidade de Licitação N° 049/2019

Contratado: FITCH RATINGS BRASIL LTDA.

Endereço: Praça XV de novembro N° 20 sala 401B – Bairro: Centro

CEP: 20010-010 Rio de Janeiro/RJ

Telefone: : (21) 3171-4300

Ordenador Responsável: Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva

Protocolo: 511913

TERMO ADITIVO A CONTRATO

TERMO ADITIVO N°: 07

DATA DE ASSINATURA: 23.12.2019

VALOR: -R\$ 15.604.640,30 (quinze milhões, seiscentos e quatro mil, seiscentos e quarenta reais e trinta centavos),

VIGÊNCIA: 24.12.19 a 23.12.20

CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO: Outros

JUSTIFICATIVA: Prorrogação de prazo

CONTRATO N°: 090

EXERCÍCIO: 2015

CONTRATADO: Claro S. A.

ENDEREÇO: Rua Flórida n° 1970 – Bairro: Cidade Monções

CEP: 04665-001 São Paulo/SP

TELEFONE: (11) 2121-2100

ORDENADOR: Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva

Protocolo: 511669

TERMO ADITIVO N°: 01

DATA DE ASSINATURA: 23.12.2019

VALOR: R\$-522.915,00 (Quinhentos e vinte e dois mil, novecentos e quinze reais) - Global

VIGÊNCIA: 24.12.19 a 23.12.24

CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO: Outros

JUSTIFICATIVA: Prorrogação de prazo

CONTRATO N°: 144

EXERCÍCIO: 2014

CONTRATADO: WILSON ALVES PEREIRA FILHO

ENDEREÇO: Rua Djalma Leite Soares, S/N° - Bairro: Santa Rita

CEP: 68170-000 CIDADE: Juruti/PA

TELEFONE: (93) 99136-6302

ORDENADOR: Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva

Protocolo: 511642

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

PORTARIA

PORTARIA N° 0831 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo art.138, parágrafo único, inciso V da Constituição Estadual e,

CONSIDERANDO o teor do Processo nº 2019/638638.

R E S O L V E:

DESIGNAR, a servidora MÔNICA BARRAL BEZERRA DE MORISSON FARRIA, matrícula nº 5945918/1, lotada na ESCOLA TÉCNICA DO SUS, para responder pelo Cargo Comissionado de DIRETOR/ DAS-5, no período de 02.01.2020 a 31.01.2020, em substituição a titular MARGARETH MARIA BRAUN GUIMARAES IMBIRIBA, matrícula nº 5091551/1, que se encontra em gozo de Férias Regulamentares.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE,

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, EM 27.12.2019.

PETER CASSOL SILVEIRA

SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em exercício.

Protocolo: 511996

PORTARIA N° 0903 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo art.138, parágrafo único, inciso V da Constituição Estadual e,

CONSIDERANDO o teor do Processo nº 2019/578261.

R E S O L V E:

DESIGNAR, o servidor ANTONIO EDSON ALVES DA SILVA, matrícula nº 5908583/1, lotado no 4º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE - CAPANEMA, para responder pelo Cargo Comissionado de CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA/ DAS-3, no período de 02.01.2020 a 31.01.2020, em substituição a titular ELIANE PINHEIRO CASSEB, matrícula nº 54187818/2, que se encontra em gozo de Férias Regulamentares.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE, GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, EM 27.12.2019.

PETER CASSOL SILVEIRA

SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em exercício.

PORTARIA Nº 0904 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo art.138, parágrafo único, inciso V da Constituição Estadual e,

CONSIDERANDO o teor do Processo nº 2019/ 481187.

R E S O L V E:

DESIGNAR, a servidora ADRIANA PEREIRA BAIÁ, matrícula nº 57210072/1, lotada no 6º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE - BARCARENA, para responder pelo Cargo Comissionado de CHEFE DA DIVISÃO DE ENDEMIAS/ DAS-3, no período de 09.10.2019 a 05.04.2020, em substituição a titular SOLANGE LIRA MACEDO, matrícula nº 5946253/1, que se encontra em gozo de Licença Maternidade.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE, GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, EM 27.12.2019.

PETER CASSOL SILVEIRA

SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em exercício.

Protocolo: 512017

LICENÇA MATERNIDADE

Portaria nº 1376 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº039/03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e,

CONSIDERANDO o que dispõe o Parágrafo único do art. 86 da Lei nº. 5810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda a apresentação do Atestado Médico, firmado pelo médico devidamente inscrito no CRM sob o nº 6028;

RESOLVE:

CONCEDER a servidora CARINA AFONSO NOVOA DA CRUZ, Id. Funcional nº 57188795-2, ocupante do cargo de MÉDICO, lotada na Unidade de Referência Especializada - Presidente Vargas, 180 (cento e oitenta) dias de licença à maternidade, no período de 24 de Novembro de 2019 a 21 de maio de 2020.

II - Esta portaria entra em vigor da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 24 de Novembro de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 27.12.2019.

DAVID SOUZA FIGUEIREDO

Diretor de Gestão do Trabalho e da educação na Saúde.

Portaria nº 1358 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº039/03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e,

CONSIDERANDO o que dispõe o Parágrafo único do art. 86 da Lei nº. 5810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda a apresentação do Atestado Médico, firmado pelo médico devidamente inscrito no CRM sob o nº 4864;

RESOLVE:

CONCEDER a servidora MAIARA SÁ LOPES, Id. Funcional nº 57206386-1, ocupante do cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, lotada no Hospital Regional de Cametá, 180 (cento e oitenta) dias de licença à maternidade, no período de 17 de Novembro de 2019 a 14 de Maio de 2020.

II - Esta portaria entra em vigor da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 17 de Novembro de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 27.12.2019.

DAVID SOUZA FIGUEIREDO

Diretor de Gestão do Trabalho e da educação na Saúde.

Portaria nº 1377 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº039/03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e,

CONSIDERANDO o que dispõe o Parágrafo único do art. 86 da Lei nº. 5810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda a apresentação do Atestado Médico, firmado pelo médico devidamente inscrito no CRM sob o nº 8042;

RESOLVE:

CONCEDER a servidora PATRICIA SILVA DOS SANTOS, Id. Funcional nº 5906429-1, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotada no Hospital Regional de Tucuruí, 180 (cento e oitenta) dias de licença à maternidade, no período de 25 de Novembro de 2019 a 22 de Maio de 2020.

II - Esta portaria entra em vigor da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 25 de Novembro de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 27.12.2019.

DAVID SOUZA FIGUEIREDO

Diretor de Gestão do Trabalho e da educação na Saúde.

Protocolo: 511705

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Portaria nº 1384 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 039/ 03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e,

CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 81 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

RESOLVE:

CONCEDER, Licença para Tratamento de Saúde, a servidora abaixo relacionada;

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Laudo
57224637-1	ALFRÁ DIAS DA ANUN- CIAÇÃO	TÉCNICA DE ENFERMAGEM	29.10.2019 A 09.11.2019	55183/02.12.2019

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 27.12.2019.

DAVID SOUZA FIGUEIREDO

Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

Portaria nº 1393 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 039/ 03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e,

CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 81 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Assistência, a servidora abaixo relacionada;

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Laudo
5092965-1	ANGELA SOCORO CASTRO DA SILVA	BIOQUÍMICO	13.10.2019 A 25.10.2019	55118/ 28.11.2019

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 27.12.2019.

DAVID SOUZA FIGUEIREDO

Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

Portaria nº 1395 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 039/ 03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e,

CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 81 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

RESOLVE:

CONCEDER, Licença para Tratamento de Saúde, a servidora abaixo relacionada;

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Laudo
54189965-1	TAISSA ALEXANDRINA SANTOS NUNES	NUTRICIONISTA	21.10.2019 A 19.11.2019	201898/ 29.11.2019

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 27.12.2019.

DAVID SOUZA FIGUEIREDO

Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

Protocolo: 511717

SUPRIMENTO DE FUNDO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 130, de 26 de Novembro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

MURILO GONÇALVES MACHADO / ARQUITETO / 57197857-1 / 729.604.692-91

Nome do Servidor / CARGO / MATRÍCULA / C.P.F

TOTAL DA DESPESA R\$ 295,00

1- 908288 210095 339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO) 0103000000 R\$ 295,00

DOTAÇÃO / AÇÃO / ELEMENTO DE DESPESA / FONTE / VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Ordenador de despesa

Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511382

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA**

Portaria nº 126, de 26 de Novembro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

SYANE SHEILA COSTA DE PAULA LAGO / SOCIOLOGO / 5243076 / 427.965.802-10

Nome do Servidor	CARGO	MATRÍCULA	C.P.F
TOTAL DA DESPESA	R\$ 2.000,00		
1- 908303 209736 339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)		0103000000	R\$ 2.000,00
DOTAÇÃO / AÇÃO / ELEMENTO DE DESPESA / FONTE			VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de despesa
Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511374

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA**

Portaria nº 79, de 21 de Agosto de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

RAUL DE PAULA MELO / AGENTE ADMINISTRATIVO / 55586305-1 / 710.718.902-63

Nome do Servidor	CARGO	MATRÍCULA	C.P.F
TOTAL DA DESPESA	R\$ 200,00		
1- 908338 234406 339039 (SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA)		0103000000	R\$ 200,00
DOTAÇÃO / AÇÃO / ELEMENTO DE DESPESA / FONTE			VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de despesa
Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511283

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 87, de 09 de Setembro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

RICARDO JOSÉ CONDURÚ CONCEIÇÃO / ADMINISTRADOR / 5808219-2 / 362.211.802-44

Nome do Servidor	CARGO	MATRÍCULA	C.P.F
TOTAL DA DESPESA	R\$ 800,00		
1- 908305 214215 339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)		0103000000	R\$ 800,00
DOTAÇÃO / AÇÃO / ELEMENTO DE DESPESA / FONTE			VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de Despesa
Portaria nº 533 de 18 de Julho de 2019

Protocolo: 511295

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA**

Portaria nº 95, de 23 de SETEMBRO de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

JOSÉ DOS SANTOS BRITO / CONTADOR / 5141931-1 / 302.043.052-68

Nome do Servidor	CARGO	MATRÍCULA	C.P.F
TOTAL DA DESPESA	R\$ 800,00		
1- 908305 214216 339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)		0103000000	R\$ 800,00
DOTAÇÃO / AÇÃO / ELEMENTO DE DESPESA / FONTE			VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira
Secretário adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de Despesa
Portaria nº 533 de 18 de Julho de 2019

Protocolo: 511304

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA**

Portaria nº 110, de 23 de Outubro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

JOSE DE RIBAMAR DOS SANTOS REIS / AUXILIAR DE INFORMÁTICA / 5188075-1 / 257.523.402-68

Nome do Servidor	CARGO	MATRÍCULA	C.P.F
TOTAL DA DESPESA	R\$ 2.800,00		
1- 908302 201535 339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)		0103000000	R\$ 2.800,00
DOTAÇÃO / AÇÃO / ELEMENTO DE DESPESA / FONTE			VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de despesa
Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511348

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA**

Portaria nº 118, de 05 de Novembro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

MARIA DE FATIMA CORDEIRO / MÉDICA VETERINÁRIA / 5148839 / 411.596.592-49

Nome do Servidor	CARGO	MATRÍCULA	C.P.F
TOTAL DA DESPESA	R\$ 2.000,00		
1- 908302 201735 339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)		0103000000	R\$ 2.000,00
DOTAÇÃO / AÇÃO / ELEMENTO DE DESPESA / FONTE			VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de despesa
Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511362

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA**

Portaria nº 131, de 26 de Novembro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

CRISTINA MARIA ROCHA DAMASCENO / ENGENHEIRA QUÍMICA / 5167531-1 / 083.195.882-00

Nome do Servidor	CARGO	MATRÍCULA	C.P.F	TOTAL DA DESPESA
1- 908288	210095	339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)	0103000000	R\$ 885,00
DOTAÇÃO / AÇÃO		ELEMENTO DE DESPESA / FONTE		VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Ordenador de despesa

Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511384

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA**

Portaria nº 96, de 23 de SETEMBRO de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

JOSE DE RIBAMAR DOS SANTOS REIS / AUXILIAR DE INFORMATICA AREA SAUDE / 5188075-1 / 257.523.402-68

Nome do Servidor	CARGO	MATRÍCULA	C.P.F	TOTAL DA DESPESA
1- 908302	201535	339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)	0103000000	R\$ 2.800,00
DOTAÇÃO / AÇÃO		ELEMENTO DE DESPESA / FONTE		VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário adjunto de Gestão Administrativa

Ordenador de Despesa

Portaria nº 533 de 18 de Julho de 2019

Protocolo: 511306

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA**

Portaria nº 104, de 02 de Outubro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

ROBERTA DA SILVA SOUZA/ BIOLOGA / 54192828 / 734.050.512-68

Nome do Servidor	CARGO	MATRÍCULA	C.P.F	TOTAL DA DESPESA
1- 908303	201727	339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)	0103000000	R\$ 600,00
DOTAÇÃO / AÇÃO		ELEMENTO DE DESPESA / FONTE		VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Ordenador de despesa

Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511327

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA**

Portaria nº 127, de 26 de Novembro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

IVAN SANTOS DA SILVA / MOTORISTA OFICIAL / 55589154 / 184.088.502-53

Nome do Servidor	CARGO	MATRÍCULA	C.P.F	TOTAL DA DESPESA
1- 908302	201607	339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)	0103000000	R\$ 487,00
DOTAÇÃO / AÇÃO		ELEMENTO DE DESPESA / FONTE		VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Ordenador de despesa

Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511375

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA**

Portaria nº 80, de 21 de Agosto de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

TEREZINHA DE JESUS MOREIRA CARDOSO / CARGO COMISSIONADO / 8400546-6 / 121.931.192-8

Nome do Servidor	CARGO	MATRÍCULA	C.P.F	TOTAL DA DESPESA
1- 908307	204632	339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)	0103000000	R\$ 400,00
DOTAÇÃO / AÇÃO		ELEMENTO DE DESPESA / FONTE		VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Ordenador de despesa

Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511284

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 88, de 09 de SETEMBRO de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

MICHELLY MILENY MESQUITA DE SOUZA / TÉCNICA DE ENFERMAGEM / 57206626-1 / 634.236.772-87

Nome do Servidor	CARGO	MATRÍCULA	C.P.F	TOTAL DA DESPESA
1- 908302	201611	339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)	0103000000	R\$ 300,00
DOTAÇÃO / AÇÃO		ELEMENTO DE DESPESA / FONTE		VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário adjunto de Gestão Administrativa

Ordenador de Despesa

Portaria nº 533 de 18 de Julho de 2019

Protocolo: 511296

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 111, de 23 de Outubro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

SERGIO RICARDO REIS FIGUEIREDO / AUXILIAR DE INFORMÁTICA AREA SAUDE / 104370-1 / 186.669.222-49

Nome do Servidor	/	CARGO	/	MATRÍCULA	/	C.P.F
TOTAL DA DESPESA		R\$ 400,00				
1- 908302	201624	339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)	0103000000	R\$ 400,00		
DOTAÇÃO / AÇÃO	/	ELEMENTO DE DESPESA / FONTE	/	VALORES		

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de despesa
Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511350

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 119, de 05 de Novembro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

PATRICIA SANTOS MARTINS / PSICOLOGO / 54190162 / 410.613.812-34

Nome do Servidor	/	CARGO	/	MATRÍCULA	/	C.P.F
TOTAL DA DESPESA		R\$ 720,00				
1- 908288	210095	339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)	0103000000	R\$ 720,00		
DOTAÇÃO / AÇÃO	/	ELEMENTO DE DESPESA / FONTE	/	VALORES		

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de despesa
Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511363

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 74, de 13 de AGOSTO de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

MARIA IRACY TUPINAMBÁ DUARTE / CARGO COMISSIONADO / 5529310-2 / 148.381.762-87

Nome do Servidor	/	CARGO	/	MATRÍCULA	/	C.P.F
TOTAL DA DESPESA		R\$ 280,00				
1- 908386	214433	339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)	0103000000	R\$ 280,00		
DOTAÇÃO / AÇÃO	/	ELEMENTO DE DESPESA / FONTE	/	VALORES		

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de Despesa
Portaria nº 533 de 18 de Julho de 2019

Protocolo: 511275

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 82, de 28 de AGOSTO de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

ROSILENE CARVALHO CARNAVAL / AGENTE ADMINISTRATIVO / 722243-1 / 133.648.472-15

Nome do Servidor	/	CARGO	/	MATRÍCULA	/	C.P.F
TOTAL DA DESPESA		R\$ 310,00				
1- 908302	201611	339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)	0103000000	R\$ 310,00		
DOTAÇÃO / AÇÃO	/	ELEMENTO DE DESPESA / FONTE	/	VALORES		

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira
Secretário adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de Despesa
Portaria nº 533 de 18 de Julho de 2019

Protocolo: 511288

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 90, de 10 de SETEMBRO de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

SYANE SHEILA COSTA DE PAULA LAGO / SOCIOLOGA / 5243076-1 / 427.965.802-10

Nome do Servidor	/	CARGO	/	MATRÍCULA	/	C.P.F
TOTAL DA DESPESA		R\$ 400,00				
1- 908303	233962	339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)	0103000000	R\$ 400,00		
DOTAÇÃO / AÇÃO	/	ELEMENTO DE DESPESA / FONTE	/	VALORES		

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de despesa
Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511298

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 99, de 30 de Setembro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

LILIAN CRISTINA LAURENTINO / AGENTE DE PORTARIA / 54194053-1 / 729.351.202-30

Nome do Servidor	/	CARGO	/	MATRÍCULA	/	C.P.F
TOTAL DA DESPESA		R\$ 1.500,00				
1- 908284	201848	339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)	0103000000	R\$ 1.500,00		
DOTAÇÃO / AÇÃO	/	ELEMENTO DE DESPESA / FONTE	/	VALORES		

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de despesa
Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511312

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 113, de 29 de Outubro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

ROGERIO ARAUJO COSTA / MOTORISTA / 57231682 / 684.546.602-59

Nome do Servidor	CARGO	MATRÍCULA	C.P.F	TOTAL DA DESPESA	R\$
1- 908288	188725	339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)	0103000000	R\$ 192,00	
DOTAÇÃO / AÇÃO		ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	VALORES	

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de despesa

Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511353

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 121, de 14 de Novembro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

DORILEA DE SENA PANTOJA SALES / NUTRICIONAISTA / 55585765 / 299.020.372-91

Nome do Servidor	CARGO	MATRÍCULA	C.P.F	TOTAL DA DESPESA	R\$
1- 908307	246624	339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)	0103000000	R\$ 440,00	
DOTAÇÃO / AÇÃO		ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	VALORES	

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de despesa

Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511365

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 112, de 29 de Outubro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

CARMEM ALIANDRA FREIRE DE SA / AGENTE ADMINISTRATIVO / 55589900-1 / 567.552.442-87

Nome do Servidor	CARGO	MATRÍCULA	C.P.F	TOTAL DA DESPESA	R\$
1- 908302	201650	339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)	0103000000	R\$ 1.500,00	
1- 908302	201650	339030 (MATERIAL DE CONSUMO)	0103000000	R\$ 1.500,00	
DOTAÇÃO / AÇÃO		ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	VALORES	

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de despesa

Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511351

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 120, de 11 de Novembro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

ENOLINA CARDOSO BARATA / TÉCNICA EM ENFERMAGEM / 115169 / 136.462.902-00

Nome do Servidor	CARGO	MATRÍCULA	C.P.F	TOTAL DA DESPESA	R\$
1- 908284	206061	339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)	0103000000	R\$ 2.600,00	
DOTAÇÃO / AÇÃO		ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	VALORES	

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de despesa

Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511364

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 73, de 12 de AGOSTO de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

MICHELLY MILENY MESQUITA DE SOUZA / TÉCNICA DE ENFERMAGEM / 57206626-1 / 634.236.772-87

Nome do Servidor	CARGO	MATRÍCULA	C.P.F	TOTAL DA DESPESA	R\$
1- 908302	201611	339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)	0103000000	R\$ 300,00	
DOTAÇÃO / AÇÃO		ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	VALORES	

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de Despesa

Portaria nº 533 de 18 de Julho de 2019

Protocolo: 511274

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 81, de 22 de Agosto de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

SOCORRO DE JESUS GOMES MOTA / ENFERMEIRA / 5088941-2 / 127.968.402-04

Nome do Servidor	CARGO	MATRÍCULA	C.P.F	TOTAL DA DESPESA	R\$
1- 908304	201634	339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)	0103000000	R\$ 840,00	
DOTAÇÃO / AÇÃO		ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	VALORES	

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de Despesa

Portaria nº 533 de 18 de Julho de 2019

Protocolo: 511285

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA**

Portaria nº 89, de 09 de SETEMBRO de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

ANTONIO JOSE SOUZA SARDINHA / MOTORISTA / 55586822-1 / 330.164.882-72

Nome do Servidor	/	CARGO	/	MATRÍCULA	/	C.P.F		
TOTAL DA DESPESA							R\$ 150,00	
1- 908302	201607	339033	(PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)	0103000000			R\$ 150,00	
DOTAÇÃO / AÇÃO	/	ELEMENTO DE DESPESA /		FONTE	/	VALORES		

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de Despesa

Portaria nº 533 de 18 de Julho de 2019

Protocolo: 511297

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA**

Portaria nº 98, de 30 de Setembro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

LUCIANA BARROS DA SILVA / AGENTE ADMINISTRATIVO / 3539537 / 693.044.242-91

Nome do Servidor	/	CARGO	/	MATRÍCULA	/	C.P.F		
TOTAL DA DESPESA							R\$ 1.500,00	
1- 908284	201848	339033	(PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)	0103000000			R\$ 1.500,00	
DOTAÇÃO / AÇÃO	/	ELEMENTO DE DESPESA /		FONTE	/	VALORES		

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de despesa

Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511308

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA**

Portaria nº 105, de 22 de Outubro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

ANTÔNIO JOSÉ SOUZA SARDINHA/ MOTORISTA / 55586822-1 / 330.164.882-72

Nome do Servidor	/	CARGO	/	MATRÍCULA	/	C.P.F		
TOTAL DA DESPESA							R\$ 150,00	
1- 908302	201611	339033	(PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)	0103000000			R\$ 150,00	
DOTAÇÃO / AÇÃO	/	ELEMENTO DE DESPESA /		FONTE	/	VALORES		

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de despesa

Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511342

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA**

Portaria nº 132, de 02 de Dezembro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

ODINEA DA CONCEIÇÃO DIAS DE LIMA / AGENTE ADMINISTRATIVO / 85540 / 050.191.252-53

Nome do Servidor	/	CARGO	/	MATRÍCULA	/	C.P.F		
TOTAL DA DESPESA							R\$ 1.000,00	
1- 908284	257610	339030	(MATERIAL DE CONSUMO)	0103000000			R\$ 1.000,00	
DOTAÇÃO / AÇÃO	/	ELEMENTO DE DESPESA /		FONTE	/	VALORES		

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de despesa

Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511385

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA**

Portaria nº 128, de 26 de Novembro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

ANTÔNIO JOSÉ SOUZA SARDINHA / MOTORISTA OFICIAL / 55586822 / 330.164.882-72

Nome do Servidor	/	CARGO	/	MATRÍCULA	/	C.P.F		
TOTAL DA DESPESA							R\$ 150,00	
1- 908302	201611	339033	(PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)	0103000000			R\$ 150,00	
DOTAÇÃO / AÇÃO	/	ELEMENTO DE DESPESA /		FONTE	/	VALORES		

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de despesa

Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511377

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA**

Portaria nº 106, de 22 de Outubro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

EDVAN LAURINHO BARBOSA / MOTORISTA / 57173283-1 / 301.957.642-34

Nome do Servidor	/	CARGO	/	MATRÍCULA	/	C.P.F		
TOTAL DA DESPESA							R\$ 478,00	
1- 908302	201607	339033	(PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)	0103000000			R\$ 478,00	
DOTAÇÃO / AÇÃO	/	ELEMENTO DE DESPESA /		FONTE	/	VALORES		

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de despesa

Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511343

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA**

Portaria nº 114, de 29 de Outubro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

FERNANDO AUGUSTO LOURENÇO ESTEVES / MÉDICO VETERINÁRIO / 5693160-1 / 227.634.732-53

Nome do Servidor	CARGO	MATRÍCULA	C.P.F	TOTAL DA DESPESA	R\$
1- 908302	201752 339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)	0103000000	R\$ 1.000,00		
DOTAÇÃO / AÇÃO / ELEMENTO DE DESPESA / FONTE		VALORES			

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de despesa
Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511356

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 75, de 19 de Agosto de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

CLAUDIA PATRÍCIA GOMES DA SILVA / ASSISTENTE SOCIAL / 57193724-1 / 432.311.422-72

Nome do Servidor	CARGO	MATRÍCULA	C.P.F	TOTAL DA DESPESA	R\$
1- 908284	201848 339039 (SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA)	0103000000	R\$ 1.000,00		
DOTAÇÃO / AÇÃO / ELEMENTO DE DESPESA / FONTE		VALORES			

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira
Secretário adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de Despesa
Portaria nº 533 de 18 de Julho de 2019

Protocolo: 511279

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 83, de 28 de AGOSTO de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

MICHELLY MILENY MESQUITA DE SOUZA / TÉCNICA DE ENFERMAGEM / 57206626-1 / 634.236.772-87

Nome do Servidor	CARGO	MATRÍCULA	C.P.F	TOTAL DA DESPESA	R\$
1- 908302	201611 339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)	0103000000	R\$ 310,00		
DOTAÇÃO / AÇÃO / ELEMENTO DE DESPESA / FONTE		VALORES			

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira
Secretário adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de Despesa
Portaria nº 533 de 18 de Julho de 2019

Protocolo: 511289

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 91, de 11 de SETEMBRO de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

MICHELLY MILENY MESQUITA DE SOUZA / TÉCNICA DE ENFERMAGEM / 57206626-1 / 634.236.772-87

Nome do Servidor	CARGO	MATRÍCULA	C.P.F	TOTAL DA DESPESA	R\$
1- 908302	201611 339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)	0103000000	R\$ 310,00		
DOTAÇÃO / AÇÃO / ELEMENTO DE DESPESA / FONTE		VALORES			

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira
Secretário adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de Despesa
Portaria nº 533 de 18 de Julho de 2019

Protocolo: 511299

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 100, de 30 de Setembro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

MARIA GORETTE ALEXANDRE DE MELLO / CONTADORA / 5913591-2 / 057.651.022-04

Nome do Servidor	CARGO	MATRÍCULA	C.P.F	TOTAL DA DESPESA	R\$
1- 908288	210095 339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)	0103000000	R\$ 500,00		
DOTAÇÃO / AÇÃO / ELEMENTO DE DESPESA / FONTE		VALORES			

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de despesa
Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511313

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 122, de 14 de Novembro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

DORILEA DE SENA PANTOJA SALES / NUTRICIONAISTA / 55585765 / 299.020.372-91

Nome do Servidor	CARGO	MATRÍCULA	C.P.F	TOTAL DA DESPESA	R\$
1- 908304	201788 339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)	0103000000	R\$ 551,60		
DOTAÇÃO / AÇÃO / ELEMENTO DE DESPESA / FONTE		VALORES			

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de despesa
Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511367

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 107, de 22 de Outubro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

SANDERSON RAYOL ELOY/ AGENTE ADMINISTRATIVO / 54193554-1/ 668.477.612-53

Nome do Servidor	/	CARGO	/	MATRÍCULA	/	C.P.F
TOTAL DA DESPESA						R\$ 300,00
1- 908302	201624	339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)		0103000000		R\$ 300,00
		DOTAÇÃO / AÇÃO				ELEMENTO DE DESPESA / FONTE / VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de despesa
Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511344

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 115, de 29 de Outubro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

ALCIANA BARRETO DE ARAUJO / AGENTE DE SAÚDE / 6120237-1 / 297.084.272-68

Nome do Servidor	/	CARGO	/	MATRÍCULA	/	C.P.F
TOTAL DA DESPESA						R\$ 230,00
1- 908306	214433	339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)		0103000000		R\$ 230,00
		DOTAÇÃO / AÇÃO				ELEMENTO DE DESPESA / FONTE / VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de despesa
Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511357

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 76, de 19 de Agosto de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

CRISTINA MARIA ROCHA DAMASCENO / ENGENHEIRO QUÍMICA/ 5167531-1 / 083.195.882-00

Nome do Servidor	/	CARGO	/	MATRÍCULA	/	C.P.F
TOTAL DA DESPESA						R\$ 280,00
1- 908288	210095	339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)		0103000000		R\$ 280,00
		DOTAÇÃO / AÇÃO				ELEMENTO DE DESPESA / FONTE / VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de Despesa
Portaria nº 533 de 18 de Julho de 2019

Protocolo: 511280

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 84, de 28 de AGOSTO de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

LEONARDO DOS SANTOS BARBOSA / TÉCNICO DE ENFERMAGEM / 5897157-1 / 887.506.472-53

Nome do Servidor	/	CARGO	/	MATRÍCULA	/	C.P.F
TOTAL DA DESPESA						R\$ 310,00
1- 908302	201611	339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)		0103000000		R\$ 310,00
		DOTAÇÃO / AÇÃO				ELEMENTO DE DESPESA / FONTE / VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira
Secretário adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de Despesa
Portaria nº 533 de 18 de Julho de 2019

Protocolo: 511290

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 92, de 16 de SETEMBRO de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

IVAN SANTOS DA SILVA / MOTORISTA OFICIAL / 55589154-2 / 184.088.502-53

Nome do Servidor	/	CARGO	/	MATRÍCULA	/	C.P.F
TOTAL DA DESPESA						R\$ 487,00
1- 908302	201607	339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)		0103000000		R\$ 487,00
		DOTAÇÃO / AÇÃO				ELEMENTO DE DESPESA / FONTE / VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira
Secretário adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de Despesa
Portaria nº 533 de 18 de Julho de 2019

Protocolo: 511300

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 101, de 30 de Setembro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

JOSE DOS SANTOS BRITO / CONTADOR / 5141931-1 / 302.043.052-68

Nome do Servidor	/	CARGO	/	MATRÍCULA	/	C.P.F
TOTAL DA DESPESA						R\$ 800,00
1- 908305	214216	339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)		0103000000		R\$ 800,00
		DOTAÇÃO / AÇÃO				ELEMENTO DE DESPESA / FONTE / VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
Ordenador de despesa
Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511314

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 123, de 14 de Novembro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

ROBERTA DA SILVA SOUZA / BIÓLOGA / 54192828 / 734.050.512-68

Nome do Servidor	/	CARGO	/	MATRÍCULA	/	C.P.F
TOTAL DA DESPESA						R\$ 700,00
1- 908303		201727		339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)		0103000000 R\$ 700,00
		DOTAÇÃO / AÇÃO		ELEMENTO DE DESPESA		FONTE / VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Ordenador de despesa

Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511370

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 129, de 26 de Novembro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

NELIZA MARIA TRINDADE MARQUES / ASSISTENTE SOCIAL / 54190603 / 355.987.432-72

Nome do Servidor	/	CARGO	/	MATRÍCULA	/	C.P.F
TOTAL DA DESPESA						R\$ 320,00
1- 908288		210095		339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)		0103000000 R\$ 320,00
		DOTAÇÃO / AÇÃO		ELEMENTO DE DESPESA		FONTE / VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Ordenador de despesa

Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511379

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 125, de 26 de Novembro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

MARIA DA GLÓRIA FERREIRA / PSICOLOGA / 55213434 / 121.849.002-06

Nome do Servidor	/	CARGO	/	MATRÍCULA	/	C.P.F
TOTAL DA DESPESA						R\$ 1.000,00
1- 908284		235366		339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)		0103000000 R\$ 1.000,00
		DOTAÇÃO / AÇÃO		ELEMENTO DE DESPESA		FONTE / VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Ordenador de despesa

Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511372

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 109, de 23 de Outubro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

MARIA DE NAZARE VALENTE / AGENTE ADMINISTRATIVO / 81140-1/ 037.791.492-49

Nome do Servidor	/	CARGO	/	MATRÍCULA	/	C.P.F
TOTAL DA DESPESA						R\$ 4.000,00
1- 908302		201538		339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)		0103000000 R\$ 2.000,00
1- 908302		201538		339039 (OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.J.)		0103000000 R\$ 2.000,00
		DOTAÇÃO / AÇÃO		ELEMENTO DE DESPESA		FONTE / VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Ordenador de despesa

Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511347

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 117, de 05 de Novembro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

SYANE SHEILA COSTA DE PAULA LAGO / SOCIOLOGO / 5243076 / 427.965.802-10

Nome do Servidor	/	CARGO	/	MATRÍCULA	/	C.P.F
TOTAL DA DESPESA						R\$ 300,00
1- 908303		209736		339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)		0103000000 R\$ 300,00
		DOTAÇÃO / AÇÃO		ELEMENTO DE DESPESA		FONTE / VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Ordenador de despesa

Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511361

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 78, de 19 de Agosto de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

SYANE SHEILA COSTA DE PAULA LAGO / SOCIOLOGA / 5243076-1 / 427.965.802-10

Nome do Servidor	CARGO	MATRÍCULA	C.P.F	TOTAL DA DESPESA
1- 908303	233962	339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)	0103000000	R\$ 1.500,00
DOTAÇÃO / AÇÃO		ELEMENTO DE DESPESA / FONTE		VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Ordenador de despesa

Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511282

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 86, de 03 de SETEMBRO de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

ROGÉRIO ARAÚJO COSTA / MOTORISTA / 57231682 / 684.546.602-59

Nome do Servidor	CARGO	MATRÍCULA	C.P.F	TOTAL DA DESPESA
1- 908288	201388	339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)	0103000000	R\$ 250,00
DOTAÇÃO / AÇÃO		ELEMENTO DE DESPESA / FONTE		VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário adjunto de Gestão Administrativa

Ordenador de Despesa

Portaria nº 533 de 18 de Julho de 2019

Protocolo: 511294

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 94, de 24 de SETEMBRO de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

DIONE MARÍLIA ALBUQUERQUE CUNHA / ENFERMEIRA / 5637864-4 / 392.299.632-91

Nome do Servidor	CARGO	MATRÍCULA	C.P.F	TOTAL DA DESPESA
1- 908284	234913	339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)	0103000000	R\$ 48,00
DOTAÇÃO / AÇÃO		ELEMENTO DE DESPESA / FONTE		VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário adjunto de Gestão Administrativa

Ordenador de Despesa

Portaria nº 533 de 18 de Julho de 2019

Protocolo: 511302

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 103, de 02 de Outubro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

MAYCO ANDRE MONTEIRO DOS SANTOS / ENGENHEIRO CIVIL / 594810-1 / 792.061.582-87

Nome do Servidor	CARGO	MATRÍCULA	C.P.F	TOTAL DA DESPESA
1- 908288	210095	339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO)	0103000000	R\$ 190,00
DOTAÇÃO / AÇÃO		ELEMENTO DE DESPESA / FONTE		VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Ordenador de despesa

Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511322

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 93, de 23 de SETEMBRO de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

JEFFERSON BARBOSA OEIRAS / AGENTE ADMINISTRATIVO / 576137-92 / 617.679.642-34

Nome do Servidor	CARGO	MATRÍCULA	C.P.F	TOTAL DA DESPESA
1- 908302	201541	339030 (CONSUMO)	0103000000	R\$ 2.000,00
908302	201541	339033 (CONSUMO)	0103000000	R\$ 500,00
DOTAÇÃO / AÇÃO		ELEMENTO DE DESPESA / FONTE		VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário adjunto de Gestão Administrativa

Ordenador de Despesa

Portaria nº 533 de 18 de Julho de 2019

Protocolo: 511301

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 102, de 02 de Outubro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

MARCIA CRISTINA DE OLIVEIRA E SILVA / AGENTE PÚBLICO DE CONTRO-
LE / 5326893-2 / 283.416.272-72

Nome do Servidor / CARGO / MATRÍCULA / C.P.F

TOTAL DA DESPESA R\$ 300,00

1- 908288 188725 339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO) 0103000000 R\$ 300,00
DOTAÇÃO / AÇÃO / ELEMENTO DE DESPESA / FONTE / VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Ordenador de despesa

Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511318

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 124, de 20 de Novembro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

MARIA ELZA FURTADO ASSUNÇÃO / ENFERMEIRA / 54184215-2 / 057.158.142-00

Nome do Servidor / CARGO / MATRÍCULA / C.P.F

TOTAL DA DESPESA R\$ 900,00

1- 908288 188725 339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO) 0103000000 R\$ 900,00
DOTAÇÃO / AÇÃO / ELEMENTO DE DESPESA / FONTE / VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Ordenador de despesa

Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511371

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 77, de 19 de Agosto de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

MURILO GONÇALVES MACHADO / ARQUITETO / 57197857-1 / 729.604.692-91

Nome do Servidor / CARGO / MATRÍCULA / C.P.F

TOTAL DA DESPESA R\$ 280,00

1- 908288 210095 339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO) 0103000000 R\$ 280,00
DOTAÇÃO / AÇÃO / ELEMENTO DE DESPESA / FONTE / VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário adjunto de Gestão Administrativa

Ordenador de Despesa

Portaria nº 533 de 18 de Julho de 2019

Protocolo: 511281

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 85, de 30 de Agosto de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem

Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

TEREZINHA DE JESUS MOREIRA CARDOSO / CARGO COMISSIONADO / 8400546-6 / 121.931.192-8

Nome do Servidor / CARGO / MATRÍCULA / C.P.F

TOTAL DA DESPESA R\$ 380,00

1- 908287 255196 339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO) 0103000000 R\$ 380,00
DOTAÇÃO / AÇÃO / ELEMENTO DE DESPESA / FONTE / VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Ordenador de despesa

Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511293

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 108, de 23 de Outubro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

ROBSON DE SOUSA COSTA / AGENTE ADMINISTRATIVO / 57194934-1 / 792.270.152-72

Nome do Servidor / CARGO / MATRÍCULA / C.P.F

TOTAL DA DESPESA R\$ 950,00

1- 908290 237509 339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO) 0103000000 R\$ 950,00
DOTAÇÃO / AÇÃO / ELEMENTO DE DESPESA / FONTE / VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Ordenador de despesa

Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511345

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria nº 116, de 05 de Novembro de 2019

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de Suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de Contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

PATRICIA SANTOS MARTINS / PSICOLOGO / 54190162 / 410.613.812-34

Nome do Servidor / CARGO / MATRÍCULA / C.P.F

TOTAL DA DESPESA R\$ 720,00

1- 908288 210095 339033 (PASSAGEM E LOCOMOÇÃO) 0103000000 R\$ 720,00
DOTAÇÃO / AÇÃO / ELEMENTO DE DESPESA / FONTE / VALORES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Peter Cassol Silveira

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Ordenador de despesa

Portaria nº 533 de 18 de julho de 2019

Protocolo: 511360

DIÁRIA

Portaria nº 3600 de 13 de Novembro de 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 2.278,89

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: PARAIBA

PERÍODO: DE 13/11/2019 A 17/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

5392446012 / MARIA INÉZ DOLZANE REIS / 059.426.402-20

/ RAIMUNDO MACEDO DA SILVA FILHO / 682.605.392-68

OBJETIVO: PARTICIPAR DO V CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE SAÚDE MENTAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA, EM JOÃO PESSOA/PB, ACORDO COM DOCUMENTO EM ANEXO

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

Portaria nº 3601 de 21 de Outubro de 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 9 diárias e meia VALOR: R\$ 1.586,98

FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: MARACANA

PERÍODO: DE 23/10/2019 A 01/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

572100381 / ANTONIO DE JESUS GUIMARAES / 073.096.002-15

502471 / JOSE MARIA DO ROSARIO / 243.361.062-15

OBJETIVO: REALIZAR NEBULIZAÇÃO ESPACIAL COM ATOMIZADOR COSTAL MOTORIZADO EM TRÊS CICLOS DE APLICAÇÃO PARA CONTENÇÃO DO SURTO EPIDÊMICO DE CHIKUNGUNYA NO MUNICÍPIO DE MARACANÃ .

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

Portaria nº 3602 de 02 de Dezembro de 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BENEVIDES / BENFICA, DESTINO: ALTAMIRA

PERÍODO: DE 08/12/2019 A 10/12/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

/ MARIA DO CARMO SARAIVA MONTEIRO / 301.141.102-63

OBJETIVO: COORDENAR A PLENÁRIA DO PROCESSO ELEITORAL DO CES/PA DA REGIÃO DE SAÚDE DO XINGÚ EM ALTAMIRA CONFORME DOCUMENTO EM ANEXO.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

Portaria nº 3603 de 21 de Outubro de 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 9 diárias e meia VALOR: R\$ 1.586,98

FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: MARACANA

PERÍODO: DE 23/10/2019 A 01/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

571732761 / CORIOLANO SILVA MONTEIRO JUNIOR / 332.247.732-00

OBJETIVO: REALIZAR DESLOCAMENTO DIÁRIO DOS SERVIDORES QUE IRÃO REALIZAR NEBULIZAÇÃO ESPACIAL COM ATOMIZADOR COSTAL MOTORIZADO EM TRÊS CICLOS DE APLICAÇÃO PARA CONTENÇÃO DO SURTO EPIDÊMICO DE CHIKUNGUNYA NO MUNICÍPIO DE MARACANÃ .

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

Portaria nº 3604 de 18 de Outubro de 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 1.266,05

FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: AMAZONAS

PERÍODO: DE 23/10/2019 A 25/10/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

571937811 / ADI MARCOS RAMOS DE OLIVEIRA / 424.758.642-49

OBJETIVO: REALIZAR TRÂMITES BUROCRÁTICOS PARA A RETIRADA DE DOIS (02) VEÍCULOS QUE SE ENCONTRAM NO PÁTIO DO MS, NA CIDADE DE MANAUS/AMAZONAS E EMBARCAREM NA TRANSPORTADORA PARA DESLOCAMENTO ATÉ BELÉM.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

Portaria nº 3605 de 21 de Outubro de 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 9 diárias e meia VALOR: R\$ 2.255,11

FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: SENADOR JOSÉ PORFÍRIO

PERÍODO: DE 23/10/2019 A 01/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

503368 / MAX FERREIRA DE MEDEIROS / 293.927.992-68

OBJETIVO: REALIZAR AÇÕES COMPLEMENTARES PARA CONTROLE VETORIAL PARA CONTENÇÃO DE SURTO EPIDÊMICO DE DENGUE COM (APLICAÇÃO DE INCETICIDAS EM TRÊS CICLOS ININTERRUPTOS) EMVÁRIAS

LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO, PERTENCENTE À ÁREA DE JURISDIÇÃO DO 10º CRS.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

Portaria nº 3606 de 21 de Outubro de 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 9 diárias e meia VALOR: R\$ 2.255,11

FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: SENADOR JOSÉ PORFÍRIO

PERÍODO: DE 23/10/2019 A 01/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

572317281 / RONAN CUSTODIO DA COSTA / 846.974.232-91

OBJETIVO: DESLOCAMENTO DIÁRIO DOS SERVIDORES QUE IRÃO REALIZAR AÇÕES COMPLEMENTARES PARA CONTROLE VETORIAL PARA CONTENÇÃO DE SURTO EPIDÊMICO DE DENGUE COM (APLICAÇÃO DE INCETICIDAS EM TRÊS CICLOS ININTERRUPTOS) EMVÁRIAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO, PERTENCENTE À ÁREA DE JURISDIÇÃO DO 10º CRS.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

Portaria nº 3607 de 21 de Outubro de 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 9 diárias e meia VALOR: R\$ 2.255,11

FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: SENADOR JOSÉ PORFÍRIO

PERÍODO: DE 23/10/2019 A 01/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

5761302 / LAURO ANTONIO COSTA PANTOJA / 634.874.542-20

OBJETIVO: REALIZAR APOIO ADMINISTRATIVO NAS AÇÕES AÇÕES COMPLEMENTARES PARA CONTROLE VETORIAL PARA CONTENÇÃO DE SURTO EPIDÊMICO DE DENGUE COM (APLICAÇÃO DE INCETICIDAS EM TRÊS CICLOS ININTERRUPTOS) EMVÁRIAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO, PERTENCENTE À ÁREA DE JURISDIÇÃO DO 10º CRS.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

Portaria nº 3608 de 19 de Novembro de 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 1 diária e meia VALOR: R\$ 356,07

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: PARAGOMINAS

PERÍODO: DE 19/11/2019 A 20/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

571965531 / ANDRÉA MARIA DA SILVA LUZ ALVINO / 567.369.832-15

57174260 / ROSA HELENA RIBEIRO CASTRO / 158.409.562-87

OBJETIVO: REALIZAÇÃO DE SUPERVISÃO NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO UPA 24HS.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

Portaria nº 3609 de 19 de Novembro de 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 1 diária e meia VALOR: R\$ 356,07

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: PARAGOMINAS

PERÍODO: DE 19/11/2019 A 20/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

541913841 / VITOR ELOI REIS DO COUTO / 303.054.382-04

OBJETIVO: CONDUZIR TÉCNICOS DO DEPARTAMENTO.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

Portaria nº 3610 de 20 de Novembro de 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: meia diária VALOR: R\$ 118,69

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA

PERÍODO: DE 20/11/2019 A 20/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

86746/1 / FRANCISCO REGINALDO MORAES / 122.427.482-20

OBJETIVO: CONDUZIR O DIRETOR DESTA DDASS/SESPA, DR. BRENO HENRY OLIVEIRA DOS SANTOS AO MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PA.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

Portaria nº 3611 de 21 de Novembro de 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 1 diária e meia VALOR: R\$ 356,07

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA

PERÍODO: DE 21/11/2019 A 22/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

86746/1 / FRANCISCO REGINALDO MORAES / 122.427.482-20

OBJETIVO: CONDUZIR OS TÉCNICOS DESTA DDASS/SESPA: DEANE VELOSO DE CARVALHO E PAULO ROBERTO ESTUMANO BELTRÃO, AO MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PA.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

Portaria nº 3612 de 11 de Novembro de 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: TOME-ACU
PERÍODO: DE 11/11/2019 A 15/11/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
571910131 / CAROLINE OLIVEIRA DE FIGUEREDO / 745.298.032-87
OBJETIVO: REALIZAR TESTAGEM / DIAGNÓSTICO DAS HEPATITES ATRAVÉS DE TESTES RÁPIDOS NA AÇÃO ESTRATÉGICAS DE PREVENÇÃO EM IST/AIDS/HIV, SIFILIS E HEPATITES VIRAIS NO MUNICÍPIO TOMÉ-ACÚ.
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

Portaria nº 3613 de 02 de Dezembro de 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 5 diárias e meia VALOR: R\$ 1.305,59
FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA
PERÍODO: DE 02/12/2019 A 07/12/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
86746/1 / FRANCISCO REGINALDO MORAES / 122.427.482-20
OBJETIVO: CONDUZIR OS TÉCNICOS DESTA DDASS/SESPA: DEANE VELOSO DE CARVALHO E PAULO ROBERTO ESTUMANO BELTRÃO, E SILVANA MARIA MONTELO LOPES, AO MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PA.
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

Portaria nº 3614 de 19 de Novembro de 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 830,83
FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: MARABÁ
PERÍODO: DE 19/11/2019 A 22/11/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
502529-1 / IZAIAS ALVES SANTANA / 062.059.842-53
OBJETIVO: CONDUZIR CAMINHÃO QUE IRÁ REALIZAR O REMANEJAMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA O HOSPITAL MATERNO INFANTIL DE MARABÁ NO PERÍODO DE 19 A 22/11/19.
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

Portaria nº 3615 de 05 de Novembro de 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 830,83
FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA
PERÍODO: DE 05/11/2019 A 08/11/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
85847-1 / NEIORLANDO BRAZAO DA GAMA / 062.667.622-34
OBJETIVO: CONDUZIR OS TÉCNICOS DESTA DDASS/SESPA: DEANE VELOSO DE CARVALHO E PAULO ROBERTO ESTUMANO BELTRÃO, AO MUNICÍPIO DE CAPANEMA.
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

Portaria nº 3616 de 02 de Dezembro de 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 1.266,05
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: MANAUS-AM, DESTINO: BELÉM
PERÍODO: DE 03/12/2019 A 05/12/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
/ CARLOS HENRIQUE ESTEVES FREIRE / 794.042.607-97
OBJETIVO: MINISTRAR OFICINA NO EVENTO DE ZERO MORTALIDADE MATERNA POR HEMORRAGIA, NO ESTADO DO PARÁ NO PERÍODO DE 03 A 05/12/2019 EM BELÉM.
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

Portaria nº 3617 de 02 de Dezembro de 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 1.266,05
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: SÃO PAULO, DESTINO: BELÉM
PERÍODO: DE 02/12/2019 A 04/12/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
/ ADRIANA AMORIM FRANCISCO / 313.939.438-10
OBJETIVO: MINISTRAR OFICINA NO EVENTO DE ZERO MORTALIDADE MATERNA POR HEMORRAGIA, NO ESTADO DO PARÁ NO PERÍODO DE 03 A 05/12/2019 EM BELÉM.
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

Portaria nº 3618 de 02 de Dezembro de 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 1.266,05
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: DISTRITO FEDERAL, DESTINO: BELÉM
PERÍODO: DE 03/12/2019 A 05/12/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
/ ADRIANO BUENO TAVARES / 141.745.998-07
OBJETIVO: MINISTRAR OFICINA NO EVENTO DE ZERO MORTALIDADE MATERNA POR HEMORRAGIA, NO ESTADO DO PARÁ NO PERÍODO DE 03 A 05/12/2019 EM BELÉM.
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

Portaria nº 3619 de 02 de Dezembro de 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 1.266,05
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: MINAS GERAIS, DESTINO: BELÉM
PERÍODO: DE 02/12/2019 A 04/12/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
/ ALVARO LUIZ LAGE ALVES / 812.888.166-34
OBJETIVO: MINISTRAR OFICINA NO EVENTO DE ZERO MORTALIDADE MATERNA POR HEMORRAGIA, NO ESTADO DO PARÁ NO PERÍODO DE 02 A 04/12/2019 EM BELÉM.
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

Portaria nº 3620 de 02 de Dezembro de 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 1.266,05
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: MINAS GERAIS, DESTINO: BELÉM
PERÍODO: DE 03/12/2019 A 05/12/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
/ REGINA AGUIAR / 486.659.246-04
OBJETIVO: MINISTRAR OFICINA NO EVENTO DE ZERO MORTALIDADE MATERNA POR HEMORRAGIA, NO ESTADO DO PARÁ NO PERÍODO DE 03 A 05/12/2019 EM BELÉM.
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

Portaria nº 3621 de 02 de Dezembro de 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: SANTARÉM, DESTINO: BELÉM
PERÍODO: DE 03/12/2019 A 05/12/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
/ HELIO CABRAL DA SILVA / 901.830.537-53
OBJETIVO: MINISTRAR OFICINA NO EVENTO DE ZERO MORTALIDADE MATERNA POR HEMORRAGIA, NO ESTADO DO PARÁ NO PERÍODO DE 03 A 05/12/2019 EM BELÉM.
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

Portaria nº 3622 de 02 de Dezembro de 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 1.266,05
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: PERNAMBUCO, DESTINO: BELÉM
PERÍODO: DE 03/12/2019 A 05/12/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
/ AURELIANA BARBOZA DA SILVA NOBREGA / 039.244.384-80
OBJETIVO: MINISTRAR OFICINA NO EVENTO DE ZERO MORTALIDADE MATERNA POR HEMORRAGIA, NO ESTADO DO PARÁ NO PERÍODO DE 03 A 05/12/2019 EM BELÉM.
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

Portaria nº 3623 de 02 de Dezembro de 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 1.266,05
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: RONDÔNIA, DESTINO: BELÉM
PERÍODO: DE 03/12/2019 A 05/12/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
/ DENISE NOCRATO ESMERALDO KAMEL / 937.152.343-34
OBJETIVO: MINISTRAR OFICINA NO EVENTO DE ZERO MORTALIDADE MATERNA POR HEMORRAGIA, NO ESTADO DO PARÁ NO PERÍODO DE 03 A 05/12/2019 EM BELÉM.
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3624 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: PORTO DE MOZ
 PERÍODO: DE 09/12/2019 A 13/12/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 518556493 / EDILMA AZULAI LIMA / 132.203.732-91
 5243076/1 / SYANE SHEILA COSTA DE PAULA LAGO / 427.965.802-10
 OBJETIVO: REALIZAR AÇÕES DE MONITORAMENTO E ACESSORAMENTO DA ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE DO ADOLESCENTE E JOVEM E SEMINÁRIO SOBRE O PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA-PSE, OFICINA DE VIOLÊNCIA E ACIDENTES, COM FOCO NO ACIDENTE DE ESCALPELAMENTO, NO MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3625 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 830,83
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BAIÃO, DESTINO: BELÉM
 PERÍODO: DE 02/12/2019 A 05/12/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 / PAULO CESAR DA SILVA DOS SANTOS / 706.754.902-78
 OBJETIVO: PARTICIPAR DA OFICINA DE CAPACITAÇÃO DO EVENTO "PACTO PELA REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA NO ESTADO DO PARÁ " NO PERÍODO DE 02 A 05/12/2019. EM BELÉM.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3626 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 1 diária VALOR: R\$ 237,38
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: AUGUSTO CORREA
 PERÍODO: DE 18/11/2019 A 18/11/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 / KAMILA PINHEIRO DA SILVA / 696.162.722-68
 / SHEILA MIRANDA LOURINHO / 454.592.822-68
 OBJETIVO: REALIZAR INVESTIGAÇÃO DE SURTO DE COQUELUCHE NO MUNICÍPIO DE AUGUSTO CORREA, VIAGEM CONTINUADA DO DIA 18.11.2019 DE AUGUSTO CORREA PARA CASTANHAL.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3627 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 830,83
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BRAGANCA, DESTINO: BELÉM
 PERÍODO: DE 02/12/2019 A 05/12/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 / CINTIA MARIA BARBOSA DA FONSECA / 488.696.942-91
 OBJETIVO: PARTICIPAR DA OFICINA DE CAPACITAÇÃO DO EVENTO "PACTO PELA REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA NO ESTADO DO PARÁ " NO PERÍODO DE 02 A 05/12/2019. EM BELÉM.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3628 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 830,83
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: SÃO MIGUEL DO GUAMÁ, DESTINO: BELÉM
 PERÍODO: DE 02/12/2019 A 05/12/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 57484701 / SALIANY MARIA SANTOS CECIM / 377.644.892-04
 OBJETIVO: PARTICIPAR DA OFICINA DE CAPACITAÇÃO DO EVENTO "PACTO PELA REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA NO ESTADO DO PARÁ " NO PERÍODO DE 02 A 05/12/2019. EM BELÉM.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3629 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 830,83
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: TUCURUÍ, DESTINO: BELÉM
 PERÍODO: DE 02/12/2019 A 05/12/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 / HUMBERTO FERREIRA RIBEIRO / 271.198.072-34
 OBJETIVO: PARTICIPAR DA OFICINA DE CAPACITAÇÃO DO EVENTO "PACTO PELA REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA NO ESTADO DO PARÁ " NO PERÍODO DE 02 A 05/12/2019. EM BELÉM.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3630 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: MARABÁ, DESTINO: BELÉM
 PERÍODO: DE 03/12/2019 A 05/12/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 / MICHELE PEREIRA DA TRINDADE / 020.884.172-57
 / YURI SEGUCHI CHAVES / 371.932.522-91
 OBJETIVO: PARTICIPAR DA OFICINA DE CAPACITAÇÃO DO EVENTO "PACTO PELA REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA NO ESTADO DO PARÁ " NO PERÍODO DE 02 A 05/12/2019. EM BELÉM.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3631 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 830,83
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: PORTEL, DESTINO: BELÉM
 PERÍODO: DE 02/12/2019 A 05/12/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 / DORIACK ARMANDO MANN LONNOR NETO / 005.865.002-43
 / JACIARA DOS SANTOS MORAES / 928.398.002-68
 / JEANY CARDOSO DA SILVA / 707.527.882-72
 OBJETIVO: PARTICIPAR DA OFICINA DE CAPACITAÇÃO DO EVENTO "PACTO PELA REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA NO ESTADO DO PARÁ " NO PERÍODO DE 02 A 05/12/2019. EM BELÉM.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3632 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: MOJU
 PERÍODO: DE 28/11/2019 A 30/11/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 80845115 / ROMULO AUGUSTO DE SALES AMORAS / 752.282.112-68
 OBJETIVO: DAR APOIO ADMINISTRATIVO NA MOBILIZAÇÃO E CADASTRAMENTO NA AÇÃO ESTRATÉGICA DE PREVENÇÃO EM HIV/AIDS, SÍFILIS E HEPATITES NO MUNICÍPIO DE MOJU.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3633 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 830,83
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BREVES, DESTINO: BELÉM
 PERÍODO: DE 02/12/2019 A 05/12/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 / ELIVELTON BARRETO FARIAS / 016.099.512-47
 / JOANA COSTA MARTINS / 851.144.562-53
 / JOÃO CARLOS CASSUNDE DE SOUZA / 257.319.802-25
 / LEYDY ELLEN DA SILVA TEIXEIRA / 888.444.982-00
 / MARCIA REGINA PINTO TRINDADE / 380.916.662-68
 / NAYARA SUELY RIBEIRO COSTA / 008.997.262-75
 / RUANA HANA ROBERTA SILVA / 023.728.683-14
 / YARA SANTANA DE SOUZA RODRIGUES / 365.913.862-20
 OBJETIVO: PARTICIPAR DA OFICINA DE CAPACITAÇÃO DO EVENTO "PACTO PELA REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA NO ESTADO DO PARÁ " NO PERÍODO DE 02 A 05/12/2019. EM BELÉM.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3634 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: SANTARÉM, DESTINO: BELÉM
 PERÍODO: DE 03/12/2019 A 05/12/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 / ALZERINA SARMENTO SILVA / 442.344.062-87
 / ANNE BRITO SANTOS / 010.927.465-28
 / DAVID ISAAC SERRUYA / 527.303.872-34
 / ELIENE SOUSA DA SILVA / 919.157.912-00
 / JOCICLELIO CASTRO MACEDO / 559.991.582-49
 / JOZIEL MARQUES COLARES / 612.506.192-20
 / LENIZIO LIMA LELLIS / 819.771.231-04
 / RAQUEL CLEUCIANE CORDEIRO GOIS / 750.395.752-20
 / RODRIGO PEDROSO DE LIMA / 528.977.532-34
 / TAIS BELTRÃO PAIVA MESQUITA / 620.608.302-06
 OBJETIVO: PARTICIPAR DA OFICINA DE CAPACITAÇÃO DO EVENTO "PACTO PELA REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA NO ESTADO DO PARÁ " NO PERÍODO DE 02 A 05/12/2019. EM BELÉM.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3635 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 7 diárias e meia VALOR: R\$ 1.780,35
 FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: ANAJÁS
 PERÍODO: DE 10/11/2019 A 17/11/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 5529310-1 / MARIA IRACY TUPINAMBÁ DUARTE / 148.381.762-87
 / TEREZINHA DE JESUS MOREIRA CARDOSO / 121.931.192-87
 OBJETIVO: SEMINÁRIO SOBRE INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E OFICINA DE CAPACITAÇÃO DO PASSE LIVRE INTERMUNICIPAL NOS MUNICÍPIOS DE GURUPÁ E ANAJÁS
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3636 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: PARAUPEBAS, DESTINO: BELÉM
 PERÍODO: DE 03/12/2019 A 05/12/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 / EMILAINÉ CUNHA MOREIRA / 024.320.293-80
 / MIRELLY DA SILVA ROSADO / 019.367.363-06
 / NILCELIA SOCORRO PANTOJA FARIAS / 152.820.902-87
 / SARA JANE FERNANDEZ FARIAS / 026.896.893-40

/ WILLIAM FABIO ALMEIDA PATEZ / 844.033.737-04
 OBJETIVO: PARTICIPAR DA OFICINA DE CAPACITAÇÃO DO EVENTO "PACTO PELA REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA NO ESTADO DO PARÁ" NO PERÍODO DE 02 A 05/12/2019. EM BELÉM.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3637 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 830,83
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BRAGANCA, DESTINO: BELÉM
 PERÍODO: DE 02/12/2019 A 05/12/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 / ALESSANDRA BARROS BRITO / 592.337.612-15
 / MIRIAN BORGES PALMA / 809.893.302-49
 OBJETIVO: PARTICIPAR DA OFICINA DE CAPACITAÇÃO DO EVENTO "PACTO PELA REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA NO ESTADO DO PARÁ" NO PERÍODO DE 02 A 05/12/2019. EM BELÉM.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3638 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 830,83
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: REDENÇÃO, DESTINO: BELÉM
 PERÍODO: DE 02/12/2019 A 05/12/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 / JULIANA MOREIRA SEIJAS / 041.688.216-17
 / MARINA MARQUES SOARES / 929.559.911-04
 OBJETIVO: PARTICIPAR DA OFICINA DE CAPACITAÇÃO DO EVENTO "PACTO PELA REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA NO ESTADO DO PARÁ" NO PERÍODO DE 02 A 05/12/2019. EM BELÉM.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3639 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 830,83
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: ABAETETUBA, DESTINO: BELÉM
 PERÍODO: DE 02/12/2019 A 05/12/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 / ANDREA POMPEU BARROSO / 796.717.562-04
 / JULIELY DIAS DA SILVA / 884.201.082-00
 OBJETIVO: PARTICIPAR DA OFICINA DE CAPACITAÇÃO DO EVENTO "PACTO PELA REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA NO ESTADO DO PARÁ" NO PERÍODO DE 02 A 05/12/2019. EM BELÉM.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3640 DE 17 DE OUTUBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45
 FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: ABAETETUBA
 PERÍODO: DE 23/10/2019 A 25/10/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 572056461 / VALDIMILSON LOPES MONTEIRO / 454.827.992-04
 OBJETIVO: CONDUZIR TÉCNICO QUE IRÁ REALIZAR AÇÕES DE MONITORAMENTO E ACESSORAMENTO DA ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DO ADOLESCENTE E JOVEM E SEMINÁRIO SOBRE O PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA PSE/PREVENÇÃO A OBESIDADE, NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3641 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 830,83
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: PARAGOMINAS
 PERÍODO: DE 03/12/2019 A 06/12/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 571910131 / CAROLINE OLIVEIRA DE FIGUEREDO / 745.298.032-87
 OBJETIVO: REALIZAR VISITA TÉCNICA E MONITORAMENTO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO SI-CTA, SISTEMA DE CONTROLE LOGÍSTICO DE INSUMOS LABORATORIAIS-SISLOG-LAB NO MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3642 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 830,83
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: PARAGOMINAS
 PERÍODO: DE 03/12/2019 A 06/12/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 51579941 / ROSICLEIA DA SILVA SOUZA / 401.886.392-68
 OBJETIVO: DAR APOIO ADMINISTRATIVO NA VISITA TÉCNICA E NO MONITORAMENTO DO SISTEMA DA LOGÍSTICA DE RECEBIMENTO DOS INSUMOS : TETE RÁPIDO/PRESERVATIVO/GEL LUBRIFICANTE NAS MATERNIDADES E NO CTA/SAE NO MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS. NO MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3644 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 6 diárias e meia VALOR: R\$ 1.542,97
 FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: SÃO FÉLIX DO XINGU
 PERÍODO: DE 15/12/2019 A 21/12/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF
 5529310-1 / MARIA IRACY TUPINAMBÁ DUARTE / 148.381.762-87
 / TEREZINHA DE JESUS MOREIRA CARDOSO / 121.931.192-87
 OBJETIVO: OFICINA DE CAPACITAÇÃO E AÇÃO DO PASSE LIVRE INTERMUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE SAO FELIX DO XINGU.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3645 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: BAIÃO
 PERÍODO: DE 29/10/2019 A 31/10/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 72262611 / MARIA DAS GRAÇAS LOPES GONÇALVES / 043.956.032-20
 OBJETIVO: REALIZAR PALESTRAS, ORIENTAÇÕES E DISTRIBUIÇÃO DE KITS ODONTOLÓGICOS NA AÇÃO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BAIÃO.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3646 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: BAIÃO
 PERÍODO: DE 29/10/2019 A 31/10/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 / MARIA REGINA SOUZA DOS SANTOS / 352.418.452-91
 OBJETIVO: DAR APOIO ADMINISTRATIVO NA AÇÃO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BAIÃO.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3647 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: BAIÃO
 PERÍODO: DE 29/10/2019 A 31/10/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 54185545-2 / MILENA ELIAS DIAS / 658.944.802-72
 / NÚBIA CRISTINA PEREIRA DE SOUZA / 681.443.262-53
 OBJETIVO: DAR APOIO NAS AÇÕES DE SAÚDE. CRIANDO E REALIZANDO CADASTROS DE PACIENTES DO MUNICÍPIO DE BAIÃO.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3648 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: BAIÃO
 PERÍODO: DE 29/10/2019 A 31/10/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 57189255/1 / JOSÉ ELIAS DE ALMEIDA NETO / 062.113.482-15
 OBJETIVO: DAR APOIO OPERACIONAL NOS CONSULTÓRIOS NA AÇÃO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BAIÃO.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3649 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: BAIÃO
 PERÍODO: DE 29/10/2019 A 31/10/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 72389411 / CARLOS ALBERTO PINA RIBEIRO / 061.654.602-59
 OBJETIVO: DAR APOIO NA AÇÃO DE SAÚDE BUCAL. PALESTRAS, ORIENTAÇÕES E DISTRIBUIÇÃO DE KITS E NO ESCOVODROMO DO MUNICÍPIO DE BAIÃO.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3650 DE 14 DE OUTUBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21
 FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: VISEU
 PERÍODO: DE 14/10/2019 A 18/10/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 57205095 / SINDERLEI CARDOSO DA SERRA / 401.567.102-34
 OBJETIVO: CONDUZIR OS TÉCNICOS DO DDASS PARA ACOMPANHAR AS OFICINAS DE FORMAÇÃO DE FACILITADORES E TUTORES DA PLANIFICAÇÃO DA REGIÃO RIO-CAETÉS, EM VISEU/PA.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3651 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 meias diárias VALOR: R\$ 474,76
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: CASTANHAL, DESTINO: BELÉM
 PERÍODO: DE 02/12/2019 A 05/12/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 / AVERLAQUE PEREIRA GOMES / 054.646.446-79
 / BRUNA LEMOS DA SILVA / 121.683.777-58
 / MARIA IDALINA PASTORI DE MAGALHÃES / 061.757.832-04
 / MIRIAN SALES DE ANDRADE / 647.249.052-04
 / NATALENE DA CONCEIÇÃO SILVA TEIXEIRA / 667.613.522-15
 / THAIS LOPES DO AMARAL UCHOA / 004.088.662-09
 / VIVIAN CARLA AZEVEDO GOMES / 917.555.812-20

OBJETIVO: PARTICIPAR DA OFICINA DE CAPACITAÇÃO DO EVENTO "PACTO PELA REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA NO ESTADO DO PARÁ" EM BELÉM/PARÁ.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3652 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 5 diárias e meia VALOR: R\$ 1.305,59

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: AGUA AZUL DO NORTE

PERÍODO: DE 09/12/2019 A 14/12/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

0729345-1 / FERNANDO AUGUSTO DA SILVA SCERNI / 145.807.722-53

OBJETIVO: CONDUZIR EM VEICULO OFICIAL O SERVIDOR JOSÉ MARIA MARTINS DE SOUZA QUE IRÁ REALIZAR SUPERVISÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DE OBRA AOS SERVIÇOS EXECUTADOS PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DE HOSPITAIS NOS SEGUINTE MUNICÍPIOS ;(SÃO GERALDO DO ARAGUAIA; RIO MARIA ;PAU `DARCO ; AGUA AZUL DO NORTE) CONFORME DOCUMENTO EM ANEXO.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3653 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 1.266,05

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: DISTRITO FEDERAL

PERÍODO: DE 11/11/2019 A 13/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

5187745-014 / JÚLIA RACHEL ALVES RODRIGUES MONTEIRO / 181.086.362-72

OBJETIVO: PARTICIPAR DA REUNIÃO TÉCNICA DE INFORMAÇÃO E INFORMÁTICA EM SAÚDE (CTIIS), EM BRASÍLIA/DF

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3654 DE 19 DE SETEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 1 diária VALOR: R\$ 506,42

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: SÃO PAULO

PERÍODO: DE 19/09/2019 A 19/09/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

59250501 / GUILHERME NEVES DE MESQUITA / 003.184.482-03

OBJETIVO: PARTICIPAR DO II SIMPÓSIO EINSTEIN DE SIMULAÇÃO E IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE SIMULAÇÃO CLÍNICA DA ABRASSIM.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3655 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 7 diárias e meia VALOR: R\$ 1.780,35

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: MARABÁ

PERÍODO: DE 24/11/2019 A 01/12/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

5947729 / MARILDA DE NAZARE SILVA BRAGA / 687.152.422-34

OBJETIVO: REUNIR COM OS REPRESENTANTES DOS MUNICÍPIOS DE PARRAUPEBAS E CANAÃ DOS CARAJÁS COM O INTUÍTO DE PLANEJAR A ENTRADA DO TERRITÓRIO PELA PAZ, REUNIÃO SERÁ EM MARABÁ.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3656 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 830,83

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA

PERÍODO: DE 02/12/2019 A 05/12/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

59480981 / LOUYSE CARLA SILVA E SILVA / 012.473.972-54

OBJETIVO: PARTICIPAR EM CONJUNTO COM A DIRETORIA DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO A SAÚDE - DPAIS, DO PROGRAMA PLANIFICA SUS, A SER REALIZADO NA REGIÃO DOS CAETÉS NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3657 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 1 diária e meia VALOR: R\$ 356,07

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: BREJO GRANDE DO ARAGUAIA

PERÍODO: DE 05/12/2019 A 06/12/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

57231682 / ROGÉRIO ARAÚJO COSTA / 684.546.602-59

OBJETIVO: FAZER ENTREGA DE EQUIPAMENTO HOSPITALAR NO MUNICÍPIO DE BREJO GRANDE DO ARAGUAIA

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3658 DE 21 DE OUTUBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias VALOR: R\$ 474,76

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: TRACUATEUA

PERÍODO: DE 21/10/2019 A 22/10/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

57173277/1 / DORIVAL AVELAR DOS SANTOS / 227.316.282-00

OBJETIVO: CONDUZIR AS SERVIDORAS MARIA DE NAZARÉ T. GALVÃO E MARIA SELMA ALVES DA SILVA PARA REALIZAREM O MONITORAMENTO DO BANCO DE LEITE HUMANO DO HOSPITAL SANTO ANTÔNIO MARIA ZACCARIAS - HSAMZ, NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA E TUTORIAL DE MO-

NITORAMENTO DA PLANIFICAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE CAPANEMA, SANTARÉM NOVO, E TRACUATEUA (REGIÃO RIO CAETÉS).

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3659 DE 21 DE OUTUBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: TRACUATEUA

PERÍODO: DE 23/10/2019 A 25/10/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

57173277/1 / DORIVAL AVELAR DOS SANTOS / 227.316.282-00

OBJETIVO: CONDUZIR AS SERVIDORAS MARIA DE NAZARÉ T. DE F. GALVÃO E MARIA SELMA ALVES DA SILVA PARA REALIZAREM O MONITORAMENTO DO BANCO DE LEITE HUMANO DO HOSPITAL SANTO ANTÔNIO MARIA ZACCARIAS - HSAMZ, NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA E TUTORIAL DE MONITORAMENTO DA PLANIFICAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE CAPANEMA, SANTARÉM NOVO, E TRACUATEUA (REGIÃO RIO CAETÉS).

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3660 DE 20 DE AGOSTO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 830,83

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA

PERÍODO: DE 20/08/2019 A 23/08/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

541913841 / VITOR ELOI REIS DO COUTO / 303.054.382-04

OBJETIVO: CONDUZIR OS TÉCNICOS DESTA DDASS, SILVANA MARIA MONTELO, PAULO ROBERTO ESTUMANO E ANDREA MARIA DA S. LUZ ALVINO, AO MUNICÍPIO DE CAPANEMA

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3661 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 5 diárias e meia VALOR: R\$ 1.305,59

FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: ALTAMIRA

PERÍODO: DE 01/12/2019 A 06/12/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

78670/1 / ISABEL IVONE SEABRA DANIN / 055.346.902-91

OBJETIVO: DESENVOLVER OFICINA DE INDICADORES E MELHORES PRÁTICAS NO SINAN NET, COM AVALIAÇÃO DE INDICADORES DE 2018 PARA OS PROFISSIONAIS DA VIGILÂNCIA DOS MUNICÍPIOS DO 10º CRS/ALTAMIRA. EM CUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA DO PROGRAMA ESTADUAL DE CONTROLE DA HANSENÍASE.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3662 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 5 diárias e meia VALOR: R\$ 1.305,59

FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: ALTAMIRA

PERÍODO: DE 01/12/2019 A 06/12/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

571735992 / REGINALDO BARATA DE ALMEIDA / 781.662.412-34

OBJETIVO: DAR APOIO A TÉCNICA QUE IRÁ DESENVOLVER OFICINA DE INDICADORES E MELHORES PRÁTICAS NO SINAN NET, COM AVALIAÇÃO DE INDICADORES DE 2018 PARA OS PROFISSIONAIS DA VIGILÂNCIA DOS MUNICÍPIOS DO 10º CRS/ALTAMIRA. EM CUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA DO PROGRAMA ESTADUAL DE CONTROLE DA HANSENÍASE.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3663 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: TOME-ACU

PERÍODO: DE 11/11/2019 A 15/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

59459081 / AURÉLIO JOSÉ PEREIRA DE ALMEIDA / 608.460.382-34

OBJETIVO: DAR APOIO OPERACIONAL NA AÇÃO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE TOMÉ AÇU

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3664 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: TOME-ACU

PERÍODO: DE 11/11/2019 A 15/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

72389411 / CARLOS ALBERTO PINA RIBEIRO / 061.654.602-59

OBJETIVO: DAR APOIO NA AÇÃO DE SAÚDE BUCAL, PALESTRAS, ORIENTAÇÃO E NO ESCOVÓDROMO NO MUNICÍPIO DE TOMÉ AÇU

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3665 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: TOME-ACU

PERÍODO: DE 11/11/2019 A 15/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

72262611 / MARIA DAS GRAÇAS LOPES GONÇALVES / 043.956.032-20

OBJETIVO: REALIZAR PALESTRAS, ORIENTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE KITS ODONTOLÓGICOS, NA AÇÃO DE SAÚDE BUCAL, NO MUNICÍPIO DE TOMÉ AÇÚ

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3666 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: TOME-ACU

PERÍODO: DE 11/11/2019 A 15/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

/ MARIA REGINA SOUZA DOS SANTOS / 352.418.452-91

OBJETIVO: DAR APOIO ADMINISTRATIVO NA ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO NA AÇÃO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE TOMÉ AÇÚ

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3667 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: TOME-ACU

PERÍODO: DE 11/11/2019 A 15/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

54185545-2 / MILENA ELIAS DIAS / 658.944.802-72

OBJETIVO: DAR APOIO ADMINISTRATIVO NAS AÇÕES DE SAÚDE, TIRANDO E REALIZANDO CADASTROS DE PACIENTES, NO MUNICÍPIO DE TOMÉ AÇÚ

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3668 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: TOME-ACU

PERÍODO: DE 11/11/2019 A 15/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

/ NÚBIA CRISTINA PEREIRA DE SOUZA / 681.443.262-53

OBJETIVO: DAR APOIO ADMINISTRATIVO NAS AÇÕES DE SAÚDE, COMO ATENDENTE NOS CONSULTÓRIOS, NO MUNICÍPIO DE TOMÉ AÇÚ

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3669 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: TOME-ACU

PERÍODO: DE 11/11/2019 A 15/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

54190534 / LUCIANO DE JESUS SANTANA / 768.030.402-59

OBJETIVO: DAR APOIO OPERACIONAL(LIGAÇÃO ELÉTRICA), DENTRO DA UNIDADE MÓVEL NA AÇÃO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE TOMÉ AÇÚ

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3670 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: TOME-ACU

PERÍODO: DE 11/11/2019 A 15/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

518556493 / EDILMA AZULAIS LIMA / 132.203.732-91

OBJETIVO: REALIZAR PALESTRA DE PREVENÇÃO SOBRE OS ACIDENTES DE MOTOR NAS COMUNIDADES E APLICAR O QUESTIONÁRIO DA ESF/ QUILOMBOLA E RIBEIRINHOS COM AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO PÚBLICA E MOBILIZAÇÃO SOCIAL ATUANDO DIRETAMENTE NOS PORTOS E COMUNIDADES RIBEIRINHAS CONSCIENTIZANDO E PREVENINDO AS PESSOAS SOBRE OS ACIDENTES DE MOTOR COM ESCALPELAMENTO NO MUNICÍPIO DE TOMÉ AÇÚ

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3671 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: TOME-ACU

PERÍODO: DE 11/11/2019 A 15/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

571943111 / FRANCISCO BEZERRA DA COSTA FILHO / 613.868.392-72

OBJETIVO: REALIZAR AGENDAMENTO DE CONSULTAS E RETIRADA DO CARTÃO SUS NO MUNICÍPIO DE TOMÉ AÇÚ

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3672 DE 20 DE AGOSTO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 830,83

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA

PERÍODO: DE 20/08/2019 A 23/08/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

/ PAULO ROBERTO ESTUMANO BELTRAO / 145.408.432-49

OBJETIVO: PARTICIPAR DA PLANIFICAÇÃO NA REGIAO RIO CAETÉS , NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PA.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3673 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: SOURE

PERÍODO: DE 14/11/2019 A 18/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

51217791 / JANE MARIA FREITAS GARCIA / 263.900.352-68

OBJETIVO: AÇÃO ITINERANTE MARAJÓ I A SER REALIZADO NOS MUNICÍPIOS DE SALVATERRA E SOURE

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3674 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 1 diária e meia VALOR: R\$ 759,63

FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: MARANHÃO

PERÍODO: DE 16/12/2019 A 17/12/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

51056923 / LAISES BRAGA VIEIRA / 137.374.652-15

572125802 / MARIA DE FÁTIMA BASTOS DA COSTA / 709.972.842-34

5929668 / SÂMIA CRISTINE RABELO BORGES / 508.074.982-20

OBJETIVO: CONHECER O SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DAS AÇÕES IMPLANTADAS PELO ESTADO DO MARANHÃO, PARA A REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA (SALA CUIDAR)

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3675 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: ITAITUBA

PERÍODO: DE 24/11/2019 A 28/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

6060935-027 / CLODOALDO SIQUEIRA MOREIRA / 049.138.682-68

541842152 / MARIA ELZA FURTADO ASSUNÇÃO / 057.158.142-00

571978571 / MURILO GONÇALVES MACHADO / 729.604.692-91

OBJETIVO: REALIZAR SUPERVISÃO TÉCNICA DA OBRA DO HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DO TAPAJOS COM O OBJETIVO DO RECEBIMENTO DA OBRA.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3676 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: ITAITUBA

PERÍODO: DE 26/11/2019 A 28/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

3277410 / CELSO MANSUETO MIRANDA DE OLIVEIRA VAZ / 218.789.512-20

OBJETIVO: REALIZAR SUPERVISÃO TÉCNICA DA OBRA DO HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DO TAPAJOS COM O OBJETIVO DO RECEBIMENTO DA OBRA.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3677 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: MARABÁ

PERÍODO: DE 23/11/2019 A 25/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

3277410 / CELSO MANSUETO MIRANDA DE OLIVEIRA VAZ / 218.789.512-20

OBJETIVO: REALIZAR A INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DA UTI NEONATAL NO HOSPITAL MUNICIPAL DE MARABÁ/PA.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3678 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA

PERÍODO: DE 31/10/2019 A 02/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

502529-1 / IZAIAS ALVES SANTANA / 062.059.842-53

OBJETIVO: CONDUZIR SERVIDORES DA DIPAT/DAS, PARA A RETIRADA DE MATERIAIS/EQUIPAMENTOS DO HOSPITAL REGIONAL DOS CAETÉS, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA, PARA SEREM GUARDADOS NO ALMOXARIFADO DESTA DIPAT.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3679 DE 21 DE OUTUBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias VALOR: R\$ 1.012,84

FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: DISTRITO FEDERAL

PERÍODO: DE 21/10/2019 A 22/10/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

57192488-1 / HOBERDAN DA SILVA MONTEIRO / 633.211.902-06

58931041 / MARÍLIA LEÃO MAGALHÃES / 946.336.062-04

OBJETIVO: PARTICIPAR DA CAPACITAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA O SISTEMA DE CONTROLE E GERENCIAMENTO DOS ANTIRETROVIRAIS- SICLON E MANUSEIO PARA ATENDIMENTO EM VIGILÂNCIA EM

SAÚDE DA TRANSMISSÃO VERTICAL" (HIV, SÍFILIS E HEPATITES VIRAIS), EM BRASÍLIA/DF
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3680 DE 21 DE OUTUBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 1.266,05
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: DISTRITO FEDERAL
PERÍODO: DE 23/10/2019 A 25/10/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
57192488-1 / HOBERDAN DA SILVA MONTEIRO / 633.211.902-06
58931041 / MARÍLIA LEÃO MAGALHÃES / 946.336.062-04
OBJETIVO: PARTICIPAR DA CAPACITAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA O SISTEMA DE CONTROLE E GERENCIAMENTO DOS ANTIRETROVIRÁIS- SICLON E MANUSEIO PARA ATENDIMENTO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE DA TRANSMISSÃO VERTICAL" (HIV, SÍFILIS E HEPATITES VIRAIS), EM BRASÍLIA/DF
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3681 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 1 diária e meia VALOR: R\$ 759,63
FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: MARANHÃO
PERÍODO: DE 16/12/2019 A 17/12/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
59250501 / GUILHERME NEVES DE MESQUITA / 003.184.482-03
541900281 / MARCIO GIOVANNI DA SILVA GONÇALVES / 459.793.082-53
571737202 / MONICA CRISTINA SAWADA YANAGUIBASHI / 379.686.452-04
OBJETIVO: CONHECER O SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DAS AÇÕES IMPLANTADAS PELO ESTADO DO MARANHÃO, PARA REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA (SALA CUIDAR), EM SÃO LUIZ/MA
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3682 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: meia diária VALOR: R\$ 83,53
FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CASTANHAL
PERÍODO: DE 05/12/2019 A 05/12/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
0729345-1 / FERNANDO AUGUSTO DA SILVA SCERNI / 145.807.722-53
OBJETIVO: CONDUZIR A SERVIDORA MARIA IRACY TUPINAMBÁ, QUE IRÁ PARTICIPAR DA REUNIÃO NA ASSOCIAÇÃO DAS MÃES DE PACIENTES COM AUTISMO, DE CASTANHAL, REFERENTE AO PROCESSO 2019/606451
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3683 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 1 diária e meia VALOR: R\$ 356,07
FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: ORIXIMINÁ
PERÍODO: DE 21/11/2019 A 22/11/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
5945872 / FELIPE DA SILVA AZEVEDO / 512.538.872-68
OBJETIVO: REALIZAR SUPERVISÃO TÉCNICA AO HOSPITAL MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ, BEM COMO ACOMPANHAR O DEPUTADO JUNIOR FERRARI NAS REUNIÕES E TRATATIVAS SOBRE O PROJETO DESTES EAS.
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3684 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 1 diária e meia VALOR: R\$ 356,07
FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA
PERÍODO: DE 13/11/2019 A 14/11/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
502529-1 / IZAIAS ALVES SANTANA / 062.059.842-53
OBJETIVO: CONDUZIR O CAMINHÃO QUE IRÁ TRANSPORTAR UM ARCO CIRÚRGICO PARA O HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DO LESTE NO MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS ATÉ O HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DOS CAETÉS, NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA.
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3685 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 1 diária e meia VALOR: R\$ 356,07
FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA
PERÍODO: DE 01/11/2019 A 02/11/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
57231682 / ROGÉRIO ARAÚJO COSTA / 684.546.602-59
OBJETIVO: CONDUZIR SERVIDORES DA DIPAT/DAS, PARA A RETIRADA DE MATERIAIS/EQUIPAMENTOS DO HOSPITAL REGIONAL DOS CAETÉS, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA, PARA SEREM GUARDADOS NO ALMOXARIFADO DESTA DIPAT.
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3686 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 1 diária e meia VALOR: R\$ 759,63
FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: MARANHÃO

PERÍODO: DE 16/12/2019 A 17/12/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
/ ADRIANA PIMENTEL VERAS / 429.977.632-15
OBJETIVO: CONHECER O SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DAS AÇÕES IMPLANTADAS PELO ESTADO DO MARANHÃO PARA A REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA (SALA CUIDAR).
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3687 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21
FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
PERÍODO: DE 25/11/2019 A 29/11/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
53610791 / ANA CRISTINA DIAS BRITO / 221.516.642-87
OBJETIVO: AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS NO HOSPITAL REGIONAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA.
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3688 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 830,83
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: PARAGOMINAS
PERÍODO: DE 03/12/2019 A 06/12/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
572065871 / GEORGE FERNANDO BELEM BEZERRA / 858.896.442-20
OBJETIVO: CONDUZIR EQUIPE TECNICA QUE ESTARA REALIZANDO VISITA TÉCNICA E MONITORAMENTO DOS MUNICIPIOS PRIORITARIOS DO PROJETO INTERFEDERATIVO DE RESPOSTA RAPIDA A SIFILIS NAS REDES DE ATENCAO/MS (PROJETO SIFILIS NAO), NO MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS.
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3689 DE 17 DE OUTUBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 830,83
FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: AGUA AZUL DO NORTE
PERÍODO: DE 23/10/2019 A 26/10/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
0184136-012 / JOSE MARIA MARTINS DE SOUZA / 008.702.342-34
OBJETIVO: REALIZAR SUPERVISÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DE OBRA AOS SERVIÇOS EXECUTADOS PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DE HOSPITAIS NOS SEGUINTES MUNICIPIOS ;(SÃO GERALDO DO ARAGUAIA; RIO MARIA ;PAU ` DARCO ; AGUA AZUL DO NORTE) CONFORME DOCUMENTO EM ANEXO.
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3690 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: MARABÁ
PERÍODO: DE 16/12/2019 A 20/12/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
122815-1 / JOÃO ROZA DA SILVA / 117.375.652-34
OBJETIVO: A FIM DE REALIZAR A DISTRIBUIÇÃO DA VACINA TRÍPLICE VIRAL PARA REALIZAR BLOQUEIO CONTRA O SARAMPO EM CATETER DE URGÊNCIA NA REDE DE FRIO DO MUNICÍPIO DE MARABÁ -11º CRS
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3691 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: MARABÁ
PERÍODO: DE 16/12/2019 A 20/12/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
571732831 / EDVAN LAURINHO BARBOSA / 301.957.642-34
OBJETIVO: CONDUZIR O TÉCNICO DA DIVISÃO DE IMUNIZAÇÕES JOÃO ROZA DA SILVA A FIM DE REALIZAR A DISTRIBUIÇÃO DA VACINA TRÍPLICE VIRAL PARA REALIZAR BLOQUEIO CONTRA O SARAMPO EM CATETER DE URGÊNCIA NA REDE DE FRIO DO MUNICÍPIO DE MARABÁ -11º CRS
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3692 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAMETÁ
PERÍODO: DE 02/12/2019 A 06/12/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
58995293 / HIGOR RIBEIRO BORGES / 015.520.892-66
5088941-012 / SOCORRO DE JESUS GOMES MOTA / 127.968.402-04
OBJETIVO: REALIZAR ATIVIDADE DE MONITORAMENTO DAS INCONFORMIDADES DO TI DA VISTORIA ANTERIOR DO HOSPITAL REGIONAL DE CAMETA, NO PERÍODO DE 02 A 06 DE DEZEMBRO DE 2019.
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3693 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAMETÁ

PERÍODO: DE 02/12/2019 A 06/12/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

55590265-1 / SÉRGIO JUVENCIO MARRUAZ LEITE / 097.055.112-68

OBJETIVO: CONDUZIR TÉCNICOS DA DCIH/DVCS EM ATIVIDADE DE MONITORAMENTO DAS INCONFORMIDADES DO TI DA VISTORIA ANTERIOR DO HOSPITAL REGIONAL DE CAMETA, NO PERÍODO DE 02 A 06 DE DEZEMBRO DE 2019.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3694 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA

PERÍODO: DE 25/11/2019 A 29/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

572125802 / MARIA DE FÁTIMA BASTOS DA COSTA / 709.972.842-34

5911896 / SÂMELA STEFANE CORRÊA GALVÃO / 015.570.952-64

OBJETIVO: PARTICIPAR DA PLANIFICAÇÃO EM SAUDE, A SER REALIZADA NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA, NO PERÍODO DE 25 A 29/11/19.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3695 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA

PERÍODO: DE 12/12/2019 A 14/12/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

5929668 / SÂMIA CRISTINE RABELO BORGES / 508.074.982-20

OBJETIVO: PARTICIPAR DA PLANIFICAÇÃO EM SAUDE, A SER REALIZADA NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA, NO PERÍODO DE 12 A 14/12/19.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3696 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA

PERÍODO: DE 25/11/2019 A 29/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

5929668 / SÂMIA CRISTINE RABELO BORGES / 508.074.982-20

OBJETIVO: PARTICIPAR DA PLANIFICAÇÃO EM SAUDE, A SER REALIZADA NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA, NO PERÍODO DE 25 A 29/11/19

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3697 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21

FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: BRAGANCA

PERÍODO: DE 05/11/2019 A 09/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

5177286-4 / ANDRÉA CAROLINA CHAGAS DE MIRANDA / 394.635.832-20

OBJETIVO: REALIZAR ACONSELHAMENTO/DIAGNOSTICO DO HIV, SÍFILIS E HEPATITES ATRAVES DE TESTES RAPIDOS NA Acao ESTRATEGICA DE PREVENCAO EM HIV/AIDS, SÍFILIS E HEPATITES NO MUNICÍPIO DE BRAGANCA.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3698 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 830,83

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA

PERÍODO: DE 23/11/2019 A 26/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

502529-1 / IZAIAS ALVES SANTANA / 062.059.842-53

OBJETIVO: CONDUZIR O CAMINHÃO QUE IRÁ REALIZAR O REMANEJAMENTO DE EQUIPAMENTOS DO HOSPITAL PÚBLICO DOS CAETÉS, EM CAPANEMA PARA O HOSPITAL MUNICIPAL MATERNO INFANTIL DE MARBÁ, NO REFERIDO MUNICÍPIO.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

Protocolo: 510611

PORTARIA Nº 3500 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 6 diárias e meia VALOR: R\$ 1.542,97

FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAMETÁ

PERÍODO: DE 17/11/2019 A 23/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

57174830/1 / FABIO JUNIOR SILVA / 703.222.442-34

OBJETIVO: TRANSPORTAR TÉCNICOS DESTA COORDENAÇÃO DURANTE OFICINA DE INDICADORES E MELHORES PRÁTICAS NO SINAN NET COM AVALIAÇÃO DE INDICADORES DE 2018 PARA OS PROFISSIONAIS DA VIGILÂNCIA DOS MUNICÍPIOS DO 13º/CAMETÁ, EM CUMPRIMENTO AO CRONOGRAMA DO PROGRAMA ESTADUAL DE CONTROLE DA HANSENÍASE. SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3501 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 1 diária e meia VALOR: R\$ 356,07

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: TOME-ACU

PERÍODO: DE 06/12/2019 A 07/12/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

/ ROSA DE FATIMA FREITAS DE CARVALHO / 673.144.812-53

OBJETIVO: PARTICIPAR DA 11ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TOMÉ AÇÚ, COM O TEM: "CONSOLIDAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO SISTEM ÚNICO DE SAÚDE-SUS", MUNICÍPIO DE TOMÉ AÇÚ

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3502 DE 18 DE OUTUBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45

FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: ABAETETUBA

PERÍODO: DE 23/10/2019 A 25/10/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

5243076/1 / SYANE SHEILA COSTA DE PAULA LAGO / 427.965.802-10

OBJETIVO: REALIZAR AÇÕES DE MONITORAMENTO E ACESSORAMENTO DA ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE DO ADOLESCENTE E JOVEM E SEMINÁRIO SOBRE O PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA-PSE/PREVENÇÃO A OBESIDADE, NOS MUNICÍPIOS DE ABAETETUBA.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3503 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45

FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA

PERÍODO: DE 25/11/2019 A 27/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

5594642 / FRANCISCA DAS GRACAS VIDIGAL MELO / 179.235.653-68

OBJETIVO: REALIZAR ACONSELHAMENTO/DIAGNÓSTICO DO HIV, SÍFILIS E HEPATITES ATRAVES DE TESTES RáPIDOS NA Ação ESTRATÉGICA DE PREVENÇÃO EM HIV/AIDS, SÍFILIS E HEPATITES NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3504 DE 18 DE OUTUBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 830,83

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: AGUA AZUL DO NORTE

PERÍODO: DE 23/10/2019 A 26/10/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

0729345-1 / FERNANDO AUGUSTO DA SILVA SCERNI / 145.807.722-53

OBJETIVO: CONDUZIR EM VEICULO OFICIAL O SERVIDOR JOSÉ MARIA MARTINS DE SOUZA QUE IRÁ REALIZAR SUPERVISÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DE OBRA AOS SERVIÇOS EXECUTADOS PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DE HOSPITAIS NOS SEGUINTE MUNICÍPIOS ;(SÃO GERALDO DO ARAGUAIA; RIO MARIA ;PAU `DARCO ; AGUA AZUL DO NORTE) CONFORME DOCUMENTO EM ANEXO.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3505 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: ITUPIRANGA

PERÍODO: DE 02/12/2019 A 06/12/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

102090-1 / OSMAR FERREIRA NEVES / 223.980.582-04

OBJETIVO: CONDUZIR A CONSELHEIRA DO CES/PA JOSILENE SANTOS AOS MUNICÍPIO DE NOVA IPIXUNA E ITUPIRANGA , DE ACORDO COM O DOCUMENTO EM ANEXO

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3506 DE 20 DE OUTUBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias VALOR: R\$ 270,00

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: ALENQUER, DESTINO: BELÉM

PERÍODO: DE 21/10/2019 A 22/10/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

/ PAULO FERNANDO DA SILVA MONTEIRO / 005.951.012-91

OBJETIVO: PARTICIPAR DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CES/PA E DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO EM SAÚDE DO CES/PA, EM BELÉM, DE ACORDO COM DOCUMENTO EM ANEXO.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3507 DE 20 DE OUTUBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: meia diária VALOR: R\$ 118,69

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: ALENQUER, DESTINO: BELÉM

PERÍODO: DE 23/10/2019 A 23/10/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

/ PAULO FERNANDO DA SILVA MONTEIRO / 005.951.012-91

OBJETIVO: PARTICIPAR DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CES/PA E DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO EM SAÚDE DO CES/PA, EM BELÉM, DE ACORDO COM DOCUMENTO EM ANEXO. SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3508 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45

FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA

PERÍODO: DE 25/11/2019 A 27/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

571943111 / FRANCISCO BEZERRA DA COSTA FILHO / 613.868.392-72
OBJETIVO: REALIZAR APOIO ADMINISTRATIVO E ORIENTAÇÕES SOBRE REGULACÃO NA AÇÃO ESTRATÉGICA DE PREVENÇÃO DE PREVENÇÃO EM HIV/AIDS, SÍFILIS E HEPATITES NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3509 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45

FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA

PERÍODO: DE 25/11/2019 A 27/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

115525/1 / MARIA LUIZA SANTOS DE SOUZA / 137.632.102-53

OBJETIVO: DAR APOIO ADMINISTRATIVO NA MOBILIZAÇÃO E CADASTRAMENTO NA AÇÃO ESTRATÉGICA DE PREVENÇÃO EM HIV/AIDS, SÍFILIS E HEPATITES NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3510 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45

FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA

PERÍODO: DE 25/11/2019 A 27/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

571910131 / CAROLINE OLIVEIRA DE FIGUEREDO / 745.298.032-87

OBJETIVO: REALIZAR COLETA E FAZER DIAGNÓSTICO DE TESTE RÁPIDO DE HIV, SÍFILIS, HEPATITES B E HEPATITES C, NA AÇÃO ESTRATÉGICA DE PREVENÇÃO DE HIV/AIDS, SÍFILIS E HEPATITES NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3511 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45

FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA

PERÍODO: DE 25/11/2019 A 27/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

541805214 / ANA MARGARIDA GRAIM MENDONÇA / 614.656.822-87

OBJETIVO: DAR APOIO ADMINISTRATIVO NA MOBILIZAÇÃO E CADASTRAMENTO NA AÇÃO ESTRATÉGICA DE PREVENÇÃO EM HIV/AIDS, SÍFILIS E HEPATITES NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3512 DE 20 DE OUTUBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias VALOR: R\$ 405,00

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: GOIANESIA, DESTINO: BELÉM

PERÍODO: DE 20/10/2019 A 22/10/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

/ MARLON LEITE DE SOUSA / 817.031.202-72

OBJETIVO: PARTICIPAR DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CES/PA E DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO EM SAÚDE DO CES/PA, EM BELÉM, DE ACORDO COM DOCUMENTO EM ANEXO.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3513 DE 20 DE OUTUBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: meia diária VALOR: R\$ 118,69

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: GOIANESIA, DESTINO: BELÉM

PERÍODO: DE 23/10/2019 A 23/10/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

/ MARLON LEITE DE SOUSA / 817.031.202-72

OBJETIVO: PARTICIPAR DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CES/PA E DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO EM SAÚDE DO CES/PA, EM BELÉM, DE ACORDO COM DOCUMENTO EM ANEXO.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3514 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 1.266,05

FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: DISTRITO FEDERAL

PERÍODO: DE 01/12/2019 A 03/12/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

/ ROSA DE FATIMA FREITAS DE CARVALHO / 673.144.812-53

OBJETIVO: PARTICIPAR DA REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE, CTGTES, REFERENTE AOS ENCAMINHAMENTOS E QUESTÕES RELATIVAS ÀS DELIBERAÇÕES DA OFICINA NACIONAL DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE SAÚDE PÚBLICA, EM BRASÍLIA/DF

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3515 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45

FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA

PERÍODO: DE 25/11/2019 A 27/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

72056351 / KLEBER MARCELO MIRANDA DO NASCIMENTO / 649.330.912-34

OBJETIVO: CONDUZIR A EQUIPE TÉCNICA QUE IRÁ REALIZAR MOBILIZAÇÃO, TRIAGEM, CADASTRAMENTO, TESTAGEM, ACONSELHAMENTO, PALESTRAS EDUCATIVAS NA AÇÃO ESTRATÉGICA DE PREVENÇÃO AS IST/AIDS, SÍFILIS E HEPATITES NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3516 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 1 diária e meia VALOR: R\$ 356,07

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA

PERÍODO: DE 11/11/2019 A 12/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

572050811 / ANTONIO MARCOS DA SILVA SARAIVA / 265.899.902-04

OBJETIVO: CONDUZIR SERVIDOR QUE IRÁ REALIZAR SUPERVISÃO TÉCNICA PARA VERIFICAR A SITUAÇÃO ATUAL DOS PREDIOS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E PREDIO DA SAMU COM SEDE EM CAPANEMA/PA, 4º CRS, AÇÕES ESSAS, JUSTIFICADAS PARA ATENDIMENTO DO PROCESSO Nº 2019/336075

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3518 DE 21 DE OUTUBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias VALOR: R\$ 270,00

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: TRACUATEUA

PERÍODO: DE 21/10/2019 A 22/10/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

5093066 / MARIA SELMA ALVES DA SILVA / 159.490.282-87

OBJETIVO: REALIZAR O MONITORAMENTO DO BANCO DE LEITE HUMANO DO HOSPITAL SANTO ANTÔNIO MARIA ZACCARIAS - HSAMZ, NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA E TUTORIAL DE MONITORAMENTO DA PLANIFICAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE CAPANEMA, SANTARÉM NOVO, E TRACUATEUA (REGIÃO RIO CAETÉS).

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3519 DE 21 DE OUTUBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: TRACUATEUA

PERÍODO: DE 23/10/2019 A 25/10/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

5093066 / MARIA SELMA ALVES DA SILVA / 159.490.282-87

OBJETIVO: REALIZAR O MONITORAMENTO DO BANCO DE LEITE HUMANO DO HOSPITAL SANTO ANTÔNIO MARIA ZACCARIAS - HSAMZ, NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA E TUTORIAL DE MONITORAMENTO DA PLANIFICAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE CAPANEMA, SANTARÉM NOVO, E TRACUATEUA (REGIÃO RIO CAETÉS).

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3520 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: meia diária VALOR: R\$ 83,53

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CASTANHAL

PERÍODO: DE 28/11/2019 A 28/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

102090-1 / OSMAR FERREIRA NEVES / 223.980.582-04

OBJETIVO: CONDUZIR OS TÉCNICOS DO CES/PA AOS MUNICÍPIOS DE CASTANHAL E CAPANEMA, DE ACORDO COM DOCUMENTOS EM ANEXO.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3521 DE 22 DE OUTUBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 1 diária VALOR: R\$ 135,00

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA

PERÍODO: DE 22/10/2019 A 22/10/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

5911896 / SÂMELA STEFANE CORRÊA GALVÃO / 015.570.952-64

OBJETIVO: PARTICIPAR DO PROJETO PLANIFICA SUS A SER REALIZADO NA REGIÃO DO CAETÉS, NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3522 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: meia diária VALOR: R\$ 118,69

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA

PERÍODO: DE 29/11/2019 A 29/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

102090-1 / OSMAR FERREIRA NEVES / 223.980.582-04

OBJETIVO: CONDUZIR OS TÉCNICOS DO CES/PA AOS MUNICÍPIOS DE CASTANHAL E CAPANEMA, DE ACORDO COM DOCUMENTOS EM ANEXO.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3523 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: meia diária VALOR: R\$ 83,53

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CASTANHAL

PERÍODO: DE 28/11/2019 A 28/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

20565421 / FRANCISCA DAS CHAGAS DE SOUZA ABRAHAO / 199.436.442-49

571978631 / PATRICIA REIS DE LIMA / 585.417.642-49

/ SILVIA REGINA D'ALMEIDA COUTO DE AZEVEDO / 247.853.772-91
5529247/1 / SIRLEY GARCIA DE PAULA / 174.361.092-00
OBJETIVO: ASSESSORAR TÉCNICO ADMINISTRATIVO DURANTE A PREPARAÇÃO DAS PLENÁRIAS DO PROCESSO ELEITORAL DO CES/PA NA REGIÃO DE CAETÉS (CAPANEMA) E METROPOLITANA III (CASTANHAL), DE ACORDO COM DOCUMENTOS EM ANEXO.
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3524 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: meia diária VALOR: R\$ 118,69
FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA
PERÍODO: DE 29/11/2019 A 29/11/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
20565421 / FRANCISCA DAS CHAGAS DE SOUZA ABRAHAO / 199.436.442-49

571978631 / PATRICIA REIS DE LIMA / 585.417.642-49
/ SILVIA REGINA D'ALMEIDA COUTO DE AZEVEDO / 247.853.772-91
5529247/1 / SIRLEY GARCIA DE PAULA / 174.361.092-00
OBJETIVO: ASSESSORAR TÉCNICO ADMINISTRATIVO DURANTE A PREPARAÇÃO DAS PLENÁRIAS DO PROCESSO ELEITORAL DO CES/PA NA REGIÃO DE CAETÉS (CAPANEMA) E METROPOLITANA III (CASTANHAL), DE ACORDO COM DOCUMENTOS EM ANEXO.
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3525 DE 30 DE SETEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 6 diárias e meia VALOR: R\$ 877,50
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
PERÍODO: DE 30/09/2019 A 06/10/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
5082498/1 / MARCELINO GUILHERME CORDEIRO DINIZ / 298.827.292-15
OBJETIVO: A FIM DE REALIZAR A DISTRIBUIÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS E INSUMOS DA CAMPANHA DE INTENSIFICAÇÃO CONTRA O SARAMPO, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO NA REDE DE FRIO NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA 12º - CRS A SER CONDUZIDO PELO MOTORISTA DA EMPRESA GBS - SERVIÇOS - GUARACY BASTOS DA SILVA.
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3526 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAMETÁ
PERÍODO: DE 04/11/2019 A 08/11/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
57192488-1 / HOBERDAN DA SILVA MONTEIRO / 633.211.902-06
OBJETIVO: REALIZAR VISITA TÉCNICA E MONITORAMENTO DA PROFILAXIA DO HIV/PEP E PEP, NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3527 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAMETÁ
PERÍODO: DE 04/11/2019 A 08/11/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
572076911 / JOCINALDO PEREIRA DA CRUZ / 427.707.342-53
OBJETIVO: CONDUZIR EQUIPE TÉCNICA QUE IRÁ REALIZAR VISITA TÉCNICA E MONITORAMENTO PARA ANÁLISE SITUACIONAL DAS IST/HIV/AIDS, SFÍLIS E HEPATITES VIRAIS NA REGIÃO DE SAÚDE, NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3528 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 1 diária e meia VALOR: R\$ 759,63
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: SÃO PAULO
PERÍODO: DE 19/12/2019 A 20/12/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
/ ROSA DE FATIMA FREITAS DE CARVALHO / 673.144.812-53
OBJETIVO: PARTICIPAR DO 1º ENCONTRO NACIONAL DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA E DA PRECEPTORIA DO SUS, DGPSUS, "IMPLANTANDO A MUDANÇA", EM SÃO PAULO/SP
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3529 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 1 diária e meia VALOR: R\$ 356,07
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: AUGUSTO CORREA
PERÍODO: DE 18/11/2019 A 19/11/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
12477051/3 / MARTHA ELIZABETH BRASIL DA NOBREGA / 575.597.912-04
OBJETIVO: REALIZAR INVESTIGAÇÃO DE SURTO DE COQUELUCHE NO MUNICÍPIO DE AUGUSTO CORREA
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3530 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 1 diária e meia VALOR: R\$ 356,07
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: AUGUSTO CORREA
PERÍODO: DE 18/11/2019 A 19/11/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
55586822/1 / ANTONIO JOSÉ SOUZA SARDINHA / 330.164.882-72
OBJETIVO: CONDUZIR TÉCNICA EM CARÁTER DE URGÊNCIA PARA REALIZAR INVESTIGAÇÃO DE SURTO DE COQUELUCHE NO MUNICÍPIO DE AUGUSTO CORREA
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3531 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 830,83
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA
PERÍODO: DE 16/12/2019 A 19/12/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
54189931/1 / LILIAN YAE KATO KIMURA / 446.338.742-68
5948364 / ROSEMIRO FARIAS DA COSTA NETO / 936.094.262-68
OBJETIVO: COLETA DE MEDICAMENTOS EM DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO EM GERAL NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3532 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 830,83
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA
PERÍODO: DE 16/12/2019 A 19/12/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
55590265-1 / SÉRGIO JUVENCIO MARRUAZ LEITE / 097.055.112-68
OBJETIVO: CONDUZIR TÉCNICOS QUE IRÃO REALIZAR COLETA DE MEDICAMENTOS EM DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO EM GERAL NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3533 DE 15 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 830,83
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: SALVATERRA
PERÍODO: DE 15/11/2019 A 18/11/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
58974221 / MARLUCIA OLIVEIRA LUZ / 609.646.932-91
OBJETIVO: PALESTRAS EDUCATIVAS DE SAÚDE BUCAL E DOAÇÃO DE KITS DE HIGIENE BUCAL. NOS MUNICÍPIOS DE CACHOEIRA DO ARARI E SALVATERRA
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3534 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 5 diárias e meia VALOR: R\$ 1.305,59
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: TRACUATEUA
PERÍODO: DE 08/12/2019 A 13/12/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
5459834-1 / JOVINA JOSEFA DA SILVA MALCHER / 030.988.002-59
OBJETIVO: ATIVIDADES DE MONITORAMENTO NAS AÇÕES DE CONTROLE DA HANSENIASE E MOBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA BUSCA ATIVA DE CASOS, NOS MUNICÍPIOS DE PEIXE BOI, SANTARÉM NOVO E TRACUATEUA, EM CUMPRIMENTO DAS AÇÕES DE CONTROLE DA HANSENIASE
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3535 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 5 diárias e meia VALOR: R\$ 1.305,59
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: TRACUATEUA
PERÍODO: DE 08/12/2019 A 13/12/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
5214440 / MARIO AUGUSTO MARQUES DA SILVA / 076.427.842-87
OBJETIVO: TRANSPORTAR TÉCNICA DESTA COORDENAÇÃO DURANTE ATIVIDADES DE MONITORAMENTO NAS AÇÕES DE CONTROLE DA HANSENIASE E MOBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA BUSCA ATIVA DE CASOS, NOS MUNICÍPIOS DE PEIXE BOI, SANTARÉM NOVO E TRACUATEUA, EM CUMPRIMENTO DAS AÇÕES DE CONTROLE DA HANSENIASE
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3536 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 1.266,05
FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: DISTRITO FEDERAL
PERÍODO: DE 21/11/2019 A 23/11/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
5945967 / ALESSANDRA AMARAL DE SOUZA / 454.089.712-87
/ NORMA LUCIA SALGADO / 062.066.382-00
OBJETIVO: PARTICIPAR DO II ENCONTRO DE DOCENTES E GESTORES EM OPNE, ABOPE, E PROMOVER O DIÁLOGO SOBRE O EXERCÍCIO DA ESPECIALIDADE, COMPARTILHAMENTO DE EXPERIÊNCIAS E O DIÁLOGO ENTRE

GESTORES E ACADÊMICOS, BUSCANDO O FORTALECIMENTO DA ÁREA E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, EM BRASÍLIA /DF
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3537 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 1 diária e meia VALOR: R\$ 356,07
FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: SÃO MIGUEL DO GUAMÁ
PERÍODO: DE 16/12/2019 A 17/12/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
571978051 / SANDRA SUELY GIL BORCEM / 624.886.942-15
OBJETIVO: DAR APOIO A EQUIPE TÉCNICA NA REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO JUNTO AO 5º CRS/SÃO MIGUEL DO GUAMÁ.
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3538 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 830,83
FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA
PERÍODO: DE 02/12/2019 A 05/12/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
0000000 / ITAMÁRA SANTANA DA SILVA / 458.317.422-53
OBJETIVO: PARTICIPAR DA PLANIFICAÇÃO, METODOLOGIA DA ATENÇÃO À SAÚDE E OFICINA TUTORIAL, EM CAPANEMA
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3539 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21
FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: ULIANÓPOLIS
PERÍODO: DE 09/12/2019 A 13/12/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
86746/1 / FRANCISCO REGINALDO MORAES / 122.427.482-20
OBJETIVO: CONDUZIR AS TÉCNICAS NELIZA MARIA TRINDADE MARQUE E CATARINA MARIA SANTOS ABUD AO MUNICÍPIO DE ULIANÓPOLIS - HOSPITAL SÃO FRANCISCO, NO PERÍODO DE 09/12 A 13/12/2019.
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3540 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 1.266,05
FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: DISTRITO FEDERAL
PERÍODO: DE 25/11/2019 A 27/11/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
5893893 / DEBORA FRANCISCA DA SILVA JARES ALVES / 291.765.902-59
OBJETIVO: PARTICIPAR REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA CONJUNTA DE ATENÇÃO À SAÚDE E DA GESTÃO E FINANCIAMENTO E DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL " CUIDADOS CONTINUADOS E INTEGRADOS". UM DESAFIO PARA O PRESENTE. EM BRASÍLIA /DF.
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3541 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA
PERÍODO: DE 19/11/2019 A 21/11/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
/ ROSA DE FATIMA FREITAS DE CARVALHO / 673.144.812-53
OBJETIVO: PARTICIPAR DA OFICINA DE MONITORAMENTO DO PROCESSO DA PLANIFICAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA DA REGIÃO DE CAETÉS, MUNICÍPIO DE CAPANEMA
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3545 DE 23 DE OUTUBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 1 diária e meia VALOR: R\$ 356,07
FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA
PERÍODO: DE 23/10/2019 A 24/10/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
57174477/1 / ISMAEL PIMENTA DOS SANTOS / 450.065.392-91
OBJETIVO: CONDUZIR O DIRETOR DO DDASS/SESPA, BRENO HENRY OLIVEIRA DOS SANTOS, PARA PARTICIPAR DA REUNIÃO DA CIR RIO-CAETÉS, NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PA.
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3546 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: meia diária VALOR: R\$ 83,53
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: STA IZABEL DO PARÁ
PERÍODO: DE 09/12/2019 A 09/12/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
57194316/1 / REINALDO GOMES DO SACRAMENTO / 740.167.332-00
OBJETIVO: REALIZAR A DISTRIBUIÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS E INSUMOS, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO NA REDE DE FRIO DO MUNICÍPIO DE SANTA ISABE - 2º CRS
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3547 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: meia diária VALOR: R\$ 83,53
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: STA IZABEL DO PARÁ
PERÍODO: DE 09/12/2019 A 09/12/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
55586822/1 / ANTONIO JOSÉ SOUZA SARDINHA / 330.164.882-72
OBJETIVO: CONDUZIR O TÉCNICO DA DIVISÃO DE IMUNIZAÇÃO REINALDO G. SACRAMENTO PARA REALIZAR A DISTRIBUIÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS E INSUMOS, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO NA REDE DE FRIO DO MUNICÍPIO DE SANTA ISABE - 2º CRS
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3548 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 830,83
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: SÃO MIGUEL DO GUAMÁ
PERÍODO: DE 02/12/2019 A 05/12/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
5898235 / LARISSA MARIONOR SANTANA DE OLIVEIRA MENDES / 680.348.812-87
OBJETIVO: REALIZAR A DISTRIBUIÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS E INSUMOS, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA REDE DE FRIO DO MUNICÍPIOS DE CAPANEMA, 4º CRS E SÃO MIGUEL DO GUAMÁ , 5º CRS
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3549 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 830,83
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: SÃO MIGUEL DO GUAMÁ
PERÍODO: DE 02/12/2019 A 05/12/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
55586822/1 / ANTONIO JOSÉ SOUZA SARDINHA / 330.164.882-72
OBJETIVO: CONDUZIR A TÉCNICA DA DIVISÃO DE IMUNIZAÇÃO LARISSA MARIONOR SANTANA PARA REALIZAR A DISTRIBUIÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS E INSUMOS, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA REDE DE FRIO DO MUNICÍPIOS DE CAPANEMA, 4º CRS E SÃO MIGUEL DO GUAMÁ , 5º CRS
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3551 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 1.266,05
FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: SÃO PAULO
PERÍODO: DE 27/11/2019 A 29/11/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
572047211 / ADNALOI OLIVEIRA DIAS / 606.737.882-53
OBJETIVO: PARTICIPAR DO Iº CONGRESSO NACIONAL DE JUNTAS COMERCIAIS - CONAJ, EM SÃO PAULO, CONFORME ANEXO.
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3552 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 1 diária e meia VALOR: R\$ 356,07
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: BARCARENA
PERÍODO: DE 10/12/2019 A 11/12/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
55252844 / VALERIA PAIVA FERREIRA / 334.100.032-15
OBJETIVO: A FIM DE REALIZAR A DISTRIBUIÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS E INSUMOS, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA REDE DE FRIO DO MUNICÍPIO DE BARCARENA - 6º CRS.
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3553 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 1 diária e meia VALOR: R\$ 356,07
FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: MARABÁ
PERÍODO: DE 09/12/2019 A 10/12/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
191426 / SIMONE ALDENORA DOS ANJOS COSTA / 109.012.482-15
OBJETIVO: PARA, JUNTAMENTE COM A PGE, PARTICIPAR DA REUNIÃO A SER REALIZADA COM A DPE, MPE E JUIZES DA COMARCA DE MARABÁ, COM O OBJETIVO DE FAZER UMA ATUAÇÃO PREVENTIVA E MINIMIZAR O IMPACTO DAS DEMANDAS DE SAÚDE NO REFERIDO MUNICÍPIO, AS QUAIS TIVERAM UM AUMENTO CONSIDERÁVEL, INCLUSIVE COM BLOQUEIO DE VERBAS PÚBLICAS E ORDEM DE PRISÃO.
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3554 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 1 diária e meia VALOR: R\$ 356,07
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: BARCARENA
PERÍODO: DE 10/12/2019 A 11/12/2019
MATRÍCULA / NOME / CPF
55586822/1 / ANTONIO JOSÉ SOUZA SARDINHA / 330.164.882-72
OBJETIVO: CONDUZIR A TÉCNICA DA DIVISÃO DE IMUNIZAÇÃO VALÉRIA P, FERREIRA PARA REALIZAR A DISTRIBUIÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS E

INSUMOS, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA REDE DE FRIO DO MUNICÍPIO DE BARCARENA - 6º CRS.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3555 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 6 diárias e meia VALOR: R\$ 1.542,97

FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: ALTAMIRA

PERÍODO: DE 02/12/2019 A 08/12/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

084824-011 / GESSE COSTA DOS SANTOS / 042.379.192-34

OBJETIVO: REALIZAR A DISTRIBUIÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS E INSUMOS, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA REDE DE FRIO DO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA - 10º CRS.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3556 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 6 diárias e meia VALOR: R\$ 1.542,97

FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: ALTAMIRA

PERÍODO: DE 02/12/2019 A 08/12/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

555891542 / IVAN SANTOS DA SILVA / 184.088.502-53

OBJETIVO: CONDUZIR O TÉCNICO DE DIVISÃO DE IMUNIZAÇÃO GESSE COSTA DOS SANTOS PARA REALIZAR A DISTRIBUIÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS E INSUMOS, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA REDE DE FRIO DO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA - 10º CRS.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3557 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 5 diárias e meia VALOR: R\$ 1.305,59

FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: MARABÁ

PERÍODO: DE 02/12/2019 A 07/12/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

57194007-1 / WANDERSON DA CONCEIÇÃO SILVA / 818.066.982-34

OBJETIVO: REALIZAR A DISTRIBUIÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS E INSUMOS, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO NA REDE DE FRIO DO MUNICÍPIO DE MARABÁ --11º CRS.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3558 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: REDENÇÃO

PERÍODO: DE 23/10/2019 A 25/10/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

/ ELIANETE DO SOCORRO MARQUES NASCIMENTO / 174.720.082-49

3208966-1 / FRANCISCO CARLOS CANTO LOPES / 500.305.747-49

54189029-1 / MÁRCIO RONI CORREIA LIMA / 378.655.362-91

OBJETIVO: REALIZAR VISITA TÉCNICA NO HOSPITALREGIONAL PÚBLICO DO ARAGUAIA- HRP, NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3559 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 5 diárias e meia VALOR: R\$ 1.305,59

FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: MARABÁ

PERÍODO: DE 02/12/2019 A 07/12/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

571732831 / EDVAN LAURINHO BARBOSA / 301.957.642-34

OBJETIVO: CONDUZIR O TÉCNICO DA DIVISÃO DE IMUNIZAÇÃO EDVAN LAURINHO BARBOSA PARA REALIZAR A DISTRIBUIÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS E INSUMOS, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO NA REDE DE FRIO DO MUNICÍPIO DE MARABÁ --11º CRS.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3560 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: IPIXUNA

PERÍODO: DE 18/11/2019 A 20/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

0000000 / BENEDITA ABREU LEÃO / 373.822.767-91

102806-1 / CLÉA DO SOCORRO NOBRE CALANDRINI DE AZEVEDO / 093.634.752-04

OBJETIVO: VISITA TÉCNICA AOS MUNICÍPIOS DE IPIXUNA DO PARÁ E BRAGANÇA, COM OBJETIVO DE ASSESSORAR OS MUNICÍPIOS NA CESSÃO DE UMA USA DO MUNICÍPIO DE IPIXUNA DO PARÁ PARA BRAGANÇA E ADEQUAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DA UPA DE BRAGANÇA.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3561 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: MARABÁ

PERÍODO: DE 25/11/2019 A 27/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

5947910 / CAROLINE ROCHA DA SILVA / 799.201.872-91

OBJETIVO: PRESTAR ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO AO GABINETE DA SECRETARIA EM AGENDA INSTITUCIONAL DO GOVERNO, NO MUNICÍPIO DE MARABÁ, NO PERÍODO DE 25 A 27.11.2019

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3562 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: MARABÁ

PERÍODO: DE 25/11/2019 A 27/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

5949357 / RENATO BARBOSA FERREIRA / 658.247.252-68

OBJETIVO: REALIZAR ASSESSORAMENTO TÉCNICO E GERENCIAL AO SENHOR SECRETARIO DE SAÚDE EM AGENDA INSTITUCIONAL DO GOVERNO DO ESTADO NO MUNICÍPIO DE MARABA, NO PERÍODO DE 25 A 27/11/2019.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3563 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 830,83

FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: PARAGOMINAS

PERÍODO: DE 16/12/2019 A 19/12/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

0082660-018 / LUIZ AUGUSTO COSTA DE OLIVEIRA / 061.655.832-53

OBJETIVO: EXPANSÃO ESTADUAL AO PROGRAMA VIDA NO TRANSITO. NA OCASIÃO OCORRERÁ REUNIÃO INTERSETORIAL AMPLIADA COM OS ORGÃOS CONVOCADOS E OFICINA DE SENSIBILIZAÇÃO DA EXPANSÃO DO PVT VOLTADOS AOS PROFISSIONAIS DOS ORGÃOS ENVOLVIDOS.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3564 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: ITAITUBA

PERÍODO: DE 16/12/2019 A 20/12/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

3277410 / CELSO MANSUETO MIRANDA DE OLIVEIRA VAZ / 218.789.512-20

571912451 / JOSE ROBERTO PONTES DE OLIVEIRA / 564.425.132-20

OBJETIVO: REALIZAR ACOMPANHAMENTO E INSPEÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ENTREGUES PELOS FORNECEDORES NO HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DO TAPAJÓS, ISSO SE FAZ NECESSÁRIO PARA FINS DE RECEBIMENTO DESSES EQUIPAMENTOS DE ACORDO COM A COM A PORTARIA Nº 610 DE JULHO DE 2019 (COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE MATERIAIS - CRMPCI), E TENDO EM VISTAS A ANÁLISE DAS CONDIÇÕES QUE ESTÃO SENDO ARMAZENADOS.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3565 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45

FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: SANTARÉM

PERÍODO: DE 11/12/2019 A 13/12/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

572028111 / ANA LUCIA DA SILVA FERREIRA / 227.578.642-20

5945939 / DANIELE MONTEIRO NUNES / 713.936.092-87

OBJETIVO: APOIAR, NA CONDIÇÃO DE TUTORA DOS TREENANDOS, DA 2ª OFICINA DA 2ª TURMA DO EPISUS FUNDAMENTAL/PA - BAIXO AMAZONAS E TAPAJÓS, A SE REALIZAR EM SANTARÉM-PA.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3566 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: AURORA DO PARA

PERÍODO: DE 09/12/2019 A 13/12/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

54188886-1 / ANDRÉA NUNES DA COSTA / 453.213.292-49

541913841 / LIA TRINDADE BORGES / 603.595.362-04

OBJETIVO: REALIZAR CAPACITAÇÃO DO SISTEMA OUVIDOR SUS NÍVEL I, PARA OS MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA DA REGIÃO DE SAÚDE DO METROPOLITANA III, MUNICÍPIO DE AURORA DO PARÁ

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3567 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 6 diárias e meia VALOR: R\$ 3.291,73

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: RIO DE JANEIRO

PERÍODO: DE 24/11/2019 A 30/11/2019

MATRÍCULA / NOME / CPF

571981221 / IDELSO DE JESUS DE SOUZA LEAL JUNIOR / 613.437.652-34

OBJETIVO: REALIZAÇÃO DE CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE SEGUNDO A METODOLOGIA DO PROADES - 2019 - 2 - FIOCRUZ / MS.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3568 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21
 FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: AURORA DO PARA
 PERÍODO: DE 09/12/2019 A 13/12/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 541913841 / VITOR ELOI REIS DO COUTO / 303.054.382-04
 OBJETIVO: CONDUZIR AS TÉCNICAS ANDREA NUNES DA COSTA E LIA T. BORGES, (PROCESSO 2019/560773), PARA REALIZAREM CAPACITAÇÃO DO SISTEMA OUVIDOR SUS NÍVEL I, PARA OS MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA DA REGIÃO DE SAÚDE DO METROPOLITANA III, MUNICÍPIO DE AURORA DO PARA
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3569 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: TOMÉ-ACU
 PERÍODO: DE 11/11/2019 A 15/11/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 572065931 / CARMEM RAMOS COSTA DOS SANTOS / 607.832.572-87
 OBJETIVO: REALIZAR TESTAGEM/DIAGNÓSTICO DO HIV, SÍFILIS E HEPATITES ATRAVÉS DE TESTES RÁPIDOS NA AÇÃO ESTRATÉGICA DE PREVENÇÃO EM HIV/AIDS, SÍFILIS E HEPATITES NO MUNICÍPIO DE TOMÉ-ACU.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3570 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 meias diárias VALOR: R\$ 167,05
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: STA IZABEL DO PARÁ
 PERÍODO: DE 12/12/2019 A 13/12/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 54189931/1 / LILIAN YAE KATO KIMURA / 446.338.742-68
 105457/1 / SELMA REGINA MORAES LISBOA / 081.435.442-49
 OBJETIVO: REALIZAR MONITORAMENTO DAS ATIVIDADES DO TABAGISMO, COLA DE SAPATEIRO E TALIDOMIDA NO MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO PARÁ.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3571 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 meias diárias VALOR: R\$ 167,05
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: STA IZABEL DO PARÁ
 PERÍODO: DE 12/12/2019 A 13/12/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 5596823 / AFONSO NAZARENO ARAUJO DA CRUZ / 319.719.542-68
 OBJETIVO: CONDUZIR AS SERVIDORAS QUE IRÃO REALIZAR MONITORAMENTO DAS ATIVIDADES DO TABAGISMO, COLA DE SAPATEIRO E TALIDOMIDA NO MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO PARÁ.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3572 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45
 FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA
 PERÍODO: DE 12/12/2019 A 14/12/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 54190621-1 / ELADIO FERREIRA DA SILVA FILHO / 223.610.652-15
 OBJETIVO: CONDUZIR TÉCNICOS AO MUNICÍPIO DE CAPANEMA, OS QUAIS PARTICIPARÃO DA PLANIFICAÇÃO
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3573 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: TOMÉ-ACU
 PERÍODO: DE 11/11/2019 A 15/11/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 572320841 / LUIZ FERNANDO ARAUJO E SOUZA / 086.417.572-87
 OBJETIVO: CONDUZIR A EQUIPE TÉCNICA QUE IRÁ REALIZAR MOBILIZAÇÃO/PALESTRAS/PREVENÇÃO/TESTAGEM E ACONSELHAMENTO PARA HIV, SÍFILIS E HEPATITES, NA AÇÃO ESTRATÉGICA DE PREVENÇÃO EM HIV/AIDS, SÍFILIS E HEPATITES NO MUNICÍPIO DE TOMÉ-ACU.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3574 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 830,83
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: SALINOPOLIS
 PERÍODO: DE 18/11/2019 A 21/11/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 571910131 / CAROLINE OLIVEIRA DE FIGUEREDO / 745.298.032-87
 OBJETIVO: REALIZAR OFICINA DE IMPLANTAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA TRANSMISSÃO VERTICAL(PROJETO NASCER) E PROFILAXIA POS EXPOSIÇÃO (PEP_HIV) NO HOSPITAL REGIONAL DE SALINAS NA QUALIDADE DE PALESTRANTE NO CONTROLE LOGÍSTICO DOS MEDICAMENTOS SISLOG-LAB.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3575 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: SOURE
 PERÍODO: DE 14/11/2019 A 18/11/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 541945-96 / LUCIO CLAUDIO LOPES MOTA / 597.899.052-20
 OBJETIVO: DAR APOIO ADMINISTRATIVO NA MOBILIZAÇÃO/TRIAGEM NA AÇÃO PREVENTIVA EM IST/AIDS, SÍFILIS E HEPATITES NA AÇÃO ESTRATÉGICA DE PREVENÇÃO EM HIV/AIDS, SÍFILIS E HEPATITES NO MUNICÍPIO DE SOURE
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3576 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 830,83
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: BRAGANCA
 PERÍODO: DE 10/12/2019 A 13/12/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 572065871 / GEORGE FERNANDO BELEM BEZERRA / 858.896.442-20
 OBJETIVO: CONDUZIR EQUIPE TÉCNICA QUE ESTARÁ REALIZANDO VISITA TÉCNICA E MONITORAMENTO DOS MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS DO PROJETO INTERFEDERATIVO DE RESPOSTA RÁPIDA A SÍFILIS NAS REDES DE ATENÇÃO/MS (PROJETO SÍFILIS NÃO) NO MUNICÍPIO DE BRAGANCA.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3577 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 6 diárias e meia VALOR: R\$ 1.542,97
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
 PERÍODO: DE 09/12/2019 A 15/12/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 57194007-1 / WANDERSON DA CONCEIÇÃO SILVA / 818.066.982-34
 OBJETIVO: REALIZAR A DISTRIBUIÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS E INSUMOS, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO NA REDE DE FRIO DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA --12º CRS.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3578 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 6 diárias e meia VALOR: R\$ 1.542,97
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
 PERÍODO: DE 09/12/2019 A 15/12/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 571732831 / EDVAN LAURINHO BARBOSA / 301.957.642-34
 OBJETIVO: CONDUZIR O TÉCNICO DA DIVISÃO DE IMUNIZAÇÃO WANDERSON CONCEIÇÃO PARA REALIZAR A DISTRIBUIÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS E INSUMOS, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO NA REDE DE FRIO DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA --12º CRS.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3579 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 830,83
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAMETÁ
 PERÍODO: DE 10/12/2019 A 13/12/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 5147271/1 / EDVALDO CORREA DA COSTA / 271.295.002-04
 OBJETIVO: REALIZAR A DISTRIBUIÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS E INSUMOS, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO NA REDE DE FRIO DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ- 13º CRS
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3580 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 830,83
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAMETÁ
 PERÍODO: DE 10/12/2019 A 13/12/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 555891542 / IVAN SANTOS DA SILVA / 184.088.502-53
 OBJETIVO: CONDUZIR O TÉCNICO DA DIVISÃO DE IMUNIZAÇÃO EDIVALDO CORREA PARA REALIZAR A DISTRIBUIÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS E INSUMOS, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO NA REDE DE FRIO DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ- 13º CRS
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3581 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45
 FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: SANTARÉM
 PERÍODO: DE 01/12/2019 A 03/12/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 59250501 / GUILHERME NEVES DE MESQUITA / 003.184.482-03
 OBJETIVO: ESCLARECIMENTO JUNTO AO SISTEMA SER/PA -SANTAREM/PA.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3583 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 5 diárias e meia VALOR: R\$ 1.305,59
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: SANTARÉM

PERÍODO: DE 08/12/2019 A 13/12/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 / DANIELE DE BARROS GALINDO / 559.707.532-20
 6081860 / MARILENA DE JESUS ARAÚJO RODRIGUES PUREZA / 263.095.482-04
 12477051/3 / MARTHA ELIZABETH BRASIL DA NOBREGA / 575.597.912-04
 OBJETIVO: APOIAR, NA CONDIÇÃO DE TUTORA DOS TREINANDOS DA 2ª OFICINA DA 2ª TURMA DO EPISUS FUNDAMENTAL/PA - BAIXO AMAZONAS E TAPAJÓS, A SE REALIZAR EM SANTARÉM /PA
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3584 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: SÃO MIGUEL DO GUAMÁ
 PERÍODO: DE 25/11/2019 A 29/11/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 572085941 / FABIO TAVARES BOULHOSA / 372.763.012-49
 / MARLENE CRUZ DE ALBUQUERQUE / 236.099.402-63
 OBJETIVO: REALIZAR MONITORAMENTO, ANÁLISE DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA-NOTIFICAÇÃO DE CASOS E CONTROLE DE VETORES E INSUMOS ESTRATÉGICOS (SIVET -MALÁRIA E VETORES MALÁRIA E SIES), SUPERVISÃO LOCAL DOS POSTOS DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE MALÁRIA DA REGIÃO E CONCOMITANTE A ISSO REALIZAR TREINAMENTO PARA OS OPERADORES DO SISTEMA PERTENCENTE AOS MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA DO 5º CRS, SÃO MIGUEL DO GUAMÁ
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3585 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: SÃO MIGUEL DO GUAMÁ
 PERÍODO: DE 25/11/2019 A 29/11/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 5161371-1 / JOSE NILO CABRAL MAIA / 223.997.202-53
 OBJETIVO: CONDUZIR OS TÉCNICOS QUE IRÃO REALIZAR MONITORAMENTO, ANÁLISE DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA-NOTIFICAÇÃO DE CASOS E CONTROLE DE VETORES E INSUMOS ESTRATÉGICOS (SIVET -MALÁRIA E VETORES MALÁRIA E SIES), SUPERVISÃO LOCAL DOS POSTOS DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE MALÁRIA DA REGIÃO E CONCOMITANTE A ISSO REALIZAR TREINAMENTO PARA OS OPERADORES DO SISTEMA PERTENCENTE AOS MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA DO 5º CRS, SÃO MIGUEL DO GUAMÁ
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3586 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 meias diárias VALOR: R\$ 250,58
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CASTANHAL
 PERÍODO: DE 09/12/2019 A 11/12/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 54189931/1 / LILIAN YAE KATO KIMURA / 446.338.742-68
 1044181 / REGINALDO RUBENS MESQUITA DE PAULA / 072.387.542-15
 OBJETIVO: COLETA DE MEDICAMENTOS EM DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO EM GERAL NO MUNICÍPIO DE CASTANHAL
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3587 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 meias diárias VALOR: R\$ 250,58
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CASTANHAL
 PERÍODO: DE 09/12/2019 A 11/12/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 5596823 / AFONSO NAZARENO ARAUJO DA CRUZ / 319.719.542-68
 OBJETIVO: CONDUZIR OS TÉCNICOS QUE IRÃO REALIZAR COLETA DE MEDICAMENTOS EM DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO EM GERAL NO MUNICÍPIO DE CASTANHAL
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3588 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: meia diária VALOR: R\$ 118,69
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: ABAETETUBA
 PERÍODO: DE 27/11/2019 A 27/11/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 / DANIELE DE BARROS GALINDO / 559.707.532-20
 6081860 / MARILENA DE JESUS ARAÚJO RODRIGUES PUREZA / 263.095.482-04
 OBJETIVO: AVALIAR AS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DO SARAMPO FRENTE AOS CASOS SUSPEITOS DE SARAMPO NA REGIÃO E OS CONTATOS DOS CASOS CONFIRMADOS NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3589 DE 23 DE OUTUBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 13 diárias e meia VALOR: R\$ 3.204,63
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: SANTARÉM

PERÍODO: DE 10/11/2019 A 23/11/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 0502762 / JOSE BORGES ARAUJO FERREIRA ALENCAR / 108.047.732-20
 OBJETIVO: CONDUZIR TÉCNICO QUE IRÁ REALIZAR SUPERVISÃO, MONITORAMENTO E APOIO ÀS AÇÕES DE CONTROLE DA MALÁRIA (BUSCA ATIVA, DIAGNÓSTICO PRECOCE, TRATAMENTO IMEDIATO DOS CASOS POSITIVOS, INSTALAÇÕES DE MILDS E CONTROLE VETORIAL) REALIZADAS NAS LOCALIDADES COM ALTO ÍNDICE DE TRANSMISSÃO DA DOENÇA NOS MUNICÍPIOS DO 9º CRS (SANTARÉM).
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3590 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: meia diária VALOR: R\$ 118,69
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: ABAETETUBA
 PERÍODO: DE 27/11/2019 A 27/11/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 572056301 / CARLOS LEONARDO BORGES DE CASTRO / 646.965.452-53
 OBJETIVO: CONDUZIR TÉCNICAS QUE IRÃO AVALIAR AS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DO SARAMPO FRENTE AOS CASOS SUSPEITOS DE SARAMPO NA REGIÃO E OS CONTATOS DOS CASOS CONFIRMADOS NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3591 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45
 FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
 ORIGEM: BENEVIDES / BENFICA, DESTINO: ALTAMIRA
 PERÍODO: DE 08/12/2019 A 10/12/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 0000 / MARLUCI GALHARDO DE PAULA / 150.796.002-68
 OBJETIVO: COORDENAR A PLENARIA DO PROCESSO ELEITORAL DO CES/PA NA REGIAO XINGU/PA, EM ALTAMIRA, ACORDO COM DOCUMENTO EM ANEXO.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3592 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45
 FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: ALTAMIRA
 PERÍODO: DE 08/12/2019 A 10/12/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 54191343/1 / MALU MELISSA MARQUES SOARES / 647.174.452-87
 54247631 / MAURO ROBERTO CAMPOS FERREIRA / 428.735.092-87
 OBJETIVO: ASSESSORIA TECNICO ADMINISTRATIVA DURANTE PLENARIA DO PROCESSO ELEITORAL DO CES/PA NA REGIAO XINGU, EM ALTAMIRA, DE ACORDO COM DOCUMENTO EM ANEXO.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3593 DE 23 DE OUTUBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 1 diária e meia VALOR: R\$ 356,07
 FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA
 PERÍODO: DE 23/10/2019 A 24/10/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 5911896 / SÂMELA STEFANE CORRÊA GALVÃO / 015.570.952-64
 OBJETIVO: PARTICIPAR DO PROJETO PLANIFICA SUS A SER REALIZADO NA REGIÃO DO CAETÉS, NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3594 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 830,83
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: BREVES
 PERÍODO: DE 10/12/2019 A 13/12/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 0079189-017 / ALBERTO LOPES BEGOT / 047.719.822-87
 5693160/1 / FERNANDO AUGUSTO LOURENÇO ESTEVES / 227.634.732-53
 8400472-1 / JORGE ALBERTO AZEVEDO ANDRADE / 605.661.402-68
 OBJETIVO: REALIZAR AVALIAÇÃO E APRESENTAÇÃO NO 8º CRS - BREVES, DOS RESULTADOS PRELIMINARES DO PROJETO PILOTO PARA DETECÇÃO E TITULAÇÃO DE ANTICORPOS NEUTRALIZANTES DO VÍRUS DA RAIVA, NAS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS AO LONGO DO RIO PACAJÁ, NA REGIÃO DE PORTEL/PA,
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3595 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45
 FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: ALTAMIRA
 PERÍODO: DE 25/11/2019 A 27/11/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 58962921 / DÉCIO JORGE DOS REIS SANTOS / 731.629.902-97
 571942891 / MONIQUE NERY FARIAS / 843.549.252-49
 54190162-1 / PATRÍCIA SANTOS MARTINS / 410.613.812-34
 OBJETIVO: REALIZAR CAPACITAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO CâNCER (SISCAN) NA REGIÃO DO XINGU, NO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3596 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 1 diária e meia VALOR: R\$ 356,07
 FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: OURÉM
 PERÍODO: DE 21/11/2019 A 22/11/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 6060935-027 / CLODOALDO SIQUEIRA MOREIRA / 049.138.682-68
 OBJETIVO: REALIZAR SUPERVISÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DE OBRA, AOS SERVIÇOS EXECUTADOS PARA REQUALIFICAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE OURÉM, REFERENTE AO CONVÊNIO Nº 18/2018.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3597 DE 21 DE OUTUBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: 2 diárias e meia VALOR: R\$ 593,45
 FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: IPIXUNA
 PERÍODO: DE 23/10/2019 A 25/10/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 86274-1 / CARLOS AUGUSTO FIGUEIREDO DA SILVA / 081.409.952-15
 OBJETIVO: CONDUZIR AS SERVIDORAS MARIA IRACY TUPINAMBÁ E TE-REZINHA DE JESUS MOREIRA (CEPED), PARA REALIZAREM OFICINA DE CAPACITAÇÃO DO PASSE LIVRE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, NOS MUNICÍPIOS DE CONCÓRDIA DO PARÁ E IPIXUNA DO PARÁ, . PROCESSO :2019/503647
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3598 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: meia diária VALOR: R\$ 83,53
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: STA IZABEL DO PARÁ
 PERÍODO: DE 22/11/2019 A 22/11/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 59008611 / ITALO BAIA DA SILVA / 368.884.782-20
 OBJETIVO: CONDUZIR OS SERVIDORES QUE IRÃO REALIZAR OFICINA DE QUALIFICAÇÃO EM PROJETOS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE , NO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL/PA
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

PORTARIA Nº 3599 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO DE DIÁRIAS: meia diária VALOR: R\$ 83,53
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: STA IZABEL DO PARÁ
 PERÍODO: DE 22/11/2019 A 22/11/2019
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 00000000 / ANDRÉ LUIZ LAMEIRA DE CRISTO / 004.707.692-54
 OBJETIVO: AUXILIAR E ACOMPANHAR O TRABALHO DA EQUIPE TÉCNICA, NA REALIZAÇÃO DA OFICINA DE QUALIFICAÇÃO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE, COMO CAMPO DE PRÁTICA DA RESIDÊNCIA EM SAÚDE.
 SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA: PETER CASSOL SILVEIRA

Protocolo: 510610

FÉRIAS**PORTARIA Nº 1399 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019**

O DIRETOR DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE/DG-TES, usando de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº. 039/03.04.96,
 R E S O L V E:
 CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao servidor WALDEMIR AMORIM DA SILVA, Id. Funcional nº 5562635-3, ocupante do cargo de AUXILIAR OPERACIONAL, lotado na Seção de Transportes, no período de 02 de Janeiro de 2020 a 31 de Janeiro de 2020, referente ao período aquisitivo de 01 de junho de 2018 a 31 de maio de 2019.
 PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
 GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 27.12.2019.
 DAVID SOUZA FIGUEIREDO
 Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

Protocolo: 511794

OUTRAS MATÉRIAS**PORTARIA Nº 1390 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019**

O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº039/03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e, considerando o casamento da servidora ELENISE DA SILVA MOTA, que se deu na data de 15 de Novembro de 2019 e especialmente o que dispõe o art. 72, inciso II, da Lei nº. 5810, de 24 de janeiro de 1994;
 RESOLVE:
 I – Autorizar o afastamento por motivo de casamento, a servidora ELENISE DA SILVA MOTA, Id. Funcional nº 54189197-1, ocupante do cargo de NUTRICIONISTA, lotada na Unidade de Referência Especializada Materno Infantil, no período de 15 de Novembro de 2019 a 22 de Novembro de 2019, conforme Certidão de Casamento Matrícula nº 0656560155 2019 2 00049 142 0014542 37.

II – Esta portaria entra em vigor da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 15 de Novembro de 2019.
 PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
 GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 27.12.2019.
 DAVID SOUZA FIGUEIREDO
 Diretor de Gestão do Trabalho e da educação na Saúde.

PORTARIA Nº 1386 DE 27 DE DEZEMBRO 2019

O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº039/03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e, considerando o casamento da servidora LUZINETE ALVES CIRIACO, que se deu na data de 16 de Novembro de 2019 e especialmente o que dispõe o art. 72, inciso II, da Lei nº. 5810, de 24 de janeiro de 1994;
 RESOLVE:

I – Autorizar o afastamento por motivo de casamento, a servidora LUZINETE ALVES CIRIACO, Id. Funcional nº 57206793-1, ocupante do cargo de MAQUEIRO, lotada no 4º Centro Regional de Saúde-Capanema, no período de 16 de Novembro de 2019 a 23 de Novembro de 2019, conforme certidão de casamento Matrícula nº 065979 01 55 2019 3 00008 300 0002564 81.

II – Esta portaria entra em vigor da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 16 de Novembro de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
 GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 27.12.2019.
 DAVID SOUZA FIGUEIREDO

Diretor de Gestão do Trabalho e da educação na Saúde.

PORTARIA Nº 1389 DE 27 DE DEZEMBRO 2019

O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 039/ 03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e considerando o disposto do art. 72, inciso II, da Lei nº. 5810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda o processo de nº 2019/574554.
 RESOLVE:

Autorizar o afastamento da servidora ELIZABETH DO SOCORRO PANTOJA PEREIRA, ocupante do cargo de Enfermeiro, Id. Funcional nº 5262003-3, lotado na Divisão de Imunização, a contar de 17.11.2019, por um período de 08 (oito) dias, decorrente do falecimento de seu Genitor.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
 GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 27.12.2019.
 DAVID SOUZA FIGUEIREDO

Diretor de Gestão do Trabalho e da educação na Saúde.

PORTARIA Nº 1379 DE 27 DE DEZEMBRO 2019

O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 039/ 03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e considerando o disposto do art. 72, inciso II, da Lei nº. 5810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda o processo de nº 2019/611680.
 RESOLVE:

Autorizar o afastamento da servidora IRLANA SIQUEIRA DE SOUZA, ocupante do cargo de Enfermeiro, Id. Funcional nº5897421-1, lotado no 9º Centro Regional de Saúde – Santarém, a contar de 01.02.2019, por um período de 08 (oito) dias, decorrente do falecimento de seu Genitor.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
 GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 27.12.2019.
 DAVID SOUZA FIGUEIREDO

Diretor de Gestão do Trabalho e da educação na Saúde.

PORTARIA Nº 1387 DE 27 DE DEZEMBRO 2019

O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 039/ 03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e considerando o disposto do art. 72, inciso II, da Lei nº. 5810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda o processo de nº 2019/615889.
 RESOLVE:

Autorizar o afastamento do servidor IRNANDO SIQUEIRA DA TRINDADE, ocupante do cargo de ENFERMEIRO, Id. Funcional nº 5895988-1, lotado no 9º Centro Regional de Saúde – Santarém, a contar de 01.12.2019, por um período de 08 (oito) dias, decorrente do falecimento de seu Genitor.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
 GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 27.12.2019.
 DAVID SOUZA FIGUEIREDO

Diretor de Gestão do Trabalho e da educação na Saúde.

PORTARIA Nº 1392 DE 27 DE DEZEMBRO 2019

O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 039/ 03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e considerando o disposto do art. 72, inciso II, da Lei nº. 5810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda o processo de nº 2019/616154.
 RESOLVE:

Autorizar o afastamento da servidora MARIA DE NAZARÉ GOMES DOS SANTOS, ocupante do cargo de ENFERMEIRO, Id. Funcional nº 5148766-1, lotado na Unidade de Referência Especializada – Materno Infantil, a contar de 07.09.2019, por um período de 08 (oito) dias, decorrente do falecimento de sua Genitora.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
 GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 27.12.2019.
 DAVID SOUZA FIGUEIREDO

Diretor de Gestão do Trabalho e da educação na Saúde.

PORTARIA Nº 1380 DE 27 DE DEZEMBRO 2019

O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 039/ 03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e considerando o disposto do art. 72, inciso II, da Lei nº. 5810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda o processo de nº 2019/612807.

RESOLVE:

Autorizar o afastamento da servidora MARLENE SILVA BRUCE, ocupante do cargo de AGENTE DE SAÚDE, Id. Funcional nº 6120954-1, lotado no 9º Centro Regional de Saúde – Santarém, a contar de 29.11.2019, por um período de 08 (oito) dias, decorrente do falecimento de seu Genitor.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 27.12.2019.

DAVID SOUZA FIGUEIREDO

Diretor de Gestão do Trabalho e da educação na Saúde.

PORTARIA Nº 1391 DE 27 DE DEZEMBRO 2019

O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 039/ 03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e considerando o disposto do art. 72, inciso II, da Lei nº. 5810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda o processo de nº 2019/616106.

RESOLVE:

Autorizar o afastamento da servidora ROSILENE DO SOCORRO NOGUEIRA DE SOUZA, ocupante do cargo de TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL, Id. Funcional nº 5393736-1, lotado na Unidade de Referência Especializada – Materno Infantil, a contar de 02.11.2019, por um período de 08 (oito) dias, decorrente do falecimento de seu Irmão.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 27.12.2019.

DAVID SOUZA FIGUEIREDO

Diretor de Gestão do Trabalho e da educação na Saúde.

PORTARIA Nº 1378 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 039/03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e CONSIDERANDO o que dispõe o Parágrafo único do art. 91 da Lei nº. 5810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda a apresentação do Registro Civil de Nascimento nº16132301 55 2019 1 00010 010 0002710 30;

RESOLVE:

CONCEDER ao servidor EDER GOMES PIMENTEL, Id. Funcional nº 5923757-1, ocupante do cargo de AGENTE DE PORTARIA, lotado no 9º Centro Regional de Saúde-Santarém, 10 (dez) dias de Licença à Paternidade, no período de 26 de Novembro de 2019 a 05 de dezembro de 2019.

II – Esta portaria entra em vigor da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 26 de Novembro de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 27.12.2019.

DAVID SOUZA FIGUEIREDO

Diretor de Gestão do Trabalho e da educação na Saúde

PORTARIA Nº 1375 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 039/03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e CONSIDERANDO o que dispõe o Parágrafo único do art. 91 da Lei nº. 5810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda a apresentação do Registro Civil de Nascimento nº066431 01 55 2019 1 00154074 0 115627 93;

RESOLVE:

CONCEDER ao servidor FABRICIO GUILHERME PIRES DOS SANTOS, Id. Funcional nº 5897289-1, ocupante do cargo de MÉDICO, lotado na Unidade de Referência Especializada - Reduto, 10 (dez) dias de Licença à Paternidade, no período de 24 de Outubro de 2019 a 02 de Novembro de 2019.

II – Esta portaria entra em vigor da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 24 de Outubro de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 27.12.2019.

DAVID SOUZA FIGUEIREDO

Diretor de Gestão do Trabalho e da educação na Saúde

PORTARIA Nº 1388 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 039/03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e CONSIDERANDO o que dispõe o Parágrafo único do art. 91 da Lei nº. 5810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda a apresentação do Registro Civil de Nascimento nº066977 01 55 2019 1 00222 062 0069696 57;

RESOLVE:

CONCEDER ao servidor REGINALDO PANTOJA RODRIGUES, Id. Funcional nº 5939931-1, ocupante do cargo de MÉDICO, lotado no Hospital Regional de Cametá, 10 (dez) dias de Licença à Paternidade, no período de 29 de Novembro de 2019 a 08 de Dezembro de 2019.

II – Esta portaria entra em vigor da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 29 de Novembro de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 27.12.2019.

DAVID SOUZA FIGUEIREDO

Diretor de Gestão do Trabalho e da educação na Saúde

Protocolo: 511711

LABORATÓRIO CENTRAL DO ESTADO DO PARÁ

ERRATA

O Diretor/Ordenador de Despesas do Laboratório Central do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram conferidas pela **PORTARIA Nº 768/2019-CCG de 18/01/2019**, publicada no D.O. E nº 33.785 de 21/01/2019.

RESOLVE:

RETIFICAR a PORTARIA Nº 384 de 23/12/2019, publicada no D.O.E. nº 34.074 de 23/12/2019, que concedeu Licença Prêmio a servidora GEORGETT VIEGAS PRINCE, matrícula nº 54194088/1, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO.

Onde se lê: Período 26 Janeiro de 2020 a 24 janeiro de 2020.

Leia-se: Período de 26 janeiro de 2020 a 24 de fevereiro 2020.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

ALBERTO SIMÕES JORGE JUNIOR

Diretor do LACEN/PA

Protocolo: 511653

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 1ª REGIONAL

LICENÇA PRÊMIO**PORTARIA Nº. 1142 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019**

O DIRETOR DO 1º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria nº. 76/2019-CCG de 09.01.19, publicada no Diário Oficial do Estado nº 33.777 de 10.01.19.

CONCEDER de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/ 24.01.1994, a (ao) servidora (o) SONIA GONÇALVES REIS, matrícula 721794-1 cargo de AGENTE DE SAÚDE regime jurídico de Estatutário Efetivo, classe "--", lotada (o) no (a) URPS 01 (um) mês de Licença Prêmio, correspondente ao triênio 13.02.13 A 12.02.16.

AUTORIZAR que o servidor goze 01 (UM) mês de Licença Prêmio, no período de 01.03.20 A 30.03.20, no total de 30 (TRINTA) dias.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

Protocolo: 511693

PORTARIA Nº. 1143 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

O DIRETOR DO 1º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria nº. 76/2019-CCG de 09.01.19, publicada no Diário Oficial do Estado nº 33.777 de 10.01.19.

CONCEDER de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/ 24.01.1994, a (ao) servidora (o) ANA MARCIA FARIAS SERRAO, matrícula 54189245-2 cargo de ASSISTENTE SOCIAL regime jurídico de Estatutário Efetivo, classe "--", lotada (o) no (a) URES PRESIDENTE VARGAS 01 (um) mês de Licença Prêmio, correspondente ao triênio 13.06.14 A 12.06.17.

AUTORIZAR que o servidor goze 01 (UM) mês de Licença Prêmio, no período de 03.02.20 A 03.03.20, no total de 30 (TRINTA) dias.

Protocolo: 511709

PORTARIA Nº. 1141 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

O DIRETOR DO 1º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria nº. 76/2019-CCG de 09.01.19, publicada no Diário Oficial do Estado nº 33.777 de 10.01.19.

DETERMINAR de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/ 24.01.1994, a (ao) servidora (o) MARGARETH DA CONCEIÇÃO ALCANTARA, matrícula 54191554-1 cargo de AGENTE DE ARTES PRÁTICAS regime jurídico de Estatutário Efetivo, classe "--", lotada (o) no (a) URE DIPE 01 (um) mês de Licença Prêmio, correspondente ao triênio 19.07.14 A 18.07.17.

AUTORIZAR que o servidor goze 01 (UM) mês de Licença Prêmio, no período de 01.02.20 A 01.03.20, no total de 30 (TRINTA) dias.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

Protocolo: 511666

PORTARIA Nº. 1144 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

O DIRETOR DO 1º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria nº. 76/2019-CCG de 09.01.19, publicada no Diário Oficial do Estado nº 33.777 de 10.01.19.

CONCEDER de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/ 24.01.1994, a (ao) servidora (o) ROSILENE LEO BARROS, matrícula 54189245-2 cargo de ADMINISTRADORA regime jurídico de Estatutário Efetivo, classe "--", lotada (o) no (a) CAPS AMAZONIA 02 (dois) meses de Licença Prêmio, correspondente ao triênio 12.09.16 A 11.09.19.

AUTORIZAR que o servidor goze 02 (dois) meses de Licença Prêmio, no período de 14.10.19 a 12.12.19, no total de 60 (sessenta) dias.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

Protocolo: 511715

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 5ª REGIONAL

ERRATA

ERRATA

ERRATA DA PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 385 DE 21/11/2019, PUBLICAÇÃO Nº 500568, PUBLICADA NO DOE Nº 34044, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019.

ONDE SE LÊ:
SERVIDOR (ES):

NOME	MATRICULA	CARGO
ANDREA OLIVEIRA DUTRA	572344501	NUTRICIONISTA
REGINA COELI ALEXANDRE E SILVA	91383	ODONTOLOGO

LEIA-SE:

NOME	MATRICULA	CARGO
REGINA COELI ALEXANDRE E SILVA	91383	ODONTOLOGO

ORDENADOR: ADHEMAR JUNIOR SILVA DA COSTA

Protocolo: 511602

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 8ª REGIONAL

DIÁRIA

PORTARIA Nº 301 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Objetivo: Dar apoio operacional na vistoria técnica no hospital municipal de Portel para renovação de licença de funcionamento anual.

Origem: BREVES/PÁ - PORTEL/PA.

Servidor (es): ORLANDO DE SOUSA FERNANDES, 4,5 Diárias de 02 a 06/12/2019.

Ordenador: JUCINEIDE ALVES BARBOSA.

Protocolo: 512014

PORTARIA Nº 292 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Objetivo: Realizar o monitoramento das ações realizadas pela VISA municipal no ano de 2019.

Origem: BREVES/PÁ - CURRALINHO/PA.

Servidor (es): JOSÉ CLÁUDIO GOMES FERREIRA e JANE MARIA DOS PASSOS DIAS 4,5 Diárias de 25 a 29/11/2019.

Ordenador: JUCINEIDE ALVES BARBOSA.

Protocolo: 512024

PORTARIA Nº 340 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2019

Objetivo: Participar de Reunião Administrativa com a Direção do Departamento de Controle de Endemias/SESPA e com a Coordenação Estadual de Zoonoses.

Origem: BREVES/PÁ - BELÉM/PA.

Servidor (es): JUCINEIDE ALVES BARBOSA, 3,5 Diárias de 04 a 07/12/2019.

Ordenador: JUCINEIDE ALVES BARBOSA.

Protocolo: 511691

PORTARIA Nº 344 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2019

Objetivo: Realizar com a equipe do 8ºCRS visita técnica aos Postos de Diagnósticos, Unidades Sentinela e Laboratórios de Base do município.

Origem: BREVES/PÁ - GURUPÁ/PA.

Colaborador (es): JOSIELSON COSTA SOUZA 8,5 Diárias de 12 a 20/12/2019.

Ordenador: JUCINEIDE ALVES BARBOSA.

Protocolo: 511988

PORTARIA Nº 325 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Objetivo: Realizar monitoramento sobre TFD no município.

Origem: BREVES/PÁ - MELGAÇO/PA.

Servidor (es): CLEBER DANIEL SOARES DA SILVA, LUCIVAL DOS SANTOS RODRIGUES E MANOEL ANTÔNIO GOEME SANCHES 3,5 Diárias de 09 a 12/12/2019.

Ordenador: JUCINEIDE ALVES BARBOSA.

Protocolo: 511997

PORTARIA Nº 308 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Objetivo: Realizar vistoria técnica no hospital municipal de Portel para renovação de licença de funcionamento anual.

Origem: BREVES/PÁ - PORTEL/PA.

Servidor (es): ÉRIKA BARROS ALVES CORDEIRO e JANE MARIA DOS PASSOS DIAS 4,5 Diárias de 02 a 06/12/2019.

Ordenador: JUCINEIDE ALVES BARBOSA.

Protocolo: 512013

PORTARIA Nº 302 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Objetivo: Dar apoio operacional ao monitoramento das ações realizadas pela VISA municipal no ano de 2019.

Origem: BREVES/PÁ - ANAJÁS/PA.

Servidor (es): ORLANDO DE SOUSA FERNANDES, 5,5 Diárias de 09 a 14/12/2019.

Ordenador: JUCINEIDE ALVES BARBOSA.

Protocolo: 512023

PORTARIA Nº 305 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Objetivo: Realizar treinamento de identificação de larvas e pupa de *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*.

Origem: BREVES/PÁ - BAGRE/PA.

Servidor (es): ROSENILDO RIBEIRO BARBOSA, 5,5 Diárias de 02 a 07/12/2019.

Ordenador: JUCINEIDE ALVES BARBOSA.

Protocolo: 512012

PORTARIA Nº 309 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Objetivo: Realizar o monitoramento das ações realizadas pela VISA municipal no ano de 2019.

Origem: BREVES/PÁ - ANAJÁS/PA.

Servidor (es): JOSÉ CLÁUDIO GOMES FERREIRA e JANE MARIA DOS PASSOS DIAS 5,5 Diárias de 09 a 14/12/2019.

Ordenador: JUCINEIDE ALVES BARBOSA.

Protocolo: 512022

PORTARIA Nº 251 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Objetivo: Participar do Seminário "Resolução de Entraves no SIPNI e a movimentação mensal dos Imunobiológicos.

Origem: BREVES/PÁ - BELÉM/PA.

Servidor (es): FRANCIMARA MARQUES SACRAMENTA, 4,5 Diárias de 18 a 22/11/2019.

Ordenador: JUCINEIDE ALVES BARBOSA.

Protocolo: 511689

PORTARIA Nº 324 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Objetivo: Realizar monitoramento sobre TFD no município.

Origem: BREVES/PÁ - ANAJÁS/PA.

Servidor (es): LILIANE DA SILVA CORREA, RODRIGO RICARDO DA SILVA PEREIRA e CLEBER DANIEL SOARES DA SILVA, 5,5 Diárias de 02 a 07/12/2019.

Ordenador: JUCINEIDE ALVES BARBOSA.

Protocolo: 511995

PORTARIA Nº 268 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Objetivo: Desempenhar a função de supervisor na ação de combate a controle de malária na zona rural do município.

Origem: BREVES/PÁ - ANAJÁS/PA.

Servidor (es): WANDERLEY CORREA DE ARAUJO, 22,5 Diárias de 05 a 27/11/2019.

Ordenador: JUCINEIDE ALVES BARBOSA.

Protocolo: 512003

PORTARIA Nº 284 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Objetivo: Realizar supervisão nos sistemas de informações dos Programas: VIGIÁGUA, PNCD, SIVEP/VETORES, MALARIA E VIGISOLO.

Origem: BREVES/PÁ - GURUPÁ/PA.

Servidor (es): JOÃO OTÁVIO GOMES DE OLIVEIRA, 4,5 Diárias de 09 a 13/12/2019.

Ordenador: JUCINEIDE ALVES BARBOSA.

Protocolo: 512021

PORTARIA Nº 291 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Objetivo: Realizar o monitoramento das ações realizadas pela VISA municipal no ano de 2019.

Origem: BREVES/PÁ - BAGRE/PA.

Servidor (es): JOSÉ CLÁUDIO GOMES FERREIRA e JANE MARIA DOS PASSOS DIAS, 4,5 Diárias de 18 a 22/11/2019.

Ordenador: JUCINEIDE ALVES BARBOSA.

Protocolo: 512029

PORTARIA Nº 300 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Objetivo: Dar apoio operacional ao monitoramento das ações realizadas pela VISA municipal no ano de 2019.

Origem: BREVES/PÁ - CURRALINHO/PA.

Servidor (es): ORLANDO DE SOUSA FERNANDES, 4,5 Diárias de 25 a 29/11/2019.

Ordenador: JUCINEIDE ALVES BARBOSA.

Protocolo: 512025

PORTARIA Nº 343 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2019

Objetivo: Realizar visita técnica aos Postos de Diagnósticos, Unidades Sentinela e Laboratórios de Base do município

Origem: BREVES/PÁ - GURUPÁ/PA.

Servidor (es): DINALDO FERREIRA DE SOUZA e JAIRO GONÇALVES DE SOUZA 8,5 Diárias de 12 a 20/12/2019.

Ordenador: JUCINEIDE ALVES BARBOSA.

Protocolo: 511990

PORTARIA Nº 306 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Objetivo: Oficina Regional em Testes Rápido - Sífilis, HIV e Hepatites Virais.

Origem: BREVES/PÁ - BAGRE/PA.

Servidor (es): ÉRIKA BARROS ALVES CORDEIRO e SANDRO DA VERA CRUZ AMORIM, 4,5 Diárias de 09 a 13/12/2019.

Ordenador: JUCINEIDE ALVES BARBOSA.

Protocolo: 512015

PORTARIA Nº 332 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

Objetivo: Participar do Curso de Operacionalização do SISPAT WEB.

Origem: BREVES/PÁ - BELÉM/PA.

Servidor (es): JOSÉ MARIA FERREIRA SERRÃO, 6,5 Diárias de 01 a 07/12/2019.

Ordenador: JUCINEIDE ALVES BARBOSA.

Protocolo: 511992

PORTARIA Nº 288 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Objetivo: Realizar monitoramento e supervisão referente ao programa de controle da dengue, chikungunya, zika vírus e febre amarela urbana.

Origem: BREVES/PÁ - ANAJÁS/PA.

Servidor (es): WALTER JARDEL LEÃO DA PAES, 5,5 Diárias de 02 a 07/12/2019.

Ordenador: JUCINEIDE ALVES BARBOSA.

Protocolo: 512008

PORTARIA Nº 341 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019

Objetivo: Participar da avaliação e apresentação dos resultados preliminares do Projeto-Piloto para Detecção e Titulação de Anticorpos Neutralizantes (AcN) do Vírus da Raiva.

Origem: PORTEL/PÁ - BREVES/PA.

Servidor (es): MARCIA LENA MESQUITA FERREIRA, MARIA FERNANDA DE OLIVEIRA MARTINS e RAQUEL BRASIL ALVES MOURÃO, 3,5 Diárias de 10 a 13/12/2019.

Ordenador: JUCINEIDE ALVES BARBOSA.

Protocolo: 511695

PORTARIA Nº 321 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Objetivo: Desenvolver avaliação de processos do Programa de Tratamento Fora do Domicílio - PTFD.

Origem: BELÉM/PÁ - BREVES/PA.

Servidor (es): CRISTIAN MIRANDA DAS NEVES, 8,5 Diárias de 22 a 30/11/2019.

Ordenador: JUCINEIDE ALVES BARBOSA.

Protocolo: 512001

PORTARIA Nº 287 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Objetivo: Realizar monitoramento e supervisão referente ao programa de controle da dengue, chikungunya, zika vírus e febre amarela urbana.

Origem: BREVES/PÁ - MELGAÇO/PA.

Servidor (es): FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA LEÃO, 5,5 Diárias de 02 a 07/12/2019.

Ordenador: JUCINEIDE ALVES BARBOSA.

Protocolo: 512009

PORTARIA Nº 299 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Objetivo: Dar apoio operacional ao monitoramento das ações realizadas pela VISA municipal no ano de 2019.

Origem: BREVES/PÁ - BAGRE/PA.

Servidor (es): ORLANDO DE SOUSA FERNANDES, 4,5 Diárias de 18 a 22/11/2019.

Ordenador: JUCINEIDE ALVES BARBOSA.

Protocolo: 512027

PORTARIA Nº 323 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Objetivo: Realizar monitoramento sobre TFD no município.

Origem: BREVES/PÁ - BAGRE/PA.

Servidor (es): LILIANE DA SILVA CORREA e JOSELICE CARAMÊS DE MELO, 4,5 Diárias de 26 a 30/11/2019.

Ordenador: JUCINEIDE ALVES BARBOSA.

Protocolo: 511994

PORTARIA Nº 285 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Objetivo: Realizar treinamento de identificação de larvas e pupa de Aedes aegypti e Aedes albopictus.

Origem: BREVES/PÁ - ANAJÁS/PA.

Servidor (es): ROSENILDO RIBEIRO BARBOSA, 6,5 Diárias de 09 a 15/12/2019.

Ordenador: JUCINEIDE ALVES BARBOSA.

Protocolo: 512020

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
PÚBLICA - 9ª REGIONAL

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO**DIRETORA DO 9º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE/SESPA.
PORTARIA DE DESIGNAR SERVIDOR Nº 85 /2019,
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019**

A DIRETORA DO 9º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE/SESPA, usando das atribuições legais, CONSIDERANDO, a Lei nº 5.810 de 24.01.94 CONSIDERANDO, a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, Art. 60.

RESOLVE: Designar como fiscal de contrato a servidora, RAQUEL SANTOS DA SILVA, matrícula nº 5901130/1, celebrado com a empresa Marcos Silva de Brito, processo 2019/614170 que tem como objeto:

Comprar, via Dispensa de Licitação com fundamento no Art. 24, II da Lei 8666/1993 Equipamentos de Proteção Individual para os servidores lotados para o 9ºCRS/SESPA. Claramente descritos na planilha do Termo de Referência.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. MARCELA GIOVANA GUSMÃO TOLENTINO DE MATOS. DIRETORA DO 9ºCRS.

Protocolo: 511710

OUTRAS MATÉRIAS**EXTRATO DE EMPENHO**

NÚMERO DA NOTA DE EMPENHO: 2019NE01610

PROCESSO Nº: 2019/614170

OBJETO Comprar, via Dispensa de Licitação com fundamento no Art. 24, II da Lei 8666/1993 Equipamentos de Proteção Individual para os servidores lotados para o 9ºCRS/SESPA. Claramente descritos na planilha do Termo de Referência.

CONTRATANTE: 9º Centro Regional de Saúde da Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará-9ºCRS/SESPA.

CNPJ Nº: 05.054.929/0001-17.

CONTRATADO: Marcos Silva de Brito-EPP CNPJ Nº 11.471.826/0001-55

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI Nº 8.666/93, ART. 24, INCISO II.

VALOR: R\$ 16.681,90 (Dezesseis Mil Seiscentos e Oitenta e Um Reais e Noventa Centavos)

VIGÊNCIA: 30 dias após o após a emissão da Nota de Empenho

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 908338 / 908302 / 908284 / 908303 / 908304

ELEMENTO DE DESPESA: 339030

FONTE: 0103006356 / 0149001435 / 0149001512 / 0132 / 0103

FORO: Santarém

DATA DA ASSINATURA: 16 / 12 / 2019

ENDEREÇO DO CONTRATADO: AV.BARAO DO RIO BRANCO,895-CENTRO Santarém (Pa),18 de Dezembro de 2019.

MARCELA GIOVANA GUSMÃO TOLENTINO DE MATOS Diretora de Centro Regional

Protocolo: 511713

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
PÚBLICA - 10ª REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 017/2019, DE 13 DE DEZEMBRO.

A Comissão Intergestores Regional - CIR Região de Saúde da Transamazônica/Xingu-PA, no uso das suas prerrogativas regimentais e atribuições legais;

Aprova a Recomposição do Grupo Condutor Regional da Rede Cegonha na Região da Transamazônica e Xingu.

- O Coordenador da Comissão Intergestores Regional - CIR Região de Saúde da Transamazônica/Xingu - PA, no uso de suas prerrogativas regimentais e atribuições legais, em conformidade com o disposto no Decreto Presidencial nº 7508/2011 e,

- Considerando que a CIR como instancia regional, técnica e de pactuação é a representação regionalizada da Comissão Intergestores Bipartite - CIB, cujas atribuições são de analisar e aprovar os pleitos apresentados pelas secretarias municipais de saúde, no âmbito regional, conforme define Decreto Presidencial nº 7508/2011;

- Considerando a deliberação da Comissão Intergestores Regional - Região de Saúde da Transamazônica/Xingu;

Resolve:

Art. 1º Nomear os membros abaixo relacionados para compor o Grupo Condutor Regional da Rede Cegonha na Região da Transamazônica e Xingu.

1. Maria Cristina da Silva Rocha - Titular e Elizângela R. Gondim Araújo - Suplente (Representante dos Secretários de Saúde da Região);

2. Gelma Maria Silva da Silva - Titular e Edson Correa Carvalho - Suplente (Representante do 10º CRS/SESPA) ;

• Sonia Gonçalves de Lima - Titular e Hirllen Aparecida Silva dos santos - Suplente (Representante da Sociedade Civil);

1. Gracinda Magalhães - Titular e Irmã Terezinha Baldessera - Suplente (Representante da Sociedade Civil).

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua assinatura.

Altamira/PA., 13 de dezembro de 2019.

MAURÍCIO MIRANDA DO NASCIMENTO

Coordenador da CIR Transamazônica/Xingu

Macrorregião de Saúde Xingu/PA

Protocolo: 511967

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
PÚBLICA - 13ª REGIONAL

DIÁRIA**PORTARIA Nº 429 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019**

Nome: Alonso Lopes dos Santos (Motorista), matrícula - 57205455-1; Fabiane Tocantins Souza dos Santos (Assistente Social), matrícula - 57205402-2; Francisco Alves da Silva Neto (Agente Administrativo), matrícula - 57200855-2;

Objetivo: Monitoramento das ações de diagnóstico, controle e sistema de informação para HIV/AIDS e de indicadores epidemiológicos, no CTA e nas ESF'S da área Urbana do município; 2,5 (duas e meia) diárias, correspon-

dente ao deslocamento do município de Cameté para Baião no período de 11 a 13.11.2019.

Jamile Tenório Castro/Ordenadora de Despesas

PORTARIA Nº 438 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Nome: Durval Marcos Travassos Damasceno Junior (ag. de Saúde Pública), matrícula – 1086781; Ederson Silva da Silva (Agente de Controle de Endemias), matrícula – 57207637/1; Osmar Diniz Melo (Agente de Saúde), matrícula – 0504879;

Objetivo: Realizar ações de controle da malária em localidade de fronteira com o município de Cameté; 4,5 (quatro e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cameté para Limoeiro do Ajurú no período de 11 a 15.11.2019.

Jamile Tenório Castro/Ordenadora de Despesas

PORTARIA Nº 439 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Nome: Evanildo Pereira Cabral (Agente de Saúde), matrícula – 503416; Martinho Valente dos Santos (Agente de Saúde), matrícula – 500851;

Objetivo: Realizar ações de controle da malária em localidades de fronteira com o município de Cameté; 4,5 (quatro e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cameté para Oeiras do Pará no período de 11 a 15.11.2019.

Jamile Tenório Castro/Ordenadora de Despesas

PORTARIA Nº 430 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Nome: Vicente Filho Assunção da Cruz (Técnico em Ouvidoria), matrícula – 57233230-1;

Objetivo: Assessorar e Apoiar tecnicamente as ouvidorias do SUS dos municípios (PORTARIA Nº3390/2013); 2,5 (duas e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cameté para Mocajuba no período de 18 a 20.11.2019.

Jamile Tenório Castro/Ordenadora de Despesas

PORTARIA Nº 431 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Nome: Alonso Lopes dos Santos (Motorista), matrícula – 57205455-1; Aurilene Gaia Barroso (Chefe da Divisão de Endemias), matrícula – 5910030-2;

Objetivo: Reunir com Técnica da SMS para Monitoramento e Avaliação das ações de controle e vigilância da Malária em localidades de fronteiras com o município de Oeiras do Pará; 2,5 (duas e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cameté para Baião no período de 18 a 20.11.2019.

Jamile Tenório Castro/Ordenadora de Despesas

PORTARIA Nº 441 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Nome: Benedito Jailson Dornelas da Veiga (Supervisor Regional de Leishmaniose), matrícula – 57206125-1

Objetivo: Reunir com equipe técnica para monitoramento das ações de vigilância e controle da leishmaniose; 1,5 (uma e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cameté para Oeiras do Pará no período de 18 a 19.11.2019.

Jamile Tenório Castro/Ordenadora de Despesas

PORTARIA Nº 443 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Nome: Fabiane Tocantins Souza dos Santos (Assistente Social), matrícula – 57205402-2; Francisco Alves da Silva Neto (Agente Administrativo), matrícula – 57200855-2;

Objetivo: Monitoramento das ações de diagnóstico, controle e sistema de informação para Sífilis e de indicadores epidemiológicos; 2,5 (duas e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cameté para Mocajuba no período de 18 a 20.11.2019.

Jamile Tenório Castro/Ordenadora de Despesas

PORTARIA Nº 444 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Nome: Osmar Diniz Melo (Agente de Saúde), matrícula – 0504879; Antônio José Demétrio Itaparica (Agente de Saúde Pública), matrícula – 0498889; Objetivo: Realizar ações de controle da malária em localidade de fronteira com o município de Cameté; 4,5 (quatro e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cameté para Oeiras do Pará no período de 18 a 22.11.2019.

Jamile Tenório Castro/Ordenadora de Despesas

PORTARIA Nº 446 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Nome: Durval Marcos Travassos Damasceno Junior (ag. de Saúde Pública), matrícula – 1086781; Ederson Silva da Silva (Agente de Controle de Endemias), matrícula – 57207637/1;

Objetivo: Realizar ações de controle da malária em localidade de fronteira com o município de Cameté; 4,5 (quatro e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cameté para Limoeiro do Ajurú no período de 18 a 22.11.2019.

Jamile Tenório Castro/Ordenadora de Despesas

PORTARIA Nº 447 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Nome: Neilane da Silva Batista (Enfermeira); Andrade Alencar dos Santos (Enfermeira);

Objetivo: Participar do Seminário de Resolução de Entraves no SIPNI e a movimentação mensal dos Imunobiológicos; 3,5 (três e meio) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cameté para Belém no período de 18 a 22.11.2019.

Jamile Tenório Castro/Ordenadora de Despesas

PORTARIA Nº 454 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019

Nome: Cristiana dos Santos da Silva (Assistente Social), matrícula – 58755282; Elisabeth Freitas Gonçalves (Aux. de Informática), matrícula – 5115272-1;

Objetivo: Prestar Apoio Técnico em Regulação da Atenção à Saúde para fins de Controle e Avaliação; 2,5 (duas e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cameté para Limoeiro do Ajurú no período de 18 a 20.11.2019.

Jamile Tenório Castro/Ordenadora de Despesas

PORTARIA Nº 432 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Nome: Arialdo João Sanches de Oliveira, (Técnica em VISA), matrícula – 5265983-2; Paulo Santos Guimarães Junior, (Técnico de VISA), matrícula – 5108454-1; Adenilton Batista Veiga, (Técnica de VISA), matrícula – 54192342-1; José Maria Piteira de Carvalho (Motorista), matrícula – 510841182

Objetivo: Realizar ação do 3º Monitoramento, supervisão e fortalecimento da Gestão em VISA de 2019; 2,5 (duas e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cameté para Mocajuba no período de 19 a 21.11.2019.

Jamile Tenório Castro/Ordenadora de Despesas

PORTARIA Nº 445 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Nome: Raquel dos Santos Moreira (Odontóloga), matrícula – 5482640; Objetivo: Realizar "Avaliação dos indicadores de Saúde Bucal e análise junto a coordenação municipal das dificuldades encontradas para o alcance das metas"; 2,5(duas e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cameté para Limoeiro do Ajurú no período de 20 a 22.11.2019.

Jamile Tenório Castros /Ordenadora de Despesas

PORTARIA Nº 422 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Nome: Benedito Jailson Dornelas da Veiga (Supervisor Regional de Leishmaniose), matrícula – 57206125-1

Objetivo: Reunir com equipe técnica para monitoramento das ações de vigilância e controle da leishmaniose; 1,5 (uma e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cameté para Limoeiro do Ajurú no período de 21 a 22.11.2019.

Jamile Tenório Castro/Ordenadora de Despesas

PORTARIA Nº 437 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Nome: Antônia Denize Cardoso Damasceno (Ouvidoria do SUS), matrícula – 57190531-1;

Objetivo: Assessorar e Apoiar tecnicamente as ouvidorias do SUS dos municípios (PORTARIA Nº3390/2013); 2,5 (duas e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cameté para Baião no período de 21 a 23.11.2019.

Jamile Tenório Castro/Ordenadora de Despesas

PORTARIA Nº 433 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Nome: Alonso Lopes dos Santos (Motorista), matrícula – 57205455-1; Aurilene Gaia Barroso (Chefe da Divisão de Endemias), matrícula – 5910030-2;

Objetivo: Reunir com Equipe Técnica da SMS para Monitoramento e avaliação das ações de controle e vigilância da Malária em localidades de fronteiras com o município de Baião; 2,5 (duas e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cameté para Mocajuba no período de 21 a 23.11.2019.

Jamile Tenório Castro/Ordenadora de Despesas

PORTARIA Nº 448 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019

Nome: Ionilson Alves da Silva (Resp. pela Rede Regional de Frio), matrícula – 5900470-1;

Objetivo: Realizar abastecimento de Imunobiológicos e Insumos na rede de frios do município; 1,5 (uma e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cameté para Limoeiro do Ajurú período de 21 a 22.11.2019.

Jamile Tenório Castros /Ordenadora de Despesas

PORTARIA Nº 449 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019

Nome: Fabiane Tocantins Souza dos Santos (Assistente Social), matrícula – 57205402-2; Francisco Alves da Silva Neto (Agente Administrativo), matrícula – 57200855-2;

Objetivo: Realizar Monitoramento das ações de diagnóstico, controle e sistema de informação para Sífilis e de indicadores epidemiológicos; 2,5 (duas e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cameté para Limoeiro do Ajurú no período de 21 a 23.11.2019.

Jamile Tenório Castro/Ordenadora de Despesas

PORTARIA Nº 456 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

Nome: Cristiana dos Santos da Silva (Assistente Social), matrícula – 58755282; Elisabeth Freitas Gonçalves (Aux. de Informática), matrícula – 5115272-1; Shirle Pontes de Freitas (Chefe de Divisão), matrícula – 5948119-1;

Objetivo: Realizar Visita Técnica ao Hospital Maria do Carmo Gomes para acompanhamentos dos procedimentos de saúde ambulatoriais e hospitalares realizados; 2,5 (duas e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cameté para Mocajuba no período de 21 a 23.11.2019.

Jamile Tenório Castro/Ordenadora de Despesas

PORTARIA Nº 450 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019

Nome: Ionilson Alves da Silva (Resp. pela Rede Regional de Frio), matrícula – 5900470-1; Alonso Lopes dos Santos (Motorista), matrícula – 57205455-1;

Objetivo: Realizar abastecimento de Imunobiológicos e Insumos na rede de frios do município; 1,5 (uma e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cameté para Mocajuba período de 25 a 26.11.2019.

Jamile Tenório Castros /Ordenadora de Despesas

PORTARIA Nº 466 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2019

Nome: Francisca Solange Alencar dos Santos (Coordenação Regional da Atenção Básica) matrícula – 5108420-014; José Maria Piteira de Carvalho (Motorista), matrícula – 510841182

Objetivo: Realizar junto as coordenações de Atenção Básica e Vigilância Epidemiológica do município avaliação dos indicadores/investigação de óbitos maternos e infantil, monitorando e discutindo o banco de dados do SIM local e WEB; 3,5 (três e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cameté para Limoeiro do Ajurú no período de 25 a 28.11.2019.

Jamile Tenório Castro/Ordenadora de Despesas

PORTARIA Nº 468 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019

Nome: Osmar Diniz Melo (Agente de Saúde), matrícula – 0504879; Ederson Silva da Silva (Agente de Controle de Endemias), matrícula – 57207637/1; Objetivo: Realizar ações de controle da malária em localidade de fronteira com o município de Cametá; 4,5 (quatro e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cametá para Limoeiro do Ajuru no período de 26 a 30.11.2019.

Jamile Tenório Castro/Ordenadora de Despesas

PORTARIA Nº 467 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2019

Nome: Adenilton Batista Veiga, (Técnica de VISA), matrícula – 54192342-1; Alan Cristhe Marques Vulcão (Agente Administrativo), matrícula – 5913119-1;

Objetivo: Reunir com equipe técnica da SESPA nível central (GT-FES) e SEFA, afim de resolver assuntos relacionados ao setor financeiro; 2,5 (duas e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cametá para Belém no período de 28 a 30.11.2019.

Jamile Tenório Castro/Ordenadora de Despesas

PORTARIA Nº 451 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019

Nome: Ionilson Alves da Silva (Resp. pela Rede Regional de Frio), matrícula – 5900470-1; Alonso Lopes dos Santos (Motorista), matrícula – 57205455-1; Objetivo: Realizar Abastecimento de Imunobiológicos e Insumos na rede de frios do município; 1,5 (uma e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cametá para Baião período de 27 a 28.11.2019.

Jamile Tenório Castros /Ordenadora de Despesas

PORTARIA Nº 497 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

Nome: Antônio Farias Xavier Neto (Chefe Administrativo), matrícula – 6029570-2

Objetivo: Participar do evento "Conversando sobre Administração Financeira e Encerramento do Exercício 2019". Conforme convite em anexo; 2,5 (duas e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cametá para Belém no período de 27 a 29.11.2019.

Jamile Tenório Castro/Ordenadora de Despesas

PORTARIA Nº 498 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

Nome: Adenilton Batista Veiga, (Técnica de VISA), matrícula – 54192342-1; Alan Cristhe Marques Vulcão (Agente Administrativo), matrícula – 5913119-1;

Objetivo: Participar do evento "Conversando sobre Administração Financeira e Encerramento do Exercício 2019". Conforme convite em anexo; 1,0 (uma) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cametá para Belém no dia 27/11/2019.

Jamile Tenório Castro/Ordenadora de Despesas

Protocolo: 511698

HOSPITAL OPHIR LOYOLA

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO**PORTARIA FISCAL DE CONTRATO Nº 861/2019–GAB/DG/HOL**

O Diretor Geral do HOSPITAL OPHIR LOYOLA, no uso de suas atribuições que lhe foram designadas através do Decreto Governamental publicado no DOE nº 33.774 de 07 de janeiro de 2019 e aquelas previstas na Lei Estadual nº 6.826/2006 e ainda;

RESOLVE:

Designar o servidor desta Autarquia, JERÔNIMO PEREIRA LIMA, Agente Administrativo, matrícula nº 57230935/HOL, lotado na Divisão de Almoxarifado do Hospital Ophir Loyola e, no seu impedimento o servidor, GIBSON KEPLER SARMENTO PEREIRA, economista, matrícula nº 80845169/2-HOL, lotado na Divisão de Radioterapia do Hospital Ophir Loyola, para a função de fiscais do Contrato Administrativo nº 124/2019 – HOL, firmado com a empresa A. P. GONÇALVES COMERCIAL; Contrato Administrativo nº 125/2019 – HOL, firmado com a empresa ARGIS DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRÔNICOS EIRELI EPP e Contrato Administrativo nº 126/2019 – HOL, firmado com a empresa P G LIMA COM EIRELI - EPP, cujo objeto é o fornecimento de produtos para radioterapia, por um período de 12 meses. Processo nº 2019/285735.

JOSÉ ROBERTO LOBATO DE SOUZA

Diretor Geral

Protocolo: 511973

TERMO ADITIVO A CONTRATO**TERMO ADITIVO A CONTRATO****1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 212/2018-HOL**

Data Assinatura: 23/12/2019

Processo nº: 2019/304070

Justificativa: PRORROGAR a vigência do referido Contrato por mais um período de 12 (doze) meses.

Vigência: 31/12/2019 a 31/12/2020

Valor total do Aditivo: R\$ 21.056,16

Orçamento: 10.122.1297.8338.3390.39 Fonte: 0103/0269

Contratado: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT

JOSÉ ROBERTO LOBATO DE SOUZA

Diretor Geral

Protocolo: 510934

AVISO DE LICITAÇÃO**AVISO DE LICITAÇÃO****Pregão Eletrônico Nº 115/2019 – HOL**

SRP Nº 055/2019

Objeto: Aquisição de testes rápidos imunocromatográficos para doenças infecciosas detecção em no máximo 30 minutos para o setor de Imunologia e bioquímica do Centro de Análises Clínicas descritos no Anexo I - Lote 01: 3 tipos de testes rápidos para triagem de pacientes suspeitos de hepatite viral B, de hepatite viral C e SIDA/HIV 1 e 2.

Data da Abertura: 10/01/2020

Horário: 09h (Horário de Brasília)

Local: www.comprasnet.gov.br

Ordenador Responsável: José Roberto Lobato de Souza

O Edital está disponível na íntegra no site: www.comprasnet.gov.br/www.compraspara.pa.gov.br

Belém, 27 de dezembro de 2019

Celso Augusto Moraes Gonçalves

Pregoeiro CPL-HOL

Protocolo: 511676

TORNAR SEM EFEITO

Tornar sem efeito a publicação de Protocolo 509229, publicada no Diário Oficial do Estado nº 34.064 de 18/12/2019, que trata da Portaria de Fiscal de Contrato nº 861/2019, que designa os fiscais dos contratos nº 124/2019 até 126/2019 .

JOSÉ ROBERTO LOBATO DE SOUZA

Diretor Geral

Protocolo: 511966

FUNDAÇÃO SANTA CASA
DE MISERICÓRDIA DO PARÁ

CONTRATO**CONTRATO: 346/2019**

Exercício: 2019

Objeto: Aquisição de Material de Consumo Diversos.

Valor: R\$ 2.168,00

Data de Assinatura: 19/12/2019

Vigência: 19/12/2019 a 19/12/2020

Pregão Eletrônico n.º 64/2019/FSCMP

Orçamento: Funcional Programática: 10.302.1427.8288 e 10.122.1297.8338; Fontes de Recursos: 0103, 0269, 0669, 0269003264, 0269006962, 0269006841, 0269006842, 0149006653, 0349006653, 0149001885 e 0349001885; Elemento de Despesa: 339030;

Contratado: FENIX COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI

CNPJ/MF sob o n.º 23.953.890/0001-51

Endereço: Estrada do Icuí, 34, Icuí - Guajará Ananideua - PA, CEP: 67.125-000

Telefone: 91989797744

Ordenador: BRUNO MENDES CARMONA

Presidente da FSCMP

Protocolo: 512007

CONTRATO: 344/2019

Exercício: 2019

Objeto: Aquisição de Material de Consumo Diversos.

Valor: R\$ 1.560,00

Data de Assinatura: 19/12/2019

Vigência: 19/12/2019 a 19/12/2020

Pregão Eletrônico n.º 64/2019/FSCMP

Orçamento: Funcional Programática: 10.302.1427.8288 e 10.122.1297.8338; Fontes de Recursos: 0103, 0269, 0669, 0269003264, 0269006962, 0269006841, 0269006842, 0149006653, 0349006653, 0149001885 e 0349001885; Elemento de Despesa: 339030;

Contratado: EBL ELETRÔNICOS EIRELI

CNPJ/MF sob o n.º 07.511.067/0001-30

Endereço: Av. Gabriel Ffeceiro de Miranda, nº 340 Qd 02, Lote 04- Jd. Santo Amaro, CEP: 86185-010

Telefone: 4332492340

Ordenador: BRUNO MENDES CARMONA

Presidente da FSCMP

Protocolo: 512002

CONTRATO: 347/2019

Exercício: 2019

Objeto: Aquisição de Material de Consumo Diversos.

Valor: R\$ 20.190,40

Data de Assinatura: 19/12/2019

Vigência: 19/12/2019 a 19/12/2020

Pregão Eletrônico n.º 64/2019/FSCMP

Orçamento: Funcional Programática: 10.302.1427.8288 e 10.122.1297.8338; Fontes de Recursos: 0103, 0269, 0669, 0269003264, 0269006962, 0269006841, 0269006842, 0149006653, 0349006653, 0149001885 e 0349001885; Elemento de Despesa: 339030;
 Contratado: NEO BRS COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICO LTDA
 CNPJ/MF sob o n.º 07.041.480/0001-88
 Endereço: Passagem nossa senhora Aparecida nº 164, Bairro Castanheira, Belém / PA, CEP: 66.645-455
 Telefone: 9121219000
 Ordenador: BRUNO MENDES CARMONA
 Presidente da FSCMP

Protocolo: 512010

CONTRATO: 345/2019

Exercício: 2019
 Objeto: Aquisição de Material de Consumo Diversos.
 Valor: R\$ 1.440,00
 Data de Assinatura: 19/12/2019
 Vigência: 19/12/2019 a 19/12/2020
 Pregão Eletrônico n.º 64/2019/FSCMP
 Orçamento: Funcional Programática: 10.302.1427.8288 e 10.122.1297.8338; Fontes de Recursos: 0103, 0269, 0669, 0269003264, 0269006962, 0269006841, 0269006842, 0149006653, 0349006653, 0149001885 e 0349001885; Elemento de Despesa: 339030;
 Contratado: FAMAHA COMÉRCIO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA LTDA
 CNPJ/MF sob o n.º 07734851/0001-07
 Endereço: Av. Angelo Caleffi, 416, Barão de Cotegipe- RS- CEP: 99740-000
 Telefone: 5435231153
 Ordenador: BRUNO MENDES CARMONA
 Presidente da FSCMP

Protocolo: 512004

Orgão: FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ

Modalidade de Admissão: Temporário
 Processo de Autorização: 2019/332647
 Ato: Contrato nº 107/2019
 Nome: Krankl Bugarim Pires
 Cargo: Agente Administrativo
 Data da admissão: 02/01/2020
 Término de Vínculo: 01/01/2021
 CONTRATAÇÃO EM CARÁTER DE SUBSTITUIÇÃO, AUTORIZADA EM 08/10/2019, ATRAVÉS DO PROCESSO Nº 2019/332647, NÃO ACARRETANDO ACRÉSCIMO DE DESPESA AO ERÁRIO.

Protocolo: 511786

Orgão: FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ

Modalidade de Admissão: Temporário
 Processo de Autorização: 2019/332647
 Ato: Contrato nº 103/2019
 Nome: Edmá Bispo da Silva
 Cargo: Enfermeiro
 Data da admissão: 02/01/2020
 Término de Vínculo: 01/01/2021
 CONTRATAÇÃO EM CARÁTER DE SUBSTITUIÇÃO, AUTORIZADA EM 08/10/2019, ATRAVÉS DO PROCESSO Nº 2019/332647, NÃO ACARRETANDO ACRÉSCIMO DE DESPESA AO ERÁRIO.

Protocolo: 511774

Orgão: FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ

Modalidade de Admissão: Temporário
 Processo de Autorização: 2019/332647
 Ato: Contrato nº 105/2019
 Nome: Fernanda Pereira do Lago
 Cargo: Técnico de Patologia Clínica
 Data da admissão: 02/01/2020
 Término de Vínculo: 01/01/2021
 CONTRATAÇÃO EM CARÁTER DE SUBSTITUIÇÃO, AUTORIZADA EM 08/10/2019, ATRAVÉS DO PROCESSO Nº 2019/332647, NÃO ACARRETANDO ACRÉSCIMO DE DESPESA AO ERÁRIO.

Protocolo: 511779

Orgão: FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ

Modalidade de Admissão: Temporário
 Processo de Autorização: 2019/332647
 Ato: Contrato nº 106/2019
 Nome: José Carlos Ribeiro Santos Junior
 Cargo: Agente Administrativo
 Data da admissão: 02/01/2020
 Término de Vínculo: 01/01/2021
 CONTRATAÇÃO EM CARÁTER DE SUBSTITUIÇÃO, AUTORIZADA EM 08/10/2019, ATRAVÉS DO PROCESSO Nº 2019/332647, NÃO ACARRETANDO ACRÉSCIMO DE DESPESA AO ERÁRIO.

Protocolo: 511782

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 063/2017 (REF. PROCESSO Nº 2019/592680).

DAS PARTES:
 CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO PARÁ – HEMOPA
 CONTRATADO: LABORATÓRIO DE PATOLOGIA CLÍNICA DRº PAULO CORDEIRO DE AZEVEDO LTDA, CNPJ nº 04.978.805/0001-65, com endereço na Av. Braz de Aguiar nº 99, Bairro: Nazaré, CEP: 66.035-100, Belém/PA, neste ato representada por Drº Leônidas Braga Dias Júnior, portador do CRM/PA nº 4256 e do CPF/MF nº 081.459.462-04, doravante denominada CONTRATADA

DO OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto o aditamento do contrato administrativo nº 063/2017, nos termos da lei federal nº 8666/93 quanto à prorrogação de seu prazo pelo período de 03 (três) meses, ou seja, de 23/11/2019 até 22/02/2020.

DOS RECURSOS: As despesas resultantes da obrigação passiva (pagamento) dispostas no presente Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

Programa de Trabalho: 10302142782880000

Natureza da despesa: 339039

Fonte de recurso: 0269001022 / 0261000000 / 0103000000

Unidade Orçamentária: 62201 e 90101

DO VALOR: R\$ 24.375,00 (vinte e quatro mil trezentos e setenta e cinco reais)

DO FORO: Belém – Pará

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 20 de novembro de 2019.

ASSINATURAS:

Paulo André Castelo Branco Bezerra – HEMOPA
 Leônidas Braga Dias Júnior-Laboratório de Patologia Clínica Drº Paulo Cordeiro de Azevedo Ltda-Contratada
ORDENADOR DE DESPESA – Paulo André Castelo Branco Bezerra – CPF 229.089.192-49

Protocolo: 511733

FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 953/2019 - AJUR/GAPRE/HEMOPA, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

O Presidente do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – Fundação HEMOPA, no uso de suas atribuições legais, Considerando que a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurado ao acusado a ampla defesa;

Considerando que nenhuma sanção poderá ser imposta a servidor público sem que se garanta, por intermédio do devido processo legal, o direito de defesa a ser exercitado da forma mais ampla possível, conforme o estabelece o art. 5º da Constituição Federal, reiterado pela Lei. 5.810/94; Considerando a necessidade de instituição da Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar que irá apurar responsabilidade de servidores por infrações praticadas no exercício de suas atribuições, de acordo com os art. 199 e seguintes da Lei 5.810/94;

RESOLVE,

I – Designar os servidores abaixo relacionados, para, sob a Presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Sindicância, que irá apurar eventual responsabilidade de servidores desta Fundação HEMOPA por fatos descritos no processo nº 2019/585196, com prazo de 30 (trinta) dias da publicação desta Portaria, prorrogáveis por igual período:

- JEANNE DO SOCORRO VIDAL BICO (Presidente)
- OLINDA DA SILVA CAMPOS CARVALHO (Suplente do Vogal)
- CRISTIANE FERREIRA (Secretária)

II - Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Presidência do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – Fundação HEMOPA, em 27 de dezembro de 2019.

Paulo André Castelo Branco Bezerra

Presidente da Fundação HEMOPA

Protocolo: 511718

ADMISSÃO DE SERVIDOR

Orgão: FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ

Modalidade de Admissão: Temporário

Processo de Autorização: 2019/332647

Ato: Contrato nº 104/2019

Nome: Adail Rodrigo Giannini

Cargo: Farmacêutico Bioquímico

Data da admissão: 02/01/2020

Término de Vínculo: 01/01/2021

CONTRATAÇÃO EM CARÁTER DE SUBSTITUIÇÃO, AUTORIZADA EM 08/10/2019, ATRAVÉS DO PROCESSO Nº 2019/332647, NÃO ACARRETANDO ACRÉSCIMO DE DESPESA AO ERÁRIO.

Protocolo: 511777

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 9912454812 (PROC. 2019/575234).**DAS PARTES:**

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO PARÁ – HEMOPA

CONTRATADO: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT, empresa pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 509 de 20 de março de 1969, com sede na Av. Presidente Vargas, nº 498, Campina, CEP nº 66017-900, Belém – PA.

DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação, pelos CORREIOS, de serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades da CONTRATANTE, mediante a adesão aos anexos deste instrumento contratual que, individualmente, caracterizam cada modalidade envolvida.

DO PRAZO: O prazo de vigência do presente contrato, e conformidade com o inciso II do Artigo 57 da Lei 8666/93, será de 12 (doze) meses, ou seja, de 05/02/2020 até 05/02/2021.

DOS RECURSOS:

Os recursos orçamentários para a cobertura das despesas decorrentes deste contrato têm seu valor estimado em R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Programa de Trabalho: 10122129783380000

Natureza de Despesa: 339039

Fonte de Recurso: 0269001022, 0261000000 e 0103000000

DO FORO: Belém – Pará

DATA DE ASSINATURA DO TERMO: 05 de dezembro de 2019

ASSINATURAS:

Paulo André Castelo Branco Bezerra- Presidente da Fundação HEMOPA

Neusa Maria Sousa de Oliveira – CORREIOS

Rivanil da Silva Pires –CORREIOS

ORDENADOR DE DESPESA – Paulo André Castelo Branco Bezerra- CPF: 229.089.192-49

Protocolo: 511726

CONVÊNIO**EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ – HEMOPA E A ESCOLA SUPERIOR DA AMAZÔNIA - ESAMAZ****DAS PARTES:**

CONVENIENTES: A FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ – HEMOPA, com sede na travessa Pe Eutíquio nº2109, bairro Batista Campos, CEP – 66033-000, inscrita no CNPJ: 05.837.521/0001-11 e inscrição Estadual nº 15.174.385-1, neste ato representado por seu Presidente, Dr. PAULO ANDRÉ CASTELO BRANCO BEZERRA, brasileiro, portador da carteira de identidade nº 2847152 e CPF: 229.089.192-49, doravante denominada CONCEDENTE, e a ESCOLA SUPERIOR DA AMAZÔNIA – ESAMAZ, com sede na Av. Municipalidade, 530 – Reduto – CEP: 66053-180, nesta cidade, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 05.118.130/0001-47.

DOS OBJETIVOS: Este Convênio tem por objetivo proporcionar aos estudantes regularmente matriculados na Instituição de Ensino as oportunidades de realizarem as atividades descritas abaixo: 1.1 – Proporcionar aos estudantes regularmente matriculados na Instituição de Ensino a oportunidade de realizar estágio não obrigatório na concedente, proporcionando a vivência prática necessária à formação profissional. 1.2 Proporcionar aos discentes regularmente matriculados em cursos de graduação da ESAMAZ, as oportunidades de realizarem estágios obrigatórios, previstos em suas grades curriculares, nas dependências da Fundação HEMOPA. 1.3 – Proporcionar aos discentes regularmente matriculados em cursos de graduação da ESAMAZ, as oportunidades de realizarem iniciação científica nas dependências da Fundação HEMOPA. 1.4 – Proporcionar aos discentes regularmente matriculados em cursos de graduação e pós graduação, as oportunidades de desenvolverem a parte prática de seus projetos de conclusão de curso (TCC e monografia) nas dependências da Fundação HEMOPA, mediante projeto em parceria com a Fundação HEMOPA devidamente cadastrado no Núcleo de Ensino e Pesquisa - NEPEs. 1.5 – Permitir que docentes da ESAMAZ desenvolvam atividades de ensino, pesquisa e extensão dentro das dependências da Fundação HEMOPA. 1.6 – Permitir o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão através de parceria entre a Fundação HEMOPA e a ESAMAZ

DO PRAZO: O presente convênio vigorará a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado, pelo prazo de 5 (cinco) anos, incluídas quaisquer alterações e prorrogações.

DO FORO: Belém – Pará

DATA DE ASSINATURA DO CONVÊNIO: 18 de dezembro de 2019

ASSINATURAS:

Paulo André Castelo Branco Bezerra- Presidente da Fundação HEMOPA

Prof. Reinaldo Williams de Almeida Gonçalves- Instituição de Ensino - ESAMAZ

Protocolo: 511725

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA**PORTARIA****PORTARIA Nº 642, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019.**

A Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Governamental de 24 de julho de 2019, publicada no DOE. Nº 33.930 de 24.07.2019.

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora LUCIANA MACEDO DA SILVA GAVINHO, matrícula nº. 57231768/ 1, ocupante do cargo de MEDICO, para responder pela Diretoria Assistencial da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, no período de 30/12/2019 a 18/01/2020, por ausência da titular VANIA CRISTINA RIBEIRO BRILHANTE, matrícula nº 54185692/ 4. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

ALESSANDRA LIMA LEAL

Presidente / FPEHCGV

Protocolo: 511858

PORTARIA Nº 625, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019

A Diretora Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 23 de Julho de 2019, publicado no DOE-PARÁ Nº 33930 de 24 de Julho de 2019,

Considerando o disposto no Decreto nº 870, de 04 de Outubro de 2013,

RESOLVE:

Designar o Servidor Circlayton Carneiro (matrícula nº 5150060) para acompanhar e fiscalizar o seguinte contrato:

• CONTRATO 344/2019 – NOVA MÉDICA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

OBJETO: O comodato de cabos, suportes e placas para uso com os transdutores de pressão, a serem utilizadas pela COMODATÁRIA por um período de 12 (doze) meses.

VIGÊNCIA: 26/12/2019 à 27/12/2020.

PROCESSO Nº 198835/2019

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico SRP Nº 60/2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

ALESSANDRA LIMA LEAL

Diretora Presidente da FPEHCGV

Protocolo: 511808

CONTRATO**CONTRATO DE COMODATO Nº 344/2019**

Objeto: O comodato de cabos, suportes e placas para uso com os transdutores de pressão, a serem utilizadas pela COMODATÁRIA por um período de 12 (doze) meses.

Data de Assinatura: 26/12/2019

Vigência: Início em 26/12/2019 e Término em 25/12/2020

Modalidade: Pregão Eletrônico SRP 60/2019

Nome: NOVA MÉDICA E SERVIÇOS DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Endereço: Conj. Satélite – WE 12, nº 1000, Galpão A - Coqueiro

Belém – PA – CEP: 66.670-260

TELEFONE: (91) 3347-8469/ (91) 3085-2757

E-mail: contratos@novamedicaltda.com.br

Ordenador: ALESSANDRA LIMA LEAL

Protocolo: 511798

RESULTADO DE RECURSO ADMINISTRATIVO**DECISÃO ADMINISTRATIVA**

PROCESSOS Nº 2019/130766, nº 2019/313256, nº 2019/269160, nº 2019/335578, nº 2019/130802, nº 2019/339730, nº 2019/288500, nº 2019/450545, nº 2019/104998, nº 2019/572392 e nº 2019/429849

Acolho a fundamentação da manifestação jurídica, às fls. 370-372, após interposição de recurso administrativo pela Empresa DROGAFONTE LTDA., contra aplicação da penalidade de MULTA INDENIZATÓRIA DE 10% SOBRE O VALOR DA ARP Nº058/2018, totalizando o valor de R\$4.679,00 (quatro mil, seiscentos e setenta e nove reais), através da PORTARIA Nº630 de 13 de dezembro de 2019, publicada no DOE/PA nº 34061 de 16 de dezembro de 2019, e decido:

1 – MANTER a penalidade de multa supramencionada, com fulcro no art. 87, inciso II da Lei nº 8.666/93; e,

3 – ENCAMINHAR os autos à GEAF/SECONC para notificação da empresa acerca da decisão e posterior registro da penalidade junto ao SICAF, bem como cobrança da multa indenizatória através do SEFIN dessa Fundação. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Belém, 27 de dezembro de 2019.

ALESSANDRA LIMA LEAL

Diretora Presidente da FPEHCGV

Protocolo: 511678

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2019/FHCGV
Ata de Registro de Preços Nº 127/2019, decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 60/2019/FHCGV, Processo nº 198835/2019, homologado pelo Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, em 12/09/2019.

OBJETO: e finalidade o Registro de Preços para aquisição de Transdutor de pressão, com cabos, suportes e placas em comodato, por um período de 12 (doze) meses, na Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (FHCGV), nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e Ata do PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 60/2019 vinculada ao Processo nº 198835/2019, que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

VIGÊNCIA: 26/12/2019 A 25/12/2020.

EMPRESA: NOVA MÉDICA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 19.769.575/0001-00, Inscrição Estadual nº 15.440.338-5, com sede no Conj. Satélite, Travessa WE 12, Nº 1000, Galpão A Bairro: Coqueiro-Belém/PA, Telefone: (91)3347.8469/(91)3085.2757 e-mail: vendas@novamedicaltda.com.br/licitacoes@novamedicaltda.com.br/contratos@novamedicaltda.com.br

ITEM	SIMAS	DESCRIÇÃO	NECESSIDADE P/ 12 MESES	UNID	MARCA	FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	32193-1	Transdutor de pressão ADULTO descartável, em kit contendo: . Equipamento de soro simples . Dispositivo de soro simples . Dispositivo de fluxo contínuo, 3ml/h . Tubo de pressão com conector macho-fêmea, 120cm . Tubo de pressão com conector macho-fêmea, 30cm	1000	UND	SMITHS MEDICAL	SMITHS MEDICAL	R\$ 150,00	R\$ 150.000,00
-	-	Cabos compatíveis com a pressão invasiva dos Monitores da marca Drager, em comodato.	30	UND	-	-	-	-
-	-	Cabos compatíveis com Monitores de Pressão da marca Dixtal, em comodato.	30	UND	-	-	-	-
-	-	Cabos compatíveis com Balão Intra-Aórtico da marca Datascope, em comodato.	2	UND	-	-	-	-
-	-	Suportes para Transdutor de Pressão, em comodato.	60	UND	-	-	-	-
-	-	Placas do Transdutor de Pressão, em comodato.	60	UND	-	-	-	-
TOTAL GERAL:							R\$ 150.000,00	

* O valor global estimado desta Ata é de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)

DRA ALESSANDRA LIMA LEAL
ORDENADORA RESPONSÁVEL.

Protocolo: 511760

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

CONTRATO EXTRATO DO CONTRATO

Nº do Contrato: 042/2019

Processo Nº. 2019/127013

Valor Total: R\$ 21.537.612,04 (VINTE E UM MILHÕES, QUINHENTOS E TRINTA E SETE MIL, SEISCENTOS E DOZE REAIS E QUATRO CENTAVOS).

Objeto: Construção e Pavimentação da PA-159, com extensão de 20,52 km, Trecho Perímetro Urbano de Breves/Vila Aprocotane (Rio Tucano Açú), sob a jurisdição do 9º Núcleo Regional, conforme especificações contidas no Termo de Referência nº019/2019-DIRTEC.

Data da Assinatura: 06/11/2019.

Foro: Comarca de Belém

Prazo: 12 meses.

Decreto de Qualificação: s/n Data: 02/01/2019 (DOE nº 33.771)

Modalidade: Concorrência Pública nº 001/2019 - SETRAN.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 29101, Programa de Trabalho: 26.782.1435.7429, Natureza da Despesa: 449051, Fonte de Recurso: 0124000000 e Origem do Recurso: Tesouro.

DADOS DO CONTRATADO:

Nome: CONSTRUA ENGENHARIA LTDA.

Pers: Jurídica:

CNPJ: 01.621.876/0001-18

Logradouro: Rua Joaquim Paixão s/n, Cond. Amazon Garden, Bairro: Le-vylândia.

Cidade: Ananindeua

UF: PA

CEP: 67.015-790.

Ordenador: ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES.

Protocolo: 511727

EXTRATO DO CONTRATO

Nº do Contrato: 047/2019

Processo Nº. 2018/178877

Valor Total: 5.763.082,78 (Cinco milhões, setecentos e sessenta e três mil, oitenta e dois reais e setenta e oito centavos).

Objeto: Restauração e Conservação do pavimento existente da PA-256 (Vila Soledade), trecho: Entroncamento PA-151 / Entroncamento PA-150, na Região de Integração do Tocantins, sob Jurisdição do 4º Núcleo Regional.

Data da Assinatura: 12/12/2019.

Foro: Comarca de Belém

Prazo: 360 dias

Decreto de Qualificação: s/n

Data: 02/01/2019 (DOE nº 33.771)

Modalidade: Concorrência Pública.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 29101, Programa de Trabalho: 26.782.1435.7505, Natureza da Despesa: 449051, Fonte de Recurso: 0125000000 e Origem do Recurso: Tesouro.

DADOS DO CONTRATADO:

Nome: VIA PARÁ CONSTRUTORA LTDA.

Pers: Jurídica:

CNPJ: 02.995.881/0001-53

Logradouro: Rodovia BR-316, Km 2 – nº 92 Sala 01 Bairro: Guanabara.

Cidade: Ananindeua

UF: PA

CEP: 67.010-000

Ordenador: ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES.

Protocolo: 511721

CONVÊNIO

EXTRATO DE CONVÊNIO

Nº.do Convênio: 084/2019

Processo nº 2019/573948

Valor Total: R\$4.444.536,89 (Quatro milhões quatrocentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e trinta e seis reais e oitenta e nove centavos).

Objeto: A Construção de Ponte em Concreto Armado na Rodovia Vicinal Trairão, TRECHO PA-287 / BR-235, sobre o RIO TRAIÃO no município de Cumaru do Norte/PA.

Data de assinatura: 27/12/2019

Prazo: 120 (Cento e vinte) dias

Inic. de Vig.: 27/12/2019

T. Vig.: 24/04/2020

Foro: Comarca de Belém

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade Orçamentária: 29101; Programa de Trabalho: 7430; Natureza da Despesa: 444042; Fonte: 0126000000; Origem: Recurso Estadual; Plano Interno: 106CPCVTRCU; Ação Detalhada: 258708.

CONTRATADO:

Pers: Jurídica CNPJ: 34.670.976/0001-93 Nome: MUNICÍPIO DE CUMARU DO NORTE

Logradouro: Av. das Nações, nº 73 CEP: 68.398-000 Bairro: Centro Cida-de: Cumaru do Norte/PA UF: PA

ORDENADOR: ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES.

Protocolo: 511723

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 76 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019

O Secretário de Estado de Transportes, no uso de suas atribuições legais; Resolve:

TORNAR SEM EFEITO a PORTARIA Nº 72 de 04.12.2019, publicada no DOE nº 34.059 de 13.12.2019, que instaurou a comissão de sindicância composta pelos servidores ALFREDO FRANCISCO BASTOS E JOSE SOUSA DA SILVA.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete do Secretário de Estado de Transportes, 18 de dezembro de 2019.

ANTÔNIO DE PADUA DE DEUS ANDRADE

Secretário de Estado de Transportes

Protocolo: 511596

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS

RESOLUÇÃO ARCON-PA Nº 13/2019, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019.

O Diretor Geral da Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará – ARCON-PA, no uso de suas atribuições previstas no artigo 16, inciso I, do art. 19 da Lei nº 6.099, de 30/dezembro/1997. RESOLVE: Art 1º - Ficam suspensos até ulterior deliberação os novos valores das tarifas publicadas no Diário Oficial do Estado do Pará nº 34049 de 04/12/2019, para realisar técnica referente ao reajuste tarifário do período de novembro/2018 a outubro/2019, sobre os valores vigentes das tarifas do serviço

de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado do Pará, onde após a deliberação dada pela Resolução 09/2019, do Conselho Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos - CONERC, publicada no DOE nº 34043 de 26/novembro/2019, a qual fixou o percentual de 4,60% (quatro inteiros e sessenta centésimos percentuais);
Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de assinatura, revogando-se as disposições em contrário. Eurípedes Reis da Cruz Filho Diretor Geral ARCON/PA

Protocolo: 511616

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA

PORTARIA

PORTARIA Nº 358 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental de 01 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019,

Considerando o Memo nº 111/2019-NCI;

R E S O L V E:

DESIGNAR a servidora PRISCILA MARQUES DIAS SILVA, matrícula nº 57201128/2, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, para responder pela Coordenadoria do Controle Interno, no período de 20/01/2020 a 18/02/2020, em virtude da titular, ANADELIA DIVINA SANTOS, matrícula nº 80845496/2, estar em gozo de férias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

HUGO YUTAKA SUENAGA

Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca

Protocolo: 511701

TORNAR SEM EFEITO

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 454/2019 BENEFICIÁRIO: Paulo Henrique de Araujo Cavalcanti

Protocolo: 511970

OUTRAS MATÉRIAS

ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 003/2018

Termo aditivo: 2º

Data de assinatura: 27/12/2019

Objeto: Prorrogar o seu prazo de vigência até 31/12/2020 e modificar o valor avençado e definido no instrumento anterior, acrescendo em 25% o valor inicialmente previsto no Plano de Trabalho, o que corresponde a R\$ 199.136,25 (cento e noventa e nove mil, cento e trinta e seis reais e vinte cinco centavos).

Justificativa: Para fins de atendimento ao interesse público.

Partes: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - SEDAP e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural Administração Regional do Pará - SENAR

Ordenador: HUGO YUTAKA SUENAGA

Protocolo: 511724

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA. Nº5933 /2019 – ADEPARÁ, 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ – ADEPARÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22, da Lei Estadual 6.482, de 17 de setembro de 2002.

RESOLVE:

I – EXONERAR do cargo de DIRETORIA DE DESEFA E INSPEÇÃO VEGETAL, GEP-DAS-011.5, a servidora LAYSE GORETTI BASTOS BARBOSA, a contar de 30 de dezembro de 2019;

II - NOMEAR para o cargo de DIRETORIA DE DESEFA E INSPEÇÃO VEGETAL, GEP-DAS-011.5, o servidor LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL, matrícula No 54185730/1, a contar de 30 de dezembro de 2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

GEOVANNY FARACHE MAIA - DIRETOR GERAL DA ADEPARÁ

Protocolo: 511685

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ

ERRATA

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 003/2013, DOE Nº 510923 DE 24/12/2019.

ONDE SE LÊ: Contrato de Locação nº 001/2014

LEIA-SE: Contrato de Locação nº 003/2013

ORDENADOR: Cleide Maria Amorim de Oliveira Martins

Protocolo: 511638

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO Nº 082/2019

PUBLICAÇÃO NO DOE Nº 34049, DE 04/12/2019

ONDE SE LÊ: PRAZO PARA APLICAÇÃO DE RECURSO ATÉ 16 DE DEZEMBRO

LEIA-SE: PRAZO PARA APLICAÇÃO DE RECURSO ATÉ 30 DE DEZEMBRO

ORDENADOR: ANTONIO CARLOS BRAGA MACEDO

Protocolo: 511593

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 079/2013,

DOE Nº 511469 DE 27/12/2019.

ONDE SE LÊ: Contrato de Locação nº 030/2013

LEIA-SE: Contrato de Locação nº 079/2013

ORDENADOR: Cleide Maria Amorim de Oliveira Martins

Protocolo: 511655

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 058/2018,

DOE Nº 511578 DE 27/12/2019.

ONDE SE LÊ: Contrato de Locação nº 030/2013

LEIA-SE: Contrato de Locação nº 058/2018

ORDENADOR: Cleide Maria Amorim de Oliveira Martins

Protocolo: 511662

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 056/2018,

DOE Nº 511515 DE 27/12/2019.

ONDE SE LÊ: Contrato de Locação nº 030/2013

LEIA-SE: Contrato de Locação nº 056/2018

ORDENADOR: Cleide Maria Amorim de Oliveira Martins

Protocolo: 511641

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 082/2013,

DOE Nº 511485 DE 27/12/2019.

ONDE SE LÊ: Contrato de Locação nº 030/2013

LEIA-SE: Contrato de Locação nº 082/2013

ORDENADOR: Cleide Maria Amorim de Oliveira Martins

Protocolo: 511657

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 006/2017,

DOE Nº 511494 DE 27/12/2019.

ONDE SE LÊ: Contrato de Locação nº 030/2013

LEIA-SE: Contrato de Locação nº 006/2017

ORDENADOR: Cleide Maria Amorim de Oliveira Martins

Protocolo: 511640

CONTRATO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

Contrato nº: 002/2019

Data de Assinatura: 19.12.2019

Vigência: 01.01.2020 a 31.12.2020.

Valor Mensal: R\$ 800,00 (oitocentos reais)

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo do contrato de Locação nº 002/2019, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 01 de janeiro de 2020, referente ao imóvel do Escritório Local da Emater-Pará, situado a Rua Geraldo Manso Palmeira, nº141, Bairro: Centro, CEP: 68.710-000, no município de Maracanã, Estado do Pará.

Orçamento:

Programa: 1491 – Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura

Fonte de Recursos: 0101

Ação: 2070008711 C – Prestação de Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural

Elemento de Despesa: 3390-36

Locadora: JUCÉLIA MARIA DO NASCIMENTO

Locatária: EMATER-PARÁ

Ordenador: Cleide Maria Amorim de Oliveira Martins

Protocolo: 511881

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

Contrato nº: 006/2014

Data de Assinatura: 19.12.2019

Vigência: 01.01.2020 a 31.12.2020.

Valor Mensal: R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais)

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo do contrato de Locação nº 006/2014, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 01 de janeiro de 2020, referente ao imóvel do Escritório Local da Emater-Pará, situado a Rua 15 de Agosto, nº135, Bairro: Centro, CEP: 68.750-000, no município de Curuçá, Estado do Pará.

Orçamento:

Programa: 1491 – Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura

Fonte de Recursos: 0101

Ação: 2070008711 C – Prestação de Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural

Elemento de Despesa: 3390-36

Locador: MARIA DAS GRAÇAS PINHEIRO MARGALHO

Locatária: EMATER-PARÁ

Ordenador: Cleide Maria Amorim de Oliveira Martins

Protocolo: 511767

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

Contrato nº: 049/2013

Data de Assinatura: 27.12.2019

Vigência: 01.01.2020 a 31.12.2020.

Valor Mensal: R\$ 652,64 (seiscentos e cinquenta e dois reais e sessenta e quatro centavos)

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo do contrato de Locação nº 049/2013, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 01 de janeiro de 2020, referente ao imóvel do Escritório Local da Emater-Pará, situado a Rua Conceição, nº153, Bairro: Matinha, no município de Limoeiro do Ajuru, Estado do Pará.

Orçamento:

Programa: 1491 – Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura

Fonte de Recursos: 0101

Ação: 2070008711 C – Prestação de Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural

Elemento de Despesa: 3390-36

Locadora: GIRETE FERNANDES ANDRADE

Locatária: EMATER-PARÁ

Ordenador: Cleide Maria Amorim de Oliveira Martins

Protocolo: 511924

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

Contrato nº: 057/2018

Data de Assinatura: 19.12.2019

Vigência: 01.01.2020 a 31.12.2020.

Valor Mensal: R\$ 1.000,39 (Hum mil reais)

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo do contrato de Locação nº 057/2018, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 01 de janeiro de 2020, referente ao imóvel do Escritório Local da Emater-Pará, situado a Trav.Tenente Coronel Josino Cardoso Monteiro, nº507, Bairro: Santa Maria Goreth, no município de Curuá, Estado do Pará.

Orçamento:

Programa: 1491 – Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura

Fonte de Recursos: 0101

Ação: 2070008711 C – Prestação de Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural

Elemento de Despesa: 3390-36

Locador: MARIA GORETH DE CARVALHO VILHENA

Locatária: EMATER-PARÁ

Ordenador: Cleide Maria Amorim de Oliveira Martins

Protocolo: 511627

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

Contrato nº: 013/2018

Data de Assinatura: 19.12.2019

Vigência: 01.01.2020 a 31.12.2020.

Valor Mensal: R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais)

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo do contrato de Locação nº 013/2018, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 01 de janeiro de 2020, referente ao imóvel do Escritório Local da Emater-Pará, situado a Travessa Juscelino Kubistchek, nº190, Bairro: Centro, no município de Abel Figueiredo, Estado do Pará.

Orçamento:

Programa: 1491 – Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura

Fonte de Recursos: 0101

Ação: 2070008711 C – Prestação de Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural

Elemento de Despesa: 3390-36

Locador: ADILSON ROCHA SANTOS

Locatária: EMATER-PARÁ

Ordenador: Cleide Maria Amorim de Oliveira Martins

Protocolo: 511747

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

Contrato nº: 066/2013

Data de Assinatura: 19.12.2019

Vigência: 01.01.2020 a 31.12.2020.

Valor Mensal: R\$ 1.300,95 (Hum mil, trezentos reais e noventa e cinco centavos)

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo do contrato de Locação nº 066/2013, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 01 de janeiro de 2020, referente ao imóvel do Escritório Local da Emater-Pará, situado a Rua Marechal Rondon, nº140, Bairro: Centro, no município de Melgaço, Marajó Estado do Pará.

Orçamento:

Programa: 1491 – Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura

Fonte de Recursos: 0101

Ação: 2070008711 C – Prestação de Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural

Elemento de Despesa: 3390-36

Locadora: MERIAM FERREIRA CORREA

Locatária: EMATER-PARÁ

Ordenador: Cleide Maria Amorim de Oliveira Martins

Protocolo: 511977

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

Contrato nº: 059/2018

Data de Assinatura: 19.12.2019

Vigência: 01.01.2020 a 31.12.2020.

Valor Mensal: R\$ 600,00 (Seiscentos reais)

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo do contrato de Locação nº 059/2018, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 01 de janeiro de 2020, referente ao imóvel do Escritório Local da Emater-Pará, situado a Avenida São Benedito, nº2012, Bairro: Centro, no município de São Caetano de Odivelas, Estado do Pará.

Orçamento:

Programa: 1491 – Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura

Fonte de Recursos: 0101

Ação: 2070008711 C – Prestação de Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural

Elemento de Despesa: 3390-36

Locador: DANIEL DOS SANTOS GURJÃO

Locatária: EMATER-PARÁ

Ordenador: Cleide Maria Amorim de Oliveira Martins

Protocolo: 511629

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

Contrato nº: 023/2013

Data de Assinatura: 19.12.2019

Vigência: 01.01.2020 a 31.12.2020.

Valor Mensal: R\$ 1.270,39 (Hum mil e duzentos e setenta reais e trinta e nove centavos)

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo do contrato de Locação nº 023/2013, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 01 de janeiro de 2020, referente ao imóvel do Escritório Local da Emater-Pará, situado a Avenida Drº Marcionilo Alves, nº 2016, Bairro: Santa Rita, no município de Vigia de Nazaré, Estado do Pará.

Orçamento:

Programa: 1491 – Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura

Fonte de Recursos: 0101

Ação: 2070008711 C – Prestação de Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural

Elemento de Despesa: 3390-36

Locador: ANTONIO MIRANDA LISBOA

Locatária: EMATER-PARÁ

Ordenador: Cleide Maria Amorim de Oliveira Martins

Protocolo: 511628

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

Contrato nº: 008/2014

Data de Assinatura: 26.12.2019

Vigência: 01.01.2020 a 31.12.2020.

Valor Mensal: R\$ 845,62 (oitocentos e quarenta e cinco reais e sessenta e dois centavos)

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo do contrato de Locação nº 008/2014, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 01 de janeiro de 2020, referente ao imóvel do Escritório Local da Emater-Pará, situado a Av. Independência , nº20, Bairro: Centro, Cep: 68.880-000, no município de Chaves, Estado do Pará.

Orçamento:

Programa: 1491 – Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura

Fonte de Recursos: 0101

Ação: 2070008711 C – Prestação de Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural

Elemento de Despesa: 3390-36

Locadora: MARIA JOANA BARBOSA DA SILVA

Locatária: EMATER-PARÁ

Protocolo: 511942

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 022/2019

PARTES: EMATER-PARÁ x PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA

OBJETO: O presente Termo de Cooperação tem por finalidade a congregação de esforços para a implementação de ações do programa de Assistência Técnica e Extensão Rural-PROATER, executado pela EMATER-PARÁ, no Estado do Pará, visando contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Município de São Geraldo do Araguaia. A EMATER-PARÁ desenvolverá a ação observada às políticas e diretrizes dos Governos Federal, Estadual e Municipal, de comum acordo e participação da PREFEITURA, visando à melhoria das condições econômicas, ambientais e sociais de sua população rural.

VIGÊNCIA: a partir da data de assinatura até 31 de dezembro de 2020.

Data de assinatura: 02/12/2019.

FORO: Comarca de Marituba-Pará, para dirimir quaisquer ou questões resultantes que exigir o cumprimento deste contrato.

ASSINATURAS:

CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA MARTINS

Presidente da EMATER-PA

EDILSON PEREIRA DE CARVALHO

Prefeito Municipal de São Geraldo Araguaia-PA

Protocolo: 511743

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 023/2019

PARTES: EMATER-PARÁ x PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA

OBJETO: O presente Termo de Cooperação tem por finalidade a congregação de esforços para a implementação de ações do programa de Assistência Técnica e Extensão Rural-PROATER, executado pela EMATER-PARÁ, no

Estado do Pará, visando contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Município de Primavera. A EMATER-PARÁ desenvolverá a ação observada às políticas e diretrizes dos Governos Federal, Estadual e Municipal, de comum acordo e participação da PREFEITURA, visando à melhoria das condições econômicas, ambientais e sociais de sua população rural.

VIGÊNCIA: a partir da data de assinatura até 31 de dezembro de 2020.

Data de assinatura: 09/12/2019.

FORO: Comarca de Marituba-Pará, para dirimir quaisquer ou questões ressaltantes que exigir o cumprimento deste contrato.

ASSINATURAS:

CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA MARTINS

Presidente da EMATER-PA

ANA RENATA BRITO DE SOUSA

Prefeita Municipal de Primavera-PA

Protocolo: 511729

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 5.752 de 26 de julho de 1993 (alterada pelas Leis Estaduais nº 7.026, de 30 de julho de 2007, nº 8.096, de 01 de janeiro de 2015 e nº 8.633, de 19 de junho de 2018),

CONSIDERANDO que compete a esta Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, no âmbito de suas atribuições, fiscalizar as barragens abrangidas pela Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, para as quais outorgou o direito de uso dos recursos hídricos e concedeu licenças ambientais de instalação e operação;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 02, de 06 de fevereiro de 2018, que estabelece os procedimentos e critérios para elaboração e apresentação do Plano de Segurança de Barragem de Acumulação de Água e de Disposição de Resíduos Industriais – PSB, de que trata a Lei Federal nº 12.334, de 20 de setembro de 2010,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Estabelecer a periodicidade de execução e/ou atualização, a qualificação dos responsáveis técnicos, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Ação de Emergência – PAE das barragens de acumulação de água e disposição de resíduos industriais.

Parágrafo único. Os dispositivos desta Instrução Normativa aplicam-se às barragens de acumulação de água e de disposição de resíduos industriais fiscalizadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

Art. 2º Para efeito desta Instrução Normativa, consideram-se:

I - Área afetada: área a jusante ou a montante, potencialmente comprometida por eventual ruptura da barragem;

II - Coordenador do PAE: responsável por coordenar as ações descritas no PAE, devendo estar disponível para atuar, prontamente, nas situações de emergência em potencial da barragem, podendo ser o empreendedor ou pessoa designada por este;

III - Declaração de início ou encerramento da emergência: declaração emitida pelo empreendedor ou pelo coordenador do PAE para as autoridades públicas competentes, estabelecendo o início ou o fim da situação de emergência;

IV - Empreendedor: pessoa física ou jurídica que explore oficialmente a barragem para benefício próprio ou da coletividade ou, não havendo quem a explore oficialmente, todos aqueles com direito real sobre as terras onde se localizam a barragem e o reservatório;

V - Fluxograma de Notificação do Plano de Ação de Emergência: documento em forma gráfica que demonstra quem deverá ser notificado, por quem e em qual prioridade, para cada situação de emergência em potencial;

VI - Nível de Resposta: gradação dada no âmbito do PAE às situações de emergência em potencial da barragem, que possam comprometer a sua segurança e a ocupação na área afetada;

VII - Plano de Ação de Emergência - PAE: documento formal elaborado pelo empreendedor, no qual estão identificadas as situações de emergência em potencial da barragem, estabelecidas as ações a serem executadas nesses casos e definidos os agentes a serem notificados, com o objetivo de minimizar danos e perdas de vida;

VIII - Sistema de Alerta: conjunto de equipamentos ou recursos tecnológicos para informar a população potencialmente afetada na Zona de Autossalvamento - ZAS sobre a ocorrência de perigo iminente;

IX - Situação de emergência em potencial da barragem: situação que possa causar dano à integridade estrutural e operacional da barragem, à preservação da vida, da saúde, da propriedade e do meio ambiente; e

X - Zona de Autossalvamento - ZAS: região a jusante da barragem em que se considera que os avisos de alerta à população são de responsabilidade do empreendedor, por não haver tempo suficiente para uma intervenção das autoridades competentes em situações de emergência, devendo-se adotar, no mínimo, a menor das seguintes distâncias para a sua delimitação: a distância que corresponda a um tempo de chegada da onda de inundação igual a 30 (trinta) minutos ou 10 km (dez quilômetros).

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PAE

Art. 3º O PAE será exigido para barragens de Classes A, conforme Matriz de Classificação constante do Anexo II da Instrução Normativa nº 02, de 06 de fevereiro de 2018 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

Parágrafo único. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade poderá determinar a elaboração do PAE, sempre que considerar necessário, independente da classe da barragem.

Art. 4º O PAE deverá contemplar o previsto no artigo 12, da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, e seu nível de detalhamento deve seguir o estabelecido no Anexo I.

Parágrafo único. Para as barragens com altura inferior a 15m (quinze metros) e capacidade do reservatório inferior a 3.000.000 m³ (três mil metros cúbicos) a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, a seu critério, poderá aceitar a apresentação de estudo simplificado para elaboração do mapa de inundação.

Seção I

Do Prazo para Elaboração e da Periodicidade de Atualização e Revisão do PAE

Art. 5º O PAE deverá ser elaborado, para barragens novas, antes do início do primeiro enchimento, a partir de quando deverá estar disponível para utilização.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARÁ S/A

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Extrato de Termo Aditivo: 6

Contrato 01/2015

Data da Assinatura: 26/12/2019

Vigência: 02/01/2020 a 02/01/2021

Classificação: Outros

Justificativa: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato por mais 12 meses.

Orçamento:

Programa de Trabalho: 8338 / Fonte do Recurso: 0101 e 0261 / Origem: Estadual

Contratado(s): TRANSCIDADE SERVIÇOS AMBIENTAIS EIRELI

Endereço: Estrada do Aurá, S/N

Bairro: Águas Lindas – Ananindeua/PA

Ordenador: Francisco Alves de Aguiar

Diretor Presidente

CEASA/PA

Protocolo: 511958

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

DIÁRIA

PORTARIA Nº 2107/2019 - GAB/SEMAS DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019

Objetivo: Participar da 25ª Conferência das Partes da ONU para Mudança do Clima - COP-25

Fundamento Legal: Art.145 da Lei 5.810, de 24.01.1994.

Origem: Belém/PA

Destino: Madri/ESP

Período: 06/12 a 13/12/2019 - (07 e ½) diárias.

Servidor:

- 57176357/2 - WENDELL ANDRADE DE OLIVEIRA - (Diretor)

Ordenador: ANA ANDREA BRITO MAUÉS/Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias

Protocolo: 511633

FÉRIAS

PORTARIA Nº 2269/2019 – DGAF/GAB//SEMAS DE 27/12/2019

Conceder 09(nove) dias das férias regulamentares, ao servidor ANTONIO JOSÉ DA SILVA SOUSA, matrícula 57234142/1, ocupante do cargo de Técnico em Gestão de Meio Ambiente no período de 06/01/2020 a 14/01/2020, referente exercício 2015/2016, interrompidas através da PORTARIA Nº 00377/2018/DGAF/GAB/SEMAS de 02/03//2018, publicada no DOE nº 33570 de 05/03/2018.

Protocolo: 511906

NORMA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

Estabelece a periodicidade de execução e/ou atualização, a qualificação dos responsáveis técnicos, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Ação de Emergência – PAE das barragens de acumulação de água e disposição de resíduos industriais.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 138, inciso II, da Constituição do Estado,

Art.6º O PAE deverá ser atualizado, anualmente, nos seguintes aspectos:
I - endereços, telefones e endereços eletrônicos, dos contatos contidos no Fluxograma de Notificação;

II - responsabilidades gerais no PAE;

III - listagem de recursos humanos, materiais e logísticos disponíveis, a serem utilizados em situação de emergência; e
IV - outras informações que tenham sido alteradas no período.

Parágrafo único. É de responsabilidade do empreendedor a divulgação da atualização do PAE e a substituição das versões disponibilizadas aos entes constantes dos incisos do artigo 8º desta Instrução Normativa.

Art. 7º O PAE deverá ser reavaliado por ocasião da realização de cada Revisão Periódica de Segurança da Barragem -RPSB.

§1º A Revisão Periódica de Segurança da Barragem - RPSB de que trata este artigo, encontra-se disposta na Instrução Normativa nº 02, de 06 de fevereiro de 2018 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

§2º A revisão do PAE implica na reavaliação da ocupação a jusante e da eventual necessidade de elaboração de novo mapa de inundação.

Seção II

Da Disponibilização do PAE

Art.8º O PAE, quando exigido, deverá estar disponível:

I - no próprio local da barragem;

II- no escritório regional do empreendedor, caso exista;

III - na sua sede;

IV - na residência do coordenador do PAE;

V - nas prefeituras dos municípios abrangidos pelo PAE;

VI - nos organismos de Defesa Civil dos municípios abrangidos pelo PAE; e

VII - nas instalações dos empreendedores de barragens localizados na área afetada por um possível rompimento.

Parágrafo único. O empreendedor deve atender às solicitações de informações adicionais de autoridades públicas, para fins de esclarecimento do conteúdo do PAE.

Seção III

Da Responsabilidade

Art.9º É de responsabilidade do empreendedor da barragem:

I - providenciar a elaboração do PAE;

II - promover treinamentos internos, no mínimo, 1 (uma) vez ao ano e manter os respectivos registros das atividades;

III - participar de simulações de situações de emergência, em conjunto com Prefeituras, Defesa Civil e população potencialmente afetada na ZAS, informando à SEMAS, que poderá indicar um participante para acompanhar as simulações;

IV- designar, formalmente, o Coordenador do PAE, podendo ser o próprio empreendedor;

V - detectar, avaliar e classificar as situações de emergência em potencial, de acordo com os Níveis de Resposta;

VI - emitir declaração de início e encerramento de emergência, obrigatoriamente para os Níveis de Resposta 2 e 3 (laranja e vermelho);

VII - executar as ações previstas no Fluxograma de Notificação do PAE;

VIII - alertar a população potencialmente afetada na ZAS, caso se declare Nível de Resposta 2 e 3 (laranja e vermelho), sem prejuízo das demais ações previstas no PAE e das ações das autoridades públicas competentes;

IX - estabelecer, em conjunto com a Defesa Civil estadual e municipais, estratégias de comunicação e de orientação à população potencialmente afetada na ZAS sobre procedimentos a serem adotados nas situações do inciso anterior; e

X - providenciar a elaboração do relatório de encerramento de emergência, conforme o artigo 11 desta Instrução Normativa.

Seção IV

Da Situação de Emergência em Potencial

Art. 10. Ao detectar uma situação que, possivelmente, comprometa a segurança da barragem e/ou de áreas a jusante, deve-se-a avaliá-la e classificá-la, de acordo com o Nível de Resposta, conforme código de cores padrão em:

I - Nível de Resposta 0 (verde): quando a situação encontrada ou a ação de eventos externos à barragem não compromete a sua segurança, mas deve ser controlada e monitorada ao longo do tempo;

II - Nível de Resposta 1 (amarelo): quando a situação encontrada ou a ação de eventos externos à barragem não compromete a sua segurança no curto prazo, mas deve ser controlada, monitorada ou reparada;

III - Nível de Resposta 2 (laranja): quando a situação encontrada ou a ação de eventos externos à barragem represente ameaça à segurança da barragem no curto prazo, devendo ser tomadas providências para a eliminação do problema; e

IV - Nível de Resposta 3 (vermelho): quando a situação encontrada ou a ação de eventos externos à barragem represente alta probabilidade de ruptura, devendo ser tomadas medidas para prevenção e redução dos danos decorrentes do colapso da barragem.

§1º A convenção adotada neste artigo deve ser utilizada na comunicação entre o empreendedor e as autoridades competentes sobre a situação de emergência em potencial da barragem.

§2º O disposto neste artigo deve, no que couber, estar compatibilizado com a classificação do Nível de Perigo da Barragem.

§3º A classificação do Nível de Perigo da Barragem, de que trata o §2º deste artigo, está disposta no art. 24, inciso XI, da Instrução Normativa nº 02, de 06 de fevereiro de 2018 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

Seção V

Do Encerramento da Situação de Emergência

Art. 11. Uma vez terminada a situação de emergência, o Coordenador do PAE deverá providenciar a elaboração do Relatório de Encerramento de Emergência, em até 60 (sessenta) dias, contendo:

I - relatório com descrição detalhada do evento, possíveis causas e com registro fotográfico;

II - descrição das ações realizadas durante o evento, inclusive com cópias das declarações emitidas e do registro dos contatos efetuados;

III - indicação das áreas afetadas com identificação dos níveis topográficos ou cotas altimétricas atingidas pela onda de inundação, quando couber;

IV - consequências do evento, inclusive danos materiais à vida e à propriedade;

V - relatório contendo a análise crítica do desempenho do PAE;

VI - proposições de melhorias para revisão do PAE devidamente justificadas, se for o caso;

VII - conclusões sobre o evento; e

VIII - ciência do responsável legal pelo empreendimento.

Parágrafo único. Deverá ser encaminhada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, em meio digital, cópia do Relatório de Encerramento da Emergência, assim que concluído.

CAPÍTULO III

DOS REQUISITOS DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Art. 12. São requisitos dos responsáveis técnicos pela elaboração do PAE:
I - ter registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), com atribuições profissionais para projeto, construção, operação e/ou manutenção de barragens, compatíveis com as definidas pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA); e

II - recolher Anotação de Responsabilidade Técnica dos serviços.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art.13. Para barramentos já existentes, os empreendedores deverão implementar o PAE no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da publicação desta Instrução Normativa.

Art.14. O não cumprimento do disposto nesta Instrução Normativa poderá ensejar em responsabilidade administrativa, civil e criminal.

Art.15. Poderá a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade solicitar informações complementares quando do recebimento do PAE.

Art.16. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação. Belém, 27 de dezembro de 2019.

JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará

ANEXO II FORMULÁRIOS MODELOS	
1. DECLARAÇÃO DE INÍCIO DE UMA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EMPREENDEDOR E/OU PROPRIETÁRIO: BARRAGEM: SITUAÇÃO: NÍVEL:	
Eu, (nome e cargo), na condição de empreendedor do _____, da Barragem _____, localizada sob as coordenadas _____, no município _____ e no uso das atribuições e responsabilidades que me foram delegadas, efetuo o registro da Declaração de Emergência, para a referida barragem, cuja situação é de Nível _____, a partir das _____ (horas e minutos), do dia _____/_____/_____, em função da ocorrência de _____ (descrição da ocorrência)	
OBS: Para quaisquer esclarecimentos, favor contatar com o Sr. (a) _____, através do telefone (_____) _____ (local), _____ (dia) de _____ (mês) de _____ (ano).	
_____ (nome / assinatura)	
_____ (cargo / RG)	
2. DECLARAÇÃO DE ENCERRAMENTO DE EMERGÊNCIA. EMPREENDEDOR E/OU PROPRIETÁRIO: BARRAGEM: SITUAÇÃO: NÍVEL:	
Eu, (nome e cargo), na condição de Coordenador do PAE da Barragem _____ e no uso das atribuições e responsabilidades que me foram delegadas, efetuo o registro da Declaração de Encerramento da Emergência, na Situação de _____, para a Barragem _____, a partir das horas e minutos do dia _____/_____/_____, em função da recuperação das condições adequadas de Segurança da Barragem e eliminação do Risco de Ruptura.	
_____ (local) _____, de _____ de _____	
_____ (nome / assinatura)	
_____ (cargo / RG)	
3. NOTIFICAÇÃO URGENTE	
Mensagem resultante da aplicação do Plano de Ação de Emergência - PAE, da Barragem _____, em _____/_____/_____	
A partir das _____ h de _____/_____/_____, está sendo ativado o Nível de Segurança _____, do Plano de Ação de Emergência - PAE, da referida barragem, face _____	
Esta é uma mensagem de (Declaração/Alteração) do Nível de Segurança, feita por _____, Coordenador do Plano de Ação de Emergência - PAE da Barragem _____, localizada sob as coordenadas _____, no município de _____	
A causa da Declaração é _____ (descrição mínima da situação, identificação da condição anormal, possíveis danos, risco de ruptura potencial ou real, etc).	
Esta mensagem está sendo enviada simultaneamente a (ao) _____, _____ e _____	
As circunstâncias ocorridas fazem com que devam prever-se e pôr em ação as recomendações e atividades delineadas em sua cópia do Plano de Ação de Emergência - PAE da Barragem _____ e os respectivos Mapas de Inundação.	
Favor confirmar o recebimento desta comunicação ao Sr.(a) _____, através do telefone número (_____) _____, fax número (_____) _____, e/ou e-mail _____@_____	
Todos os contatados serão mantidos atualizados da situação e, em caso de mudança do Nível de Segurança, caso seja resolvida ou agravada, nova comunicação será emitida, dentro de _____ horas ou de hora em hora, para sua atualização.	
Para outras informações, entre em contato com o Sr (a) _____, através do telefone número (_____) _____, fax número (_____) _____, e/ou e-mail _____@_____	

PORTARIA Nº 2271, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

Torna público o Regimento Interno do Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climática.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO PARÁ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 18, do Decreto Estadual nº 254, de 8 de agosto de 2019,

CONSIDERANDO o art. 10 do Decreto Estadual nº 254, de 8 de agosto de 2019, que institui o Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climática; e CONSIDERANDO a aprovação e referendo do Regimento Interno do Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climática na 1ª Reunião Ordinária do Fórum, em 05 de novembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público na forma de Anexo Único o Regimento Interno do Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climática.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belém/PA, 27 de dezembro de 2019.

JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará

ANEXO ÚNICO**REGIMENTO INTERNO DO FÓRUM PARAENSE DE MUDANÇAS E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA****CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Fica instituído o Regimento Interno do Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climática - FPMAC.

Parágrafo único. O presente Regimento Interno disciplina a organização e o funcionamento do Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climática - FPMAC.

Art. 2º Para fins deste Regimento Interno, consideram-se:

I - indígenas: todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico, cujas características culturais o distingam da sociedade nacional;

II - povos e comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; e

III - quilombolas: grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

CAPÍTULO II**DA COMPETÊNCIA**

Art. 3º Ao Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climática compete:

I - promover a incorporação da dimensão climática nos processos decisórios de políticas setoriais, cuja implementação esteja relacionada a fatores de emissão de gases de efeito estufa e/ou estoque de carbono, dando prioridade à utilização de tecnologias ambientalmente adequadas;

II - estimular a adoção de práticas e tecnologias mitigadoras das emissões de gases de efeito estufa, de modo a assegurar a sustentabilidade e a competitividade da economia paraense;

III - subsidiar a elaboração e contribuir para a implementação da Lei da Política Estadual de Mudanças Climáticas e do Plano Estadual de Mudanças Climáticas, em articulação com o Plano Nacional sobre Mudança do Clima e políticas públicas correlatas;

IV - elaborar propostas e subsidiar a criação e a implementação de mecanismos financeiros, visando alcançar os objetivos das políticas públicas relacionadas à mitigação e à adaptação às mudanças climáticas;

V - apoiar e facilitar a realização de pesquisas, estudos e ações de educação e capacitação nos temas relacionados às mudanças climáticas, com ênfase na execução de inventários de emissões e sumidouros de gases de efeito estufa, bem como na identificação das vulnerabilidades decorrentes do aumento médio da temperatura do planeta previsto pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, visando à promoção de medidas de mitigação e de adaptação;

VI - propor medidas que estimulem padrões sustentáveis de produção e consumo por meio da utilização de instrumentos econômicos, incluindo iniciativas de licitação que priorizem, nas instituições públicas estaduais, compras e contratações de serviços com base em critérios socioambientais;

VII - estimular o setor empresarial paraense a uma gestão estratégica que permita a valorização de seus ativos e a redução de seus passivos ambientais, com a finalidade de promover a competitividade de seus produtos e serviços nos mercados nacional e internacional, pela demonstração de práticas de eficiência energética, bem como do uso de energia proveniente de fontes de baixa emissão de gases de efeito estufa e de metais pesados; VIII - estimular a implantação no Estado de políticas, planos e programas que garantam o monitoramento, a avaliação e o controle de projetos que visem à recuperação de áreas degradadas, à redução do desmatamento e da degradação florestal, à conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos e ao sequestro de carbono, dentre outros serviços ambientais, mediante: a) mecanismos de pagamento de serviços ambientais nas esferas pública e privada; b) mecanismos aplicáveis ao Brasil de implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e outros tratados e instrumentos correlatos; e

c) outras formas de remuneração previstas em normas federais ou estaduais para manutenção de serviços ambientais.

IX - estimular o debate público sobre mudanças climáticas, adaptação climática e a criação e o fortalecimento de Redes Regionais e Municipais sobre este tema no Estado do Pará;

X - apoiar a disseminação do tema das mudanças e adaptação climática junto às instituições e órgãos do Estado, ao sistema de ensino público e privado e à população paraense, por meio de ações educativas, culturais e científicas;

XI - apoiar iniciativas de cooperação no campo das mudanças climáticas globais e a adaptação entre o Estado, organismos internacionais, agências multilaterais e organizações não governamentais nacionais e internacionais; e

XII - apoiar iniciativas para o fortalecimento e a integração de ações de monitoramento climático no Estado.

CAPÍTULO III**DA ORGANIZAÇÃO DO FÓRUM PARAENSE DE MUDANÇAS E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA****Seção I****Da Composição**

Art. 4º O Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climática será composto pelos seguintes membros representantes:

I - Poder Público;

II - sociedade civil organizada;

III - universidades, instituições de pesquisa pública e sociedades científicas; e

IV - povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

Art. 5º Será facultada ao Ministério Público a participação no FPMAC.

Art. 6º O Governador do Estado do Pará exercerá a presidência do Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climática e, em caso de impossibilidade, exercerá essa função o titular da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

Art. 7º Os membros do FPMAC e seus suplentes, em número de dois, serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidades inscritas.

Parágrafo único. Os suplentes exercerão as funções do titular em seus impedimentos, afastamentos, ausências e faltas.

Art. 8º É oportuna, todavia facultada, a presença dos suplentes nas reuniões em que os titulares estiverem presentes, porém somente com direito a voz.

Art. 9º Em caso de impossibilidade de participação de titular e suplentes, facultada-se a indicação, por escrito ou meio eletrônico, de um representante para a reunião específica, que terá direito a voz e voto, devendo a Secretaria Executiva ser notificada formalmente ou por meio eletrônico em até 5 (cinco) dias antes da data da reunião.

Art. 10. Será facultado ao Plenário, mediante indicação motivada de qualquer um de seus membros, com aprovação da maioria simples, a inclusão de outros órgãos ou entidades na composição do FPMAC, a qual deverá ser registrada em memória de reunião ordinária ou extraordinária.

§ 1º A indicação motivada que trata o caput deste artigo se refere ao pedido mediante ofício à Secretaria Executiva do Fórum, devidamente fundamentado.

§ 2º O órgão ou entidade, referidos no caput deste artigo, submetem-se às normas do presente Regimento Interno.

Art. 11. Por proposição do Plenário, será sugerida à entidade ou organização participante a substituição dos respectivos representantes titular ou suplente que não comparecerem a 4 (quatro) reuniões ordinárias consecutivas, e sem encaminhar justificativa.

Art. 12. Além dos membros do FPMAC, poderão participar das reuniões especialistas convidados e observadores.

Art. 13. O convite a especialistas poderá ser sugerido por qualquer membro, sujeitando-se à aprovação pelos membros do Fórum.

§ 1º Não havendo objeção por parte de qualquer membro, até 3 (três) dias após comunicada a sugestão, a Secretaria Executiva do FPMAC efetuará o convite ao especialista.

§ 2º A participação dos especialistas terá a finalidade precípua de subsidiar a tomada de decisões do Plenário, com direito a voz durante as discussões do tema de sua especialidade.

§ 3º Qualquer interessado poderá solicitar a participação como observador nas reuniões do FPMAC, devendo apresentar solicitação formal por escrito ou por meio eletrônico, com no mínimo 7 (sete) dias de antecedência da reunião, para apreciação da Secretaria Executiva.

§ 4º O observador poderá ter direito a voz, caso aprovado à Secretaria Executiva.

§ 5º Mediante solicitação de um ou mais membros, com a devida justificativa, o Plenário pode deliberar para que determinado tema seja apreciado em caráter reservado pelos membros titulares e suplentes do FPMAC.

Seção II**Do funcionamento do FPMAC**

Art. 14. O FPMAC reunir-se-á, em caráter ordinário, uma vez por ano e, extraordinariamente, a qualquer momento, sempre que for convocado pela Presidência, pela Secretaria Executiva ou por iniciativa própria, por meio da maioria simples dos membros do FPMAC.

§ 1º O quórum para realização das reuniões do FPMAC deverá ter a presença de, no mínimo, 2/3 dos membros representantes do governo estadual e a maioria simples dos membros representantes da sociedade civil.

§ 2º As reuniões ordinárias terão seu calendário anual fixado na última reunião do ano anterior ou em cada reunião ordinária realizada, e será precedida pelo encaminhamento prévio, com antecedência mínima de vinte dias, da pauta e da documentação integral a ser debatida.

§ 3º As reuniões extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, quando deverá ser encaminhada a pauta, o instrumento convocatório e a documentação integral da pauta a ser debatida. § 4º As reuniões serão registradas por intermédio de memórias, cuja elaboração é de responsabilidade da Secretaria Executiva.

Art. 15. As reuniões do FPMAC observarão o seguinte rito:

I - abertura;

II - apresentação de informes, discussão e votação da memória da reunião anterior, encaminhada com antecedência;

III - apresentação dos requerimentos de urgência, de inversão de pauta e de inclusão ou retirada de matérias formalizados por escrito ou verbalmente pelos membros interessados;
IV - discussão e deliberação das matérias da ordem do dia; e
V - encerramento.

Parágrafo único. A inversão de pauta e os requerimentos de urgência, inclusão ou retirada de matérias serão submetidos à votação, sendo aprovados por maioria simples dos representantes dos membros presentes.

Art. 16. O Plenário deliberará preferencialmente por consenso.

§ 1º Na impossibilidade de consenso, a matéria será posta em votação, ocasião em que efetuar-se-á a contabilização dos votos em separado.

§ 2º O quórum para deliberação deverá ser por maioria simples dos membros do Fórum.

§ 3º Em caso de empate, a Presidência detém o voto de qualidade.

§ 4º Cada membro que disponha de mais de um representante da instituição na ocasião da reunião, somente terá direito a 1 (um) voto, de igual valor aos demais membros.

Art. 17. A deliberação das matérias da ordem do dia obedecerá aos seguintes passos:

I - o Presidente ou a Secretaria Executiva apresentará o item da pauta;

II - a matéria será posta em discussão; e

III - far-se-á a votação, encaminhada pelo Presidente ou pela Secretaria Executiva.

Parágrafo único. Realizada a votação, qualquer membro poderá apresentar declaração de voto, cujo teor deverá ser registrado em memória.

Seção III

Da Secretaria Executiva

Art. 18. A Secretaria Executiva do Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climática fica sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, a qual deverá designar seus membros por meio de ato específico emitido pelo titular do Órgão.

Art. 19. Compete à Secretaria Executiva:

I - arquivar e monitorar todos os documentos produzidos pelo Fórum;

II - auxiliar a Presidência do Fórum;

III - dar publicidade aos atos e debates promovidos no âmbito do FPMAC, podendo inclusive, para esse fim, lançar mão de sítio eletrônico específico na Rede Mundial de Computadores – Internet;

IV - promover a gravação e o registro das reuniões, preparando suas memórias, que deverão ser redigidas de forma a retratar todas as discussões realizadas, bem como as decisões tomadas pelo Plenário e, ainda, quaisquer outras informações de relevância ao pleno desenvolvimento do FPMAC;

V - prover apoio técnico, administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do Fórum; e

VI - providenciar a lavratura, o arquivamento e os encaminhamentos devidos às memórias das reuniões do Fórum.

Art. 20. Será de responsabilidade da Secretaria Executiva do FPMAC efetuar os convites necessários às reuniões ordinárias e extraordinárias, bem como mobilizar os membros para participação em tais reuniões, inclusive reiterando a possibilidade legal de substituições, ensejadas pelo número de ausências previstas no art. 11 deste Regimento.

Art. 21. A Secretaria Executiva do FPMAC deve tornar públicos data, hora e local das reuniões, por meio da página eletrônica da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, a fim de estimular a participação da sociedade no âmbito do Fórum.

Seção IV

Das Câmaras Técnicas

Art. 22. O FPMAC poderá deliberar pela formação de Câmaras Técnicas, com o objetivo de:

I - analisar questões de alta relevância e correlação com os objetivos do FPMAC; e

II - subsidiar discussões promovidas no âmbito do FPMAC, bem como as deliberações dele promovidas.

§ 1º A Câmara Técnica deverá ser formalmente instituída por meio de ato específico, aprovado pelo Plenário do FPMAC.

§ 2º Toda Câmara Técnica deverá ter um Coordenador e um Relator, os quais serão responsáveis por organizar, sistematizar e relatar, respectivamente, as ações da Câmara enquanto esta existir e, ainda, apresentar os resultados gerados pelos trabalhos desta instância.

§ 3º O Coordenador da Câmara Técnica e o Relator serão eleitos por maioria simples dos membros da Câmara na ocasião de sua primeira reunião.

§ 4º As Câmaras Técnicas deverão comunicar ao Comitê Executivo e à Secretaria Executiva os resultados das suas atividades, bem como encaminhar ao Plenário o documento com os resultados, sob a responsabilidade do Coordenador da Câmara Técnica.

§ 5º As Câmaras Técnicas poderão constituir Grupos de Trabalho, que deverão operar sob a coordenação da Câmara a partir das quais forem criados e terão como finalidade reunir informações e dados, elaborar diagnósticos e propostas técnicas, além de propor e acompanhar ações relacionadas às matérias e aos temas que lhes forem delegados.

§ 6º Em relação ao parágrafo anterior, o Plenário deverá deliberar a respeito, na reunião imediatamente consecutiva à proposta de criação do Grupos de Trabalho, tendo por base a data da manifestação do Coordenador de Câmara Técnica, apreciando no mínimo:

I - composição;

II - metodologia de funcionamento da Câmara Técnica;

III - objeto; e

IV - prazo de conclusão dos trabalhos.

Seção V

Do Grupo de Trabalho

Art. 23. O Grupo de Trabalho será composto por representantes titulares e suplentes dos membros do fórum a serem definidos pela Câmara Técnica que os coordenará.

Art. 24. São atribuições dos membros dos Grupos de Trabalho, quando necessário e definidos pela Câmara Técnica:

I - avaliar os resultados da implementação das proposições e deliberações do GT e efetuar os ajustes pertinentes, por intermédio do monitoramento da execução do Plano de Trabalho;

II - elaborar Plano de Trabalho contendo metas e prazos de execução das proposições decorrentes do objeto para quais foram criados; e

III - participar e acompanhar as reuniões.

Art. 25. A coordenação dos Grupos de Trabalho poderá convidar terceiros especialistas para contribuir com o desenvolvimento das atividades relacionadas ao objeto para as quais foram criados.

Seção VI

Das atribuições dos membros do FPMAC

Art. 26. Compete ao Plenário do FPMAC:

I - aprovar, mediante maioria simples, matérias relevantes ao FPMAC, inclusive propondo e definindo o funcionamento do Fórum para o trato de tais matérias, caso não previsto no regimento; e

II - delegar, ad referendum, ao Presidente ou à Secretaria Executiva, poderes próprios do Plenário;

III - deliberar acerca do Regimento Interno do Fórum, bem como de suas eventuais alterações;

IV - promover e acompanhar as ações necessárias para atingir as metas e objetivos do FPMAC; e

V - propor, analisar e deliberar acerca do estabelecimento de articulações com outros fóruns e instâncias correlacionadas.

Art. 27. À Presidência do Fórum compete:

I - assinar as memórias aprovadas nas reuniões;

II - assinar as proposições e recomendações do Fórum, bem como os atos relativos ao seu cumprimento;

III - buscar o consenso e, quando necessário, submeter à votação as matérias a serem decididas pelo Plenário, intervindo na ordem dos trabalhos, para o alcance dos objetivos, respeitando os princípios democráticos de discussão e deliberação;

IV - convocar e presidir as reuniões do Fórum;

V - informar a todos os membros as providências tomadas para os encaminhamentos deliberados pelo Fórum;

VI - ordenar o uso da palavra durante as reuniões do Fórum;

VII - submeter à apreciação do Plenário as matérias de sua competência e as delegadas; e

VIII - zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento Interno, adotando, para este fim, as providências que se fizerem necessárias.

Art. 28. Aos membros do Fórum, por seus representantes, compete:

I - apresentar relatórios e pareceres, nos prazos fixados e constantes em memória;

II - comparecer assiduamente às reuniões para as quais forem convocados os titulares e, no impedimento destes, seus respectivos suplentes ou representantes conforme disposto no §4º do art. 2º do presente instrumento;

III - debater e analisar as matérias em discussão;

IV - observar, em suas manifestações, as regras básicas da convivência e do decoro;

V - participar das atividades, com direito a voz e voto;

VI - propor questões de ordem nas reuniões do Plenário;

VII - requerer informações, providências e esclarecimentos ao Presidente ou à Secretaria Executiva;

VIII - solicitar, quando oportuno, a verificação de quórum; e

IX - sugerir temas e assuntos à deliberação do Plenário, sob a forma de proposições e propostas de recomendações.

Art. 29. Compete ao Comitê Executivo:

I - exercer a função de órgão superior, para apreciação e encaminhamento ao Plenário, das matérias oriundas das Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho;

II - estruturar, coordenar, sistematizar, integrar e agilizar os trabalhos do Fórum; e

III - propor a criação de Câmaras Técnicas ou Grupos de Trabalho.

Parágrafo único. O Comitê Executivo do Fórum elegerá, um Coordenador, que conduzirá seus trabalhos e exercerá a função pelo período de 1 (um) ano, podendo ser reeleito por igual período.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. Os casos omissos e as dúvidas sobre a aplicação deste Regimento Interno serão dirimidos por sua presidência, ad referendum do Plenário.

Art. 31. A participação no FPMAC é considerada serviço de relevante interesse público e não ensejará remuneração de qualquer natureza.

Art. 32. Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação.

PLENÁRIO DO FÓRUM PARAENSE DE MUDANÇAS E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA em 05 de novembro de 2019.

**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO
FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE
DO ESTADO DO PARÁ**

PORTARIA

PORTARIA Nº 1150 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019

Art. 1º - Designar o servidor Edson Cruz Barbosa - matrícula nº 57201148/1, ocupante do cargo de Técnico em Administração e Finanças, para responder pelo cargo de Diretor do Fundo de Desenvolvimento Florestal - FUNDEFLO, deste instituto, no período de 06/01/2020 a 04/02/2020, em substituição a titular de férias regulares.

KARLA LESSA BENGTON
PRESIDENTE DO IDEFLOR-BIO

Protocolo: 511646

DIÁRIA

PORTARIA Nº 1072 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

Fundamento Legal: Conforme o processo nº 2019/547464 e o Art.145 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994.

Objetivo: Realizar atividades de Fiscalização Ambiental e administrativas inerentes à fiscalização

Origem: Belém-PA

Destino: Tucuruí, Goianésia do Pará, Breu Branco, Jacundá, Nova Ipixuna, Itupiranga, Novo Repartimento e Marabá-PA

Período: 08 a 24/12/2019 - 16,5 (dezesesseis e meia) diárias

Servidor: Jossandra Carvalho da Rocha Pinheiro - 55585772 - Técnico em Gestão de Pesca e Aquicultura

Mônica Ferreira dos Santos - 5899717 - Técnico em Gestão de Pesca e Aquicultura

Josiane Amanda Gomes Miranda - 4274425 - Assessor I

KARLA LESSA BENGTON

PRESIDENTE DO IDEFLOR-BIO

PORTARIA Nº 1095 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2019

Fundamento Legal: Conforme o processo nº. 2019/573454 e o Art.145 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994.

Objetivo: Fiscalização nas UC's (REVIS) Refúgio de Vida Silvestre Tabuleiro do Embaubal e (RDS) Reserva de Desenvolvimento Sustentável Vitória de Souza

Origem: Belém-PA

Destino: Vitória do Xingu e Senador José Porfírio-PA

Período: 06 a 29/12/2019 - 23,5 (vinte e três e meia) diárias

Servidor: 1º SGT-BPA Emerson Flávio de Souza - 5675960

CB-BPA Denis Ferreira Penante - 54195578

CB-BPA José Fernando Ferreira Pure - 57199478

SD-BPA Alana Pereira Farias - 6402710

KARLA LESSA BENGTON

PRESIDENTE DO IDEFLOR-BIO

PORTARIA Nº 1112 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2019

Fundamento Legal: Conforme o processo nº 2019/573468 e o Art.145 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994.

Objetivo: Conduzir Guarnição do Batalhão de Polícia Ambiental (BPA)

Origem: Belém-PA

Destino: Vitória do Xingu e Senador José Porfírio-PA

Período: 27 a 29/12/2019 - 2,5 (duas e meia) diárias

Servidor: Weliton Carlos Ramalho - 5923530 - Motorista

KARLA LESSA BENGTON

PRESIDENTE DO IDEFLOR-BIO

Protocolo: 511644

**SECRETARIA DE ESTADO
DE SEGURANÇA PÚBLICA
E DEFESA SOCIAL**

CONTRATO

**CONTRATO Nº 169/2019-SEGUP
EXERCÍCIO: 2019**

Processo nº 2019/232128

Objeto: contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor da disciplina Correção de TCC, no Curso de Especialização em Investigação Policial Moderna, que terá com carga horária de 30 horas/aula.

Valor Global: R\$2.400,00

Data da Assinatura: 20/12/2019

Vigência: 23/12/2019 à 30/06/2020

Programação Orçamentária: 31.101.06.128.1425.8278 - Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS; 33.90.36 e 33.90.47 - Natureza e 0101 - Fonte

Contratado: OSVALDO GALDINO DOS SANTOS JÚNIOR

Endereço: Rua Claudio Sanders, nº 727, Bairro: Centro, Ananindeua/Pará

Ordenador: ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Protocolo: 511651

**CONTRATO Nº 181/2019-SEGUP
EXERCÍCIO: 2019**

Processo nº 2019/232128

Objeto: contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor da disciplina Correção de TCC, no Curso de Especialização em Investigação Policial Moderna, que terá com carga horária de 30 horas/aula.

Valor Global: R\$2.400,00

Data da Assinatura: 20/12/2019

Vigência: 23/12/2019 à 30/06/2020

Programação Orçamentária: 31.101.06.128.1425.8278 - Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS; 33.90.36 e 33.90.47 - Natureza e 0101 - Fonte

Contratado: KLELTON MAMED DE FARIAS

Endereço: Travessa Vileta, nº 1.341, apt.502, Bairro Pedreira - Belém/Pará

Ordenador: ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Protocolo: 511684

**CONTRATO Nº 184/2019-SEGUP
EXERCÍCIO: 2019**

Processo nº 2019/263135

Objeto: contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como professor da disciplina CORREÇÃO DE TCC do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAOBM/2019 - Gestão de Unidade Bombeiro Militar - Ênfase em Defesa Civil, que terá com carga horária de 30 horas-aula.

Valor Global: R\$2.100,00

Data da Assinatura: 20/12/2019

Vigência: 23/12/2019 à 30/06/2020

Programação Orçamentária: 31.101.06.128.1425.8278 - Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS; 33.90.36 e 33.90.47 - Natureza e 0101 - Fonte

Contratado: JOÃO BATISTA PINHEIRO

Endereço: Rod. Hélio Gueiros, Quarenta Horas, Bairro: Coqueiro - Belém/Pará

Ordenador: ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Protocolo: 511692

**CONTRATO Nº 178/2019-SEGUP
EXERCÍCIO: 2019**

Processo nº 2019/232128

Objeto: contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor da disciplina Correção de TCC, no Curso de Especialização em Investigação Policial Moderna, que terá com carga horária de 30 horas/aula.

Valor Global: R\$2.700,00

Data da Assinatura: 20/12/2019

Vigência: 23/12/2019 à 30/06/2020

Programação Orçamentária: 31.101.06.128.1425.8278 - Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS; 33.90.36 e 33.90.47 - Natureza e 0101 - Fonte

Contratado: ITAMAR ROGÉRIO PEREIRA GAUDÊNCIO

Endereço: Rua Dois De Junho, Nº 06, Quadra 19, Residencial Amazônia Dois, Bairro: Águas Brancas - Belém/Pará

Ordenador: ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Protocolo: 511675

**CONTRATO Nº 172/2019-SEGUP
EXERCÍCIO: 2019**

Processo nº 2019/232128

Objeto: contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor da disciplina Correção de TCC, no Curso de Especialização em Investigação Policial Moderna, que terá com carga horária de 30 horas/aula.

Valor Global: R\$2.100,00

Data da Assinatura: 20/12/2019

Vigência: 23/12/2019 à 30/06/2020

Programação Orçamentária: 31.101.06.128.1425.8278 - Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS; 33.90.36 e 33.90.47 - Natureza e 0101 - Fonte

Contratado: LÍDIANE MARTINS VIEIRA

Endereço: Rodovia BR316, nº 07, quadra A, no Conjunto Ananindeua, Bairro Centro, Ananindeua/Pará

Ordenador: ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Protocolo: 511659

**CONTRATO Nº 180/2019-SEGUP
EXERCÍCIO: 2019**

Processo nº 2019/232128

Objeto: contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor da disciplina Correção de TCC, no Curso de Especialização em Investigação Policial Moderna, que terá com carga horária de 30 horas/aula.

Valor Global: R\$2.400,00

Data da Assinatura: 20/12/2019

Vigência: 23/12/2019 à 30/06/2020

Programação Orçamentária: 31.101.06.128.1425.8278 - Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS; 33.90.36 e 33.90.47 - Natureza e 0101 - Fonte

Contratado: EDIMAR MARCELO COELHO COSTA

Endereço: Travessa Três de Maio, nº 1.946, apt.102, Bairro: Cremação - Belém/Pará

Ordenador: ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Protocolo: 511683

**CONTRATO Nº 168/2019-SEGUP
EXERCÍCIO: 2019**

Processo nº 2019/232128
Objeto: contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor da disciplina Correção de TCC, no Curso de Especialização em Investigação Policial Moderna, que terá com carga horária de 30 horas/aula.
Valor Global: R\$2.100,00
Data da Assinatura: 20/12/2019
Vigência: 23/12/2019 à 30/06/2020
Programação Orçamentária: 31.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS; 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza e 0101 – Fonte
Contratado: NATALI GABRIELI BENASSULY DE FREITAS
Endereço: Rua Claudio Sanders, nº 727, Bairro: Centro, Ananindeua/Pará
Ordenador: ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Protocolo: 511648**CONTRATO Nº 171/2019-SEGUP
EXERCÍCIO: 2019**

Processo nº 2019/232128
Objeto: contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor da disciplina Correção de TCC, no Curso de Especialização em Investigação Policial Moderna, que terá com carga horária de 30 horas/aula.
Valor Global: R\$2.400,00
Data da Assinatura: 20/12/2019
Vigência: 23/12/2019 à 30/06/2020
Programação Orçamentária: 31.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS; 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza e 0101 – Fonte
Contratado: EMANUELLE PANTOJA SILVA
Endereço: Travessa Nove de Janeiro, nº 34, Bairro: Umarizal - Belém/Pará
Ordenador: ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Protocolo: 511656**CONTRATO Nº 172/2019-SEGUP
EXERCÍCIO: 2019**

Processo nº 2019/232128
Objeto: contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor da disciplina Correção de TCC, no Curso de Especialização em Investigação Policial Moderna, que terá com carga horária de 30 horas/aula.
Valor Global: R\$2.400,00
Data da Assinatura: 20/12/2019
Vigência: 23/12/2019 à 30/06/2020
Programação Orçamentária: 31.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS; 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza e 0101 – Fonte
Contratado: TALITHA BUENANO FRANCA GUERREIRO
Endereço: Travessa 3 de maio, nº 1.200, apt. nº 502, Bairro: São Bras - Belém/Pará
Ordenador: ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Protocolo: 511664**CONTRATO Nº 177/2019-SEGUP
EXERCÍCIO: 2019**

Processo nº 2019/232128
Objeto: contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor da disciplina Correção de TCC, no Curso de Especialização em Investigação Policial Moderna, que terá com carga horária de 30 horas/aula.
Valor Global: R\$2.400,00
Data da Assinatura: 20/12/2019
Vigência: 23/12/2019 à 30/06/2020
Programação Orçamentária: 31.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS; 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza e 0101 – Fonte
Contratado: ALBERNANDO MONTEIRO DA SILVA
Endereço: Rua Fernando Guilhon, Nº 2508, Bairro Cremação, Belém/Pará
Ordenador: ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Protocolo: 511673**CONTRATO Nº 183/2019-SEGUP
EXERCÍCIO: 2019**

Processo nº 2019/263135
Objeto: contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como professor da disciplina CORREÇÃO DE TCC do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAOBM/2019 – Gestão de Unidade Bombeiro Militar - Ênfase em Defesa Civil, que terá com carga horária de 30 horas-aula.
Valor Global: R\$2.400,00
Data da Assinatura: 20/12/2019
Vigência: 23/12/2019 à 30/06/2020
Programação Orçamentária: 31.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS; 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza e 0101 – Fonte
Contratado: ARTHUR ARTEAGA DURANS VILACORTA
Endereço: Passagem Iracema, nº 300-A, Bairro: Marambaia - Belém/Pará
Ordenador: ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Protocolo: 511690**CONTRATO Nº 175/2019-SEGUP
EXERCÍCIO: 2019**

Processo nº 2019/232128
Objeto: contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor da disciplina Correção de TCC, no Curso de Especialização em Investigação Policial Moderna, que terá com carga horária de 30 horas/aula.
Valor Global: R\$2.400,00
Data da Assinatura: 20/12/2019
Vigência: 23/12/2019 à 30/06/2020
Programação Orçamentária: 31.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS; 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza e 0101 – Fonte
Contratado: ALESSANDRO SOBRAL FARIAS
Endereço: Travessa Enéas Pinheiro, Nº 1.155, Bairro: Pedreira - Belém/Pará
Ordenador: ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Protocolo: 511665**CONTRATO Nº 170/2019-SEGUP
EXERCÍCIO: 2019**

Processo nº 2019/232128
Objeto: contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor da disciplina Correção de TCC, no Curso de Especialização em Investigação Policial Moderna, que terá com carga horária de 30 horas/aula.
Valor Global: R\$2.700,00
Data da Assinatura: 20/12/2019
Vigência: 23/12/2019 à 30/06/2020
Programação Orçamentária: 31.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS; 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza e 0101 – Fonte
Contratado: SÔNIA DA COSTA PASSOS
Endereço: Passagem Coelhoinho, nº127/129, Bairro: Pedreira - Belém/Pará
Ordenador: ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Protocolo: 511654**CONTRATO Nº 176/2019-SEGUP
EXERCÍCIO: 2019**

Processo nº 2019/232128
Objeto: contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor da disciplina Correção de TCC, no Curso de Especialização em Investigação Policial Moderna, que terá com carga horária de 30 horas/aula.
Valor Global: R\$2.100,00
Data da Assinatura: 20/12/2019
Vigência: 23/12/2019 à 30/06/2020
Programação Orçamentária: 31.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS; 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza e 0101 – Fonte
Contratado: FABIO WENDELL LIMA DA LUZ
Endereço: Conjunto Ariri Bolonha, Quadra 29, Nº 17, Bairro Coqueiro, Belém/Pará
Ordenador: ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Protocolo: 511670**CONTRATO Nº 182/2019-SEGUP
EXERCÍCIO: 2019**

Processo nº 2019/263135
Objeto: contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como professor da disciplina CORREÇÃO DE TCC do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAOBM/2019 – Gestão de Unidade Bombeiro Militar - Ênfase em Defesa Civil, que terá com carga horária de 30 horas-aula.
Valor Global: R\$2.400,00
Data da Assinatura: 20/12/2019
Vigência: 23/12/2019 à 30/06/2020
Programação Orçamentária: 31.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS; 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza e 0101 – Fonte
Contratado: ALYNE GISELLE CAMELO LOUZEIRO
Endereço: Av. Senador Lemos, nº 1.952, Bairro: Telegrafo - Belém/Pará
Ordenador: ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Protocolo: 511687**CONTRATO Nº 166/2019-SEGUP
EXERCÍCIO: 2019**

Processo nº 2019/232128
Objeto: contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor da disciplina Correção de TCC, no Curso de Especialização em Investigação Policial Moderna, que terá com carga horária de 30 horas/aula.
Valor Global: R\$2.700,00
Data da Assinatura: 20/12/2019
Vigência: 23/12/2019 à 30/06/2020
Programação Orçamentária: 31.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS; 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza e 0101 – Fonte
Contratado: JOÃO FRANCISCO GARCIA REIS
Endereço: Dr. Enéas Pinheiro, nº 2.328, apt. 902, Bairro: Marco - Belém/Pará
Ordenador: ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Protocolo: 511639

**CONTRATO Nº 179/2019-SEGUP
EXERCÍCIO: 2019**

Processo nº 2019/232128

Objeto: contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor da disciplina Correção de TCC, no Curso de Especialização em Investigação Policial Moderna, que terá com carga horária de 30 horas/aula.

Valor Global: R\$2.100,00

Data da Assinatura: 20/12/2019

Vigência: 23/12/2019 à 30/06/2020

Programação Orçamentária: 31.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS; 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza e 0101 – Fonte

Contratado: AFONSO ALVES RODRIGUES

Endereço: Passagem Aliados, nº 24, Bairro: Souza - Belém/Pará

Ordenador: ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Protocolo: 511680**CONTRATO Nº 185/2019-SEGUP
EXERCÍCIO: 2019**

Processo nº 2019/263135

Objeto: contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como professor da disciplina CORREÇÃO DE TCC do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAOBM/2019 – Gestão de Unidade Bombeiro Militar - Ênfase em Defesa Civil, que terá com carga horária de 30 horas-aula.

Valor Global: R\$2.400,00

Data da Assinatura: 20/12/2019

Vigência: 23/12/2019 à 30/06/2020

Programação Orçamentária: 31.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS; 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza e 0101 – Fonte

Contratado: BRUNO PINTO FREITAS

Endereço: Rua Boaventura da Silva, Umarizal, nº 1.167 - Belém/Pará

Ordenador: ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Protocolo: 511696**CONTRATO Nº 167/2019-SEGUP
EXERCÍCIO: 2019**

Processo nº 2019/232128

Objeto: contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor da disciplina Correção de TCC, no Curso de Especialização em Investigação Policial Moderna, que terá com carga horária de 30 horas/aula.

Valor Global: R\$2.400,00

Data da Assinatura: 20/12/2019

Vigência: 23/12/2019 à 30/06/2020

Programação Orçamentária: 31.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS; 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza e 0101 – Fonte

Contratado: FERNANDO ALBERTO BILÓIA DA SILVA

Endereço: Travessa Padre Eutiquio, nº 2564, apt. 2002 - Belém/Pará

Ordenador: ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Protocolo: 511643**CONTRATO Nº 172/2019-SEGUP
EXERCÍCIO: 2019**

Processo nº 2019/232128

Objeto: contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor da disciplina Correção de TCC, no Curso de Especialização em Investigação Policial Moderna, que terá com carga horária de 30 horas/aula.

Valor Global: R\$2.400,00

Data da Assinatura: 20/12/2019

Vigência: 23/12/2019 à 30/06/2020

Programação Orçamentária: 31.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS; 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza e 0101 – Fonte

Contratado: ZENEIDE SANCHES PUREZA

Endereço: Avenida Senador Lemos nº 2290, apt. nº 202, Bairro Telegrafo, Belém/Pará

Ordenador: ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Protocolo: 511661**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO****TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 155/2019 – SEGUP**

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. ALAN

AILTON DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 12.863, CPF nº 489.879.132-87, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, fundamentada no artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93 e na Recomendação n.º 01/2017 GGCS/MPC/PA, para contratação direta do SR. ALBERNANDO MONTEIRO DA SILVA, Professor, MESTRE, inscrito no CPF sob o nº 562.372.432-91, RG nº 21110, PIS/Pasep nº 1.705.361.853-4, residente e domiciliado à Rua Fernando Guilhon, 2508, Cremação, Belém/Pará, cujo objeto, doravante denominado CONTRATO, Constitui objeto do presente instrumento a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor – orientador de TCC (ARTIGO CIENTÍFICO) do Curso Superior de Polícia e Bombeiro Militar – CSPBM/2019- Especialização em Gestão Estratégica em Defesa Social, que terá carga horária de 30 horas-aula, com valor global R\$ 2.400,00 (dois mil, e setecentos reais), conforme Resolução 148/2015-CONSUSP, Resolução 149/2015, Resolução 214/2017-CONSUSP e Resolução 311/2019-CONSUSP, Programação Orçamentária: 21.101.06.128.1425.8278; 26.101.06.128.1425.8278; 31.101.06.128.1425.8278; 40.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza, e 0101 – Fonte.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 511770**TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 160/2019 – SEGUP**

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 12.863, CPF nº 489.879.132-87, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, fundamentada no artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93 e na Recomendação n.º 01/2017 GGCS/MPC/PA, para contratação direta a Senhora EMMANUELLE PANTOJA SILVA, Professor, MESTRE, inscrito no CPF sob o nº 949.728.932-49, RG nº 2979757, PIS/Pasep nº 1.371.626.042-7, residente e domiciliado à Tv. 9 de janeiro, 34, Umarizal, Belém/Pará, cujo objeto, doravante denominado CONTRATO, objeto do presente instrumento a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor – orientador de TCC (ARTIGO CIENTÍFICO) do Curso Superior de Polícia e Bombeiro Militar – CSPBM/2019- Especialização em Gestão Estratégica em Defesa Social, que terá carga horária de 30 horas-aula, com valor global R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), conforme Resolução 148/2015-CONSUSP, Resolução 149/2015, Resolução 214/2017-CONSUSP e Resolução 311/2019-CONSUSP, Programação Orçamentária: 21.101.06.128.1425.8278; 26.101.06.128.1425.8278; 31.101.06.128.1425.8278; 40.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza, e 0101 – Fonte.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 511785**TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 171/2019 – SEGUP**

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 12863, CPF nº 489.879.132-87, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fulcro no artigo 25, caput, da Lei 8.666/93 e na Recomendação nº 01/2017 GGCS/MPC/PA, para contratação direta da Senhora HELENA LUCIA DAMASCENO FERREIRA, Professora, DOUTORA, inscrito no CPF sob o nº 128.275.412-20, RG nº 1359, PIS/Pasep nº 1.089.672.815-0, residente e domiciliado à Trav 14 de março, nº 2263, Nazaré, cujo objeto é a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professora da disciplina ORIENTAÇÃO DE TCC, na modalidade presencial, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAOPM/2019 – Especialização em Segurança Pública, que terá com carga horária de 30 horas/aula, com valor global de R\$2.700,00 (dois mil e setecentos e reais), conforme Resolução 148/2015-CONSUSP, Resolução 149/2015, Resolução 214/2017-CONSUSP e Resolução 311/2019-CONSUSP, Programação Orçamentária: 26.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza, e 0101 – Fonte.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 511842

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 164/2019 – SEGUP

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 12.863, CPF nº 489.879.132-87, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, fundamentada no artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93 e na Recomendação n.º 01/2017 GGCS/MPC/PA, para contratação direta da Senhora. TALITHA BUENANO FRANCA GUERREIRO, Professora, MESTRE, inscrito no CPF sob o nº 835.965.422-00, RG nº 4607435, PIS/Pasep nº 1.352.161.742-3, residente e domiciliado à Tv. 3 de maio, 1200, apto 502, São Brás, Belém/Pará, cujo objeto, doravante denominado CONTRATADO, Constitui objeto do presente instrumento a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor – orientador de TCC (ARTIGO CIENTÍFICO) do Curso Superior de Polícia e Bombeiro Militar – CSPBM/2019-Especialização em Gestão Estratégica em Defesa Social, que terá carga horária de 30 horas-aula, com valor global R\$ 2.400,00 (dois mil, e setecentos reais), conforme Resolução 148/2015-CONSUP, Resolução 149/2015, Resolução 214/2017-CONSUP e Resolução 311/2019-CONSUP, Programação Orçamentária: 21.101.06.128.1425.8278; 26.101.06.128.1425.8278; 31.101.06.128.1425.8278; 40.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza, e 0101 – Fonte.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 511801

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 173/2019 – SEGUP

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 12863, CPF nº 489.879.132-87, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fulcro no artigo 25, caput, da Lei 8.666/93 e na Recomendação nº 01/2017 GGCS/MPC/PA, para contratação direta do Senhor ALBERNANDO MONTEIRO DA SILVA, Professor, MESTRE, inscrito no CPF sob o nº 562.372.432-91, RG nº 21110, PIS/Pasep nº 1.705.361.853-4, residente e domiciliado à Rua Fernando Guilhon, nº 2508, Cremação, cujo objeto é a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor atuando na CORREÇÃO DE TCC, na modalidade presencial, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAOPM/2019 – Especialização em Segurança Pública, que terá com carga horária de 30 horas/aula, com valor global de R\$2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), conforme Resolução 148/2015-CONSUP, Resolução 149/2015, Resolução 214/2017-CONSUP e Resolução 311/2019-CONSUP, Programação Orçamentária: 26.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza, e 0101 – Fonte.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 511849

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 158/2019 – SEGUP

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 12.863, CPF nº 489.879.132-87, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, fundamentada no artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93 e na Recomendação n.º 01/2017 GGCS/MPC/PA, para contratação direta do Senhor JOÃO MÁRCIO PALHETA DA SILVA, Professor, DOUTOR, inscrito no CPF sob o nº 266.336.042-20, RG nº 2209776, PIS/Pasep nº 1.211.048.559-2, residente e domiciliado à Rua Timbiras 1758, apto 803, Batista Campos, Belém/Pará, cujo objeto, doravante denominado CONTRATADO, objeto do presente instrumento a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor – orientador de TCC (ARTIGO CIENTÍFICO) do Curso Superior de Polícia e Bombeiro Militar – CSPBM/2019 – Especialização em Gestão Estratégica em Defesa Social, que terá carga horária de 30 horas-aula, com valor global R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), conforme Resolução 148/2015-CONSUP, Resolução 149/2015, Resolução 214/2017-CONSUP e Resolução 311/2019-CONSUP, Programação Orçamentária: 21.101.06.128.1425.8278; 26.101.06.128.1425.8278; 31.101.06.128.1425.8278; 40.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza, e 0101 – Fonte.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 511780

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 161/2019 – SEGUP

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 12.863, CPF nº 489.879.132-87, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, fundamentada no artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93 e na Recomendação n.º 01/2017 GGCS/MPC/PA, para contratação direta do SR. ELSON LUIZ BRITO DA SILVA, Professor, MESTRE, inscrito no CPF sob o nº 307.591.882-20, RG nº 18367, PIS/Pasep nº 1.704.738.095-5, residente e domiciliado à Passagem Popular e Rui Barbosa, São Lazaro, nº 55, Bairro Guamá, Belém/Pará, cujo objeto, doravante denominado CONTRATADO, Constitui objeto do presente instrumento a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor – orientador de TCC (ARTIGO CIENTÍFICO) do Curso Superior de Polícia e Bombeiro Militar – CSPBM/2019 – Especialização em Gestão Estratégica em Defesa Social, que terá carga horária de 30 horas-aula, com valor global R\$ 2.400,00 (dois mil, e setecentos reais), conforme Resolução 148/2015-CONSUP, Resolução 149/2015, Resolução 214/2017-CONSUP e Resolução 311/2019-CONSUP, Programação Orçamentária: 21.101.06.128.1425.8278; 26.101.06.128.1425.8278; 31.101.06.128.1425.8278; 40.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza, e 0101 – Fonte.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 511788

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 172/2019 – SEGUP

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 12863, CPF nº 489.879.132-87, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fulcro no artigo 25, caput, da Lei 8.666/93 e na Recomendação nº 01/2017 GGCS/MPC/PA, para contratação direta do Senhor EDIMAR MARCELO COELHO COSTA, Professor, MESTRE, inscrito no CPF sob o nº 581.118.752-15, RG nº 14297, PIS/Pasep nº 1.705.961.191-4, residente e domiciliado à Trav três de maio nº 1946, cujo objeto é a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor atuando na CORREÇÃO DE TCC, do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAOPM/2019 – Especialização em Segurança Pública, que terá com carga horária de 30 horas/aula, com valor global de R\$2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), conforme Resolução 148/2015-CONSUP, Resolução 149/2015, Resolução 214/2017-CONSUP e Resolução 311/2019-CONSUP, Programação Orçamentária: 26.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza, e 0101 – Fonte.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 511844

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 174/2019 – SEGUP

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 12863, CPF nº 489.879.132-87, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fulcro no artigo 25, caput, da Lei 8.666/93 e na Recomendação nº 01/2017 GGCS/MPC/PA, para contratação direta da Senhora ELSON LUIZ BRITO DA SILVA, Professora, MESTRE, inscrito no CPF sob o nº 307.591.882-20, RG nº 18367, PIS/Pasep nº 1.704.738.095-5, residente e domiciliado à Passagem Popular nº 55, Guamá, cujo objeto é a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor atuando na CORREÇÃO DE TCC, na modalidade presencial, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAOPM/2019 – Especialização em Segurança Pública, que terá com carga horária de 30 horas/aula, com valor global de R\$2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), conforme Resolução 148/2015-CONSUP, Resolução 149/2015, Resolução 214/2017-CONSUP e Resolução 311/2019-CONSUP, Programação Orçamentária: 26.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza, e 0101 – Fonte.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 511851

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 181/2019 – SEGUP

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 12863, CPF nº 489.879.132-87, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fulcro no artigo 25, caput, da Lei 8.666/93 e na Recomendação nº 01/2017 GGCS/MPC/PA, para contratação direta da Senhora LIDIANE MARTINS VIEIRA, Professora, ESPECIALISTA, inscrita no CPF sob o nº 599.790.542-04, RG nº 2877440, PIS/Pasep nº 1.252.975.387-5, residente e domiciliado à Rod. BR 316 nº 07 QD A – Conjunto Ananindeua, cujo objeto é a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professora da disciplina CORREÇÃO DE TCC, na modalidade presencial, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAOPM/2019 – Especialização em Segurança Pública, que terá com carga horária de 30 horas/aula, com valor global de R\$2.100,00 (dois mil e cem reais), conforme Resolução 148/2015-CONSUP, Resolução 149/2015, Resolução 214/2017-CONSUP e Resolução 311/2019-CONSUP, Programação Orçamentária: 26.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza, e 0101 – Fonte.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 511877

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 163/2019 – SEGUP

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 12.863, CPF nº 489.879.132-87, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, fundamentada no artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93 e na Recomendação nº 01/2017 GGCS/MPC/PA, para contratação direta do SR. CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS, Professor, DOUTOR, inscrito no CPF sob o nº 582.136.862-68, RG nº 4012901, PIS/Pasep nº 1.271.463.342-2, residente e domiciliado à Av. Engenheiro Fernando Guilhon, 1703, Batista Campos, Belém/Pará, cujo objeto, doravante denominado CONTRATADO, objeto do presente instrumento a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor – orientador de TCC (ARTIGO CIENTÍFICO) do Curso Superior de Polícia e Bombeiro Militar – CSPBM/2019-Especialização em Gestão Estratégica em Defesa Social, que terá carga horária de 30 horas-aula, com valor global R\$ 2.700,00 (dois mil, e setecentos reais), conforme Resolução 148/2015-CONSUP, Resolução 149/2015, Resolução 214/2017-CONSUP e Resolução 311/2019-CONSUP, Programação Orçamentária: 21.101.06.128.1425.8278; 26.101.06.128.1425.8278; 31.101.06.128.1425.8278; 40.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza, e 0101 – Fonte.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 511795

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 166/2019 – SEGUP

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 12863, CPF nº 489.879.132-87, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fulcro no artigo 25, caput, da Lei 8.666/93 e na Recomendação nº 01/2017 GGCS/MPC/PA, para contratação direta do Senhor ITAMAR ROGERIO PEREIRA GAUDÊNCIO, Professor, DOUTOR, inscrito no CPF sob o nº 637.353.932.68, RG nº 28709, PIS/Pasep nº 1.705.114.791-7, residente e domiciliado à Rua Dois de Junho, Residencial Amazônia dois, casa 06, Águas Brancas, cujo objeto é a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor da disciplina CORREÇÃO DE TCC, na modalidade presencial, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAOPM/2019 – Especialização em Segurança Pública, que terá com carga horária de 30 horas/aula, com valor global de R\$2.700,00 (dois mil e setecentos reais), conforme Resolução 148/2015-CONSUP, Resolução 149/2015, Resolução 214/2017-CONSUP e Resolução 311/2019-CONSUP, Programação Orçamentária: 26.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza, e 0101 – Fonte.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 511827

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 168/2019 – SEGUP

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 12863, CPF nº 489.879.132-87, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fulcro no artigo 25, caput, da Lei 8.666/93 e na Recomendação nº 01/2017 GGCS/MPC/PA, para contratação direta da Senhora ROSANA PEREIRA FERNANDES, Professora, DOUTORA, inscrito no CPF sob o nº 136.040.0152-00, RG nº 2395369, PIS/Pasep nº 1.216.799.768.1, residente e domiciliado à Rua Veiga Cabral, 888, AP 203-B, Cidade Velha, cujo objeto é a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professora da disciplina CORREÇÃO DE TCC, na modalidade presencial, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAOPM/2019 – Especialização em Segurança Pública, que terá com carga horária de 30 horas/aula, com valor global de R\$2.700,00 (dois mil e setecentos reais), conforme Resolução 148/2015-CONSUP, Resolução 149/2015, Resolução 214/2017-CONSUP e Resolução 311/2019-CONSUP, Programação Orçamentária: 26.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza, e 0101 – Fonte.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 511834

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 151/2019 – SEGUP

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 12.863, CPF nº 489.879.132-87, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, fundamentada no artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93 e na Recomendação nº 01/2017 GGCS/MPC/PA, para contratação direta da Senhora ROSANA PEREIRA FERNANDES, Professora, DOUTORA, inscrito no CPF sob o nº 136.040.152-00, RG nº 2395369, PIS/Pasep nº 1.216.799.768-1, residente e domiciliado à Rua Veiga Cabral, nº 888, apt. 203-b, Bairro Cidade Velha, Belém/Pará, cujo objeto, doravante denominado CONTRATADO, objeto do presente instrumento a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor – orientador de TCC (ARTIGO CIENTÍFICO) do Curso Superior de Polícia e Bombeiro Militar – CSPBM/2019-Especialização em Gestão Estratégica em Defesa Social, que terá carga horária de 30 horas-aula, com valor global R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), conforme Resolução 148/2015-CONSUP, Resolução 149/2015, Resolução 214/2017-CONSUP e Resolução 311/2019-CONSUP, Programação Orçamentária: 21.101.06.128.1425.8278; 26.101.06.128.1425.8278; 31.101.06.128.1425.8278; 40.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza, e 0101 – Fonte.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 511754

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 153/2019 – SEGUP

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 12.863, CPF nº 489.879.132-87, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, fundamentada no artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93 e na Recomendação nº 01/2017 GGCS/MPC/PA, para contratação direta do Senhor HELTON CHARLES ARAÚJO MORAIS, Professor, ESPECIALISTA, inscrito no CPF sob o nº 588.662.052-49, RG nº 2328191, PIS/Pasep nº 1.705.691.790-7, residente e domiciliado à Av. Arteal A5, Cond. Mirante do Lago Torre 6, apto 202, Bairro Coqueiro – Ananindeua, Belém/Pará, cujo objeto, doravante denominado CONTRATADO, objeto do presente instrumento a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor – orientador de TCC (ARTIGO CIENTÍFICO) do Curso Superior de Polícia e Bombeiro Militar – CSPBM/2019-Especialização em Gestão Estratégica em Defesa Social, que terá carga horária de 30 horas-aula, com valor global R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), conforme Resolução 148/2015-CONSUP, Resolução 149/2015, Resolução 214/2017-CONSUP e Resolução 311/2019-CONSUP, Programação Orçamentária: 21.101.06.128.1425.8278; 26.101.06.128.1425.8278; 31.101.06.128.1425.8278; 40.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza, e 0101 – Fonte.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 511761

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 179/2019 – SEGUP

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 12863, CPF nº 489.879.132-87, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fulcro no artigo 25, caput, da Lei 8.666/93 e na Recomendação nº 01/2017 GGCS/MPC/PA, para contratação direta do Senhor, ARMANDO JOFRE SOUZA LIMA Professor, ESPECIALISTA, inscrito no CPF sob o nº 712.064.692-34, RG nº 33483, PIS/Pasep nº 1.902.364.298-0, residente e domiciliado à Av. Duque de Caxias, 110, Pedreira, cujo objeto é a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor da disciplina CORREÇÃO DE TCC, na modalidade presencial, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAOPM/2019 – Especialização em Segurança Pública, que terá com carga horária de 30 horas/aula, com valor global de R\$2.100,00 (dois mil e cem reais), conforme Resolução 148/2015-CONSUP, Resolução 149/2015, Resolução 214/2017-CONSUP e Resolução 311/2019-CONSUP, Programação Orçamentária: 26.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza, e 0101 – Fonte.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 511867

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 176/2019 – SEGUP

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 12863, CPF nº 489.879.132-87, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fulcro no artigo 25, caput, da Lei 8.666/93 e na Recomendação nº 01/2017 GGCS/MPC/PA, para contratação direta do Senhor, OSVALDO GALDINO DOS SANTOS JÚNIOR, Professor, MESTRE, inscrito no CPF sob o nº 897.465.623-04, RG nº 2814191, PIS/Pasep nº 1.901.672.184-6, residente e domiciliado à Rua Claudio Sanders, nº 727 Centro, Ananindeua, cujo objeto é a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor da disciplina CORREÇÃO DE TCC, na modalidade presencial, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAOPM/2019 – Especialização em Segurança Pública, que terá com carga horária de 30 horas/aula, com valor global de R\$2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), conforme Resolução 148/2015-CONSUP, Resolução 149/2015, Resolução 214/2017-CONSUP e Resolução 311/2019-CONSUP, Programação Orçamentária: 26.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza, e 0101 – Fonte.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 511859

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 165/2019 – SEGUP

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 12.863, CPF nº 489.879.132-87, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, fundamentada no artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93 e na Recomendação nº 01/2017 GGCS/MPC/PA, para contratação direta do SR. ALESSANDRO SOBRAL FARIAS, Professor, MESTRE, inscrito no CPF sob o nº 468.187.582-15, RG nº 2300597, PIS/Pasep nº 1.259.508.242-8, residente e domiciliado à Tv. Enéas Pinheiro, nº 1155, Pedreira, Belém/Pará, cujo objeto, doravante denominado CONTRATADO, objeto do presente instrumento a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor – orientador de TCC (ARTIGO CIENTÍFICO) do Curso Superior de Polícia e Bombeiro Militar – CSPBM/2019 – Especialização em Gestão Estratégica em Defesa Social, que terá carga horária de 30 horas-aula, com valor global R\$ 2.400,00 (dois mil, e quatrocentos reais), conforme Resolução 148/2015-CONSUP, Resolução 149/2015, Resolução 214/2017-CONSUP e Resolução 311/2019-CONSUP, Programação Orçamentária: 21.101.06.128.1425.8278; 26.101.06.128.1425.8278; 31.101.06.128.1425.8278; 40.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza, e 0101 – Fonte.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 511806

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 152/2019 – SEGUP

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 12.863, CPF nº 489.879.132-87, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, fundamentada no artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93 e na Recomendação nº 01/2017 GGCS/MPC/PA, para contratação direta do Senhor FERNANDO ALBERTO BILÓIA DA SILVA, Professor, MESTRE, inscrito no CPF sob o nº 581.214.472-91, RG nº 13804, PIS/Pasep nº 1.705.360.345-6, residente e domiciliado à Av. Conselheiro Furtado, 1508, apto 1481, Ed. Ilha de Bali, Batista Campos, Belém/Pará, cujo objeto, doravante denominado CONTRATADO, objeto do presente instrumento a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor – orientador de TCC (ARTIGO CIENTÍFICO) do Curso Superior de Polícia e Bombeiro Militar – CSPBM/2019 – Especialização em Gestão Estratégica em Defesa Social, que terá carga horária de 30 horas-aula, com valor global R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), conforme Resolução 148/2015-CONSUP, Resolução 149/2015, Resolução 214/2017-CONSUP e Resolução 311/2019-CONSUP, Programação Orçamentária: 21.101.06.128.1425.8278; 26.101.06.128.1425.8278; 31.101.06.128.1425.8278; 40.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza, e 0101 – Fonte.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 511757

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 169/2019 – SEGUP

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 12863, CPF nº 489.879.132-87, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fulcro no artigo 25, caput, da Lei 8.666/93 e na Recomendação nº 01/2017 GGCS/MPC/PA, para contratação direta do Senhor FERNANDO ALBERTO BILÓIA DA SILVA Professor, MESTRE, inscrito no CPF sob o nº 581.214.472-91 RG nº 13804, PIS/Pasep nº 1.705.360.345-6, residente e domiciliado à Av. Conselheiro Furtado, 1508, apto 1484, Ed. Ilha de Bali, Batista Campos, Fcjuj objeto é a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor da disciplina CORREÇÃO DE TCC, na modalidade presencial, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAOPM/2019 – Especialização em Segurança Pública, que terá com carga horária de 30 horas/aula, com valor global de R\$2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), conforme Resolução 148/2015-CONSUP, Resolução 149/2015, Resolução 214/2017-CONSUP e Resolução 311/2019-CONSUP, Programação Orçamentária: 26.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza, e 0101 – Fonte.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 511837

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 177/2019 – SEGUP

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 12863, CPF nº 489.879.132-87, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fulcro no artigo 25, caput, da Lei 8.666/93 e na Recomendação nº 01/2017 GGCS/MPC/PA, para contratação direta da o o Senhor JOÃO MÁRCIO PALHETA DA SILVA, DOUTOR, inscrito no CPF sob o nº 266.336.042-20, RG nº 2209776, PIS/Pasep nº 1.211.048.559-2, residente e domiciliado na Rua Timbiras, nº1758, apto. 803, Bairro Batista Campos, Belém do Pará, cujo objeto é a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor atuando na CORREÇÃO DE TCC, na modalidade presencial, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAOPM/2019 – Especialização em Segurança Pública, que terá com carga horária de 30 horas/aula, com valor global de R\$2.700,00 (dois mil e setecentos reais), conforme Resolução 148/2015-CONSUP, Resolução 149/2015, Resolução 214/2017-CONSUP e Resolução 311/2019-CONSUP, Programação Orçamentária: 26.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza, e 0101 – Fonte.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 511861

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 180/2019 – SEGUP

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 12863, CPF nº 489.879.132-87, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fulcro no artigo 25, caput, da Lei 8.666/93 e na Recomendação nº 01/2017 GGCS/MPC/PA, para contratação direta da Senhora EMMANUELLE PANTOJA SILVA, Professora, MESTRE, inscrito no CPF sob o nº 949.728.932-49, RG nº 2979757, PIS/Pasep nº 1.371626.042-7, residente e domiciliado à Trav. 9 de Janeiro nº 34, Umarizal, cujo objeto é a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professora da disciplina CORREÇÃO DE TCC, na modalidade presencial, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAOPM/2019 – Especialização em Segurança Pública, que terá com carga horária de 30 horas/aula, com valor global de R\$2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), conforme Resolução 148/2015-CONSUP, Resolução 149/2015, Resolução 214/2017-CONSUP e Resolução 311/2019-CONSUP, Programação Orçamentária: 26.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza, e 0101 – Fonte.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 511870

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 156/2019 – SEGUP

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 12.863, CPF nº 489.879.132-87, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, fundamentada no artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93 e na Recomendação nº 01/2017 GGCS/MPC/PA, para contratação direta da Senhora NATALI GABRIELLI BENASULY DE FREITAS, Professora, ESPECIALISTA, inscrita no CPF sob o nº 008.231.992-82, RG nº 5870634, PIS/Pasep nº 1.359.738.142-0, residente e domiciliado à Rua Claudio Sanders, nº 727, Bairro Centro - Ananindeua/Pará, cujo objeto, doravante denominado CONTRATADO, objeto do presente instrumento a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor – orientador de TCC (ARTIGO CIENTÍFICO) do Curso Superior de Polícia e Bombeiro Militar – CSPBM/2019- Especialização em Gestão Estratégica em Defesa Social, que terá carga horária de 30 horas-aula, com valor global R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), conforme Resolução 148/2015-CONSUP, Resolução 149/2015, Resolução 214/2017-CONSUP e Resolução 311/2019-CONSUP, Programação Orçamentária: 21.101.06.128.1425.8278; 26.101.06.128.1425.8278; 31.101.06.128.1425.8278; 40.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza, e 0101 – Fonte.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 511772

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 159/2019 – SEGUP

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 12.863, CPF nº 489.879.132-87, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, fundamentada no artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93 e na Recomendação nº 01/2017 GGCS/MPC/PA, para contratação direta da Senhora SÔNIA DA COSTA PASSOS, Professora, DOUTORA, inscrito no CPF sob o nº 562.870.702-34, RG nº 2454445, PIS/Pasep nº 1.262.067.242-4, residente e domiciliado à Pedro Miranda, Passagem Coelhozinho 127/129, Bairro Pedreira, Belém/Pará, cujo objeto, doravante denominado CONTRATADO, objeto do presente instrumento a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor – orientador de TCC (ARTIGO CIENTÍFICO) do Curso Superior de Polícia e Bombeiro Militar – CSPBM/2019- Especialização em Gestão Estratégica em Defesa Social, que terá carga horária de 30 horas-aula, com valor global R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), conforme Resolução 148/2015-CONSUP, Resolução 149/2015, Resolução 214/2017-CONSUP e Resolução 311/2019-CONSUP, Programação Orçamentária: 21.101.06.128.1425.8278; 26.101.06.128.1425.8278; 31.101.06.128.1425.8278; 40.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza, e 0101 – Fonte.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 511783

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 162/2019 – SEGUP

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 12.863, CPF nº 489.879.132-87, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, fundamentada no artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93 e na Recomendação nº 01/2017 GGCS/MPC/PA, para contratação direta da Senhora ZENÉIDE SANCHES PUREZA, Professora, DOUTORA, inscrito no CPF sob o nº 395.075.562-49, RG nº 1989789, PIS/Pasep nº 1.704.737.561-7, residente e domiciliado à Av. Senador Lemos nº 2290, apto 202, Bairro Telégrafo, Belém/Pará, cujo objeto, doravante denominado CONTRATADO, objeto do presente instrumento a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor – orientador de TCC (ARTIGO CIENTÍFICO) do Curso Superior de Polícia e Bombeiro Militar – CSPBM/2019- Especialização em Gestão Estratégica em Defesa Social, que terá carga horária de 30 horas-aula, com valor global R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), conforme Resolução 148/2015-CONSUP, Resolução 149/2015, Resolução 214/2017-CONSUP e Resolução 311/2019-CONSUP, Programação Orçamentária: 21.101.06.128.1425.8278; 26.101.06.128.1425.8278; 31.101.06.128.1425.8278; 40.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza, e 0101 – Fonte.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 511790

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 167/2019 – SEGUP

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 12863, CPF nº 489.879.132-87, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fulcro no artigo 25, caput, da Lei 8.666/93 e na Recomendação nº 01/2017 GGCS/MPC/PA, para contratação direta do Senhor JOÃO FRANCISCO GARCIA REIS Professor, DOUTOR, inscrito no CPF sob o nº 094.055.502.68, RG nº 12682, PIS/Pasep nº 1.700.644.516-5, residente e domiciliado à Trav. Dr éneas pinheiro 2328, apto 902, Marco, cujo objeto é a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor da disciplina CORREÇÃO DE TCC, na modalidade presencial, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAOPM/2019 – Especialização em Segurança Pública, que terá com carga horária de 30 horas/aula, com valor global de R\$2.700,00 (dois mil e setecentos reais), conforme Resolução 148/2015-CONSUP, Resolução 149/2015, Resolução 214/2017-CONSUP e Resolução 311/2019-CONSUP, Programação Orçamentária: 26.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza, e 0101 – Fonte.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 511831

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 178/2019 – SEGUP

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 12863, CPF nº 489.879.132-87, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fulcro no artigo 25, caput, da Lei 8.666/93 e na Recomendação nº 01/2017 GGCS/MPC/PA, para contratação direta da Senhora SÔNIA DA COSTA PASSOS, Professora, Doutora, inscrita no CPF sob o nº 562.870.702-34, RG nº 2454445, PIS/Pasep nº 1.262.067.242-4, residente e domiciliado na Av. Pedro Miranda, pass. Coelhozinho, nº 127/129 Centro, Belém, Pará, cujo objeto é a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professora da disciplina CORREÇÃO DE TCC, na modalidade presencial, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAOPM/2019 – Especialização em Segurança Pública, que terá com carga horária de 30 horas/aula, com valor global de R\$2.700,00 (dois mil e setecentos reais), conforme Resolução 148/2015-CONSUP, Resolução 149/2015, Resolução 214/2017-CONSUP e Resolução 311/2019-CONSUP, Programação Orçamentária: 26.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza, e 0101 – Fonte.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 511864

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 175/2019 – SEGUP

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 12863, CPF nº 489.879.132-87, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fulcro no artigo 25, caput, da Lei 8.666/93 e na Recomendação nº 01/2017 GGCS/MPC/PA, para contratação direta da Senhora NATALI GABRIELI BENASSULY DE FREITAS, Professora, Especialista, inscrito no CPF sob o nº 008.231.992-82, RG nº 5870634, PIS/Pasep nº 1.359.738.142-0, residente e domiciliado à Rua Claudio Sanders, nº 727, Centro cujo objeto é a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professora da disciplina CORREÇÃO DE TCC, na modalidade presencial, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAOPM/2019 – Especialização em Segurança Pública, que terá com carga horária de 30 horas/aula, com valor global de R\$2.100,00 (dois mil e cem reais), conforme Resolução 148/2015-CONSUP, Resolução 149/2015, Resolução 214/2017-CONSUP e Resolução 311/2019-CONSUP, Programação Orçamentária: 26.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza, e 0101 – Fonte.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 511855

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 150/2019 – SEGUP

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 12.863, CPF nº 489.879.132-87, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, fundamentada no artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93 e na Recomendação nº 01/2017 GGCS/MPC/PA, para contratação direta do Senhor JOÃO FRANCISCO GARCIA REIS, Professor, DOUTOR, inscrito no CPF sob o nº 094.055.502-68, RG nº 12682, PIS/Pasep nº 1.700.644.516-5, residente e domiciliado à Trav. Dr. Enéas Pinheiro 2328, apto 902 Norte, Marco, Belém/Pará, cujo objeto, doravante denominado CONTRATADO, objeto do presente instrumento a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor – orientador de TCC (ARTIGO CIENTÍFICO) do Curso Superior de Polícia e Bombeiro Militar – CSPBM/2019- Especialização em Gestão Estratégica em Defesa Social, que terá carga horária de 30 horas-aula, com valor global R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), conforme Resolução 148/2015-CONSUP, Resolução 149/2015, Resolução 214/2017-CONSUP e Resolução 311/2019-CONSUP, Programação Orçamentária: 21.101.06.128.1425.8278; 26.101.06.128.1425.8278; 31.101.06.128.1425.8278; 40.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza, e 0101 – Fonte.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 511751

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 154/2019 – SEGUP

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 12.863, CPF nº 489.879.132-87, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, fundamentada no artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93 e na Recomendação nº 01/2017 GGCS/MPC/PA, para contratação direta da Senhora HELENA LÚCIA DAMASCENO FERREIRA, Professora, DOUTORA, inscrito no CPF sob o nº 128275412-20, RG nº 1359, PIS/Pasep nº 1.089.672.815-0, residente e domiciliado à Travessa 14 de março, 2263, Nazaré, Belém/Pará, cujo objeto, doravante denominado CONTRATADO, objeto do presente instrumento a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor – orientador de TCC (ARTIGO CIENTÍFICO) do Curso Superior de Polícia e Bombeiro Militar – CSPBM/2019- Especialização em Gestão Estratégica em Defesa Social, que terá carga horária de 30 horas-aula, com valor global R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), conforme Resolução 148/2015-CONSUP, Resolução 149/2015, Resolução 214/2017-CONSUP e Resolução 311/2019-CONSUP, Programação Orçamentária: 21.101.06.128.1425.8278; 26.101.06.128.1425.8278; 31.101.06.128.1425.8278; 40.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza, e 0101 – Fonte.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 511768

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 157/2019 – SEGUP

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 12.863, CPF nº 489.879.132-87, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, fundamentada no artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93 e na Recomendação nº 01/2017 GGCS/MPC/PA, para contratação direta do SR. OSVALDO GALDINO DOS SANTOS JUNIOR, Professor, MESTRE, inscrito no CPF sob o nº 897.465.623-04, RG nº 2814191, PIS/Pasep nº 1.901.672.184-6, residente e domiciliado à Rua Claudio Sanders, 727, Centro, Ananindeua, Belém/Pará, cujo objeto, doravante denominado CONTRATADO, Constitui objeto do presente instrumento a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professor – orientador de TCC (ARTIGO CIENTÍFICO) do Curso Superior de Polícia e Bombeiro Militar – CSPBM/2019- Especialização em Gestão Estratégica em Defesa Social, que terá carga horária de 30 horas-aula, com valor global R\$ 2.400,00 (dois mil, e setecentos reais), conforme Resolução 148/2015-CONSUP, Resolução 149/2015, Resolução 214/2017-CONSUP e Resolução 311/2019-CONSUP, Programação Orçamentária: 21.101.06.128.1425.8278; 26.101.06.128.1425.8278; 31.101.06.128.1425.8278; 40.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza, e 0101 – Fonte.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 511775

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 170/2019 – SEGUP

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 12863, CPF nº 489.879.132-87, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fulcro no artigo 25, caput, da Lei 8.666/93 e na Recomendação nº 01/2017 GGCS/MPC/PA, para contratação direta da Senhora ELCIMAR MARIA DE OLIVEIRA LIMA, Professora, MESTRE, inscrito no CPF sob o nº 231.684.042-68, RG nº 18530, PIS/Pasep nº 1.702.451.457-2, residente e domiciliado à Passagem Popular nº 55, Guamá, cujo objeto é a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Professora da disciplina CORREÇÃO DE TCC, na modalidade presencial, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAOPM/2019 – Especialização em Segurança Pública, que terá com carga horária de 30 horas-aula, com valor global de R\$2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), conforme Resolução 148/2015-CONSUP, Resolução 149/2015, Resolução 214/2017-CONSUP e Resolução 311/2019-CONSUP, Programação Orçamentária: 26.101.06.128.1425.8278 – Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, 33.90.36 e 33.90.47 – Natureza, e 0101 – Fonte.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 511840

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**TERMO DE RATIFICAÇÃO AO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 152/2019-SEGUP**

Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, observadas as alterações legais posteriores, o TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 152/2019-SEGUP, fundamentado no artigo 25, caput do referido diploma legal.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

UALAME FIALHO MACHADO

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Protocolo: 511759

TERMO DE RATIFICAÇÃO AO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 159/2019-SEGUP

Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, observadas as alterações legais posteriores, o TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 159/2019-SEGUP, fundamentado no artigo 25, caput do referido diploma legal.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

UALAME FIALHO MACHADO

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Protocolo: 511784

TERMO DE RATIFICAÇÃO AO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 169/2019 - SEGUP

Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, observadas as alterações legais posteriores, o TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 169/2019 – SEGUP, fundamentado no artigo 25, caput do referido diploma legal.

Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

UALAME FIALHO MACHADO

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Protocolo: 511839

**TERMO DE RATIFICAÇÃO AO TERMO
DE INEXIGIBILIDADE Nº 170/2019-SEGUP**

Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, observadas as alterações legais posteriores, o TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 170/2019-SEGUP, fundamentado no artigo 25, caput do referido diploma legal.
Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

UALAME FIALHO MACHADO

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Protocolo: 511841

**TERMO DE RATIFICAÇÃO AO TERMO
DE INEXIGIBILIDADE Nº 162/2019-SEGUP**

Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, observadas as alterações legais posteriores, o TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 162/2019-SEGUP, fundamentado no artigo 25, caput do referido diploma legal.
Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

UALAME FIALHO MACHADO

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Protocolo: 511793

**TERMO DE RATIFICAÇÃO AO TERMO
DE INEXIGIBILIDADE Nº 154/2019-SEGUP**

Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, observadas as alterações legais posteriores, o TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 154/2019-SEGUP, fundamentado no artigo 25, caput do referido diploma legal.
Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

UALAME FIALHO MACHADO

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Protocolo: 511769

**TERMO DE RATIFICAÇÃO AO TERMO
DE INEXIGIBILIDADE Nº 173/2019 - SEGUP**

Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, observadas as alterações legais posteriores, o TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 173/2019-SEGUP, fundamentado no artigo 25, caput do referido diploma legal.
Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

UALAME FIALHO MACHADO

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Protocolo: 511850

**TERMO DE RATIFICAÇÃO AO TERMO
DE INEXIGIBILIDADE Nº 175/2019 - SEGUP**

Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, observadas as alterações legais posteriores, o TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 175/2019 - SEGUP, fundamentado no artigo 25, caput do referido diploma legal.
Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

UALAME FIALHO MACHADO

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Protocolo: 511857

**TERMO DE RATIFICAÇÃO AO TERMO
DE INEXIGIBILIDADE Nº 178 /2019-SEGUP**

Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, observadas as alterações legais posteriores, o TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 178/2019-SEGUP, fundamentado no artigo 25, caput do referido diploma legal.
Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

UALAME FIALHO MACHADO

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Protocolo: 511866

**TERMO DE RATIFICAÇÃO AO TERMO
DE INEXIGIBILIDADE Nº 150/2019-SEGUP**

Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, observadas as alterações legais posteriores, o TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 150/2019-SEGUP, fundamentado no artigo 25, caput do referido diploma legal.
Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

UALAME FIALHO MACHADO

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Protocolo: 511753

**TERMO DE RATIFICAÇÃO AO TERMO
DE INEXIGIBILIDADE Nº 157/2019-SEGUP**

Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, observadas as alterações legais posteriores, o TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 157/2019-SEGUP, fundamentado no artigo 25, caput do referido diploma legal.
Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

UALAME FIALHO MACHADO

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Protocolo: 511778

**TERMO DE RATIFICAÇÃO AO TERMO
DE INEXIGIBILIDADE Nº 165/2019-SEGUP**

Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, observadas as alterações legais posteriores, o TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 165/2019-SEGUP, fundamentado no artigo 25, caput do referido diploma legal.
Belém/PA, 23 de dezembro de 2019.

UALAME FIALHO MACHADO

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Protocolo: 511810

POLICIA MILITAR DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 4435/2019 -

DP 2 O CHEFE DO ESTADO MAIOR GERAL DA POLÍCIA DO PARÁ, respondendo pelo Comando Geral da Polícia Militar Do Pará, no exercício da atribuição prevista no artigo 8º, inciso VIII, da Lei Complementar Estadual nº 053/2006; Considerando os termos do Memorando nº44/2019-CONJUR; Considerando que nos termos do Ofício nº 435/2018-PGAC-PGE, a Exma. Srª. ANA CAROLINA LOBO GLUCK PAUL PERACCHI, Procuradora Geral Adjunta do Contencioso do Estado do Pará, encaminha e recomenda provimento aos embargos da decisão proferida nos autos do Processo Judicial nº 0044713-51.2009.8.14.0301 ajuizado por MARCUS ANDRADE MONTEIRO FIGUEIREDO, no sentido de tornar sem efeito o disposto no ofício nº 2377/19 - PGE - GAB. PCTA e, em eventual hipótese de exclusão do militar. RESOLVE: Art. 1º ANULAR a Portaria nº 2794/2019-DP2, publicada no Diário Oficial do Estado Nº 33.950, de 12/08/2019 e transcrito no Boletim Geral nº 149/2019-PMPA, que Licenciou da Polícia Militar do Pará por Determinação Judicial, o CB PM RG 36859 MARCUS ANDRÉ MONTEIRO FIGUEIREDO. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a contar de 12 de agosto de 2018 e revoga as disposições em contrário. Registre-se, publique-se e cumpra-se. Quartel em Icoaraci/PA, 27 de dezembro de 2019. MARCELO RONALD BOTELHO DE SOUZA - CEL QOPM RG 18084 CHEFE DO ESTADO MAIOR GERAL DA PMPA Respondendo pelo Comando Geral da PMPA

Protocolo: 511679

ERRATA

ERRATA DA PORTARIA Nº 1463/17/DC/DF,
CONTIDA NO DOE Nº 33.359 DO DIA 24/04/2019

ONDE LÊ-SE: 1463/17

LEIA-SE: 1763/17.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

ERRATA DA PORTARIA Nº 7765/17/DI/DF,

CONTIDA NO DOE Nº 33.510 DO DIA 04/12/2017;

ONDE LÊ-SE: CB PM GLAUCIO ARAUJO COSTA CPF: 814.474.103-00

LEIA-SE: CPF: 914.474.103-00

ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA

ERRATA DA PORTARIA Nº 011/18/DC/DF,

CONTIDA NO DOE Nº 33.775 DO DIA 08/01/2019;

ONDE LÊ-SE: CAP PM NELSON JOSÉ VIDAL PINTO; CPF: 323.720.078-91

LEIA-SE: CAP PM NELSON JOSÉ VIDAL PINTO; CPF: 323.720.782-91

ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA

ERRATA DA PORTARIA Nº 012/18/DC/DF,

CONTIDA NO DOE Nº 33.775 DO DIA 08/01/2019

ONDE LÊ-SE: CAP PM NELSON JOSÉ VIDAL PINTO; CPF: 323.720.078-91

LEIA-SE: CAP PM NELSON JOSÉ VIDAL PINTO; CPF: 323.720.782-91.

ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA

ERRATA DA PORTARIA Nº 182/19/DC/DF,

CONTIDA NO DOE Nº 33.818 DO DIA 07/03/2019;

ONDE LÊ-SE: CLAUDEMIR DE SOUZA CAVALCANTE; CPF: 691.973.372-72

LEIA-SE: CLAUDEMIR DE SOUZA CAVALCANTE; CPF: 691.972.372-72.

ORDENADOR: JOSÉ EDUARDO DE OLIVEIRA PIMENTEL

ERRATA DA PORTARIA Nº 599/19/DI/DF,

CONTIDA NO DOE Nº 33.937 DO DIA 31/07/2019

ONDE LÊ-SE: SERVIDOR: SD PM MARSÍ SOUZA CAMPELO DA COSTA

LEIA-SE: SERVIDOR: SD PM LUCAS MARSÍ SOUZA CAMPELO DA COSTA.

ORDENADOR: JOSÉ EDUARDO DE OLIVEIRA PIMENTEL

ERRATA DA PORTARIA Nº 1781/19/DI/DF,

CONTIDA NO DOE Nº 33.971 DO DIA 04/09/2019

ONDE LÊ-SE: SGT PM RAIMUNDA RITA SILVA FERREIRA

LEIA-SE: SGT PM RAIMUNDA RITA SILVA FERREIRA

ORDENADOR: JOSÉ EDUARDO DE OLIVEIRA PIMENTEL

ERRATA DA PORTARIA Nº 2313/19/DI/DF,

CONTIDA NO DOE Nº 34.024 DO DIA 31/10/2019

ONDE LÊ-SE: TEN CEL PM ROOSEVELT WANSLER FAYAL

LEIA-SE: TEN CEL PM FRANKLIN ROOSEVELT WANZELER FAYAL

ORDENADOR: JOSÉ EDUARDO DE OLIVEIRA PIMENTEL

Protocolo: 512011

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2019/CPL/PMPA,
Objeto: alienação de 04 (quatro) terrenos de propriedade do Fundo de Assistência Social da PMPA - FAS PM, com destinação exclusiva de implementação de empreendimentos habitacionais, com vistas a atender policiais militares integrantes do quadro de associados do FAS PM, nas condições, quantidades e especificações definidas no Edital e seus anexos. Data de abertura: 04 de fevereiro de 2020. Horário: 09h00min (nove horas). Local: Auditório do Quartel do Comando-Geral da PMPA, localizado no endereço

Rod. Augusto Montenegro 8401, Parque Guajará, Belém – PA, CEP 66.821-000. Edital: Disponível na Comissão Permanente de Licitação da PMPA, a partir do dia 30/12/2019, no horário de 09:00 às 16:00, através de meio digital (PENDRIVE) e no site www.compraspara.pa.gov.br. Outras informações poderão ser obtidas através do email cpl@pm.pa.gov.br ou pelo telefone 91-32589928. Belém-PA, 27 de dezembro de 2019. Nelson Alves de Sena – Major PM-Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Protocolo: 511965

FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO CREDENCIAMENTO Nº 001/2019

A Comissão de Credenciamento, por intermédio de seu Presidente e Membros, designada pela Portaria nº 005/2019, publicado no DOE nº 33812 de 25/02/2019, levam ao conhecimento dos interessados que se encontra autorizada a seguinte prorrogação:

CREDENCIAMENTO Nº 001/2019 – PROCESSO Nº 441763/2019. Objeto: credenciar pessoas com personalidade jurídica. Objetivando a prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, ambulatorial, odontológica de apoio diagnóstico e terapêutico, aos usuários do FUNSAU e seus dependentes, no âmbito da região metropolitana de Belém e nos Municípios do Estado do Pará. Fica o credenciamento PRORROGADO pelo período a contar da data de 31 de dezembro de 2019, encerrando em 29 de janeiro de 2020, a documentação será recebida para análise no horário das 09 às 13h, na Sala da Comissão Especial de Licitação nas sedes do FUNSAU, sito à Rua dos Mundurucus, no 1.742, 3o Andar – Belém (PA), CEP 66025-660, telefone: 3210-2803. O edital de credenciamento está disponível para download no site <http://www.compraspara.pa.gov.br/>.

Belém - PA, 27 de dezembro de 2019.

JOSÉ DJALMA FERREIRA LIMA JÚNIOR - CEL QOPM RG 18065
Diretor do FUNSAU

Protocolo: 511730

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 1079 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019.

O Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Pará e Coordenador Estadual de Defesa Civil, no uso de suas atribuições, conforme prescreve o Decreto Estadual nº 2230, de 05 de novembro de 2018; Considerando a constante necessidade de melhoria do Serviço de Segurança contra Incêndio e Emergências, em especial, nos processos de análise de projetos técnicos e de vistoria nas edificações.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Parecer Técnico Nº 01/2019, conforme anexo único desta portaria.

Art. 2º - O anexo único ficará disponível no endereço eletrônico: www.bombeiros.pa.gov.br.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se

HAYMAN APOLO GOMES DE SOUZA - CEL QOBM

Comandante-Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil

Anexo Único da Portaria nº 1079, de 26 de dezembro de 2019

PARECER TÉCNICO Nº 001/2019, sobre Edificações Comerciais com características de depósito em suas áreas de venda.

MOTIVAÇÃO

Determinação do Diretor de Serviços Técnicos do CBMPA para o pronunciamento a respeito das edificações comerciais do tipo varejista/atacadista com estoque em prateleiras altas na área de venda, os quais poderão ser enquadrados como comércio (C-2) ou depósito (J-4)

REFERÊNCIAS NORMATIVAS

Decreto Estadual Nº 2230, de 05NOV2018;

• Instrução Técnica 3, Parte III – Sistema de Chuveiros Automáticos;

• Instrução Técnica 3, Parte VI – Sistema de Chuveiros Automáticos para Depósitos;

• NBR 10.897 – Proteção contra incêndio por chuveiro automático;

• National Fire Protection Association (NFPA) 13: Standard for the Installation of Sprinkler Systems.

PARECER

Considerando que as edificações destinadas ao comércio varejista/atacadista possuem, no mesmo ambiente, mercadorias destinadas ao comércio e mercadorias armazenadas, utilizando-se em regra da mesma estrutura de prateleiras, sendo que na parte inferior as mercadorias são utilizadas para o comércio e na parte superior para armazenamento;

• Considerando que nas edificações contendo ocupação mista, devem ser adotadas as medidas de segurança contra incêndio e emergências de maior rigor para toda a edificação, conforme prescreve o § 4º, do Art. 4º, do Decreto Estadual Nº 2230, de 05NOV2018;

• Considerando que as edificações com tais características se enquadram em edificações de risco ordinário e que as normas da National Fire Protection Association (NFPA), na classificação de risco ordinário, considera que a altura das mercadorias não pode exceder a 3,70 metros (conceito semelhante ao adotado pela NBR 10.897 – Proteção contra incêndio por chuveiro automático);

A comissão técnica resolve:

As edificações com as características de "comércio varejista/atacadista", que possuam armazenamento superior a 3,70 metros de altura, devem ser enquadradas como risco misto (comércio e depósito), sendo as medidas de segurança contra incêndio determinadas conforme o maior rigor, atendendo ao prescrito no § 4º, do Art. 4º, do Decreto Estadual Nº 2230, de 05NOV2018 (exemplos: para o cálculo de população o maior rigor será o Grupo C2 – comércio; para o cálculo da compartimentação e da carga incêndio o maior rigor será o Grupo J4 – depósito).

MEMBROS DA COMISSÃO TÉCNICA

Raimundo Nonato Moura da Silva Filho – CAP QOBM

Davidson da Rosa Sales – CAP QOBM

Eduardo Oliveira Rio Branco – CAP QOBM

Jocélio Harley Navegantes – 2º TEN QOBM

VALIDAÇÃO

Raimundo Nonato Moura da Silva Filho – CAP QOBM

Respondendo pela Chefia do CAT

HOMOLOGAÇÃO

Jaime Rosa de Oliveira – CEL QOBM

Diretor de Serviços Técnicos do CBMPA

Protocolo: 511904

TORNAR SEM EFEITO

O Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Pará, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que decidiu TORNAR SEM EFEITO a publicação do TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO 08/2019, correspondente à aquisição futura de roupa de aproximação (conjunto de combate a incêndio), registro de preço, veiculado no dia 26 de Dezembro de 2019, no Diário Oficial do Estado Nº 34072, Protocolo: 510959.

Belém – PA, 27 de Dezembro de 2019.

HAYMAN Apolo Gomes de Souza – CEL QOBM

Comandante Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil

Protocolo: 511838

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA CONJUNTA Nº 04/2019-CORE/ACADEPOL Belém-PA, quinta-feira, 26 de dezembro de 2019

A Direção da Academia de Polícia Civil - ACADEPOL, em conjunto com o Coordenador da Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais - CORE ambos integrantes da Polícia Civil do Estado do Pará, no uso de suas atribuições e

CONSIDERANDO: os termos do Edital sobre o I CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS - GPE/PC-PA, para realização do processo seletivo com a finalidade em promover a formação de policiais operadores táticos especiais, publicado em 19 de Setembro de 2019, Diário Oficial do Estado do Pará nº 33986;

CONSIDERANDO: a atribuição em coordenar o I CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS - GPE/PC-PA, prevista na Portaria nº 274/2019-GAB-DG/PC-PA, datada de 13 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: a necessidade em dar publicidade aos nomes dos servidores APTOS no processo seletivo do I CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS - GPE/PC-PA – 1º COTE.

RESOLVE:

Art. 1º - **DIVULGAR O RESULTADO FINAL** do processo seletivo do I CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS - GPE/PC-PA – 1º COTE, com os nomes dos candidatos, em ordem alfabética, considerados APTOS.

Nº	CATEGORIA	NOME
1.	DPC	ADRIANO LOURENÇO IZIDIO
2.	3ºSG PM	BRUNO DACIEL CUNHA DA SILVA
3.	IPC	BRUNO DE CARVALHO LEITE
4.	APF	CARLOS BERNADINO FERREIRA DE SOUZA
5.	3ºSGTº PM	DOUGLAS ALBARADO DOS SANTOS
6.	IPC	DOUGLAS COELHO DA PAIXÃO
7.	DPC	FÁBIO DE ANDRADE PEREIRA
8.	IPC	FÁBIO NOGUEIRA CAMARGO
9.	EPC	GETÚLIO CORRÊA BULHÕES

10.	CB PM	GILSON BERNARDINO DOS SANTOS SILVA
11.	CB-PM	JOHN JEFFERSON DA CONCEIÇÃO PIEDADE
12.	DPC	LUCIANO CUNHA GUIMARÃES
13.	CB BM	MÁRCIO JORGE NASCIMENTO FREITAS
14.	IPC	MARLYSON MIGUEL COSTA DE MENEZES
15.	IPC	MAURO CRISTIANO PARASSOLLI FILHO
16.	IPC	MIQUEIAS DE FREITAS LEÃO
17.	IPC	RAFAEL CARVALHO GUIMARÃES
18.	DPC	RAPHAEL TAVARES MACEDO DE SALES
19.	IPC	RENAN FRANCISCO RODRIGUES BRAGA
20.	IPC	ROMÁRIO LIMA GONÇALVES
21.	DPC	TEMMEER DA CUNHA KHAYAT
22.	IPC	VINICIUS LUIZ GOMES DE SOUZA
23.	AG. CARC. PC	WAGNER SILVA VIEIRA
24.	CB BM	WELLINGTON EVANGELISTA FERREIRA
25.	IPC	WENDEL ROBERTO MARTEL DOS SANTOS

Art. 2º - DIVULGAR o nome do servidor do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/PA, na condição de candidato convidado, considerado APTO no processo seletivo do I CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS - GPE/PC-PA - 1º COTE.

Nº	CATEGOTIA	NOME
1.	AG. DETRAN	GUSTAVO ALEX SANTOS DE OLIVEIRA

Art. 3º - HOMOLOGAR na presente data o RESULTADO FINAL do processo seletivo do I CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS - GPE/PC-PA - 1º COTE.

Art. 4º - CONVOCAR os candidatos abaixo, na ordem alfabética, para a Aula Inaugural do I CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS - GPE/PC-PA - 1º COTE, que será no dia 02.01.2020, às 8h, no Auditório "Delegada Ione Coelho", da Delegacia Geral da Polícia Civil, situado na Av. Magalhães Barata nº 209, Nazaré, Belém - Pará.

Nº	CATEGOTIA	NOME
1.	DPC	ADRIANO LOURENÇO IZIDIO
2.	3ºSG PM	BRUNO DACIEL CUNHA DA SILVA
3.	IPC	BRUNO DE CARVALHO LEITE
4.	APF	CARLOS BERNADINO FERREIRA DE SOUZA
5.	3ºSGTº PM	DOUGLAS ALBARADO DOS SANTOS
6.	IPC	DOUGLAS COELHO DA PAIXÃO
7.	DPC	FÁBIO DE ANDRADE PEREIRA
8.	IPC	FÁBIO NOGUEIRA CAMARGO
9.	EPC	GETÚLIO CORRÊA BULHÕES
10.	CB PM	GILSON BERNARDINO DOS SANTOS SILVA
11.	AG. DETRAN	GUSTAVO ALEX SANTOS DE OLIVEIRA
12.	CB-PM	JOHN JEFFERSON DA CONCEIÇÃO PIEDADE
13.	DPC	LUCIANO CUNHA GUIMARÃES
14.	CB BM	MÁRCIO JORGE NASCIMENTO FREITAS
15.	IPC	MARLYSON MIGUEL COSTA DE MENEZES
16.	IPC	MAURO CRISTIANO PARASSOLLI FILHO
17.	IPC	MIQUEIAS DE FREITAS LEÃO
18.	IPC	RAFAEL CARVALHO GUIMARÃES
19.	DPC	RAPHAEL TAVARES MACEDO DE SALES
20.	IPC	RENAN FRANCISCO RODRIGUES BRAGA
21.	IPC	ROMÁRIO LIMA GONÇALVES
22.	DPC	TEMMEER DA CUNHA KHAYAT
23.	IPC	VINICIUS LUIZ GOMES DE SOUZA
24.	AG. CARC. PC	WAGNER SILVA VIEIRA
25.	CB BM	WELLINGTON EVANGELISTA FERREIRA
26.	IPC	WENDEL ROBERTO MARTEL DOS SANTOS

Art. 5º - DETERMINAR que, no dia 02.01.2020, na Aula Inaugural, os candidatos deverão se apresentar com o envelope completo.

Art. 6º - ENCAMINHAR a presente Portaria à Chefia de Gabinete do Delegado Geral da Polícia Civil do Pará para publicação no Boletim Interno e no site da Polícia Civil.

Publique-se. Cumpra-se.

TELMA AGOSTINHA ALVES DE AVELAR

Delegada de Polícia Civil

Diretora da ACADEPOL, em exercício.

ELZAMO NICINIO ALMEIDA LOBATO

Investigador de Polícia Civil

Coordenador da CORE

Protocolo: 511884

CONTRATO

Extrato de Contrato Contrato nº 40/2019-PCE/PA.

Inexigibilidade de Licitação nº 006/2019-PCE/PA. Partes: Polícia Civil do Estado do Pará, CNPJ: nº 00.368.105/0001-06 e AFONSO ALVES RODRIGUES. CPF nº 401.885.902-34. Valor: R\$ 2.240,00 (dois mil, duzentos e quarenta reais). Objeto: Contratação da prestação de serviço técnico profissional especializado, para atender ao "CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS COTE 2019", como docente das disciplinas "ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA POLICIAL" e "INVESTIGAÇÃO POLICIAL", totalizando a carga horária de 32 (trinta e duas) horas-aulas; Data da Assinatura: 27/12/2019. Vigência: a contar da sua assinatura até 31/03/2020. Fundamentação Legal: art. 25, Caput da Lei nº 8.666/93; Data da Ratificação: 27/12/2019; Dotação Orçamentária: 40101.06.128.1502.8832.339036.339047.0101-Estadual;

Processo nº 2019/605415. Ordenador Responsável: ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARROS, Delegado Geral da Polícia Civil. Contratado: AFONSO ALVES RODRIGUES. Endereço: Passagem Aliados, nº 24, Bairro Marambaia, CEP: 66.613-160, Belém/PA.

EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO Nº 41/2019-PCE/PA.

Inexigibilidade de Licitação nº 007/2019-PCE/PA. Partes: Polícia Civil do Estado do Pará, CNPJ: nº 00.368.105/0001-06 e ARTHUR CEZAR ANAÍSSI DE MORAES. CPF nº 659.068.452-91. Valor: R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais). Objeto: Contratação da prestação de serviço técnico profissional especializado, para atender ao "CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS COTE 2019", como docente da disciplina "PLANEJAMENTO OPERACIONAL", totalizando a carga horária de 08 (oito) horas-aulas; Data da Assinatura: 27/12/2019. Vigência: a contar da sua assinatura até 31/03/2020. Fundamentação Legal: art. 25, Caput da Lei nº 8.666/93; Data da Ratificação: 27/12/2019; Dotação Orçamentária: 40101.06.128.1502.8832.339036.339047.0101-Estadual; Processo nº 2019/616304. Ordenador Responsável: ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARROS, Delegado Geral da Polícia Civil. Contratado: ARTHUR CEZAR ANAÍSSI DE MORAES. Endereço: Trav. Angustura, nº 2932-704B, Bairro Marco, CEP: 66.093-040, Belém/PA.

EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO Nº 42/2019-PCE/PA.

Inexigibilidade de Licitação nº 008/2019-PCE/PA. Partes: Polícia Civil do Estado do Pará, CNPJ: nº 00.368.105/0001-06 e ERLYC FERREIRA DE AVIZ. CPF nº 703.217.102-82. Valor: R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais). Objeto: Contratação da prestação de serviço técnico profissional especializado, para atender ao "CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS COTE 2019", como docente Especialista das disciplinas "DIREITOS HUMANOS-DH", totalizando a carga horária de 05 (cinco) horas-aulas; Data da Assinatura: 27/12/2019. Vigência: a contar da sua assinatura até 31/03/2020. Fundamentação Legal: art. 25, Caput da Lei nº 8.666/93; Data da Ratificação: 27/12/2019; Dotação Orçamentária: 40101.06.128.1502.8832.339036.339047.0101-Estadual; Processo nº 2019/605829. Ordenador Responsável: ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARROS, Delegado Geral da Polícia Civil. Contratado: ERLYC FERREIRA DE AVIZ. Endereço: PS Amazônia, nº 15, Bairro Montese, CEP: 66.079-750, Belém/PA.

EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO Nº 43/2019-PCE/PA.

Inexigibilidade de Licitação nº 009/2019-PCE/PA. Partes: Polícia Civil do Estado do Pará, CNPJ: nº 00.368.105/0001-06 e RÔMULO ARAÚJO RODRIGUES. CPF nº 003.481.182-60. Valor: R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais). Objeto: Contratação da prestação de serviço técnico profissional especializado, para atender ao "CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS COTE 2019", como docente das disciplinas "ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR-APH", e como Monitor da disciplina "PRÁTICA DE OPERAÇÕES EM ÁREA DE SELVA", totalizando a carga horária de 130 (cento e trinta) horas-aulas; Data da Assinatura: 27/12/2019. Vigência: a contar da sua assinatura até 31/03/2020. Fundamentação Legal: art. 25, Caput da Lei nº 8.666/93; Data da Ratificação: 27/12/2019; Dotação Orçamentária: 40101.06.128.1502.8832.339036.339047.0101-Estadual; Processo nº 2019/605415. Ordenador Responsável: ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARROS, Delegado Geral da Polícia Civil. Contratado: RÔMULO ARAÚJO RODRIGUES. Endereço: Tv. Timbó, nº 1568, Bairro Marco, CEP: 66.093-340, Belém/PA.

EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO Nº 44/2019-PCE/PA.

Inexigibilidade de Licitação nº 010/2019-PCE/PA. Partes: Polícia Civil do Estado do Pará, CNPJ: nº 00.368.105/0001-06 e FERNANDO ANDRÉ REIS DAMASCENO. CPF nº 003.481.182-60. Valor: R\$ 800,00 (oitocentos reais). Objeto: Contratação da prestação de serviço técnico profissional especializado, para atender ao "CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS COTE 2019", como Monitor da disciplina "INSTRUÇÃO TÁTICA INDIVIDUAL", totalizando a carga horária de 16 (dezesseis) horas-aulas; Data da Assinatura: 27/12/2019. Vigência: a contar da sua assinatura até 31/03/2020. Fundamentação Legal: art. 25, Caput da Lei nº 8.666/93; Data da Ratificação: 27/12/2019; Dotação Orçamentária: 40101.06.128.1502.8832.339036.339047.0101-Estadual; Processo nº 2019/605415. Ordenador Responsável: ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARROS, Delegado Geral da Polícia Civil. Contratado: FERNANDO ANDRÉ REIS DAMASCENO. Endereço: Passagem Benjamim, nº 61, Res. Parque Independência, Bairro Cabanagem, CEP: 66.625-223, Belém/PA.

EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO Nº 45/2019-PCE/PA.

Inexigibilidade de Licitação nº 011/2019-PCE/PA. Partes: Polícia Civil do Estado do Pará, CNPJ: nº 00.368.105/0001-06 e THIAGO DE MIRANDA OLIVEIRA. CPF nº 003.481.182-60. Valor: R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Objeto: Contratação da prestação de serviço técnico profissional especializado, para atender ao "CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS COTE 2019", como Monitor da disciplina "DEFESA PESSOAL POLICIAL-DPP", com carga horária de 40 (quarenta) horas-aulas; Data da Assinatura: 27/12/2019. Vigência: a contar da sua assinatura até 31/03/2020. Fundamentação Legal: art. 25, Caput da Lei nº 8.666/93; Data da Ratificação: 27/12/2019; Dotação Orçamentária: 40101.06.128.1502.8832.339036.339047.0101-Estadual; Processo nº 2019/606064. Ordenador Responsável: ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARROS, Delegado Geral da Polícia Civil. Contratado: THIAGO DE MIRANDA OLIVEIRA. Endereço: Tv. do Chaco, nº 229, Ed. Rio Tejo, apto. 1703, Bairro Pedreira, CEP: 66.085-451, Belém/PA.

**EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 46/2019-PCE/PA.**

Inexigibilidade de Licitação nº 012/2019-PCE/PA. Partes: Polícia Civil do Estado do Pará, CNPJ: nº 00.368.105/0001-06 e BENDITO JOSÉ ALENCAR GAMBOA. CPF nº 105.702.332-91. Valor: R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Objeto: Contratação da prestação de serviço técnico profissional especializado, para atender ao "CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS COTE 2019", como Monitor da disciplina "ATIVIDADE FÍSICA", com carga horária de 40(quarenta) horas-aulas; Data da Assinatura: 27/12/2019. Vigência: a contar da sua assinatura até 31/03/2020. Fundamentação Legal: art. 25, Caput da Lei nº 8.666/93; Data da Ratificação: 27/12/2019; Dotação Orçamentária: 40101.06.128.1502.8832.339036.339047.0101-Estadual; Processo nº 2019/606064. Ordenador Responsável: ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARROS, Delegado Geral da Polícia Civil. Contratado: BENDITO JOSÉ ALENCAR GAMBOA. Endereço: Av. Dezesesseis de Novembro, nº 774 - Ed. Amazônia, Flat 109, Bairro Cidade Velha, CEP:66023-220, Belém/PA.

**EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 47/2019-PCE/PA.**

Inexigibilidade de Licitação nº 013/2019-PCE/PA. Partes: Polícia Civil do Estado do Pará, CNPJ: nº 00.368.105/0001-06 e JOSÉ RIBAMAR HENRIQUES PEREIRA. CPF nº 003.481.182-60. Valor: R\$ 4.400,00(quatro mil e quatrocentos reais). Objeto: Contratação da prestação de serviço técnico profissional especializado, para atender ao "CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS COTE 2019", como docente da disciplina "DEFESA PESSOAL POLICIAL", com carga horária de 40 (quarenta) horas-aulas, e como monitor da Disciplina "ATIVIDADE FÍSICA" com carga horária de 40 (quarenta) horas-aulas, perfazendo um total de 80(oitenta) horas-aulas; Data da Assinatura: 27/12/2019. Vigência: a contar da sua assinatura até 31/03/2020. Fundamentação Legal: art. 25, Caput da Lei nº 8.666/93; Data da Ratificação: 27/12/2019; Dotação Orçamentária: 40101.06.128.1502.8832.339036.339047.0101-Estadual; Processo nº 2019/605415. Ordenador Responsável: ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARROS, Delegado Geral da Polícia Civil. Contratado: JOSÉ RIBAMAR HENRIQUES PEREIRA. Endereço: Av. Dezesesseis de Novembro, nº 774 - Ed. Amazônia, Flat 109, Bairro Cidade Velha, CEP:66023-220, Belém/PA.

**EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 48/2019-PCE/PA.**

Inexigibilidade de Licitação nº 014,/2019-PCE/PA. Partes: Polícia Civil do Estado do Pará, CNPJ: nº 00.368.105/0001-06 e GUSTAVO ADOLF REBELO BATISTA PINHEIRO. CPF nº 804.429.782-00. Valor: R\$ 2.3400,00(dois mil, trezentos e quarenta reais). Objeto: Contratação da prestação de serviço técnico profissional especializado, para atender ao "CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS COTE 2019", como docente da Disciplina "PREVENÇÃO E REAÇÃO À VIOLÊNCIA URBANA", com carga horária de 12 (doze) horas-aulas, e como monitor da Disciplina "ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR - APH" com carga horária de 30 (trinta) horas-aulas, perfazendo um total de carga horária de 42 (quarenta e duas) horas-aulas; Data da Assinatura: 27/12/2019. Vigência: a contar da sua assinatura até 31/03/2020. Fundamentação Legal: art. 25, Caput da Lei nº 8.666/93; Data da Ratificação: 27/12/2019; Dotação Orçamentária: 40101.06.128.1502.8832.339036.339047.0101-Estadual; Processo nº 2019/605415. Ordenador Responsável: ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARROS, Delegado Geral da Polícia Civil. Contratado: GUSTAVO ADOLF REBELO BATISTA PINHEIRO. Endereço: Av. Tropical, nº 46, Condomínio Oásis, Bairro Guanabara, CEP:67.110-040, Ananindeua/PA.

Protocolo: 511649

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

**Extrato de Termo de Inexigibilidade de Licitação
Inexigibilidade de Licitação nº 006/2019-PCE/PA.**

Partes: Polícia Civil do Estado do Pará, CNPJ: nº 00.368.105/0001-06 e AFONSO ALVES RODRIGUES. CPF nº 401.885.902-34. Valor: R\$ 2.240,00(dois mil, duzentos e quarenta reais). Objeto: Contratação da prestação de serviço técnico profissional especializado, para atender ao "CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS COTE 2019", como docente das disciplinas "ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA POLICIAL" e "INVESTIGAÇÃO POLICIAL", totalizando a carga horária de 32 (trinta e duas) horas-aulas; Data da Assinatura: 27/12/2019. Vigência: a contar da sua assinatura até 31/03/2020. Fundamentação Legal: art. 25, Caput da Lei nº 8.666/93; Data da Ratificação: 27/12/2019; Dotação Orçamentária: 40101.06.128.1502.8832.339036.339047.0101-Estadual; Processo nº 2019/605415. Ordenador Responsável: ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARROS, Delegado Geral da Polícia Civil. Contratado: AFONSO ALVES RODRIGUES. Endereço: Passagem Aliados, nº 24, Bairro Marambaia, CEP: 66.613-160, Belém/PA.

**Extrato de Termo de Inexigibilidade de Licitação
Inexigibilidade de Licitação nº 007/2019-PCE/PA.**

Partes: Polícia Civil do Estado do Pará, CNPJ: nº 00.368.105/0001-06 e ARTHUR CEZAR ANAÍSSI DE MORAES. CPF nº 659.068.452-91. Valor: R\$ 720,00(setecentos e vinte reais). Objeto: Contratação da prestação de serviço técnico profissional especializado, para atender ao "CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS COTE 2019", como docente da disciplina "PLANEJAMENTO OPERACIONAL", totalizando a carga horária de 08(oito) horas-aulas; Data da Assinatura: 27/12/2019. Vigência: a contar da sua assinatura até 31/03/2020. Fundamentação Legal: art. 25, Caput da Lei

nº 8.666/93; Data da Ratificação: 27/12/2019; Dotação Orçamentária: 40101.06.128.1502.8832.339036.339047.0101-Estadual; Processo nº 2019/616304. Ordenador Responsável: ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARROS, Delegado Geral da Polícia Civil. Contratado: ARTHUR CEZAR ANAÍSSI DE MORAES. Endereço: Trav. Angustura, nº 2932-704B, Bairro Marco, CEP: 66.093-040, Belém/PA.

**Extrato de Termo de Inexigibilidade de Licitação
Inexigibilidade de Licitação nº 008/2019-PCE/PA.**

Partes: Polícia Civil do Estado do Pará, CNPJ: nº 00.368.105/0001-06 e ERLYC FERREIRA DE AVIZ. CPF nº 703.217.102-82. Valor: R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais). Objeto: Contratação da prestação de serviço técnico profissional especializado, para atender ao "CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS COTE 2019", como docente Especialista das disciplinas "DIREITOS HUMANOS-DH" ", totalizando a carga horária de 05 (cinco) horas-aulas; Data da Assinatura: 27/12/2019. Vigência: a contar da sua assinatura até 31/03/2020. Fundamentação Legal: art. 25, Caput da Lei nº 8.666/93; Data da Ratificação: 27/12/2019; Dotação Orçamentária: 40101.06.128.1502.8832.339036.339047.01011-Estadual; Processo nº 2019/605829. Ordenador Responsável: ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARROS, Delegado Geral da Polícia Civil. Contratado: ERLYC FERREIRA DE AVIZ. Endereço: PS Amazônia, nº 15, Bairro Montese, CEP: 66.079-750, Belém/PA.

**Extrato de Termo de Inexigibilidade de Licitação
Inexigibilidade de Licitação nº 009/2019-PCE/PA.**

Partes: Polícia Civil do Estado do Pará, CNPJ: nº 00.368.105/0001-06 e RÔMULO ARAÚJO RODRIGUES. CPF nº 003.481.182-60. Valor: R\$ 6.800,00(seis mil e oitocentos reais). Objeto: Contratação da prestação de serviço técnico profissional especializado, para atender ao "CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS COTE 2019", como docente das disciplinas "ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR-APH", e Monitor da disciplina "PRÁTICA DE OPERAÇÕES EM ÁREA DE SELVA", totalizando a carga horária de 130 (cento e trinta) horas-aulas; Data da Assinatura: 27/12/2019. Vigência: a contar da sua assinatura até 31/03/2020. Fundamentação Legal: art. 25, Caput da Lei nº 8.666/93; Data da Ratificação: 27/12/2019; Dotação Orçamentária: 40101.06.128.1502.8832.339036.339047.01011-Estadual; Processo nº 2019/605415. Ordenador Responsável: ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARROS, Delegado Geral da Polícia Civil. Contratado: RÔMULO ARAÚJO RODRIGUES. Endereço: Tv. Timbó, nº 1568, Bairro Marco, CEP: 66.093-340, Belém/PA.

**Extrato de Termo de Inexigibilidade de Licitação
Inexigibilidade de Licitação nº 010/2019-PCE/PA.**

Partes: Polícia Civil do Estado do Pará, CNPJ: nº 00.368.105/0001-06 e FERNANDO ANDRÉ REIS DAMASCENO. CPF nº 003.481.182-60. Valor: R\$ 800,00 (oitocentos reais). Objeto: Contratação da prestação de serviço técnico profissional especializado, para atender ao "CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS COTE 2019", como Monitor da disciplina "INSTRUÇÃO TÁTICA INDIVIDUAL", totalizando a carga horária de 16(dezesesseis) horas-aulas; Data da Assinatura: 27/12/2019. Vigência: a contar da sua assinatura até 31/03/2020. Fundamentação Legal: art. 25, Caput da Lei nº 8.666/93; Data da Ratificação: 27/12/2019; Dotação Orçamentária: 40101.06.128.1502.8832.339036.339047.0101-Estadual; Processo nº 2019/605415. Ordenador Responsável: ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARROS, Delegado Geral da Polícia Civil. Contratado: FERNANDO ANDRÉ REIS DAMASCENO. Endereço: Passagem Benjamim, nº 61, Res. Parque Independência, Bairro Cabanagem, CEP: 66.625-223, Belém/PA.

**Extrato de Termo de Inexigibilidade de Licitação
Inexigibilidade de Licitação nº 011/2019-PCE/PA.**

Partes: Polícia Civil do Estado do Pará, CNPJ: nº 00.368.105/0001-06 e THIAGO DE MIRANDA OLIVEIRA. CPF nº 003.481.182-60. Valor: R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Objeto: Contratação da prestação de serviço técnico profissional especializado, para atender ao "CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS COTE 2019", Monitor da disciplina "DEFESA PESSOAL POLICIAL-DPP", com carga horária de 40(quarenta) horas-aulas; Data da Assinatura: 27/12/2019. Vigência: a contar da sua assinatura até 31/03/2020. Fundamentação Legal: art. 25, Caput da Lei nº 8.666/93; Data da Ratificação: 27/12/2019; Dotação Orçamentária: 40101.06.128.1502.8832.339036.339047.0101-Estadual; Processo nº 2019/606064. Ordenador Responsável: ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARROS, Delegado Geral da Polícia Civil. Contratado: THIAGO DE MIRANDA OLIVEIRA. Endereço: Tv. do Chaco, nº 229, Ed. Rio Tejo, apto. 1703, Bairro Pedreira, CEP: 66.085-451, Belém/PA.

**Extrato de Termo de Inexigibilidade de Licitação
Inexigibilidade de Licitação nº 012/2019-PCE/PA.**

Partes: Polícia Civil do Estado do Pará, CNPJ: nº 00.368.105/0001-06 e BENDITO JOSÉ ALENCAR GAMBOA. CPF nº 105.702.332-91. Valor: R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Objeto: Contratação da prestação de serviço técnico profissional especializado, para atender ao "CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS COTE 2019", Monitor da disciplina "ATIVIDADE FÍSICA", com carga horária de 40(quarenta) horas-aulas; DData da Assinatura: 27/12/2019. Vigência: a contar da sua assinatura até 31/03/2020. Fundamentação Legal: art. 25, Caput da Lei nº 8.666/93; Data da Ratificação: 27/12/2019; Dotação Orçamentária: 4040101.06.128.1502.8832.339036.339047.0101-Estadual; Processo nº 2019/606064. Ordenador Responsável: ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARROS, Delegado Geral da Polícia Civil. Contratado: BENDITO JOSÉ ALENCAR GAMBOA. Endereço: Av. Dezesesseis de Novembro, nº 774 - Ed. Amazônia, Flat 109, Bairro Cidade Velha, CEP:66023-220, Belém/PA.

**Extrato de Termo de Inexigibilidade de Licitação
Inexigibilidade de Licitação nº 013/2019-PCE/PA.**

Partes: Polícia Civil do Estado do Pará, CNPJ: nº 00.368.105/0001-06 e JOSÉ RIBAMAR HENRIQUES PEREIRA. CPF nº 003.481.182-60. Valor: R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais). Objeto: Contratação da prestação de serviço técnico profissional especializado, para atender ao "CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS COTE 2019", como docente da disciplina "DEFESA PESSOAL POLICIAL", com carga horária de 40 (quarenta) horas-aulas, no e como monitor da Disciplina "ATIVIDADE FÍSICA" com carga horária de 40 (quarenta) horas-aulas, perfazendo um total de 80 (oitenta) horas-aulas; Data da Assinatura: 27/12/2019. Vigência: a contar da sua assinatura até 31/03/2020. Fundamentação Legal: art. 25, Caput da Lei nº 8.666/93; Data da Ratificação: 27/12/2019; Dotação Orçamentária: 40101.06.128.1502.8832.339036.339047.0101-Estadual; Processo nº 2019/605415. Ordenador Responsável: ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARRROS, Delegado Geral da Polícia Civil. Contratado: JOSÉ RIBAMAR HENRIQUES PEREIRA. Endereço: Av. Dezesesse de Novembro, nº 774 - Ed. Amazônia, Flat 109, Bairro Cidade Velha, CEP:66023-220, Belém/PA.

**Extrato de Termo de Inexigibilidade de Licitação
Inexigibilidade de Licitação nº 014/2019-PCE/PA.**

Partes: Polícia Civil do Estado do Pará, CNPJ: nº 00.368.105/0001-06 e GUSTAVO ADOLF REBELO BATISTA PINHEIRO. CPF nº 804.429.782-00. Valor: R\$ 2.3400,00 (dois mil, trezentos e quarenta reais). Objeto: Contratação da prestação de serviço técnico profissional especializado, para atender ao "CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS COTE 2019", como docente da Disciplina "PREVENÇÃO E REAÇÃO À VIOLÊNCIA URBANA", com carga horária de 12 (doze) horas-aulas, e como monitor da Disciplina "ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR - APH" com carga horária de 30 (trinta) horas-aulas, perfazendo um total de carga horária de 42 (quarenta e duas) horas-aulas; Data da Assinatura: 27/12/2019. Vigência: a contar da sua assinatura até 31/03/2020. Fundamentação Legal: art. 25, Caput da Lei nº 8.666/93; Data da Ratificação: 27/12/2019; Dotação Orçamentária: 40101.06.128.1502.8832.339036.339047.0101- Estadual; Processo nº 2019/605415. Ordenador Responsável: ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARRROS, Delegado Geral da Polícia Civil. Contratado: GUSTAVO ADOLF REBELO BATISTA PINHEIRO. Endereço: Av. Tropical, nº 46, Condomínio Oásis, Bairro Guanabara, CEP:67.110-040, Ananindeua/PA.

Protocolo: 511645

**CENTRO DE PERÍCIAS
CIENTÍFICAS RENATO CHAVES**

PORTARIA

TORNAR SEM EFEITO

TORNAR SEM EFEITO A PORTARIA Nº 029 –

CORREGEDORIA DO CPC "RC", DE 21 DE DEZEMBRO DE 2019,

de Protocolo: 2018/230094, publicado no D.O.E. 34070, do dia 23/12/2019. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE. Danielle Silva de Andrade Lima Guerra Corregedora do CPC "RC"

Protocolo: 511927

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº220 DE 27/12/2019-DAF

SERVIDORA: CRISTIANE MAIA DE LIMA
CARGO: Auxiliar Técnico de Perícias, MATRÍCULA:57221134/1
PERÍODO:01.01.2020 a 30.01.2020
TRIÊNIO:01.10.2009 a 30.09.2012.

Protocolo: 511826

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 486/2019

DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019 – GAB/DGCPCRC

O DIRETOR GERAL DO CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS "RENATO CHAVES", usando das atribuições legais e conferidas pelo Decreto Governamental s/n publicado no DOE Nº 33771 de 02.01.2019.

CONSIDERANDO a Lei nº 5.810 de 24.01.94, Lei nº 6.282 de 19.01.00. e o memo nº 123/19 – GAB/DG/CPC"RC".

RESOLVE:

Designar a servidora DILMA DUARTE TEIXEIRA, Técnico de Administração e Finanças, matrícula nº 57195107/ 1, para responder pela Coordenação de Aperfeiçoamento e Pesquisa – COAPES, GEP-DAS-011.4, no período de 02.01.2020 a 31.01.2020, em virtude de férias do titular do cargo. (Amanda Nunes Souza dos Santos, MF: 5891705/1)

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS "RENATO CHAVES", 20 de Dezembro de 2019.

CELSON DA SILVA MASCARENHAS
Diretor Geral

Protocolo: 511592

CONTRATO

CONTRATO: 041/2019

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na "AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO", para atender as necessidades da Gerência de Perícias Veiculares deste Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves".

DATA DA ASSINATURA: 27/12/2019

VALOR: R\$ 3.485,00

VIGÊNCIA: 27/12/2019 à 26/12/2020.

MODALIDADE: Cotação Eletrônica nº 009/2019 - CPC/RC

FORO: Justiça Estadual, Comarca de Belém/PA.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PTRES: 858338; NATUREZA DE DESPESA: 339030; FONTE:0101; AÇÃO: 232085.

CONTRATADO: a empresa V B ARAÚJO MONTEIRO COMÉRCIO - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.431.302/0001-17, com sede estabelecida na Travessa A, Nº 18, Conjunto COHAB GLEBA II, Marambaia, Belém/PA, CEP: 66.623-820

ORDENADOR DESPESAS: Celso da Silva Mascarenhas.

Protocolo: 511605

**DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO
DO ESTADO DO PARÁ**

PORTARIA

**PORTARIA Nº 03/2019-INSPEÇÃO/CPCORR/
CGD/DETRAN, DE 06/11/2019.**

O Corregedor Chefe do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, conferidas por lei, e CONSIDERANDO A Lei nº 7.594, de 28/12/2011, que dispõe sobre a reorganização do Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN, e dá outras providências, prevê em seu art. 7º que a Corregedoria, diretamente subordinada ao Diretor-Geral, compete realizar correções permanentes ou extraordinárias, bem como apurar as irregularidades e fazer recomendações ao Diretor-Geral. CONSIDERANDO A Portaria Nº 2683/2017-DG/CG/DETRAN, de 37 quen21 DE AGOSTO DE 2017 DIÁRIO OFICIAL Nº 33441 regulamenta o procedimento de correção e inspeção nas unidades que compõem a estrutura do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, dispõe em seu art. 4º que o Corregedor por meio das correções e inspeções deve aferir a regularidade, a economicidade, a eficiência, a eficácia e a efetividade da execução do trabalho desenvolvido pelas unidades que integram a estrutura organizacional do DETRAN;

CONSIDERANDO A Portaria Nº 019/2019-CGD/DIVERSAS/DETRAN, que estabelece o Plano Anual de Correição e Inspeção, referente ao ano de 2019, nas unidades que compõem a estrutura organizacional do DETRAN; R E S O L V E:

I - INSTAURAR procedimento de Inspeção nas CIRETRAN's de Marabá, Xinguara, Tucumã, São Félix do Xingu, Ourilândia do Norte, Redenção e Conceição do Araguaia, no período de 25/11 a 13/12/19 do presente ano;

II - Delegar os trabalhos de inspeção aos servidores FRANCIMEIRE SALVIANO CAMPOS, Coordenadora de Procedimentos Disciplinares, LÉDIA VALÉRIA FERREIRA NUNES VITORINO, Auxiliar de Trânsito, e MADSON CARVALHO DIAS GONÇALVES, Auxiliar Operacional de Trânsito, para execução do trabalho de inspeção e para as providências para o pleno cumprimento do presente ato.

MARLENILSON LUIZ PINHEIRO MIRANDA

Corregedor Chefe - DETRAN/PA

Protocolo: 511703

PORTARIA Nº 356/2019 – CGD/DIVERSAS, DE 22/12/2019.

O Corregedor Chefe em exercício do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, no uso de suas atribuições conferidas por lei, e CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 1861/2017-DG/CG/DETRAN, de 07.06.2017, publicada no Diário Oficial do Estado de 22.06.2017, que delegou poderes ao Corregedor Chefe para instauração de Processo de Sindicância Investigativa ou acusatória, e/ou processo disciplinar;

CONSIDERANDO os termos do Ofício Nº 10/2019 - Comissão de Sindicância Investigativa, de 22/12/19, subscrito pela Presidente da Comissão Gesilene Fernandes Tavares, por meio do qual solicita e justifica a necessidade de recondução do prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa Nº 2016/477865.

RESOLVE:

I - RECONDUZIR a Comissão instituída pela Portaria Nº 21/2019 - CGD/Sindicância Investigativa, de 22/08/2019, publicada no DOE, em 26/08/2019, para que, no prazo de 30 dias, seja dada continuidade à investigação e devida conclusão dos trabalhos, a partir de 24/12/19;

II - À Coordenadoria de Procedimentos Disciplinares e à Coordenadoria de Gestão de Pessoas para que adotem as providências para o pleno cumprimento do presente ato.

Marlenilson Luiz Pinheiro Miranda
Corregedor Chefe-DETRAN/PA

PORTARIA Nº 351/2019-CGD/PAD/DIVERSOS, DE 27/12/2019.

O Corregedor Chefe do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, conferidas por lei, e CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 1861/2017-DG/CG/DETRAN, de 07.06.2017, publicada no Diário Oficial do Estado de 22.06.2017, que delegou poderes ao Corregedor Chefe para instauração de Processo de Sindicância Investigativa ou Acusatória e/ou e Processo Disciplinar; CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 09/2019-Comissão de PAD, de 27.12.2019, subscrito pela Presidente da Comissão Juliana Cozara Oliveira Martins, por meio do qual solicita e justifica a necessidade de novo prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 2018/142910;

R E S O L V E:

I - RECONDUZIR, por 60 dias, a comissão instituída pela Portaria nº 30/2019-CGD/PAD, publicada no DOE nº 33.965, de 30.08.2019, para dar continuidade e devida conclusão dos trabalhos, a partir de 28.12.2019;

II - ENCAMINHAR à Coordenadoria de Procedimentos Disciplinares e à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, para que adotem as providências para o pleno cumprimento do presente ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

MARLENILSON LUIZ PINHEIRO MIRANDA

Corregedor Chefe - DETRAN/PA.

PORTARIA Nº 352/2019-CGD/PAD/DIVERSOS, DE 27/12/2019.

O Corregedor Chefe do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, conferidas por lei, e CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 1861/2017-DG/CG/DETRAN, de 07.06.2017, publicada no Diário Oficial do Estado de 22.06.2017, que delegou poderes ao Corregedor Chefe para instauração de Processo de Sindicância Investigativa ou Acusatória e/ou e Processo Disciplinar; CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 07/2019-Comissão de PAD, de 27.12.2019, subscrito pela Presidente da Comissão Juliana Cozara Oliveira Martins, por meio do qual solicita e justifica a necessidade de novo prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 2016/515467;

R E S O L V E:

I - RECONDUZIR, por 60 dias, a comissão instituída pela Portaria nº 31/2019-CGD/PAD, publicada no DOE nº 33.965, de 30.08.2019, para dar continuidade e devida conclusão dos trabalhos, a partir de 28.12.2019;

II - ENCAMINHAR à Coordenadoria de Procedimentos Disciplinares e à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, para que adotem as providências para o pleno cumprimento do presente ato.

MARLENILSON LUIZ PINHEIRO MIRANDA

Corregedor Chefe - DETRAN/PA.

PORTARIA Nº 4535/2019-DAF/CGP, DE 27/12/2019.

A Coordenadora de Gestão de Pessoas do Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e, CONSIDERANDO os termos constantes do Despacho às fls. 08, no Processo 2019/646773, deferindo a concessão de Licença Prêmio,

R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor CHARLES DA SILVA CARVALHO, Motorista, matrícula 57228793/1, lotado na Gerência de Transporte, 30 (trinta) dias de LICENÇA PRÊMIO, no período de 08/01 a 06/02/2020, referentes ao triênio 2010/2013, de acordo com a Lei 5.810/94-RJU, de 24/01/1994.

Os efeitos desta Portaria entrarão em vigor em 08/01/2020.

NAZARÉ DE FÁTIMA MATOS OLIVEIRA

Coordenadora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA Nº 4534/2019-DAF/CGP, DE 27/12/2019.

A Coordenadora de Gestão de Pessoas do Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,

CONSIDERANDO a solicitação constante do Memº 342/2019-CRV, datado de 26/12/2019,

R E S O L V E:

RETIFICAR na Portaria 3891/2019-DAF/CGP, o período concessivo de FÉRIAS da servidora MARIA CELESTE BEZERRA PRAXEDES, Auxiliar Técnica, matrícula 3261530/1, lotada na Coordenadoria de Registro de Veículos, onde se lê de 13/01 a 11/02/2020, leia-se de 02/01 a 31/01/2020, referentes ao exercício 16.07.2018/2019.

Os efeitos desta Portaria entrarão em vigor em 02/01/2020.

NAZARÉ DE FÁTIMA MATOS OLIVEIRA

Coordenadora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA Nº 4532/2019-DAF/CGP, DE 27/12/2019.

A Coordenadora de Gestão de Pessoas do Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,

CONSIDERANDO a solicitação constante do Memº 1077/2019-GOFTC, datado de 26/12/2019, protocolado sob o nº 2019/645561,

R E S O L V E:

RETIFICAR na Portaria 3891/2019-DAF/CGP, o período concessivo de FÉRIAS da servidora ROSANA ABREU FERNANDES, Agente de Fiscalização de Trânsito, matrícula 57226481/1, lotada na Gerência de Operação e Fiscalização de Trânsito da Capital, onde se lê de 02/01 a 31/01/2020, leia-se de 08/01 a 06/02/2020, referentes ao exercício 12.04.2017/2018.

Os efeitos desta Portaria entrarão em vigor em 08/01/2020.

NAZARÉ DE FÁTIMA MATOS OLIVEIRA

Coordenadora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA Nº 4533/2019-DAF/CGP, DE 27/12/2019.

A Coordenadora de Gestão de Pessoas do Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 91, da Lei 5.810/94-RJU, de 24/01/1994 e a apresentação da Certidão de Nascimento, datada 23/12/2019,

R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor EVANDRO MONTEIRO DA CONCEIÇÃO, Assistente de Trânsito, matrícula 57191836/1, 10 (dez) dias de Licença Paternidade, no período de 22 a 31/12/2019, de acordo com o estabelecido na Lei 5.810/94-RJU.

Os efeitos desta Portaria retroagirão a 22/12/2019.

NAZARÉ DE FÁTIMA MATOS OLIVEIRA

Coordenadora de Gestão de Pessoas.

Protocolo: 511979

PORTARIA Nº 4515/2019-DG/CGP, DE 23/12/2019.

O Diretor Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN/PA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o que estabelece a Lei Federal nº 9.503, de 23.09.1997, art. 22, inciso V e Parágrafo 4º, do art. 280, do Código Nacional de Trânsito;

CONSIDERANDO o disposto no Termo de Cooperação Técnica 003/2018, publicado no DOE 33.636, de 13/06/2018, celebrado entre este Departamento de Trânsito e a Polícia Militar do Estado do Pará;

CONSIDERANDO ainda, o constante do Ofício 685/2019-Gabinete do Comando, de 11/12/2019, da Polícia Militar do Pará, e demais despachos constantes do Processo 2019/627341, no qual solicita o credenciamento dos policiais militares citados no referido expediente, na função de Agente de Fiscalização de Trânsito por este Departamento,

R E S O L V E:

CRENCIAR como Agente de Fiscalização de Trânsito, os militares abaixo relacionados, nos termos do Art. 280, § 4º, do Código de Trânsito Brasileiro e, do Termo de Cooperação Técnica 003/2018, celebrado entre este Departamento e a Polícia Militar do Estado do Pará.

Nº	NOME
01	JOSÉ LUIZ DA SILVA
02	JOSUEL GOMES SARDINHA
03	CARLOS ANDRÉ FONSECA DA CUNHA
04	ROBSON ROCHA DA SILVA
05	JOSIAS GALVÃO SANTOS

Os efeitos desta Portaria entrarão em vigor na data da publicação.

MARCELO LIMA GUEDES

Diretor Geral

PORTARIA Nº 4512/2019-DG/CGP, DE 23/12/2019.

O Diretor Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN/PA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o que estabelece a Lei Federal nº 9.503, de 23.09.1997, art. 22, inciso V e Parágrafo 4º, do art. 280, do Código Nacional de Trânsito;

CONSIDERANDO o disposto no Termo de Cooperação Técnica 003/2018, publicado no DOE 33.636, de 13/06/2018, celebrado entre este Departamento de Trânsito e a Polícia Militar do Estado do Pará;

CONSIDERANDO ainda, o constante do Ofício 689/2019-Gabinete do Comando, de 13/12/2019, da Polícia Militar do Pará, e demais despachos constantes do Processo 2019/632955, no qual solicita o credenciamento dos policiais militares citados no referido expediente, na função de Agente de Fiscalização de Trânsito por este Departamento,

R E S O L V E:

CRENCIAR como Agente de Fiscalização de Trânsito, os militares abaixo relacionados, nos termos do Art. 280, § 4º, do Código de Trânsito Brasileiro e, do Termo de Cooperação Técnica 003/2018, celebrado entre este Departamento e a Polícia Militar do Estado do Pará.

Nº	NOME
01	LUIS PAULO FARIAS FERREIRA
02	HOWARD ROSS TEIXEIRA

Os efeitos desta Portaria entrarão em vigor na data da publicação.

MARCELO LIMA GUEDES

Diretor Geral

PORTARIA Nº 4508/2019-DG/CGP, DE 19/12/2019.

O Diretor Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN/PA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,

CONSIDERANDO a solicitação constante do Memº 200/2019-DHCRV/CHC/GCDHC, de 17/12/2019, protocolado sob o nº 2019/633141,

R E S O L V E:

DESIGNAR a servidora LUIZA ANTONIA RACHID MIRANDA, Assistente de Administração, matrícula 3263649/1, para responder pela Gerência de Controle de Documentos e Habilitação de Condutores deste Departamento, no período de 02 a 31/01/2020, durante as férias do titular.

Os efeitos desta Portaria entrarão em vigor a partir de 02/01/2020.

MARCELO LIMA GUEDES

Diretor Geral

Protocolo: 511672

**PORTARIA Nº 4529/2019 – DG/CCCLIN,
26 DE DEZEMBRO DE 2019**

O Diretor Geral em exercício do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, no uso da competência que lhe confere o artigo 22 da Lei 9.503 de 23 de Setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

Considerando o teor da Portaria nº 3280/2014 do DETRAN/PA que regulamenta o Credenciamento de Clínicas Médicas e Psicológicas para realização de Exames de Aptidão Física e Mental e Avaliação Psicológicas em candidatos à obtenção de Carteira Nacional de Habilitação – CNH, bem como as Resoluções dos Conselhos Federais de Medicina e Psicologia. Considerando que o Requerimento foi autuado e processado consoante os preceitos da Portaria 3280/2014/DG, e que a Requerente – CLINICA ESPECIALIZADA MEDICINA E PSICOLOGIA DO TRANSITO LTDA-CEMPT - BELÉM comprovando o cumprimento dos Requisitos Legais para renovação de seu Credenciamento conforme Parecer Técnico da Coordenadoria do Núcleo de Controle Interno deste Departamento.

R E S O L V E:

I – RENOVAR o Credenciamento pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 30/12/2019 a 29/12/2020, da CLINICA ESPECIALIZADA MEDICINA E PSICOLOGIA DO TRANSITO LTDA - CEMPT- CNPJ 22.771.823/0001-53, localizada na Av. Augusto Montenegro KM 08,Ed. Montenegro Sala B nº 6650, – Bairro: Parque Verde, CEP 66.635.110 – Belem-Pará, sob a Responsabilidade Administrativa de Werley Ronan Canedo, Responsabilidade Técnica Médica de Marcos Davi Cunha da Silva e Responsabilidade Técnica Psicológica de Suellen Chaves de Lima.

II À Comissão de Credenciamento de Clínicas/CCCLIN, para que adotem as providências para o pleno cumprimento do Presente Ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

MARCELO GUEDES

DIRETORA GERAL – DETRAN- PA

Protocolo: 511898

ADMISSÃO DE SERVIDOR

PORTARIA Nº 4531/2019-DG/CGP, DE 27/12/2019.

O Diretor Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

NOMEAR o senhor ADALBERTO MACHADO DOS SANTOS, para exercer o Cargo em Comissão, DAS-02, de Chefe de Grupo de Operação e Fiscalização de Trânsito de CIRETRAN "A" neste Departamento.

Os efeitos desta Portaria entrarão em vigor em 02/01/2020.

MARCELO LIMA GUEDES

Diretor Geral

PORTARIA Nº 4530/2019-DG/CGP, DE 27/12/2019.

O Diretor Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

EXONERAR o senhor Sérgio Roberto Ramos de Oliveira Junior, do Cargo em Comissão, DAS-02, de Chefe de Grupo de Operação e Fiscalização de Trânsito de CIRETRAN "A" neste Departamento.

OS EFEITOS DESTA PORTARIA ENTRARÃO EM VIGOR EM

02/01/2020.

MARCELO LIMA GUEDES

Diretor Geral

Protocolo: 511660

DIÁRIA

PORTARIA Nº 4162/2019-DAF/CGP, DE 22/11/2019

O Diretor Administrativo e Financeiro do Departamento de Trânsito do Estado do Pará- DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1457/2019-DG/CGP.

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2019/471521;

R E S O L V E:

AUTORIZAR o pagamento de complementação de diárias referente a Portaria 3408/2019, conforme os novos valores estabelecidos pela Portaria nº 278/2019 de 23 de outubro de 2019, publicada no DOE 34023 de 30/10/2019 ao servidor abaixo especificado referente ao deslocamento no período de 23/10 à 25/10/2019.

nome	matricula
Idenil Rocha de Almeida	54184449/2
Franciana Maria Jatene Cavalcante	57212348/2
Ian Carlo dos Santos	57229643/1
Soraia Selma Andrade Cardoso	57202052/1
Hércules Farias da Rocha	57209343/2
Rosana Abreu Fernandes	57226481/1
Luiz Rabello Junior Melo	57205417/1
Rita de Cássia Moreira de Melo Pompeu	57205875/1
Marcos Allan dos Santos Brito	57232048/1
Sidclei Furtado Farias	5921334/1
Lailton Santos do Nascimento	57200227/1
Karine Monik Almeida da Costa	57226816/1
Sandro Araújo da Costa	57211244/2
Wanderley Pontes Ferreira	57211861/2
Almir dos Santos da Silva	57191487/2

João Carlos Penna de Araújo	57209449/2
Luciano Azevedo Nascimento	57214954/1
Edson Itamar Barradas da Silva	57200229/1
Gilvan Veloso Cruz	57213689/2
Raimundo Ferreira Valentim Neto	57195665/2
Klécio de Tarcio Brito Pereira	57214999/1
Katy Keizer de Lima Lima	57228290/1
José Ribamar do Nascimento	57201705/1
Ellen Correa Fortunato	57210661/2
Sandra Seny China Bastos	57230596/1
Nilson José Mendes da Costa Filho	57193841/2
Joelma Lima Barbosa dos Passos	57212280/2
Sônia Maria Lima da Costa	57200228/1
Edmilson Juarez dos Santos Borges	5843219/2
Jofre Costa e Cunha	54191302/2
Thyago Fernando Pinheiro de Lima	57201687/2
Lícia Maria dos Santos Freire	5638704/1
Maria de Lourdes Ferreira Batista	54187987/3
Cláudia Deolinda Alvarez Félix	57226873/1
Hiran Costa Mesquita	5805201/3
Roberta Rossy da Silva Franco da Costa	57193812/2
Pedro Hugo de Lima Filho	57226484/1
Eduardo Augusto Ferreira Lins	57203591/1
Fábio Máximo da Silva	57211773/2
Daniel Souza Campelo	57190500/2
Nelson Horacio Salgado Rego	57232981/1
Sávio Marcelo Oliveira Henriques	57226858/1
Bárbara de Cássia Ferreira Moreira	57226452/1
Jorge Eduardo Prazer da Conceição	57226691/1
Marco Antonio Pinheiro Paciência	57195024/2
Gleydson Monção Araújo	57201966/1
Alexandre Caetano de Sousa	57209138/1
Inês Maria Miléo Guerreiro	8080089/1
Antonio Robson Cascaes Dantas	57217207/2
Allan Soares Monteiro	57200349/1
Paulo Roberto Carneiro Barroso	57227620/1
Inaldo Carlos Costa Araujo	57211166/2
Deninson Henrique Monteiro Maia	57200271/1
Walmero Jesus Costa	57226865/1
Kátia Regina Oliveira Cruz	5799457/1
Luis Antonio Pinheiro Cardoso	57230582/1
Franciley Roberto Maciel Ferreira	57227745/1
Sirley da Silva Julio	57214394/2
Raul Braga da Costa	57217498/2
Robson Diego Oliveira da Silva	54185842/3
Rosemar Flávio Marques Franco Junior	57226823/1
Esmerinda Angélica Diniz Carvalho	57200231/1
Madson Williams Rodrigues de Leão	57199356/2
David Clayton Pantoja da Paz	57226372/1
Carla do Socorro Estumano de Sena	57203709/1
João das Mercês Oliveira Júnior	57226382/1

LUIZ PAULO MELO BRAGA

Diretor Administrativo e Financeiro

PORTARIA Nº 4170/2019-DAF/CGP, DE 25/11/2019

O Diretor Administrativo e Financeiro do Departamento de Trânsito do Estado do Pará- DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1457/2019-DG/CGP.

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2019/565681;

R E S O L V E:

AUTORIZAR o pagamento de vinte e cinco e meia (25 e 1/2) diárias a servidora abaixo especificada referente ao deslocamento de Belém para o município de Bragança no período de 02/12 à 27/12/2019, a fim de realizar entrega de documentos na Ciretran.

nome	matricula
Cleocidalva de Freitas Aarão	80845411/1

LUIZ PAULO MELO BRAGA

Diretor Administrativo e Financeiro

PORTARIA Nº 4398/2019-DAF/CGP, DE 06/12/2019

O Diretor Administrativo e Financeiro, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará- DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1457/2019-DG/CGP;

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diárias constante no Processo nº 2019/599022;

R E S O L V E:

AUTORIZAR o pagamento de três e meia (03 e 1/2) diárias à servidora abaixo especificada, referentes ao deslocamento de Belém para o Município de Capitão Poço, no período de 20/12/2019 a 23/12/2019, a fim de realizar atendimento itinerante de habilitação, no referido município.

NOME	MATRICULA
Maria dos Anjos Duarte Trindade	57194008/1

LUIZ PAULO MELO BRAGA

Diretor Administrativo e Financeiro

PORTARIA Nº 4399/2019-DAF/CGP, DE 06/12/2019

O Diretor Administrativo e Financeiro, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará- DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1457/2019-DG/CGP;

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diárias constante no Processo nº 2019/593008;

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de três e meia (03 e 1/2) diárias ao servidor abaixo especificado, referentes ao deslocamento de Capanema para o Município de Augusto Corrêa, no período de 20/12/2019 a 23/12/2019, a fim de realizar atendimento ao público na área de habilitação, no referido município.

NOME	MATRICULA
Antonio Reginaldo Guimarães Gomes	57194030 /1

LUIZ PAULO MELO BRAGA

Diretor Administrativo e Financeiro

PORTARIA Nº 4401/2019-DAF/CGP, DE 06/12/2019

O Diretor Administrativo e Financeiro do Departamento de Trânsito do Estado do Pará- DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1457/2019-DG/CGP.

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2019/596165;

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de três e meia (03 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados referente ao deslocamento Belém para o município de Tailândia no período de 20 à 23/12/2019, a fim de realizar exames teóricos e práticos de 2ª e 3ª fase de processo de habilitação e mudança de categoria no referido município.

nome	matricula
Fernando Santana Quadros dos Santos	57188883 /1
Maria da Silva Sousa	57226370 /1
Sérgio Antonio Lima Barros	57196682 /1

LUIZ PAULO MELO BRAGA

Diretor Administrativo e Financeiro

PORTARIA Nº 4412/2019-DAF/CGP, DE 06/12/2019

O Diretor Administrativo e Financeiro do Departamento de Trânsito do Estado do Pará- DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1457/2019-DG/CGP.

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2019/609839;

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de três e meia (03 e 1/2) diárias a servidora abaixo especificada referente ao deslocamento de Belém para o município de Tracuateua no período de 18/12 à 21/12/2019, a fim de atuar como caixa no atendimento itinerante de 1ª Fase de habilitação.

nome	matricula
Vera Lúcia da Silva Campos	57192793/1

LUIZ PAULO MELO BRAGA

Diretor Administrativo e Financeiro

PORTARIA Nº 4425/2019-DAF/CGP, DE 06/12/2019

O Diretor Administrativo e Financeiro do Departamento de Trânsito do Estado do Pará- DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1457/2019-DG/CGP.

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2019/608991;

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de três e meia (03 e 1/2) diárias ao servidor abaixo especificado referente ao deslocamento de Belém para o município de Capitão Poço no período de 20 à 23/12/2019, a fim de atuar como caixa no atendimento itinerante de 1ª e 2ª fase de habilitação, no referido município.

nome	matricula
José Ribamar Silva Lima	773492 /3

LUIZ PAULO MELO BRAGA

Diretor Administrativo e Financeiro

PORTARIA Nº 4427/2019-DAF/CGP, DE 06/12/2019

O Diretor Administrativo e Financeiro do Departamento de Trânsito do Estado do Pará- DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1457/2019-DG/CGP.

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2019/608972;

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de três e meia (03 e 1/2) diárias a servidora abaixo especificada referente ao deslocamento de Belém para o município de Salvaterra no período de 20 à 23/12/2019, a fim de atuar como caixa no atendimento itinerante de 1ª e 2ª fase de habilitação no referido município.

nome	matricula
Sílvia Corrêa Martins	57197142 /1

LUIZ PAULO MELO BRAGA

Diretor Administrativo e Financeiro

Protocolo: 511741**PORTARIA Nº 3810/2019-DAF/CGP, DE 08/11/2019**

O Diretor Administrativo e Financeiro do Departamento de Trânsito do Estado do Pará- DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1457/2019-DG/CGP.

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2019/497247;

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de complementação de diárias referente a Portaria 3579/2019, conforme os novos valores estabelecido pela Portaria nº 278/2019 de 23 de outubro de 2019, publicada no DOE 34023 de 30/10/2019 ao servidor abaixo especificado referente ao deslocamento no período de 04/11 à 03/12/2019.

nome	matricula
Macial Macin Vale da Silva	80845475 /1

LUIZ PAULO MELO BRAGA

Diretor Administrativo e Financeiro

PORTARIA Nº 3817/2019-DAF/CGP, DE 08/11/2019

O Diretor Administrativo e Financeiro do Departamento de Trânsito do Estado do Pará- DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1457/2019-DG/CGP.

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2019/493663;

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de complementação de diárias referente a Portaria 3554/2019, conforme os novos valores estabelecido pela Portaria nº 278/2019 de 23 de outubro de 2019, publicada no DOE 34023 de 30/10/2019 ao servidor abaixo especificado referente ao deslocamento no período de 29/10 à 27/11/2019.

nome	matricula
Daniel Batista Corrêa	57176473/1

PORTARIA Nº 3818/2019-DAF/CGP, DE 08/11/2019

O Diretor Administrativo e Financeiro do Departamento de Trânsito do Estado do Pará- DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1457/2019-DG/CGP.

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2019/519027;

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de complementação de diárias referente a Portaria 3587/2019, conforme os novos valores estabelecido pela Portaria nº 278/2019 de 23 de outubro de 2019, publicada no DOE 34023 de 30/10/2019 aos servidores abaixo especificados referente ao deslocamento no período de 04/11 à 14/11/2019.

nome	matricula
Katiléia Ericceira Chaves	54193789 /2
Carmen Lúcia Amaral de Oliveira	80845675 /1
Elizabeth Cristiane Martins da Silva	80845418 /1
Gildo Carvalho dos Santos	57227769 /1

LUIZ PAULO MELO BRAGA

Diretor Administrativo e Financeiro

PORTARIA Nº 3819/2019-DAF/CGP, DE 08/11/2019

O Diretor Administrativo e Financeiro do Departamento de Trânsito do Estado do Pará- DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1457/2019-DG/CGP.

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2019/502929;

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de complementação de diárias referente a Portaria 3594/2019, conforme os novos valores estabelecido pela Portaria nº 278/2019 de 23 de outubro de 2019, publicada no DOE 34023 de 30/10/2019 ao servidor abaixo especificado referente ao deslocamento no período de 04/11 à 03/12/2019.

nome	matricula
Fernando Jorge do Carmo	55588473/1

LUIZ PAULO MELO BRAGA

Diretor Administrativo e Financeiro

PORTARIA Nº 3822/2019-DAF/CGP, DE 08/11/2019

O Diretor Administrativo e Financeiro do Departamento de Trânsito do Estado do Pará- DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1457/2019-DG/CGP.

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2019/475641;

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de complementação de diárias referente a Portaria 3555/2019, conforme os novos valores estabelecido pela Portaria nº 278/2019 de 23 de outubro de 2019, publicada no DOE 34023 de 30/10/2019 ao servidor abaixo especificado referente ao deslocamento no período de 29/10 à 27/11/2019.

nome	matricula
Joabes Martins Garcia	57201351/1

LUIZ PAULO MELO BRAGA

Diretor Administrativo e Financeiro

PORTARIA Nº 3859/2019-DAF/CGP, DE 12/11/2019

O Diretor Administrativo e Financeiro, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará- DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1457/2019-DG/CGP;

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diárias constante no Processo nº 2019/497855;

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de complementação de diárias referente a Portaria nº 3544/2019-DAF/CGP, conforme os novos valores estabelecidos pela Portaria nº 278/2019 de 23 de outubro de 2019, publicada em DOE nº 34023 de 30/10/2019, ao servidor abaixo especificado, referentes ao deslocamento de Belém para o Município de Bragança, no período de 29/10 a 27/11/2019, a fim de atuar no setor de recebimento e entrega de documentos, na agência do referido município.

NOME	MATRICULA
Fernando Simões Costa	80845616/1

LUIZ PAULO MELO BRAGA

Diretor Administrativo e Financeiro

PORTARIA Nº 3864/2019-DAF/CGP, DE 12/11/2019

O Diretor Administrativo e Financeiro do Departamento de Trânsito do Estado do Pará- DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1457/2019-DG/CGP.

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2019/488493;

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de complementação de diárias referente a Portaria 3499/2019, conforme os novos valores estabelecidos pela Portaria nº 278/2019 de 23 de outubro de 2019, publicada no DOE 34023 de 30/10/2019 aos servidores abaixo especificados referente ao deslocamento no período de 29/10 à 12/11/2019.

nome	matricula
Mário Diego Rocha Valente	57195478/1
Olenilson Santos Gomes	57174115/2
Márcio José de Vilhena Santos	57195638/1

LUIZ PAULO MELO BRAGA

Diretor Administrativo e Financeiro

PORTARIA Nº 3997/2019-DAF/CGP, DE 19/11/2019

O Diretor Administrativo e Financeiro do Departamento de Trânsito do Estado do Pará- DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1457/2019-DG/CGP.

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2019/409782;

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de complementação de diárias referente a Portaria 3319/2019, conforme os novos valores estabelecido pela Portaria nº 278/2019 de 23 de outubro de 2019, publicada no DOE 34023 de 30/10/2019 aos servidores abaixo especificados referente ao deslocamento no período de 23/10 à 05/11/2019.

nome	matricula
Maria Lucieire Miranda Lima	3266923/1

LUIZ PAULO MELO BRAGA

Diretor Administrativo e Financeiro

PORTARIA Nº 4005/2019-DAF/CGP, DE 19/11/2019

O Diretor Administrativo e Financeiro do Departamento de Trânsito do Estado do Pará- DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1457/2019-DG/CGP.

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2019/459454;

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de complementação de diárias referente a Portaria 3293/2019, conforme os novos valores estabelecido pela Portaria nº 278/2019 de 23 de outubro de 2019, publicada no DOE 34023 de 30/10/2019 aos servidores abaixo especificados referente ao deslocamento no período de 23/10 à 31/10/2019.

nome	matricula
Olga Santos Torres de Assis	3263592/1

LUIZ PAULO MELO BRAGA

Diretor Administrativo e Financeiro

PORTARIA Nº 4011 /2019-DAF/CGP, DE 19/11/2019

O Diretor Administrativo e Financeiro, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará- DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1457/2019-DG/CGP;

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diárias constante no Processo nº 2019/463311;

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de complementação de diárias referente a Portaria nº 3339/2019-DAF/CGP, conforme os novos valores estabelecidos pela Portaria nº 278/2019 de 23 de outubro de 2019, publicada em DOE nº 34023 de 30/10/2019, aos servidores abaixo especificados, referentes ao deslocamento de Marabá para Belém, no período de 23/10 a 29/10/2019, a fim de participar da Operação Círio 2019 e demandas oriundas da Coordenadoria de Operações e Fiscalização de Trânsito.

NOME	MATRICULA
Antonio Gilberto Alves da Costa	57201651/1
Darlan Pereira da Silva	57201673/1
Francisco Aires da Silva	57201674/1

Genival Alves de Sousa	5868157/3
Gilmar Ramos da Costa	57201691/1
João Bosco Mendes Júnior	57201706/1
Luís Carlos Cruz Bezerra	5117410/4
Luzinaldo Batista França	57201996/1
Marcos Divino da Silva Silva	57201715/1
Orival Ferreira Guimarães	57201368/1
Wellington de Souza Costa	57201809/1

LUIZ PAULO MELO BRAGA

Diretor Administrativo e Financeiro

PORTARIA Nº 4017/2019-DAF/CGP, DE 19/11/2019

O Diretor Administrativo e Financeiro, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará- DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1457/2019-DG/CGP;

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diárias constante no Processo nº 2019/507050;

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de complementação de diárias referente a Portaria nº 3539/2019-DAF/CGP, conforme os novos valores estabelecidos pela Portaria nº 278/2019 de 23 de outubro de 2019, publicada em DOE nº 34023 de 30/10/2019, ao servidor abaixo especificado, referentes ao deslocamento do Município de Belém para o Município de Marituba, no período de 27/10 a 03/11/2019, a fim de acompanhar a equipe de fiscalização de trânsito empregada nas ações ao longo da trecho (km-0 a Km-18) da rodovia BR 316, em cumprimento ao Convênio nº 003/2018-SRPRF-PA.

NOME	MATRICULA
Ivan Carlos Feitoso Gomes	57198371/1

LUIZ PAULO MELO BRAGA

Diretor Administrativo e Financeiro

PORTARIA Nº 4018/2019-DAF/CGP, DE 19/11/2019

O Diretor Administrativo e Financeiro, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará- DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1457/2019-DG/CGP;

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diárias constante no Processo nº 2019/502704;

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de complementação de diárias referente a Portaria nº 3524/2019-DAF/CGP, conforme os novos valores estabelecidos pela Portaria nº 278/2019 de 23 de outubro de 2019, publicada em DOE nº 34023 de 30/10/2019, aos servidores abaixo especificados, referentes ao deslocamento do Município de Castanhal para o Município de Acará, no período de 30/10 a 28/11/2019, a fim de desempenhar suas atividades funcionais, em Operações de Fiscalização de Trânsito, na área de embarque de veículos para travessia de balsas no Rio Guamã, em especial por ocasião da interdição da ponte sobre o Rio Mojú.

NOME	MATRICULA
Henry José Carvalho Moura	57228257/1
João Carlos Rodrigues da Silva	57175075/2
Lindon Júlio Santiago dos Santos	57202003/1
Mário Sérgio Silva da Silva	57202007/1
Patrick Siqueira Ribeiro	57217176/1

LUIZ PAULO MELO BRAGA

Diretor Administrativo e Financeiro

PORTARIA Nº 4033/2019-DAF/CGP, DE 20/11/2019

O Diretor Administrativo e Financeiro do Departamento de Trânsito do Estado do Pará- DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1457/2019-DG/CGP.

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2019/473185;

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de complementação de diárias referente a Portaria 3363/2019, conforme os novos valores estabelecidos pela Portaria nº 278/2019 de 23 de outubro de 2019, publicada no DOE 34023 de 30/10/2019 ao servidor abaixo especificado referente ao deslocamento no período de 23/10 à 31/10/2019.

nome	matricula
Silas Rodrigues de Almeida	57216391/2

LUIZ PAULO MELO BRAGA

Diretor Administrativo e Financeiro

PORTARIA Nº 4110/2019-DAF/CGP, DE 21/11/2019

O Diretor Administrativo e Financeiro do Departamento de Trânsito do Estado do Pará- DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1457/2019-DG/CGP.

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2019/449667;

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de complementação de diárias referente a Portaria 3383/2019, conforme os novos valores estabelecidos pela Portaria nº 278/2019 de 23 de outubro de 2019, publicada no DOE 34023 de 30/10/2019 ao servidor abaixo especificado referente ao deslocamento no período de 23/10 à 12/11/2019.

nome	matricula
Vanessa Michelle Farias de Castro	57195649/1

LUIZ PAULO MELO BRAGA

Diretor Administrativo e Financeiro

PORTARIA Nº 4137/2019-DAF/CGP, DE 22/11/2019

O Diretor Administrativo e Financeiro do Departamento de Trânsito do Estado do Pará- DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1457/2019-DG/CGP.

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2019/497495;

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de complementação de diárias referente a Portaria 3571/2019, conforme os novos valores estabelecido pela Portaria nº 278/2019 de 23 de outubro de 2019, publicada no DOE 34023 de 30/10/2019 ao servidor abaixo especificado referente ao deslocamento no período de 23/10 à 17/11/2019.

nome	matricula
Luiz Augusto dos Santos Gomes	3266834 /1

LUIZ PAULO MELO BRAGA

Diretor Administrativo e Financeiro

PORTARIA Nº 4156/2019-DAF/CGP, DE 22/11/2019

O Diretor Administrativo e Financeiro do Departamento de Trânsito do Estado do Pará- DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1457/2019-DG/CGP.

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2019/460437;

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de complementação de diárias referente a Portaria 3338/2019, conforme os novos valores estabelecidos pela Portaria nº 278/2019 de 23 de outubro de 2019, publicada no DOE 34023 de 30/10/2019 aos servidores abaixo especificados referente ao deslocamento no período de 23/10 à 31/10/2019.

nome	matricula
Bruno Lucas de Freitas	57201366/1
Denis Pinheiro Vales	57207186/1
Elizângela da Silva Veras de Oliveira	57201949/1
Renata Sousa da Silva	57201382/1

LUIZ PAULO MELO BRAGA

Diretor Administrativo e Financeiro

PORTARIA Nº 4158/2019-DAF/CGP, DE 22/11/2019

O Diretor Administrativo e Financeiro do Departamento de Trânsito do Estado do Pará- DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1457/2019-DG/CGP.

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2019/488629;

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de complementação de diárias referente a Portaria 3522/2019, conforme os novos valores estabelecidos pela Portaria nº 278/2019 de 23 de outubro de 2019, publicada no DOE 34023 de 30/10/2019 aos servidores abaixo especificados referente ao deslocamento no período de 23/10 à 26/10/2019.

nome	matricula
Antonia Pereira de Oliveira Coelho	57226492/1
Karina Sant'Ana Aleixo	57226498/1
Ivan Carlos Feitosa Gomes	57198371/1
Wellington Carlos Henriques Martins	54195738/2
Josimar Marques Viana	57227635/1

LUIZ PAULO MELO BRAGA

Diretor Administrativo e Financeiro

PORTARIA Nº 4160/2019-DAF/CGP, DE 22/11/2019

O Diretor Administrativo e Financeiro do Departamento de Trânsito do Estado do Pará- DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1457/2019-DG/CGP.

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2019/470701;

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de complementação de diárias referente a Portaria 3362/2019, conforme os novos valores estabelecidos pela Portaria nº 278/2019 de 23 de outubro de 2019, publicada no DOE 34023 de 30/10/2019 aos servidores abaixo especificados referente ao deslocamento no período de 23/10 à 06/11/2019.

nome	matricula
Francisco José da Costa Silva	55586658/2
Naum Bastos de Souza Santos	57227682/1
Pedro Afonso Rey Guimarães	57214892/1
Orivaldo Rodrigues dos Santos	57228929/1
Walisson Pedro Pereira de Souza	57226730/1
Gilsley Ferreira e Ferreira	57209068/1
Ely Moraes Anselmo	57227280/1
Nívia Guedes Gorayeb	57195550/2
Rogério Barbosa Ferreira	57226724/1
Francisca Moraes da Silva Nogueira	57201682/2
Anderson Bahia da Silva	57225847/1
Marcus César Rodrigues Moraes	57189262/2
Waldir Dircelo Pantoja Coelho	54196756/3
José Roberto dos Santos Ferreira	57208054/1

LUIZ PAULO MELO BRAGA

Diretor Administrativo e Financeiro

PORTARIA Nº 4188/2019-DAF/CGP, DE 26/11/2019

O Diretor Administrativo e Financeiro do Departamento de Trânsito do Estado do Pará- DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1457/2019-DG/CGP.

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2019/468462;

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de complementação de diárias referente a Portaria 3358/2019, conforme os novos valores estabelecidos pela Portaria nº 278/2019 de 23 de outubro de 2019, publicada no DOE 34023 de 30/10/2019 aos servidores abaixo especificados referente ao deslocamento no período de 23/10 à 09/11/2019.

nome	matricula
Fernando Zanuto Ferrari	57175882/2
Geórgia Oliari Toso	80845450/1
Maria Solene Viana Cruz de Paula	80845406/1

LUIZ PAULO MELO BRAGA

Diretor Administrativo e Financeiro

PORTARIA Nº 4279/2019-DAF/CGP, DE 02/12/2019

O Diretor Administrativo e Financeiro do Departamento de Trânsito do Estado do Pará- DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1457/2019-DG/CGP.

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2019/352589;

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de complementação de diárias referente a Portaria 3527/2019, conforme os novos valores estabelecidos pela Portaria nº 278/2019 de 23 de outubro de 2019, publicada no DOE 34023 de 30/10/2019 a servidora abaixo especificada referente ao deslocamento no período de 29/10 à 27/11/2019.

nome	matricula
Michelle Patricia Gomes dos Santos	57201336/1

LUIZ PAULO MELO BRAGA

Diretor Administrativo e Financeiro

PORTARIA Nº 4449/2019-DAF/CGP, DE 10/12/2019

O Diretor Administrativo e Financeiro do Departamento de Trânsito do Estado do Pará- DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1457/2019-DG/CGP.

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2019/454702;

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de complementação de diárias referente a Portaria 3275/2019, conforme os novos valores estabelecidos pela Portaria nº 278/2019 de 23 de outubro de 2019, publicada no DOE 34023 de 30/10/2019 aos servidores abaixo especificados referente ao deslocamento no período de 23/10 à 30/10/2019.

nome	matricula
Humberto Celso Rosa	57195441/2
Gustavo Alex Santos de Oliveira	57226721/1
Edilson Biá Viana	57226741/1
Bruno Moreira dos Santos Calumby	57198289/1
Ednelson Amaral Serrão	57200234/1
Márcio Odílio Cerveira de Oliveira	57202286/1

LUIZ PAULO MELO BRAGA

Diretor Administrativo e Financeiro

PORTARIA Nº 4511/2019-DAF/CGP, DE 23/12/2019

O Diretor Administrativo e Financeiro do Departamento de Trânsito do Estado do Pará- DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 1457/2019-DG/CGP;

CONSIDERANDO a solicitação constante no despacho do Processo nº 2019/638537, anexo Processo nº 2019/526905.

R E S O L V E :

RETIFICAR na Portaria nº 3674/2019-DAF/CGP, de 01/11/2019, que autorizou o deslocamento ao servidor Francisco Aires da Silva; onde se lê : referente ao deslocamento de Castanhal para o município de Barcarena.

leia-se : referente ao deslocamento de Marabá para o município de Barcarena.

LUIZ PAULO MELO BRAGA

Diretor Administrativo e Financeiro

Protocolo: 511708

FUNDO DE INVESTIMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

TERMO ADITIVO A CONTRATO

6º Termo Aditivo ao Contrato nº 91/2018-FISP. EXERCÍCIO: 2018
OBJETO: Prorrogação de prazo de vigência do Contrato nº 91/2018 por mais 31 (trinta e um) dias a contar de 29 de dezembro de 2019 a 28 de janeiro de 2020 para conclusão da obra de REFORMA GERAL E CONSTRUÇÃO DA SAT DO 4º GBM - SANTARÉM.

FUNDAMENTO: o inciso II do § 1º do artigo 57 da Lei 8.666/93 e a Cláusula VII do contrato nº 91/2018-FISP.

DATA DA ASSINATURA: 27/12/2019.

ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS

Diretor e Ordenador de Despesas do FISP -

ANTÔNIO LOPES MOREIRA / CONSNEO XIS CONSTRUTORA EIRELI - EPP.

Protocolo: 511594

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 1314/2019-GAB/SUSIPE BELÉM, 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

Nome: PERPÉTTUA DO SOCORRO BENTES COSTA, Matrícula nº 42455/1,
Cargo: Assistente Administrativo.
Período Aquisitivo: 2015/2018.
Período de Gozo: 02/01/2020 a 31/01/2020.

Protocolo: 511894

PORTARIA Nº 1283/2019-GAB/SUSIPE BELÉM, 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

Nome: ANA DOROTEIA MARQUES LOBO, Matrícula nº 5086825/3,
Cargo: Téc. em Gestão Penitenciária – Serviço Social.
Período Aquisitivo: 2015/2018.
Período de Gozo: 02/01/2020 a 31/01/2020.

Protocolo: 511892

PORTARIA Nº 1284/2019-GAB/SUSIPE BELÉM, 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

Nome: ROSEMARY PAMPLONA MIRANDA, Matrícula nº 57198141/1,
Cargo: Téc. em Gestão Penitenciária – Nutricionista.
Período Aquisitivo: 2014/2017.
Período de Gozo: 02/01/2020 a 31/01/2020.

Protocolo: 511893

PORTARIA Nº 1319/2019-GAB/SUSIPE BELÉM, 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

Nome: ALEXANDRE DE BARROS IGARASHI, Matrícula nº 57213737/1,
Cargo: Téc. em Gestão Penitenciária - Odontologia.
Período Aquisitivo: 2015/2018.
Período de Gozo: 02/01/2020 a 31/01/2020.

Protocolo: 511891

PORTARIA Nº 1320/2019-GAB/SUSIPE BELÉM, 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

Nome: SOLANGE MARQUES DOS SANTOS RODRIGUES, Matrícula nº 57201537/1, Cargo: Téc. em Gestão Penitenciária – Serviço Social.
Período Aquisitivo: 2014/2017.
Período de Gozo: 02/01/2020 a 31/01/2020.

Protocolo: 511899

PORTARIA Nº 1317/2019-GAB/SUSIPE BELÉM, 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

Nome: ERLYC FERREIRA DE AVIZ, Matrícula nº 57201912/1, Cargo: Auxiliar de Informática.
Período Aquisitivo: 2014/2017.
Período de Gozo: 02/01/2020 a 31/01/2020.

Protocolo: 511890

PORTARIA Nº 1315/2019-GAB/SUSIPE BELÉM, 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

Nome: ALINE GESELE RIBEIRO DE SOUZA ALMEIDA, Matrícula nº 5898569/1, Cargo: Auxiliar de Serviços Operacionais.
Período Aquisitivo: 2015/2018.
Período de Gozo: 02/01/2020 a 31/01/2020.

Protocolo: 511896

PORTARIA Nº 1316/2019-GAB/SUSIPE BELÉM, 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

Nome: ANTONIO CARLOS FERREIRA MOREIRA, Matrícula nº 57213376/1, Cargo: Auxiliar Operacional.
Período Aquisitivo: 2015/2018.
Período de Gozo: 02/01/2020 a 31/01/2020.

Protocolo: 511897

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 1244/2019-GAB/SEAP BELÉM-PA, 22 DE NOVEMBRO DE 2019.

DESIGNAR a servidora DORACY PEREIRA BARROS AZEVEDO, matrícula nº54180959, para exercer a Função Gratificada de Serviços Técnicos Penitenciários de Controle de Prontuários - FGSP, com lotação na Central de Recuperação Regional de Redenção, no período de 02/02 a 31/12/19, em substituição ao titular EULEJUNHO MARTINS SALES, matrícula funcional nº541888187, que estará em gozo de férias regulamentares.
JARBAS VASCONCELOS DO CARMO
Secretário de Estado para Assuntos Penitenciários do Estado do Pará.

Protocolo: 511749

PORTARIA Nº 1223/2019-GAB/SEAP BELÉM-PA, 21 DE NOVEMBRO DE 2019.

DESIGNAR a servidora PATRICIA DO SOCORRO ALVES DOS SANTOS, matrícula funcional nº54180741, para exercer a Função Gratificada de Serviços Técnicos Penitenciários de Reinserção Social - FGSP, com lotação na Central de Recuperação Regional de Capanema, no período de 02/12 a 31/12/19, em substituição a titular VALMIRA FERREIRA DOS SANTOS, matrícula funcional nº54196277, que estará em gozo de férias regulamentares.

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Secretário de Estado para Assuntos Penitenciários do Estado do Pará.

Protocolo: 511814

PORTARIA Nº 1323/2019 – GAB/SUSIPE Belém/PA, 27 de Dezembro de 2019.

O Secretário de Estado de Administração Penitenciária, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o disposto no art. 68 da Lei nº 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor MICHEL VAZ SOARES, matrícula nº5869030, Agente Prisional/CRR-Paragominas, para atuar como fiscal do Convênio 007/2019, celebrado junto a JUPARANÁ LTDA, cujo objeto é a utilização de mão de obra carcerária de 02 (dois) internos em regime semiaberto e fechado.

Art. 2º - Deliberar que o servidor supracitado atue em conformidade com o estabelecido no dispositivo legal mencionado em epígrafe, até a vigência final do referido instrumento.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Secretário de Estado de Administração Penitenciária

Protocolo: 511880

PORTARIA Nº 1214/2019-GAB/SEAP BELÉM-PA, 21 DE NOVEMBRO DE 2019.

EXCLUIR DA Portaria Nº668/2019- GAB/SUSIPE de 24/06/2019, publicada no DOE nº33905, de 27/06/2019, JANILDO SANTANA LOPES, matrícula 5943305, da Função Gratificada de Supervisor de Equipe Penitenciária - FGEP, com lotação no Centro de Recuperação Agrícola Mariano Antunes, a contar de 01 de agosto de 2019.

DESIGNAR WILLER FELIPE COSTA CAVALCANTE, matrícula 5920773, para exercer a referida função na unidade penal, a contar de 02 de agosto de 2019.

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Secretário de Estado para Assuntos Penitenciários do Estado do Pará.

Protocolo: 511805

PORTARIA Nº 1236/2019-GAB/SEAP BELÉM-PA, 22 DE NOVEMBRO DE 2019.

DESIGNAR o servidor GILVAN MOREIRA DE OLIVEIRA, matrícula funcional nº54181000, para exercer a Função Gratificada de Supervisor de Equipe Penitenciária - FGEP, com lotação no Centro de Recuperação Regional de Redenção, no período de 01/10 a 30/10/19, em substituição ao titular EURIPEDES JOSÉ DE PAULA, matrícula funcional nº54180683, que esteve em gozo de férias regulamentares.

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Secretário de Estado para Assuntos Penitenciários do Estado do Pará.

Protocolo: 511765

PORTARIA Nº 1308/2019 – GAB/SUSIPE Belém/PA, 27 de Dezembro de 2019.

O Secretário de Estado de Administração Penitenciária, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o disposto no art. 68 da Lei nº 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor NORBERTO JÚNIOR BARROS DO AMARAL, matrícula nº 55590035, Gerente de Infraestrutura – Atendimento de Suporte Técnico, para atuar como fiscal de CONVÊNIO nº 009/2010, celebrado junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará- TJE/PA, cujo objeto é a Cooperação Mútua para implantação do Sistema de Videoconferência nos procedimentos judiciais destinados ao interrogatório, oitiva e à audiência de detentos e apenados pelo Poder Judiciário que se encontrem sob responsabilidade da SEAP .

Art. 2º - Deliberar que o servidor supracitado atue em conformidade com o estabelecido no dispositivo legal mencionado em epígrafe, até a vigência final do referido instrumento.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Secretário de Estado de Administração Penitenciária

Protocolo: 511887

**PORTARIA Nº 1233/2019-GAB/SEAP
BELÉM-PA, 22 DE NOVEMBRO DE 2019.**

EXCLUIR DA Portaria Nº524/2017- GAB/SUSIPE de 04/07/2017, publicada no DOE nº33410, de 06/07/2017, MARCELO TEIXEIRA DIAS, matrícula 54182143, da Função Gratificada de Serviços Técnicos Penitenciários de Reinserção Social - FGSP, com lotação na Central de Triagem Masculina de Santarém, a contar de 06 de novembro de 2019
DESIGNAR MARIA SUELY MARQUES ALVES, matrícula 5941799, para exercer a referida função na unidade penal, a contar de 07 de novembro de 2019.

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Secretário de Estado para Assuntos Penitenciários do Estado do Pará.

Protocolo: 511799

**PORTARIA Nº 1303/2019-GAB/SEAP
BELÉM-PA, 16 DE DEZEMBRO DE 2019.**

DESIGNAR a servidora DAYSE DO SOCORRO BRITO QUEIROZ, matrícula funcional nº5941140, para exercer a Função Gratificada de Supervisor de Serviço Técnico Penitenciário Chefe de Arquivo e Prontuário - GSTP, com lotação no Central de Triagem da Cremação, no período de 02/12 a 31/12/19, em substituição a titular ADRIANA TEIXEIRA MACIEL, matrícula funcional nº57192296, que estará em gozo de férias regulamentares.

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Secretário de Estado para Assuntos Penitenciários do Estado do Pará.

Protocolo: 511815

**PORTARIA Nº 1213/2019-GAB/SEAP
BELÉM-PA, 26 DE NOVEMBRO DE 2019.**

EXCLUIR DA Portaria Nº758/2019- GAB/SUSIPE de 08/07/2019, publicada no DOE nº33918, de 11/07/2019, JOÃO PAULO DA SILVA LIRA, matrícula 5942242, da Função Gratificada de Supervisor de Equipe Penitenciária - GSEP, com lotação no Centro de Recuperação Agrícola Silvio Hall de Moura, a contar de 18 de outubro de 2019.

DESIGNAR PAULO ROGÉRIO DE OLIVEIRA, matrícula 57209034, para exercer a referida função na unidade penal, a contar de 19 de outubro de 2019.

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Secretário de Estado para Assuntos Penitenciários do Estado do Pará.

Protocolo: 511807

**PORTARIA Nº 1242/2019-GAB/SEAP
BELÉM-PA, 21 DE NOVEMBRO DE 2019.**

DESIGNAR o servidor ADILSON PINHEIRO ANTUNES, matrícula funcional nº57220971, para exercer a Função Gratificada de Serviços Técnicos Penitenciários de Manutenção Predial - FGSP, com lotação na Central de Recaptura de Condenados, no período de 01/10 a 30/10/19, em substituição ao titular GILBERTO LUIZ DE SOUZA RODRIGUES, matrícula funcional nº54181490, que esteve em gozo de férias regulamentares.

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Secretário de Estado para Assuntos Penitenciários do Estado do Pará.

Protocolo: 511750

**PORTARIA Nº 1238/2019-GAB/SEAP
BELÉM-PA, 22 DE NOVEMBRO DE 2019.**

EXCLUIR DA Portaria Nº662/2019- GAB/SUSIPE de 17/06/2019, publicada no DOE nº33901, de 24/06/2019, ANDERSON PEIXOTO DA COSTA, matrícula 5942958, da Função Gratificada de Serviços Técnicos Penitenciários de Manutenção Predial - FGSP, com lotação no Centro de Recuperação Agrícola Silvio Hall de Moura, a contar de 24 de setembro de 2019.

DESIGNAR ALMERISTON ALAIR BARBOSA DO NASCIMENTO, matrícula 5923436, para exercer a referida função na unidade penal, a contar de 25 de setembro de 2019.

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Secretário de Estado para Assuntos Penitenciários do Estado do Pará

Protocolo: 511758

**PORTARIA Nº 1302/2019-GAB/SEAP
BELÉM-PA, 16 DE DEZEMBRO DE 2019.**

DESIGNAR a servidora LIDIANE OLIVEIRA MATOS, matrícula funcional nº57210879, para exercer a Função Gratificada de Supervisor de Serviço Técnico Penitenciário Chefe da biopsicossocial - GSTP, com lotação no Central de Triagem da Marambaia, no período de 02/12 a 31/12/19, em substituição a titular SONIA CRISTINA PORTO MONTEIRO, matrícula funcional nº5879833, que estará em gozo de férias regulamentares.

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Secretário de Estado para Assuntos Penitenciários do Estado do Pará.

Protocolo: 511802

**PORTARIA Nº 1309/2019 – GAB/SUSIPE
BELÉM/PA, 27 de Dezembro de 2019.**

O Secretário de Estado de Administração Penitenciária, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o disposto no art. 68 da Lei nº 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor RODRIGO ARAÚJO DE OLIVEIRA, matrícula nº 5935371/2, Gerente de Desenvolvimento e Manutenção de Sistema, para atuar como fiscal do ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 02/2019, celebrado junto ao Ministério Público do Estado do Pará- MPPA, cujo objeto é a Cooperação Técnica para disponibilizar acesso do MPPA a dados afetos a pessoas físicas e jurídicas existentes nas bases de dados da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, resguardados os de caráter sigilosos.

Art. 2º - Deliberar que o servidor supracitado atue em conformidade com o estabelecido no dispositivo legal mencionado em epígrafe, até a vigência final do referido instrumento.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Secretário de Estado de Administração Penitenciária

Protocolo: 511875

**PORTARIA Nº 1294/2019 – GAB/SUSIPE
Belém/PA, 27 de Dezembro de 2019.**

O Secretário de Estado de Administração Penitenciária, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o disposto no art. 68 da Lei nº 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora CARMEM LÚCIA SABÁ FONSECA, matrícula nº 2051796-3, Psicóloga/CAVS, para atuar como fiscal do Convênio s/ nº 2019, celebrado junto ao Serviço Social do Comércio - SESC, tem por objetivo facultar aos funcionários e associados adimplentes do segundo conveniente, em suas unidades operacionais, excetuando Pilates, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Refeição, cujas realizações voltam-se às condições definidas a sua categoria e pagarão pela emissão da carteira o valor de R\$ 23,00 (Vinte e Três Reais), com validade anual.

Art. 2º - Deliberar que a servidora supracitada atue em conformidade com o estabelecido no dispositivo legal mencionado em epígrafe, até a vigência final do referido instrumento.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Secretário de Estado de Administração Penitenciária

Protocolo: 511883

**PORTARIA Nº 1279/2019 – GAB/SUSIPE
Belém/PA, 27 de Dezembro de 2019.**

O Secretário de Estado de Administração Penitenciária, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o disposto no art. 68 da Lei nº 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora VANDA DA CONSOLAÇÃO FERNANDES, matrícula nº 57176464, Coordenadora de Planejamento e Pesquisa/EAP, para atuar como fiscal do Termo de Cessão nº 001/2019, celebrado junto a FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU BELÉM LTDA, tendo como objeto a cessão de 14 (quatorze) salas de aulas da Faculdade Maurício de Nassau de Belém, bem como os bens existentes nas salas e nas dependências do imóvel para realização do curso de Formação Profissional para Agentes Prisionais.

Art. 2º - Deliberar que a servidora supracitada atue em conformidade com o estabelecido no dispositivo legal mencionado em epígrafe, até a vigência final do referido instrumento.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Secretário de Estado de Administração Penitenciária

Protocolo: 511874

**PORTARIA Nº 1245/2019-GAB/SEAP
BELÉM-PA, 22 DE NOVEMBRO DE 2019.**

DESIGNAR o servidor RAUL GESTA FARIAS, matrícula funcional nº5830796, para exercer a Função Gratificada de Serviços Técnicos Penitenciários de Manutenção Predial- FGSP, com lotação no Centro de Progressão Penitenciária de Belém, no período de 02/12 a 31/12/19, em substituição ao titular DJALMA PAMPLONA DOS SANTOS JÚNIOR, matrícula funcional nº54193735, que estará em gozo de férias regulamentares.

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Secretário de Estado para Assuntos Penitenciários do Estado do Pará.

Protocolo: 511752

**PORTARIA Nº 1221/2019-GAB/SEAP
BELÉM-PA, 21 DE NOVEMBRO DE 2019.**

EXCLUIR DA Portaria Nº207/2019- GAB/SUSIPE de 27/02/2019, publicada no DOE nº33821, de 11/03/2019, SILVIO MARCOS SANTOS BORGES, matrícula 5891635, da Função Gratificada de Supervisor de Equipe Penitenciária - FGEP, com lotação no Centro de Recuperação Coronel Anastácio das Neves, a contar de 16 de outubro de 2019.

DESIGNAR RODRIGO DE LIMA ALVES, matrícula 5950266, para exercer a referida função na unidade penal, a contar de 17 de outubro de 2019.

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Secretário de Estado para Assuntos Penitenciários do Estado do Pará.

Protocolo: 511809

**PORTARIA Nº 1304/2019-GAB/SEAP
BELÉM-PA, 26 DE DEZEMBRO DE 2019.**

DESIGNAR o servidor ZENIS RAMOS DA COSTA, matrícula funcional nº5431050, para exercer a Função Gratificada de Supervisor de Serviços Técnicos Penitenciários de Controle de Prontuário- GSTP, com lotação no Centro de Recuperação Agrícola Silvio Hall de Moura, a contar de 16 de outubro de 2019, em substituição ao servidor, ANTONIO KLAGENS CAMBRIA DOS SANTOS, matrícula funcional nº5850673.

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Secretário de Estado para Assuntos Penitenciários do Estado do Pará.

Protocolo: 511816

**PORTARIA Nº 1222/2019-GAB/SEAP
BELÉM-PA, 21 DE NOVEMBRO DE 2019.**

DESIGNAR o servidor ALBENOR BARROS ASSUNÇÃO, matrícula funcional nº57220865, para exercer a Função Gratificada de Serviços Técnicos Penitenciários de Manutenção Predial - FGSP, com lotação na Central de Triagem da Metropolitana I, no período de 02/12 a 31/12/19, em substituição ao titular JAIRO ALVES DA SILVA, matrícula funcional nº5614678, que estará em gozo de férias regulamentares.

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Secretário de Estado para Assuntos Penitenciários do Estado do Pará.

Protocolo: 511811

**PORTARIA Nº 1239/2019-GAB/SEAP
BELÉM-PA, 22 DE NOVEMBRO DE 2019.**

EXCLUIR DA Portaria Nº778/2018- GAB/SUSIPE de 11/07/2018, publicada no DOE nº 33656, de 13/07/2019, ALEX VASCONCELOS SANTANA, matrícula 5725160, da Função Gratificada de Serviços Técnicos Penitenciários de Manutenção Predial - FGSP, com lotação na Central de Triagem Masculina de Santarém, a contar de 03 de novembro de 2019.

DESIGNAR VALDIR MARQUES PINTO, matrícula 5725283, para exercer a referida função na unidade penal, a contar de 04 de novembro de 2019.

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Secretário de Estado para Assuntos Penitenciários do Estado do Pará.

Protocolo: 511755

**PORTARIA Nº 1237/2019-GAB/SEAP
BELÉM-PA, 22 DE NOVEMBRO DE 2019.**

DESIGNAR a servidora MARCILEIA FRANCO MARTINS, matrícula funcional nº5537673, para exercer a Função Gratificada de Supervisor de Equipe Penitenciária - FGEP, com lotação na Central de Recuperação Regional de Paragominas, a contar de 10 de outubro de 2019.

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Secretário de Estado para Assuntos Penitenciários do Estado do Pará.

Protocolo: 511763

**PORTARIA Nº 1234/2019-GAB/SEAP
BELÉM-PA, 22 DE NOVEMBRO DE 2019.**

EXCLUIR DA Portaria Nº1002/2019- GAB/SUSIPE de 23/09/2019, publicada no DOE nº34003, de 07/10/2019, AMARILDO LELIS, matrícula 5832349, da Função Gratificada de Supervisor de Equipe Penitenciária - FGEP, com lotação na Central de Triagem Metropolitana III, a contar de 11 de outubro de 2019

DESIGNAR EDINALDO DE SOUSA OLIVEIRA, matrícula 5949934, para exercer a referida função na unidade penal, a contar de 12 de outubro de 2019.

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Secretário de Estado para Assuntos Penitenciários do Estado do Pará.

Protocolo: 511796

**PORTARIA Nº 1220/2019-GAB/SEAP
BELÉM-PA, 21 DE NOVEMBRO DE 2019.**

EXCLUIR DA Portaria Nº338/2017- GAB/SUSIPE de 27/04/2017, publicada no DOE nº33364, de 02/05/2017, CLAUDIO JUNIOR DE OLIVEIRA FERREIRA, matrícula 5710235, da Função Gratificada de Serviços Técnicos Penitenciários de Manutenção Predial- FGSP, com lotação no Centro de Recuperação Coronel Anastácio das Neves, a contar de 30 de setembro de 2019.

DESIGNAR PAULO SÉRGIO ALVES VIANA, matrícula 57203120, para exercer a referida função na unidade penal, a contar de 01 de outubro de 2019.

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Secretário de Estado para Assuntos Penitenciários do Estado do Pará.

Protocolo: 511804

**PORTARIA Nº 1232/2019-GAB/SEAP
BELÉM-PA, 22 DE NOVEMBRO DE 2019.**

EXCLUIR DA Portaria Nº316/2019- GAB/SUSIPE de 18/03/2019, publicada no DOE nº33842, de 04/04/2019, REGINALDO BENTES, matrícula 5179360, da Função Gratificada de Supervisor de Equipe Penitenciária - FGEP, com lotação no Centro de Recuperação Penitenciário do Pará III, a contar de 12 de novembro de 2019.

DESIGNAR JOSÉ CRISTIANO FERREIRA DE QUEIROZ, matrícula 5891539, para exercer a referida função na unidade penal, a contar de 13 de novembro de 2019.

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Secretário de Estado para Assuntos Penitenciários do Estado do Pará.

Protocolo: 511812

ERRATA

TÉRMINO DE VINCULO, publicada no DOE 34074, de 27/12/2019,
Protocolo 511394.

SERVIDOR:

- LUCAS DO NASCIMENTO DIAS.

Onde se lê: TERMINO DE VINCULO: 01/12/2019;

Leia-se: TERMINO DE VINCULO: 27/12/2019

Protocolo: 511903

TÉRMINO DE VINCULO, publicada no DOE 34063, de 17/12/2019,
Protocolo 509022.

SERVIDORA: - VANESSA MENEZES.

Onde se lê: TERMINO DE VINCULO: 17/12/2019;

Leia-se: TERMINO DE VINCULO: 01/12/2019.

Onde se lê: FUNÇÃO: AGENTE PRISIONAL

Leia-se: FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

Protocolo: 511900

TERMO ADITIVO A CONTRATO**TERMO ADITIVO AO CONTRATO 109/2017**

Termo aditivo: 2

Data da assinatura: 27/12/2019

Classificação do Objeto: outros

Motivo: Do prazo de vigência

Justificativa: O prazo de vigência será prorrogado pelo período de até 60 (sessenta) dias, iniciando sua vigência em 28/12/2019 e encerrando em 28/02/2020, sob a luz dos ditames do art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93. Com renúncia da cláusula de reajuste ao contrato, em obediência ao art. 2º, inciso III do Decreto nº 1, de 02 de janeiro de 2019, o qual estabelece diretrizes de contingenciamento de despesa de custeio e de pessoal, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo. Ficando o valor global do contrato R\$ 360.788,40 (trezentos e sessenta mil, setecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos), em proporcionalidade ao prazo prorrogado.

Contrato: 109

Exercício: 2017

Contratado: CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

Endereço: Avenida Saraiva, nº 400, sala 04 Bairro Vila Cintra

CEP 08.745-900 Mogi das Cruzes/SP

Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 511936

TORNAR SEM EFEITO**TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO**

Tornar sem efeito a publicação no DOE 34066, de 19/12/2019, Protocolo 509918, somente no que diz respeito ao término de vínculo do servidor LUIZ CARLOS DE SOUZA LIMA

Protocolo: 511825

TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO

Tornar sem efeito a publicação no DOE 34068, de 20/12/2019, Protocolo 510379, somente no que diz respeito ao término de vínculo da servidora CRISTILENE TAVARES HENRIQUES.

Protocolo: 511824

OUTRAS MATÉRIAS**PORTARIA Nº 1235/2019-GAB/SEAP
Belém-PA, 22 de novembro de 2019.**

EXCLUIR DA Portaria Nº846/2019- GAB/SUSIPE de 29/07/2019, publicada no DOE nº33941, de 05/08/2019, SÉRGIO RICARDO PINTO CONCEIÇÃO, matrícula 57192467, da Função Gratificada de Supervisor de Equipe Penitenciária - FGEP, com lotação Na Central de Recaptura de Condenados, a contar de 01 de novembro de 2019.

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Secretário de Estado para Assuntos Penitenciários do Estado do Pará.

Protocolo: 511791

TERMO DE DOAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS Nº 01/2019 - SEAP

TERMO DE DOAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS QUE CELEBRAM ENTRE SI A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E A ENTIDADE CENTRO SOCIAL, ESPORTIVO, CULTURAL, DAS ADVERSIDADES E DE GARANTIA DE DIREITOS GILEADE (Processo Administrativo nº 2019/66152 - SEAP).

A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, com sede na cidade de Belém, Estado do Pará, na Rua dos Tamoios 1592, Batista Campos, CEP: 66.033-173, doravante denominada DOADORA, neste ato, representada pelo Senhor Secretário Extraordinário de Estado para Assuntos Penitenciários, Jarbas Vasconcelos do Carmo, e de outro lado a entidade CENTRO SOCIAL, ESPORTIVO, CULTURAL, DAS ADVERSIDADES E DE GARANTIA DE DIREITOS GILEADE, inscrita no CNPJ nº 06.375.930/0001-06, com sede na Rua Bom Fim, Quadra 70, nº 18, Bairro do Curuçambá, CEP 67.143-000, Município de Ananindeua, Estado do Pará, doravante denominada DONATÁRIA, aqui representada por seu Presidente, Senhor Ricardo Augusto Soares Gimenés, portador da CI nº 2276044 SSP/PA e do CPF nº 574.128.202-49, considerando o que consta no Processo Administrativo nº 2019/66152 - SEAP, RESOLVEM celebrar o presente Termo de Doação, em consonância com o art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/1993, e demais diplomas legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1

O presente termo visa a doação de bens móveis considerados inservíveis para a Administração, livre de qualquer ressarcimento, com o exclusivo fim de uso e interesse social de contribuir com entidade donatária domiciliada no Estado do Pará.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRESSUPOSTOS PARA DOAÇÃO 2.1

Considerando a inconveniência sócio-econômica na escolha por outra forma de alienação de bens inservíveis na Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e o interesse único e exclusivo da DONATÁRIA em utilizá-los na consecução dos seus objetivos, pressupostos que permitem e autorizam, com fundamento no art. 17, II, "a" da Lei nº 8.666/93 e demais legislação correlata, a doação dos bens móveis inservíveis de propriedade da DOADORA, conforme os autos do Processo Administrativo nº 2019/66152 - SEAP. 2.2 Os bens móveis inservíveis desincorporados do patrimônio público da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e entregues para a DONATÁRIA, mediante este Termo, não constavam de registro de patrimônio da SEAP. 2.3 Sob pena de reversão dos bens doados, a DONATÁRIA deverá se comprometer a: I – usar os bens doados exclusivamente para consecução dos seus fins sociais; II – comprovar a qualquer tempo a destinação dada aos referidos bens. 2.4. A DONATÁRIA aceita, sem reservas, a doação gratuita dos bens inservíveis, aqui processada, declarando já ter conhecimento do estado dos mesmos, isentando-se, desse modo, a DOADORA, a partir da data de sua retirada do espaço da Secretaria, de todo e qualquer ônus ou responsabilidade que recaia ou venha a recair sobre o objeto da presente doação. 2.5. Os materiais que não puderem ser aproveitados de alguma forma pela DONATÁRIA, ou apresentarem algum risco ao meio ambiente, deverão ser descartados pela mesma com a observância da legislação aplicável a fim de que não haja agressão ao meio ambiente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL E SUJEIÇÃO ÀS NORMAS APLICÁVEIS 3.1

O presente instrumento será regido pela Lei nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes, bem como pelas cláusulas e condições nele estabelecidas.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DESPESAS E DA RETIRADA DOS BENS DOADOS 4.1.

As despesas com carregamento e transporte dos bens inservíveis doados serão de inteira responsabilidade da DONATÁRIA. 4.2. A retirada dos bens inservíveis doados deverá ser efetuada pela DONATÁRIA, em data e horário a serem previamente agendados junto à Gerência de Patrimônio da SEAP, e deverá ser realizada impreterivelmente no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do Termo de Doação de Bens Inservíveis, sob pena do material ser oferecido a outro órgão ou entidade de caráter social.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO 5.1.

O procedimento de retirada pela DONATÁRIA dos bens inservíveis objeto desta doação deverá ser acompanhado e fiscalizado por servidor da Gerência de Patrimônio para tal designado, mediante Portaria da Autoridade Superior. 5.2. O fiscal deverá apresentar, ao final, Laudo Conclusivo comprobatório da doação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 6.1

A DONATÁRIA declara que concorda plenamente como todos os termos e condições do presente instrumento e aceita plenamente a doação em tela. Estando justo e acordado, assinam o presente Instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para fins de produção dos efeitos legais e de direito entre as partes.

Belém (PA), 27 de dezembro de 2019.

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

DOADORA

RICARDO AUGUSTO SOARES GIMENES

S. E. C. A. G. D. GILEAE

DONATÁRIA

Protocolo: 512037

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

LICENÇA PRÊMIO**PORTARIA 836/19 DE 26.12.2019**

Servidor: Ronaldo Bitencourt Lourenço

Cargo: Assistente Cultural-Operador de Som

Matrícula: 5080074-1

Período de Gozo: 13.01.2020 a 11.02.2020, 30 (trinta) dias

Triênio: 07.01.2014 a 06.01.2017

Protocolo: 511821

DESIGNAR SERVIDOR**PORTARIA Nº 837 DE 26.12.2019**

Servidor: Elvira Aparecida Bueno Rosa de Sousa

Matrícula: 57192064-1

Cargo: Técnico em Gestão Pública-Administrador

Objeto: Responder pelo cargo de Gerente de Material e Patrimônio, durante as férias da titular.

Período da designação: 15.01.2020 a 13.02.2020

Protocolo: 511823

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**Aviso de Licitação Deserta****Pregão Eletrônico nº 18/2019/SECULT**

A Secretaria de Estado de Cultura, por intermédio de seu secretário adjunto, torna público que a licitação realizada no dia 27/12/2019, às 09:01, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 18/2019/SECULT, que objetiva a Contratação de empresa especializada para a CESSÃO DE USO, A TÍTULO ONEROSO, do espaço Restô do Parque, localizado no Parque da Residência, sito Avenida Magalhães Barata, no. 830, no bairro de São Brás, nesta cidade de Belém, CEP: 66060-600, para a exploração de serviços de alimentação e a realização de eventos, dispondo de serviços à la carte e buffet, com produtos oriundos da culinária paraense e da gastronomia internacional, conforme condições, e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, foi considerada DESERTA, tendo em vista o não comparecimento de licitantes interessados.

Belém (PA), 27 de dezembro de 2019.

Bruno Chagas da Silva Rodrigues Ferreira

Secretário Adjunto de Estado de Cultura.

Protocolo: 511702

OUTRAS MATÉRIAS**LICENÇA PATERNIDADE****PORTARIA Nº 830 DE 23.12.2019**

Servidor: Paulo Henrique Reis Costa

Matrícula: 57197006-1

Cargo: Assistente Administrativo

Certidão de Nascimento: 067595 01 55 2019 1 00243 075 0148374 13

Período da Licença: 18.11.2019 a 27.11.2019, 10 (dez) dias

Protocolo: 511818

TERMO ADITIVO A CONTRATO**TERMO ADITIVO: 1**

DATA DE ASSINATURA: 20/12/2019

JUSTIFICATIVA: O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo

de 25% do valor estabelecido no Contrato Administrativo nº 027/2019.

SECULT, firmado com a Empresa então denominada IK BARROS & CIA

LTDA – ME, hoje, por transformação societária, MÍDIA CENTER SERVIÇOS

DE PRODUÇÃO MUSICAL, CINEMATOGRAFICA E EVENTOS - EIRELI.

PROJETO ATIVIDADE: 8421. FONTE DE RECURSO: 0101000000 (RECURSOS

ORDINÁRIOS). NATUREZA DA DESPESA: 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE

TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.. PTRES: 158421. PI: 19EMEN00539.

AÇÃO: 257998. FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 13.392.1444-8421.

CONTRATO: 027

EXERCÍCIO: 2019

CONTRATADO: MÍDIA CENTER SERVIÇOS DE PRODUÇÃO MUSICAL,

CINEMATOGRAFICA E EVENTOS - EIRELI

ENDEREÇO: Av. Duque de Caxias, nº 1133, CEP: 66.093-026, Bairro do

Marco, Belém/PA

ORDENADOR: Bruno Chagas da Silva Rodrigues Ferreira

Protocolo: 512038

FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ

PORTARIA**PORTARIA Nº 956 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019.**

O Presidente da Fundação Cultural do Estado Pará, usando das atribuições

que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986,

nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, pelo Decreto Esta-

dual, publicados no DOE nº 32.798 de 01 de janeiro de 2015 e no DOE nº

33.111 de 19 de abril de 2016, e ainda Decreto Governamental publicado

no DOE nº 33.782, de 16 de janeiro de 2019.

CONSIDERANDO a Lei 8.666/93, sobre o acompanhamento e fiscalização

de contratos, convênios e parcerias, e ainda de acordo com o Processo

2019/618287.

RESOLVE DESIGNAR, para a função de Fiscal do Convênio nº 013/2019-

FCP, com o MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ, que tem como objeto

o repasse de recursos financeiros, a título de contribuição, como forma de

apoio visando a realização do Projeto "FESTIVAL DE CULTURA GUAMAENSE

2020", o servidor: JOSÉ AUGUSTO RODRIGUES DA SILVA matrícula:

57205072/2, cargo: Auxiliar Operacional; e como Fiscal Substituto a ser-

vidora: SUZANE CLÁUDIA GOMES PEREIRA, matrícula: 772941/4, cargo:

Professora AD-4

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

JOÃO AUGUSTO VIEIRA MARQUES JUNIOR

Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará /FCP.

Protocolo: 512006

PORTARIA Nº 945 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019

O Presidente da Fundação Cultural do Estado Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986, nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, pelo Decreto Estadual, publicados no DOE nº 32.798 de 01 de janeiro de 2015 e no DOE nº 33.111 de 19 de abril de 2016, e ainda Decreto Governamental publicado no DOE nº 33.782, de 16 de janeiro de 2019.

CONSIDERANDO a Lei 8.666/93, sobre o acompanhamento e fiscalização de contratos, convênios e parcerias, e ainda de acordo com o Processo 2019/608588,

RESOLVE DESIGNAR, para a função de Fiscal do Termo de Fomento nº 011/2019 - FCP, com a ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO PARÁ WJ PRODUÇÃO ARTÍSTICA, inscrita sob o CNPJ nº: 15.279.114/0001-90, que tem como objeto o repasse de recursos financeiros, a título de contribuição, como forma de apoio visando a montagem de toda a infraestrutura do evento: "NATAL DE LUZES DE SALINÓPOLIS 2019" o servidor EDILBERTO TRINDADE DE SOUZA, matrícula nº: 57233316/1, Cargo: Assistente Administrativo, Local de Trabalho: DAF e como Fiscal Substituto a servidora SUZANE CLÁUDIA GOMES PEREIRA, matrícula nº: 772941/4, Cargo: Professora AD-4, Local de Trabalho: DIC

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

JOÃO AUGUSTO VIEIRA MARQUES JÚNIOR

Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará - FCP.

Protocolo: 511847

PORTARIA Nº 944 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019

O Presidente da Fundação Cultural do Estado Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986, nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, pelo Decreto Estadual, publicados no DOE nº 32.798 de 01 de janeiro de 2015 e no DOE nº 33.111 de 19 de abril de 2016, e ainda Decreto Governamental publicado no DOE nº 33.782, de 16 de janeiro de 2019.

CONSIDERANDO a Lei 8.666/93, sobre o acompanhamento e fiscalização de contratos, convênios e parcerias, e ainda de acordo com o Processo 2019/625769,

RESOLVE DESIGNAR, para a função de Fiscal do Termo de Fomento nº 012/2019 - FCP, com a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E ESPORTIVA ARTE SUAVE - ABEAS, inscrita sob o CNPJ nº: 16.924.772/0001-50, que tem como objeto o repasse de recursos financeiros, a título de contribuição, como forma de apoio visando a montagem de toda a infraestrutura do evento: "FIM DE ANO MUSICAL", os servidores:

1º Fiscal: EDILENE SOCORRO BONIFÁCIO AMORIM, matrícula: 5892245, cargo: Técnica em Administração e Finanças. Local de Trabalho: CPROS/DLI; e como Fiscal Substituto a servidora: ANA CLÁUDIA PINHEIRO GONSAGA, matrícula: 715921/1, cargo: Assistente Administrativo. Local de Trabalho: DIC

2º Fiscal: SILVANA DILENE GREIJAL NUNES, matrícula: 5892245, cargo: Técnica em Administração e Finanças. Local de Trabalho: DART; e como Fiscal Substituto a servidora: DEUZA FERNANDES BARBOSA, matrícula: 5717152/2, cargo: Assistente Administrativo. Local de Trabalho: CLIC/DIC

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

JOÃO AUGUSTO VIEIRA MARQUES JÚNIOR

Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará - FCP.

Protocolo: 511873

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 531/2019**

Nº PROCESSO: 2019/577567

VALOR: R\$ 500.000,00

Emenda Parlamentar: 19EMEN00468

Artigo 25, Inciso I, da Lei 8.666/93

Objeto: Aquisição de acervo para as Bibliotecas Municipais do Estado do Pará para execução do Programa Iberbibliotecas (Programa Bibliotecas Públicas).

Contratada: EDITORA E DISTRIBUIDORA CULTURAL BRASIL LTDA. - EPP - CNPJ: 03.273.204/0001-94

Projeto Atividade: 8431 / Fonte: 01010000 /Elemento de despesa: 339030

Ordenador: João Augusto Vieira Marques Junior

Protocolo: 511591

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 532/2019**

Nº PROCESSO: 2019/598799

VALOR: R\$ 20.000,00

Emenda Parlamentar: 19EMEN00535

Artigo 25, Inciso III, da Lei 8.666/93

Objeto: Pagamento de cachê artístico para os artistas/representantes Suanny Batidão por sua apresentação no evento "CIRCUITO EU AMO PEIXE BOI", no dia 29 de Dezembro de 2019, no Município de Peixe Boi-PA.

Contratada: SUANNY ALINE MOURA DIAS 88566838220 - ME - CNPJ: 32.845.326/0001-06

Projeto Atividade: 8423 / Fonte: 01010000 /Elemento de despesa: 339039

Ordenador: João Augusto Vieira Marques Junior

Protocolo: 511819

CONVÊNIO**CONVÊNIO Nº: 013/2019****Processo Administrativo: 2019/618287**

Objeto: A realização do FESTIVAL DE CULTURA GUAMAENSE 2020, conforme os termos do Plano de Trabalho e seus respectivos anexos.

Emenda Parlamentar: 19EMEN0550

Dotação Orçamentária: Projeto Atividade: 8423 19EMEN00550, Fonte Recurso: 0101, Elemento Despesa: 334041, Ação: 231279.

Valor do Repasse: R\$ 800.000,00

Valor da Contrapartida: R\$ 120.000,00

Valor Total do Convênio: R\$ 920.000,00

Vigência: 31/12/2019 até 28/07/2020

Data da Assinatura: 27/12/2019

CONCEDENTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ - FCP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.662.886/0001-43, Avenida Gentil Bittencourt, nº 650, bairro Nazaré, CEP 66.035-340, Belém/PA.

CONVENIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ, sito à BR 010, Bairro Industrial, Complexo Administrativo, CEP: 68.660-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.193.073/0001-60, e-mail: pmsmguama@gmail.com, neste ato representado por seu Representante Legal, o Sr. ANTONIO LEOCÁDIO DOS SANTOS, portador da cédula de Identidade nº: 0812380029 SSP/PA e CPF: 901.845.565-20.

Ordenador: JOÃO AUGUSTO VIEIRA MARQUES JUNIOR

Protocolo: 512000

DIÁRIA**PORTARIA Nº 947- CGP/FCP DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019**

O Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e pelo Decreto do Governador do Estado do Pará, publicados no DOE nº 33782 de 16 de janeiro de 2019. CONSIDERANDO o que dispõe os artigos. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e CONSIDERANDO: O Processo nº 2019/641954 - DIC/FCP, datado de 20/12/2019

RESOLVE:

I - Conceder de acordo com as bases legais vigentes, diárias ao servidor abaixo mencionado, que irá a Ananindeua/PA, a finalidade de fiscalizar a ações de responsabilidade executiva desta FCP.

Nome	Matrícula	Período	Diária
Ilziléia Ferreira da Costa	5952213/1	21/12/2019	½

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

JOÃO AUGUSTO VIEIRA MARQUES JÚNIOR

Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará/FCP

Protocolo: 511901

PORTARIA Nº 950-DIC/FCP, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

O Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e pelo Decreto do Governador do Estado do Pará, publicados no DOE nº 33782 de 16 de janeiro de 2019. CONSIDERANDO o que dispõe os artigos. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e CONSIDERANDO: O Processo nº 2019/641988-DIC/FCP, datado de 20/12/2019

RESOLVE:

I - Conceder de acordo com as bases legais vigentes, diária ao servidor abaixo mencionado, que irá a Benevides/PA, com a finalidade de conduzir servidor que realizará acompanhamento a ações de responsabilidade executiva desta FCP.

Nome	Matrícula	Período	Diária
JOSE JULIO SILVA BEZERRA	5892295/ 1	20 e 21/12/2019	1

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

JOÃO AUGUSTO VIEIRA MARQUES JÚNIOR

Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará/FCP

Protocolo: 511909

PORTARIA Nº 952 - CGP/FCP DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

O Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e pelo Decreto do Governador do Estado do Pará, publicados no DOE nº 33782 de 16 de janeiro de 2019. CONSIDERANDO o que dispõe os artigos. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e CONSIDERANDO: O Processo nº 2019/641974 - DIC/FCP, datado de 20/12/2019

RESOLVE:

I - Conceder de acordo com as bases legais vigentes, diárias ao servidor abaixo mencionado, que irá a Ananindeua/PA, com a finalidade de conduzir servidores que realizarão acompanhamento a ações de responsabilidade executiva desta FCP.

Nome	Matrícula	Período	Diária
Paulo Roberto Souza de Melo	5952207-1	20/12/2019	0,5

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

JOÃO AUGUSTO VIEIRA MARQUES JÚNIOR

Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará/FCP

Protocolo: 511917

PORTARIA Nº 953 – CGP/FCP DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

O Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e pelo Decreto do Governador do Estado do Pará, publicados no DOE nº 33782 de 16 de janeiro de 2019. CONSIDERANDO o que dispõe os artigos. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e CONSIDERANDO: O Processo nº 2019/641968 – DIC/FCP, datado de 20/12/2019

RESOLVE:

I - Conceder de acordo com as bases legais vigentes, diárias ao servidor abaixo mencionado, que irá a Primavera/PA, com a finalidade de conduzir servidores que realizarão acompanhamento a ações de responsabilidade executiva desta FCP.

Nome	Matrícula	Período	Diária
Paulo Roberto Souza de Melo	5952207-1	31/12/19 a 01/01/20	1,5

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

JOÃO AUGUSTO VIEIRA MARQUES JÚNIOR

Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará/FCP

Protocolo: 511920

PORTARIA N.º 949 – CGP/FCP DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

O Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e pelo Decreto do Governador do Estado do Pará, publicados no DOE nº 33782 de 16 de janeiro de 2019. CONSIDERANDO: o Processo nº 2019/637189-DIC/FCP, datado de 19/12/2019.

RESOLVE:

I - Conceder de acordo com as bases legais vigentes, diárias a servidora abaixo mencionada, que irá a Castanhal/PA, a fim de fiscalizar ações de responsabilidade executiva desta FCP.

Nome	Matrícula	Cargo	Período	Diária
Maria Valdeise da Costa Rocha	57201863/2	TEC.ADM. FINANÇAS	31/12/19 a 01/01/20	1

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

JOÃO AUGUSTO VIEIRA MARQUES JÚNIOR

Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará/FCP

Protocolo: 511907

PORTARIA Nº 954-CGP/FCP, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

O Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e pelo Decreto do Governador do Estado do Pará, publicados no DOE nº 33782 de 16 de janeiro de 2019. CONSIDERANDO o que dispõe os artigos. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e CONSIDERANDO: O Processo nº 2019/641965-DIC/FCP, datado de 20/12/2019

RESOLVE:

I - Conceder de acordo com as bases legais vigentes, diárias ao servidor abaixo mencionado, que irá a Peixe Boi/PA, a finalidade de conduzir servidor que fiscalizará ações de responsabilidade executiva desta FCP.

Nome	Matrícula	Período	Diária
Gustavo Freire Monteiro	5952206-1	29 e 30/12/19	1 ½

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

JOÃO AUGUSTO VIEIRA MARQUES JÚNIOR

Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará/FCP

Protocolo: 511923

PORTARIA Nº 955 – CGP/FCP DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

O Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e pelo Decreto do Governador do Estado do Pará, publicados no DOE nº 33782 de 16 de janeiro de 2019. CONSIDERANDO o que dispõe os artigos. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e CONSIDERANDO: O Processo nº 2019/641955 – DIC/FCP, datado de 20/12/2019

RESOLVE:

I - Conceder de acordo com as bases legais vigentes, diárias ao servidor abaixo mencionado, que irá a Peixe Boi/PA, a fim de fiscalizar ações de responsabilidade executiva desta FCP.

Nome	Matrícula	Período	Diária
CARLOS HUMBERTO FERREIRA	3255417/1	29 e 30/12/2019	1,5

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

JOÃO AUGUSTO VIEIRA MARQUES JÚNIOR

Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará/FCP

Protocolo: 511929

PORTARIA N.º 948 – CGP/FCP DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

O Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e pelo Decreto do Governador do Estado do Pará, publicados no DOE nº 33782 de 16 de janeiro de 2019. CONSIDERANDO: o Processo nº 2019/641991-DIC/FCP, datado de 20/12/2019.

RESOLVE:

I - Conceder de acordo com as bases legais vigentes, diárias a servidora abaixo mencionada, que irá a Capitão Poço/PA, a fim de fiscalizar ações de responsabilidade executiva desta FCP.

Nome	Matrícula	Cargo	Período	Diária
Maria Valdeise da Costa Rocha	57201863/2	TEC.ADM. FINANÇAS	26 a 28/12/2019	3

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

JOÃO AUGUSTO VIEIRA MARQUES JÚNIOR

Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará/FCP

Protocolo: 511905

PORTARIA Nº 951 – CGP/FCP DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

O Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e pelo Decreto do Governador do Estado do Pará, publicados no DOE nº 33782 de 16 de janeiro de 2019. CONSIDERANDO o que dispõe os artigos. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e CONSIDERANDO: O Processo nº 2019/641982 – DIC/FCP, datado de 20/12/2019

RESOLVE:

I - Conceder de acordo com as bases legais vigentes, diárias ao servidor abaixo mencionado, que irá a Capitão Poço/PA, com a finalidade de conduzir servidores que realizarão acompanhamento a ações de responsabilidade executiva desta FCP.

Nome	Matrícula	Período	Diária
Paulo Roberto Souza de Melo	5952207-1	25 a 28/12/2019	3,5

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

JOÃO AUGUSTO VIEIRA MARQUES JÚNIOR

Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará/FCP

Protocolo: 511914

OUTRAS MATÉRIAS**Termo de Fomento****Parceria nº. 013/2019 – FCP**

Processo: 2019/613124

Sem Chamamento Público – Emenda Parlamentar 19DEMAN0263

Objeto: " PROJETO DIVAS DO PARÁ ". Local: Parque de Exposição Pedro Coelho da Mota, sede do Município de Castanhal/PA. Dias do Evento: 26/01/2020 à 28/01/2020. Conforme os termos do Plano de Trabalho e seus respectivos anexos.

Dotação Orçamentária: Projeto Atividade: 8423, Fonte Recurso: 0101, Elemento Despesa: 335041, Ação: 231279, PI: 19DEMAN0263.

Valor de Repasse: R\$ 200.000,00.

Valor Total da Parceria: R\$ 200.000,00.

Vigência: 26/12/2019 até 28/02/2020

Data da Assinatura: 23/12/2019.

CONCEDENTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ - FCP, inscrita sob o CNPJ nº: 14.662.886/0001-43, Avenida Gentil Bittencourt, nº 650, bairro Nazaré, CEP 66.035-340, Belém/PA.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO PARÁ WJ PRODUÇÕES ARTÍSTICA, inscrita sob o CNPJ nº: 15.279.114/0001-90. Endereço: Travessa Mariz e Barros, nº 2321, Ed. José Viana, Sala 108, Bairro do Marco, Belém/PA. CEP: 66.080-472, Representante Legal o Sr. WIDELTON DOS SANTOS LOPES, cédula de Identidade nº 5071626 SSP/PA e CPF nº 961.376.062-87

Ordenador: JOÃO AUGUSTO VIEIRA MARQUES JUNIOR.

Protocolo: 512028

Termo de Fomento**Parceria nº. 012/2019 – FCP**

Processo: 2019/625769

Sem Chamamento Público – Emenda Parlamentar 19DEMAN0288

Objeto: "FIM DE ANO MUSICAL ". Local: Praça Dom Alberto Ramos, Bairro do Marambaia, Belém/PA. Dias do Evento: 25/12/2019 à 29/12/2019 e na Praça do Sabiá, Bairro do 40 Horas, Ananindeua/PA. Dias do Evento: 25/12/2019 à 29/12/2019. Conforme os termos do Plano de Trabalho e seus respectivos anexos.

Dotação Orçamentária: Projeto Atividade: 8423, Fonte Recurso: 0101, Elemento Despesa: 335041, Ação: 231279, PI: 19DEMAN0288.

Valor de Repasse: R\$ 680.000,00.

Valor Total da Parceria: R\$ 680.000,00.

Vigência: 25/12/2019 até 31/01/2020

Data da Assinatura: 23/12/2019.

CONCEDENTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ - FCP, inscrita sob o CNPJ nº: 14.662.886/0001-43, Avenida Gentil Bittencourt, nº 650, bairro Nazaré, CEP 66.035-340, Belém/PA.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E ESPORTIVA ARTE SUAVE – ABEAS, inscrita sob o CNPJ nº: 16.924.772/0001-50. Endereço: Passagem Nazareno, nº 12, casa 03, Bairro do Jurunas, Belém/PA. CEP: 66.030-820, Representante Legal o Sr. EVERTON ALFAIA MORAES, cédula de Identidade nº 2498366 SSP/PA e CPF nº 646.112.052-15

Ordenador: JOÃO AUGUSTO VIEIRA MARQUES JUNIOR.

Protocolo: 511734

FUNDAÇÃO CARLOS GOMES

SECRETARIA DE ESTADO
DE COMUNICAÇÃO

CONTRATO

CONTRATO: 28/2019.

EXERCÍCIO: 2019.
 OBJETO: aquisição de instrumentos musicais profissionais.
 DATA DA ASSINATURA: 17/12/2019
 VIGÊNCIA: 17/12/2019 a 16/12/2020
 PREGÃO ELETRÔNICO SRP: 08/2018.
 VALOR: R\$ 123.370,00
 ORÇAMENTO: Prog. de Trab. 47201133621416, AT: 8486, ND: 339030, FT: 0101.
 CONTRATANTE: Fundação Carlos Gomes.
 CONTRATADO: PHILHARMONIE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ 10.388.868/0001-50, com sede na Rua Fernando de Andrade Junior, nº 258, Bairro Jardim conceição (Sousas), Campinas/SP, CEP 13105-076
 AUTORIZAÇÃO PROC. Nº: 2019/493753
 ORDENADOR: MARIA DA GLÓRIA BOULHOSA CAPUTO, Superintendente da FCG.

Protocolo: 512026

CONTRATO: 25/2019.

EXERCÍCIO: 2019.
 OBJETO: Aquisição de açúcar refinado.
 DATA DA ASSINATURA: 20/12/2019
 VIGÊNCIA: 20/12/2019 a 19/12/2020
 PREGÃO ELETRÔNICO: 011/2019-MP/PA.
 VALOR: R\$ 1.976,80
 ORÇAMENTO: Prog. de Trab.47201 13 122 1297 , AT: 8338, ND: 339030, FT: 0101.
 CONTRATANTE: Fundação Carlos Gomes.
 CONTRATADO: FORT MIX COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número 14.674.168/0001-97, com sede na Passagem São Benedito nº 660, Térreo, Sacramento, Belém/PA, CEP: 66.120-260
 AUTORIZAÇÃO PROC. Nº: 2019/327150
 ORDENADOR: MARIA DA GLÓRIA BOULHOSA CAPUTO, Superintendente da FCG.

Protocolo: 511993

CONTRATO: 27/2019.

EXERCÍCIO: 2019.
 OBJETO: aquisição de instrumentos musicais profissionais.
 DATA DA ASSINATURA: 11/12/2019
 VIGÊNCIA: 11/12/2019 a 10/12/2020
 PREGÃO ELETRÔNICO SRP: 042/2018.
 VALOR: R\$ 20.696,79
 ORÇAMENTO: Prog. de Trab. 47201133621416, AT: 8486, ND: 339030, FT: 0101.
 CONTRATANTE: Fundação Carlos Gomes.
 CONTRATADO: GERAÇÃO Y DE RESENDE COMERCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número 03.526.560/0001-72, com sede na Avenida Albino de Almeida,146 A, Bairro Campos Eliseos, Resende/RJ, CEP: 27.542-070AUTORIZAÇÃO PROC. Nº: 2019/613248
 ORDENADOR: MARIA DA GLÓRIA BOULHOSA CAPUTO, Superintendente da FCG.

Protocolo: 512019

CONTRATO: 26/2019.

EXERCÍCIO: 2019.
 OBJETO: aquisição de instrumentos musicais profissionais.
 DATA DA ASSINATURA: 12/12/2019
 VIGÊNCIA: 12/12/2019 a 11/12/2020
 PREGÃO ELETRÔNICO SRP: 05/2018.
 VALOR: R\$ 81.580,73
 ORÇAMENTO: Prog. de Trab. 47201133621416, AT: 8486, ND: 339030, FT: 0101.
 CONTRATANTE: Fundação Carlos Gomes.
 CONTRATADO: GERAÇÃO Y DE RESENDE COMERCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número 03.526.560/0001-72, com sede na Avenida Albino de Almeida,146 A, Bairro Campos Eliseos, Resende/RJ, CEP: 27.542-070AUTORIZAÇÃO PROC. Nº: 2019/613240
 ORDENADOR: MARIA DA GLÓRIA BOULHOSA CAPUTO, Superintendente da FCG.

Protocolo: 512005

OUTRAS MATÉRIAS

Distrato do Termo de Compromisso nº 029/2018 de Bolsa Monitoria Partes: Fundação Carlos Gomes (Distratante) e IGOR AMOEDO PINHEIRO DA COSTA (Distratado)
 Motivo: Distratar a pedido a partir de 02.01.2020
 Assinatura: 27.12.2019 - Autorização: Processo: nº 2019/625497
 Ordenador: Maria da Glória Boulhosa Caputo - Superintendente da FCG

Protocolo: 511667

DIÁRIA

Portaria nº 630 de 10 de Dezembro de 2019.

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 001/2008 – AGE

O Secretário em exercício de Estado de Comunicação, usando de suas atribuições legais, e conforme PROC. Nº 2019/619311/SECOM.

RESOLVE:

I - Conceder ao colaborador eventual relacionado, 1 ½ (uma diária e meia) que ira se deslocar para Cachoeira do Piriá nos dias 26 e 27 de Dezembro de 2019 para cobertura jornalística de pautas do Governo na região.

NOME: RONIVALDO RAMOS MOREIRA

CPF: 468.273.742-20

CARGO: COLABORADOR EVENTUAL

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Parsifal de Jesus Pontes

Secretário de Estado de Comunicação em Exercício

Protocolo: 511882

Portaria nº 629 de 09 de Dezembro de 2019.

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 001/2008 – AGE

O Secretário em exercício de Estado de Comunicação, usando de suas atribuições legais, e conforme PROC. Nº 2019/615308/SECOM.

RESOLVE:

I - Conceder aos servidores relacionados, 1 ½ (duas diárias e meia) que se deslocarão para Nova Esperança do Piriá no período de 26 a 28 de dezembro de 2019 para cobertura jornalística de pautas do Governo.

NOME: JACKLENE DE SOUSA CARRERA

CPF: 807.923.672-00

CARGO: ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO I

MATRICULA: 57215660

NOME: LINDOMAR MARCO DOS SANTOS

CPF: 591.846.392-53

CARGO: ASSESSOR ESPECIAL II

MATRICULA : 5945968

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Parsifal de Jesus Pontes

Secretário de Estado de Comunicação em Exercício

Protocolo: 511879

Portaria nº 633 de 10 de Dezembro de 2019.

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 001/2008 – AGE

O Secretário em exercício de Estado de Comunicação, usando de suas atribuições legais, e conforme PROC. Nº 2019/619426/SECOM.

RESOLVE:

I - Conceder a servidora relacionada ½ (meia diária) que ira se deslocar para Nova Esperança do Piriá no dia 27 de Dezembro de 2019 com o objetivo de acompanhar agenda oficial do Governador durante aniversário do Município e inauguração de agência do Banpará.

NOME: VERA LUCIA ALVES DE OLIVEIRA

CPF: 267.255.922-87

CARGO: SECRETÁRIA ADJUNTA

MATRICULA : 1476080

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Parsifal de Jesus Pontes

Secretário de Estado de Comunicação em Exercício

Protocolo: 511889

Portaria nº 628 de 09 de Dezembro de 2019.

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 001/2008 – AGE

O Secretário em exercício de Estado de Comunicação, usando de suas atribuições legais, e conforme PROC. Nº 2019/619153/SECOM.

RESOLVE:

I - Conceder aos servidores relacionados; 1 ½ (uma diária e meia) que irão se deslocar para Cachoeira do Piriá nos dias 26 e 27 de dezembro de 2019 para cobertura jornalística de pautas do Governo.

NOME: RAPHAEL AMANDIO GRAIM CARVALHO

CPF: 020.699.502-47

CARGO: ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO II

MATRICULA: 5911540

NOME: BRUNO BEZERRA CECIM

CPF: 225.522.598-04

CARGO: ASSESSOR DE IMPRENSA II

MATRICULA: 5949319

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Parsifal de Jesus Pontes

Secretário de Estado de Comunicação em Exercício

Protocolo: 511876

Portaria nº 631 de 10 de Dezembro de 2019.

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 001/2008 – AGE

O Secretário em exercício de Estado de Comunicação, usando de suas atribuições legais, e conforme PROC. Nº 2019/619512/SECOM.

RESOLVE:

I - Conceder a servidora relacionada; ½ (meia diária) que se deslocou para Benevides no dia 29 de Dezembro de 2019 com o objetivo de acompanhar agenda oficial do Governador durante aniversário do Município.

NOME: VERA LÚCIA ALVES DE OLIVEIRA
 CPF: 267.255.922-87
 CARGO: SECRETARIA ADJUNTA
 MATRICULA: 3180824
 Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Parsifal de Jesus Pontes
 Secretário de Estado de Comunicação em Exercício
Protocolo: 511885

Portaria nº 632 de 10 de dezembro de 2019.

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 001/2008 – AGE

O Secretário em exercício de Estado de Comunicação, usando de suas atribuições legais, e conforme PROC. Nº 2019/619390/SECOM.

RESOLVE:

I - Conceder a servidora relacionada, ½ (meia diária) que ira se deslocar para Moju no dia 23 de Dezembro de 2019 com o objetivo de acompanhar agenda oficial do Governador durante inauguração da ponte sobre o Rio Moju.

NOME: VERA LUCIA ALVES DE OLIVEIRA
 CPF: 267.255.922-87
 CARGO: SECRETARIA ADJUNTA
 MATRICULA: 3180824
 Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Parsifal de Jesus Pontes
 Secretário de Estado de Comunicação em Exercício
Protocolo: 511886

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

PORTARIA

PORTARIA DE REDES. Nº540/2019-GAB/SIND.

Belém, 27 de dezembro de 2019.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 06/2019-GAB/SIND, de 19/12/2019, firmado pela Sra. Presidente da Sindicância Investigatória, instaurada nos termos da Portaria nº 36/2019-GAB/SIND de 05/08/2019, publicada no DOE, edição nº 33.943 de 06/08/2019, prorrogada pela Portaria nº 40/2019-GAB/SIND de 24/09/2019, publicada no DOE, edição nº 33.993 de 25/09/2019;

CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o Processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos necessários na busca da verdade real dos fatos, indispensáveis, para formar sua convicção.

R E S O L V E:

I – REDESIGNAR, de acordo com o disposto no art. 201 § único da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante, de que trata a portaria acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;

II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Sindicante.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

Eva Virgínia Mendonça de Abreu
 Ouvidora/SEDUC

PORTARIA DE REDES. Nº541/2019-GAB/SIND.

Belém, 27 de dezembro de 2019.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 09/2019-GAB/SIND, de 19/12/2019, firmado pela Sra. Presidente da Sindicância Investigatória, instaurada nos termos da Portaria nº 99/2018-GAB/SIND de 10/10/2018, publicada no DOE, edição nº 33.720 de 16/10/2018, prorrogada pela Portaria nº 107/2018-GAB/SIND de 04/12/2018, publicada no DOE, edição nº 33.755 de 07/12/2018;

CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o Processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos necessários na busca da verdade real dos fatos, indispensáveis, para formar sua convicção.

R E S O L V E:

I – REDESIGNAR, de acordo com o disposto no art. 201 § único da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante, de que trata a portaria acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;

II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Sindicante.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

Eva Virgínia Mendonça de Abreu
 Ouvidora/SEDUC

PORTARIA DE REDES. Nº542/2019-GAB/SIND.

Belém, 27 de dezembro de 2019.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 10/2019-GAB/SIND, de 18/12/2019, firmado pela Sra. Presidente da Sindicância Investigatória, instaurada nos termos da Portaria nº 34/2018-GAB/SIND de 26/04/2018, publicada no DOE, edição nº 33.607 de 27/04/2018, prorrogada pela Portaria nº 51/2018-GAB/SIND de 12/06/2018, publicada no DOE, edição nº 33.637 de 14/06/2018;

CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o Processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos necessários na busca da verdade real dos fatos, indispensáveis, para formar sua convicção.

R E S O L V E:

I – REDESIGNAR, de acordo com o disposto no art. 201 § único da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante, de que trata a portaria acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;

II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Sindicante.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

Eva Virgínia Mendonça de Abreu
 Ouvidora/SEDUC

PORTARIA DE REDES. Nº543/2019-GAB/SIND.

Belém, 27 de dezembro de 2019.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA

PORTARIA Nº 532/2019, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.

O Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão – FUNTELPA, em exercício no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n.º 530/2019, de 19 de novembro de 2019, publicada no DOE n.º 34.070, de 23 de dezembro de 2019 e de acordo com a Lei n.º. 7.215 de 03 de novembro de 2008;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 432/2019-GAB/PRES/IPASEP, de 01 de novembro de 2019, contido nos autos do Processo nº 2019/544649, de 05 de novembro de 2019;

R E S O L V E:

I – REVOGAR, a Portaria nº 228/2018, de 23/03/2018, publicada no DOE nº 33587, de 28/03/2018, que colocou à disposição com ônus para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia – SEDEME, o servidor LUIZ FABIANO CUNHA DE ANDRADE, matrícula funcional nº 55588142/1, ocupante do cargo de Motorista.

II – CEDER o servidor LUIZ FABIANO CUNHA DE ANDRADE, matrícula funcional nº 55588142/1, para o Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará – IASEP, com ônus para órgão cessionário, pelo prazo de 02 (dois) anos, podendo ou não ser prorrogado por igual período.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE

MIGUEL MENDES BARBOSA NETO
 Presidente em Exercício

Protocolo: 510927

TERMO ADITIVO A CONTRATO

TERMO ADITIVO N.º 001-2019

CONTRATO N.º 050/2018

Processo n.º 2019/525017

Data de Assinatura: 27/12/2019

Valor para 12 (doze) meses: R\$ 7.632,00 (sete mil seiscentos e trinta e dois reais)

Vigência: 29/12/2019 até 28/12/2020

Justificativa: Art. 57, II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e Decreto Federal Nº 9.412, de 18 de junho de 2018.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Funcional: 65.201.24.122.1297.8338

Elemento: 33.90.39

Fonte: 0101

PI: 420008338C

Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE

CNPJ: 61.600.839/0001-55

Endereço: Rua Tabapuã, 540, Itaim Bibi, CEP 04533-001, São Paulo/SP
 Unidade de Operação em BELÉM/PARÁ, Rua dos Mundurucus, 2710 – Creação

Telefone: (91) 3202-1455

Ordenador: HILBERT HIL CARREIRA DO NASCIMENTO
 Presidente da FUNTELPA

Protocolo: 503802

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 10/2019-GAB/SIND, de 19/12/2019, firmado pela Sra. Presidente da Sindicância Investigatória, instaurada nos termos da Portaria nº 49/2018-GAB/SIND de 22/05/2018, publicada no DOE, edição nº 33.628 de 30/05/2018, prorrogada pela Portaria nº 58/2018-GAB/SIND de 16/06/2018, publicada no DOE, edição nº 33.659 de 18/07/2018;

CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o Processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos necessários na busca da verdade real dos fatos, indispensáveis, para formar sua convicção.

R E S O L V E:

I – REDESIGNAR, de acordo com o disposto no art. 201 § único da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante, de que trata a portaria acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;

II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Sindicante.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRÁ-SE.

Eva Virgínia Mendonça de Abreu
Ouvidora/SEDUC

PORTARIA DE REDES. Nº544/2019-GAB/SIND.

Belém, 27 de dezembro de 2019.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 12/2019-GAB/SIND, de 19/12/2019, firmado pela Sra. Presidente da Sindicância Investigatória, instaurada nos termos da Portaria nº 58/2018-GAB/SIND de 15/06/2018, publicada no DOE, edição nº 33.639 de 18/06/2018, prorrogada pela Portaria nº 61/2018-GAB/SIND de 24/07/2018, publicada no DOE, edição nº 33.666 de 26/07/2018;

CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o Processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos necessários na busca da verdade real dos fatos, indispensáveis, para formar sua convicção.

R E S O L V E:

I – REDESIGNAR, de acordo com o disposto no art. 201 § único da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante, de que trata a portaria acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;

II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Sindicante.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRÁ-SE.

Eva Virgínia Mendonça de Abreu
Ouvidora/SEDUC

PORTARIA DE REDES. Nº545/2019-GAB/SIND.

Belém, 27 de dezembro de 2019.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 13/2019-GAB/SIND, de 19/12/2019, firmado pela Sra. Presidente da Sindicância Investigatória, instaurada nos termos da Portaria nº 89/2018-GAB/SIND de 03/09/2018, publicada no DOE, edição nº 33.694 de 05/09/2018, prorrogada pela Portaria nº 87/2018-GAB/SIND de 24/09/2018, publicada no DOE, edição nº 33.708 de 26/09/2018;

CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o Processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos necessários na busca da verdade real dos fatos, indispensáveis, para formar sua convicção.

R E S O L V E:

I – REDESIGNAR, de acordo com o disposto no art. 201 § único da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante, de que trata a portaria acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;

II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Sindicante.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRÁ-SE.

Eva Virgínia Mendonça de Abreu
Ouvidora/SEDUC

PORTARIA DE REDES. Nº546/2019-GAB/SIND.

Belém, 27 de dezembro de 2019.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 13/2019-GAB/SIND, de 19/12/2019, firmado pela Sra. Presidente da Sindicância Investigatória, instaurada nos termos da Portaria nº 40/2018-GAB/SIND de 07/05/2018, publicada no DOE, edição nº 33.614 de 10/05/2018, prorrogada pela Portaria nº 47/2018-GAB/SIND de 11/06/2018, publicada no DOE, edição nº 33.636 de 13/06/2018;

CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o Processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos necessários na busca da verdade real dos fatos, indispensáveis, para formar sua convicção.

R E S O L V E:

I – REDESIGNAR, de acordo com o disposto no art. 201 § único da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante, de que trata a portaria acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;

II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Sindicante.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRÁ-SE.

Eva Virgínia Mendonça de Abreu
Ouvidora/SEDUC

PORTARIA DE REDES. Nº547/2019-GAB/SIND.

Belém, 27 de dezembro de 2019.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 09/2019-GAB/SIND, de 19/12/2019, firmado pela Sra. Presidente da Sindicância Investigatória, instaurada nos termos da Portaria nº 45/2018-GAB/SIND de 15/05/2018, publicada no DOE, edição nº 33.620 de 18/05/2018, prorrogada pela Portaria nº 48/2018-GAB/SIND de 11/06/2018, publicada no DOE, edição nº 33.636 de 13/06/2018;

CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o Processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos necessários na busca da verdade real dos fatos, indispensáveis, para formar sua convicção.

R E S O L V E:

I – REDESIGNAR, de acordo com o disposto no art. 201 § único da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante, de que trata a portaria acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;

II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Sindicante.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRÁ-SE.

Eva Virgínia Mendonça de Abreu
Ouvidora/SEDUC

Protocolo: 511975

PORTARIA DE PRORR. Nº349/2019-GAB/PAD.

Belém, 27 de dezembro de 2019.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR através da Portaria nº 244/2019-GAB/PAD de 24 de outubro de 2019, publicada no DOE nº 34.020 de 25 de outubro de 2019;

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 01/2019-NDE, de 19 de dezembro de 2019, da lavra do Presidente da Comissão em que solicita prorrogação de prazo para a conclusão dos trabalhos processantes;

CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada o Processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos indispensáveis à busca da verdade real dos fatos para formar sua convicção.

R E S O L V E:

I – PRORROGAR, de acordo com o disposto no art. 208 da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, de que trata a Portaria acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;

II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Processante.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRÁ-SE.

Eva Virgínia Mendonça de Abreu
Ouvidora/SEDUC

PORTARIA DE PRORR. Nº350/2019-GAB/PAD.

Belém, 27 de dezembro de 2019.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR através da Portaria nº 239/2019-GAB/PAD de 16 de outubro de 2019, publicada no DOE nº 34.014 de 18 de outubro de 2019;

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 3.042/2019-NDE, de 13 de dezembro de 2019, da lavra do Presidente da Comissão em que solicita prorrogação de prazo para a conclusão dos trabalhos processantes;

CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada o Processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos indispensáveis à busca da verdade real dos fatos para formar sua convicção.

R E S O L V E:

I – PRORROGAR, de acordo com o disposto no art. 208 da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, de que trata a Portaria acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;

II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Processante.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRÁ-SE.

Eva Virgínia Mendonça de Abreu
Ouvidora/SEDUC

PORTARIA DE PRORR. Nº351/2019-GAB/PAD.

Belém, 27 de dezembro de 2019.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR através da Portaria nº 242/2019-GAB/PAD de 16 de outubro de 2019, publicada no DOE nº 34.014 de 18 de outubro de 2019;

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 3.043/2019-NDE, de 13 de dezembro de 2019, da lavra do Presidente da Comissão em que solicita prorrogação de prazo para a conclusão dos trabalhos processantes;

CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada o Processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos indispensáveis à busca da verdade real dos fatos para formar sua convicção.

R E S O L V E:

I – PRORROGAR, de acordo com o disposto no art. 208 da Lei Estadual nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, de que trata a Portaria acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;

II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Processante.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Eva Virgínia Mendonça de Abreu
Ouvidora/SEDUC

PORTARIA DE PRORR. Nº352/2019-GAB/PAD.

Belém, 27 de dezembro de 2019.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR através da Portaria nº 221/2019-GAB/PAD de 23 de setembro de 2019, publicada no DOE nº 33.991 de 23 de setembro de 2019;

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 3.103/2019-NDE, de 18 de dezembro de 2019, da lavra do Presidente da Comissão em que solicita prorrogação de prazo para a conclusão dos trabalhos processantes; CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada o Processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos indispensáveis à busca da verdade real dos fatos para formar sua convicção.

R E S O L V E:

I – PRORROGAR, de acordo com o disposto no art. 208 da Lei Estadual nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, de que trata a Portaria acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;

II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Processante.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Eva Virgínia Mendonça de Abreu
Ouvidora/SEDUC

PORTARIA DE SUBST. Nº 361/2019-GAB/PAD.

Belém, 27 de dezembro de 2019.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 3.076/2019-NDE, datado de 16 de dezembro de 2019;

CONSIDERANDO o disposto no art. 199 da Lei Estadual nº 5.810/94-RJU.

R E S O L V E:

I – SUBSTITUIR as servidoras, LUCIANA DA SILVA COSTA AZEVEDO, Mat. nº 5719766-1 e ALCINETE DO SOCORRO LIMA DA COSTA, Mat. 57211696-1 designadas pela Portaria nº 122/2019-GAB/PAD, de 25/06/2019, publicada no DOE nº 33.905 de 27/06/2019, pelos servidores MOISES BRAGA DO NASCIMENTO, Mat. 27225430-2 e THIAGO MELO FRIAES, Mat. 57212475-1, na qualidade de Presidente e membro, nesta ordem.

II – Revogam-se as disposições em contrário;

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Eva Virgínia Mendonça de Abreu
Ouvidora/SEDUC

Protocolo: 511919

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO**

**COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PORTARIA Nº76/2019-SAEN/SEDUC/PA**

PROCESSO DE MATRÍCULA 2020, INTEGRADO E PROEJA

A Secretária de Estado de Educação no uso de suas atribuições legais e; CONSIDERANDO: o disposto na Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, o disposto no Decreto 5154/04, o disposto no Decreto 6302/07, e o disposto na Resolução CNE/CEB nº 06/12 das Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional.

R E S O L V E:

Tornar público as normas regulamentares do PROCESSO DE MATRÍCULA 2020 para preenchimento das vagas nos Cursos Técnicos de Nível Médio na forma ENSINO MÉDIO INTEGRADO E PROEJA, diretamente nas Escolas de Ensino Técnico do Estado do Pará (EETEPAs).

ART.1º. A oferta de vagas para os Cursos Técnicos de Nível Médio ENSINO MÉDIO INTEGRADO deverá ser feita mediante a identificação de demanda/oferta de cursos, levando em consideração a capilaridade e capacidade técnica de cada unidade escolar da rede EETEPAs e divulgada através de EDITAL Nº 001/2019-SAEN/SEDUC-PA.

ART. 2º. 4.260 (Quatro Mil Duzentas e Sessenta) vagas destinadas à Modalidade ENSINO MÉDIO INTEGRADO, para jovens com ENSINO FUNDAMENTAL II (9 anos completo) e na faixa etária de até 17 anos e 11 meses completos até a data da matrícula.

ART. 3º. 360 (Trezentas e Sessenta) vagas são destinadas à Modalidade PROEJA, para jovens e adultos com ENSINO FUNDAMENTAL II (9 anos completo), com idade mínima de 18 anos completos até a data da matrícula.

ART. 4º .DA MATRÍCULA

4.1. A matrícula dos candidatos ocorrerá no período de 30 de dezembro de 2019 a 24 de janeiro de 2020 e obedecerá a ordem de chegada, na escola por uma vaga na escola/curso/turno, conforme "ANEXO I" deste EDITAL Nº 001/2019-SAEN/SEDUC-PA.

4.2. No Ato da Matrícula, o candidato escolherá o curso Técnico pretendido e manifestará interesse por uma 2ª opção de curso Técnico.

4.3. A 2ª opção de curso Técnico do candidato está CONDICIONADA a não

formação da turma escolhida como 1ª opção, conforme Item 1.4 do EDITAL Nº 001/2019-SAEN/SEDUC-PA.

4.4. O horário da matrícula será no mesmo turno da oferta do curso Técnico.

4.5. No ato da matrícula, o (a) candidato (a) deverá comparecer à escola munido (a) de original e cópia dos seguintes documentos:

4.5.1. Requerimento de matrícula fornecido pela escola;

4.5.2. Cadastro de Pessoa Física-CPF (Obrigatório, considerando matrícula no SISTEC)

4.5.3. Carteira de Identidade (RG);

4.5.4. Certidão de Nascimento;

4.5.5. Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental;

4.5.6. Histórico Escolar do Ensino Fundamental;

4.5.7. Comprovante de residência recente (água, luz, telefone fixo ou móvel);

4.5.8. Duas fotos 3x4;

4.5.9. Carteira de Vacinação (crianças); Carteira de Vacina da Juventude;- Cartão de Vacina (adulto).

4.5.10. Cadastro Único /CADUNICO – somente a cópia da folha da frente(folha resumo);

ART. 5º. CASOS DE ELIMINAÇÃO DE CANDIDATO

5.1. Não comprovar a conclusão do ensino fundamental até 03/02/2020.

5.2. Apresentar documentos ilegíveis, que contenham emendas ou rasuras ou documentação que esteja incompleta.

5.3. Enviar documentos por correio ou por e-mail.

5.4. Não apresentar todos os documentos solicitados nos itens 4.5.1, 4.5.2, 4.5.3, 4.5.4, 4.5.5, 4.5.6, 4.5.7, 4.5.8, 4.5.9 e 4.5.10

6.5. O candidato não poderá ter duas matrículas ativas na Rede Estadual, sendo de responsabilidade do candidato o cancelamento da matrícula ativa para posterior efetivação na EETEPAs.

6.6. As vagas oriundas de casos de eliminação serão preenchidas pelos candidatos que manifestarem interesse.

ART. 7º. Os casos omissos serão encaminhados e analisados pela COEP/SAEN.

ART.8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

DÊ-se Ciência, Registre-se e Publique-se e Cumpra-se.

Belém, 27 de dezembro de 2019.

ANA PAULA RENATO

SECRETÁRIA ADJUNTA DE ENSINO DA SEDUC

Protocolo: 511968

PORTARIA DE SUBST. Nº 359/2019-GAB/PAD.

Belém, 27 de dezembro de 2019.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 3.113/2019-NDE, datado de 18 de dezembro de 2019;

CONSIDERANDO o disposto no art. 199 da Lei Estadual nº 5.810/94-RJU.

R E S O L V E:

I – SUBSTITUIR as servidoras SILVIA MONTEIRO DE AZEVEDO, Mat. nº 57209136-1 e ALCINETE DO SOCORRO LIMA DA COSTA, Mat. 57211696-1 designadas pela Portaria nº 196/2019-GAB/PAD, de 22/08/2019, publicada no DOE nº 33.960 de 23/08/2019, e a servidora LUCIANA DA SILVA COSTA AZEVEDO, Mat. nº 5719766-1, designada pela Portaria de Substituição nº 117/2019-GAB/PAD, de 08/05/2019, publicada no DOE nº 33.869 de 09/05/2019, pelos servidores FÁBIO HENRIQUE PAVÃO FREITAS, Mat. 57209935-1, TEREZINHA DO SOCORRO SARMANHO BANDEIRA, Mat. 303860-1 e CÉLIA REGINA SOUZA CRUZ, Mat. nº 761303-1, na qualidade de Presidente e membros, nesta ordem, para compor a Comissão do PAD - 279/2018;

II – Revogam-se as disposições em contrário;

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Eva Virgínia Mendonça de Abreu
Ouvidora/SEDUC

PORTARIA DE SUBST. Nº 360/2019-GAB/PAD.

Belém, 27 de dezembro de 2019.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 3.114/2019-NDE, datado de 18 de dezembro de 2019;

CONSIDERANDO o disposto no art. 199 da Lei Estadual nº 5.810/94-RJU.

R E S O L V E:

I – SUBSTITUIR as servidoras SILVIA MONTEIRO DE AZEVEDO, Mat. nº 57209136-1 e ALCINETE DO SOCORRO LIMA DA COSTA, Mat. 57211696-1 designadas pela Portaria nº 214/2019-GAB/PAD, de 02/09/2019, publicada no DOE nº 33.969 de 02/09/2019, e a servidora LUCIANA DA SILVA COSTA AZEVEDO, Mat. nº 5719766-1, designada pela Portaria de Substituição nº 121/2019-GAB/PAD, de 08/05/2019, publicada no DOE nº 33.869 de 09/05/2019, pelos servidores FÁBIO HENRIQUE PAVÃO FREITAS, Mat. 57209935-1, TEREZINHA DO SOCORRO SARMANHO BANDEIRA, Mat. 303860-1 e CÉLIA REGINA SOUZA CRUZ, Mat. nº 761303-1, na qualidade de Presidente e membros, nesta ordem, para compor a Comissão do PAD - 330/2018;

II – Revogam-se as disposições em contrário;

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Eva Virgínia Mendonça de Abreu
Ouvidora/SEDUC

PORTARIA DE REDES. Nº535/2019-GAB/SIND.

Belém, 27 de dezembro de 2019.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC,

usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 06/2019-GAB/SIND, de 17/12/2019, firmado pela Sra. Presidente da Sindicância Investigatória, instaurada nos termos da Portaria nº 37/2019-GAB/SIND de 05/08/2019, publicada no DOE, edição nº 33.943 de 06/08/2019, prorrogada pela Portaria nº 43/2019-GAB/SIND de 04/10/2019, publicada no DOE, edição nº 34.003 de 07/10/2019;

CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o Processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos necessários na busca da verdade real dos fatos, indispensáveis, para formar sua convicção.

R E S O L V E:

I – REDESIGNAR, de acordo com o disposto no art. 201 § único da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante, de que trata a portaria acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;

II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Sindicante.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Eva Virgínia Mendonça de Abreu
Ouvidora/SEDUC

PORTARIA DE REDES. Nº536/2019-GAB/SIND.

Belém, 27 de dezembro de 2019.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 10/2019-GAB/SIND, de 17/12/2019, firmado pela Sra. Presidente da Sindicância Investigatória, instaurada nos termos da Portaria nº 38/2018-GAB/SIND de 09/05/2018, publicada no DOE, edição nº 33.614 de 10/05/2018, prorrogada pela Portaria nº 57/2018-GAB/SIND de 16/06/2018, publicada no DOE, edição nº 33.659 de 18/07/2018;

CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o Processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos necessários na busca da verdade real dos fatos, indispensáveis, para formar sua convicção.

R E S O L V E:

I – REDESIGNAR, de acordo com o disposto no art. 201 § único da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante, de que trata a portaria acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;

II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Sindicante.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Eva Virgínia Mendonça de Abreu
Ouvidora/SEDUC

PORTARIA DE REDES. Nº537/2019-GAB/SIND.

Belém, 27 de dezembro de 2019.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 12/2019-GAB/SIND, de 17/12/2019, firmado pela Sra. Presidente da Sindicância Investigatória, instaurada nos termos da Portaria nº 54/2018-GAB/SIND de 07/06/2018, publicada no DOE, edição nº 33.634 de 11/06/2018, prorrogada pela Portaria nº 72/2018-GAB/SIND de 03/08/2018, publicada no DOE, edição nº 33.677 de 10/08/2018;

CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o Processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos necessários na busca da verdade real dos fatos, indispensáveis, para formar sua convicção.

R E S O L V E:

I – REDESIGNAR, de acordo com o disposto no art. 201 § único da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante, de que trata a portaria acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;

II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Sindicante.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Eva Virgínia Mendonça de Abreu
Ouvidora/SEDUC

PORTARIA DE REDES. Nº538/2019-GAB/SIND.

Belém, 27 de dezembro de 2019.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 09/2019-GAB/SIND, de 17/12/2019, firmado pela Sra. Presidente da Sindicância Investigatória, instaurada nos termos da Portaria nº 95/2018-GAB/SIND de 14/09/2018, publicada no DOE, edição nº 33.701 de 17/09/2018, prorrogada pela Portaria nº 96/2018-GAB/SIND de 25/10/2018, publicada no DOE, edição nº 33.728 de 26/10/2018;

CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o Processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos necessários na busca da verdade real dos fatos, indispensáveis, para formar sua convicção.

R E S O L V E:

I – REDESIGNAR, de acordo com o disposto no art. 201 § único da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante, de que trata a portaria acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;

II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Sindicante.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Eva Virgínia Mendonça de Abreu
Ouvidora/SEDUC

PORTARIA DE REDES. Nº539/2019-GAB/SIND.

Belém, 27 de dezembro de 2019.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 607/2019-GAB/SIND, de 17/12/2019, firmado pela Sra. Presidente da Sindicância Investigatória, instaurada nos termos da Portaria nº 53/2019-GAB/SIND de 03/10/2019, publicada no DOE, edição nº 34.001 de 04/10/2019, prorrogada pela Portaria nº 46/2019-GAB/SIND de 23/10/2019, publicada no DOE, edição nº 34.018 de 24/10/2019;

CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o Processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos necessários na busca da verdade real dos fatos, indispensáveis, para formar sua convicção.

R E S O L V E:

I – REDESIGNAR, de acordo com o disposto no art. 201 § único da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante, de que trata a portaria acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;

II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Sindicante.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Eva Virgínia Mendonça de Abreu
Ouvidora/SEDUC

PORTARIA DE REDES. Nº 1.630/2019-GAB/PAD.

Belém, 27 de dezembro de 2019.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO os termos do Memorando 609/2019-NDE/SEDUC, de 17/12/2019, firmado pela Sra. Presidente do PAD instaurado nos termos da Portaria nº 428/2018-GAB/PAD de 06/12/2018, publicada no DOE nº 33.757 de 11/12/2018, prorrogado pela Portaria nº 94/2019-GAB/PAD de 08/04/2019, publicada no DOE nº 33.847 de 09/04/2019, requerendo o prosseguimento dos trabalhos processuais referenciados;

CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos indispensáveis à busca da verdade real dos fatos, para formar sua convicção.

R E S O L V E:

I – REDESIGNAR, de acordo com o disposto no art. 208, da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, de que trata a Portaria acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;

II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Processante.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Eva Virgínia Mendonça de Abreu
Ouvidora/SEDUC

PORTARIA DE REDES. Nº 1.631/2019-GAB/PAD.

Belém, 27 de dezembro de 2019.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO os termos do Memorando 608/2019-NDE/SEDUC, de 17/12/2019, firmado pela Sra. Presidente do PAD instaurado nos termos da Portaria nº 177/2018-GAB/PAD de 18/06/2018, publicada no DOE nº 33.642 de 21/06/2018, prorrogado pela Portaria nº 241/2018-GAB/PAD de 11/09/2018, publicada no DOE nº 33.699 de 13/09/2018, requerendo o prosseguimento dos trabalhos processuais referenciados;

CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos indispensáveis à busca da verdade real dos fatos, para formar sua convicção.

R E S O L V E:

I – REDESIGNAR, de acordo com o disposto no art. 208, da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, de que trata a Portaria acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;

II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Processante.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Eva Virgínia Mendonça de Abreu
Ouvidora/SEDUC

Protocolo: 511854

ADMISSÃO DE SERVIDOR

Ato: CONTRATO Nº 1678/2019-CAPITÃO POÇO
Nome: IRACELI DO SOCORRO COSTA DE ALMEIDA
Cargo: PROFESSOR

Vigência: 27/12/2019 a 26/12/2020
Dotação orçamentária: Processo nº 140099/2019, autoriza-
do em 11/07/2019.

Ato: CONTRATO Nº 1679/2019-CAPITÃO POÇO
Nome: CLAUDIO JUNIOR TEMBE DOS SANTOS
Cargo: PROFESSOR

Vigência: 27/12/2019 a 26/12/2020
Dotação orçamentária: Processo nº 537943/2019, autoriza-
do em 07/11/2019.

Ato: CONTRATO Nº 1680/2019-ALENQUER
Nome: SIDINEI DA CONCEICAO BATISTA
Cargo: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Vigência: 27/12/2019 a 26/12/2020
 Dotação orçamentária: Processo nº 21165/2019, autoriza-
 do em 21/02/2019, sem acréscimo de despesa.
 Ato: CONTRATO Nº 1681/2019-ITAITUBA
 Nome: EDILSON SOARES SILVA
 Cargo: PROFESSOR
 Vigência: 27/12/2019 a 26/12/2020
 Dotação orçamentária: Processo nº 321762/2019, autoriza-
 do em 06/08/2019.
 Ato: CONTRATO Nº 1682/2019-ITAITUBA
 Nome: DANIELLE CRUZ MONTEIRO
 Cargo: PROFESSOR
 Vigência: 27/12/2019 a 26/12/2020
 Dotação orçamentária: Processo nº 321762/2019, autoriza-
 do em 06/08/2019.
 Ato: CONTRATO Nº 1683/2019-CAPITÃO POÇO
 Nome: IDAMY CORDEIRO MURTA MORAES
 Cargo: PROFESSOR
 Vigência: 23/12/2019 a 22/12/2020
 Dotação orçamentária: Processo nº 321762/2019, autoriza-
 do em 06/08/2019.

Protocolo: 511762

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA N.º 233 - Sale, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019

A Secretária Adjunta de Logística Escolar, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Executivo de 03 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial N.º 33.772 (pag. 05), de acordo com o previsto no Art. 67 da Lei n.º 8.666/1993, e, nos termos da Portaria n.º 961/2019 da Seduc, Resolve:
 Art. 1º - Revogar, a contar de 11/11/2019, a portaria n.º. 001122/2017 de 22/02/2017, que designou os servidores Marilena Gonçalves Lobato, matrícula n.º 57234070/1, e Gilmar Alcantara Lima Junior, matrícula n.º. 57213473/1 para atuarem respectivamente como fiscais titular e suplente do Contrato de Locação n.º 031/2016.
 Art. 2º - Designar, a contar de 11/11/2019 os servidores Marilena Gomes Gonçalves, matrícula n.º 57234070/1, CPF nº. 596.026.512-53 e Marlene Barbosa Marques, matrícula n.º. 57214687/1, CPF n.º 712.076.602-30, para atuarem respectivamente como fiscais titular e substituto do Contrato de Locação n.º 031/2016.

Dina Elarrat de Araujo Gama
 Secretária Adjunta de Logística Escolar

Protocolo: 511921

ERRATA

ERRATA DA PORTARIA DE PRORR. Nº 348/2019-GAB/SIND, de 18/12/2019, publicada no DOE edição nº 34.066 de 19/12/2019.

ONDE SE LÊ:

CONSIDERANDO a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR através da Portaria nº 102/2019-GAB/PAD.

LEIA-SE:

CONSIDERANDO a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR através da Portaria nº 02/2019-GAB/PAD.

Protocolo: 511835

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Termo Aditivo: 3

Contrato: 034
 Exercício: 2016
 Dispensa de Licitação: 035/2016-NLIC/SEDUC
 Objeto do Contrato: Locação do imóvel para O funcionamento do Anexo da EEEM Eduardo Angelim em Parauebas/PA.
 Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação da vigência do contrato original.
 Dotação Orçamentária:
 Fonte: 0104. Produto: 2227 – Funcional Programática: 16101.12.362.1416.
 Projeto Atividade: 8478 – Natureza de Despesa: 3390.36.
 Partes:
 Locatária: Secretaria de Estado de Educação/CNPJ. 05.054.937/0001-63, com sede na Rod. Augusto Montenegro – Km 10, s/n, CEP.: 66.820-000, Tenoné, Belém/PA.
 Locador: Fenelon Lima Sobrinho/CPF: 030.078.553-49, residente e domiciliado na Rua JK, nº 82, Rio Verde, Parauebas/PA.
 Data de Assinatura: 26/12/2019
 Vigência: 27/12/2019 a 26/12/2020.
 Ordenador: Profª Leila Carvalho Freire/ Secretária de Estado de Educação

Protocolo: 511985

Termo Aditivo: 3

Contrato: 031
 Exercício: 2016
 Dispensa de Licitação: 037/2016-NLIC/SEDUC
 Objeto do Contrato: Locação do imóvel na localidade do Rio Prato para funcionar como moradia de professores do Sistema de organização Modular de Ensino – SOME em Abaetetuba/PA.
 Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação da vigência do contrato original.

Dotação Orçamentária:
 Fonte: 0104. Produto: 2227 – Funcional Programática: 16101.12.362.1416.
 Projeto Atividade: 8478 – Natureza de Despesa: 3390.36.
 Partes:
 Locatária: Secretaria de Estado de Educação/CNPJ. 05.054.937/0001-63, com sede na Rod. Augusto Montenegro – Km 10, s/n, CEP.: 66.820-000, Tenoné, Belém/PA.
 Locador: João Batista Gonçalves Dias/CPF: 726.677.452-72, residente e domiciliado na localidade Rio Prato em Abaetetuba/PA.
 Data de Assinatura: 26/12/2019
 Vigência: 27/12/2019 a 26/12/2020.
 Ordenador: Profª Leila Carvalho Freire/ Secretária de Estado de Educação

Protocolo: 511984

Termo Aditivo: 16

Objeto do Contrato: Construção de Escola com 12 salas de aula, localizada no Município de Garrafão do Norte/PA.
 Objeto do Termo Aditivo: Prorrogar a vigência do contrato original.
 Contrato: 079
 Exercício: 2013
 Concorrência Pública nº 037/2012 NLIC / SEDUC
 Partes:
 Contratante: Secretaria de Estado de Educação. CNPJ. 05.054.937/0001-63, com sede na Rod. Augusto Montenegro – Km 10, s/n, CEP.: 66.820-000, Bairro Tenoné, Belém/PA. Telefone: 9132015113
 Contratada: NACIONAL – CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI EPP., com CNPJ/MF. Nº 02.934.270/0001-03, com sede na Tv. Rui Barbosa, nº 571, sala 03, Bairro: Reduto, Cep: 66.053-260, Belém/PA.
 Data de Assinatura: 26/12/2019
 Vigência: 27/12/2019 a 26/03/2020
 Ordenador: Profª. Leila Carvalho Freire/Secretária de Estado de Educação.

Protocolo: 511686

Termo Aditivo: 10

Contrato: 052
 Exercício: 2010
 Dispensa de Licitação: 071/2010-NLIC/SEDUC
 Objeto do Contrato: Locação do imóvel para funcionamento da EEEF Santa Luiza Marillac em Belém/PA.
 Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação da vigência do contrato original.
 Dotação Orçamentária:
 Fonte: 0104. Produto: 2227 – Funcional Programática: 16101.12.361.1349.
 Projeto Atividade: 4963 – Natureza de Despesa: 3390.36.
 Partes:
 Locatária: Secretaria de Estado de Educação/CNPJ. 05.054.937/0001-63, com sede na Rod. Augusto Montenegro – Km 10, s/n, CEP.: 66.820-000, Tenoné, Belém/PA.
 Locador: Centro Educacional Santa Luiza de Marillac/CNPJ: 04.620.190/0001-80, com sede na Ps Horta, nº 38, Pratinha, Belém/PA.
 Data de Assinatura: 20/12/2019
 Vigência: 22/12/2019 a 21/12/2020.
 Ordenador: Profª Leila Carvalho Freire/ Secretária de Estado de Educação

Protocolo: 511983

Termo Aditivo: 10

Objeto do Contrato: Locação do imóvel para funcionamento da EEEF Profª Guajarina de Souza da Silva em Belém/PA.
 Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação da vigência do contrato original.
 Contrato: 012
 Exercício: 2010
 Dispensa de Licitação: 09/2010-NLIC/SEDUC
 Dotação Orçamentária:
 Fonte: 0104. Produto: 2227 – Funcional Programática: 16101.12.361.1416.
 Projeto Atividade: 4963 – Natureza de Despesa: 3390.36.
 Partes:
 Locatária: Secretaria de Estado de Educação/CNPJ. 05.054.937/0001-63, com sede na Rod. Augusto Montenegro – Km 10, s/n, CEP.: 66.820-000, Tenoné, Belém/PA.
 Locadora: Flávia Hamude Drumon/CPF: 042.538.467/50, residente e domiciliada na Ruas do Guaianazes, nº 1003, Santa Cecília, São Paulo/SP.
 Data de Assinatura: 23/12/2019
 Vigência: 26/12/2019 a 25/12/2020.
 Ordenador: Profª Leila Carvalho Freire/ Secretária de Estado de Educação

Protocolo: 511982

Termo Aditivo: 7

Objeto do Contrato: Reforma geral da EEEFM. Luiz Nunes Direito, localizada no Município de Ananindeua/PA.
 Objeto do Aditivo: Prorrogar a vigência do Contrato original.
 Contrato: 312
 Exercício: 2017
 Concorrência Pública nº 11/2017- NLIC / SEDUC
 Partes:
 Contratante: Secretaria de Estado de Educação. CNPJ. 05.054.937/0001-63, com sede na Rod. Augusto Montenegro – Km 10, s/n, CEP.: 66.820-000, Bairro Tenoné, Belém/PA. Telefone: 9132015113
 Contratada: Serve Obras Engenharia Eireli - EPP/CNPJ. 05.257.336/0001-58, com sede na Rua dos Pariquis, 3001, Sala 807 – CEP.: 66.040-045 – Bairro: Cremação – Belém/PA.
 Data de Assinatura: 20/12/2019
 Vigência: 23/12/2019 a 21/05/2020
 Ordenador: Profª. Leila Carvalho Freire/Secretária de Estado de Educação.

Protocolo: 511682

AVISO DE LICITAÇÃO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 15-NLIC/SEDUC

Objeto: Pregão Eletrônico no Sistema de REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Equipamento de Proteção Individual – EPI e materiais de enfermagem, para atender as demandas das necessidades do funcionamento das ações do Programa de Fomento e Ampliação Tempo Integral/MEC, bem como para atender a realização das atividades práticas dos cursos técnicos de segurança do trabalho e de enfermagem ofertados pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC/MEDIOTEC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Processo nº 1.193.131/2018-SIIG

UASG 925315

Observação: Os interessados poderão obter o edital a partir do dia 30/12/2019, através dos sites www.comprasgovernamentais.gov.br, www.seduc.pa.gov.br e www.compraspara.pa.gov.br. Maiores informações no Núcleo de Licitação - NLIC através fone: 0xx-91-3201-5096 ou pelo e-mail: seduc.nlic@gmail.com

Responsável pelo certame:

Nome: Nicolas Pintos Alves

Local: www.comprasgovernamentais.gov.br

Data: 14/01/2020

Hora: 10h00min

Programa de Trabalho: 16101.12.363.1451

Projeto Atividade: 8533 Produto: 3029

Fonte e Origem do Recurso: 0306003131- Federal

Programa de Trabalho: 16101.12.362.1416

Projeto Atividade: 8478 Produto: 2227

Fonte e Origem do Recurso: 0306007043- Federal

Programa de Trabalho: 16101.12.362.1416

Projeto Atividade: 8480 Produto: 2227

Fonte e Origem do Recurso: 0306006683- Federal

Programa de Trabalho: 16101.12.362.1416

Projeto Atividade: 7607 Produto: 3008

Fonte e Origem do Recurso: 0102- Estadual

Natureza de Despesa: 3390.30/4490.52

Belém, 30 de dezembro de 2019.

Leila Freire

Secretária de Estado de Educação

Protocolo: 511681

TERMO ADITIVO A CONVÊNIO**TERMO ADITIVO: 3**

Convênio: 236

Exercício: 2018

Objeto do Convênio: Conclusão da Reforma da EEEFM. Pacífico Leão.

Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação de vigência do Convênio original

Participes:

CONCEDENTE: Secretaria de Estado de Educação/CNPJ. 05.054.937/0001-63, com sede na Rodovia Augusto Montenegro – KM 10, s/n – CEP: 66.820-000, Bairro Tenoné – Belém/PA.

CONVENIENTE: Município de Garrafão do Norte/CNPJ/MF. Nº 22.980.940/0001-27, com sede na Rua Luiz Eduardo Magalhães, s/nº, Bairro Pedrinhas, CEP: 68665-000.

Data da assinatura: 26/12/2019

Vigência: 27/12/2019 a 25/04/2020

Ordenador: Profª. Leila Carvalho Freire/Secretária de Estado de Educação.

Protocolo: 511941

TERMO ADITIVO: 2

Convênio: 211

Exercício: 2018

Objeto do Convênio: Reforma da construção de quadra poliesportiva e construção de auditório da Escola Municipal "Brejo Grande".

Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação de vigência do Convênio original

Participes:

CONCEDENTE: Secretaria de Estado de Educação/CNPJ. 05.054.937/0001-63, com sede na Rodovia Augusto Montenegro – KM 10, s/n – CEP: 66.820-000, Bairro Tenoné – Belém/PA.

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE BREJO GRANDE DO ARAGUAIA/CNPJ/MF Nº 22.938.773/0001-56, com sede na Avenida 13 de Maio, Nº 272. Bairro: Centro CEP: 68.521-000.

Data da assinatura: 27/12/2019

Vigência: 28/12/2019 a 28/06/2020.

Ordenador: Profª. Leila Carvalho Freire/Secretária de Estado de Educação.

Protocolo: 511935

TERMO ADITIVO: 3

Convênio: 199

Exercício: 2018

Objeto do Convênio: Construção de Escola Municipal da Vila de Condeixa.

Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação de vigência do Convênio original

Participes:

CONCEDENTE: Secretaria de Estado de Educação/CNPJ. 05.054.937/0001-63, com sede na Rodovia Augusto Montenegro – KM 10, s/n – CEP: 66.820-000, Bairro Tenoné – Belém/PA.

CONVENIENTE: Município de Salvaterra/CNPJ/MF. Nº 04.888.517/000110, com sede Avenida Victor Engelhard, Nº 1.234, Bairro: Centro, CEP: 68.860-000.

Data da assinatura: 26/12/2019

Vigência: 27/12/2019 a 26/03/2020.

Ordenador: Profª. Leila Carvalho Freire/Secretária de Estado de Educação.

Protocolo: 511943

DIÁRIA**PORTARIA DE DIARIAS No. 45174/2019**

OBJETIVO: DISTRIBUIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NA EEEF CAMILA ASSUNÇÃO, EEEF CASA DA AMIZADE, CENTRO EDUCACIONAL CORAÇÃO DE JESUS, EEEF CHAU, EEEFM EXTERNATO SANTO ANTONIO, EEEFM JOÃO PAULO II, EEEEM ALBINO CARDOSO E EEEFM AUGUSTO CORREA.

ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:

BELEM / BRAGANCA / 09/12/2019 - 12/12/2019 Nº Diárias: 3

BRAGANCA / BELEM / 12/12/2019 - 12/12/2019 Nº Diárias: 0.5

NOME: SALIM DO NASCIMENTO HABER

MATRÍCULA: 6403786

CPF: 29728533268

CARGO/FUNÇÃO:

GERENTE / DIRECAO

ORDENADOR: DELCIENE LOUREIRO CORREA CPF: 56335512220

Protocolo: 511961

OUTRAS MATÉRIAS**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL****EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 94**

A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/SEDUC, com sede nesta cidade à Rodovia BR 316 Edifício AC Simões nº 500 KM 0 - Castanheira - Belém, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as disposições da Lei nº 5.810 de 24 de janeiro de 1994, convoca os (as) servidores (as) abaixo relacionados (as) para apresentar-se, na Comissão de Tomada de Contas Especial, no prazo de até 10(dez) dias, para tratar de assuntos referente à pendências de pagamento de pessoal:

Processo	Servidor/Matrícula	Matricula
1314458/2018	Sansão Oliveira da Silva	5941472
951856/2015	Maria Celia Coelho dos Santos	5501920
1081986/2017	Raquel Ribeiro Correia Mendonça	5928686
999495/2016	Deise Socorro Damasceno Monteiro	271691

Profª Leila Freire
Secretária de Estado de Educação

Protocolo: 511631

Acordo de Cooperação:136/2019-SEDUC.

Objeto do Acordo: Proporcionar aos estudantes regularmente matriculados na Instituição de Ensino a oportunidade de realizar estágio na Concedente, proporcionando a vivência prática necessária à formação profissional.

Participes:

Instituição de Ensino: Secretaria de Estado de Educação/CNPJ. 05.054.937/0001-63, com sede na Rod. Augusto Montenegro – Km 10, s/n, Cep.: 66.820-000, Distrito de Icoaraci, Belém/PA.

Concedente de Estágio: EMPRESA ADMILCA R. DE OLIVEIRA EIRELI-ME, com sede na Trav. Major Francisco Mariano Cidade Alta, s/n, CEP.: 68.220-000 Monte Alegre/PA/CNPJ/MF. Nº02.391.154/0001-87.

Foro: Belém

Data de Assinatura: 26/12/2019

Vigência: 26/12/2019 a 25/12/2024

Ordenador: Profª. Leila Carvalho Freire/Secretária de Estado de Educação.

Protocolo: 511999

EXTRATO DO CONTRATO**Contrato Nº 134**

Exercício: 2019

Objeto do contrato: Aquisição de mobiliários escolares

Valor do contrato: R\$ 14.125.000,00 (quatorze milhões e cento e vinte e cinco mil reais)

Vigência: 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato.

Dotação orçamentária: UGR: 160101; Plano Interno: 3180007607E; Funcional programática: 16101.12 122.1416; Projeto/atividade: 7607; Produto: 3008; Natureza de despesa: 4490.52; Fonte: 0131004800

Contratante: Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC/PA); CNPJ nº 05.054.937/0001-63; Endereço: Rodovia BR 316, nº 500, Km 0, CEP: 66.645-000 - Castanheira - Belém/PA.

Contratado: Delta Produtos e Serviços LTDA, CNPJ Nº 11.676.271/0001-88; Endereço: Est. Do Palmital, nº 5000, CEP 28.993-000 – Palmital – Saquarema/RJ.

Foro: Belém-PA

Data Assinatura: 26 de dezembro de 2019

Contrato de Empréstimos: 2933/OC - BR-Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Ordenador: Leila Carvalho Freire - Secretária de Estado de Educação do Pará

Protocolo: 511620

TERMO ADITIVO: 1**Acordo de Cooperação Técnica: 297/2017-SEDUC.**

Objeto do Acordo: Estágio Curricular Obrigatório para alunos regularmente matriculados e frequentando a REDE ESTADUAL DE ENSINO NAS ESCOLAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DO PARÁ.

Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação da vigência do Acordo original.

Partícipes:

Instituição de Ensino: Secretaria de Estado de Educação/CNPJ. 05.054.937/0001-63, com sede na Rod. Augusto Montenegro - Km 10, s/n, Cep.: 66.820-000, Distrito de Icoaraci - Belém/Pa.

Concedente de Estágio: EMPRESA A. P. DANTAS JUNIOR-ME /CNPJ/MF. Nº 23.967.974/0001-44, com sede na Trav. Dr. Lauro Sodré, Nº 395, Cidade Alta, CEP. 68.220-000, Monte Alegre/Pará

Data de Assinatura: 26/12/2019

Vigência: 29/12/2019 a 28/12/2021

Ordenador: Prof^a. Leila Carvalho Freire/Secretária de Estado de Educação.

Protocolo: 511998

LICENÇA ESPECIAL**Portaria nº. 11944/2019 de 26/12/2019**

Nome: MARIA DE FATIMA FREITAS PINHEIRO
Matrícula:103764/3 Cargo: Professor
Lotação:EE Jorn Romulo Maiorana/Ananindeua
Período:17/02/20 a 16/04/20 - 17/04/20 a 15/06/20
Triênio:12/02/04 a 11/02/07 - 12/02/07 a 11/02/10

Portaria nº. 11943/2019 de 26/12/2019

Nome: MARIZE MELO DOS SANTOS
Matrícula:447170/1 Cargo:Escrev Datil.
Lotação:EE Dr Padua Costa sede/Santa Barbara do Pará
Período:14/01/20 - 13/03/20
Triênio:17/04/13 a 16/04/16

Portaria nº. 11942/2019 de 26/12/2019

Nome: KELLY WECE MIRANDA DE OLIVEIRA
Matrícula:57222807/1 Cargo: Professor
Lotação:EE Domingos A Nunes/Belém
Período:02/03/20 a 30/04/20
Triênio:20/11/09 a 19/11/12

Portaria nº. 11941/2019 de 26/12/2019

Nome: MARCIA MARIA XAVIER VELOSO
Matrícula:5800560/2 Cargo: Professor
Lotação:Depto de Educação Especial/Belém
Período:02/05/20 a 30/06/20
Triênio:10/09/10 a 09/09/13

Portaria nº. 11940/2019 de 26/12/2019

Nome: KELLY CRISTINE LUCIO DA COSTA
Matrícula:5620015/2 Cargo: Professor
Lotação:EEEF Joao Carlos Batista/Ananindeua
Período: 02/01/20 a 01/03/20
Triênio:10/03/94 a 09/03/97

Portaria nº. 11939/2019 de 26/12/2019

Nome: MARIANA NOGUEIRA DIAS
Matrícula:57208186/1 Cargo:Espec. em Educação
Lotação:EEFM Maria das Mercedes de O Conor/Castanhal
Período:02/01/20 a 01/03/20
Triênio:18/11/08 a 17/11/11

Portaria nº. 11938/2019 de 26/12/2019

Nome: FRANCIDEISE SILVA CARDOSO JUNG
Matrícula:5905891/1 Cargo: Professor
Lotação:EE Conego Batista Campos vinc/Barcarena
Período:25/01/20 a 24/03/20 - 25/03/20 a 23/05/20
Triênio:23/06/13 A 24/06/16 a 25/06/16 a 24/06/19

Portaria nº. 11937/2019 de 26/12/2019

Nome: GRACIETE DE OLIVEIRA NAHON
Matrícula:5468310/2 Cargo:Espec. em Educação
Lotação:EE Santos Dumont/Belém
Período:16/12/19 a 13/02/20
Triênio:19/08/00 a 18/08/03

Portaria nº. 11960/2019 de 26/12/2019

Nome: TANIA REGINA DA SILVA ROMANO
Matrícula:54189731/3 Cargo: Professor
Lotação:EE Poranga Juca/Icoaraci
Período:23/01/20 a 22/03/20
Triênio:20/06/13 a 19/06/16

Portaria nº. 11959/2019 de 26/12/2019

Nome: AGUEDA MOREIRA DA COSTA
Matrícula:6390242/2 Cargo: Professor
Lotação:EE Santa Maria de Belém do Grao Pará/Belem
Período:02/01/20 a 01/03/20
Triênio:01/06/14 a 31/05/17

Portaria nº. 11958/2019 de 26/12/2019

Nome: NEYLLA ANUNCIADA DE SOUZA
Matrícula:57210918/1 Cargo:Servente
Lotação:EEEM Santa Clara/Anapu
Período:01/05/20 a 29/06/20
Triênio:22/12/11 A 21/12/14

Portaria nº. 11957/2019 de 26/12/2019

Nome: ELIZANGELA SOARES DE ARAUJO
Matrícula:57214193/1 Cargo:Assist.Administ.
Lotação:EEEM Centro Maranata/Itaituba
Período: 01/01/20 a 29/02/20
Triênio:03/02/15 a 02/02/18

Portaria nº. 11956/2019 de 26/12/2019

Nome: ELIS JANE RODRIGUES DA SILVA
Matrícula:5638976/1 Cargo: Professor
Lotação:EE Prof Paulo Freire/Maraba
Período:01/02/20 a 31/03/20
Triênio:01/08/12 a 31/07/15

Portaria nº. 11955/2019 de 26/12/2019

Nome: ORLANDINA FARIA BRABO
Matrícula:5110033/1 Cargo:Servente
Lotação:EEEFM Joao XXIII/São Sebastiao da B Vista
Período:09/12/19 a 06/02/20 - 07/02/20 a 06/04/20
Triênio:01/11/06 a 31/10/09 - 01/11/09 a 31/10/12

Portaria nº. 11954/2019 de 26/12/2019

Nome: TELMA SIMONE DE SOUZA SANTOS
Matrícula:6300450/1 Cargo:Espec. em Educação
Lotação:EE Macario Felipe Antonio/Igarape Açu
Período:02/03/20 a 30/04/20
Triênio:16/05/12 A 15/05/15

Portaria nº. 11953/2019 de 26/12/2019

Nome: RIANE CONCEIÇÃO FERREIRA FREITAS
Matrícula:41920/1 Cargo: Professor
Lotação:Diretoria de Ensino/Belém
Período:02/01/20 a 01/03/20
Triênio:22/08/14 a 21/08/17

Portaria nº. 11952/2019 de 26/12/2019

Nome: RISOLEIDE HELENA PEREIRA PALITOT
Matrícula:5449952/2 Cargo: Professor
Lotação:Depto. Educ. de Ativ. Fisicas/Belém
Período:03/02/20 a 02/04/20 - 03/04/20 a 01/06/20
Triênio:22/05/07 a 21/05/10 - 22/05/10 a 21/05/13

Portaria nº. 11951/2019 de 26/12/2019

Nome: ANA CRISTINA DA ROCHA SOUSA
Matrícula:57216531/1Cargo: Professor
Lotação:EEEF Nossa Senhora de Fatima II/Belém
Período:13/12/19 a 10/02/20 - 11/02/20 a 10/04/20
Triênio:20/04/12 a 19/04/15 a 20/04/15 a 19/04/18

Portaria nº. 11950/2019 de 26/12/2019

Nome: RITA DE CASSIA ANDRADE DE ALMEIDA
Matrícula:5532710/3 Cargo: Professor
Lotação:EE Luis Gualberto Pimentel/Dom Eliseu
Período: 06/01/20 a 05/03/20 - 06/03/20 a 04/05/20
Triênio:01/12/09 a 30/11/12 - 01/12/12 a 30/11/15

LICENÇA CASAMENTO**Portaria nº.: 11927/2019 de 19/12/2019**

Conceder Licença Casamento a BENEDITO JUNIOR DA COSTA PINHEIRO, matrícula nº 5896667/1, Assistente Administrativo, lotada na EE Prof Te-mistocles Araujo, no período de 16/12/19 a 23/12/2019.

LICENÇA MATERNIDADE**Portaria nº.: 11927/2019 de 19/12/2019**

Conceder Licença Maternidade a LUTYANNA DO SOCORRO DE OLIVEIRA SILVA DE SOUSA, matrícula nº 57217486/1, Assistente Administrativo, lotada na EE do Rocha/Bragança, no período de 21/11/19 a 18/05/2019.

LICENÇA PATERNIDADE**Portaria nº.: 11964/2019 de 26/12/2019**

Conceder Licença Paternidade a JOAO BATISTA RODRIGUES AFONSO, matrícula nº 57203225/1, Professor, lotada na EE Ruth dos Santos Almeida/Belém, no período de 04/11/19 a 13/11/2019

Portaria Nº.: 308/2019 de 18/11/2019

Conceder Licença Paternidade ao servidor ADALBERTO DE CARVALHO SILVA, matrícula nº 5889571/1, Professor, lotado na EEEM Padre Eurico/Some/Vitoria do Xingu, no período de 13/11/2019 a 22/11/2019.

APROVAÇÃO ESCALA DE FERIAS**Portaria nº.: 11936/2019 de 26/12/2019**

Nome:ELI CONCEIÇÃO DE VASCONCELOS TAPAJOS SOUSA
Matrícula:5901564/1 Período:30/04 à 29/05/19 Exercício:2018
Unidade:ERC Assoc. de Pais e Amigos dos Excepcionais/Santarem

Portaria nº.: 11935/2019 de 26/12/2019

Nome:ELI CONCEIÇÃO DE VASCONCELOS TAPAJOS SOUSA
Matrícula:5901564/1 Período:15/04 à 29/04/19 Exercício:2018
Unidade:ERC Assoc. de Pais e Amigos dos Excepcionais/Santarem

Portaria nº.: 193/2019 de 02/12/2019

Nome:SAMUEL DE SOUZA SARAIVA
Matrícula:57212315/1 Período:02/01 a 31/01/20Exercício:2017
Unidade: 17 URE/Capitao Poço

Portaria nº.: 192/2019 de 02/12/2019

Nome:PATRICIA DOS SANTOS SOARES
Matrícula:57203936/1 Período:01/01 a 30/01/20Exercício:2019
Unidade: EIEFM Felix tembe/Capitao Poço

Portaria nº.: 245/2019 de 19/11/2019

Nome:SANDRA SUELY DE SOUSA MARTINS
Matrícula:5109604/1 Período:03/02 a 18/03/20Exercício:2018
Unidade: EEEFM Santo Antonio/Alenquer

Portaria nº.: 247/2019 de 19/11/2019

Nome:DOUGLAS DA SILVA AIRES
Matrícula:57213852/1 Período:03/02 a 03/03/20Exercício:2019
Unidade: EEEM Amadeu B Simoes/Alenquer

Portaria nº.: 248/2019 de 19/11/2019

Nome:MARIA DO SOCORRO ALVES FERNANDES
Matrícula:5776481/2 Período:03/02 a 18/03/20Exercício:2019
Unidade: 6 URE/Monte Alegre

Portaria nº.: 238/2019 de 19/11/2019

Nome: JORZILANDO NUNES DA SILVA
Matrícula: 57210841/1 Período: 03/02 a 03/03/20 Exercício: 2019
Unidade: CEEM Francisco N de Almeida/Monte Alegre

Portaria nº.: 249/2019 de 20/11/2019

Nome: DUEL CESAR DE MENDONÇA
Matrícula: 5749425/2 Período: 03/02 a 18/03/20 Exercício: 2019
Unidade: EEEM Prof Jose Agostinho Guerra/Almeirim

Portaria nº.: 244/2019 de 19/11/2019

Nome: SAMIA KRISNA CARDOSO BARBOSA DA COSTA
Matrícula: 57208367/1 Período: 03/02 a 18/03/20 Exercício: 2019
Unidade: EEEM Prefeito Carim Melem/Monte Alegre

Portaria nº.: 250/2019 de 20/11/2019

Nome: RAIMUNDO PINTO LEAO
Matrícula: 5812690/2 Período: 03/02 a 18/03/20 Exercício: 2019
Unidade: EEEM Prof Jose Agostinho/Monte Dourado

Portaria nº.: 250/2019 de 20/11/2019

Nome: RAIMUNDO PINTO LEAO
Matrícula: 5812690/2 Período: 03/02 a 18/03/20 Exercício: 2019
Unidade: EEEM Prof Jose Agostinho/Monte Dourado

Portaria nº.: 252/2019 de 20/11/2019

Nome: AURICELIA ARAUJO DE OLIVEIRA
Matrícula: 57210105/1 Período: 03/02 a 18/03/20 Exercício: 2019
Unidade: EEEM Prof Jose Agostinho Guerra/Almeirim

Portaria nº.: 253/2019 de 20/11/2019

Nome: MARIA DA CONCEIÇÃO ARAUJO BORGES DO NASCIMENTO
Matrícula: 5749450/2 Período: 03/02 a 18/03/20 Exercício: 2019
Unidade: EEEM Prof Jose Agostinho Guerra/Almeirim

Portaria nº.: 242/2019 de 19/11/2019

Nome: JOANA DARQUE ARAUJO BRESAOLA
Matrícula: 57212656/1 Período: 03/02 a 18/03/20 Exercício: 2019
Unidade: EEEF Fulgencio Simoes/Alenquer

Portaria nº.: 243/2019 de 19/11/2019

Nome: CLAUDIA CRISTINA MURRIETA DE CARVALHO
Matrícula: 57208382/1 Período: 03/02 a 18/03/20 Exercício: 2019
Unidade: EEEM Prefeito Melém/Monte Alegre

Portaria nº.: 582/2019 de 02/12/2019

Nome: MARCELO ALMEIDA ARAUJO
Matrícula: 5902818/1 Período: 17/01 a 01/03/20 Exercício: 2019
Unidade: 4 URE/Maraba

Portaria nº.: 583/2019 de 02/12/2019

Nome: BRENDA NOCETTI MACIAS
Matrícula: 5901893/1 Período: 21/01 a 05/03/20 Exercício: 2017
Unidade: 4 URE/Maraba

Portaria nº.: 398/2019 de 03/12/2019

Nome: CLAUDIA SEBASTIANA DA CRUZ SANTO
Matrícula: 57215139/1 Período: 02/01 a 31/01/20 Exercício: 2019
Unidade: EE Liberdade/Maraba

Portaria nº.: 786/2019 de 25/11/2019

Nome: IVANETE SANTANA BARROS
Matrícula: 57211408/1 Período: 01/02 a 01/03/20 Exercício: 2018
Unidade: EE Laura do Carmo Vicuna/Salinópolis

Portaria nº.: 787/2019 de 25/11/2019

Nome: ALEX DE CARVALHO VIEIRA
Matrícula: 5896324/1 Período: 01/02 a 01/03/20 Exercício: 2019
Unidade: EE Prof Cesar Pinheiro/Capanema

Portaria nº.: 788/2019 de 25/11/2019

Nome: LETICIA DA SILVA DORTA
Matrícula: 57209423/1 Período: 01/02 a 16/03/20 Exercício: 2019
Unidade: EE Tiradentes/Salinópolis

Portaria nº.: 790/2019 de 02/12/2019

Nome: IRACELIA RIBEIRO DA SILVA DIAS
Matrícula: 5215170/2 Período: 01/01 a 14/02/20 Exercício: 2019
Unidade: EE Prof Aracy Alves Dias/Salinópolis

Portaria nº.: 791/2019 de 02/12/2019

Nome: WELLINGTON WILLIAMS NOGUEIRA NUNES
Matrícula: 6306910/1 Período: 01/02 a 01/03/20 Exercício: 2019
Unidade: EE Inocencio Soares/Primavera

Portaria nº.: 299/2019 de 22/11/2019

Nome: MARCO ANTONIO RODRIGUES QUEIROZ
Matrícula: 5822483/3 Período: 30/12 a 12/02/20 Exercício: 2019
Unidade: EEEM Jeronimo Milhomem Tavares/Limoeiro do Ajuru

Portaria nº.: 562/2019 de 09/12/2019

Nome: SUIMEY VIEGAS SOUZA SALES DE MELO
Matrícula: 57210233/1 Período: 18/12 a 31/01/20 Exercício: 2019
Unidade: EEEFM Aloysio da Costa Chaves/Conc. Do Pará

TORNAR SEM EFEITO**Portaria Nº.: 11934/2019 de 26/12/2019**

Tornar sem efeito a Portaria nº 000695/2019 de 11/02/2019, que que concedeu 45 dias de férias, no período de 15/04/2019 a 29/05/2019, a servidora ELI CONCEIÇÃO DE VASCONCELOS TAPAJOS SOUSA, matrícula 5901564/1, Especialista em Educação, lotada na ERC Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/Santarem, referente ao exercício de 2018.

ERRATA**Portaria nº 66/2019 de 27/03/2019**

Nome: FERNANDA VALERIA PINHEIRO DE MIRANDA

ONDE-SE-LE: Port. Nº 66/19 de 27/03/2019

Leia-se: Port. nº 66/19 de 27/03/2019

Diário Oficial nº 34074/19 de 27/12/2019

Portaria nº 001/2019 de 26/11/2019

Nome: CLEIA MARKIA SILVA DE MELO

ONDE-SE-LE: Período: 03/02/20 a 18/03/20

Leia-se: Período: 03/02/20 a 03/03/20

Diário Oficial nº 34074/19 de 27/12/2019

Protocolo: 511940

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 002/2019/SEASTER PROCESSO Nº 2019/619977

Fundamentação Legal: Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, Decreto Estadual nº 1835, de 5 de setembro de 2017. PARTÍCIPES: SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA E A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA AUGUSTO CORRÊA.

Objeto: implantação cursos de capacitação, por meio do "Projeto GUAMÁ EM CENA, UM OUTRO OLHAR", para jovens 16 a 29 anos, que tem como objetivo, contribuir para a inclusão no mercado de trabalho de jovens, adolescentes os adultos em situação de vulnerabilidade, a partir de cursos de qualificação técnica.

Valor Global: R\$ 99.999,60

Vigência: 27/12/2019 a 26/06/2020.

Data da Assinatura: 27/12/2019

CNPJ/MF sob o nº 21.306.913/0001-0

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 26, entre passagem caraparú e passagem joli, Guamá, Belém/Pa, CEP 66.075-110

Ordenador: Inocencio Renato Gasparim

Protocolo: 511737

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 001/2019/SEASTER PROCESSO Nº 2019/618999

Fundamentação Legal: Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, Decreto Estadual nº 1835, de 5 de setembro de 2017. PARTÍCIPES: SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA E A ASSOCIAÇÃO AMIGOS DOS RIBEIRINHOS.

Objeto: objeto a implantação cursos de capacitação, por meio do "Projeto Escrevendo Uma História", para jovens 16 a 29 anos, que tem como objetivo, contribuir para a inclusão no mercado de trabalho de jovens, adolescentes os adultos em situação de vulnerabilidade, a partir de cursos de qualificação técnica.

Valor Global: R\$ 150.000,00

Vigência: 15/01/2020 a 14/07/2020.

Data da Assinatura: 23/12/2019

CNPJ/MF sob o nº 17.206.734/0001-24

Endereço: Rua Príncipe de Mônaco, nº 23B, CEP 66.815-305

Ordenador: Inocencio Renato Gasparim

Protocolo: 511738

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº. 1410 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental de 01 de janeiro de 2019, publicado no DOE 33771 de 02 de janeiro de 2019; Considerando os princípios da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Publicidade e da Eficiência, Insculpidos no artigo 37, caput, da Constituição Federal/88; Considerando ser poder – dever da Administração Pública a apuração de Irregularidades no Serviço público, conforme prescrito nos artigos 199 e 200, da Lei Estadual nº. 5810/94; Considerando o Processo de Sindicância nº. 28/2019 – Processo nº 2019/209589; Considerando o Parecer Jurídico nº 381/2019/PROJUR/FASEPA. RESOLVE: ACATAR a sugestão emitida pela D. Comissão de SINDICÂNCIA, com fundamentos no Art. 200, parágrafo único, da Lei 5.810/94, para determinar o ARQUIVAMENTO do Processo de SINDICÂNCIA nº 28/2019, pela ausência de elementos comprobatórios capazes de configurar conduta irregular.

PORTARIA Nº. 1411 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental de 01 de janeiro de 2019, publicado no DOE 33771 de 02 de janeiro de 2019. Considerando os princípios da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Publicidade e da Eficiência, Insculpidos no artigo 37, caput, da Constituição Federal/88. Considerando ser poder – dever da Administração Pública a apuração de Irregularidades no Serviço público, conforme prescrito nos artigos 199 e 200, da Lei Estadual nº. 5810/94. Considerando o Processo de Sindicância nº. 23/2019 – Processo nº 2018/322263; Considerando o Parecer Jurídico nº 368/2019/PROJUR/FASEPA. RESOLVE: ACATAR a sugestão emitida pela D. Comissão de SINDICÂNCIA, com fundamentos no Art. 200, parágrafo único, da Lei 5.810/94, para determinar o ARQUIVAMENTO do Processo de SINDICÂNCIA nº 23/2019, pela ausência de elementos comprobatórios capazes de configurar conduta irregular.

PORTARIA Nº. 1421 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental de 01 de janeiro de 2019, publicado no DOE 33771 de 02 de janeiro de 2019. Considerando os princípios da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Publicidade e da Eficiência, Insculpidos no artigo 37, caput, da Constituição Federal/88. Considerando ser poder – dever da Administração Pública a apuração de Irregularidades no Serviço público, conforme prescrito nos artigos 199 e 200, da Lei Estadual nº. 5810/94. Considerando o Processo Administrativo nº. 33/2019 – Processo nº 2016/346573(juntou-se o processo 2019/431802); Considerando o Parecer Jurídico nº 346/2019/PROJUR/FASEPA. RESOLVE: I - NÃO ACATAR a sugestão emitida pela D. Comissão de PAD, com fundamentos no Art. 224, parágrafo único, da Lei 5.810/94, e determinar o ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo nº 33/2019. II – DEFERIR o pedido de exoneração da servidora ANGELA MARIA SANTOS DOS SANTOS

PORTARIA Nº. 1422 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019

CERTIDÃO DE NASCIMENTO: 066431 01 55 2019 1 0015879 23; CONCEDER; 10 (DEZ) dias de LICENÇA PATERNIDADE ao servidor JOSE MARIA DA SILVA CARVALHO matrícula: nº 5939229/ 1 ocupante do cargo de MONITOR lotado na UASE DE ANANINDEUA no período 26/11/19 á 05/12/2019.

PORTARIA Nº. 1423 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019

CERTIDÃO DE ÓBITO: 065649 01 55 2019 4 00092 177 0048682 64; CONCEDER; 08 (OITO) dias de LICENÇA NOJO ao(a) servidor(a) ADIRCEU DEZINCOURT SOUSA nº de matrícula: 5934158/ 1 ocupante do cargo de MONITOR, lotado na Unidade de Assistência Social Santarém, no período 02.11.2019 á 09.11.2019.

PORTARIA Nº. 1409 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019.

CERTIDÃO DE CASAMENTO Nº 065979 01 55 2019 3 00009 017 0002581 04; CONCEDER; 08 (OITO) dias de LICENÇA GALA ao servidor ANDREI MIRANDA DA SILVA Nº 5909809/ 2, ocupante do cargo de CHEFE DE GABINETE, lotado na Presidência no período de 30.11.2019 á 07.12.2019. ORDENADOR: MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JUNIOR.

Protocolo: 511868**ERRATA**

ERRATA DA PORTARIA 1369/19 - GRH DATADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2019, PUBLICADO NO DOE Nº.34047 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2019: ONDE SE LÊ: MATRICULA: 5938349/1. LEIA-SE: MATRICULA: 5637171/2. ORDENADOR: MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JUNIOR.

Protocolo: 511652**CONTRATO**

Contrato Emergencial Nº. 39/2019 -FASEPA; DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2019; Parecer Jurídico Nº. 386/2019-PROJUR; FORUM: BELÉM/PA. Assinatura: 27 de dezembro de 2019; Vigência: 27/12/19 a 26/06/20; OBJETO: contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de Agenciamento de Viagens, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagem aéreas, e terrestres e fluviais, para atender a FASEPA, no período de 06 meses. O valor global para o fornecimento ora contratado importa em de R\$ 391.182,72 (trezentos e noventa e um mil, cento e oitenta e dois reais e setenta e dois centavos) Gestão/Unidade: 680201; Fonte: 0101; Programa de Trabalho: 0812212978338 / 0824314438392 / 0824314438393 / 0824314438394 / 0824314438395; Elemento de Despesa: 339033. Partes: FASEPA e FACTO TURISMO EIRELI - ME, empresa estabelecida na Avenida Conselheiro Nebias, 444, Sala 1908, Ed. Legacy, Bairro: Encruzilhada, Santos/SP, CEP 11045-000, cnpj nº:14.807.420/0001-99 Ordenador Responsável: MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JÚNIOR/Presidente da FASEPA

Protocolo: 511813**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****Processo nº 2019/242206**

1. Considerando a solicitação e justificativa apresentadas nos autos para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE PELÍCULAS DE PROTEÇÃO SOLAR E SEGURANÇA, para atender as necessidades da FASEPA (01/02);
2. Considerando o TERMO DE REFERÊNCIA e anexos que estabelece as especificações do objeto, quantitativos e condições gerais para contratação (77/85);
3. Considerando a PESQUISA DE PREÇOS realizada pela GEMAP e o MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS que constam o preço mercadológico praticado para a aquisição em epígrafe (14/28);
4. Considerando a existência de DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA para a garantia da execução do contrato conforme despacho da NULPLAN/ORÇAMENTO (31/32);
5. Considerando os PARECERES DA COMISSÃO DE CONTROLE INTERNO – CCI/FASEPA nas fases interna e externa da licitação (33/35, 78 e 212/213);
6. Considerando o PARECER JURÍDICO Nº165/2019-PROJUR (Fls.67/74) que analisou e aprovou a MINUTA DO EDITAL DE LICITAÇÃO E A MINUTA DO CONTRATO acostados aos autos pela Comissão Permanente de Licitação – CPL/FASEPA (Fls. 87/115);

7. Considerando a AUTORIZAÇÃO para a abertura da licitação, a PUBLICAÇÃO do certame, o EDITAL na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº18/2019 (116);

8. Considerando o PROCEDIMENTO LICITATÓRIO realizado pela Comissão Permanente de Licitação – CPL/FASEPA, com a PROPOSTA COMERCIAL e as DOCUMENTAÇÕES DE HABILITAÇÃO acostadas aos autos (150/188);

9. Considerando o TERMO DE ADJUDICAÇÃO do Pregão Eletrônico Nº21/2019 (Fls. 206/208), DECIDO:

• HOMOLOGAR o resultado da licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº21/2019 no valor total de R\$ 11.625,30 (ONZE MIL SEISCENTOS E VINTE E CINCO REAIS E TRINTA CENTAVOS) em favor da empresa vencedora do certame adjudicado conforme o seguinte resultado:

o GRUPO 01 - TREVO COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA-ME, no valor total de R\$ 625,30 (ONZE MIL SEISCENTOS E VINTE E CINCO REAIS E TRINTA CENTAVOS);

MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JÚNIOR
PRESIDENTE DA FASEPA

Protocolo: 511716**Processo nº 2019/373285**

1. Considerando a solicitação e justificativa apresentada nos autos para a AQUISIÇÃO DE COLCHÕES, para atender as necessidades das Unidades Operacionais da FASEPA de Belém e Mesorregião, Marabá e Santarém (Fls.01/02);

2. Considerando o TERMO DE REFERÊNCIAe anexos que estabelece as especificações do objeto, quantitativos e condições gerais para contratação (Fls.03/09);

3. Considerando a PESQUISA DE PREÇOSrealizada pela GEMAP e o MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS que constata o preço mercadológico praticado para a aquisição em epígrafe (Fls.11/54 e 71);

4. Considerando a existência de DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIApara a garantia da execução do contrato conforme despacho da NULPLAN/ORÇAMENTO (Fls.60/62 e 74/76);

5. Considerando os PARECERES DA COMISSÃO DE CONTROLE INTERNO – CCI/FASEPA nas fases interna e externa da licitação (Fls.64/65, 78 e 227/228);

6. Considerando o PARECER JURÍDICO Nº317/2019-PROJUR(-Fls.111/124) que analisou e aprovou a MINUTA DO EDITAL DE LICITAÇÃO E A MINUTA DO CONTRATO acostados aos autos pela Comissão Permanente de Licitação – CPL/FASEPA (Fls. 80/108);

7. Considerando a AUTORIZAÇÃOpara a abertura da licitação, a PUBLICAÇÃO do certame, o EDITAL na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº18/2019 (Fls. 125/157);

8. Considerando o PROCEDIMENTO LICITATÓRIOrealizado pela Comissão Permanente de Licitação – CPL/FASEPA, com as PROPOSTAS COMERCIAIS e as DOCUMENTAÇÕES DE HABILITAÇÃO acostadas aos autos (Fls. 158/202);

9. Considerando o TERMO DE ADJUDICAÇÃOdo Pregão Eletrônico Nº18/2019 (Fls. 223), DECIDO:

• HOMOLOGAR o resultado da licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº18/2019 no valor total de R\$ 446.008,80 (QUATROCENTOS E QUARENTA E SEIS MIL E OITO REAIS E OITENTA CENTAVOS) em favor da empresa vencedora do certame adjudicado conforme o seguinte resultado:

o Item 1 – SIOLMAR GABRIELA PASCUALINI PIERRIN E CIA LTDA, no valor total de R\$ 334.506,60 (TREZENTOS E TRINTA E QUATRO MIL QUINHENTOS E SEIS REAIS E SESENTA CENTAVOS);

o Item 2 - SIOLMAR GABRIELA PASCUALINI PIERRIN E CIA LTDA, no valor total de R\$ 111.502,20 (CENTO E ONZE MIL QUINHENTOS E DOIS REAIS E VINTE CENTAVOS).

MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JÚNIOR
PRESIDENTE DA FASEPA

Protocolo: 511647**TORNAR SEM EFEITO****TORNAR SEM EFEITO-27/12/2019-FASEPA**

TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO 484367/2019, REFERENTE AO PROCESSO 494516/2019, PORTARIA 1023/2019-CIAM BELEM, CONSIDERANDO DUBLICIDADE DE PROCESSO, CONFORME NOTIFICAÇÃO ,PAG 57 DO PROCESSO
ORDENADOR DE DESPESA: MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JÚNIOR

Protocolo: 511671**TORNAR SEM EFEITO-27/12/2019-FASEPA**

TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO 499789/2019, REFERENTE AO PROCESSO: 574489/2019, PORTARIA 1246/2019, E, REGISTRA A DEVOLUÇÃO DE RECURSO , REFERENTE A PUBLICAÇÃO 499800, PORTARIA 1247/2019-ELEMENTO DE DESPESA 339030-NÓ VALOR DE R\$80,00, AGENTE SUPRIDO ROSANGELA MARIA COUTO SALES-MATRÍCULA Nº 3223027/ 1, CONSIDERANDO A NÃO REALIZAÇÃO DA VIAGEM A CIDADE DE ORIXIMINA, CONFORME MEMORANDO 753/2019-CESEBA
ORDENADOR DE DESPESA: MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JÚNIOR

Protocolo: 511637

OUTRAS MATÉRIAS

DEVOLUÇÃO DE RECURSO/RETORNO ANTECIPADO –27/12/2019 - A FASEPA REGISTRA A DEVOLUÇÃO DE RECURSO FINANCEIRO DE 01(UMA DIÁRIA)CONSIDERANDO RETORNO ANTECIPADO DA VIAGEM A CIDADE DE MARABÁ, PAGA NO PERÍODO DE 12 A 14/11/2019, COM REALIZAÇÃO DE 12 A 13/11/2019, (PORT. 1188/2019)-PUBLICAÇÃO 496832, PROCESSO 559078/2019-CONFORME COMPROVANTES DE DEPOSITO BANCARIO ORDENADOR DE DESPESAS: MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JUNIOR

Protocolo: 511704

DEVOLUÇÃO DE RECURSO –27/12/2019

A FASEPA REGISTRA A DEVOLUÇÃO DE RECURSO FINANCEIRO, CONSIDERANDO COMPROVANTE DE DEPOSITO BANCARIO PAG 30 DO PROCESSO-CIJAM CONFORME ABAIXO DISCRIMINADO;
-PROCESSO 595896/2019 (PORT.1283/2019)-PUBLICAÇÃO 503810
-RECURSO DEVOLVIDO: R\$218,18,00 (ELEMENTO DE DESPESA 339033)
-AGENTE SUPRIDO: SERGIO AUGUSTO DA CONCEICAO PALHETA
-CARGO:MONITOR - MATRICULA Nº5787599/ 2
ORDENADOR DE DESPESA: MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JÚNIOR

Protocolo: 511688

DEVOLUÇÃO DE RECURSO –27/12/2019

A FASEPA REGISTRA A DEVOLUÇÃO DE RECURSO FINANCEIRO, CONSIDERANDO COMPROVANTE DE DEPOSITO BANCARIO, PAG.68 DO PROCESSO, CONFORME ABAIXO DISCRIMINADO,
-PROCESSO.510161/2019 (PORT. 1080/2019)-PUBLICAÇÃO 488629
-RECURSO DEVOLVIDO: R\$ 120,00 (ELEMENTO DE DESPESA 339039)
-AGENTE SUPRIDO: ROSICLEA DA SILVA CORECHA
-CARGO:PSICÓLOGO - MATRICULA Nº 54183274/ 2
ORDENADOR DE DESPESA :MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JÚNIOR

Protocolo: 511720

Processo nº 2019/544956

No uso das atribuições que me são conferidas, e considerando os fatos corroborados no processo em epígrafe, especialmente o Parecer de Conformidade do Controle Interno, AUTORIZO a continuidade do processo de contratação de empresa para a aquisição de instrumentos musicais visando a capacitação e qualificação profissional, cultural e lazer para atendimento das necessidades desta Fundação de Atendimento Socioeducativo – FASEPA, através de adesão a Ata de Registro de Preços nº 20/2018 – FNDE, com a empresa conforme a discriminação abaixo:

EMPRESA: BRINK MOBIL EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ 79.788.766/0001 – 32

VALOR: R\$ 18.243,60 (Dezoito mil e duzentos e quarenta e três reais e sessenta centavos)

PRAZO: 12 (doze) meses.

Belém, 27 de dezembro de 2019.

MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JUNIOR

Presidente da FASEPA

Protocolo: 511863

ALTERAÇÃO DA DATA DE VIAGEM–27/12/2019

A FASEPA REGISTRA ALTERAÇÃO DE DATA DE VIAGEM A CIDADE DE PORTEL/PA DO PERÍODO DE 27 A 30/03/2019 PARA O PERÍODO DE 26 A 29/03/2019, CONSIDERANDO ALTERAÇÃO DA DATA DA AUDIENCIA, CONFORME MEMORANDO 1022/2019 E JUSTIFICATIVA PAG.119 DO PROCESSO (PORT. 202/2019)-PUBLICAÇÃO 416335, PROCESSO 109012/2019
ORDENADOR DE DESPESAS: MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JUNIOR

Protocolo: 511658

DEVOLUÇÃO DE RECURSO –27/12/2019

A FASEPA REGISTRA A DEVOLUÇÃO DE RECURSO FINANCEIRO, CONSIDERANDO COMPROVANTE DE DEPOSITO BANCARIO PAG. 34 DO PROCESSO CONFORME ABAIXO DISCRIMINADO;
-PROCESSO 527302/2019 (PORT.1127/2019)-PUBLICAÇÃO 491140
-RECURSO DEVOLVIDO: R\$100,00 (ELEMENTO DE DESPESA 339030)
-AGENTE SUPRIDO- AILY KARINE LIMA DOS SANTOS
-CARGO:ASSISTENTE SOCIAL - MATRICULA Nº 57221276/ 2
ORDENADOR DE DESPESA:MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JÚNIOR

Protocolo: 511714

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ

EXTRATO DE PROTOCOLO DE INTENÇÕES

PROTOCOLO DE INTENÇÕES Nº 001/2019, celebrado em 20.12.2019, entre o GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia – SEDEME/PA, órgão da Administração Direta do Estado, CNPJ: 14.772.025/0001-18; a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará – CODEC/PA, Sociedade de Economia Mista, CNPJ: 05.416.839/0001-29 e L. ZEPONE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI, empresa privada, com sede na Avenida Joaquim Pereira de Queiroz, nº 3397, Bairro Cajueiro, Benevides-Pará, inscrita no CNPJ sob o nº 35.588.390/0001-47./ São objetos do presente Protocolo: 1 - Estabelecer parceria institucional entre os poderes públicos estaduais e a iniciativa privada, visando criar condições para instalação de planta especializada em processamento de polpa de açaí na região de Benevides/PA, levando em conta os critérios de viabilidade e sustentabilidade do negócio, para verticalização de produtos derivados do açaí; 2 - Diversificar a base produtiva com vistas a elevar a sustentabilidade econômica, social e ambiental nos municípios onde estiver operando; 3 - Contribuir para geração de mais ou menos 50(cinquenta) empregos diretos e 200(duzentos) indiretos na primeira etapa e; 100(cem) empregos diretos e 400(quatrocentos) indiretos na etapa final envolvidos na produção fabril e lavouras; 4 - Auxiliar no crescimento do PIB da regiões onde a empresa estiver com operações, com destaque para o município de Benevides; 5 - O investimento inicial do projeto a princípio idealizado é de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais) divididos em 02 (duas) etapas , chegando a um volume de produção em torno de 6.000 ton./safra./ Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura./ Signatários: SEDEME/PA - IRAN LIMA - Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia; CODEC/PA - LUTFALA BITAR - Presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará e MATHEUS HENRIQUE ZEPONE - Administrador da L. ZEPONE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI.

Protocolo: 511915

INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ

TORNAR SEM EFEITO**PORTARIA Nº 299/2019, GAB/IMETROPARÁ, 27 de dezembro de 2019.**

Dispõe sobre Tornar sem efeito gozo de férias de Servidor. A Presidente do Instituto de Metrologia do Estado do Pará – IMETROPARÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 13 da Lei Estadual nº 7.136/2008 e de acordo com o Decreto publicado no DOE nº 33771 de 02 de Janeiro de 2019;

CONSIDERANDO PORTARIA Nº 285/2019, GAB/IMETROPARÁ, de 06 de dezembro de 2019, publicada no DOE nº 505766 de 10 de dezembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO, as férias da servidora ROSANA DA SILVA ROCHA, matrícula nº. 0286, ocupante do cargo de assistente administrativa, no período de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura;

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete, Belém/Pará, 27 de dezembro de 2019.

Cintya Simões/Presidente

Protocolo: 511856

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 434/19 de 27.12.2019.

Art. 1º DESIGNAR, a servidora ROSA MARIA RODRIGUES LOPES, Assistente do Registro Mercantil Classe "A", matrícula nº 5889497/1, para responder pelo cargo Gerente de Apoio Administrativo, GEP-DAS.011.4, durante as férias do titular, ALEXANDRE JAIME BATISTA, matrícula nº 5896631/2, no período de 10-12-2019 a 08-01-2020, conforme processo nº 2019/631692. Luiz Sérgio Borges – Presidente em exercício.

Protocolo: 511732

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 435/19 de 27.12.2019

Artigo Primeiro: EXCLUIR a Gratificação de Tempo Integral no valor de 60% (sessenta por cento), da servidora Elizabeth Palheta Silva, matrícula nº. 2021900/1, Técnico de Registro Mercantil CL.B, e CONCEDER a servidora Adair Sarges de Melo e Silva, matrícula nº. 2021790/1, Técnico de Registro Mercantil CLB, a partir de 01-01-2020, conforme processo nº 2019/645565.

LUIZ SÉRGIO BORGES – Presidente em exercício.

Protocolo: 511736

NÚCLEO EXECUTOR DO PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES

EXTRATO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº: 020/2019 - NEPMV

Data da assinatura: 26/12/2019 | Objeto: Doação do NOBREAK 1,2KVA, SENOIDAL, BIVOLT, RP nº. 1443, conforme Termo de Doação de Bens Móveis Nº. 2019/171 (SISPATWEB), que será entregue com adesivo com a logomarca do Fundo Amazônia, de acordo com modelo fornecido pelo BNDES, em atendimento à Cláusula Terceira, inciso XIV, do Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não Reembolsável nº 13.2.1297.1, firmado entre o Estado do Pará e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, tendo por finalidade a utilização pelo DONATÁRIO, para o aprimoramento da gestão ambiental municipal | Donatário: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ | C.N.P.J.: 83.268.011/0001-84 | Ordenadora: AYAMY DA COSTA MIGIYAMA – DIRETORA GERAL DO NEPMV.

Protocolo: 511822

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº. 947/2019, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 08/02/2019, publicado no DOE nº. 33.800, de 08/02/2019, e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 072/2019, de 14/02/2019, publicada no DOE nº 33.807 de 19/02/2019, CONSIDERANDO a orientação do art. 67, da Lei 8.666/93, e CONSIDERANDO os termos do Processo 2019/647640, de 27/12/2019, e o Memorando 188/2019/DIFIS/SEDOP.

R E S O L V E:

I - DESIGNAR o servidor LÁZARO CÉZAR DA SILVA LIMA JUNIOR, matrícula nº 5913247/2, ocupante do Cargo de Coordenador de Núcleo, como fiscal de obra referente ao Contrato celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP e a Empresa abaixo:

CONTRATO	EMPRESA	OBJETO
028/2019	Ditron Engenharia e Incorporadora Eireli	Pavimentação em bloquete do acesso ao Hospital de Pequeno Porte, no Distrito de Castelo dos Sonhos, no município de Altamira/PA.

II - DESIGNAR o servidor PAULO FRANCINETTE MARQUES, matrícula nº 6661/1, ocupante do Cargo de Técnico em Gestão em Infraestrutura - Engenheiro Civil, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do Contrato, acima descrito, nos impedimentos legais e eventuais do titular.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Dê Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ARNALDO DOPAZO ANTONIO JOSE

Secretário Adjunto de Gestão de Obras Públicas

Protocolo: 511792

PORTARIA Nº. 948/2019, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 08/02/2019, publicado no DOE nº. 33.800, de 08/02/2019, e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 072/2019, de 14/02/2019, publicada no DOE nº 33.807 de 19/02/2019, CONSIDERANDO a orientação do art. 67, da Lei 8.666/93, e CONSIDERANDO os termos do Processo 2019/645589, de 26/12/2019, e o Memorando 187/2019/DIFIS/SEDOP.

R E S O L V E:

I - DESIGNAR o servidor ABRÃO CASTILHO DE SOUZA COSTA, matrícula nº 5948914/1, ocupante do Cargo de Coordenador de Núcleo Regional, como fiscal de obra referente ao Contrato celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP e a Empresa abaixo:

CONTRATO	EMPRESA	OBJETO
029/2019	SULPARÁ CAMINHÕES E MÁQUINAS.	Aquisição de 05 (Cinco) Caminhões Equipados com Coletor Compactador de Resíduos para Atender as Necessidades do Serviço de Saneamento Ambiental de Marabá SAAM/PA

II - DESIGNAR o servidor GILMAR FRANCO MOTA, matrícula nº 54195705/2, ocupante do Cargo/Função - Coordenador, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do Contrato, acima descrito, nos impedimentos legais e eventuais do titular.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Dê Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ARNALDO DOPAZO ANTONIO JOSE

Secretário Adjunto de Gestão de Obras Públicas

Protocolo: 511872

PORTARIA Nº. 946/2019, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 08/02/2019, publicado no DOE nº. 33.800, de 08/02/2019, e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 072/2019, de 14/02/2019, publicada no DOE nº 33.807 de 19/02/2019, CONSIDERANDO a orientação do art. 67, da Lei 8.666/93, e CONSIDERANDO os termos do Processo 2019/643560, de 23/12/2019, e o Memorando nº. 185/2019, de 23/12/2019/DIFIS/SEDOP.

R E S O L V E:

I - DESIGNAR o servidor PAULO ROBERTO CAVALLEIRO DE MACÊDO, matrícula nº 5949293/1, ocupante do Cargo de Coordenador, como fiscal da Obra do Contrato celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP e a Empresa abaixo:

CONTRATO	EMPRESA	OBJETO
031/2019	LUCENA INFRAESTRUTURA EIRELI	Execução dos serviços de drenagem e pavimentação asfáltica de vias urbanas na Região de Integração do Rio Capim - Lote 6.

II- DESIGNAR o servidor, OBERLANDES JUNIOR DA SILVA COSTA, matrícula nº 5946508/1, ocupante do Cargo de Coordenador, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do Contrato, acima descrito, nos impedimentos legais e eventuais do titular.

III- Esta Portaria em vigor na data da publicação.

Dê Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ARNALDO DOPAZO ANTONIO JOSE

Secretário Adjunto de Gestão de Obras Públicas

Protocolo: 511630

TERMO ADITIVO A CONTRATO

4º TAC Nº 30/2018 – CP Nº 06/2017

Partes:

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – CNPJ 03.137.985/0001-90

Etec Empresa Técnica Ltda– CNPJ 05.856.869/0001-56

Objeto: Recuperação de Pavimentação de Vias Urbanas com CBUQ, nos Municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Santa Barbara do Pará, Santa Izabel do Pará, Benevides, Santo Antônio do Tauá e Barcarena, Total de 30km, neste Estado.

Justificativa: manutenção da suspensão da execução de serviços e prorrogação de prazo, cfe. art. 57, §1º, III da Lei Federal nº 8.666/93.

Vigência: 31/12/2019 a 28/06/2020

Data da Assinatura: 27/12/2019

Ordenador Responsável: Benedito Ruy Santos Cabral

Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

Protocolo: 511719

8º TAC Nº 60/2014 – CP Nº 07/2014

Partes:
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – CNPJ 03.137.985/0001-90
Consórcio saúde castanhal – CNPJ 20.432.281/0001-69
Objeto: Construção do Hospital Regional Público, no Município de Castanhal/PA.
Justificativa: Prorrogação de prazo, cfe. Art. 57, §1º, VI da Lei Federal nº 8.666/93.
Vigência do Contrato: 29/12/2019 a 28/02/2020
Data da Assinatura: 27/12/2019
Ordenador Responsável: Benedito Ruy Santos Cabral
Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

Protocolo: 511735**21º TAC Nº 48/2013 – CP Nº 03/2013**

Partes:
-Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – CNPJ 03.137.985/0001-90
-Paulitec Construções LTDA – CNPJ 49.437.809/0001-74
Objeto: Reforma e Construção dos Hospitais Dr. Abelardo Santos, no município de Belém e na Região do Tapajós, em Itaituba-PA.
Justificativa: Prorrogação de prazo, cfe. Art. 57, §1º, IV da Lei no 8.666/93.
Vigência: 28/12/2019 a 25/06/2020
Data da Assinatura: 27/12/2019
Ordenador Responsável: Benedito Ruy Santos Cabral
Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

Protocolo: 511739**TERMO ADITIVO A CONVÊNIO****3º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 110/2018**

Partes:
-Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – CNPJ 03.137.985/0001-90
- Prefeitura Municipal de Santarém – CNPJ 05.182.233/0007-61
Objeto do Convênio: Execução de serviço de revitalização de uma quadra poliesportiva, com construção de cobertura em estrutura metálica, no formato arco vão de 20m, no município de Santarém/PA
Justificativa: Prorrogação de Prazo
Vigência: 28/12/2019 a 28/12/2020
Data da Assinatura: 27/12/2019
Ordenador Responsável: Benedito Ruy Santos Cabral
Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

Protocolo: 511712**DIÁRIA****PORTARIA Nº. 945/2019, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2019.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG de 01/01/2019, publicado no DOE nº. 33.771, de 02/01/2019, CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2019/647151, de 26/12/2019 - NUCOM;

R E S O L V E:

CONCEDER, de acordo com as bases legais vigentes, diária ao servidor abaixo relacionado:

NOME: João Sergio Pinto Rodrigues da Silva, Matrícula nº.5932030/2; Cargo/Função: Secretário de Diretoria.

OBJETIVO: Acompanhar o Secretário Ruy Cabral em visitas de obras nos municípios.

DESTINO: Capitão Poço, Santa Maria/PA

DIÁRIA: 0,5 (meia)

DIA: 28/12/2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Eng.º Civil BENEDITO RUY SANTOS CABRAL/CREA 8430D PA

Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas.

Protocolo: 511598**COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ****TERMO ADITIVO A CONTRATO****15º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 21/2016**

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, a contar de 12.03.2020, encerrando em 11.03.2021.
Data da Assinatura: 27/12/2019.
Classificação do objeto: Outros.
Contratada: Diamond Serviços de Limpeza e Mão de Obra Eireli.
Ordenador em Exercício: Fernanda Regina de Pinho Paes.

Protocolo: 511663**2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 100/2018**

Objeto: Alteração quantitativa do objeto contratual ampliando o atendimento de clientes o que acresce ao valor mensal do Contrato R\$20.689,74 (vinte mil e seiscentos e oitenta e nove reais e setenta e quatro centavos), o qual passa o valor atual do Contrato de R\$993.107,52 (novecentos e noventa e três mil e cento e sete reais e cinquenta e dois centavos) para R\$1.241.384,40 (um milhão e duzentos e quarenta e um mil e trezentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos), representado um reajuste na ordem de 25% em relação ao valor global do Contrato visando à melhor execução do Planejamento Estratégico de Curto Prazo e autorização e Ações Comerciais Especiais.

Data da Assinatura: 27/12/2019.

Classificação do Objeto: Outros.

Contratada: Servpred Serviços Predial e Ambiental Ltda.

Ordenador em Exercício: Fernanda Regina de Pinho Paes.

Protocolo: 511910**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA****ERRATA**

Fica retificado na Portaria nº 411, de 26.12.2019, publicada no D.O.E. nº 34.074, de 27.12.2019.

Onde se lê: publicado no D.O.E. nº 34.073, de 27.12.2019

Leia-se: publicada no D.O.E. nº 34.074, de 27.12.2019

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica, em 27 de dezembro de 2019.

Protocolo: 511694

Fica retificado na Portaria nº 412, de 26.12.2019, publicada no D.O.E. nº 34.074, de 27.12.2019.

Onde se lê: publicada no D.O.E. nº 34.073, de 27.12.2019

Leia-se: publicada no D.O.E. nº 34.074, de 27.12.2019

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica, em 27 de dezembro de 2019.

Protocolo: 511697**TERMO ADITIVO A CONTRATO****Nº DO CONTRATO: 02/2019**

Nº DO TERMO ADITIVO: 01

DATA DE ASSINATURA: 30/12/2019

VIGÊNCIA: 31/12/2019 a 30/06/2020

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Prorrogar por 06 (seis) meses, a contar de 31/12/2019 a 30/06/2020 o prazo de vigência do contrato nº 02/2019, atendendo a conveniência administrativa da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica, de acordo com o que prevê a CLÁUSULA NONA: DA VIGÊNCIA.

ORÇAMENTO:

Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte
48.101.19.363.1451.8507	339039	0101

CONTRATADO: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR AR/PA (04.309.367/0001-42).

ENDEREÇO: Tv. Doutor Moraes nº 21, Edifício Palácio da Agricultura, 7º andar, Nazaré, CEP nº 66.035-080.

ORDENADOR: CARLOS EDILSON DE ALMEIDA MANESCHY

Protocolo: 511722**TERMO ADITIVO A CONVÊNIO****TERMO ADITIVO A CONVÊNIO**

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA Nº 014/2018 – SEXTET/IFPA

TERMO DE CONVÊNIO nº 014/2018

Objeto do convênio: O presente Termo aditivo de Convênio tem por objeto o projeto intitulado "Secador Solar para Produtores Locais de Pimenta-do-Reino no Estado do Pará".

Objeto do Termo Aditivo: tem por Objeto a prorrogação do prazo de vigência do CONVÊNIO 014/2018 até o dia 30/06/2020.

Data de assinatura do termo aditivo: 30/12/2019

Início da Vigência: 30/12/2019

Término da Vigência: 30/06/2020

Foro: Belém

Concedente:

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica - SEXTET

CNPJ: 08.978.226/0001-73

Conveniente:
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA
CNPJ: 10.763.998/0001-30
Ordenador
Carlos Edilson de Almeida Maneschy.

Protocolo: 511853

3º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 001/2016 – SECTET/UFPA
TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/2016 – SECTET/UFPA

Objeto do Termo aditivo: O presente Termo aditivo de Convênio tem por objeto o projeto intitulado "Otimização de Critérios operacionais em reator UASB unifamiliar destinado a comunidades rurais".

Objeto do Aditamento: tem por Objeto a prorrogação do prazo de vigência do convênio de Cooperação Técnica e Financeira até o dia 31/12/2020.

Data da Assinatura: 30/12/2019

Início da Vigência: 30/12/2019

Término da Vigência: 31/12/2020

Foro: Belém

Concedente:

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica - SECTET

CNPJ: 08.978.226/0001-73

Conveniente:

Universidade Federal do Pará - UFPA

CNPJ: 34.621.748/0001-23

Ordenador

Carlos Edilson de Almeida Maneschy.

Protocolo: 511635

TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 013/2018 – SECTET/IFPA

TERMO DE CONVÊNIO Nº 013/2018

Objeto: O presente Termo aditivo de Convênio tem por objeto o projeto intitulado "Geração e Disseminação de tecnologias sociais para o fortalecimento da agricultura familiar paraense".

Objeto do Termo Aditivo: tem por Objeto as seguintes alterações:

A prorrogação do prazo de vigência do CONVÊNIO 013/2018 até o dia 30/06/2020.

Alteração do item 05. PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00). No plano de trabalho, que passará a ter a seguinte redação:

PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00)					
Especificação	VALOR	REMANEJAMENTO (50%)	REMANEJAMENTO (100%)	VALOR TOTAL	PARTÍCIPE
Material de consumo	R\$ 118.595,00	(+) R\$ 8.520,00	(+) R\$ 8.565,00	R\$ 135.680,00	SECTET
Serviço de terceiros	R\$ 8.565,00		(-) R\$ 8.565,00	0	SECTET
Diárias	R\$ 17.040,00	(-) R\$ 8.520,00		R\$ 8.520,00	SECTET
Passagens	R\$ 2.400,00			2.400,00	SECTET
Participação em congresso	R\$ 2.000,00			2.000,00	SECTET
Publicação de artigos em periódicos (espaço para publicação em revistas científicas)	R\$ 1.400,00			1.400,00	SECTET
Total	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 150.000,00	SECTET

Data de assinatura do termo aditivo: 30/12/2019

Foro: Belém

Partes:

Concedente:

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica - SECTET

CNPJ: 08.978.226/0001-73

Conveniente:

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA

CNPJ: 10.763.998/0001-30

Ordenador

Carlos Edilson de Almeida Maneschy.

Protocolo: 511832

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS

PORTARIA

PORTARIA Nº 388/2019 – GABINETE, de 19 de Dezembro de 2019.

O Diretor-Presidente da FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA, no uso de suas atribuições legais, e, com fundamento na seção II, do art. 7º, da Lei Complementar Estadual nº 061, de 24 de junho de 2007, e alterações posteriores;

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora FRANCIMARY SARAIVA DOS SANTOS, Identidade Funcional nº. 5718989/4, ocupante do cargo em comissão de Coordenador de Seleção e Avaliação, para substituir a servidora HELOÍSA HELENA FERREIRA DE OLIVEIRA, Identidade funcional nº. 57176411/4, no cargo em comissão de Chefe de Gabinete, código GEP-DAS-011.4, no Impedimento Legal da Titular, durante o período de gozo de férias, de 08/01/2020 a 06/02/2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Diretor-Presidente, em 19 de Dezembro de 2019.

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Diretor-Presidente

Protocolo: 511700

PORTARIA Nº 387/2019 – GABINETE, de 19 de Dezembro de 2019.

O Diretor-Presidente da FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA, no uso de suas atribuições legais, e, com fundamento na seção II, do art. 7º, da Lei Complementar Estadual nº 061, de 24 de junho de 2007, e alterações posteriores;

CONSIDERANDO a necessidade de ausência do Titular da Diretoria Científica JUAREZ ANTÔNIO SIMÕES QUARESMA no período de 02 a 31/01/2020, no qual estará substituindo o Diretor-Presidente da Fapespa que estará em gozo de férias regulamentares, conforme Decreto de 06/11/2019, publicado no DOE n. 34.029, de 07/11/2019.

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora AURYTELIA SILVA DIAS, Identidade Funcional n. 5540844/7, Coordenadora de Ciência e Tecnologia, para responder pela Diretoria Científica da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA, na data acima referida, com todas as vantagens inerentes ao cargo durante o impedimento do titular que se encontra respondendo pelo cargo de Diretor-Presidente no período acima citado.

Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Diretor-Presidente, em 19 de Dezembro de 2019.

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Diretor-Presidente

Protocolo: 511674

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO: 002/2019. Processo 2017/253678.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO VEICULO FORD RANGER XLT, ANO/FAB/MOD 2010/2011 PLACA NSY 2197 COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA. Abertura da sessão: 14/01/2020 às 10h00min, data limite para recebimento das Propostas até às 10h00min 14/01/2020, data para abertura das propostas: 14/01/2020 às 10h00min, data para início da disputa de preços: 14/01/2020 às 10h00min, Local: www.comprasgovernamentais.gov.br.

Funcional programática: 19.571.1452.7467

Natureza da Despesa: 33.90.39

Natureza da Despesa – 33.90.30

Origem do Recurso: Tesouro Estadual.

Ordenador de Despesas: Carlos Edilson de Almeida Maneschy.

O Edital poderá ser obtido nos sites www.compraspara.pa.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br.

Patrick dos Reis/Pregoeiro/CPL/DIRAD/FAPESPA

Protocolo: 511987

TERMO ADITIVO A CONVÊNIO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Nº DO TERMO ADITIVO: 1º (PRIMEIRO)

CONVÊNIO FAPESPA/UFPA Nº 008/2017

CONCEDENTE: FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA.

CNPJ: 09.025.418/0001-28

CONVENIENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA – UFRA
CNPJ: 05.200.001/0001-01

OBJETO DO TERMO ADITIVO: 1) Prorrogação do prazo da vigência do Convênio FAPESPA/UFRA nº008/2017 até 28 de dezembro de 2021; 2) Alteração do item 4 – Cronograma de Execução (Meta, Etapa ou Fase), do Plano de Trabalho.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA: Art. 9º-A, § 3º da Lei nº 10.973/2004, Lei da Inovação, Art. 38, § 2º do Decreto regulamentador nº 9.283/2018, Art. 57 da Lei nº8.666/93, Cláusula Nona do Convênio e Parecer Técnico nº 061/2019 – CPROJ/DITEC/FAPESPA.

DATA DA ASSINATURA: 27 de Dezembro de 2019.

ORDENADOR RESPONSÁVEL: JUAREZ ANTÔNIO SIMÕES QUARESMA - DIRETOR-PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Protocolo: 511634

JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATO

Extrato de Contrato nº. 060/2019/TJPA//Partes: TJPA e a empresa KARISTEN COMÉRCIO E SERVIÇOS MECÂNICOS E ELÉTRICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 05.970.357/0001-16// Objeto do Contrato: Prestação de serviço de Manutenção Preditiva, Preventiva e Corretiva com fornecimento de peças de reposição para as SUBESTAÇÕES instaladas nas dependências dos FÓRUNS DAS COMARCAS DE MARABÁ E ABAETETUBA, com fornecimento materiais de consumo (fusíveis, botoeiras, óleo isolante, dentre outros), necessários à execução dos serviços. Este serviço inclui manutenção no sistema de aterramento e no Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA).// Origem: Pregão Eletrônico nº 065/TJPA/2019// Valor do Contrato: R\$ 142.500,000 (global)// Dotação Orçamentária: Programas de Trabalho: 02.061.1419.8644 e 02.061.1418.8644; Natureza da Despesa: 339030 e 339039; Fonte de Recursos: 0118// Vigência: 07/01/2020 a 07/01/2021// Data da assinatura: 27/12/2019// Foro: Belém/PA// Representante do Contratante: Francisco de Oliveira Campos Filho – Secretário de Administração// Ordenador Responsável: Sueli Lima Ramos Azevedo – Secretária de Planejamento

Protocolo: 511845

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Extrato do 5º Termo Aditivo ao Contrato nº. 023.2015/TJPA//Partes: TJPA e a empresa Brasil Card Administradora de Cartões LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.817.702/0001-50// Objeto do Contrato: contratação de empresa operadora de sistema de cartões, para manutenção preventiva e corretiva para atender a frota de veículos e máquinas do Poder Judiciário do Estado do Pará// Objeto do aditivo: acréscimo de 11,30% no valor contratual vigente.// Valor: 1.477.566,12 (um milhão, quatrocentos e setenta e sete mil, quinhentos e sessenta e seis reais e doze centavos), para o período aditado// Dotação orçamentária: UG – 04102 – 048659 – 048669 - 048670; Fonte de Recurso: 0118; Natureza da despesa: 339039. Data da assinatura: 26/12/2019// Foro: Belém/PA// Responsável pela assinatura: Francisco de Oliveira Campos Filho – Secretário de Administração.// Ordenador Responsável: Sueli Lima Ramos de Azevedo – Secretária de Planejamento. //

Protocolo: 511326

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/TJPA/2019

Acolho o julgamento da Comissão Permanente de Licitação, corroborado pela manifestação da Divisão de Acompanhamento, em relação à Tomada de Preços nº 003/TJPA/2019, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para execução de Reforma do Prédio dos Juizados Especiais Criminais e Turmas Recursais, Av. Alte. Tamandaré, 873, pelo valor global de R\$-701.177,46 (setecentos e um mil, cento e setenta e sete reais e quarenta e seis centavos), em favor da empresa GROSS CONSTRUÇÕES LTDA, adjudicando à mesma o objeto do certame. Homologo a presente licitação para os devidos fins. Belém, 26 de dezembro de 2019. FRANCISCO DE O. CAMPOS FILHO - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Protocolo: 511830

OUTRAS MATÉRIAS

Termo de Cancelamento Unilateral de Ata de Registro de Preços - O Tribunal de Justiça, CNPJ/MF nº 04.567.897/0001-90, neste ato representado por seu Secretário de Administração FRANCISCO DE OLIVEIRA CAMPOS FILHO, no uso de suas atribuições legais, resolve proceder o cancelamento da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2019/TJPA** celebrada com a empresa ANDREI SANTOS SILVA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.785.674/0001-16, com sede na cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, à Rua São Jospe, nº 73, Bairro: Salobrinho, CEP: 45662-276, Fone: (71) 9.9251-1801, E-mail: andreisansil@hotmail.com, em decorrência da solicitação da empresa, de acordo com a instrução realizada nos autos do processo SIGA-DOC PA-MEM-2019/51243, a contar de 27/12/2019. Belém, 27 de dezembro de 2019. Francisco de Oliveira Campos Filho, Secretário de Administração do TJ/PA.

Protocolo: 511677

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

TERMO ADITIVO A CONTRATO

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 018/2015-SEEL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2015/250743

OBJETO: Prorrogação de vigência do Contrato de nº18/2015 de prestação de serviços de telefonia móvel e pessoal.

ASSINATURA: 08/08/2019

VIGÊNCIA: 08/08/2019 A 08/08/2020

Funcional Programática: 08101.27.122.1297.8338c; Fonte de Recursos: 0101002156; Elemento de Despesa: 339039; PI: 4200008338c; Ação: 184339

Valor global: R\$ 18.880.56.

Contratada: EMPRESA CLARO S.A., com CNPJ nº 40.432.544/0001-47.

Ordenadora de Despesa: ARLINDO PENHA DA SILVA, CPF 509.695.017-49.

Protocolo: 511918

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 442/2019/GEPS/SETUR

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 2019/509882; CONSIDERANDO o Decreto 870 de 04/10/2013 e a Portaria Conjunta 658/SEAD de 01/09/2014, que tratam da fiscalização dos contratos na administração pública; RESOLVE: I – DESIGNAR o servidor ALEXANDRE NAKAGAWA, matrícula: 5951425/1, CPF: 993.032.131-49, ocupante do cargo de Gerente, como fiscal do contrato nº 007/2019, celebrado entre o Estado do Pará, através da Secretaria de Estado de Turismo – SETUR e a empresa PROMO INTELIGENCIA TURISTICA – EIRELI, que tem como objeto a Contratação de serviços de consultoria para posicionamento mercadológico do destino Pará e ativação de vendas no mercado norte-americano, em decorrência da Conferência Anual da USTOA, de modo a incrementar o fluxo turístico proveniente dos EUA. II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. ANDRÉ ORENGEL DIAS. Secretário de Estado de Turismo.

Protocolo: 511650

OUTRAS MATÉRIAS

INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO - SETUR

Nota de Empenho No 2019NE01021

Valor: R\$ 4.090,00

Data de emissão: 06/12/2019

Processo nº 2019/309222

Origem: Cotação eletrônica nº 003/2019

Objeto:Fornecimento de gêneros alimentícios (café, açúcar e leite)

Programa de trabalho 23695143883830000 Fonte: 0101000000

Contratado: MENDES & SOUSA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ: 30445162-0001/02

Ordenador de Despesa: ANDRÉ ORENGEL DIAS

Protocolo: 511800

MUNICÍPIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº

260605/2014; ORIGEM: TOMADA DE PREÇOS 260601/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA VISANDO A CONSTRUÇÃO DA QUADRA DA ESCOLA PRÓ INFÂNCIA. Com os acréscimos decorrentes deste Termo Aditivo que é de R\$ 122.560,73 (cento e vinte e dois mil e quinhentos e sessenta reais e setenta e três centavos), o preço global do contrato original passará de R\$ 490.242,92 (quatrocentos e noventa mil e duzentos e quarenta e dois reais e noventa e dois centavos) para R\$ 612.803,65 (seiscentos e doze mil e oitocentos e três reais e sessenta e cinco centavos). CONTRATANTE: NILSON FERREIRA DOS SANTOS, CPF: 289.390.182-49; CONTRATADA: PRO CONSTRUIR COM. E SERVIÇOS LTDA - CNPJ/MF 09.458.413/0001-99. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: artigo 65, §8º, da Lei Nº 8.666/93,

DATA DE ASSINATURA: 19/12/2019

Nilson Ferreira dos Santos

Prefeito Municipal

Protocolo: 511959

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA

ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA

AVISO DE LICITAÇÃO -

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 053/2019

OBJETO: Contratação de empresas para o fornecimento de veículos ambulância, materiais, instrumentos e equipamentos hospitalares. ABERTURA: 10/01/2020, às 08:30 horas. LOCAL P/ RETIRADA E INFORMAÇÕES: Av. Brigadeiro Eduardo Gomes nº. 3246, Bairro Esplanada do Xingu, Altamira/PA, das 08:00 às 12:00 horas. Altamira/PA, 27/12/2019.

José de Arimatéia A. Batista - Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO -

TOMADA DE PREÇOS Nº. 009/2019

OBJETO: Contratação de empresa para a Construção de uma Unidade de Saúde na Comunidade 4 Bocas - Assurini (Altamira/PA). ABERTURA: 15/01/2020, às 08:30 horas. LOCAL P/ RETIRADA E INFORMAÇÕES: Av. Brigadeiro Eduardo Gomes nº. 3246, Bairro Esplanada do Xingu, Altamira/PA, das 08:00 às 12:00 horas. Altamira/PA, 27/12/2019.

José de Arimatéia A. Batista - Presidente da CPL.

Protocolo: 511945

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SEMSA

AVISOS DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 020/2019 - SEMSA - UASG 927446

Objeto Aquisição de instrumentais e equipamentos odontológicos visando a habilitação das equipes de saúde bucal da unidade de saúde do bairro Área Verde e N/M Ailton Barros, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos, por meio do site: www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.santarem.pa.gov.br. Data da Disponibilidade do Edital: 30/12/2019. Abertura das Propostas: 15/01/2020 às 9h00 (Horário Brasília) no site www.comprasgovernamentais.gov.br. **Gledson Esmilly Sousa Bentes - Pregoeiro da PMS.**

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 025/2019 - SEMSA - UASG 927446

Objeto: Fornecedor de link de Internet IP em fibra na conexão das unidades SEMSA, SAMU, CTA/SAE, DIVISA, CMS e preferencialmente em fibra nas unidades CAPS-AD, DIVISA/CZZ, CEREST, UBS Floresta, Ubs Fátima, Ubs Maracanã, Ubs Santarenzinho e Ubs Uruará, todos setoriais da Secre-

taria Municipal de Saúde de Santarém, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos, por meio do site: www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.santarem.pa.gov.br. Data da Disponibilidade do Edital: 30/12/2019. Abertura das Propostas: 17/01/2020 às 9h00 (Horário Brasília) no site www.comprasgovernamentais.gov.br. **Gledson Esmilly Sousa Bentes - Pregoeiro da PMS.**

Protocolo: 511960

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ

EXTRATO DE CONTRATO

TOMADA DE PREÇO Nº 2/0052019-TP-PMSAT

Espécie: Contrato nº 1212001/2019- TP-PMSAT.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ - PA
Contratada: PROJETER EDIFICAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO EIRELI-ME - CNPJ 21.506.432/0001-49, Valor Global: R\$ 801.000,00 (oitocentos e um mil reais). Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRA TERRAPLANAGEM PARA RESTAURAÇÃO DA ESTRADA JOÃO COELHO ATÉ M 25 NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ. Início da vigência 12 de dezembro de 2019, Final da vigência 12 de dezembro de 2020. Data da assinatura 12/12/2019.

Evandro Corrêa da Silva

Prefeito Municipal

Protocolo: 511963

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 2/0052019-TP-PMSAT

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRA TERRAPLANAGEM PARA RESTAURAÇÃO DA ESTRADA JOÃO COELHO ATÉ M 25 NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ. O Prefeito do Município de Santo Antônio do Tauá, torna público o resultado da licitação e julgamento da proposta, tendo como VENCEDORA TOTAL, a empresa PROJETER EDIFICAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO EIRELI-ME - CNPJ 21.506.432/0001-49, apresentou proposta no valor global de R\$ 801.000,00 (oitocentos e um mil reais). Desse modo, satisfazendo a lei e ao mérito, HOMOLOGO a TOMADA DE PREÇO Nº 2/0052019-TP-PMSAT, em favor da proponente vencedora do certame considerando os termos do processo licitatório e determino aos setores competentes as providências que o caso requerer. Data de Homologação: 10/12/2019.

EVANDRO CORRÊA DA SILVA - PREFEITO.

Protocolo: 511962

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA-PA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020-PMSJA

Objeto: Construção de uma Feira Livre Coberta de Pequeno Porte para o pequeno e micro produtor rural, com área total construída de 736,60 m²; a localizar-se em uma área pública municipal situada no Núcleo Urbano da Vila Primeiro de Março (Rodovia Transamazônica / BR-230 - Km. 22 / s/ nº) - Zona Rural do Município de São João do Araguaia - PA, sessão dia 06 de janeiro de 2020, horário 08h00min (oito horas) horário local. **Informações (94) 98134-9844 Joaquim Junior e (94) 98415-5706 Kledson. Joaquim Cesário Pereira Junior/Presidente CPL.**

Protocolo: 511964

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 0612001/2018

CONCORRÊNCIA Nº 03/2018

Objeto: Serviços de Reforma do Terminal Rodoviário e Construção de Shopping Popular, no Município de Capanema. Empresa: Circulo Engenharia Ltda. CNPJ sob o nº 83.330.902/00001-13 Vigência: 06 (seis) meses. Fund. Legal: Art. 57, § 1º, Inciso II da Lei nº 8.666/93. Assinatura: 02/12/2019. **Francisco Ferreira Freitas Neto - Prefeito Municipal.**

**TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 0312001-2018
TOMADA DE PREÇO Nº 04/2018**

Objeto: Serviços de Pavimentação Asfáltica em Cbuq, em 7,67 Km de Vias e Ruas do Município de Capanema. Empresa: Texas Construções e Saneamento Ltda Epp. CNPJ sob o nº 04.884.383/0001-69. Vigência: 06 (seis) meses. Fund. Legal: Art. 57, § 1º, Inciso II da Lei nº 8.666/93. Assinatura: 02/12/2019. **Francisco Ferreira Freitas Neto - Prefeito Municipal.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018**

Edital de Convocação Para Exames Médico e Psicológico

O Prefeito Municipal de Capanema, Sr. Francisco Ferreira Freitas Neto, e o Secretário Municipal de Administração, Sr. Antonio Maria de Nazaré Moreira, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e o Estatuto dos Servidores Públicos de Capanema, tornam pública a Convocação dos Candidatos Aprovados e Classificados da 7ª, 8ª e 9ª Convocação do Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas de cargos do quadro de pessoal efetivo da Prefeitura Municipal de Capanema, conforme Edital de Abertura do Concurso nº 01/2018/PMC, para todos os cargos de nível fundamental e nível superior, relacionados no quadro a seguir, disponível para consulta no átrio da Prefeitura Municipal de Capanema, Diário Oficial do Município, assim como no endereço eletrônico www.capanema.pa.gov.br, para realização dos exames médico e psicológico. Em respeito a documentação exigida no item 2.8 do Edital de Abertura do Concurso nº 001/2018, informamos nesta oportunidade que é obrigatório a todos candidatos providenciar desde já, os exames médicos exigidos naquele item para que sejam levados a avaliação médica e psicológica. Portanto, em respeito aos princípios da publicidade, moralidade e legalidade, os quais norteiam a Administração Pública convocamos os candidatos para comparecer no dia 03 de janeiro de 2020, a partir das 9h, com os exames médicos indicados no item 2.8 do Edital, no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Travessa César Pinheiro, nº 297, Bairro Centro, Capanema/Pa, CEP 68700-005, a serem atendidos por ordem de chegada. Em virtude da necessidade do serviço público, e em cumprimento ao princípio da razoabilidade, comunicamos que os candidatos que não conseguirem realizar os exames médicos exigidos até a data avaliação acima indicada, deverão comparecer no horário agendado abaixo em posse da documentação que ateste ou justifique de forma plausível os motivos que obstaram a entrega desses documentos.

ANEXO I

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS: Ordem: 186 - Inscrição - 044703 - nome - Francisca Josiane Rodrigues da Conceição-21,00 - Aprovado; Ordem: 191 - Inscrição - 037233 - Nome - Jhulie Elizane Correa Da Silva - Pontuação 21,00 - Aprovado; Ordem: 193 - Inscrição 021191- Nome - Livia Regina Gomes Carvalho - Pontuação 21,00 - Aprovado; Ordem: 196 - Inscrição 043016 - Nome - Roseane Rodrigues Correia - Pontuação 21,00 - Aprovado; Ordem: 198 - Inscrição 022310 - Nome - Rubens Arthur Cardoso Teixeira - Pontuação 21,00 - Aprovado; Ordem: 199 - Inscrição 035429 - Nome - Daiane Santos Ferreira - Pontuação 21,00 - Aprovado; Ordem: 202 - Inscrição 028815 - Nome - Julio Tarcisio Rosario Silva - Pontuação 21,00 - Aprovado; Ordem: 203 - Inscrição 012083 - Nome - Julio Cesar Barros Dos Santos - Pontuação 21,00 - APROVADO; Ordem: 204 - Inscrição 019241- Nome - Angelo Marcio Silva Cruz - Pontuação 21,00 - Aprovado; Ordem: 209 - Inscrição 032089 - Nome - Rafael Costa Dias - Pontuação 20,00 - Aprovado; Ordem: 214 - Inscrição 018058 - Nome - Francisco Antonio Moraes Alves - Pontuação 20,00 - Aprovado.

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II: Ordem: 219 - Inscrição 007182 - Nome - Helen Lobato Quaresma - Pontuação 30,00 - Aprovado; Ordem: 220 - Inscrição 017074 - Nome - Brunna Samila Silva de Oliveira - Pontuação 30,00 - Aprovado; Ordem: 221 - Inscrição 027978- Nome - Anyele de Fatima Oliveira de Sousa - Pontuação 30,00-Aprovado; Ordem: 223 - Inscrição 031696 - Nome - Camilo de Oliveira Soares - Pontuação 30,00 - Aprovado; Ordem: 224 - Inscrição 021443 - Nome - Altobelly Rosa Lima - Pontuação 30,00 - Aprovado; Ordem: 226-Inscrição 005149- Nome - Nayane Lislene Pinho Mendonça - 30,00 - Aprovado; Ordem: 229-Inscrição 029069- Nome - Maria Raimunda de Oliveira- Pontuação 30,00 - Aprovado; Ordem: 230-Inscrição 034630 - Nome - Raimundo Rondineles Cunha das Chagas - Pontuação 30,00 - Aprovado; Ordem: 231- Inscrição 006282 - Nome - Isadora Araujo Silva - Pontuação 30,00 - Aprovado; Ordem: 232 - Inscrição 028756 - Nome - Luciene Lima Costa - Pontuação 30,00 - Aprovado; Ordem: 235 - Inscrição 029525 - Nome - Terezinha Cleiciane do Rosario Silva - Pontuação 30,00-Aprovado.

CARGO: ENFERMEIRO: Ordem: 7 - Inscrição 0012695 - Nome - Gabriela Farias de Lima - Pontuação 33,00 - Classificado; Ordem: 8-Inscrição 015833- Nome - Sabrynna Zarife Lopes Onca - Pontuação 32,35 - Classificado; Ordem: 9-Inscrição 009438 - Nome - Sabrina Galvao Nascimento - Pontuação 31,75 - Classificado; Ordem: 10 - Inscrição - 046953 - Nome - Debora Cristina da Silva Farias- Pontuação 30,95 - Classificado.

CARGO: ODONTÓLOGO: Ordem: 5 - Inscrição - 003397 - Nome - Anderson Costa de Sousa - Pontuação 34,00 - Aprovado. Francisco Ferreira Freitas Neto - Prefeito Municipal de Capanema/Rosimar Sousa da Costa Braga - Respondendo Pela Secretaria Municipal de Administração/Portaria nº 523/19.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA
AVISO DE CONVOCAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO -
EDITAL N.º 001/2018/PMC**

O Prefeito Municipal de Capanema comunica que está publicado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal, diário oficial do Município, assim como no site da Prefeitura de Capanema (www.capanema.pa.gov.br), o

Edital de Convocação para Avaliação Médica e Psicológica dos candidatos Aprovados e Classificados da 7ª, 8ª e 9ª Convocação do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Capanema, conforme Edital de Abertura nº 001/2018/PMC, destinado ao preenchimento de vagas dos cargos de nível fundamental e nível superior. O horário, data e local estão definidos no referido edital. **Francisco Ferreira Freitas Neto - Prefeito Municipal de Capanema.**

Protocolo: 511946

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MARABÁ**

**“EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO
AO CONTRATO Nº 080/2019-SEMED/PMC**

Processo Licitatório nº 57.783/2017 - PMM, CONCORRÊNCIA (SRP) Nº 023/2017-CEL/SEVOP/PMC. Objeto do contrato original: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS, CAIXA D'ÁGUA E CHAFARIZ, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL, SITUADAS NAS ZONAS URBANA E RURAL DE MARABÁ - PA. Objeto do Aditivo: Prorrogar o prazo do contrato original nº 080/2019-SEMED/PMC, por mais 12 (doze) meses, ficando vigente até 31/12/2020. Contratada: CONSTRUTORA MOURÃO LTDA - EPP. CNPJ: 09.570.572/0001-80. Assinatura: 27/12/2019.

Marilza de Oliveira Leite - Secretária Municipal de Educação. ”

Protocolo: 511947

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - 2º TERMO ADITIVO DE PRAZO DE 06 (SEIS) MESES, AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 164/2018-SEVOP/PMC. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54.863/2017/CEL/SEVOP/PMC - REFERENTE A CONCORRÊNCIA (SRP) Nº 013/2017-CEL/SEVOP/PMC. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE SUBESTAÇÕES TRIFÁSICAS COM EXTENSÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ALTA TENSÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS (ESCOLAS, CRECHES, POSTO DE SAÚDE, SECRETARIAS E ETC). NA ZONA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE MARABÁ NO ESTADO DO PARÁ, Empresa: AIRES ARQUITETURA E ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF 03.272.575/0001-51. Assinatura: 26/12/2019. Vigência: 01/01/2020 a 01/07/2020, Marabá/PA.

Secretaria de Viação e Obras Públicas

FÁBIO CARDOSO MOREIRA
Secretário

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

5º TERMO ADITIVO DE PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 036/2015-SEVOP/PMC. PROCESSO LICITATÓRIO 087/2014-CEL/SEVOP/PMC - REFERENTE A CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 023/2014-CEL/SEVOP/PMC. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REVISÃO, ADEQUAÇÃO E ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS, PROJETOS DE ENGENHARIA INCLUINDO LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, ESTUDOS AMBIENTAIS PARA SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, SISTEMAS DE DRENAGEM URBANA E SISTEMAS VIÁRIOS E DE MOBILIDADE URBANA, ABRANGENDO GESTÃO E ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DOS PROJETOS ATÉ A SUA APROVAÇÃO FINAL, A SEREM IMPLANTADOS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE MARABÁ, NO ESTADO DO PARÁ, Empresa: ESCOAR ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 03.240.087/0001-62. Assinatura: 26/12/2019. Vigência: 01/01/2020 a 31/12/2020, Marabá/PA.

Secretaria de Viação e Obras Públicas

FÁBIO CARDOSO MOREIRA
Secretário

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

6º TERMO ADITIVO DE PRAZO DE 07 (SETE) MESES, AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2014-SEVOP/PMC. PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 012/2014/CEL/SEVOP/PMC - REFERENTE A CONCORRÊNCIA Nº 005/2014/CEL/SEVOP/PMC. Objeto: ESPECIALIZADA PARA REALIZAR A IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL - PTTS, NOS EMPREENDIMENTOS DAS GROTTAS DO AEROPORTO E CRIMINOSA, PARTE INTEGRANTE DO PROJETO MINHA CASA, MINHA VIDA NO MUNICÍPIO DE MARABÁ-PA, Empresa: SAWAKI CONSULTORIA E PROJETOS LTDA - EPP, inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica sob Nº 17.700.593/0001-00. Assinatura: 23/12/2019. Vigência: 01/01/2020 a 31/07/2020, Marabá/PA.

Secretaria de Viação e Obras Públicas

FÁBIO CARDOSO MOREIRA
Secretário

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DE 04 (QUATRO) MESES, AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 137/2019-SEVOP/PM. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21.255/2018-PM. REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 057/2018-CEL/SEVOP/PM. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, COM DUAS EQUIPES PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA EM OBRAS A SEREM REALIZADAS EM OBRAS A SEREM REALIZADAS EM TODA A ÁREA RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA, Empresa: SETAC CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, CNPJ/MF sob o nº 01.557.234/0001-05. Assinatura: 23/12/2019. Vigência: 01/01/2020 a 30/04/2020, Marabá/PA.

Secretaria de Viação e Obras Públicas

FÁBIO CARDOSO MOREIRA
Secretário

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DE 06 (SEIS) MESES, AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 126/2019-SEVOP/PM. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18.903/2018-PM. REFERENTE A CONCORRÊNCIA Nº 024/2018-CEL/SEVOP/PM. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA, Empresa: M D SERVIÇOS E ENGENHARIA LTDA ME, inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, CNPJ/MF sob o nº 19.969.637/0001-19. Assinatura: 27/12/2019. Vigência: 01/01/2020 a 01/07/2020, Marabá/PA.

Secretaria de Viação e Obras Públicas

FÁBIO CARDOSO MOREIRA
Secretário

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 319/2019-SEVOP/PM. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57.783/2017-PM. REFERENTE A CONCORRÊNCIA Nº 023/2017-CEL/SEVOP/PM. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS, CAIXA D'ÁGUA E CHAFARIZ, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA, Empresa: CONSTRUTORA MOURÃO LTDA, inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, CNPJ/MF sob o nº 09.570.572/0001-80. Assinatura: 26/12/2019. Vigência: 01/01/2020 a 31/12/2020, Marabá/PA.

Secretaria de Viação e Obras Públicas

FÁBIO CARDOSO MOREIRA
Secretário

Protocolo: 511948

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ**EXTRATO DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

Termo de Homologação referente ao CONVITE Nº 039/2019-CEL/PM. Processo nº 22.080/2019-PM. Objeto: AQUISIÇÃO DE 10 (DEZ) CENTRAIS DE AR DE 12.000 BTUS, 02 (DUAS) CENTRAIS DE AR 18.000 BTUS, 02 (DUAS) CENTRAIS DE AR DE 24.000 BTUS, 12 (DOZE) LOGARIAS DE 03 LUGARES, 30 (TRINTA) CADEIRAS EXECUTIVAS GIRATORIAS, 12 (DOZE) CADEIRAS FIXAS SECRETARIA, 03 (TRÊ) BEBEDOUROS COLUNA E 01(UM) FOGÃO 05 BOCAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON, conforme Edital e seus Anexos; Homologado a empresa: HERENIO DOS SANTOS COMERCIO E IMPORTAÇÃO EIRELI, CNPJ 12.283.935/0001-01, vencedora com o valor: R\$ 43.861,50. Assinatura: em 26/12/2019, **Secretário Municipal de Administração - JOSÉ NILTON DE MEDEIROS - Secretário.**

Protocolo: 511950

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS/PA****AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020/PMO/SEMED**

Regime de Execução: Indireta Por Preço Unitário, Critério de Julgamento: Menor Preço por Item. Objeto: Contratação de empresa para fornecer gêneros alimentícios e contratação de empresa para fornecer kits de merenda escolar para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para o exercício de 2020. Abertura: 17/01/2020, às 9h. Local de aquisição do edital e realização do certame: Prefeitura Municipal de Óbidos - PA/Setor de Licitação, Rua Dep. Raimundo Chaves, 338 - Centro; Fone (93) 3547-3044; e-mail: cplicitacaopmo@gmail.com, no horário de 8h às 13h. <https://www.tcm.pa.gov.br/portal-lic-publico> e <https://obidos.pa.gov.br>. **Marisa Mousinho Moda - Pregoeira.**

Protocolo: 511952

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS/PA**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2020/PMO/SEMED**

Regime de Execução: Indireta Por Preço Unitário, Critério de Julgamento: Menor Preço por Item. Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada na locação de veículos automotores para realizar transporte de pessoas, materiais, documentos e cargas, incluindo condutores, manutenção preventiva e corretiva e demais encargos, exceto combustível, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação - SEMED para o exercício de 2020. Abertura: 21/01/2020, às 9h. Local de aquisição do edital e realização do certame: Prefeitura Municipal de Óbidos - PA/Setor de Licitação, Rua Dep. Raimundo Chaves, 338 - Centro; Fone (93) 3547-3044; e-mail: cplicitacaopmo@gmail.com, no horário de 8h às 13h. <https://www.tcm.pa.gov.br/portal-lic-publico> e <https://obidos.pa.gov.br>. **Marisa Mousinho Moda - Pregoeira.**

Protocolo: 511953

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS/PA**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020/PMO/SEMDES**

Regime de Execução: Indireta Por Preço Unitário, Critério de Julgamento: Menor Preço por Item. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de combustíveis e lubrificantes e contratação de empresa para fornecimento de gás liquefeito de petróleo e vasilhame de 13Kg, em atendimento às demandas dos serviços desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMDES, Conselhos, Serviços de Proteção Social Básica e Especial do CRAS e CREAS, Programa Bolsa Família, CADÚNICO e Projetos Socioassistenciais, para o exercício de 2020. Abertura: 16/01/2020, às 9h. Local de aquisição do edital e realização do certame: Prefeitura Municipal de Óbidos - PA/Setor de Licitação, Rua Dep. Raimundo Chaves, 338 - Centro; Fone (93) 3547-3044; e-mail: cplicitacaopmo@gmail.com, no horário de 8h às 13h. <https://www.tcm.pa.gov.br/portal-lic-publico> e <https://obidos.pa.gov.br>. **Marisa Mousinho Moda - Pregoeira.**

Protocolo: 511955

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS/PA**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2020/PMO/SEMDES**

Regime de Execução: Indireta Por Preço Unitário, Critério de Julgamento: Menor Preço por Item. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios e contratação de empresa para fornecimento de materiais de higiene e limpeza em atendimento às demandas dos serviços desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMDES, Conselhos, Serviços de Proteção Social Básica e Especial do CRAS e CREAS, Programa Bolsa Família, CADÚNICO e Projetos Socioassistenciais, para o exercício de 2020. Abertura: 20/01/2020, às 9h. Local de aquisição do edital e realização do certame: Prefeitura Municipal de Óbidos - PA/Setor de Licitação, Rua Dep. Raimundo Chaves, 338 - Centro; Fone (93) 3547-3044; e-mail: cplicitacaopmo@gmail.com, no horário de 8h às 13h. <https://www.tcm.pa.gov.br/portal-lic-publico> e <https://obidos.pa.gov.br>. **Marisa Mousinho Moda - Pregoeira.**

Protocolo: 511954

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA****EXTRATO DE CONTRATOS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01-231219/1- CP/SRP/PM/SEIDUR. CONTRATO ADIVINDO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/20192511-01 - ARP-PM/SEIDUR, proveniente da Modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/20191009-01 - CP-SRP-PM/SEIDUR. QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA/PA através da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO - SEIDUR e CONSTRUTEC CONSTRUÇÃO & TRANSPORTE EIRELI - CNPJ Nº 11.128.119/0001-60, objeto é a CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MARITUBA-PARÁ. VIGÊNCIA: 08 (oito) meses. Data de Assinatura: 26/12/2019. A íntegra da ata estará disponível na sede da Prefeitura Municipal de Marituba, sito a BR-316, Km 13, s/n, Centro, Marituba/PA. DAT Marituba, 26 de dezembro de 2019.

Ass. Napoleão Costa Oliveira, Secretário Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano

Protocolo: 511951

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS**PREGÃO PRESENCIAL nº 9/2019-00066****PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS****COM COTA RESERVADA PARA MES E EPPs.**

Objeto: Contratação de serviços de instalação e manutenção corretiva e preventiva, de centrais e aparelhos de ar condicionado pertencentes às Secretarias Municipais. Data de Abertura: 14/01/2020 às 09:00 hs. A retirada do Edital deverá ser efetuada de segunda a sexta-feira, de 8h às 12h e das 14h às 18h, na sede da PMP, sito na Rua do Contorno, 1212 - Centro, onde se realizará o certame. Pgm.: 30/12/2019.

Protocolo: 511956

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE PARAUPEBAS**

**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20190554**

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE Nº 6/2019-18SECULT
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
CONTRATADA(O): BRUNO DUTRA COUTINHO
OBJETO: Contratação das atrações artísticas (Cantores Pedro Coutinho e Dany Rodrigues) para a realização de shows alusivos as festividades comemorativas do Aniversário da Vila Albani, no Município de Parauapebas, Estado do Pará.
VALOR TOTAL: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2019 Atividade 0501.133923071.2.049 Apoio e Fomento às Manifestações e Atividades Culturais, Classificação econômica 3.3.90.36.00 Outros serv. de terceiros pessoa física, Subelemento 3.3.90.36.99, no valor de R\$ 7.000,00
VIGÊNCIA: 19 de Dezembro de 2019 a 19 de Janeiro de 2020
DATA DA ASSINATURA: 19 de Dezembro de 2019

Protocolo: 511609

**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20180491**

ORIGEM: CONTRATO nº 20180491
DECORRENTE: CONCORRÊNCIA Nº 3/2018-011SEMOB
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS/ SEMOB
CONTRATADO : J M TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO NO BAIRRO NOVA VIDA I, NO MUNICÍPIO DE PARAUPEBAS, ESTADO DO PARÁ.
VALOR INICIAL DO CONTRATO: R\$ 1.996.440,48 (um milhão, novecentos e noventa e seis mil, quatrocentos e quarenta reais e quarenta e oito centavos)
VIGÊNCIA INICIAL DO CONTRATO: 29 de Outubro de 2018 a 24 de Outubro de 2019.
VALOR DO CONTRATO APÓS 1º TAC: Inalterado.
VIGÊNCIA DO CONTRATO APÓS 1º TAC: 29 de Outubro de 2018 a 24 de Maio de 2020.
PRAZO DE EXECUÇÃO APÓS 1º TAC: 24 de Abril de 2020.
PRAZO DE VIGENCIA ADITADO NO 1º TAC: 06(seis) meses (24 de Outubro de 2019 a 24 de Maio de 2020) E O PRAZO DE EXECUÇÃO DE 5(cinco) meses e 18(dezoito) dias (24 de Abril de 2020).
DATA DO ADITIVO: 16/10/2019

Protocolo: 511618

**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20190556**

ORIGEM.: PREGÃO Nº 9/2019-009SEMAS
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
CONTRATADA(O): WEBCARD ADMINISTRAÇÃO LTDA
OBJETO: Contratação de serviço continuado especializado em Intermediação de Pagamento "Arranjos de Pagamento", intermediando a transferência de subsídio financeiro entre beneficiários da contratante e credenciamento da contratada, fazendo uso de cartão magnético e/ ou similar através de tecnologia da informação, no Município de Parauapebas, Estado do Pará
VALOR TOTAL.: R\$ 1.224.000,00 (um milhão, duzentos e vinte e quatro mil reais)
VIGÊNCIA: 19 de Dezembro de 2019 a 18 de Dezembro de 2020
DATA DA ASSINATURA: 19 de Dezembro de 2019

Protocolo: 511626

**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20190553**

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE Nº 6/2019-18SECULT
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
CONTRATADA(O): DANIELLE DA SILVA RODRIGUES 07127859493
OBJETO: Contratação das atrações artísticas (Cantores Pedro Coutinho e Dany Rodrigues) para a realização de shows alusivos as festividades comemorativas do Aniversário da Vila Albani, no Município de Parauapebas, Estado do Pará.
VALOR TOTAL: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)
VIGÊNCIA: 19 de Dezembro de 2019 a 19 de Janeiro de 2020
DATA DA ASSINATURA: 19 de Dezembro de 2019

Protocolo: 511610

**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20180278**

ORIGEM: CONTRATO nº 20180278
DECORRENTE: PREGÃO Nº 9/2017-008SEMED
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS/SEMED
CONTRATADO: MEGA BYTE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECARGA E RECONDICIONAMENTO DE CARTUCHOS DE TONER, TINTA PARA IMPRESSORA E PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA AS MULTIFUNCIONAIS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PARAUPEBAS, ESTADO DO PARÁ.
VALOR INICIAL DO CONTRATO: R\$ 1.378.783,40 (um milhão, trezentos e setenta e oito mil, setecentos e oitenta e três reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA INICIAL DO CONTRATO: 08 de Maio de 2018 a 08 de Maio de 2019.
VIGÊNCIA DO CONTRATO APÓS 1º TAC: 08 de Maio de 2018 a 05 de Outubro de 2019.
VALOR DO CONTRATO APÓS 1º TAC: R\$ 1.722.572,50 (um milhão, setecentos e vinte e dois mil, quinhentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos).
VALOR ADITADO NO 1º TAC: R\$ 343.789,10 (trezentos e quarenta e três mil, setecentos e oitenta e nove reais e dez centavos) E O PRAZO DE 150 (cento e cinquenta) dias (08 de Maio de 2019 a 05 de Outubro de 2019).
DATA DO ADITIVO: 26/04/2019

Protocolo: 511619

**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

Aviso de Homologação e Adjudicação. Modalidade: CONVITE nº 1/2019-05SECULT. Objeto: Aquisição de Camisetas personalizadas para equipe de trabalho em face das realização de eventos e programações, e para os usuários dos programas e projetos desta Secretaria de Cultura, do Município de Parauapebas, Estado doPará. Vencedor(es): NATIVUS EIRELI, com o valor total de R\$ 102.500,00(Cento e Dois Mil, Quinhentos Reais).. Conforme mapa comparativo anexado aos autos. Homologo a Licitação na forma da Lei nº 8.666/93 - . 09 de Dezembro de 2019.

PARAUPEBAS - PA, 09 de Dezembro de 2019

FABIANA DE SOUZA NASCIMENTO

Comissão de Licitação

Presidente

Protocolo: 511624

**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 6/2019-19SECULT**

O Presidente da Comissão de licitação do Município de PARAUPEBAS, através da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS, em cumprimento da ratificação procedida pelo(a) Gestor(a) da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS, faz publicar o extrato resumido do processo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO a seguir:

OBJETO: Contratações de atrações artísticas (Cléo Andrade, Josy Leal, Pedro Coutinho, Dany Rodrigues e Dj Mimoso) para a realização do RÉ-VEILLON 2019, no Município de Parauapebas, Estado do Pará.

FAVORECIDO: CLEOMARA COSTA ALVES DE ANDRADE

VALOR: R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

FAVORECIDO: JOSEANE PEREIRA DA SILVA 92601200200

VALOR: R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

FAVORECIDO: BRUNO DUTRA COUTINHO

VALOR: R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

FAVORECIDO: DANIELLE DA SILVA RODRIGUES 07127859493

VALOR: R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

FAVORECIDO: MARCOS ALVES CAVALCANTE 69248443249

VALOR: R\$ 2.500,00 (dois mil, quinhentos reais).

VALOR TOTAL: R\$ 30.500,00 (Trinta mil e quinhentos reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 13, inciso III c/c art. 25, inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE: emitida pelo Presidente da Comissão de Licitação e ratificada pelo(a) Sr.(a) SAULO ALVES RAMOS, na qualidade de ordenador(a) de despesas.

PARAUPEBAS - PA, 17 de Dezembro de 2019

FABIANA DE SOUZA NASCIMENTO

Comissão de Licitação

Presidente

Protocolo: 511606

**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
4º EXTRATO DE ADITAMENTO DE PRAZO AO TERMO DE FOMENTO 022/2018**

Organização da Sociedade Civil/Proponente: Associação de Moradores do Bairro Rio Verde-AMBRV devidamente inscrito no CNPJ: 04.303.426/0001-75. Objeto proposto: pedido de prorrogação do prazo, se dá pelos motivos de não haver tempo hábil para a contratação dos produtos e serviços descritos no Termo de Fomentonº022/2018.

JUSTIFICATIVA: O artigo 55 da Lei 13.019 de 2014, e Lei 13.2014 de 2015: Art. 55. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada... Parágrafo único. A prorrogação de ofício da vigência do termo de colabo-

ração ou de fomento deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

Devido atraso no repasse da 1º e 2º parcelas da referida parceria, que prejudica a execução dos prazos do cronograma físico (agenda de oficinas a serem realizadas).

Prorrogação do prazo de vigência do Termo de Fomento para 35 (trinta e cinco) dias, passando a vigência final para 17/06/2019.

Parauapebas-Pá, 10 de maio de 2019.

SAULO ALVES RAMOS

Secretário Municipal de Cultura
Decreto nº 112/2019

Protocolo: 511748

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 6/2019-18SECULT

O Presidente da Comissão de Licitação do Município de PARAUAPEBAS, através da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS, em cumprimento da ratificação procedida pelo(a) Gestor(a) da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS, faz publicar o extrato resumido do processo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO a seguir:

OBJETO: Contratação das atrações artísticas (Cantores Pedro Coutinho e Dany Rodrigues) para a realização de shows alusivos as festividades comemorativas do Aniversário da Vila Albiani, no Município de Parauapebas, Estado do Pará.

FAVORECIDO: DANIELLE DA SILVA RODRIGUES 07127859493; e BRUNO DUTRA COUTINHO

VALOR: R\$ 7.000,00 (sete mil reais) cada, totalizando R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....: art. 25, inciso III da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE...: emitida pelo Presidente da Comissão de Licitação e ratificada pelo(a) Sr.(a) SAULO ALVES RAMOS, na qualidade de ordenador(a) de despesas.

PARAUAPEBAS - PA, 17 de dezembro de 2019

FABIANA DE SOUZA NASCIMENTO

Comissão de Licitação
Presidente

Protocolo: 511607

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20190563

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE Nº 6/2019-19SECULT

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
CONTRATADA(O): MARCOS ALVES CAVALCANTE 69248443249

OBJETO: Contratações de atrações artísticas (Dj Mimoso) para a realização do RÉVEILLON 2019, no Município de Parauapebas, Estado do Pará.

VALOR TOTAL: R\$ 2.500,00 (dois mil, quinhentos reais)

PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2019 Atividade 0501.133923071.2.049 Apoio e Fomento às Manifestações e Atividades Culturais, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica, Subelemento 3.3.90.39.99, no valor de R\$ 2.500,00

VIGÊNCIA: 23 de Dezembro de 2019 a 23 de Janeiro de 2020

DATA DA ASSINATURA: 23 de Dezembro de 2019

Protocolo: 511617

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20190562

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE Nº 6/2019-19SECULT

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
CONTRATADA(O): BRUNO DUTRA COUTINHO

OBJETO: Contratações de atrações artísticas (Pedro Coutinho) para a realização do RÉVEILLON 2019, no Município de Parauapebas, Estado do Pará.

VALOR TOTAL: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)

PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2019 Atividade 0501.133923071.2.049 Apoio e Fomento às Manifestações e Atividades Culturais, Classificação econômica 3.3.90.36.00 Outros serv. de terceiros pessoa física, Subelemento 3.3.90.36.99, no valor de R\$ 7.000,00

VIGÊNCIA: 23 de Dezembro de 2019 a 23 de Janeiro de 2020

DATA DA ASSINATURA: 23 de Dezembro de 2019

Protocolo: 511615

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20190557

ORIGEM: CONVITE Nº 1/2019-05SECULT

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

CONTRATADA(O): NATIVU'S EIRELI

OBJETO: Aquisição de Camisetas personalizadas para equipe de trabalho em face das realização de eventos e programações, e para os usuários

dos programas e projetos desta Secretaria de Cultura, do Município de Parauapebas, Estado do Pará

VALOR TOTAL: R\$ 102.500,00 (cento e dois mil, quinhentos reais)

PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2019 Atividade 2701.133923073.2.246 Manutenção do Fundo Mun.de Cultura, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica, Subelemento 3.3.90.39.70, no valor de R\$ 102.500,00

VIGÊNCIA: 19 de Dezembro de 2019 a 19 de Dezembro de 2020

DATA DA ASSINATURA: 19 de Dezembro de 2019

Protocolo: 511623

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20190561

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE Nº 6/2019-19SECULT

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
CONTRATADA(O): JOSEANE PEREIRA DA SILVA 92601200200

OBJETO: Contratações de atrações artísticas (Josy Leal) para a realização do RÉVEILLON 2019, no Município de Parauapebas, Estado do Pará.

VALOR TOTAL: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)

PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2019 Atividade 0501.133923071.2.049 Apoio e Fomento às Manifestações e Atividades Culturais, Classificação econômica 3.3.90.36.00 Outros serv. de terceiros pessoa física, Subelemento 3.3.90.36.99, no valor de R\$ 7.000,00

VIGÊNCIA: 23 de Dezembro de 2019 a 23 de Janeiro de 2020

DATA DA ASSINATURA: 23 de Dezembro de 2019

Protocolo: 511614

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20180491
ORIGEM: CONTRATO nº 20180491

DECORRENTE: CONCORRÊNCIA Nº 3/2018-011SEMOB

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS/ SEMOB
CONTRATADO : J M TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO NO BAIRRO NOVA VIDA I, NO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS, ESTADO DO PARÁ.

VALOR INICIAL DO CONTRATO: R\$ 1.996.440,48(hum milhão, novecentos e noventa e seis mil, quatrocentos e quarenta reais e quarenta e oito centavos)

VIGENCIA INICIAL DO CONTRATO: 29 de Outubro de 2018 a 24 de Outubro de 2019.

VALOR DO CONTRATO APÓS 3º TAC: R\$ 2.489.401,59(dois milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e um reais e cinquenta e nove centavos).

VIGÊNCIA DO CONTRATO APÓS 3º TAC: Inalterado.

VALOR SUPRIMIDO NO 3º TAC: R\$ 5.026,32(cinco mil, vinte e seis reais e trinta e dois centavos).

DATA DO ADITIVO: 16/10/2019

Protocolo: 511622

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20190560

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE Nº 6/2019-19SECULT

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

CONTRATADA(O): DANIELLE DA SILVA RODRIGUES 07127859493

OBJETO: Contratações de atrações artísticas (Dany Rodrigues) para a realização do RÉVEILLON 2019, no Município de Parauapebas, Estado do Pará.

VALOR TOTAL: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)

PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2019 Atividade 0501.133923071.2.049 Apoio e Fomento às Manifestações e Atividades Culturais, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica, Subelemento 3.3.90.39.99, no valor de R\$ 7.000,00

VIGÊNCIA: 23 de Dezembro de 2019 a 23 de Janeiro de 2020

DATA DA ASSINATURA: 23 de Dezembro de 2019

Protocolo: 511613

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20180491
ORIGEM: CONTRATO nº 20180491

DECORRENTE: CONCORRÊNCIA Nº 3/2018-011SEMOB

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS/ SEMOB
CONTRATADO : J M TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO NO BAIRRO NOVA VIDA I, NO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS, ESTADO DO PARÁ.

VALOR INICIAL DO CONTRATO: R\$ 1.996.440,48(hum milhão, novecentos e noventa e seis mil, quatrocentos e quarenta reais e quarenta e oito centavos)

VIGENCIA INICIAL DO CONTRATO: 29 de Outubro de 2018 a 24 de Outubro de 2019.

VALOR DO CONTRATO APÓS 2º TAC: R\$ 2.494.427,91(dois milhões, qua-

trocentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais e noventa e um centavos).
VIGÊNCIA DO CONTRATO APÓS 2º TAC: Inalterada.
VALOR ADITIVO NO 2º TAC: EM ITENS DO CONTRATO R\$ 379.262,15 (trezentos e setenta e nove mil, duzentos e sessenta e dois reais e quinze centavos), E EM ITENS NOVOS R\$ 118.725,28 (cento e dezoito mil, setecentos e vinte e cinco reais e vinte e oito centavos).
DATA DO ADITIVO: 16/10/2019

Protocolo: 511621

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20190559

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE Nº 6/2019-19SECULT
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
CONTRATADA(O): CLEOMARA COSTA ALVES DE ANDRADE
OBJETO: Contratações de atrações artísticas (Cléo Andrade) para a realização do RÉVEILLON 2019, no Município de Parauapebas, Estado do Pará.
VALOR TOTAL: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2019 Atividade 0501.133923071.2.049 Apoio e Fomento às Manifestações e Atividades Culturais, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica, Subelemento 3.3.90.39.99, no valor de R\$ 7.000,00
VIGÊNCIA: 23 de Dezembro de 2019 a 23 de Janeiro de 2020
DATA DA ASSINATURA: 23 de Dezembro de 2019

Protocolo: 511612

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20190519

ORIGEM: CARONA Nº A/2019-003SEMSI
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
CONTRATADA(O): PUMA LOCACOES E SERVICOS EIRELI - EPP
OBJETO: Adesão a Ata de Registro de Preços de nº 20180573, oriundo do Pregão Presencial nº 9/2018-002SEMED, que tem como objeto: registro de Preços para contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de locação de veículos automotores leves e pesados, (caminhão baú alumínio 3/4, caminhão carroceria aberta 3/4, veículo tipo pick-up, veículo utilitário tipo van, veículo de passeio, pick-ups tipo caminhonetes, caminhão comboio), sem motorista, para atendimento das unidades que compõem a Prefeitura Municipal de Parauapebas, Estado do Pará
VALOR TOTAL: R\$ 489.118,92 (quatrocentos e oitenta e nove mil, cento e dezoito reais e noventa e dois centavos).
VIGÊNCIA: 03 de Dezembro de 2019 a 02 de Dezembro de 2020
DATA DA ASSINATURA: 03 de Dezembro de 2019

Protocolo: 511636

PREFEITURA MUNICIPAL
DE PLACAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS
EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

A Prefeitura Municipal de Placas, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.611.858/0001-55, torna público que foi celebrado o oitavo Termo Aditivo ao Contrato nº 2015.11.12; Firmado Entre: a empresa Empreiteira e Representação Galvão Ltda - Me, com CNPJ/MF. Nº 84.151.570/0001-72. Vigência 17 de dezembro de 2019 até 17 de julho de 2020 em decorrência de Prorrogação do prazo de vigência do contrato original, nos termos do art. 65, inciso I, alínea 'b' da Lei 8.666/93. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para executar obra de Construção de 01 (uma) unidade de educação infantil na Agrovila Nossa Senhora Aparecida, conforme TC/PAC2 07354/2013, de acordo com especificações do Projeto Aprovado pelo FNDE.

A Prefeitura Municipal de Placas, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.611.858/0001-55, torna público que foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 20190263; Firmado Entre: a empresa SR3 Construções e Serviços Eireli - Epp, com CNPJ/MF. Nº 15.112.256/0001-68. Vigência 01 de Janeiro de 2020 até 30 de março de 2020 em decorrência de Prorrogação do prazo de vigência do contrato original, nos termos do art. 65, inciso I, alínea 'b' da Lei 8.666/93. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para execução da Obra de Conclusão Implantação e Modernização de Infraestrutura Esportiva, nos termos do art. 65, I, 'a' c/c art. 57, § 1º, I, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme Convênio nº 850730/2017 Ministério dos Esportes e Prefeitura Municipal do Município de Placas/PA.

A Prefeitura Municipal de Placas, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.611.858/0001-55, torna público que foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 20190284; Firmado Entre: a empresa SR3 Construções e Serviços Eireli - Epp, com CNPJ/MF. Nº 15.112.256/0001-68. Vigência 01 de Janeiro de 2020 até 30 de março

de 2020 em decorrência de Prorrogação do prazo de vigência do contrato original, nos termos do art. 65, inciso I, alínea 'b' da Lei 8.666/93. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para execução da Obra de Conclusão da Escola E. M. E. F. Belarmina Soares, nos termos do art. 65, I, 'a' c/c art. 57, § 1º, I, da Lei Federal nº 8.666/93 para atender as necessidades da execução na Vila Bela Vista da Secretaria de Infraestrutura no Município de Placas/PA.

A Prefeitura Municipal de Placas, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.611.858/0001-55, torna público que foi celebrado o Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 20182006; Firmado Entre: a empresa SR3 Construções e Serviços Eireli - Epp, com CNPJ/MF. Nº 15.112.256/0001-68. Vigência 04 de Dezembro de 2019 até 03 de abril de 2020 em decorrência de Prorrogação do prazo de vigência do contrato original, nos termos do art. 65, inciso I, alínea 'b' da Lei 8.666/93. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para execução da obra de 1 (uma) Quadra conforme Convênio nº 061/2018 - SEDOP, Processo nº 2018/106043, nos termos do art. 65, I, 'a' c/c art. 57, § 1º, I, da Lei Federal nº 8.666/93 para atender as necessidades da execução na Rua Antônio R Gomes, esquina com Tv Boa Esperança da Secretaria de Infraestrutura no Município de Placas/PA.

A Prefeitura Municipal de Placas, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.611.858/0001-55, torna público que foi celebrado o terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 20182005; Firmado Entre: a empresa R da STL Construções Eireli, com CNPJ/MF. Nº 26.535.460/0001-08. Vigência 01 de Janeiro de 2020 até 28 de junho de 2020 em decorrência de Prorrogação do prazo de vigência do contrato original, nos termos do art. 65, inciso I, alínea 'b' da Lei 8.666/93. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para execução da obra construção da Praça, nos termos do art. 65, inciso I, alínea b, e §1º, da Lei Federal 8.666/93 para atender as necessidades da execução da Praça na Otaviano Macedo da Secretaria de Infraestrutura no Município de Placas/PA.

A Prefeitura Municipal de Placas, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.611.858/0001-55, torna público que foi celebrado o terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 20182004; Firmado Entre: a empresa R da STL Construções Eireli, com CNPJ/MF. Nº 26.535.460/0001-08. Vigência 01 de Janeiro de 2020 até 28 de junho de 2020 em decorrência de Prorrogação do prazo de vigência do contrato original, nos termos do art. 65, inciso I, alínea 'b' da Lei 8.666/93. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para execução da obra de Implantação do Abastecimento de Água, nos termos do art. 65, I, 'a' c/c art. 57, § 1º, I, da Lei Federal nº 8.666/93 para atender as necessidades da execução no Bairro Ottobeli na zona rural da Secretaria de Infraestrutura no Município de Placas/PA.

A Prefeitura Municipal de Placas, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.611.858/0001-55, torna público que foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 20190229; Firmado Entre: A Empresa SR3 Construções e Serviços Eireli - Epp, com CNPJ/MF. Nº 15.112.256/0001-68. Vigência 30 de Novembro de 2019 até 17 de fevereiro de 2020 em decorrência de Prorrogação do prazo de vigência do contrato original, nos termos do art. 65, inciso I, alínea 'b' da Lei 8.666/93. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para execução da Obra da Construção de Módulos Sanitários Domiciliares - MSD, nos termos do art. 65, I, 'a' c/c art. 57, § 1º, I, da Lei Federal nº 8.666/93 para atender as necessidades da execução no Bairro Boa Esperança, Nº de Convênio: 858275/2017 da Secretaria de Infraestrutura no Município de Placas/PA.

O Fundo Municipal de Assistência Social, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.654.055/0001-20, torna público que foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 20190062; Firmado Entre: Rodolfo Silva Batista com CPF. Nº 940.774.522-87. Vigência 01 de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2020 em decorrência de Prorrogação do prazo de vigência do contrato original, nos termos do art. 65, inciso I, alínea 'b' da Lei 8.666/93. **Objeto:** Consultoria e Assessoria Jurídica Para Prestação de Serviços Destinado ao Fundo Municipal de Assistência Social.

O Fundo Municipal de Assistência Social, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.654.055/0001-20, torna público que foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 20190131; Firmado Entre: Darcy de Paula Torres com CPF. Nº 038.368.602-44. Vigência 01 de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2020 em decorrência de Prorrogação do prazo de vigência do contrato original, nos termos do art. 65, inciso I, alínea 'b' da Lei 8.666/93. **Objeto:** Locação de Imóvel Destinado ao Funcionamento e Desenvolvimento da Escola de Música.

A Prefeitura Municipal de Placas, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.611.858/0001-55 torna público que foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 20190152; Firmado Entre: Marlon Lima Gomes com CPF. Nº 000.520.533-69. Vigência 01 de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2020 em decorrência de Prorrogação do prazo de vigência do contrato original, nos termos do art. 65, inciso I, alínea 'b' da Lei 8.666/93. **Objeto:** Locação de Imóvel Destinado ao Funcionamento e Desenvolvimento de uso do Departamento Ascon e da Secretaria de Infraestrutura.

A Prefeitura Municipal de Placas, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.611.858/0001-55 torna público que foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 20190004; Firmado Entre: Roberto Tudor Cuellar com CPF. Nº 511.433.722-04. Vigência 01 de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2020 em decorrência de Prorrogação do prazo de vigência do contrato original, nos termos do art. 65, inciso I, alínea 'b' da Lei 8.666/93. **Objeto:** Contratação de Médico Cirurgião e Clínico Geral Para Prestação de Serviços no Hospital Municipal de Placas e Posto de Saúde. **Shayane Nayara Farias Kostov - Pregoira Oficial.**

Protocolo: 511957

EMPRESARIAL

F.A.S. DE CARVALHO SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI CNPJ: 17.910.394/0001-18

Declara que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA/Prefeitura de Santa Izabel do Pará, a LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO/L.O. Nº 97/2019, para exercer Atividade Mineral Extrativista de AREIA, ARGILA, SEIXO, CASCALHO e SAIBRO vinculada aos Processos Minerários 850.768/2019 da Agência Nacional de Mineração - ANM, com Validade até 10/12/2020, localizada na Rodovia Estadual PA - 140, Km 25, Zona Rural de Santa Izabel do Pará.

Protocolo: 511974

ROBERTO DE SOUZA OLIVEIRA CPF/MF: 214.183.348-55

Torna público que requereu junto a Semmas de Marabá a Licença de Operação - LO, processo 2019/52.261 com atividade no município de Marabá Estado do Pará.

Protocolo: 511976

POSTO CARIRI LTDA CNPJ Nº 17.322.398/0002-66

Situado à Av. Tancredo de Almeida Neves, nº 10, Vila Nova, São Miguel do Guamá/PA, informa que solicitou à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Miguel do Guamá a Renovação da Licença de Operação nº 09/2018, sob Prot. nº 072/2019, para a atividade de Comércio Varejista de Combustíveis para Veículos Automotores.

Protocolo: 511969

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA CNPJ/MF Nº 04.895.728/0001-80 - NIRE 15.300.007.232

COMPANHIA ABERTA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2019

1. DATA, LOCAL E HORA: No dia 07 do mês de novembro de 2019, na filial das Centrais Elétricas do Pará S.A. ("Companhia"), localizada em Brasília/DF, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1.205, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200, às 14:00 horas.

2. CONVOCAÇÃO: Convocação através de correio eletrônico a todos os membros deste Conselho.

3. QUORUM E PRESENÇA: Presentes os seguintes membros deste conselho: Firmino Ferreira Sampaio Neto, Carlos Augusto Leone Piani, Augusto Miranda da Paz Júnior e Armando de Souza Nascimento.

4. MESA: Presidente: Augusto Miranda da Paz Júnior; Secretário: Armando de Souza Nascimento.

5. DELIBERAÇÕES: Foi aberta a sessão, tendo assumido a Presidência da Mesa o Sr. Augusto Miranda da Paz Júnior, que convidou o Sr. Armando de Souza Nascimento para secretariar os trabalhos, tendo sido aprovadas as seguintes deliberações por unanimidade dos votos: (i) Apresentados os resultados operacionais e financeiros da Companhia referentes ao terceiro trimestre de 2019, bem como foram apresentados indicadores e relatórios adicionais acerca da responsabilidade social, inovação e políticas de Marketing, Patrocínios e Propaganda, cujas apresentações ficarão arquivadas na sede da Companhia. (ii) Tomar conhecimento e registrar a renúncia do Sr. Eduardo Haiama, ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, conforme carta de renúncia apresentada nesta data. (iii) Consignar que, tendo em vista a deliberação anterior, o Conselho de Administração da Companhia será composto pelos seguintes membros: Srs. (i) Firmino Ferreira Sampaio Neto, brasileiro, casado sob o regime da comunhão universal de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 005536790, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF/ME sob o nº 037.101.225-20, domiciliado em Brasília, Distrito Federal, na SCS, Quadra 9, Bloco A, Edifício Parque Corporate, salas 1201, 1202, 1204 e 1205, Asa Sul, CEP 70.308-200, ocupando o cargo de Presidente do Conselho de Administração; (ii) Augusto Miranda da Paz Júnior, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade nº 1.225.596 SSP/BA, inscrito no CPF/ME sob o nº 197.053.015-49, domiciliado na Alameda A, Quadra SQS, nº 100, Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau, São Luís, Estado do Maranhão, CEP: 65.070-900; (iii) Carlos Augusto Leone Piani, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 09.578.876-6 IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 025.323.737-84, domiciliado em Brasília, Distrito Federal, na SCS, Quadra 9, Bloco A, Edifício Parque Corporate, salas 1201, 1202, 1204 e 1205, Asa Sul, CEP 70.308-200; e (iv) Armando de Souza Nascimento, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da carteira de identidade profissional nº 7.762 OAB/MA, inscrito no CPF/MF sob o nº 632.775.733-20, domiciliado em Belém, Pará, à Rodovia Augusto Montenegro, Km 8,5, s/nº, Coqueiro, CEP 66.823-010. O mandato dos conselheiros de administração se estenderá até a assembleia geral que examinar as contas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. (iv) Aprovar a convocação dos acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária para realização de eleição

de membro do Conselho de Administração da Companhia. (v) Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente ata, a qual lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente ata, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

7. ASSINATURA DOS PRESENTES: Presidente: Augusto Miranda da Paz Júnior; Secretário: Armando de Souza Nascimento; Membros do Conselho de Administração: Firmino Ferreira Sampaio Neto, Carlos Augusto Leone Piani, Augusto Miranda da Paz Júnior e Armando de Souza Nascimento. Certifico o registro em 11/12/2019, sob o número 20000635318, chancela 31213910281956. **Fernando Nilson Velasco Junior - Secretário Geral.**

Protocolo: 511978

M M WADAUE - EPP CNPJ nº 01248346/0001-76

Torna público que recebeu da SEMAS/PA a sua Licença de Operação nº 11987/2019 com validade até 03/01/2021, para Desdobro de madeira em tora para produção de madeira serrada e seu beneficiamento/secagem com consumo médio de 25m3/dia de madeira em tora, VPA 4419,8880 m3/ano madeira serrada, com sede à Rod. PA-140, Gleba Pernambuco Km-13, S/Nº, Zona Rural, no Município de Inhangapi/PA.

Protocolo: 511972

CÂMARA MUNICIPAL DE BREVES EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2019 E EXTRATO DAS NOTAS DE EMPENHOS

Objeto: REGULARIZAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DO VEÍCULO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BREVES, PLACA JUZ6404, JUNTO AO SEFAZ - PA, REFERENTE AO PAGAMENTO IPVA, MULTA POR ATRASO E ACRÉSCIMO MORATÓRIO DE LICENCIAMENTO 2015 A 2019. Fundamento Legal: art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Ratificação em 19/12/2019. **JOSÉ CARLOS MARIA VALENTE** Presidente da Câmara Municipal de Breves. **CONTRATADA: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO PARÁ, CNPJ: 05.054.903/0001-79.**

Valor Global: R\$ 14.385,37 (Quatorze mil, trezentos e oitenta e cinco reais e trinta e sete centavos)

NOTAS DE EMPENHOS: 19120003, 19120004, 19120005, 19120006, 19120007, 19120008, 19120009, 19120010, 19120011 e 19120012.

CÂMARA MUNICIPAL DE BREVES EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2019 E EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO

Objeto: REGULARIZAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DO VEÍCULO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BREVES, PLACA JUZ6404, JUNTO AO DETRAN - PA, REFERENTE AO PAGAMENTO DPVAT, TAXA DE LICENCIAMENTO 2015 A 2019, ACRÉSCIMO POR ATRASO DO LICENCIAMENTO DOS ANOS 2015 A 2019. Fundamento Legal: art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Ratificação em 20/12/2019. **JOSÉ CARLOS MARIA VALENTE** Presidente da Câmara Municipal de Breves.

CONTRATADA: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ - DETRAN, CNPJ: 04.822.060/0001-40.

Valor Global: R\$ 1.610,00 (Um mil, seiscentos e dez reais)

NOTAS DE EMPENHOS: 20120006, 20120007, 20120008 e 20120009

Protocolo: 511981

PARA INSPECAO VEICULARES EIRELI - ME CNPJ: 30.183.323/0001-29

Torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Marituba- SEMMA/MARITUBA a Licença de Operação Nº 0161/2019, com validade 06/12/2020, para a atividade de Testes e Análises Técnicas, com endereço na Rodovia BR 316, Km 12, nº 400, Bairro Uruboca, CEP: 67.200-000, Município Marituba- PA.

Protocolo: 511971

CÂMARA MUNICIPAL DE BENEVIDES - PARÁ EXTRATO DE CONTRATO Nº 015/2019-CPL-CMB ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2019, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 019/2019-SUSIPE.

Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de eventuais serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva, com o fornecimento de materiais necessários, visando execução de atividades de manutenção, reforma e reparos de instalações prediais, elétricas, hidráulicas, pintura e cobertura.

Partes: Câmara Municipal de Benevides e EXECUTIVA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, CNPJ: 06.336.443/0001-34.

Vigência: 27/12/2019 a 27/12/2020

Valor Global: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Benevides 27 de dezembro de 2019.

PAULO ROGÉRIO CARDOSO LOBATO
Vereador Presidente

Protocolo: 511980



SUPLEMENTO



ANO CXXIX DA IOE
130º DA REPÚBLICA
Nº 34.076

171 Páginas

Belém, segunda-feira, 30 de dezembro de 2019

EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR

LEI Nº 8.966, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Institui o Plano Plurianual do Estado do Pará, para o período 2020-2023.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, de forma regionalizada, em cumprimento ao disposto no art. 204, § 1º e § 2º da Constituição Estadual.

Art. 2º O Plano Plurianual 2020-2023, é instrumento de planejamento governamental, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Estadual e dos demais Poderes do Estado e Órgãos Constitucionais Independentes.

Art. 3º Constituem pilares do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023:

- I - participação social;
- II - sustentabilidade ambiental;
- III - desenvolvimento econômico;
- IV - qualidade de vida, justiça e proteção social;
- V - geração de emprego e renda;
- VI - equilíbrio das contas públicas;
- VII - inclusão social;
- VIII - transparência e controle social;
- IX - eficiência administrativa.

Art. 4º O Plano Plurianual 2020-2023, foi elaborado a partir de escuta social, da regionalização e transversalização da ação de governo, nos termos do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e em consonância com as Diretrizes Estratégicas contidas no Programa de Governo:

- I - sociedade de direitos;
- II - crescimento inteligente;
- III - trabalho com responsabilidade;
- IV - gestão pública eficiente.

Art. 5º O Plano compõe-se em programas elaborados pelos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e demais Órgãos Constitucionais Independentes.

§ 1º As ações do Plano Plurianual 2020-2023, alinham-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

§ 2º As ações relativas ao financiamento dos Encargos Especiais do Estado, não integram o presente Plano e constarão nos orçamentos anuais.

§ 3º Os programas integrantes do Plano Plurianual estão detalhados no Anexo Único, parte integrante desta Lei.

Art. 6º A gestão do Plano Plurianual é de responsabilidade do Poder Executivo e observará os princípios de transparência, eficiência, eficácia e efetividade e compreenderá a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão de programas, com vistas ao alcance dos resultados esperados.

Parágrafo único. Compete à Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA), apoio técnico à gestão do Plano, especialmente, nas etapas de elaboração, revisão e avaliação.

Art. 7º O Poder Executivo deverá manter sistemas de informações, específico ao planejamento e gerenciamento dos Programas, com utilização obrigatória pelos seus órgãos e instituições executores.

Parágrafo único. Os demais Poderes e Órgãos Constitucionais Independentes desta Lei, manterão sistemas de informações gerenciais e de planejamento para apoio à Gestão do Plano, no âmbito de suas competências, ficando facultado a utilização do Sistema de Gestão de Programas do Estado do Pará (SigPLAN).

Art. 8º Caberá ao Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração, estabelecer normas complementares para a gestão do Plano.

Art. 9º Os programas do Plano Plurianual 2020-2023, serão anualmente avaliados, conforme definido no art. 4º, inciso I, alínea "e", da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 10. Compete à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração, coordenar o processo de avaliação anual dos programas do Poder Executivo, definindo diretrizes, orientações técnicas, fluxos e mecanismos com a participação dos demais órgãos.

§ 1º Os órgãos e unidades orçamentárias do Poder Executivo responsáveis pro programas, deverão manter atualizadas, durante cada exercício financeiro, na forma estabelecida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Administração, as informações referentes à execução física das ações dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade e à execução física e financeira das demais ações constantes dos programas sob sua responsabilidade.

§ 2º Aplica-se aos órgãos e unidades orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, responsáveis por programas, o disposto no § 1º deste artigo.

Art. 11. A inclusão, exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, serão encaminhadas à Assembleia Legislativa por meio de projeto de lei de revisão.

Art. 12. A inclusão, exclusão ou alteração de ações, de suas metas e regionalização, no Plano Plurianual, quando necessárias e que envolvam recursos dos orçamentos do Estado, poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais.

Art. 13. O Poder Executivo fica autorizado a:

- I - alterar o órgão responsável por programa;
- II - incluir, excluir ou alterar indicador de resultado e registrar a mensuração de seu respectivo índice;
- III - adequar meta física e incluir, excluir ou alterar unidade orçamentária responsável de ação para compatibilizá-la com alterações efetivadas por leis orçamentárias anuais e seus créditos adicionais.

Art. 14. Os valores consignados no Plano Plurianual para programas e ações são referenciais e não se constituem em limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias e nos créditos adicionais.

Art. 15. Fica o Poder Executivo obrigado a encaminhar ao Poder Legislativo como anexo do Relatório de Prestação de Contas Anual, relatório de avaliação da execução do Plano Plurianual 2020-2023.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

PALÁCIO DO GOVERNO, 30 de dezembro de 2019.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

PLANO PLURIANUAL 2020-2023

Desenvolvimento Pro Pará. Pra Todo o Pará.

VOLUME I

Governador do Estado do Pará Helder Zahluth Barbalho	Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado Cel. QOPM RR Osmar Vieira da Costa Junior	Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará Paulo André Castelo Branco Bezerra	Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Pará Cel. QOBM Hayman Apolo Gomes de Souza	Presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará Lutfala de Castro Bitar	Secretário Regional de Governo do Sudeste do Pará João Chamon Neto
Vice-Governador do Estado do Pará Lúcio Dutra Vale	Procurador-Geral do Estado Ricardo Nasser Sefer	Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna Alessandra Lima Leão	Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Pará Alberto Henrique Teixeira de Barros	Presidente do Instituto de Metrologia do Estado do Pará Cintya Silene de Lima Simões	Secretário Regional de Governo do Marajó José Antonio Azevedo Leão
Assembleia Legislativa do Estado do Pará Deputado Daniel Barbosa Santos	Auditor-Geral do Estado Ilton GiuseppStival Mendes da Rocha Lopes da Silva	Secretário de Estado de Transportes Antonio de Pádua de Deus Andrade	Diretor-Geral do Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves" Celso da Silva Mascarenhas	Diretor-Presidente da Companhia de Gás do Pará Cláudia Bitar de Moraes Barbosa	
Tribunal de Contas do Estado do Pará Cons. André Teixeira Dias	Ouvidor Geral do Estado Arthur Houat Nery de Souza	Presidente da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará Abraão Benassuly Neto	Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará Marcelo Lima Guedes	Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas Benedito Ruy Santos Cabral	
Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará Cons. Francisco Sérgio Belich de Souza Leão	Presidente da Fundação PROPAZ Raimunda Nonata Rocha Teixeira	Diretor Geral da Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos Euripedes Reis da Cruz Filho	Secretária de Estado de Cultura Úrsula Vidal Santiago de Mendonça	Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Pará José Antônio de Angelis	
Tribunal de Justiça do Estado do Pará Des. Leonardo de Noronha Tavares	Secretária de Estado de Administração Hana Sampaio Ghassan	Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca Hugo Yutaka Suenaga	Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará João Augusto Vieira Marques Junior	Presidente da Companhia de Habitação do Estado do Pará José Antônio Scaff Filho	
Justiça Militar do Estado Lucas do Carmo de Jesus	Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Pará Jorge Luiz Guimarães Panzera	Presidente do Instituto de Terras do Pará Bruno Yoheiji Kono Ramos	Superintendente da Fundação Carlos Gomes Maria da Glória Boulhosa Caputo	Diretor-Geral do Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano Eduardo de Castro Ribeiro Júnior	
Ministério Público do Estado do Pará Gilberto Valente Martins	Presidente do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará Bernardo de Albuquerque de Almeida	Gerente-Executivo do Núcleo de Gerenciamento do Pará Rural Felipe Coelho Picanço	Secretário de Estado de Comunicação Parsifal de Jesus Pontes	Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica Carlos Edilson de Almeida Maneschy	
Ministério Público de Contas do Estado do Pará Silaine Karine Vendramin	Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará Silvio Roberto Vizeu Lima	Diretor-Geral da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará Geovany Farache Maia	Secretária de Estado de Educação Leila Carvalho Freire	Diretor-Presidente da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará Carlos Edilson de Almeida Maneschy	
Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará Maria Regina Franco Cunha	Diretora-Geral da Escola de Governança Pública do Estado do Pará Evanilza da Cruz Marinho Maciel	Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará Cleide Maria Amorim de Oliveira Martins	Reitor da Universidade do Estado do Pará Rubens Cardoso da Silva	Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará Marcos Antonio Brandão da Costa	
Defensoria Pública do Estado do Pará Jeniffer de Barros Rodrigues	Secretário de Estado da Fazenda René de Oliveira e Sousa Júnior	Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade José Mauro de Lima O' de Almeida	Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda Inocência Renato Gasparim	Secretário de Estado de Esporte e Lazer Arlindo Penha da Silva	
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado Parsifal de Jesus Pontes	Diretor-Presidente do Banco do Estado do Pará S/A. Braselino Carlos Assunção da Silva	Diretora-Geral do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará Karla Lessa Bengtson	Presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará Miguel Fortunato Gomes dos Santos Junior	Secretário de Estado de Turismo André Oregel Dias	
Diretora Geral do Núcleo de Articulação e Cidadania Juliana Márcia Barroso	Presidente da Junta Comercial do Estado do Pará Cilene Moreira Sabino de Oliveira Bittencourt	Diretora-Geral do Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes Ayamy da Costa Migiyama	Diretora-Geral do Núcleo Gerenciamento do Programa de Microcrédito – CRECIDADÃO Tércio Júnior Sousa Nogueira	Diretor-Presidente da Centrais de Abastecimento do Pará S/A. Francisco Alves de Aguiar	
Diretor Geral do Núcleo de Acompanhamento e Monitoramento da Gestão Alexandre da Silva Carvalho	Secretária de Estado de Planejamento Hana Sampaio Ghassan	Secretário de Estado de Saúde Pública Alberto Beltrame	Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos Hugo Rogério Sarmanho Barra	Secretário Extraordinário de Estado de Cidadania Ricardo Brisolla Balestreri	
Coordenador do Núcleo de Relações com os Municípios e Entidades de Classe Josenir Gonçalves Nascimento	Secretária de Estado de Planejamento Hana Sampaio Ghassan	Diretor-Geral do Hospital Ophir Loyola José Roberto Lobato de Souza	Superintendente do Sistema Penitenciário do Estado do Pará Jarbas Vasconcelos do Carmo	Secretário Extraordinário de Estados para Assuntos Penitenciários Jarbas Vasconcelos do Carmo	
Coordenador do Núcleo de Relações Internacionais Felipe Mikael Vasques Monteiro	Diretor-Geral do Hospital Ophir Loyola José Roberto Lobato de Souza	Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social Ualame Fialho Machado	Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia Iran Ataíde de Lima	Secretário Regional de Governo do Baixo Amazonas Henderson Lira Pinto	
Coordenador do Núcleo de Relações Institucionais Julio Alejandro Quezadajelves	Presidente da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará Bruno Mendes Carmona	Comandante-Geral da Polícia Militar do Pará Cel. QOPM José Dilson Melo de Souza Junior			



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Coordenação e Elaboração do Plano Plurianual 2020-2023

Secretária de Estado de Planejamento

Hana Sampaio Ghassan

Secretário Adjunto de Planejamento e Orçamento

Adler Gerciley Almeida da Silveira

Secretário Adjunto de Recursos Especiais

Renata Mirella Freitas Guimarães de Souza Coelho

Diretora de Planejamento

Brenda Rassy Carneiro Maradei

Assessoras

Bernadete de Jesus Barros Almeida
Inah Silveira Tobias

Secretaria

Emilene Helen de Oliveira Pires
Karina Conceição Vieira Frias
Laurinda da Conceição Ribeiro Cardoso
Luiz Guilherme Cardoso Rocha – Estagiário

Coordenadoria Setorial de Proteção e Desenvolvimento Social

Jordan Seabra de Oliveira - Coordenador
Márcia Correia Lago Moura
Marlúcia Puga Cardoso Carvalho
Valdeni da Conceição Farias
Wilson Luiz Ribeiro da Costa

Coordenadoria Setorial de Promoção Social

Luciana Santos de Oliveira – Coordenadora
Débora de Aguiar Gomes
Luiz Guilherme Cardoso Rocha - Estagiário
Orlando Santana Rosa
Rita de Cássia Macedo Moreira

Coordenadoria Setorial de Defesa Social

Luciana Portilho Guedes de Oliveira – Coordenadora
Elesbão de Castro Ewerton Filho
Maria do Perpétuo Socorro Garcia Castro
Selma Jerônima Mesquita Couto

Coordenadoria Setorial de Infraestrutura e Logística

Francisco Leite da Silva Neto – Coordenador
Alberto José Silva Tobias
Heraldo Marques Nogueira
Nanety Cristina Alves dos Santos
Nice Farias da Silva

Coordenadoria Setorial de Desenvolvimento Econômico

Geovana Raiol Pires – Coordenadora
Agostinho Lopes Arnaud
Lúcia Cristina de Andrade Lisboa da Silva
Marcelo Pereira Lobato
Maria de Belém Nazareth Gomez
Roberta Braga Fernandes de Moraes
Zilfa Freitas

Coordenadoria Setorial de Gestão, Governo e Outros Poderes

Jordan Seabra de Oliveira - Coordenador
Luciana Quemel Pires
Ovanilde Ribeiro Schalcher
Renato da Cunha Andrade
Rosemery Tillmann da Silva

Diretor de Orçamento Estadual

Paulo Sérgio Silva Araújo

Assessoria

Denísio Jesus Costa Lima
Ellen Tatiana Saldanha Ribeiro
Jacqueline Maria Ferreira Cardoso
Luís Henrique

Secretaria

Aldemira Santos Silva Gomes
Celso Rubens Monteiro

Coordenadoria Setorial de Proteção e Desenvolvimento Social

Maria de Nazaré Nascimento - Coordenadora
Helielza Silva Bezerra
Hélio Rebelo de Souza
Júlia Ramos

Coordenadoria Setorial de Promoção Social

Ana Maria Costa Penalber – Coordenadora
Célia Almeida
Olinda Koga Teixeira
Pedro Dantas Carvalho
Roseane Andrade da Silva
Vanderly Camelo Xavier

Coordenadoria Setorial de Defesa Social

Ana Flávia Melo de Menezes – Coordenadora
Cleide Maria Melo Vidinha
Daniela de Cássia Alcantara
Hilton Freitas
Karla Maria Rocha Cruz
Ocidea Carvalho Lobato

Coordenadoria Setorial de Infraestrutura e Logística

Izadora Brandão Koury Maués - Coordenadora
Aloizi Gomes
Ana Teresa
Maria do Perpétuo Socorro Cardoso
Sandra Bender
Willian Frazão de Souza

Coordenadoria Setorial de Desenvolvimento Econômico

Ariene Souto Pinho
Antonio Carlos Leal
Carlos Sena
Guilherme Augusto Braga Cardoso Junior
Maria Helena dos Santos Pinheiro
Nazaré Gouvêa

Coordenadoria Setorial de Gestão, Governo e Outros Poderes

Taissa Valente Almeida - Coordenadora
Ana Bela Andrade Naia
Ana Lúcia Frazão Gracindo
Enemar Salomão
Haroldo C. Brabo Carvalho
Leocádia Maria Nogueira de Oliveira
Maria José Silva Araújo

Colaboradores

Albert Lima dos Reis
Ana Maria da Costa Monte
Ane dos Santos Viana
Araci de Jesus Pinheiro Costa
Caléo Reis Nascimento
Carlos Alberto de Souza Cardoso Junior
Carmen Elena de Andrade Souto
Claudio Roberto Gonçalves de oliveira
Fábio Augusto Pinto de Oliveira
Fábio Braga Cavalcante
Fernando Augusto Altieri Silva
Gilson Pereira Prata
Israel Lucas Barros de Amorim
José Antônio de Araújo Ferreira
José Isaac Alvarez Elarrat
Julio César Barros Borba
Leilane Monteiro da Cruz
Márcia Aparecida de Souza
Marcio Pontes
Maria Glaucia Pacheco Moreira
Raymundo Nonnato da Frota Costa Júnior
Tárcio Gomes Caldas
Walenda Silva Tostes

SUMÁRIO**APRESENTAÇÃO****VOLUME I****1. PLANO PLURIANUAL: BASE LEGAL, CONCEITOS BÁSICOS E INTEGRAÇÃO COM A LDO E LOA****2. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DO PPA 2020-2023**

2.1 Sociedade de Direitos

2.2 Crescimento Inteligente

2.3 Trabalho com Responsabilidade

2.4 Gestão Pública Eficiente Presente

3. DIMENSÕES DO PPA

3.1. Dimensão Estratégica

3.2. Dimensão Tática

3.3. Dimensão Operacional.....

4. CICLO DE GESTÃO DO PPA

4.1. Elaboração

4.2. Execução

4.3. Monitoramento.....

4.4. Avaliação

5. METAS DE MELHORIA DO MAPA DA EXCLUSÃO SOCIAL**6. PROGRAMAÇÃO CONSOLIDADA DO ESTADO**.....**PROGRAMAS DO PLANO PLURIANUAL – PODER EXECUTIVO**

Região de Integração Araguaia
 Região de Integração Baixo Amazonas
 Região de Integração Carajás
 Região de Integração Guajará
 Região de Integração Guamá
 Região de Integração Lago de Tucuruí
 Região de Integração Marajó
 Região de Integração Rio Caeté
 Região de Integração Rio Capim
 Região de Integração Tapajós
 Região de Integração Tocantins
 Região de Integração Xingu

VOLUME II**PROGRAMAS DO PLANO PLURIANUAL – PODER LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO, ÓRGÃOS CONSTITUCIONAIS INDEPENDENTES E DEFENSORIA PÚBLICA.**

Região de Integração Araguaia
 Região de Integração Baixo Amazonas
 Região de Integração Carajás
 Região de Integração Guajará
 Região de Integração Guamá
 Região de Integração Lago de Tucuruí
 Região de Integração Marajó
 Região de Integração Rio Caeté
 Região de Integração Rio Capim
 Região de Integração Tapajós
 Região de Integração Tocantins
 Região de Integração Xingu

APRESENTAÇÃO

Um olhar para o futuro: Trabalho e Presença

É com esse propósito público que o Governo do Pará inicia a tarefa de transformar a vida de todos os paraenses. O Estado do Pará dotado de potencialidades e territorialidade peculiar requer intervenção governamental que altere os atuais indicadores sociais, econômicos e ambientais. Com efeito, a profissionalização da gestão pública será propulsora à eficiência, eficácia e efetividade de ações e programas, com destaque à busca pela qualidade do gasto e o aumento de receitas públicas.

O planejamento permite estabelecer as estratégias e o horizonte das políticas públicas e programas, e deve alinhar-se às dimensões sub-regionais do estado. Como importante agenda governamental, a integração territorial balizará o conjunto das ações e a avaliação dos impactos socioeconômicos.

O Estado do Pará é marcado por uma dinâmica socioeconômica desigual. No âmbito do comércio exterior (2018), por exemplo, o desempenho positivo da balança comercial alcançou U\$14,4 bilhões, equivalente ao 2º lugar no ranking nacional, por lado, obteve em 2018 de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice Desenvolvimento Humano (IDH) de 6,46 correspondendo ao 24º lugar, quando comparado aos demais estados do País. Dentre outras variáveis, tal disparidade retrata a baixa internalização do crescimento econômico nas regiões de integração.

Os desafios educacionais exercem particular relevância no processo de desenvolvimento social, em função de seus efeitos multiplicadores aos demais indicadores. De acordo com o Censo Escolar/MEC, em 2018, a taxa evasão escolar do ensino médio referente à rede estadual, atingiu 25%, e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para o Ensino Médio, aferido em 2017 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), apresenta-se desde 2013, resultado inferior à meta projetada, conforme demonstra o comportamento histórico estadual do referido índice (Gráfico1). Atualmente o Pará é o 26º no *Ranking* Nacional.

Como instrumento de planejamento de médio prazo, o Plano Plurianual alinha-se estrategicamente às principais diretrizes de governo, Plano de Governo, fundamento para a estruturação dos Programas temáticos e seus Objetivos. A dimensão político-estratégica do PPA 2020-2023 corresponderá ao conjunto das entregas à sociedade no período de quatro anos, representada na etapa de formulação do Plano, em doze audiências públicas regionalizadas. Além disso, resultante do processo de escuta social, o PPA foi referendado pelas demandas representativas e de organizações não governamentais entregues em ações itinerantes do Governo e, ainda, pelas participações *on-line*.

O PPA 2020-2023 expressa o conjunto de prioridades da administração pública e seus resultados, a cada exercício, subsidiarão o aperfeiçoamento da gestão pública e o exercício do controle social pela sociedade. Para tanto, além das orientações legais e normativas das políticas públicas, os programas e ações serão alinhados aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

Essa sinergia institucional aproximará os esforços da ação governamental orientadas pelas Diretrizes de Governo: Sociedade de Direitos, Crescimento Inteligente, Equilíbrio Fiscal e Modernização Institucional, aos eixos estruturantes dos ODS quais sejam: econômico, institucional, infraestrutura e ambiental.

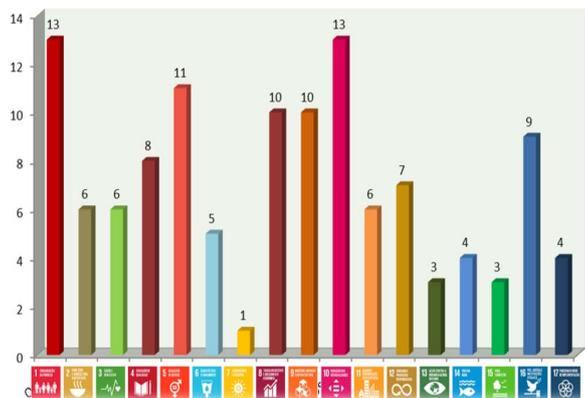


Gráfico 1 – Programas do PPA por ODS
Fonte: Seplan, 2019.

2.1 Sociedade de Direitos

Em consonância à lógica dos direitos sociais, a garantia de melhores condições de vida é uma premissa do governo estadual. O Estado possui uma população de 41,5% que estão abaixo da linha da pobreza de acordo com o Cadastro Único da Assistência Social e o percentual de 9,42% de analfabetismo (PNAD, 2018), indicadores que pressionam novas demandas na promoção de políticas públicas.

Dentre as questões estruturais expressas pelos indicadores estaduais, destacam-se ainda, os educacionais referentes ao Ensino Médio da rede estadual, aferidos em 2018, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) e Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), quanto ao abandono escolar (14,1%) taxa superior à regional e nacional; e reprovação do Ensino Médio (9%), com taxa superior à região Norte.

Na área de segurança pública, a evolução da mortalidade de jovens é apresentada pela Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos) é de 73,0 em 2018, ou seja, o 8º no ranking nacional. Dados sobre a mortalidade de mulheres no Estado, originários da Secretaria de Segurança Pública (Segup) demonstram que em 2018, a taxa de violência contra a mulher por 100 mil habitantes é 813, sendo uma das maiores do país.

Em relação à mortalidade infantil, o Pará registrou taxa de 15,4%no número de mortes a cada mil nascidos em 2017, sendo o 6º pior estado do Brasil. Ademais, de acordo o IBGE (2017), a renda domiciliar alcançada no estado é de R\$ 863, o que corrobora com o número de pessoas enquadrado no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), instrumento de identificação e seleção de famílias de baixa renda, com fins de inclusão e redistribuição de renda.

O conjunto de políticas públicas orientou os compromissos regionais e as ações estruturantes do PPA para o período 2020-2023. No campo educacional, as intervenções serão focadas à elevação da escolaridade básica, no acesso ao nível superior e à educação profissional, por meio da redução da evasão de alunos, melhores infraestruturas educacionais, estímulo ao professor, merenda escola de qualidade e transporte escolar. Dentre outros aspectos, a política cultural garantirá a preservação do patrimônio material / imaterial, e estímulo à economia criativa, enquanto que as ações de esporte e lazer propiciarão a inclusão de crianças e juventude em atividades socioesportivas.

A interligação entre oportunidades educacionais, renda e acesso cultural imprime à segurança pública um papel desafiador, ou seja, a integração às outras políticas. As estratégias complementares possibilitarão o aumento das ações preventivas, a ampliação do combate à criminalidade e a melhoria da eficiência entre os órgãos executores. Ademais, é função do Estado, garantir especialmente, aos grupos mais vulneráveis, medidas e sistemas de proteção social por meio do acesso ao Sistema de Garantia de Direitos e à rede de serviços socioassistenciais, conforme preconiza a Constituição Federal (arts.194 a 204 - CF).

No Plano Plurianual, os programas temáticos atendem as especificidades setoriais e seus escopos correspondem às áreas da educação, saúde, cultura, segurança pública, direitos socioassistenciais, trabalho e renda, cultura e esporte e lazer. Estes contemplarão programas e projetos como Primeiro Ofício, Território da Paz, Escola de Tempo Ampliado, Conclusão e Implementação de Hospitais Regionais e Fomento à Economia Criativa.

2.2 Crescimento Inteligente

Com particular relevância no cenário regional e nacional, o Estado do Pará possui o desafio de superar o modelo de crescimento, dependente especialmente, da exportação de produtos primários. A dimensão territorial do estado é delimitada por aspectos econômicos e socioculturais diferenciados, além do fato, de que cerca de 60% do território estadual é destinado às áreas legalmente protegidas tais como: natureza federal, terras indígenas, territórios quilombolas, dentre outras, portanto, condições geopolíticas que determinam as relações e responsabilidades federativas.

De fato, a questão dos desequilíbrios regionais requer a gestão do território por meio da formulação de políticas públicas e programas adequados aos espaços urbanos e rurais, em interface às demais esferas governamentais. Caberá ao Estado, como indutor do desenvolvimento econômico favorecer o ambiente econômico para o uso e aproveitamento racional e sustentável dos recursos locais, com vistas à melhoria dos níveis de produtividade e competitividade em diferentes escalas produtivas.

O ordenamento territorial, zoneamento econômico ecológico e a melhoria dos serviços ambientais são vetores importantes ao desenvolvimento estadual e orientadores ao planejamento estadual. Dentre os compromissos estratégicos, destacam-se a ampliação e melhoria da infraestrutura e logística, como malha viária, implantação de ferrovia, integração com os modais, sistemas de informação e comunicação. Além disso, o incentivo à criação de polos regionais de produção possibilitará a potencialização das cadeias produtivas por meio do fomento da organização produtiva, ampliação de linhas de crédito, educação profissional e inovação tecnológica.

A agenda atrelada ao desenvolvimento sustentável abrangerá questões específicas às realidades urbanas e rurais dentre as quais: implementação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, apoio à elaboração de projetos de gestão consorciada de regiões metropolitanas e municípios afins, bem como à infraestrutura e drenagem urbana. O desenvolvimento endógeno deverá atentar à dinâmica da economia verde e a baixa emissão de carbono, à conservação e apoio ao manejo florestal, condições fundamentais para a população local.

1. PLANO PLURIANUAL: BASE LEGAL, CONCEITOS BÁSICOS E INTEGRAÇÃO COM A LDO E LOA

Definido na Constituição Federal como instrumento de planejamento de gestão de políticas públicas, o Plano Plurianual é uma lei de iniciativa do Poder Executivo, que deve estabelecer de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, para as despesas de capital e outras delas decorrentes e referentes aos programas de duração continuada (CF/88, art. 165, § 1º).

No âmbito estadual, o PPA está previsto na Constituição do Estado do Pará, detendo o papel central na definição das ações governamentais, uma vez que estabelece que os planos e programas estaduais, regionais e setoriais serão elaborados em consonância com o Plano Plurianual, e apreciados pelo Poder Legislativo, que criará mecanismos de fiscalização adequada para sua fiel observância (CE/89, art. 204, § 9º).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) não devem conter dispositivos incompatíveis com o PPA (art.205,§ 2º), da Constituição Estadual. A LDO deverá estabelecer os parâmetros necessários à alocação dos recursos no orçamento anual, de forma a garantir a realização das metas e objetivos contemplados no PPA. Trata-se, portanto, de instrumento que funciona como elo entre o PPA e os orçamentos anuais, compatibilizando as diretrizes do Plano à estimativa das disponibilidades financeiras para determinado exercício. A LOA é o mais importante mecanismo de gerenciamento orçamentário e financeiro da Administração Pública, cuja principal finalidade é administrar o equilíbrio entre receitas e despesas públicas.

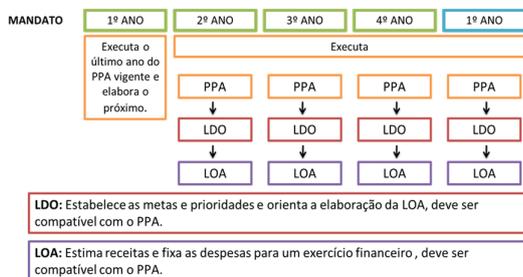


Figura 1 – Integração PPA, LDO e LOA
Fonte: Seplan, 2019.

2. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DO PPA 2020-2023

O compartilhamento de responsabilidades constitui-se um dos elementos centrais da gestão governamental. Os Programas e seus atributos (Objetivos, Metas e Ações) foram balizados nas diretrizes estratégicas, desdobradas em 12 áreas, que orientarão a implementação da ação governamental (Figura 2).

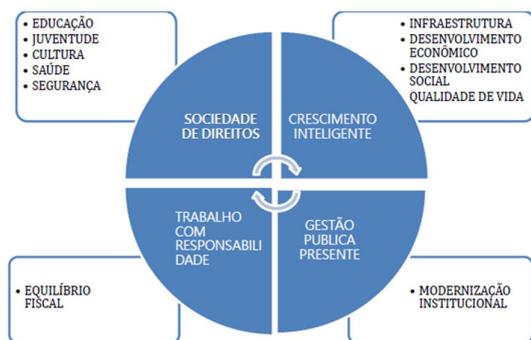


Figura 2 – Diretrizes Estratégicas do PPA 2020-2023
Fonte: Plano de Governo, TRE 2018.

A superação dos atuais níveis de pobreza estadual e o consequente aumento da qualidade de vida dependerá da alteração socioeconômica dos espaços sub-regionais. Essa premissa foi decisiva para o alinhamento das políticas educacionais profissionalizantes, ao fomento de atividades geradoras de renda e de inclusão socioproductiva. Neste contexto, o Governo Estadual tem um papel estratégico na política de desenvolvimento social e, ao considerar a integração e complementaridade das políticas públicas, deve alinhar-se à política nacional definida pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

2.3 Trabalho com Responsabilidade

O equilíbrio entre receita e despesa dimensiona o grau de responsabilidade pública, ao assegurar a credibilidade e confiança aos contribuintes, empresas e investidores. A remodelagem das contas públicas, a composição e a qualidade do gasto público, permearão a execução dos instrumentos de planejamento estadual.

Como elementos vitais à condução da gestão estadual, destacam-se a observância dos limites prudenciais referenciados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, os compromissos assumidos pelo Estado referentes às Operações de Crédito e à vigilância previdenciária estadual. O cumprimento das metas fiscais e o alcance dos objetivos previstos no PPA e LOA, incidirão no urgente processo de desenvolvimento do estado.

Os esforços a médio e longo prazo para ampliação das receitas estaduais, resultarão do conjunto de intervenções tais como: remodelagem da política de benefícios fiscais, melhoria na gestão econômica dos ativos reais e financeiros, estímulos às parcerias público-privadas e concessões, além da captação de recursos internos e externos.

2.4 Gestão Pública Eficiente Presente

A eficácia e a efetividade das políticas públicas são exigências da sociedade. A ação governamental estadual será norteada pelo planejamento regional, fortalecimento institucional e liderança governamental.

O enfrentamento às desigualdades regionais é condição para a descentralização e modernização da gestão, na medida em que as políticas, estratégias e instrumentos dependem do aumento da capacidade institucional estadual. Dessa forma, o modelo baseado na Gestão por Resultados, consistirá na capacidade de transformar o planejamento público em entregas (serviços públicos) à população demandante. A interação intragovernamental resultará em processos eficientes, otimização de recursos e resultados eficazes.

A adoção de controle e a avaliação dos resultados serão prerrogativas essenciais nos diversos níveis de decisão, incluindo responsabilização e ajustes dos planos de trabalho. Pressupõe também, a gestão integrada dos programas estaduais, modernização das estruturas organizacionais e forte articulação com as esferas de governo - municipais e federais – e a formação de parcerias com atores não governamentais.

A complexidade territorial enseja a necessidade de liderança regional e governança. Tais elementos condicionam a gestão governamental estadual, mediante a retomada do processo de desenvolvimento coadunado aos interesses públicos estaduais.

3. DIMENSÕES DO PPA

O Plano Plurianual (PPA) além de declarar as intervenções governamentais alinhadas às demandas da sociedade, sua implementação deverá focalizar os resultados pretendidos e o aperfeiçoamento das políticas públicas. Como instrumento orientador à gestão, o Plano estrutura-se nas dimensões descritas a seguir (Figura 3).



Figura 3 – Dimensões do PPA
Fonte: Seplan, 2019.

3.1. Dimensão Estratégica

A redefinição da missão do Estado perpassa pela promoção da equidade e justiça social. Essa dimensão aponta para visão de futuro e define as diretrizes estratégicas, orientando o planejamento governamental. O diagnóstico situacional com a identificação das variáveis afetas a cada intervenção regional precedeu a elaboração dos Programas Temáticos. Os indicadores setoriais orientaram a definição de compromissos e metas regionalizadas. Portanto, são condicionantes e parâmetros à aferição dos programas e ações a curto e médio prazo, cujos resultados subsidiarão as intervenções futuras.

A dinâmica territorial do estado e seus componentes desafiam novas soluções frente aos problemas estruturais tais como: baixo dinamismo econômico, insuficiente geração de ocupação e renda, além dos problemas ambientais que permeiam o desenvolvimento do estado, assim como regulação, certificação e aporte de tecnologia.

Essas questões desafiam as estratégias quanto ao alcance de melhores resultados e a eficácia da ação governamental. Definidos os eixos para o desenvolvimento econômico e socioambiental, torna-se imperativo a articulação e cooperação entre os diferentes atores com vistas à negociação de interesses regionais

divergentes, convergentes ou complementares. Esse processo aliado às políticas promotoras à coesão social deve permitir uma melhor distribuição das oportunidades econômicas e sociais, bem como a elevação dos níveis de qualidade de vida no Estado.

3.2. Dimensão Tática

Orientados pelas diretrizes estratégicas, a execução e acompanhamento dos resultados serão definidos pelos órgãos setoriais responsáveis pelas políticas públicas, considerando o grau de relevância regional que se expressa pela priorização territorial, tempo de execução e natureza contínua dos serviços públicos.

Os Programas temáticos e seus atributos consolidam o processo de formulação do Plano e sua implementação dependerá de um conjunto de processos decisórios, com vistas à eficiência e eficácia. Para o período 2020-2023, foram definidos 26 programas, estruturados por 421 compromissos regionais, 79 objetivos, 471 ações, 27 indicadores de resultado e 76 de processo.

3.3. Dimensão Operacional

A gestão dos programas do PPA está sob a responsabilidade dos 113 órgãos e instituições governamentais integrantes do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e demais Órgãos Constitucionais Independentes.

As estratégias de execução atendem às diretrizes de governo e às especificidades setoriais tais como: legislação, normas, regulações e orientações emanadas pelas políticas públicas afins a cada programa. A multisetorialidade dos programas definirá o nível de complementaridade e compartilhamento dos esforços intra e intergovernamental.

As ações são determinantes ao cumprimento dos objetivos de cada Programa e possuem relação direta com a programação orçamentária anual. Essa dinâmica entre os níveis de formulação e programação orçamentária deverá viabilizar o

atendimento dos serviços públicos ou intervenção no espaço territorial, lócus gerador das demandas públicas.

4. CICLO DE GESTÃO DO PPA

O ciclo de gestão demonstra as etapas já realizadas e a serem seguidas na execução do planejamento estadual 2020-2023. Detalhando a seguir os processos de elaboração, execução, monitoramento e avaliação.



Figura 4 – Ciclo de Gestão do PPA
Fonte: Seplan, 2019.

4.1. Elaboração

Com objetivo de fortalecer o planejamento regional, o PPA 2020-2023 incorporou ao conjunto de atributos, o conceito de Compromisso Regional que são investimentos estruturantes que irão agregar valor ao conjunto de serviços já colocados à disposição da sociedade, ou viabilizarão a implantação de um novo serviço, com a indicação territorial das entregas de bens e serviços pelo Estado à população.

A regionalização territorial foi definida no Decreto Estadual nº 1.066, de 19/06/08, alterado pelo Decreto nº 1.346, de 24/08/15. Desse modo, adotou-se 12 Regiões de Integração do Estado do Pará, as quais representam espaços com semelhanças de ocupação, nível social e dinamismo econômico e cujos municípios mantêm integração entre si.



Figura 5 – Regiões de Integração do Estado do Pará
Fonte: Decreto nº 1.066/08 e Decreto nº 1.346/15

As diretrizes estratégicas de governo subsidiaram as prioridades regionais e a construção dos programas e seus atributos como indicadores, objetivos, metas e ações. Nessa etapa de elaboração, foram realizadas as Oficinas Regionalizadas Temáticas, com o propósito de definir os compromissos regionais e discutir as bases para o planejamento integrado. As Oficinas de Elaboração de Programas foram desenvolvidas com as equipes técnica e gestores dos órgãos estaduais organizados por áreas setoriais com a finalidade de definir os atributos dos programas.

Orientada por um amplo processo participativo, a formulação do PPA significou importante interação entre o Estado e a sociedade. A escuta social envolveu a realização de 12 audiências públicas nas doze Regiões de Integração, com a presença de 1.919 pessoas e 359 manifestações, via site www.seplan.pa.gov.br/ppaonline. Com efeito, ao atender a Lei de Responsabilidade Fiscal, em respeito à transparência da gestão fiscal (art. 48, §1º), promoveu a participação da sociedade na elaboração do Plano, por meio da proposição de demandas coletivas e estratégicas para a gestão de políticas públicas.



Figura 5 - Fotos das audiências públicas
Fonte: Seplan, 2019

4.2. Execução

A execução do PPA é de responsabilidade dos órgãos governamentais estaduais, como Secretarias Estaduais, Instituições e Empresas Públicas, além do Poder Legislativo e Judiciário, alicerçada em planos estratégicos institucionais, tendo como foco a gestão compartilhada e integrada, centrada em processos e resultados. A viabilidade orçamentária e financeira do Plano se efetiva por meio dos Orçamentos Anuais, elaborados pelo Poder Executivo, com referência na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

4.3. Monitoramento

O monitoramento é o acompanhamento sistemático da implementação dos programas do PPA. Nessa etapa, a observância do desempenho das ações, metas físicas e compromissos regionais, sinalizará o padrão de eficiência e eficácia da gestão pública e seus reflexos nos indicadores de processo. Os entraves identificados durante a execução devem ser corrigidos, tendo em vista as metas globais programadas e os objetivos estratégicos correspondentes.

O principal instrumento de monitoramento do PPA estadual é o Sistema Integrado de Planejamento (SigPLAN), cuja vinculação ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM) possibilita a verificação e análise do desempenho físico-financeiro das ações componentes do PPA. O conjunto de informações será avaliado pelos gestores dos órgãos setoriais e servirá de referência para (re) condução estratégica e gerencial dos programas.

4.4. Avaliação

Com relevante papel no aprimoramento da gestão pública, a avaliação compreenderá etapa importante para identificar os avanços e dificuldades da gestão estadual, no que diz respeito ao conjunto de tomada de decisão nas esferas estratégica, tática e operacional. A alteração dos atributos programados poderá sofrer alteração por intermédio da Lei Orçamentária Anual.

A aferição dos resultados do PPA será um compromisso para além das exigências legais. O desempenho alcançado deve expressar o escape dos objetivos estratégicos de cada Programa Temático, ou seja, ações e metas deverão impactar nos problemas detectados na fase de elaboração e execução do Plano.

O Relatório Anual de Avaliação de Programas deverá ser consolidado enquanto resultado temporal de uma gestão e ainda, como exercício do controle social das políticas públicas.

5. METAS DE MELHORIA DO MAPA DA EXCLUSÃO SOCIAL

Em consonância ao art. 4º, da Lei Estadual nº 6.836/2006, segue as metas de melhorias dos indicadores sociais. Destaca-se que essa lei foi alterada pela Lei nº 8.327/2015, que redefiniu a metodologia de elaboração do Mapa de Exclusão, atualizando e ampliando a relação de indicadores definidos no Art. 2º da lei atual. Ressalta-se que esta é a primeira publicação em Plano Plurianual dessas metas para os novos indicadores.

Quadro1 - Quadro de Metas de Melhorias dos Indicadores Sociais do Mapa de Exclusão Social do Pará, para o Período de 2020-2023

INDICADORES MAPA DE EXCLUSÃO 2019 - RESULTADO ESTADO DO PARÁ	Fonte	Unidade de Medida	Ano base	Índice de Referência	Meta
I - EXPECTATIVA DE VIDA:					
Expectativa de vida em anos ao nascer	IBGE FAPESPA	Anos de Vida	2018	72,66	aumentar 0,10% a.a
II - RENDA:					
Renda média mensal de todas as fontes	PNADC FAPESPA	Valores em Reais (R\$)	2018	1.542	aumentar 2% a.a
Índice de gini	RAIS FAPESPA	Grau de concentração (Varia entre 0 e 1)	2018	0,284	reduzir 1% a.a
Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza (Proxy da Taxa de Pobreza) ¹	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	41,53	reduzir 2% a.a
III - EMPREGO:					
Taxa de ocupação	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	89,81	aumentar 0,5% a.a
Participação de homens no total da população ocupada	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	60,77	reduzir 1,3% a.a
Participação de mulheres no total da população ocupada	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	39,23	aumentar 2% a.a
Participação de pessoas na faixa de 14 a 17 anos no total da população ocupada	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	2,56	reduzir 2% a.a
Participação de pessoas na faixa de 18 a 24 anos no total da população ocupada	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	13,62	aumentar 1% a.a
Participação de pessoas na faixa de 25 a 39 anos no total da população ocupada	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	39,03	manutenção
Participação de pessoas na faixa de 40 a 59 anos no total da população ocupada	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	38,2	manutenção
Participação de pessoas na faixa de 60 anos ou mais no total da população ocupada	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	6,62	reduzir 1% a.a
Participação dos empregados no total da população ocupada	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	55,76	aumentar 0,8% a.a
Participação dos empregadores no total da população ocupada	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	4,2	manutenção
Participação dos conta própria no total da população ocupada	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	35,15	reduzir 1% a.a
Participação dos trabalhadores familiar auxiliar no total da população ocupada	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	4,89	reduzir 1% a.a
IV - EDUCAÇÃO:					
Taxa de alfabetização de adultos	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	90,58	aumentar 0,5% a.a
Taxa de Aprovação médio	MEC-INEP	Percentual (%)	2018	77,9	aumentar 0,5% a.a
Taxa de Reprovação médio	MEC-INEP	Percentual (%)	2018	9,3	reduzir 1,5% a.a
Taxa de Abandono médio	MEC-INEP	Percentual (%)	2018	12,8	reduzir 1,5% a.a
INDICADORES MAPA DE EXCLUSÃO 2019 - RESULTADO ESTADO DO PARÁ					
Distorção série-idade no fundamental	MEC-INEP	Percentual (%)	2018	29,5	reduzir 2% a.a
Distorção série-idade no médio	MEC-INEP	Percentual (%)	2018	48	reduzir 2% a.a
Incremento de estudantes do ensino superior	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	11,19	manutenção
V - SAÚDE:					
Taxa de cobertura populacional estimada por estratégia saúde da família	MS-DAB	Percentual (%)	2018	59,13	aumentar 5% a.a
Leitos de internação hospitalares por mil habitantes	SESPA	Leitos por 1.000 hab.	2018	1,36	aumentar 0,5% a.a
Taxa de mortalidade infantil ²	SESPA	Óbitos Infantis por 1.000 hab.	2018	14,99	reduzir 1,5% a.a
Taxa de mortalidade materna ²⁺³	SESPA	Óbitos Maternos por 100 mil Nascidos Vivos	2018	76,81	reduzir 5% a.a
Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal ³	SESPA	Percentual (%)	2018	48,87	aumentar 3% a.a
VI - SANEAMENTO BÁSICO:					
Percentual de domicílios com água em rede geral	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	50,03	aumentar 2% a.a
Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede coletora e fossa séptica)	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	15,27	aumentar 1% a.a
Percentual de domicílios com coleta de lixo direta	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	76,62	aumentar 1% a.a
VII - HABITAÇÃO:					
Percentual de domicílios improvisados	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	0,35	Reduzir 1% a.a
Densidade excessiva de moradores por dormitório	PNADC FAPESPA	Razão moradores por dormitório	2018	5,66	Reduzir 0,3% a.a.
Percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário exclusivo	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	11,66	Reduzir 0,5% a.a
Percentual de domicílios com paredes de material não durável	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	1,82	Reduzir 1% a.a
Percentual de domicílios sem iluminação elétrica	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	1,1	Reduzir 1% a.a
VIII - SEGURANÇA:					
Taxa de roubos por cem mil habitantes	SEGUP-SIAC	Roubos por 100 Mil hab.	2018	1.252,53	reduzir 3,5% a.a
Taxa de homicídio	SEGUP-SIAC	Homicídio por 100 Mil hab.	2018	44,44	reduzir 3,5% a.a
Taxa de homicídio no trânsito	SEGUP-SIAC	Homicídio no Trânsito por 100 Mil hab.	2018	8,25	reduzir 2% a.a
Taxa de reincidência de egressos assistidos	SUSIPE	Percentual (%)	2018	36,42	reduzir 5% a.a
Taxa de reintegração social de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa	FAPEPA	Percentual (%)	2018	45,67	aumentar 5% a.a

1Nota: Pela descontinuidade da série divulgada pelo IBGE, utilizou-se uma Proxi com o Percentual de Pessoas no CADÚnico em Famílias em Situação de Pobreza.

2Nota: Resultado Preliminar para o ano de 2018. Sujeito a alterações.

3Nota: Média dos último três anos.

6- PROGRAMAÇÃO CONSOLIDADA DO ESTADO



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN

PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor (R\$1,00) 2020-2023
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	200.465.941,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	198.593.685,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	123.832.142,00
Cultura	178.368.993,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	1.985.974.178,00
Direitos Socioassistenciais	228.038.321,00
Educação Básica	11.095.686.193,00
Educação Profissional e Tecnológica	36.444.954,00
Educação Superior	263.697.646,00
Esporte e Lazer	83.647.981,00
Governança Pública	4.878.576.417,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	253.900.295,00
Infraestrutura e Logística	1.815.722.118,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	84.586.429,00
Saúde	6.155.319.418,00
Segurança Pública	2.230.499.577,00
Trabalho, Emprego e Renda	58.237.852,00
TOTAL	R\$ 29.871.592.140,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor (R\$1,00) 2020-2023
Manutenção da Gestão	37.050.157.828,00

R\$ 37.050.157.828,00

TOTAL PARA O ESTADO: R\$ 66.921.749.968,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura** **R\$200.465.941,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	3,46	12/2018	SEDAP	4,32
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	75,563	12/2018	EMATER	76,376
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	12,026	12/2018	SEDAP	14,618

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura
Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Cidadania, Justiça e Direitos Humanos** **R\$198.593.685,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de migrantes e pessoas em condição análoga a de escravo identificado e atendido pela rede de serviços	Percentual	51,85	12/2018	SEJUDH	65,00
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	22,00	12/2018	SEJUDH	25,00
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	30,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário
Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres
Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças
Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas
Promover os Direitos Humanos

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Ciência, Tecnologia e Inovação** **R\$123.832.142,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,16	12/2018	SIAFEM/SEFA	4,02

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	100,00	12/2018	FAPESPA	100,00

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação
Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Cultura** **R\$178.368.993,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	22,92	12/2018	SECULT/FCP	55,56

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do acesso de pessoas aos espaços culturais	Percentual	3,00	12/2018	SECULT	9,00
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	553,600	12/2018	FCP/SECULT	931,639

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica
Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial
Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais
Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade** **R\$1.985.974.178,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de domicílios com paredes de material não durável	Percentual	1,82	12/2018	PNADC / FAPESPA	1,75
Percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário exclusivo	Percentual	11,66	12/2018	PNADC / FAPESPA	11,43

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	5,58	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	10,62
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	55,14	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	72,88

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial
Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos
Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA					
Programa Temático: Direitos Socioassistenciais		R\$228.038.321,00			
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável				
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos					
Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Pobreza	Percentual	25,80	12/2017	IBGE/FAPESPA	23,80
Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de profissionalização de socioducandos	Percentual	8,50	12/2018	FASEPA	10,50
Taxa de progressão de medidas socioeducativas	Percentual	44,00	12/2018	FASEPA	46,00
Objetivo					
Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN					
Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial					
Garantir o Atendimento Integral ao Socioducando em Privação de Liberdade e Atenção a Egressos					
Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social					

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA					
Programa Temático: Educação Básica		R\$11.095.686.193,00			
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável				
Sociedade de Direitos					
Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8ª Série/9º Ano)	Índice	3,30	12/2017	INEP/SEDUC	4,00
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	4,50	12/2017	INEP/SEDUC	5,30
IDEB Ensino Médio	Índice	2,80	12/2017	INEP/SEDUC	4,00
Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	4,70	12/2018	INEP/SEDUC	3,90
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	14,10	12/2018	INEP/SEDUC	12,05
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	84,40	12/2018	INEP/SEDUC	86,90
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	76,00	12/2018	INEP/SEDUC	79,20
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	10,90	12/2018	INEP/SEDUC	9,10
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	9,90	12/2018	INEP/SEDUC	8,75
Objetivo					
Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica					
Fortalecer a Governança na Educação Básica					
Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional					
Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica					

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA					
Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica		R\$36.444.954,00			
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável				
Sociedade de Direitos					
Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	17,15
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	7.380	12/2018	SEDUC / SETET	12.280
Objetivo					
Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica					

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA					
Programa Temático: Educação Superior		R\$263.697.646,00			
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável				
Sociedade de Direitos					
Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	3,06	12/2018	UEPA	1,78
Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	3,00	12/2018	UEPA	12,00
Objetivo					
Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo					
Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento					
Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação					

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA					
Programa Temático: Esporte e Lazer		R\$83.647.981,00			
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável				
Sociedade de Direitos					
Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	7.172	12/2018	SEDUC/SEEL	9.685
Objetivo					
Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social					

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA					
Programa Temático: Governança Pública		R\$4.878.576.417,00			
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável				
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente					
Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R\$ em milhares	10.921.380,00	12/2018	SEFA	15.159.347,00
Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	3,02	06/2019	SEAD/EGPA	4,53
Objetivo					
Ampliar a Atuação do Regime Próprio de Previdência Social					
Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas					
Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal					
Promover a Gestão Regionalizada					
Prover a Governabilidade do Poder Executivo					

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA					
Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo					R\$253.900.295,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável				
Crescimento Inteligente					
Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no estado do Pará	Percentual	-0,80	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	2,10
Receita gerada pelo turismo	R\$ em mil	950.672,48	12/2018	SETUR	1.075.598,65
Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	261	12/2018	BANPARA	1972
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	769	06/2019	SEDEME	892
Número de novos empreendimentos instalados no Estado	Unidade	5	12/2017	CODEC	4
Número de turistas	Unidade	1.138.923	12/2018	SETUR	1.288.587
Objetivo					
Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração					
Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará					
Promover o Turismo como Atividade Econômica					

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA					
Programa Temático: Infraestrutura e Logística					R\$1.815.722.118,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável				
Crescimento Inteligente					
Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	48,77	12/2018	SETRAN	60,48
Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	18.065,20	12/2018	SETRAN	20.355,20
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	3.786,20	12/2018	SETRAN	4.695,20
Terminais hidroviários de passageiros homologados pela ANTAQ no Estado	Percentual	24,24	12/2019	CPH	78,79
Objetivo					
Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada					
Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico					

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA					
Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial					R\$84.586.429,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável				
Crescimento Inteligente					
Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	54,50	12/2018	PRODES/INPE	65,00
Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	85,42	12/2019	SEMAS	93,80
Objetivo					
Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais					
Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental					

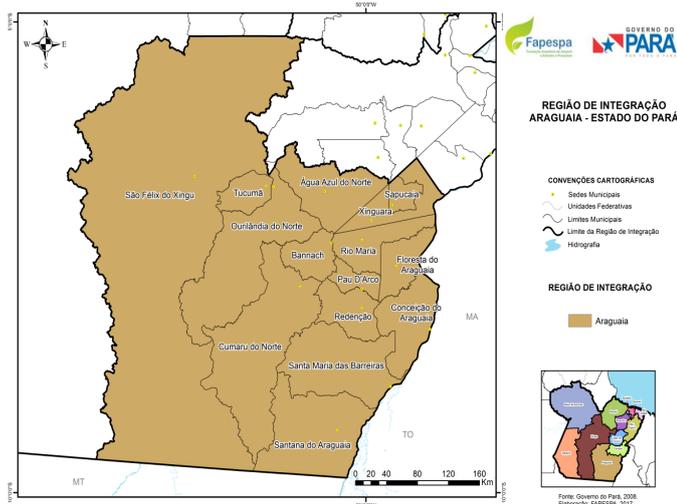
QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA					
Programa Temático: Saúde					R\$6.155.319.418,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável				
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos					
Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	84	12/2018	MS/SIM/SINASC	68,41
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	15,68	12/2018	SIM	12,77
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	Percentual	236,19	12/2018	MS/SIM	217,85
Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	64,40	12/2018	EGESTOR	78,28
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	179,70	12/2018	SIPNI	70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	1,41	12/2018	DATASUS/CNES)	1,68
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	54,18	12/2018	SINAN	80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,25	12/2018	SIA	0,45
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,12	12/2018	SIA	0,25
Objetivo					
Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde					
Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade					
Fortalecer a Rede de Atenção Primária					
Reduzir os Riscos e Agravos à Saúde da População					

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA					
Programa Temático: Segurança Pública					R\$2.230.499.577,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável				
Sociedade de Direitos					
Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	73,00	12/2018	SEGUP	67,30
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	44,90	12/2018	SEGUP	39,00
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	16,15	12/2018	DATASUS	15,52
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	1.252,50	12/2018	SEGUP	1.086,20
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	813,00	12/2018	SEGUP	765,30
Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Densidade Carcerária	Percentual	1,77	12/2018	SUSIPE	1,81
Índice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	9.509	12/2018	PMPA	13.923
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	83,00	12/2018	DETRAN	87,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	48,00	12/2018	DETRAN	52,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	39,00	12/2018	POL. CIVIL	44,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	86,00	12/2018	POL. CIVIL	87,00
Objetivo					
Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres					
Prevenir Acidentes de Trânsito					
Realizar a Custódia Penal					
Reduzir a Violência e a Criminalidade					
Valorizar os Agentes de Segurança Pública					

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA					
Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda		R\$58.237.852,00			
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável				
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos					
Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 0,64	12/2018	MTE/RAIS	1,10
Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	6,20	12/2018	MTE/RAIS	2,80
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	10,67	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	12,50
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Trabalho	Percentual	21,39	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	28,00
Objetivo					
Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho					
Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária					

**PROGRAMAS DO PLANO PLURIANUAL
PODER EXECUTIVO**

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO ARAGUAIA



I – ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Araguaia, criada pelo Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é composta por 15 municípios: Água Azul do Norte, Bannach, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Pau D'arco, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Sapucaia, Tucumã e Xinguará.

A RI Araguaia detém uma área territorial de 174.175 km², que equivale a 14% da área do Pará, sendo que 45,5% da região são de áreas protegidas.

Sua população, em 2018, foi estimada em aproximadamente 558 mil habitantes, correspondendo a 6,6% do total do estado. São Félix do Xingu é o município de maior contingente populacional, representando 22% do total da região, seguido de Redenção, 15%, e Santana do Araguaia, 13%. A taxa de crescimento populacional média da região, de 2010 a 2018, foi de 2,09%, acima da média estadual, 1,46%, para o mesmo período.

O Produto Interno Bruto (PIB) da região foi em 2016, cerca de R\$ 8,7 bilhões, o equivalente a 6% do PIB paraense, com destaque para o Valor Adicionado Agropecuário, que responde a 13% do setor do estado. Na composição do PIB, os Serviços contribuiu com 29%, a Agropecuária com 25%, a atividade da Administração Pública com 21%, a Indústria com 15% e, os Impostos sobre produtos com 10%.

A RI Araguaia integra a região turística Araguaia Tocantins, que faz parte do roteiro “Trilhas do Araguaia”, com as inúmeras praias de água doce, sítios arqueológicos, cachoeiras e inscrições rupestres que a região oferece.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

O Produto Interno Bruto - PIB¹ da Região de Integração Araguaia, em 2016, contribuiu com R\$ 8,7 bilhões (6,3%) na geração de valor da economia paraense. Entre os setores

econômicos que constituem o PIB da RI o de maior valor adicionado é o de Serviços, com R\$ 2,6 bilhões (29%). A dinâmica desse setor na economia regional é resultado também dos desempenhos do setor industrial e do agropecuário, os quais são fundamentais para a ampliação do setor terciário na região. A Agropecuária, setor com forte expansão na região, adicionou à economia da região R\$2,1 bilhões (25%), a Administração Pública, que incorpora as atividades do poder municipal, estadual e federal, R\$1,8 bilhão (21%), e a Indústria registrou uma agregação de valor de R\$1,2 bilhão (15%), aproximadamente.

Tabela 01 – PIB e Valor Adicionado dos Setores Econômicos – Região de Integração Araguaia, 2016

Composição do PIB	Brasil	Pará	RI Araguaia
PIB (Mil R\$)	6.267.205.000	138.068.008	8.758.157
Valor Adicionado Total (Mil R\$)	5.417.699.000	124.788.832	7.869.582
% Valor Adicionado Total	86,4%	90,4%	89,9%
Valor Adicionado Agropecuária (Mil R\$)	306.655.000	17.167.980	2.183.833
% VA Agropecuário	4,89%	12,43%	24,93%
Valor Adicionado Indústria (Mil R\$)	1.150.207.000	31.519.925	1.285.952
% VA Indústria	18,35%	22,83%	14,68%
Valor Adicionado Serviços (Mil R\$)	3.015.716.000	47.932.450	2.587.229
% VA Serviços	48,12%	34,72%	29,54%
Valor Adicionado Administração Pública (Mil R\$)	945.121.000	28.168.477	1.812.568
% VA Administração Pública	15,08%	20,40%	20,70%
Impostos (Mil R\$)	849.506.000	13.279.177	888.575
% Impostos	13,55%	9,62%	10,15%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Entre os municípios que compõem a região Araguaia, os que apresentaram as maiores contribuições para o PIB da região, em 2016, foram Redenção, com participação de 19%, tendo como principais atividades o comércio, as atividades imobiliárias e a indústria de transformação; São Félix do Xingu, 16%, com destaque para a pecuária bovina, a agricultura e o comércio; e Xinguará, com 13%, sendo a indústria alimentícia, o comércio e a pecuária as principais atividades no VA do município.

Quadro 01 - Principais Atividades na VA do Município, excluída a atividade de Administração Pública - Região de Integração Araguaia, Pará, 2016

Item Geográfico	Principais Atividades				
RI Araguaia	Pecuária	Indústria de transformação	Comércio	Atividades imobiliárias	Agricultura
Água Azul do Norte	Pecuária	Indústria de transformação	Agricultura	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Transporte
Bannach	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Transporte
Conceição do Araguaia	Comércio	Atividades imobiliárias	Pecuária	Indústria de transformação	Intermediação financeira
Cumaru do Norte	Pecuária	Agricultura	Atividades imobiliárias	Transporte	Construção civil
Floresta do Araguaia	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio	Indústria extrativa
Ourilândia do Norte	Indústria de transformação	Comércio	Pecuária	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Pau D'Arco	Pecuária	Agricultura	Atividades	Construção civil	Transporte

Item Geográfico	Principais Atividades				
Redenção	Comércio	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Construção civil	Pecuária
Rio Maria	Pecuária	Indústria de transformação	Atividades imobiliárias	Comércio	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Santa Maria das Barreiras	Pecuária	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil
Santana do Araguaia	Pecuária	Indústria de transformação	Agricultura	Comércio	Atividades imobiliárias
São Félix do Xingu	Pecuária	Agricultura	Comércio	Atividades imobiliárias	Indústria extrativa
Sapucaia	Pecuária	Comércio	Atividades imobiliárias	Agricultura	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Tucumã	Comércio	Indústria de transformação	Pecuária	Atividades imobiliárias	Agricultura
Xinguará	Indústria de transformação	Comércio	Pecuária	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas

Fonte e Elaboração: Fapespa, 2019.

2.2. Balança Comercial

A atividade comercial do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de pujança produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em saldo positivo de US\$14,434 bilhões, e a RI Araguaia contabilizou um saldo de US\$781,775 milhões. Os principais produtos exportados da região são: ferroligas, com Ourilândia respondendo por 99% da produção regional; soja, em que Santana do Araguaia participou com 84%; e carne bovina, sendo Xinguará responsável por 56% da produção.

Tabela 02 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Araguaia, 2018

Item Geográfico	Exportação (US\$)	Part.(%)	Importação (US\$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	239.889.170.206	100	181.230.568.862	100	58.658.601.344
Pará	15.608.825.106	100	1.173.984.415	100	14.434.840.691
RI Araguaia	850.129.016	5,4	68.353.214	5,8	781.775.802
Água Azul do Norte	17.888.417	2,1	0	0,0	17.888.417
Bannach	0	0,0	69.268	0,1	-69.268
Cumaru do Norte	3.484.993	0,4	0	0,0	3.484.993
Floresta do Araguaia	2.128.528	0,3	0	0,0	2.128.528
Ourilândia do Norte	260.210.480	30,6	24.310.464	35,6	235.900.016
Redenção	22.660.561	2,7	229.142	0,3	22.431.419
Rio Maria	8.055.911	0,9	0	0,0	8.055.911
Santa Maria das Barreiras	451.222	0,1	112.394	0,2	338.828
Santana do Araguaia	407.627.163	47,9	84.527	0,1	407.542.636
São Félix do Xingu	9.652.937	1,1	0	0,0	9.652.937
Tucumã	48.477.689	5,7	0	0,0	48.477.689
Xinguará	69.491.115	8,2	43.547.419	63,7	25.943.696

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Os principais produtos importados da região são o carvão mineral e transformadores elétricos, cujas demandas provêm, principalmente, de Ourilândia (93 %, para o primeiro), e de Xinguará (77 %, para o segundo).

¹Soma de todos os produtos e serviços produzidos, menos o consumo intermediário, mais os impostos sobre produtos líquidos de subsídios.

2.3. Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. Em se tratando especificamente da Região de Integração Araguaia, registrou-se, em 2017, um total de 53.355 mil empregos formais, o que representa 5% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública detém cerca de 24% do total do estoque formal da região, seguido pelo Comércio, 21%, e Indústria de Transformação, 15,4%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados estão Redenção, 23,8%, Xinguara, 14,8%, e São Félix do Xingu, 10,4%.

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Araguaia

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Araguaia
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	185.906
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	9,36
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	31,81
Empregos Formais (2017)			
Total	46.281.590	1.068.818	53.355
Extrativa Mineral	212.337	19.710	918
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	8.208
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	217
Construção Civil	1.838.958	57.880	1.543
Comércio	9.230.750	203.656	11.503
Serviços	16.772.645	284.360	7.927
Adm. Pública	9.195.215	363.926	12.792
Agropecuária Extração Vegetal Caca e Pesca	1.501.052	51.468	10.247

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/MTE, 2017. Elaboração: Fapespa, 2019.

Apesar de o emprego formal ser um importante indicador de melhoria do bem-estar social, em 2010, cerca de 126 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 4,4% do total de ocupados do estado.

2.4. Infraestrutura

A RI Araguaia dispõe de uma rede de infraestrutura rodoviária composta pelas BR-155, BR-158, BR-235 e PA-279. A primeira, de recente federalização, tem relevância em vista das diversas possibilidades que apresenta: integra a região no sentido norte-sul; interliga a região à RI Carajás e, a partir dessa, a outras regiões do estado, permitindo, entre outras, o escoamento da produção do sudeste e sul do Pará em direção à Belém, a partir da integração com a PA-150. A BR-158, planejada para iniciar em Altamira (RI Xingu), entre a BR-230 e BR-415, inicia, de fato, em Redenção e constitui-se, também, como importante via da malha estadual por integrar o eixo norte-sul, formado com a BR-155, conectando o estado ao centro-oeste do país.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange oito aeródromos/aerportos, 118 pontes (totalizando 3,7 km de extensão), um porto, três travessias e dez rodovias.

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Araguaia

Municípios com Aeródromos/Aerportos (8)	Conceição do Araguaia
	Floresta do Araguaia
	Ourlândia do Norte
	Redenção
	Santa Maria das Barreiras
	Santana do Araguaia
	São Félix do Xingu
	Xinguara
Rodovias	10 rodovias (total 900km) - 48% pavimentado
Travessias (3)	Porto Trajano (Santana do Araguaia) - Caseara (TO)
	Santa Maria das Barreiras - Araguacema (TO)
	Floresta do Araguaia - Pau D'arco (TO)
Hidrovia	Araguaia-Tocantins
Portos	Porto Marina (São Félix do Xingu)
Pontes	118 pontes (total de 3,7 km)

Fonte: SETRAN, 2019. Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito aos investimentos privados previstos para o período de 2018 a 2030, segundo informações da REDES/FIEPA, a RI Araguaia será contemplada com investimentos de, cerca de, R\$12 bilhões, 9% do total previsto para o estado, destacando-se projetos como o Projeto Jacaré (mineração) da Anglo American, em São Félix do Xingu (R\$ 9,4 bilhões) e MbAC Fertilizantes (agronegócio), em Santana do Araguaia.

3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Araguaia, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5ª Ano), tem alcançado as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará, com exceção do ano de 2017. Assim como, para as séries finais (8ª Série/9º Ano), em que a meta foi alcançada apenas nos anos de 2009 e 2011. No Pará, a nota IDEB tem alcançado um comportamento de crescimento, na maioria dos anos observados, o mesmo não é notado na RI Araguaia, a região ainda tem um comportamento oscilante, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios, Região de Integração Araguaia, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



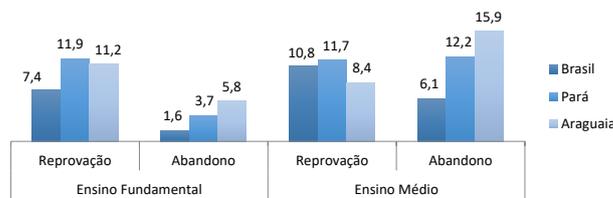
Fonte: INEP/FAPESPA, 2018. Elaboração: FAPESPA, 2019.

As taxas de rendimento escolar, taxas de reprovação e de abandono, geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar aos valores da RI Araguaia.

A taxa de reprovação no ensino fundamental da região chegou a 11,2% de reprovados, em 2017, um pouco abaixo do valor total do Pará, 11,9%, e acima da taxa do Brasil, 7,4%. O município de Água Azul do Norte apresentou a maior taxa de reprovação, 17%, e Redenção, a menor taxa, de 5,9%. No ensino médio, o município com a maior taxa de alunos reprovados foi Pau D'Arco, com 18,4%, e o de menor taxa foi Floresta do Araguaia, com 1,5%.

Em 2017, em relação à taxa de abandono no ensino fundamental, a região ficou acima dos valores do Brasil (1,6%) e do Pará (3,7%), alcançando 5,8%. O município de Sapucaia registrou o maior percentual de abandono na região, de 14,7%, e o menor registro foi em Água Azul do Norte, com 2,2%. No ensino médio, a região novamente superou os valores do Brasil (6,1%) e do Pará (12,2%), com o registro de 15,9%. Ao nível municipal, a maior taxa ficou com Pau D'Arco, com 29% de abandono, e a menor com Sapucaia, 7%. Importante observar que o estado do Pará se destaca com a pior taxa de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação, 12,2%.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Araguaia, 2017



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018. Elaboração: Fapespa, 2019.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental, 29,5%, quanto para o ensino médio, 48,0%, alcançando quase o dobro das taxas do Brasil, 17,2% e 28,2%, respectivamente. Na região, no ensino fundamental, o município de Sapucaia se destacou com a maior taxa de distorção, 41,2%, e a menor taxa correspondeu ao município de Redenção, 18,9%. No ensino médio, a pior taxa ficou com o município de Pau D'Arco, 62,9%, e a menor distorção ocorreu em Rio Maria, 38,7%, conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 – Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Araguaia e Municípios, 2018

Item Geográfico	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	17,2	28,2
Pará	29,5	48,0
RI Araguaia	29,5	47,2
Água Azul do Norte	27,6	49,6
Bannach	33,6	48,5
Conceição do Araguaia	22,8	44,8
Cumaru do Norte	34,0	53,5
Floresta do Araguaia	27,7	54,7
Ourlândia do Norte	28,2	39,3
Pau D'Arco	31,5	62,9
Redenção	18,9	39,8
Rio Maria	21,1	38,7
Santa Maria das Barreiras	30,2	50,8
Santana do Araguaia	35,3	44,1
São Félix do Xingu	34,1	41,2
Sapucaia	41,2	54,5
Tucumã	28,7	44,0
Xinguara	27,9	41,3

Fonte: INEP/FAPESPA, 2019. Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde, na RI Araguaia, a taxa de mortalidade infantil de 16,80 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos) foi superior à taxa apresentada pelo Pará, 15,38. O município de Bannach não registrou nenhum caso de óbito infantil e Floresta do Araguaia apresentou taxa de 8,93 mortes infantis. Por outro lado, Santa Maria das Barreiras, com 27,97, e Ourlândia do Norte, com 25,22, obtiveram os maiores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS) foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Os 1.171 agentes da região representam uma proporção de cobertura de 98,14%, superior à do estado, de 81,21%, sendo que apenas os municípios de Redenção, com 99,01%, São Félix do Xingu, com 95,83%, e Santana do Araguaia, com 77,19%, não atingiram ainda a cobertura de 100%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) implantadas na RI, o total de 118, equivale à uma proporção de cobertura média de 83,53%, superior à cobertura apresentada pelo estado, de 59,13%. Até dezembro de 2018, seis municípios da região atingiram 100% da população estimada coberta, Bannach, Cumaru do Norte, Ourlândia do Norte, Pau D'Arco, Rio Maria e Sapucaia, ressaltando-se os municípios de Santana do Araguaia e São Félix do Xingu, com coberturas estimadas da população inferiores a 50%, 48,75% e 46,99%, respectivamente.

Tabela 05 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Araguaia

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Araguaia
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	16,80
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	98,14
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	83,53
Hospitais - 2018	6.687	247	30
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	2,81
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	2,21

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019. Elaboração: Fapespa, 2019.

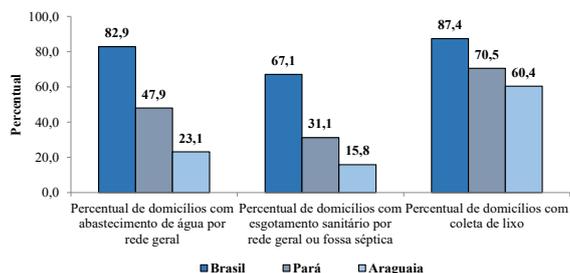
Verificando os indicadores de infraestrutura, a RI Araguaia apresenta 30 hospitais (hospitais gerais e hospitais especializados), com destaque para o Hospital Regional Público do Araguaia, inaugurado em 2007, em Redenção, que oferece atendimentos em 20 especialidades médicas e atende 15 municípios, e, ainda, o Hospital Regional de Conceição do Araguaia, com atendimento hospitalar e ambulatorial. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela RI, em 2018, foi de 2,81, sendo superior à apresentada pelo Pará, de 2,47. O mesmo se repete quanto à taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, da RI, 2,21, e a do estado, 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem em nível municipal, pois essa pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

O Gráfico 03 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Araguaia. Observou-se, em 2010, que no Brasil, 82,9% dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará, havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral; 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na região Araguaia, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 23,1% dos domicílios, 15,8% com esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 60,4% com coleta de lixo. As coberturas dos serviços de abastecimento de água por rede geral e esgotamento sanitário eram bem menores na região, em comparação com o estado do Pará, no ano em questão.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Araguaia, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010. Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico “Fora RMB”, que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do estado que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018. Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador Percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosarpa) estava presente, em 2017, em apenas três (Conceição do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e São Félix do Xingu) dos 15 municípios que compõem a RI Araguaia, segundo informações do órgão.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel), e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e a Região de Integração Araguaia, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI ARAGUAIA	
	Total	Percentual	Total	Percentual
Déficit Habitacional	423.437	22,78	24.791	19,9
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	14.614	58,0
Coabitação Familiar	168.684	39,2	6.807	27,0
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	2.311	9,2
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	1.448	5,7
Total Domicílios	1.859.165		124.512	

Fonte: IBGE/CENSO-2010. Elaboração: Fapespa, 2019.

Pode-se observar na tabela que o déficit habitacional, em 2010, no Estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, o que representava aproximadamente 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Araguaia, o déficit era de 19,9% do total de domicílios. Em 2010, a componente “domicílios precários” correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 58% do total da região. Coabitação familiar representava aproximadamente 39% do total de domicílios no Pará, e 27% no Araguaia. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, aproximadamente 87% do déficit no estado do Pará e 85% na região de Araguaia. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 9,2% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no Pará e 5,7% na região.

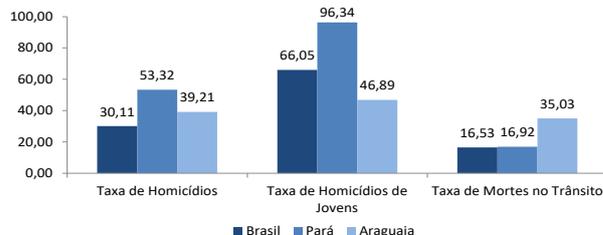
3.4. Segurança

Na área da segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), analisou-se três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes). Em 2017, a RI Araguaia apresentou taxas inferiores às apresentadas pelo estado nos indicadores taxa de homicídios e taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos e taxa superior para o indicador taxa de mortes no trânsito.

A taxa de homicídios no Pará atingiu 53,32 homicídios, enquanto que na RI esse número foi de 39,21. Os municípios de Redenção e Pau D’Arco apresentaram as maiores taxas, 78,82 e 74,89 homicídios, respectivamente, em contraposição ao município de Sapucaia, que não apresentou casos de homicídios, e Aveiro que figurou com a menor taxa, 14,99 homicídios por 100 mil habitantes.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem apresentada, em 2017, pela RI Araguaia (46,89 homicídios a cada 100 mil jovens) foi inferior à taxa estadual, de 96,34 homicídios a cada 100 mil jovens. Os municípios de Bannach e Rio Maria apresentaram as maiores taxas entre os componentes da região, com 136,19 e 119,04 homicídios por 100 mil jovens, respectivamente. O município de Sapucaia não apresentou casos de homicídios de jovens e Santana do Araguaia apresentou taxa de apenas 9,55 homicídios de jovens a cada 100 mil jovens.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Araguaia, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019. Elaboração: Fapespa, 2019.

A taxa de mortes por acidente no trânsito, em 2017, para a RI Araguaia foi de 35,03 mortes. O Pará apresentou taxa inferior, registrando 16,92 mortes. Entre os municípios da região, os que apresentaram as maiores taxas foram Pau D’Arco (112,34 mortes) e Sapucaia (104,06 mortes), enquanto Cumaru do Norte não registrou mortes por acidentes no trânsito e Água Azul do Norte observou a menor taxa (18,74 mortes). Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Araguaia apresentou taxas superiores às do Pará nos indicadores taxa de homicídios e taxa de homicídios no trânsito e taxa inferior para o indicador taxa de roubo. A taxa de homicídios da RI Araguaia foi de 46,94 mortes e a do Pará, de 45,66. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a região registrou taxa de 11,37 e o Pará, de 9,60. Outro indicador que compõe essa síntese é a taxa de roubo que alcançou, em 2017, um total de 1.423,86 roubos por cada 100 mil habitantes no Pará, enquanto para a RI Araguaia, observou-se a taxa de 349,87 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Araguaia

Indicadores Segurança	Pará		RI Araguaia	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	33,80	46,94
Taxa de Homicídios no Trânsito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	11,45	11,37
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	346,36	349,87

Fonte: SEGUP, 2018. Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil, 15,20%. A região Araguaia contava com um total de 29,53% de sua população abaixo da linha da pobreza.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, onde, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de 1, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Araguaia apresentou um Índice de Gini de 0,55, desigualdade abaixo da registrada para o estado de 0,62 e para o Brasil de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e Região de Integração Araguaia, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	15,20	0,60
Pará	32,33	0,62
RI Araguaia	29,53	0,55

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013. Elaboração: Fapespa, 2019.

A nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Com base no CadÚnico de 2018, observa-se que na RI Araguaia, 41,3% da população de seus municípios estavam inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 69,3% se declararam com renda igual ou inferior da linha pobreza, e 54,2% das famílias inscritas, recebiam o Bolsa Família. A região observou percentuais menores do que o apresentado no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Araguaia e Municípios - dezembro 2018.

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	52,6	78,6	64,2
RI Araguaia	41,3	69,3	54,2
Água Azul do Norte	39,5	83,6	67,4
Bannach	61,5	69,1	53,3
Conceição do Araguaia	50,8	57,9	42,3
Cumaru do Norte	46,9	82,4	62,1
Floresta do Araguaia	61,1	75,1	59,7
Ouroilândia do Norte	58,7	79,3	58,8
Pau D’Arco	87,9	70,3	57,1
Redenção	42,0	58,7	47,3
Rio Maria	49,2	52,4	42,2
Santa Maria das Barreiras	58,7	73,2	56,5
Santana do Araguaia	26,8	82,1	60,8

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscrias no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
São Félix do Xingu	28,1	83,4	68,0
Sapucaia	44,2	66,9	52,5
Tucumã	43,0	46,8	34,7
Xinguara	47,6	64,4	53,1

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Ao nível municipal, Pau D'Arco revelou o maior percentual de população inscrita no CadÚnico, 87,9%, seguido pelos municípios de Bannach e Floresta do Araguaia, ambos com 65%. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram Água Azul do Norte, 83,6%, e São Félix do Xingu, 83,4%, os mesmos com os maiores percentuais de famílias que receberam o programa Bolsa Família, sendo 68% do total de famílias cadastradas de São Félix do Xingu e 67,4% de Água Azul do Norte.

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens², em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

Em 2018, a RI Araguaia mostrava um quantitativo de 162.935 jovens, cuja participação estimada era de 29,2% em relação ao seu contingente populacional. Dentre seus municípios, São Félix do Xingu registrou o maior número de jovens (39.203), seguido de Redenção (23.996), sendo que o primeiro alcançou participação de 31,42% de sua população, a segunda maior, abaixo de Ourilândia do Norte, com 33% de sua população constituída por jovens, e o menor quantitativo de jovens estava em Bannach (817), 24% de participação, aproximadamente. Todos os municípios da região registraram participação acima de 20%.

Tabela 11 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Araguaia e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	2.416.773	29,45	2.444.747	29,43	2.475.723	29,47	2.508.928	29,36
RI Araguaia	156.252	29,41	159.225	29,41	162.083	29,42	162.935	29,20
Água Azul do Norte	8.219	31,25	8.276	31,23	8.331	31,22	8.497	31,19
Bannach	784	24,00	759	23,48	734	22,94	817	24,68
Conceição do Araguaia	11.809	25,45	11.786	25,35	11.764	25,26	11.467	24,02
Cumaru do Norte	3.231	26,01	3.313	25,95	3.391	25,90	3.411	25,88
Floresta do Araguaia	5.402	28,05	5.469	28,03	5.535	28,03	5.626	28,02
Ourilândia do Norte	10.089	32,78	10.311	32,88	10.524	32,97	10.675	33,03
Pau D'Arco	1.553	28,06	1.521	27,98	1.491	27,92	1.560	28,07
Redenção	23.312	28,85	23.494	28,78	23.668	28,70	23.996	28,57
Rio Maria	5.017	28,28	5.029	28,38	5.040	28,47	4.695	25,82
Santa Maria das Barreiras	4.898	24,58	5.000	24,51	5.098	24,45	5.140	24,43
Santana do Araguaia	19.830	29,58	20.393	29,58	20.936	29,59	21.061	29,59
São Félix do Xingu	36.397	31,33	37.835	31,38	39.217	31,42	39.203	31,42
Sapucaia	1.608	28,78	1.634	28,78	1.658	28,75	1.682	28,76

² A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira por uma emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Tucumã	11.593	31,07	11.808	31,14	12.015	31,20	12.208	31,26
Xinguara	12.510	29,21	12.597	29,17	12.681	29,13	12.897	29,04

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No campo empregatício, em 2017, os jovens de 15 a 29 anos corresponderam a 25,51% dos vínculos parenses, e a 33,98% da RI Araguaia, o maior percentual dentre as regiões do estado. A maior concentração de vínculos totais ocorreu em Redenção (12.719) e Xinguara (7.886), bem como os ocupados por jovens (4.663 e 3.087, na mesma ordem), correspondendo a 39,15%, em Xinguara, e 36,66%, em Redenção. No entanto, a maior participação foi em Tucumã, 42,97%, e a menor em Pau D'Arco, 15,82%.

Tabela 12 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Araguaia e Municípios, 2017

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	1.068.818	272.675	25,51
RI Araguaia	53.355	18.130	33,98
Água Azul do Norte	2.048	691	33,74
Bannach	564	148	26,24
Conceição do Araguaia	4.115	1.206	29,31
Cumaru do Norte	1.555	366	23,54
Floresta do Araguaia	1.055	222	21,04
Ourilândia do Norte	2.729	852	31,22
Pau D'Arco	594	94	15,82
Redenção	12.719	4.663	36,66
Rio Maria	2.742	980	35,74
Santa Maria das Barreiras	1.890	526	27,83
Santana do Araguaia	4.349	1.331	30,60
São Félix do Xingu	5.534	1.717	31,03
Sapucaia	1.144	343	29,98
Tucumã	4.431	1.904	42,97
Xinguara	7.886	3.087	39,15

Fonte: MTE/Rais, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018³). Em 2017, do total de nascidos vivos no Pará, 24,38% eram de mães menores de 19 anos de idade, resultado que, embora tenha diminuído cerca de 3% em relação a 2010, continua sendo elevado quando se considera proporcionalmente a população jovem estimada em cerca de 32%.

Na RI Araguaia, o percentual para esse indicador foi de 26,98%, em 2017, acima do registrado no Pará e com diminuição de apenas 3,58 p.p. em relação a 2010. De seus municípios, Bannach se mostra com alta vulnerabilidade de jovens, demarcando que 40,82% dos nascidos vivos são de mães menores de 19 anos, um incremento de 13,8% em relação ao ano anterior e de 11% se comparado a 2010, o maior do período. Seguidamente, apresenta-se Floresta do Araguaia, com 36,31%. As menores concentrações para esse índice foram observadas em Xinguara, 22,47%, e Tucumã, 24,36%, sendo os únicos abaixo do registrado no estado.

³ FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.

Tabela 13 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Araguaia (2010-2017).

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	27,42	27,50	27,56	27,37	27,27	26,53	25,73	24,38
RI Araguaia	30,56	30,26	29,84	30,00	30,02	29,51	28,59	26,98
Água Azul do Norte	30,60	32,46	32,93	23,16	29,12	25,63	20,67	26,51
Bannach	29,79	20,00	35,71	30,23	39,58	26,67	27,03	40,82
Conceição do Araguaia	28,66	29,39	27,91	29,53	26,46	27,70	28,23	25,74
Cumaru do Norte	29,77	30,51	34,01	34,88	35,04	35,51	30,38	33,73
Floresta do Araguaia	34,55	34,21	29,19	35,02	34,46	29,97	33,64	36,31
Ourilândia do Norte	32,73	32,55	29,19	27,90	27,99	29,31	28,25	29,08
Pau D'Arco	29,85	32,87	38,58	38,46	37,23	31,69	35,54	31,03
Redenção	27,41	29,88	27,91	28,52	27,38	29,51	25,02	24,80
Rio Maria	33,33	25,70	30,28	28,62	33,77	29,26	29,20	29,30
Santa Maria das Barreiras	35,71	32,31	36,81	37,50	31,49	37,06	34,27	29,37
Santana do Araguaia	32,66	32,21	31,35	30,78	34,74	35,45	35,31	29,88
São Félix do Xingu	33,26	32,42	34,04	34,57	33,11	32,54	33,08	27,76
Sapucaia	31,58	33,33	38,57	34,04	29,27	37,63	36,05	31,58
Tucumã	30,75	28,77	26,17	26,56	27,95	24,43	25,20	24,36
Xinguara	28,57	26,74	27,66	28,63	29,74	25,24	23,34	22,47

Fonte: DATASUS/2018

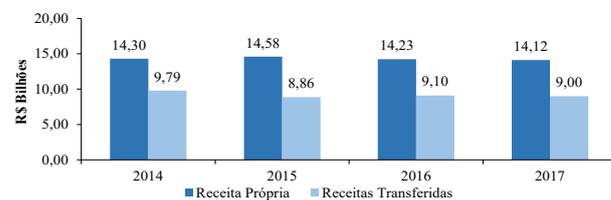
Elaboração: Fapespa, 2019.

4. ARRECAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas à construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como à viabilização de empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2014 e 2017, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R\$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R\$9,815 bilhões.

Gráfico 05 - Evolução das Receitas, Pará (2014-2017)



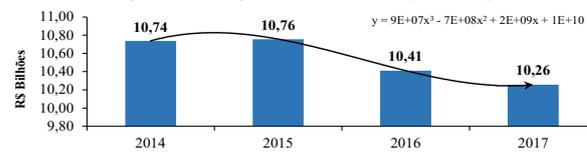
Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que, inevitavelmente, produziu impactos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

Gráfico 06 - Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)



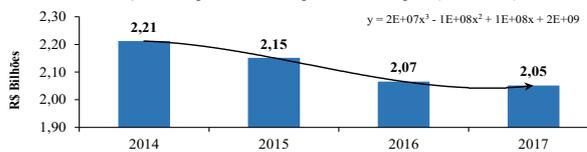
Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. No período de 2014 a 2017, o montante desse tributo retraiu -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 - Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)



Fonte: SEFA, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Contudo, verificou-se, no período em exame, que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõem a RI Araguaia aumentou em 15%, tendo o município de São Félix do Xingu recebido a maior parcela, 16,5% do total destinado à região, seguido por Ourilândia e Redenção, 11,6% cada, e Xinguara, 10,6%. Outro ponto a destacar é o fato de que, no período, o total de ICMS repassado aos municípios da RI Araguaia vem representando cerca de 7,3% do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14 - Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	2.212.195.854,32	2.151.243.071,59	2.065.861.819,58	2.051.113.567,84
RI Araguaia	142.686.632,69	150.156.766,29	159.901.832,18	164.294.196,76
Água Azul do Norte	6.857.807,15	7.744.475,05	7.911.809,40	8.614.676,97
Bannach	3.539.513,38	3.872.237,51	3.747.699,19	3.076.670,35
Conceição Araguaia	8.406.344,24	8.389.847,98	9.369.247,97	9.435.122,42
Cumaru do Norte	7.742.685,49	7.959.599,36	8.120.014,92	8.614.676,97
Floresta do Araguaia	8.406.344,24	7.959.599,36	7.495.398,39	6.768.674,76
Ourilândia Norte	11.503.418,46	12.046.961,18	15.615.413,30	19.075.356,17
Pau D'Arco	3.318.293,79	3.226.864,60	3.331.288,18	2.666.447,64
Redenção	17.255.127,66	19.791.436,25	21.028.756,56	19.075.356,17
Rio Maria	6.415.368,00	6.453.729,22	7.078.987,36	7.794.231,57
Santa Maria Barreira	6.415.368,00	6.668.853,54	6.870.781,85	7.589.120,19
Santana Araguaia	11.060.979,27	12.046.961,18	13.116.947,18	14.152.683,62
São Félix Xingu	23.228.056,49	24.954.419,61	25.817.483,32	27.074.699,10

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Sapucaia	3.539.513,38	3.441.988,90	3.331.288,18	2.871.559,00
Tucumã	10.176.100,94	10.541.091,05	10.410.275,53	10.050.456,49
Xinguara	14.821.712,22	15.058.701,51	16.656.440,86	17.434.465,34

Fonte: SEFA, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Araguaia é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação de Uso Sustentável (11.324 km²) e Proteção Integral (4.776 km²), Terras Indígenas (63.148 km²) e Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, na modalidade Projeto de Assentamento (PA). Assim, de sua área total, 174.175 km², 79.249 km² (45,50%) correspondem às áreas protegidas e 18.906,26 km² (10,85%) às destinadas a projetos de assentamentos.

Em relação ao desmatamento acumulado na região, em 2017, registrou-se o equivalente a 66.375 km², ou 38,11%, de área desmatada, o que corresponde a 25,08% do desmatamento acumulado total do estado do Pará, conforme tabela a seguir. Em termos municipais, foi registrado, aproximadamente, 50% do desmatamento acumulado na RI em apenas três municípios: São Félix do Xingu, com a maior área de desmatamento acumulado, 18.440 km², ou 27,78%, seguido de Cumaru do Norte, com 7.338 km², ou 11,00%, e Santana do Araguaia, com 7.239 km², ou 10,91%. Da mesma maneira, em 2017, metade dos registros de foco de calor da região estava concentrada em apenas um município, São Félix do Xingu, com 6.722 focos, ou 50,84%, mantendo-se na segunda colocação Cumaru do Norte, com 1.308 focos, ou 9,89%, seguidos por Santa Maria das Barreiras, com 1.228 focos, ou 9,29%.

Tabela 15 – Área de Desmatamento acumulado e número de Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Araguaia, 2017

Item Geográfico	Área km²	Área desmatada km²	Focos de Calor
Pará	1.247.955	264.691	49.413
RI Araguaia	174.175	66.375	13.223
Água Azul do Norte	7.114	4.660	363
Bannach	2.957	2.193	251
Conceição do Araguaia	5.829	3.089	620
Cumaru do Norte	17.085	7.338	1.308
Floresta do Araguaia	3.444	1.921	166
Ourilândia do Norte	14.411	1.712	513
Pau D'Arco	1.671	939	139
Redenção	3.824	2.663	215
Rio Maria	4.115	3.407	174
Santa Maria das Barreiras	10.330	5.938	1.228
Santana do Araguaia	11.592	7.239	1.079
São Félix do Xingu	84.213	18.440	6.722
Sapucaia	1.298	1.164	69
Tucumã	2.513	2.294	257
Xinguara	3.779	3.379	119

Fonte: INPE/PRODES, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2018, uma parcela de 86,99% de sua área passível de regularização ambiental com Cadastro Ambiental Rural (CAR) viabilizado. Entre os municípios que compõem a região, Sapucaia possui a maior proporção de área com CAR efetivado (96,02%), seguido por Santana do Araguaia (91,88%) e Ourilândia do Norte (91,73%).

Tabela 16 – Área Territorial, Área Cadastrável e Percentual de Áreas Regularizadas Ambientalmente, 2018

Item Geográfico	Área Territorial (IBGE) km² (A)	Área Cadastrável km² (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR km² (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Araguaia	174.100,93	104.450,80	59,99	90.862,08	86,99
Água Azul do Norte	7.109,13	5.502,01	77,39	4.595,01	83,52
Bannach	2.954,42	2.778,23	94,04	2.400,80	86,41
Conceição do Araguaia	5.828,74	5.733,63	98,37	4.307,63	75,13
Cumaru do Norte	17.072,03	12.961,29	75,92	11.882,70	91,68
Floresta do Araguaia	3.443,66	3.394,87	98,58	2.355,59	69,39
Ourilândia do Norte	14.400,48	2.194,88	15,24	2.013,27	91,73
Pau D'Arco	1.670,48	1.473,43	88,20	1.300,59	88,27
Redenção	3.821,53	3.805,26	99,57	3.311,96	87,04
Rio Maria	4.113,00	4.106,83	99,85	3.465,24	84,38
Santa Maria das Barreiras	10.323,79	10.258,67	99,37	9.150,45	89,20
Santana do Araguaia	11.583,08	11.466,43	98,99	10.534,85	91,88
São Félix do Xingu	84.193,35	33.240,92	39,48	28.511,08	85,77
Sapucaia	1.297,96	1.297,21	99,94	1.245,52	96,02
Tucumã	2.510,71	2.481,92	98,85	2.476,13	99,77
Xinguara	3.778,57	3.755,22	99,38	3.311,26	88,18

Fonte: IBGE/SEMAs/PMV, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas estaduais de incentivo a boas práticas de gestão ambiental municipal, a RI Araguaia teve uma participação média de 11,8% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual a seus municípios entre os anos de 2014 e 2018 (Gráfico 08). Em 2018, a região contabilizou um montante de R\$20,529 milhões, com o município de São Félix do Xingu detendo a maior parcela (15,79%), seguido por Cumaru do Norte (9,47%), Santa Maria das Barreiras (8,09%), Ourilândia do Norte (6,84%), Santana do Araguaia (6,62%), Conceição do Araguaia (6,36%), Xinguara (6,18%), Redenção (6,17%), Rio Maria (6,12%), Água Azul do Norte (6,11%), Bannach (6,07%), Tucumã (5,76%), Floresta do Araguaia (3,63%), Pau D'Arco (3,49%) e Sapucaia (3,31%), conforme demonstra a Tabela 17.

Gráfico 08 – Evolução dos Valores de Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Araguaia (2014-2018)



Fonte: SEMAs/PMV, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Tabela 17 – Valor de ICMS Verde (R\$) repassado para os municípios da Região de Integração do Araguaia no período de 2014 e 2018.

Item geográfico	2014	2015	2016	2017	2018
RI Araguaia	6.313.452,16	12.262.759,23	16.192.602,56	20.068.191,03	20.529.267,39
Água Azul do Norte	492.606,28	970.511,35	938.752,41	1.277.169,73	1.253.904,81
Bannach	407.517,41	862.606,84	1.199.533,37	737.616,62	1.246.656,08
Conceição do Araguaia	333.781,15	673.576,77	973.913,79	1.277.168,39	1.306.516,15
Cumaru do Norte	570.549,94	1.096.680,48	1.494.854,78	1.976.900,70	1.943.399,03

Item geográfico	2014	2015	2016	2017	2018
Floresta do Araguaia	151.285,71	320.091,21	478.549,54	1.277.167,58	745.320,75
Ourilândia do Norte	955.483,12	1.829.024,14	2.110.991,35	1.506.516,04	1.404.132,40
Pau D'Arco	382.129,64	755.869,67	1.209.303,74	752.079,96	717.009,92
Redenção	235.789,41	442.137,50	575.486,49	1.277.168,45	1.266.816,67
Rio Maria	279.782,93	520.739,33	696.059,82	731.419,95	1.256.015,70
Santa Maria das Barreiras	367.567,92	744.371,36	1.025.148,46	1.671.015,33	1.660.787,21
Santana do Araguaia	418.398,82	812.496,32	1.102.789,31	1.774.565,66	1.358.426,95
São Félix do Xingu	780.508,31	1.504.763,23	2.077.402,41	2.968.895,39	3.241.457,62
Sapucaia	312.912,07	575.757,53	766.532,16	771.772,64	678.807,28
Tucumã	339.752,41	623.166,35	841.404,25	1.019.340,37	1.181.550,12
Xinguara	285.387,05	530.967,15	701.880,68	1.049.394,21	1.268.466,69

Fonte: SEMAs/PMV, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN
PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

Região de Integração: **Araguaia**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS	
PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor (R\$1.000) 2020-2023
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	37.148.830,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	3.199.900,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	1.725.821,00
Cultura	347.772,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	42.804.240,00
Direitos Socioassistenciais	5.925.614,00
Educação Básica	316.042.625,00
Educação Profissional e Tecnológica	1.726.635,00
Educação Superior	15.670.081,00
Esporte e Lazer	1.293.809,00
Governança Pública	55.969.472,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	2.999.040,00
Infraestrutura e Logística	128.603.812,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	3.123.166,00
Saúde	354.150.617,00
Segurança Pública	100.229.390,00
Trabalho, Emprego e Renda	3.793.414,00
TOTAL PARA A REGIÃO :	R\$ 1.074.754.238,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor (R\$ 1.000) 2020-2023
Manutenção da Gestão	756.347.966,00
TOTAL PARA A REGIÃO :	R\$ 1.831.102.204,00

Região de Integração: **Araguaia** **R\$ 1.831.102.204,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura** **R\$ 37.148.830,00**

Diretriz: **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável**

Crescimento Inteligente

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Efetivo dos principais rebanhos por região (bovino)	Unidade	7.971.913	06/2019	ADEPARA	9.689.910
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Abacaxi)	Unidade / Hectare	25.513	06/2019	IBGE	31.012

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	408	12/2018	SEDAP	2020 428 2021 450 2022 472 2023 496
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	5,86	12/2018	EMATER	2020 6,63 2021 6,85 2022 7,23 2023 7,80
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	2.545	12/2018	SEDAP	2020 2.672 2021 2.806 2022 2.946 2023 3.093

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Obter a Certificação Internacional de Zona Livre de Febre Afosa sem Vacinação em 2022

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto Classificado	T	ADEPARÁ
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pecuária	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Afosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	EMATER, SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo
Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Compromisso Regional
Implantação do Laboratório de Solo em Conceição do Araguaia

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
Programa Temático: **Cidadania, Justiça e Direitos Humanos** R\$ 3.199.900,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	60,00	12/2018	SEJUDH	2020 - 2021 - 2022 - 2023 30,00
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020 13,00 2021 20,00 2022 20,00 2023 20,00

Objetivo
Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SUSIPE

Objetivo
Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo
Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Parâ Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
Programa Temático: **Ciência, Tecnologia e Inovação** R\$ 1.725.821,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,03	12/2018	SIAFEM/SEFA	0,05

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	0,00	12/2018	FAPESPA	2020 0,00 2021 0,00 2022 33,33 2023 33,33

Objetivo
Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção ao Acesso Público a Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA

Objetivo
Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica	Projeto Apoiado	Un	FAPESPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
Programa Temático: **Cultura** R\$ 347.772,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	20,00	12/2018	SECULT/FCP	53,33

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	-	12/2018	FCP/SECULT	2020 900 2021 900 2022 900 2023 900

Objetivo
Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo
Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT

Objetivo
Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo
Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Compromisso Regional
Fortalecer a Economia Criativa Atendendo 200 Empreendedores

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP, SECULT
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
Programa Temático: **Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade** R\$ 42.804.240,00

Diretriz: Crescimento Inteligente

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável:

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	1,40	12/2019	COSANPA/IBG E/SNIS/SEDOP	2020: 3,91 2021: 3,91 2022: 5,55 2023: 5,55	
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	39,31	12/2019	COSANPA/IBG E/SNIS/SEDOP	2020: 39,31 2021: 39,31 2022: 61,60 2023: 61,60	

Objetivo
Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOF
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	SEDOF

Objetivo
Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Consolidação do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social	Município Apoiado	Un	COHAB
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicílio Atendido	Un	COHAB

Objetivo
Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOF
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOF
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOF

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
Programa Temático: **Direitos Socioassistenciais** R\$ 5.825.614,00

Diretriz: Sociedade de Direitos

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável:

Objetivo
Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo
Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Atenção à Pessoa Idosa e suas Famílias	Idoso Beneficiado	Un	SEASTER
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS

Objetivo
Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA
Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	Un	SEASTER
Implementação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implementado	Un	SEASTER

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
Programa Temático: **Educação Básica** R\$ 316.042.625,00

Diretriz: Sociedade de Direitos

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável:

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8ª Série/9º Ano)	Índice	3,10	12/2017	INEP/SEDUC	3,80
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	3,00	12/2017	INEP/SEDUC	3,50

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	5,30	12/2018	INEP/SEDUC	2020: 5,10 2021: 4,90 2022: 4,80 2023: 4,60	
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	18,12	12/2018	INEP/SEDUC	2020: 16,58 2021: 16,29 2022: 16,09 2023: 15,91	
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	80,60	12/2018	INEP/SEDUC	2020: 81,40 2021: 82,20 2022: 82,60 2023: 83,00	
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	74,10	12/2018	INEP/SEDUC	2020: 76,20 2021: 76,60 2022: 76,90 2023: 77,20	
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	14,20	12/2018	INEP/SEDUC	2020: 13,60 2021: 13,00 2022: 12,70 2023: 12,40	

Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	7,81	12/2018	INEP/SEDUC	2020	7,22
					2021	7,11
					2022	7,01
					2023	6,89

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 6 Escolas Estaduais nos Municípios de Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e São Félix do Xingu.
Reformar/Ampliar 4 Escolas Estaduais nos Municípios de Conceição do Araguaia, Pau D'Arco, Rio Maria e Sapucaia
Reformar/Ampliar 4 Escolas Estaduais nos Municípios de Conceição do Araguaia, Pau D'Arco, Rio Maria e Sapucaia.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Fortalecer a Governança na Educação Básica

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 13 Escolas nos Municípios de Água Azul do Norte, Bannach, Cumaru do Norte, Ourilândia do Norte, Redenção, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e Xingura.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento às Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação em Tempo Integral	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Educação Profissional e Tecnológica** R\$ 1.726.635,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020 - 2021 37,50 2022 27,27 2023 21,43
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	309	12/2018	SEDUC / SECRETET	2020 420 2021 485 2022 500 2023 540

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FGG, SECRETET, SEDUC, SETUR
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECRETET, SEDUC

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Educação Superior** R\$ 15.670.081,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	6,05	12/2018	UEPA	3,52

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	9,00	12/2018	UEPA	2020 17,00 2021 20,00 2022 16,00 2023 15,00	

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Compromisso Regional

Ampliar Campi da UEPA em Conceição do Araguaia e em Redenção

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Construção de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Construída	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Compromisso Regional

Ofertar Curso Modular de Engenharia Civil em Redenção

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	Campi Atendido	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	FAPESPA, SECRETET, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA
Incentivo à Qualificação dos Servidores Técnicos e Docentes	Servidor Atendido	Un	UEPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Esporte e Lazer** R\$ 1.293.809,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	0	12/2018	SEDUC/SEEL	2020 167 2021 173 2022 178 2023 184

Objetivo			
Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Governança Pública** R\$ 55.969.472,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	
Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R\$ em milhares	684.097,00	12/2018	SEFA	911.390,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	7,44	06/2019	SEAD/EGPA	11,16	11,16

Objetivo			
Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas			
Compromisso Regional			
Implantar os Serviços do IASEP no Município de Xinguara			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	12ª CRS - C. Araguaia, ADEPARÁ, CRG - Redenção, EGPA, Enc. CBM, HEMOPA, HRCA, SEDAP, SEDUC, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP
Promoção da Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida do Servidor	Servidor Atendido	Un	SEAD

Objetivo			
Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo			
Promover a Gestão Regionalizada			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOF
Implantação de Repetidores de TV	Repetidora Implantada	Un	FUNTELPA
Implementação dos Centros Regionais de Governo	Centro de Governo Implementado	Un	Casa Civil, CRG - Redenção
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômica e Social	Projeto Implantado	Un	FDE, SEDOP
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	DETRAN, HEMOPA, IASEP, SESPA

Objetivo			
Prover a Governabilidade do Poder Executivo			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	Casa Civil, IASEP, IGEPREV, SEFA
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	12ª CRS - C. Araguaia, CRG - Redenção
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, CRG - Redenção, DETRAN, EMATER, PMPA, SEFA, SEMAS, SUSIPE

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Indústria, Comércio, Serviços e Turismo** R\$ 2.999.040,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	4,10	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	4,00
Receita gerada pelo turismo	R\$ em mil	7.015,02	12/2018	SETUR	7.936,85

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	18	12/2018	BANPARA	45	105
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	1	12/2018	JUCEPA	1	0
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	7	07/2019	SEDEME	49	81
Número de turistas	Unidade	10.000	12/2018	SETUR	10.506	11.314

Objetivo			
Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Município Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização da Cadeia Produtiva dos Agrominerais	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Fomento ao Setor de Gemas e Metais Preciosos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Gestão das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários	Projeto Fiscalizado	Un	SEDEME

Objetivo			
Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituída	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo			
Promover o Turismo como Atividade Econômica			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Apoio Técnico à Estruturação de Produtos Turístico	Produto Turístico Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Pessoa Capacitada	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Infraestrutura e Logística** R\$ 128.603.812,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	51,91	12/2018	SETRAN	60,79

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	2.704,20	12/2018	SETRAN	2020 2.734,20
					2021 2.734,20
					2022 2.734,20
					2023 2.734,20
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	479,20	12/2018	SETRAN	2020 479,20
					2021 479,20
					2022 482,20
					2023 561,20

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Pontes	Ponte Construída	M	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Recuperação de Pontes	Ponte Recuperada	M	SETRAN
Reforma e Adequação de Infraestrutura Aeroviária	Infraestrutura Conservada	Un	SETRAN
Restauração de Rodovias	Rodovia Restaurada	Km	DETRAN, SETRAN

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Meio Ambiente e Ordenamento Territorial** R\$ 3.123.166,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	8,73	12/2018	PRODES/INPE	12,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	93,33	12/2019	SEMAS	2020 93,33
					2021 100,00
					2022 100,00
					2023 100,00

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Socio biodiversidade	Família Beneficiada	Un	IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	IDEFLOR-Bio

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional

Elaborar Plano de Manejo da APA Triunfo Xingu

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Saúde** R\$ 354.150.617,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	4	12/2018	MS/SIM/SINASC	326
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	16,34	12/2018	SIM	13,31
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	197,61	12/2018	MS/SIM	18.227,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	69,18	12/2018	EGESTOR	2020 72,64
					2021 76,27
					2022 80,08
					2023 84,09
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	13,30	12/2018	SIPNI	2020 50,00
					2021 60,00
					2022 65,00
					2023 70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	1,73	12/2018	DATASUS/CNE S)	2020 1,73
					2021 1,73
					2022 1,73
					2023 1,78
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	60,40	12/2018	SINAN	2020 70,00
					2021 75,00
					2022 80,00
					2023 80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,20	12/2018	SIA	2020 0,25
					2021 0,30
					2022 0,40
					2023 0,45
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,08	12/2018	SIA	2020 0,10
					2021 0,15
					2022 0,20
					2023 0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	12º CRS - C. Araguaia, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	12º CRS - C. Araguaia
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	12º CRS - C. Araguaia, ETSUS, HEMOPA, HIRCA
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	12º CRS - C. Araguaia
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	12º CRS - C. Araguaia
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	SESPA
Reestruturação de Unidades Administrativas da Saúde	Unidade Reestruturada	Un	SESPA
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	12º CRS - C. Araguaia, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Ampliar o Hospital Regional de Redenção
Implantar 10 Novos Leitos de UTI Neonatal e 10 de UTI Adulto no HR de Conceição do Araguaia

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA

Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	12º CRS - C. Araguaia, SESPA
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	12º CRS - C. Araguaia, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	12º CRS - C. Araguaia, HRCA, SESPA
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	HEMOPA, HRCA, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	12º CRS - C. Araguaia, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	12º CRS - C. Araguaia, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	12º CRS - C. Araguaia, SESPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Segurança Pública** R\$ 100.229.390,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	   

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	59,30	12/2018	SEGUP	54,70
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	49,30	12/2018	SEGUP	42,70
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	32,44	12/2018	DATASUS	31,90
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	437,30	12/2018	SEGUP	379,30
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	1.287,20	12/2018	SEGUP	1.211,70

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Densidade Carcerária	Percentual	3,34	12/2018	SUSIPE	1,04	1,14
Índice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	7,557	12/2018	PMPA	2020	9,825
					2021	12,092
					2022	14,359
					2023	16,626
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	81,00	12/2018	DETRAN	2020	82,00
					2021	83,00
					2022	84,00
					2023	85,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	35,00	12/2018	DETRAN	2020	36,00
					2021	37,00
					2022	38,00
					2023	39,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	23,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	31,00
					2021	32,00
					2022	34,00
					2023	35,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	83,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	83,00
					2021	83,00
					2022	84,00
					2023	84,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Compromisso Regional

Construir Grupo de Bombeiro Militar em São Félix do Xingu

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência em estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN

Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo

Realizar a Custódia Penal

Compromisso Regional

Construir Centro de Recuperação Regional em São Félix do Xingu

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SUSIPE
Implantação de Unidades Prisionais	Unidade Implantada	Un	SUSIPE

Objetivo

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional

Adequar Superintendência da Polícia Civil em Redenção
 Construir o 36º Batalhão de Polícia Militar em São Félix do Xingu
 Implantar Núcleo Integrado de Operações em Redenção

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP, PMPA
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SUSIPE
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Prc	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo

Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, FUNSAU, PMPA, SUSIPE
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SUSIPE
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda R\$ 3.793.414,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 1,13	12/2018	MTE/RAIS	1,30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	0,37	12/2018	MTE/RAIS	2020: 0,50 2021: 1,00 2022: 1,50 2023: 2,00	
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	0,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020: 3,00 2021: 3,00 2022: 4,00 2023: 4,00	
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Trabalho	Percentual	42,80	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020: 18,00 2021: 19,00 2022: 20,00 2023: 21,00	

Objetivo
Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional
Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Redenção

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	SEASTER
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER

Objetivo
Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

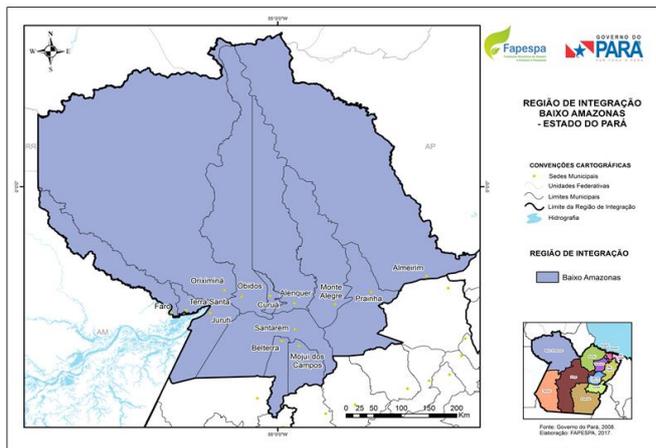
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER

Região de Integração: Araguaia

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	Valor (R\$1,00)
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	14.759.547,00
Concessão de Auxílio Alimentação	89.730.052,00
Concessão de Auxílio Fardamento	5.895.168,00
Concessão de Auxílio Transporte	123.232,00
Operacionalização das Ações Administrativas	21.535.596,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	624.304.371,00
Total	R\$ 756.347.966,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO BAIXO AMAZONAS



I – ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração Baixo Amazonas, criada pelo Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é composta por 13 municípios: Santarém, Mojuí dos Campos, Alenquer, Óbidos, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Oriximiná, Prainha e Terra Santa.

A RI detém uma área territorial de 315,86 mil km2, equivalente a 25% da área do Pará, sendo que 71% da região são de áreas protegidas.

Em 2018, a população estimada pelo IBGE, foi um pouco mais de 736 mil habitantes, correspondendo a 8,6% do total do estado. Santarém é o município de maior contingente populacional, representando 41,13% da RI, seguido de Oriximiná, com 9,81%, e Monte Alegre, 7,87%. A taxa de crescimento populacional média da região, de 2010 a 2018, foi de 1,01%, abaixo da média estadual para o mesmo período, de 1,46%.

O Produto Interno Bruto (PIB) da região foi em 2016, cerca de R\$ 11 bilhões, o equivalente a 8% do PIB paraense, com destaque para o Valor Adicionado Agropecuário, que responde a 12% do setor do estado. Na composição do PIB, os Serviços contribuíram com 33%, a Administração Pública com 24%, a Agropecuária e a Indústria ambas com 18% e, os Impostos sobre produtos com 6%.

A RI Baixo Amazonas integra a região turística Polo Tapajós. O ecoturismo é crescente na região, em função dos inúmeros atrativos naturais presentes. Dentre os atrativos encontrados no Polo Tapajós há lagos, diversas cachoeiras, o fenômeno natural do “Encontro das Águas” dos rios Tapajós e Amazonas, e as praias fluviais, com destaque para a praia de Alter do Chão. O Polo Tapajós também é rico em atrativos culturais, como o artesanato e as diversas manifestações folclóricas, a exemplo da festa do Cairé, em Santarém. No que se refere aos atrativos históricos e patrimoniais, especificamente, destaca-se o município de Belterra, onde se situa a vila construída por Henry Ford nos áureos tempos da borracha, com arquitetura típica americana.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

O Produto Interno Bruto (PIB) da Região de Integração Baixo Amazonas, em 2016, contribuiu com R\$ 11,05 bilhões (8,0%) na geração de valor da economia paraense. Entre os setores econômicos que constituem o PIB da RI, o de maior valor adicionado é o de Serviços, com R\$ 3,6 bilhões (33,3%). A dinâmica desse setor na economia regional é resultado também dos desempenhos do setor industrial e do agropecuário, os quais são fundamentais para a ampliação do setor terciário. A Administração Pública, que incorpora tanto as atividades do poder municipal, estadual e federal, contabilizou uma geração de riqueza de R\$ 2,5 bilhões (23,4%), e a Indústria e a Agropecuária contribuíram com agregação de valor de cerca de R\$ 2 bilhões (18%), individualmente.

Tabela 01 – PIB e Setores Econômicos –Região de Integração Baixo Amazonas, Pará, 2016

Composição do PIB	Brasil	Pará	RI Baixo Amazonas
PIB (Mil R\$)	6.267.205.000	138.068.008	11.048.238
Valor Adicionado Total (Mil R\$)	5.417.699.000	124.788.832	10.348.186
<i>Valor Adicionado Total %</i>	<i>86,4%</i>	<i>90,4%</i>	<i>93,7%</i>
Valor Adicionado Agropecuária (Mil R\$)	306.655.000	17.167.980	2.072.550
<i>% VA Agropecuário</i>	<i>4,9%</i>	<i>12,4%</i>	<i>18,8%</i>
Valor Adicionado Indústria (Mil R\$)	1.150.207.000	31.519.925	2.011.384
<i>% VA Indústria</i>	<i>18,4%</i>	<i>22,8%</i>	<i>18,2%</i>
Valor Adicionado Serviços (Mil R\$)	3.015.716.000	47.932.450	3.682.908
<i>% VA Serviços</i>	<i>48,1%</i>	<i>34,7%</i>	<i>33,3%</i>
Valor Adicionado Administração Pública (Mil R\$)	945.121.000	28.168.477	2.581.343
<i>% VA Administração Pública</i>	<i>15,1%</i>	<i>20,4%</i>	<i>23,4%</i>
Impostos (Mil R\$)	849.506.000	13.279.177	700.052
<i>% Impostos</i>	<i>13,6%</i>	<i>9,6%</i>	<i>6,3%</i>

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019

Entre as atividades econômicas da região, em 2016, o setor de Serviços, destacou-se com os segmentos de comércio, atividade imobiliária, atividades profissionais e técnicas e transporte. Na Indústria, a extração mineral de bauxita e a indústria de transformação (celulose) foram as atividades mais relevantes na formação do valor adicionado, e, no setor Agropecuário, sobressaíram-se os cultivos de soja, mandioca, milho, limão, castanha-do-pará, pesca e criação de bovinos.

Santarém e Oriximiná foram os municípios com as maiores contribuições na formação do PIB da região, com R\$ 4,57 bilhões (41%) e R\$ 1,81 bilhão (16%), respectivamente. Em Santarém, as principais atividades foram o comércio, atividades imobiliárias, agricultura, com a produção de grãos, construção civil e transporte; enquanto em Oriximiná, as mais relevantes foram a extração mineral de bauxita, transporte, agricultura, com a produção de mandioca, e as atividades profissionais e técnicas.

¹Soma de todos os produtos e serviços produzidos, menos o consumo intermediário, mais os impostos sobre produtos líquidos de subsídios.

Quadro 01- Principais Atividades no VA do Município, excluído a atividade de Administração Pública - Região de Integração Baixo Amazonas, Pará, 2016

Municípios	Principais Atividades				
RI Baixo Amazonas	Agricultura	Indústria extrativa	Atividades imobiliárias	Comércio	Transporte
Alenquer	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Construção civil	Pesca e aqüicultura
Almeirim	Ind. Transformação	Indústria extrativa	Atividades imobiliárias	Produção Florestal	Construção civil
Belterra	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Construção Civil	Produção Florestal
Curuá	Pesca e aqüicultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Construção civil	Produção Florestal
Faro	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Produção Florestal	Construção civil
Juruti	Indústria extrativa	Agricultura	Transporte	Construção civil	Atividades imobiliárias
Mojú dos Campos	Agricultura	Atividades imobiliárias	Construção Civil	Comércio	Transporte
Monte Alegre	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Comércio	Pesca e aqüicultura
Óbidos	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pesca e aqüicultura	Pecuária	Comércio
Oriximiná	Indústria extrativa	Transporte	Agricultura	Atividades profissionais e técnicas	Construção civil
Prainha	Agricultura	Pecuária	Pesca e aqüicultura	Atividades imobiliárias	Construção civil
Santarém	Comércio	Atividades imobiliárias	Agricultura	Construção civil	Transporte
Terra Santa	Indústria extrativa	Atividades profissionais e técnicas	Atividades imobiliárias	Pecuária	Transporte

Fonte e Elaboração: Fapespa, 2019.

2.2. Balança Comercial

A atividade comercial do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de pujança produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com resto do mundo resultou em saldo positivo de US\$14.434 bilhões, tendo a RI Baixo Amazonas contabilizado um saldo de US\$549,086 milhões. Os principais produtos exportados foram o minério de alumínio e a pasta química de madeira, que juntos concentraram 63% do valor total exportado da RI.

Os principais municípios exportadores da região são Oriximiná, com 40% do valor total das exportações da RI, seguido por Santarém, com 20%. Oriximiná e Almeirim ostentaram o maior saldo comercial, US\$234 milhões e US\$185 milhões, nesta ordem.

Tabela 02 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas, 2018

Item Geográfico	Exportação (US\$)	Part.(%)	Importação (US\$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	239.889.170.206	100	181.230.568.862	100	58.658.601.344
Pará	15.608.825.106	100	1.173.984.415	100	14.434.840.691
RI Baixo Amazonas	611.005.333	3,9	61.918.872	5,3	549.086.461

Item Geográfico	Exportação (US\$)	Part.(%)	Importação (US\$)	Part.(%)	Saldo
Almeirim	199.975.060	32,7	14.546.761	23,5	185.428.299
Juruti	33.737.139	5,5	1.600.034	2,6	32.137.105
Óbidos	10.954.507	1,8	0	0,0	10.954.507
Oriximiná	240.175.318	39,3	6.042.565	9,8	234.132.753
Prainha	1.888.082	0,3	0	0,0	1.888.082
Santarém	124.275.227	20,3	39.729.512	64,2	84.545.715

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

2.3. Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. Na Região de Integração Baixo Amazonas, especificamente, registrou-se um total de 74.594 empregos formais, em 2017, o que representa 7% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública detinha cerca de 40% do total do estoque formal da região, seguida pelos Serviços, com 24%, e Comércio, com 20%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados, estão Santarém, com 57%, Oriximiná, com 10%, e Almeirim, com 5,4%.

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Baixo Amazonas
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	250.351
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	23,46
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	8,17
Empregos Formais (2017)			
Total	46.281.590	1.068.818	74.594
Extrativa Mineral	212.337	19.710	2.111
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	4.072
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	278
Construção Civil	1.838.958	57.880	3.072
Comércio	9.230.750	203.656	14.166
Serviços	16.772.645	284.360	17.576
Adm. Pública	9.195.215	363.926	29.973
Agropecuária Extração Vegetal Caca e Pesca	1.501.052	51.468	3.346

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/TEM, 2017.

Elaboração: Fapespa, 2019.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de 230 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 8% do total de ocupados do estado.

2.4. Infraestrutura

O escoamento da produção da RI Baixo Amazonas dispõe de um conjunto de infraestrutura em operação, como a rodovia BR-163 (Santarém-Cuiabá) e as rodovias PA-431, e PA-370 e PA-254. A BR-163, além do trecho que interliga Santarém à Cuiabá, integrando a região com o centro-sul do país, possuium trecho localizado em Oriximiná, que liga o distrito de Cachoeira Porteira ao entroncamento com a BR-210 (Perimetral Norte).

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange onze aeródromos/aerportos, cento e quatorze pontes (totalizando 2,6 km de extensão), doze portos, duas travessias e treze rodovias. Os municípios localizados na margem esquerda do rio Amazonas possuem como principal eixo de ligação viária a PA-254. Sua localização estratégica tem atraído investimentos públicos federais e privados para a implantação, ampliação e melhoramento dessa infraestrutura, como o asfaltamento da rodovia BR-163.

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Baixo Amazonas

Municípios com Aeródromos/Aerportos (11)	ALLENQUER
	ALMEIRIM
	FARO
	JURUTI (ORIXIMINÁ)
	MONTALEGRE
	MONTA DOURADO (ALMEIRIM)
	ORIXIMINÁ
	PRAINHA
	SANTARÉM
	TERRA SANTA
ÓBIDOS	
Rodovias	13 rodovias (total 890km) - 9,2% pavimentado
Travessias (2)	PA-255 (Santarém - Santana do Tapará)
	PA-473 (Monte Dourado - Laranjal do Jari/AP)
Hidrovia	Hidrovia Amazonas
Portos (12)	Porto de Santarém
	(IP4) ALLENQUER
	(IP4) ALMEIRIM
	(IP4) CURUÁ
	(IP4) FARO
	(IP4) MONTA ALEGRE
	(IP4) MONTA DOURADO
	(IP4) ÓBIDOS
	(IP4) ORIXIMINÁ
	(IP4) PRAINHA
	(IP4) PORTO TROMBETAS
	(IP4) TERRA SANTA
Pontes	114 pontes (total de 2,6 km)

Fonte: Setran, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito aos investimentos privados, previstos para o período de 2018 a 2030, segundo informações da REDES/FIEPA, a RI Baixo Amazonas será contemplada com parte dos investimentos previstos para região oeste do estado, de cerca de R\$61 bilhões, 48% do total previsto para o estado.

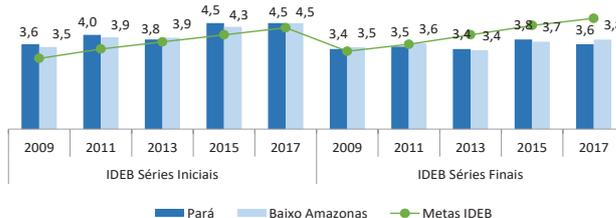
3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Baixo Amazonas, a média da nota IDEB dos municípios tem alcançado as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará, em relação às séries iniciais (4ª Série/5ª Ano). No que diz respeito às séries finais (8ª Série/9ª Ano), o alcance das metas se manteve até 2009, tendo uma queda no ano de 2013, em relação ao ano observado anteriormente. Porém, a região retomou o crescimento da nota nos anos de 2015 (3,7) e 2017 (3,8). O mesmo comportamento se observa no estado, no entanto o Pará voltou a retroceder na nota no ano de 2017, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios do Baixo Amazonas, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

As taxas de rendimento escolar, taxas de reprovação e de abandono, geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, que demonstram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios que integram a região para se chegar ao valor da RI Baixo Amazonas.

Na taxa de reprovação no ensino fundamental, a região chegou a 11,2% de reprovados no ano de 2017, mantendo-se um pouco abaixo do valor total do estado, 11,9% de reprovação. O município de Belterra apresentou a maior taxa, com 13,9%, e o município de Terra Santa, a menor reprovação, com 3,7% dos alunos no ensino fundamental. No ensino médio, o município com a maior taxa foi Terra Santa, com 30,9% de alunos reprovados, e a menor taxa foi a do município de Mojú dos Campos, com 2,3%.

Na taxa de abandono no ensino fundamental e no ensino médio, a região ficou acima dos valores do Pará e do Brasil, alcançando 5,8% para o ensino fundamental e 15,9% para o ensino médio. O Pará se destaca com a pior taxa de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação, com 12,2% de abandono.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas, 2017



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Na região, os municípios que obtiveram as maiores taxas de abandono no ensino fundamental foram Almeirim (14,6%) e Prainha (8,6%); e as menores foram registradas em Santarém (0,9%) e Mojuí dos Campos (1,1%).

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos 6 anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nessa modalidade até os 14 anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos 15 anos e concluindo aos 17 anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma mesma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil, 17,2% e 28,2%, respectivamente. Na região Baixo Amazonas, o município de Almeirim destaca-se com a maior taxa de distorção no ensino fundamental, 39,7%, eo município de Terra Santa, com a menor taxa, 18%, No ensino médio, a pior taxa registrou-se no município de Óbidos, 60,1%, e a menor distorção em Santarém, 35,7%, conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os ensinos Fundamental e Médio - Brasil, Pará, Região de Integração Baixo Amazonas e Municípios, 2018

Itens Geográficos	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	17,2	28,2
Pará	29,5	48,0
RI Baixo Amazonas	27,6	46,5
Alenquer	31,9	46,4
Almeirim	39,7	59,0
Belterra	32,8	50,4
Curuá	24,8	46,6
Faro	25,4	36,1
Juruti	22,5	50,8
Mojuí dos Campos	25,1	40,5
Monte Alegre	27,5	38,9
Óbidos	28,9	60,1
Oriximiná	27,7	42,1
Prainha	35,0	59,2
Santarém	20,0	35,7
Terra Santa	18,0	39,0

Fonte: INEP/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde na RI Baixo Amazonas, a taxa de mortalidade infantil (mortes infantis a cada mil nascidos vivos) apresentada, em 2017, foi de 19,25, superior ao Pará, de 15,38. Os municípios da região com as maiores taxas, naquele ano, foram Alenquer (26,50), Faro (26,14) e Monte Alegre (25,34). Por outro lado, Terra Santa (10,60), Óbidos (11,81) e Prainha (12,85) obtiveram os menores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da Região de Integração. Em 2018, na RI Baixo Amazonas, constavam 1.628 agentes, o que representa uma proporção de cobertura de 100% (cobertura de todos os municípios da RI foi de 100%), maior que a apresentada para o estado do Pará, de 81,21%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família, as 134 implantadas na RI, em 2018, equivalem a uma proporção de cobertura média de 70,41%, superior à cobertura apresentada pelo estado, de 59,13. Destacam-se municípios de Belterra, Curuá e Faro, onde a cobertura chega a 100%, enquanto em Alenquer e Monte Alegre, a cobertura é de apenas 37,47% e 48,88%, respectivamente.

Tabela 05 - Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Baixo Amazonas
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	19,25
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	100,00
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	70,41
Hospitais - 2018	6.687	247	20
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	3,08
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	1,56

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

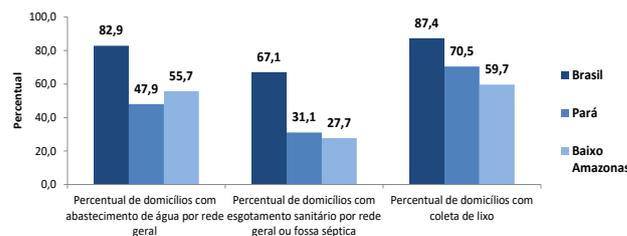
Verificando os indicadores de infraestrutura, a região conta com 20 hospitais (Hospital Geral, Hospital/Dia e Hospital Especializado), destacando-se o Hospital Regional do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna, em Santarém, referência no Norte do Brasil no tratamento de câncer. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela RI foi de 3,08, superior à apresentada pelo Pará, de 2,47. No entanto, a taxa de Leitos Hospitalares por Mil Habitantes foi menor na RI, 1,56, em comparação a do estado, 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que essa tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores possuem uma defasagem em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

O Gráfico 03, a seguir, mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas, em 2010. Observou-se naquele ano, que no Brasil, 82,9% dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 87,4% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará, havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na Região de Integração Baixo Amazonas, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 55,7% dos domicílios. Apenas 27,7% do total de domicílios na região eram cobertos com o serviço de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, e 59,7% desses, com coleta de lixo. Proporcionalmente, o serviço de abastecimento de água na RI Baixo Amazonas tinha maior cobertura que no estado.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, Estado do Pará e Região de Integração Baixo Amazonas, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico “Fora RMB”, o qual procura trazer indicadores e informações das outras regiões do estado que não são destaques da pesquisa.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador Percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Em relação ao abastecimento, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) está presente em oito municípios (Alenquer, Faro, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa) dos treze que compõem a RI Baixo Amazonas.

Quanto à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos); coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo); ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel); e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Pode-se observar na tabela a seguir que o déficit habitacional, em 2010, no Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, representando aproximadamente 23% do total de domicílios do estado. Na Região de Integração Baixo Amazonas, esse déficit era de 21% do total de domicílios da região. Em 2010, o componente “domicílios precários” correspondia a 46% do déficit total do estado, e 46,7% do total da região. Coabitação familiar representava, aproximadamente, 39% do total de domicílios no Pará, e 40,9% na região. Juntos, esses dois componentes representaram, no ano em estudo, cerca de 87% do déficit no estado do Pará e 89% na região. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 7,9% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados alcançou 6,4% do total de domicílios no Pará e 4,5% na RI Baixo Amazonas.

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o Estado do Pará e Região de Integração Baixo Amazonas, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI BAIXO AMAZONAS	
	Total	Percentual	Total	Percentual
Déficit Habitacional	423.437	22,8	32.770	21,0
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	15.538	46,7
Coabitação Familiar	168.684	39,2	13.627	40,9
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	2.621	7,9
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	1.498	4,5
Total de Domicílios	1.859.165		156.041	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

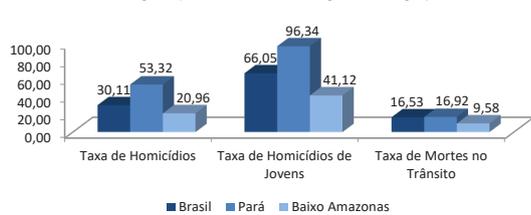
3.4. Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), três indicadores norteadores (taxa de homicídios, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos e taxa de mortes por acidentes no trânsito) foram analisados. Em 2017, a RI Baixo Amazonas apresentou taxas inferiores às apresentadas pelo estado e pelo Brasil em relação aos três indicadores.

A taxa de homicídios (por cem mil habitantes), no Pará, atingiu 53,32 homicídios, enquanto na RI esse número foi de 20,96. Santarém e Almeirim apresentaram as maiores taxas, 30,04 e 27,11 homicídios, respectivamente, em contraposição a Juruti e Curuá, que figuraram com as menores taxas, 7,10 e 7,14 homicídios.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem (por 100 mil jovens), em 2017, apresentou diferenças significativas entre a média estadual (96,34 homicídios a cada 100 mil jovens) e a da RI (41,12 homicídios a cada 100 mil jovens). Santarém e Almeirim apresentaram as maiores taxas entre os municípios da região, com 56,67 e 53,60 homicídios por cem mil jovens, respectivamente. Por outro lado, Curuá, Faro e Terra Santa não apresentaram casos de homicídio de jovens.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A taxa de mortes por acidente no trânsito na região foi de 9,58 mortes (por cem mil habitantes). O Pará apresentou taxa superior, registrando 16,92 mortes, em 2017. Os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Mojuí dos Campos (25,57 mortes) e Monte Alegre (17,71 mortes), enquanto Faro e Terra Santa não registraram casos de mortes por acidentes no trânsito. Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

Em relação às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes). A RI Baixo Amazonas apresentou taxas inferiores às do Pará em todos os indicadores, em 2017.

A taxa de homicídios da região foi de 16,78 (por 100 mil habitantes) e para o Pará de 45,66. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI apresentou taxa de 8,04 e o Pará de 9,60. Um indicador novo que compõe essa síntese é a taxa de roubo (por 100 mil habitantes), que registrou, em 2017, um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes no Pará, e para a RI Baixo Amazonas, e 452,65 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 - Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Baixo Amazonas

Indicadores Segurança	Pará		RI Baixo Amazonas	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	15,65	16,78
Taxa de Homicídios no Trânsito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	7,12	8,04
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	455,01	452,65

Fonte: SEGUP, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

No ano de 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, quase o dobro apresentado no Brasil, de 15,20%. A região Baixo Amazonas ficou bem acima do percentual do estado, com 48,88% de sua população abaixo da linha da pobreza.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, na RI Baixo Amazonas, em 2010, o Índice de Gini foi de 0,60, igual ao índice brasileiro (0,60) e um pouco menor do índice registrado para o Pará (0,62).

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini do Brasil, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	15,20	0,60
Pará	32,33	0,62
RI Baixo Amazonas	48,88	0,60

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

O Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, a nível municipal, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações, como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Na região Baixo Amazonas, 68% da população de seus municípios encontra-se inscrita no CadÚnico, número maior que o registrado para o Pará, 52,6% da população. Desses inscritos na RI, 77,8% se declaram com renda igual ou inferior da linha pobreza, e 62,3% das famílias inscritas recebem o Bolsa Família. Em relação aos inscritos, a região possui percentuais um pouco menores do que o estado, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 - População Cadastrada no CadÚnico – Pará, RI Baixo Amazonas e Municípios – Dezembro, 2018

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que Recebem Bolsa Família
Pará	52,6	78,6	64,2
RI Baixo Amazonas	68,0	77,8	62,3
Alenquer	72,0	89,8	72,1
Almeirim	69,8	92,5	84,2
Belterra	76,8	82,6	65,2
Curuá	80,3	79,4	71,3
Faro	92,2	88,3	78,6
Juruti	55,5	84,5	74,1
Mojuí dos campos	91,4	85,2	71,6
Monte Alegre	78,1	83,7	72,0
Óbidos	69,2	78,5	65,9
Oriximiná	57,9	83,6	70,0
Prainha	104,3	92,7	84,4
Santarém	63,4	65,6	46,3
Terra Santa	65,7	82,4	72,4

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Os municípios de Prainha e Faro, possuem os maiores percentuais de suas populações inscritas no CadÚnico, com 104,3% e 92,2%, respectivamente. Em Prainha, esse percentual ultrapassa 100%, devido à estimativa da população inscrita elaborada pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Em 2018, pela estimativa populacional do IBGE, a população em Prainha foi de 29.886 habitantes, e pela estimativa do Ministério, a população foi de 31.157, o que explica o indicador de 104,3%. O

município de Prainha também se destaca com o maior percentual de pessoas (92,7%) que se declaram abaixo da linha da pobreza e que recebem bolsa família (84,4%).

Quanto aos demais municípios, sobre os inscritos, aqueles com maior número de pessoas que se declaram abaixo da linha da pobreza são Almeirim (92,5%) e Alenquer (89,8%), e os que se destacam com o maior número de famílias que recebem o Bolsa Família são Almeirim (84,2%) e Faro (78,6%).

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens², em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

Tabela 11 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Baixo Amazonas e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	2.416.773	29,45	2.444.747	29,43	2.475.723	29,47	2.508.928	29,36
RI Baixo Amazonas	197.782	27,82	199.039	27,81	204.299	28,35	208.449	28,33
Alenquer	14.436	26,41	14.504	26,39	14.570	26,37	14.851	26,29
Almeirim	9.468	28,37	9.397	28,23	9.328	28,10	10.074	29,51
Belterra	4.236	24,86	4.248	24,78	4.259	24,69	4.300	24,40
Curuá	3.901	28,76	3.977	28,85	4.050	28,94	4.119	29,01
Faro	2.098	28,61	2.057	28,70	2.018	28,79	2.095	28,62
Juruti	16.084	29,79	16.506	29,91	16.914	30,03	17.121	30,09
Mojuí dos Campos	-	-	-	-	-	-	-	-
Monte Alegre	15.401	27,35	15.430	27,36	15.457	27,37	15.975	27,59
Óbidos	13.180	26,12	13.171	26,03	13.161	25,94	13.074	25,16
Oriximiná	18.986	27,51	19.241	27,46	19.486	27,41	19.750	27,37
Prainha	8.128	27,84	8.110	27,84	8.092	27,84	8.312	27,81
Santarém	86.733	29,65	87.233	29,63	91.766	30,97	93.502	30,89
Terra Santa	5.131	28,59	5.165	28,53	5.198	28,47	5.276	28,34

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A população estimada de jovens no Pará tem mantido uma média de 29,43% nos últimos quatro anos (2015-2018) em relação à população total do estado. Em 2018, a região Baixo Amazonas mostrou-se a 5ª RI com maior quantitativo de jovens (208.449), com participação estimada de 28,33% em relação ao seu contingente populacional. Dentre seus municípios,

Santarém obteve o maior número de jovens e participação (93.502 e 30,89%). Também se destacaram Oriximiná (19.750 jovens e participação de 27,37%) e Juruti (17.121 jovens, com 30,09% de participação). Todas as participações demarcaram certa estabilidade no período analisado (2015-2018), permanecendo superiores a 24%.

²A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

No campo empregatício, os jovens de 15 a 29 anos corresponderam a 25,51% dos vínculos, em 2017, no Pará, e 27,09% na RI Baixo Amazonas, a 5ª menor dentre as RI do estado. Os maiores quantitativos de jovens no mercado de trabalho formal ocorreram em Santarém (13.841, com participação de 32,81% nos vínculos) e Oriximiná (1.409 jovens e 19,59% de participação nos vínculos), sendo o primeiro o de maior participação dentre os municípios, seguido de Belterra (27,60%). Os municípios que se enquadraram com minoria de vínculos foram Faro (4,38%) e Almeirim (14,34%).

Tabela 12 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Baixo Amazonas e Municípios, 2017

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	1.068.818	272.675	25,51
RI Baixo Amazonas	74.594	20.209	27,09
Alenquer	2.971	525	17,67
Almeirim	4.004	574	14,34
Belterra	1.348	372	27,60
Curuá	870	166	19,08
Faro	571	25	4,38
Juruti	4.872	1.118	22,95
Mojuí dos Campos	569	140	24,60
Monte Alegre	3.056	542	17,74
Óbidos	3.751	808	21,54
Oriximiná	7.191	1.409	19,59
Prainha	1.850	421	22,76
Santarém	42.185	13.841	32,81
Terra Santa	1.356	268	19,76

Fonte: MTE/Rais, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018³). Do total de nascidos vivos no Pará, 24,38% são de mães menores de 19 anos de idade. Embora tenha diminuído cerca de 3% em relação a 2010, esse percentual continua elevado quando se considera proporcionalmente a população jovem, estimada em cerca de 32%.

Tabela 13. Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas (2010-2017)

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	27,42	27,50	27,56	27,37	27,27	26,53	25,73	24,38
RI Baixo Amazonas	27,25	27,18	27,23	27,06	27,74	26,00	25,46	24,10
Alenquer	28,37	29,08	28,21	29,57	28,07	27,36	26,48	24,29
Almeirim	32,92	33,20	30,74	31,17	33,33	33,38	32,61	27,43
Belterra	25,13	23,38	24,69	23,42	25,83	28,94	21,58	20,22
Curuá	31,43	31,33	26,44	30,00	31,17	30,29	26,92	25,52
Faro	40,00	41,67	34,01	43,48	52,30	40,32	38,02	32,03
Juruti	30,88	30,55	31,06	29,82	29,08	27,00	29,21	27,06
Mojuí dos Campos	-	-	-	0,00	27,98	22,67	24,00	23,48

³FAPESPA. Perfil da Juventude parense 2018.

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Monte Alegre	32,99	31,23	29,98	29,38	31,35	28,50	28,47	27,06
Obidos	32,71	32,98	30,97	30,17	31,77	32,55	28,73	28,84
Oriximiná	29,81	30,05	32,50	31,29	32,25	29,78	29,24	29,79
Praíha	37,91	36,62	34,20	35,25	34,81	36,04	33,38	32,13
Santarém	21,88	21,91	22,78	22,77	22,82	20,97	20,92	19,71
Terra Santa	34,43	36,70	38,82	26,30	33,76	30,71	27,84	28,98

Fonte: DATASUS/2018.
Elaboração: Fapespa/2019.

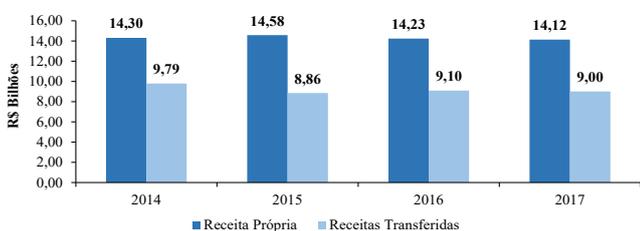
Na RI Baixo Amazonas, esse dado foi de 24,10%, em 2017, o 3º menor percentual, comparado das demais RI, com diminuição de 3,15 p.p. em relação a 2010. De seus municípios, os maiores percentuais de nascidos vivos (de mães menores de 19 anos de idade) foram registrados em Praíha (32,13%) e Faro (32,03%), enquanto os menores índices foram em Santarém (19,71%) e Belterra (20,22%). Considerando o intervalo de 2010 a 2017, todos os municípios registraram diminuição desse indicador, destacando-se com mais êxito Faro (7,97 p.p.) e Monte Alegre (5,93 p.p.). Faro e Praíha estiveram entre os três municípios com mais alto índice nesse indicador, durante todos os anos analisados, sendo que o primeiro alcançou o ápice do período, 52,3%, em 2014.

4. ARRECADAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas para construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como a viabilização de empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

No período 2014-2017, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R\$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R\$9,815 bilhões.

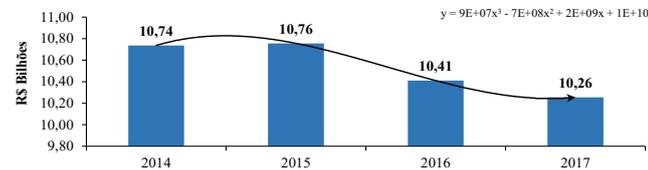
Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu reflexos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

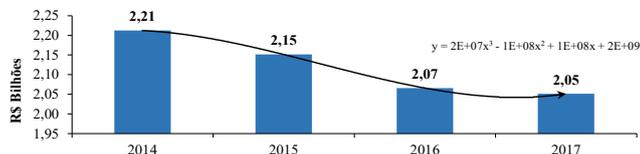
Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. Entre 2014 a 2017, o montante desse tributo a ser destinado aos municípios retraiu em -4,65%, percentualmente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios Paraenses (2014-2017)



Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Contudo, verificou-se, no período em exame, que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõem a Região de Integração Baixo Amazonas aumentou em 11%, tendo o município de Santarém recebido a maior parcela (27%) do total destinado a RI, seguido por Oriximiná (22%) e Juruti (11%). Outro ponto a destacar é o fato de que, entre 2014 a 2017, o total de ICMS repassado aos municípios da região representa, cerca de, 7,6% do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14 – Evolução do Repasse de ICMS (R\$1,00) para os Municípios Paraenses (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	2.212.195.854,32	2.151.243.071,59	2.065.861.819,58	2.051.113.567,84
RI Baixo Amazonas	151.977.855,27	156.180.247,02	164.898.764,37	168.396.423,92
Alenquer	6.636.587,57	6.883.977,84	6.662.576,31	6.563.563,41
Almeirim	18.361.225,58	16.349.447,35	15.823.618,81	17.024.242,61
Belterra	3.760.732,96	4.087.361,83	4.164.110,21	3.897.115,78
Curuá	2.875.854,63	2.796.616,00	2.290.260,62	2.666.447,64
Faro	3.981.952,55	4.087.361,83	4.372.315,73	3.076.670,35
Juruti	11.945.857,62	12.477.209,82	16.031.824,31	(11%)19.280.467,54
Mojú dos Campos	2.875.854,63	2.796.616,00	2.706.671,63	3.076.670,35
Monte Alegre	6.415.368,00	6.668.853,54	7.078.987,36	6.563.563,41
Obidos	7.742.685,49	8.174.723,66	8.120.014,92	7.794.231,57

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Oriximiná	36.058.792,44	35.065.262,06	35.394.936,81	(22%)37.945.601,01
Praíha	4.424.391,70	4.302.486,13	4.164.110,21	4.102.227,13
Santarém	42.916.599,56	44.315.607,28	49.552.911,52	(27%)46.355.166,63
Terra Santa	3.981.952,55	8.174.723,66	8.536.425,94	10.050.456,49

Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Baixo Amazonas possui grande parte do seu território recoberto por Unidades de Conservação e Terras Indígenas, que lhe garantem considerável estoque florestal, e projetos de assentamento da reforma agrária dos tipos Projeto de Assentamento (PA), Projeto de Assentamento Coletivo (PAC), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projeto Agroextrativista (PAE), criados especialmente a partir de 2005, sob a responsabilidade do INCRA, e, ainda, os Projetos de Assentamento Estaduais Agroextrativistas (PEAEX).

Contudo, externalidades negativas provocadas por atividades que fazem uso do solo ainda são verificadas no âmbito da região. Dados de 2017 (Tabela 12) apontam que o desmatamento acumulado já alcançou uma proporção de 6% da área total da RI Baixo Amazonas (20.736 km²). Em termos municipais, Santarém registrou a maior área de desmatamento acumulado, com 4.766 km²; e Obidos, o maior número de registros de focos de calor, 902 focos, em 2017.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a região registrou, em 2018, uma parcela de 75,3% de sua área destinada à regularização ambiental com Cadastro Ambiental Rural (CAR) viabilizado, conforme tabela a seguir. Entre os municípios que compõem a região, Juruti possui a maior proporção de área com CAR efetivado (89,6%), seguido por Obidos (85,5%) e Almeirim (85%).

Tabela 15 – Desmatamento acumulado (km²), Pará, Região de Integração Baixo Amazonas e Municípios, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatado (km²) (2017)	Números de Focos de Calor
Pará	1.247.955	264.691	49.413
RI Baixo Amazonas	320.842	20.736	5.621
Alenquer	23.645	1.468	592
Almeirim	72.955	1.850	481
Belterra	4.398	830	136
Curuá	1.431	352	131
Faro	11.771	246	41
Juruti	8.306	1.200	298
Mojú dos Campos	4.988	0	464
Monte Alegre	18.153	4.343	549
Obidos	28.021	1.920	902
Oriximiná	107.603	1.551	507
Praíha	14.787	1.850	704
Santarém	22.887	4.766	784
Terra Santa	1.897	360	32

Fonte: IBGE/PRODES, 2018. Elaboração: Fapespa, 2019.

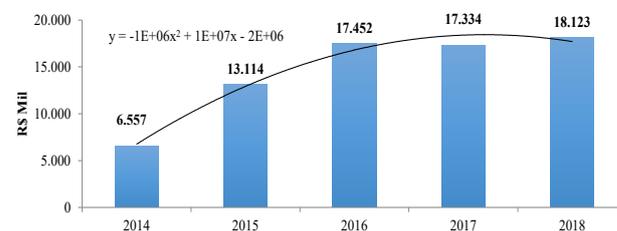
Tabela 16 – Área Territorial, Área Cadastrável e Percentual de Áreas Regularizadas Ambientalmente da Região de Integração Baixo Amazonas, 2018

Item Geográfico	Área Territorial (IBGE/km²) (A)	Área Cadastrável (KM²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (KM²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Baixo Amazonas	315.981,51	72.596,19	22,97	54.656,14	75,29
Alenquer	23.655,21	7.101,47	30,02	5.619,87	79,14
Almeirim	73.099,55	14.419,94	19,73	12.254,15	84,98
Belterra	4.400,30	1.310,19	29,77	977,80	74,63
Curuá	1.431,51	1.036,99	72,44	820,69	79,14
Faro	11.765,01	663,34	5,64	556,56	83,90
Juruti	8.299,03	1.598,35	19,26	1.431,16	89,54
Mojú dos Campos	4.993,28	4.887,40	97,88	3.801,71	77,79
Monte Alegre	18.177,40	7.907,21	43,50	5.249,63	66,39
Obidos	28.014,16	5.822,60	20,78	4.975,14	85,45
Oriximiná	107.539,88	7.980,64	7,42	5.321,61	66,68
Praíha	14.807,50	11.475,43	77,50	6.963,41	60,68
Santarém	17.903,51	7.227,01	40,37	6.007,77	83,13
Terra Santa	1.895,17	1.165,63	61,51	676,65	58,05

Fonte: SEMAS/PMV, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que concerne às iniciativas estaduais de preservação ambiental, o ICMS Verde, aprovado pelo parlamento estadual em 2012, configurou-se como um incentivo maior dado pelo estado aos municípios, para que estes pudessem ampliar suas áreas protegidas e reduzir seus níveis de desmatamento. Percebe-se que, entre 2014 e 2018, a RI Baixo Amazonas teve uma participação média de 10% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual. Em 2018, a região contabilizou um montante de R\$18,123 milhões, com o município de Almeirim detendo a maior parcela (12,3%), seguido por Oriximiná (11,4%) e Santarém (9,55%).

Gráfico 08 – Evolução dos Valores de Repasse de ICMS Verde da Região de Integração Baixo Amazonas (2014-2018)



Fonte: SEMAS/PMV, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN

PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

Região de Integração: **Baixo Amazonas**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS	
PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor (R\$ 1,00) 2020-2023
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	12.147.678,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	11.483.692,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	9.327.749,00
Cultura	2.503.700,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	108.631.665,00
Direitos Socioassistenciais	13.977.282,00
Educação Básica	814.114.026,00
Educação Profissional e Tecnológica	2.591.690,00
Educação Superior	9.284.451,00
Esporte e Lazer	1.759.815,00
Governança Pública	58.371.969,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	13.084.358,00
Infraestrutura e Logística	325.308.101,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	10.887.749,00
Saúde	531.287.296,00
Segurança Pública	184.531.022,00
Trabalho, Emprego e Renda	3.800.614,00
R\$ 2.113.092.857,00	

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	
	Valor (R\$ 1,00) 2020-2023
Manutenção da Gestão	1.294.428.796,00
R\$ 1.294.428.796,00	
TOTAL PARA A REGIÃO : R\$ 3.407.521.653,00	

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R\$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura R\$ 12.147.678,00	
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Efetivo dos principais rebanhos por região (galináceos)	Unidade	2.366.531	06/2019	ADEPARA	2.876.533
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Mandioca)	Kg/Hectare	11.927	06/2019	IBGE	14.498

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	1,27	12/2018	SEDAP	2020: 1,33 2021: 1,40 2022: 1,47 2023: 1,54
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	5,87	12/2018	EMATER	2020: 6,36 2021: 6,66 2022: 6,98 2023: 7,45
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	1,251	12/2018	SEDAP	2020: 1,314 2021: 1,379 2022: 1,448 2023: 1,521

Objetivo
Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional
Apoiar os 13 Municípios para Inclusão nos Mercados Institucionais (PNAE, PAA e Compras Públicas)
Implantar 01 Estação Modelo de Aquicultura - Santa Rosa
Obter a Certificação de Área Livre de Pragas Vegetais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto Classificado	T	ADEPARÁ
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Afosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	EMATER, SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo			
Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos R\$ 11.483.692,00	
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020: 10,00 2021: - 2022: - 2023: -
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020: 15,00 2021: 31,00 2022: 15,00 2023: 8,00

Objetivo			
Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SUSIPE
Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sistema Penitenciário	Município Apoiado	Un	SESPA

Objetivo
Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento Integrado de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo
Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo
Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação da Rede de Atenção Psicossocial	Município Apoiado	Un	9º CRS - Santarém
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Promoção de Estratégias e Metodologias Educativas sobre Drogas	Ação Educativa Realizada	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo
Promover os Direitos Humanos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Articulação para Ações de Cidadania	Projeto Realizado	Un	PMPA
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Implementação da Estação Cidadania	Pessoa Atendida	Un	ARCON, DETRAN, IGEPREV, JUCEPA, PARÁPAZ, POLÍCIA CIVIL, SEAD
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa	Evento Realizado	Un	SEJUDH
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Ciência, Tecnologia e Inovação** R\$ 9.327.749,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,31	12/2018	SIAFEM/SEFA	0,58

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	66,00	12/2018	FAPESPA	100,00	100,00

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Árvore Digital e Aldeias Sustentáveis para Acesso Público à Internet e Comunicação de Dados	Árvore Digital Implantada	Un	SECTET
Promoção ao Acesso Público a Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA, SECTET

Objetivo

Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação

Compromisso Regional

Conceder 400 Bolsas de Ciência, Tecnologia e Inovação (Bolsa Pará) nos Municípios da Região Baixo Amazonas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Bolsas de Pesquisa	Bolsa Contratada	Un	FAPESPA, SECTET
Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica	Projeto Apoiado	Un	FAPESPA
Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos	Evento Apoiado	Un	FAPESPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Cultura** R\$ 2.503.700,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	30,77	12/2018	SECULT/FCP	61,54

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	70.000	12/2018	FCP/SECULT	70.350	70.410

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo

Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão da Educação Patrimonial	Agente Cultural Qualificado	Un	SECULT
Gestão do Patrimônio Material e Imaterial	Patrimônio Gerido	Un	SECULT
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio às Expressões Artístico-Culturais	Expressão Cultural Apoiada	Un	FOG
Difusão Cultural	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP
Fomento à Produção e Difusão Audiovisual	Projeto Atendido	Un	SECULT
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade** R\$ 108.631.665,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	2,85	12/2019	COSANPA/IBG E/SNIS/SEDOP	2,85	3,31
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	63,61	12/2019	COSANPA/IBG E/SNIS/SEDOP	69,94	76,29

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Implantação do Sistema de Governança Metropolitana	Sistema Implantado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicílio Atendido	Un	COHAB
Regularização Fundiária Urbana	Imóvel Regularizado	Un	COHAB

Objetivo

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Compromisso Regional

Atender mais 15.468 Pessoas com Esgotamento Sanitário no Município de Santarém
 Atender mais 29.684 Pessoas com Abastecimento de Água na Região de Integração Baixo Amazonas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOF
Fiscalização dos Serviços de Saneamento Básico	Convênio Fiscalizado	Un	ARCON
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Direitos Socioassistenciais** R\$ 13.977.282,00

Diretriz Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

Crescimento Inteligente
 Sociedade de Direitos



Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Taxa de profissionalização de socioeducandos	Percentual	6,35	12/2018	FASEPA	2020 7,00 2021 7,50 2022 8,00 2023 8,50	
Taxa de progressão de medidas socioeducativas	Percentual	42,86	12/2018	FASEPA	2020 43,00 2021 43,50 2022 44,00 2023 44,50	

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Atenção à Pessoa Idosa e suas Famílias	Idoso Beneficiado	Un	SEASTER
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS
Implementação de Serviços de Alta Complexidade	Pessoa Atendida	Un	FEAS

Objetivo

Garantir o Atendimento Integral ao Socioeducando em Privação de Liberdade e Atenção a Egressos

Compromisso Regional

Implantação de 01 Unidade de Internação Provisória em Santarém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento a Egressos de Medida Socioeducativa	Egresso Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Internação	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Internação Provisória	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Semiliberdade	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Implantação de Unidade de Atendimento Socioeducativo	Unidade Implantada	Un	FASEPA

Objetivo

Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Educação Básica** R\$ 814.114.026,00

Diretriz Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

Sociedade de Direitos



Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8ª Série/9º Ano)	Índice	4,00	12/2017	INEP/SEDUC	4,90
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	5,00	12/2017	INEP/SEDUC	5,90

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	3,00	12/2018	INEP/SEDUC	2020 2,70 2021 2,50 2022 2,30 2023 2,20	
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	13,05	12/2018	INEP/SEDUC	2020 11,36 2021 11,18 2022 10,89 2023 10,71	
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	89,90	12/2018	INEP/SEDUC	2020 90,70 2021 91,60 2022 92,10 2023 92,50	
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	78,60	12/2018	INEP/SEDUC	2020 80,90 2021 81,20 2022 81,60 2023 81,90	
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	7,20	12/2018	INEP/SEDUC	2020 6,50 2021 5,90 2022 5,60 2023 5,30	
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	8,37	12/2018	INEP/SEDUC	2020 7,74 2021 7,62 2022 7,51 2023 7,39	

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 2 Escolas Estaduais nos Municípios de Alenquer e Faro.
 Reformar/Ampliar 6 Escolas Estaduais nos Municípios de Belterra, Juruti, Mojuí dos Campos, Prainha e Santarém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Fortalecer a Governança na Educação Básica

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo pedagógico (Novo Ensino Médio) em 40 escolas nos Municípios de Alenquer, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre e Santarém.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento da Rede de Atendimento da Educação Especial nas Unidades de Referência	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação em Tempo Integral	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo			
Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica	R\$ 2.591.690,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020	15,38
					2021	26,67
					2022	21,05
					2023	21,74
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	710	12/2018	SEDUC / SECTET	2020	460
					2021	590
					2022	620
					2023	750

Objetivo			
Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica			
Compromisso Regional			
Implantar 02 Novos Cursos Técnicos em Santarém e Oriximiná			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SECTET, SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SECTET, SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SEDUC, SETUR
Realização de Cursos de Educação Tecnológica	Aluno Atendido	Un	EGPA
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET, SEDUC

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Educação Superior	R\$ 9.284.451,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	2,10	12/2018	UEPA	1,22

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	-6,00	12/2018	UEPA	2020: 14,00 2021: 12,00 2022: 11,00 2023: 10,00

Objetivo			
Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA
Objetivo			
Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo			
Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	Campi Atendido	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	SECTET, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Esporte e Lazer	R\$ 1.759.815,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	5	12/2018	SEDUC/SEEL	2020	219
					2021	230
					2022	234
					2023	237

Objetivo			
Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social			
Compromisso Regional			
Concluir o Estádio de Futebol Colosso do Tapações (Barbalho), em Santarém			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Difusão de Eventos Esportivos	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Governança Pública	R\$ 58.371.969,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	
Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R\$ em milhares	701.494,00	12/2018	SEFA	935.265,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	0,84	06/2019	SEAD/EGPA	2020	1,26
					2021	1,26
					2022	1,26
					2023	1,26

Objetivo			
Ampliar a Atuação do Regime Próprio de Previdência Social			

Objetivo			
Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas			
Compromisso Regional			
Implantar os Serviços do IASEP no Município de Óbidos			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	ADEPARÁ, CRG - Santarém, EGPA, Enc. CBM, FASEPA, HEMOPA, IASEP, PGE, SEDAP, SEDOP, SEDUC, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP
Promoção da Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida do Servidor	Servidor Atendido	Un	SEAD

Objetivo			
Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo			
Promover a Gestão Regionalizada			
Compromisso Regional			
Realizar Anualmente o Governo Itinerante			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOF
Implantação de Repetidores de TV	Repetidora Implantada	Un	FUNTELPA
Implementação dos Centros Regionais de Governo	Centro de Governo Implementado	Un	Casa Civil, CRG - Santarém
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	DETRAN, HEMOPA, IASEP, SESPA

Objetivo			
Prover a Governabilidade do Poder Executivo			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	IASEP, IGEPREV, PGE, SEDAP, SEFA
Defesa dos Direitos do Estado	Processo Analisado	Un	PGE
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Atos Publicados	Un	CRG - Santarém
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, CRG - Santarém, DETRAN, EMATER, PGE, PMPA, SEAD, SEDAP, SEFA, SEMAS, SUSIPE

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Indústria, Comércio, Serviços e Turismo** R\$ 13.084.358,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	0,00	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	1,50
Receita gerada pelo turismo	R\$ em mil	144.859,43	12/2018	SETUR	163.895,15

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	24	12/2018	BANPARA	2020: 126 2021: 189 2022: 246 2023: 295
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	2	12/2018	JUCEPA	2020: 2 2021: 0 2022: 0 2023: 0

Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	34	07/2019	SEDEME	2020: 43 2021: 52 2022: 63 2023: 74
Número de turistas	Unidade	178.000	12/2018	SETUR	2020: 187.011 2021: 191.687 2022: 196.479 2023: 201.391

Objetivo			
Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Município Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Metais e Não Metais	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização da Cadeia Produtiva dos Agrominerais	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Gestão das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários	Projeto Fiscalizado	Un	SEDEME

Objetivo			
Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Incentivo a Áreas Industriais	Área Industrial Incentivada	Prc	CODEC
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituída	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Infraestrutura e Logística** R\$ 325.308.101,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	20,01	12/2018	SETRAN	36,57

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Quantidade de pontes em concreto construídas	Metro	1.036,50	12/2018	SETRAN	2020: 1.106,50 2021: 1.186,50 2022: 1.236,50 2023: 1.236,50
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	288,67	12/2018	SETRAN	2020: 402,67 2021: 457,67 2022: 509,67 2023: 527,67
Terminais hidroviários de passageiros homologados pela ANTAQ no Estado	Percentual	44,44	12/2019	CPH	2020: 66,62 2021: 77,78 2022: 77,78 2023: 77,78

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Compromisso Regional			
Construir o Terminal Hidroviário de Passageiros no município de Santarém			
Pavimentar a Avenida Moaçara, Trecho: PA-370 / BR-163, no Município de Santarém - 6 Km			
Pavimentar a PA-254, Trecho: Entroncamento PA-439 / PA-437 no Município de Oriximiná - 41 km			
Pavimentar a PA-370, Trecho da Hidroelétrica Curua-Uña / Transurarará no município de Santarém - 57 km			
Pavimentar a PA-437, Trecho: Perímetro Urbano Óbidos / Entroncamento PA-257 no Município de Óbidos - 14 km			
Pavimentar a PA-439, Trecho: Aeroporto Oriximiná /Entroncamento PA-254(BR-163) no Município de Oriximiná - 21 km			
Pavimentar a Vicinal Cuamba, no Município de Alenquer - 52 km			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Infraestrutura Hidroviária	Infraestrutura Construída	Un	CPH, SETRAN
Construção de Pontes	Ponte Construída	M	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Gestão de Terminais Hidroviários	Terminal Hidroviário Mantido	Un	CPH
Recuperação de Pontes	Ponte Recuperada	M	SETRAN
Reforma e Adequação de Infraestrutura Hidroviária	Instalação Reformada	Un	CPH, SETRAN

Objetivo			
Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	R\$ 10.887.749,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	3,16	12/2018	PRODES/INPE	4,35

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	84,62	12/2019	SEMAS	2020 84,62 2021 92,30 2022 92,30 2023 92,30

Objetivo			
Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais			

Compromisso Regional			
Implantar 01 Centro de Treinamento e Desenvolvimento Florestal no Município de Santarém			
Implantar 01 Núcleo Regional da Semas no Município de Santarém			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Socio biodiversidade	Família Beneficiada	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Outorga e Monitoramento de Florestas Públicas para Produtos e Serviços Florestais	Área Outorgada	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio

Objetivo			
Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental			

Compromisso Regional			
Emitir 03 Títulos Definitivos para Comunidades Quilombolas			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Saúde	R\$ 531.287.296,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	15	12/2018	MS/SIM/SINASC	12,22
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	19,36	12/2018	SIM	15,77
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	240,33	12/2018	MS/SIM	221,67

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	67,71	12/2018	EGESTOR	2020 72,71
					2021 74,65
					2022 78,38
					2023 82,30
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	15,30	12/2018	SIPNI	2020 50,00
					2021 60,00
					2022 65,00
					2023 70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	1,34	12/2018	DATASUS(CNE S)	2020 1,34
					2021 1,34
					2022 1,34
					2023 1,50
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	50,60	12/2018	SINAN	2020 60,00
					2021 70,00
					2022 80,00
					2023 80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,44	12/2018	SIA	2020 0,48
					2021 0,50
					2022 0,53
					2023 0,55
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,08	12/2018	SIA	2020 0,10
					2021 0,15
					2022 0,20
					2023 0,25

Objetivo			
Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	9º CRS - Santarém
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	9º CRS - Santarém, ETSUS, HEMOPA
Implementação da Rede de Ouidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	9º CRS - Santarém
Implementação da Humanização na Saúde	Ação Realizada	Un	9º CRS - Santarém
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	9º CRS - Santarém
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Reestruturação de Unidades Administrativas da Saúde	Unidade Reestruturada	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	9º CRS - Santarém, SESPA

Objetivo			
Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade			

Compromisso Regional			
Concluir a Reforma do Hospital Santo Antônio em Alenquer			
Concluir da Reforma da Santa Casa de Óbidos			
Concluir da Reforma do Hospital de Mojuí dos Campos			
Concluir o Hospital Materno-Infantil de Santarém			
Implantar o Hospital Regional de Calha Norte em Juruti			
Implantar o Serviço de Traumatologia no Hospital Regional de Santarém			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasso Realizado	Un	SESPA
Implantação de Estabelecimento Assistencial de Saúde	Estabelecimento Implantado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	9º CRS - Santarém, HEMOPA, SESPA
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	HEMOPA, SESPA

Objetivo			
Fortalecer a Rede de Atenção Primária			
Compromisso Regional			
Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo			
Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	9º CRS - Santarém, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	9º CRS - Santarém, SESPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Segurança Pública	R\$ 184.531.022,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	   

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	17,90	12/2018	SEGUP	16,50
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	15,10	12/2018	SEGUP	13,10
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	8,83	12/2018	DATASUS	8,54
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	350,60	12/2018	SEGUP	304,00
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	1.875,20	12/2018	SEGUP	1.765,20

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Densidade Carcerária	Percentual	1,44	12/2018	SUSIPE	2020	1,42
					2021	1,51
					2022	1,51
					2023	1,50
Índice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	35.759	12/2018	PMPA	2020	39.335
					2021	42.911
					2022	46.487
					2023	50.063
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	82,00	12/2018	DETRAN	2020	83,00
					2021	84,00
					2022	85,00
					2023	86,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	47,00	12/2018	DETRAN	2020	48,00
					2021	49,00
					2022	50,00
					2023	51,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	73,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	73,00
					2021	74,00
					2022	74,00
					2023	74,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	88,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	88,00
					2021	88,00
					2022	89,00
					2023	89,00

Objetivo			
Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM
Objetivo			
Prevenir Acidentes de Trânsito			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo			
Realizar a Custódia Penal			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SUSIPE
Implantação de Unidades Prisionais	Unidade Implantada	Un	SUSIPE

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda	R\$ 3.800.614,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
	   

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Ampliar o Videomonitoramento em Santarém					
Implantar Base Integrada Fluvial em Óbidos					
Implantar Base Operacional do Grupamento Aéreo de Segurança Pública em Santarém					
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un		FISP	
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un		PMPA, POLÍCIA CIVIL	
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Pic		SEGUP	
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un		CPC	
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un		DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SUSIPE	
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Pic		SEGUP	
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un		PMPA, POLÍCIA CIVIL	
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un		POLÍCIA CIVIL	
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un		PMPA	
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un		POLÍCIA CIVIL	
Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial	Missão Realizada	Un		SEGUP	
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un		PMPA, POLÍCIA CIVIL	
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un		PMPA	

Objetivo			
Valorizar os Agentes de Segurança Pública			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, FUNSAU, PMPA, SUSIPE
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SUSIPE
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda	R\$ 3.800.614,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	        

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 0,69	12/2018	MTE/RAIS	1,40	
Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	- 0,44	12/2018	MTE/RAIS	2020	1,00
					2021	1,50
					2022	2,00
					2023	2,50

Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	0,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020	8,00
					2021	8,00
					2022	10,00
					2023	12,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Trabalho	Percentual	31,40	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020	31,50
					2021	32,00
					2022	32,50
					2023	33,00

Objetivo

Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional

Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Santarém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	SEASTER
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER

Objetivo

Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

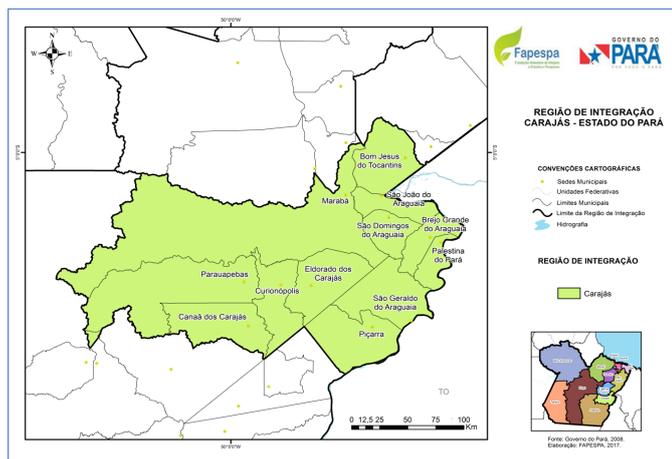
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	Un	SEASTER
Apoio às Unidades Produtivas	Empreendimento Apoiado	Un	SEASTER
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER

Região de Integração: Baixo Amazonas

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	(R\$1,00)
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	16.575.644,00
Concessão de Auxílio Alimentação	201.024.212,00
Concessão de Auxílio Fardamento	12.494.338,00
Concessão de Auxílio Transporte	8.680.146,00
Operacionalização das Ações Administrativas	16.075.255,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	1.039.579.201,00
	R\$ 1.294.428.796,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO CARAJÁS



I - ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Carajás, criada pelo Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é formada por 12 municípios: Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia.

Localizada na região sudeste do Pará, a região detém uma área territorial de, aproximadamente, 45 mil km², o que representa 3,6% da área total do Pará. A região possui um total de 25,9% de suas áreas protegidas.

A população da RI, foi estimada, em 2018, em pouco mais de 675 mil habitantes, correspondendo a 7,9% do total do estado. Marabá é o município de maior contingente populacional, representando 41% da RI, seguido de Parauapebas, 30%, e Canaã dos Carajás, 5,3%. A taxa de crescimento populacional média da região, entre 2010 a 2018, foi de 2,15%, acima da média estadual para o período, 1,46%.

O Produto Interno Bruto (PIB) da região, foi em 2016, cerca de R\$ 24,6 bilhões, o equivalente a 17,8% do PIB paraense, com destaque para o Valor Adicionado da Indústria, que responde a 40% do estado. Na composição do PIB da região, a Indústria contribuem com 50%, os Serviços com 26%, a Administração Pública com 11%, a Agropecuária com 4% e os Impostos com 8%.

A RI Carajás integra a região turística Polo Araguaia-Tocantins, alguns atrativos turísticos são destaque nessa região, tais como: Complexo Minerário da Vale (Serra dos Carajás), Unidade de Conservação – Floresta Nacional de Carajás (Ecoturismo), Parque Zoológico (Marabá), Rota Ecológica (Passeios e Trilhas) Cachoeira Tapete Verde (Parauapebas) e outros.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

O Produto Interno Bruto (PIB)¹ da Região de Integração Carajás, em 2016, alcançou R\$24,6 bilhões, o que corresponde a 18% da geração de valor da economia paraense. Entre os setores econômicos que constituem o PIB da região, o de maior valor adicionado é o da Indústria, com R\$ 12,4 bilhões (50,5%), destacando-se as atividades de mineração extrativa, metalúrgica, frigoríficos, laticínios e construção civil. A extração de minério de ferro em Parauapebas é o principal expoente da geração do PIB na região, contribuindo para a pauta exportadora do estado. O setor de Serviços participou com R\$ 6,4 bilhões (26,2%), a Agropecuária com R\$ 1,1 bilhão (4,4%), a atividade da Administração Pública com R\$2,8 bilhões (2,8%), e os Impostos sobre produtos com R\$ 1,8 bilhão (7,5%).

Tabela 01 – PIB e Valor Adicionado dos Setores Econômicos, Região de Integração Carajás, 2016

Composição do PIB	Brasil	Pará	RI Carajás
PIB (Mil R\$)	6.267.205.000	138.068.008	24.617.473
Valor Adicionado Total (Mil R\$)	5.417.699.000	124.788.832	22.772.804
Valor Adicionado Total %	86,4%	90,4%	92,5%
Valor Adicionado Agropecuária (Mil R\$)	306.655.000	17.167.980	1.086.247
% VA Agropecuário	4,9%	12,4%	4,4%
Valor Adicionado Indústria (Mil R\$)	1.150.207.000	31.519.925	12.426.769
% VA Indústria	18,4%	22,8%	50,5%
Valor Adicionado Serviços (Mil R\$)	3.015.716.000	47.932.450	6.444.504
% VA Serviços	48,1%	34,7%	26,2%
Valor Adicionado Administração Pública (Mil R\$)	945.121.000	28.168.477	2.815.283
% VA Administração Pública	15,1%	20,4%	11,4%
Impostos sobre produtos (Mil R\$)	849.506.000	13.279.177	1.844.669
% Impostos	13,6%	9,6%	7,5%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Entre as atividades econômicas da região, o setor da Indústria distinguiu-se com a atividade da extração mineral, sendo os principais produtos o ferro, cobre e manganês, seguido da construção civil e indústria de transformação, com os segmentos de metalurgia e alimentos. Nos Serviços, as principais atividades foram comércio, atividades profissionais, científicas e técnicas e transporte. No setor agropecuário, destacaram-se a criação de bovino e a agricultura, tendo como principais cultivos a mandioca e o milho.

Os municípios de Parauapebas e Marabá tiveram as maiores contribuições na formação do PIB da região, com R\$ 12,6 bilhões (51%) e R\$ 7,5 bilhões (30%), respectivamente. Em Parauapebas, a indústria mineral (extração de minério de ferro), as atividades profissionais, científicas e técnicas, o transporte, o comércio, e a construção civil representaram as principais atividades. Em Marabá, as atividades mais relevantes foram a extração mineral de cobre e outros minerais metálicos não ferrosos, o comércio, a indústria de transformação (com destaque para os segmentos de produção de laminados longos de aço e abate de reses), as atividades imobiliárias e as atividades profissionais, científicas e técnicas.

¹Soma de todos os produtos e serviços produzidos, menos o consumo intermediário, mais os impostos sobre produtos líquidos de subsídios.

Quadro 01- Principais Atividades no Valor Adicionado do Município, excluída a atividade de Administração Pública, Região de Integração Carajás, 2016

Item Geográfico	Principais Atividades				
RI Carajás	Indústria extrativa	Comércio	Construção civil	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Atividades imobiliárias
Bom Jesus do Tocantins	Pecuária	Atividades imobiliárias	Agricultura	Comércio	Construção civil
Brejo Grande do Araguaia	Pecuária	Atividades imobiliárias	Agricultura	Comércio	Construção civil
Canaã dos Carajás	Indústria extrativa	Construção civil	Atividades imobiliárias	Comércio	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Curionópolis	Indústria extrativa	Pecuária	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Atividades imobiliárias	Transporte, armazenagem e correio
Eldorado dos Carajás	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio	Indústria de transformação	Agricultura
Marabá	Indústria extrativa	Comércio	Indústria de transformação	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Palestina do Pará	Pecuária	Atividades imobiliárias	Agricultura	Construção civil	Pesca e Aquicultura
Parauapebas	Indústria extrativa	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Transporte, armazenagem e correio	Comércio	Construção civil
Piçarra	Pecuária	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Indústria de transformação
São Domingos do Araguaia	Pecuária	Comércio	Atividades imobiliárias	Agricultura	Construção civil
São Geraldo do Araguaia	Pecuária	Comércio	Indústria de transformação	Atividades imobiliárias	Agricultura
São João do Araguaia	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Produção Florestal	Construção civil

Fonte e Elaboração: Fapespa, 2019.

2.2. Balança Comercial

As relações comerciais do Pará com o mercado externo são um componente que possibilita inferir os patamares da atividade produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em um saldo positivo de US\$14,434 bilhões, e a RI Carajás, especificamente, contabilizou um saldo de US\$11,272 bilhões. Os principais produtos exportados foram o minério de ferro e o minério de cobre. Em relação ao minério de ferro, o município de Parauapebas foi responsável por 67% da produção da RI, seguido de Canaã dos Carajás, com 31%; e quanto ao minério de cobre, Marabá respondeu por 70% da produção da região, seguido também por Canaã dos Carajás, com 27%. Ressalta-se, ainda, a exportação de carne bovina, à qual Marabá destacou-se com 13% da produção regional.

Tabela 02 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Carajás, 2018

Item Geográfico	Exportação (US\$)	Part.(%)	Importação (US\$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	239.889.170.206	100	181.230.568.862	100	58.658.601.344
Pará	15.608.825.106	100	1.173.984.415	100	14.434.840.691
RI Carajás	11.544.633.553	74,0	271.824.835	23,2	11.272.808.718

Item Geográfico	Exportação (US\$)	Part.(%)	Importação (US\$)	Part.(%)	Saldo
Canaã dos Carajás	3.422.935.121	29,6	59.486.006	21,9	3.363.449.115
Curionópolis	268.905.805	2,3	186.953	0,1	268.718.852
Eldorado dos Carajás	658.000	0,01	0	0,0	658.000
Marabá	1.592.807.403	13,8	109.842.797	40,4	1.482.964.606
Parauapebas	6.247.629.495	54,1	102.309.079	37,6	6.145.320.416
São Geraldo do Araguaia	11.697.729	0,1	0	0,0	11.697.729

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

2.3. Emprego

Como importante variável de progresso da sociedade, o emprego formal consolida o vínculo na relação entre empregadores e empregados, além de garantir direitos e deveres entre esses dois segmentos. De acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério da Economia, a RI Carajás registrou, em 2017, um total de 113.631 empregos formais, equivalente a 11% dos empregos formais gerados no Pará. De forma setorial, teve maior participação a Administração Pública, com 25% do total de empregos formais gerados na região, seguido pelo Comércio, 22%, e Serviços, 21%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados, destacam-se Marabá (40%), Parauapebas (38%) e Canaã dos Carajás (10%).

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Carajás

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Carajás
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	224.041
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	9,53
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	40,81
Empregos Formais (2017)			
Total	46.281.590	1.068.818	113.631
Extrativa Mineral	212.337	19.710	13.619
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	7.655
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	656
Construção Civil	1.838.958	57.880	10.071
Comércio	9.230.750	203.656	25.119
Serviços	16.772.645	284.360	24.046
Adm. Pública	9.195.215	363.926	28.454
Agropecuária Extração Vegetal Caca e Pesca	1.501.052	51.468	4.011

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/TEM, 2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Em que pese o emprego formal ser um importante indicador de melhoria do bem-estar social, em 2010, na Região de Integração Carajás, cerca de 224.041 trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho, o que corresponde a 8% do total de ocupados do estado.

2.4. Infraestrutura

Para a mobilidade da população e escoamento da produção, a RI Carajás conta com uma infraestrutura de rodovias federais que se encontram em Marabá, como a BR-153, BR-222, BR-230 e a BR-155. A BR-153 inicia em Marabá e termina em Açu/RS, permitindo a ligação da região com estados do centro-oeste e sul do país. A BR-222 inicia, também, em Marabá e termina em Fortaleza/CE, sendo um importante eixo de ligação do sudeste paraense com os estados do Maranhão, Piauí e Ceará, além da integração da RI Carajás com a RI Rio Capim (trecho que vai de

Marabá a Rondon do Pará). Essa rodovia também é importante por fazer a ligação entre eixos troncais estratégicos para acessibilidade viária do estado, como a BR-010 e PA-150.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange também três aeródromos/aeroportos, setenta e quatro pontes (totalizando 2 km de extensão), dois portos, quatro travessias e dez rodovias. Importante ressaltar a importância dos aeroportos públicos existentes em Marabá e Parauapebas. O primeiro articula o sul e sudeste paraense, com movimentação significativa de aeronaves e passageiros. O segundo, de porte menor (menor circulação de aeronaves e passageiros), está localizado num espaço estratégico, na Floresta Nacional de Carajás, onde também se situa a Província Mineral de Carajás (exploração de minério de ferro).

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Carajás

Municípios com Aeródromos/Aeroportos (3)	Marabá
	Parauapebas
	Bom Jesus do Tocantins
Rodovias	10 rodovias (total 657 km) - 70% pavimentado
Ferrovias	Estrada Ferro Carajás
Travessias (4)	Santa Isabel do Araguaia - Grota da Água Vermelha (TO)
	São Geraldo do Araguaia - Xambioá (TO)
	São José do Araguaia - Pontão (TO)
	Piçarra - Araguaia
Hidrovia	Araguaia/Tocantins
Portos (2)	Marabá
	São João do Araguaia
Pontes	74 pontes (total de 2 km)

Fonte: SETRAN, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019

No que diz respeito aos investimentos privados, previstos para o período de 2018 a 2030, segundo informações da REDES/FIEPA, a RI Carajás será contemplada com, cerca de, R\$34,6 bilhões, 27% do total previsto para o estado, destacando-se projetos como a hidrelétrica de Marabá, com investimentos estimados em R\$12 bilhões, e a ferrovia estadual Fepasa, com R\$14 bilhões.

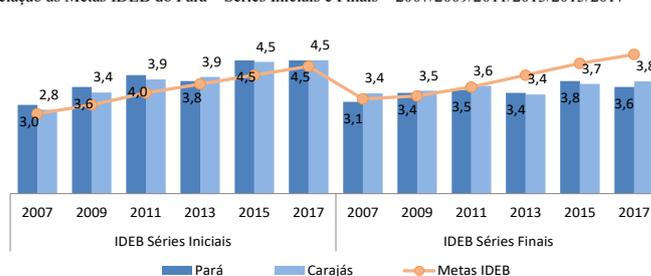
3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Carajás, a média da nota IDEB dos municípios em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano) tem alcançado as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará. No que diz respeito às séries finais (8ª Série/9º Ano), o alcance das metas se manteve até o ano de 2011 (3,5), a partir do ano de 2013 (3,4), a região teve uma queda, retomando o crescimento nos anos de 2015 (3,7) e 2017 (3,8), o qual ainda não foi suficiente para alcançar a meta. O mesmo comportamento se observa no estado, no entanto, o Pará voltou a retroceder na nota no ano de 2017, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Carajás, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



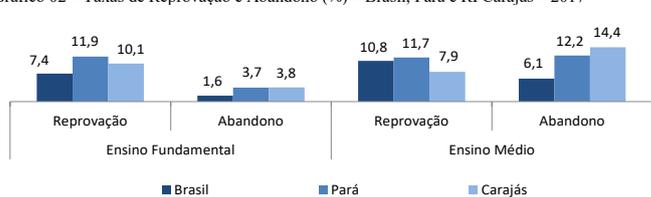
Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

As taxas de rendimento escolar geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB. Neste estudo são analisadas as taxas de reprovação e de abandono, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar ao valor da RI Carajás.

Em relação à taxa de reprovação no ensino fundamental, a região chegou a 10,1% de reprovados, no ano de 2017, se mantendo um pouco abaixo do valor do estado (11,9% de reprovação). O município de Palestina do Pará apresentou a maior taxa de reprovação, com 18,0%, e o município de Parauapebas a menor reprovação, com 3,2%. No ensino médio, o município com a maior taxa de reprovação foi Canaã dos Carajás, com 14,8% de alunos reprovados, e a menor taxa foi registrada no município de São Geraldo do Araguaia, 2,8%.

Quanto à taxa de abandono no ensino fundamental e no ensino médio, a região ficou acima dos valores do Pará e do Brasil, alcançando as taxas de 3,8% de abandono no fundamental e 14,4% do ensino médio. O Pará se destaca com a pior taxa de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação, com 12,2% de abandono.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e RI Carajás – 2017



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Na RI Carajás, os municípios que obtiveram as maiores taxas de abandono no ensino fundamental foram São João do Araguaia (6,4%) e Brejo Grande do Araguaia (6,1%), e as menores foram Canaã dos Carajás (1,1%) e Parauapebas (1,7%). No ensino médio, os municípios que obtiveram as maiores taxas de abandono foram Curionópolis (24,5%) e Piçarra (19,5%), e as menores foram registradas em São Domingos do Araguaia (9,1%) e Eldorado dos Carajás (10,2%).

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental

aos 6 anos de idade, permanecendo no Ensino Fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nessa modalidade até os 14 anos de idade. Assim como no ensino médio, ingressando aos 15 anos e concluindo aos 17 anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%) quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil (17,2% e 28,2%, respectivamente).

Na RI Carajás, no ensino fundamental, o município de Bom Jesus do Tocantins se destacou com a maior taxa de distorção, 33,8%, e a menor taxa ficou com o município de Parauapebas, 12,2%. No ensino médio, a maior taxa ficou com o município de São João do Araguaia, 60,8%, e a menor distorção foi registrada em Parauapebas, 38,0%, conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Carajás e Municípios, 2018

Itens Geográficos	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	17,2	28,2
Pará	29,5	48,0
RI Carajás	27,3	49,8
Bom Jesus do Tocantins	33,8	59,9
Brejo Grande do Araguaia	30,6	56,3
Canaã dos Carajás	18,3	39,2
Curionópolis	19,5	48,5
Eldorado dos Carajás	28,4	50,7
Marabá	23,7	43,3
Palestina do Pará	33,0	55,0
Parauapebas	12,2	38,0
Piçarra	29,7	46,7
São Domingos do Araguaia	32,4	57,2
São Geraldo do Araguaia	30,6	42,4
São João do Araguaia	35,8	60,8

Fonte: INEP/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde, a RI Carajás registrou, em 2017, a taxa de mortalidade infantil (mortes infantis a cada mil nascidos vivos) de 15,52, ligeiramente superior à taxa apresentada pelo Pará, 15,38. Os municípios da região com as maiores taxas foram Piçarra, 27,47, Bom Jesus do Tocantins, 22,22, e Marabá, 18,27. Por outro lado, São João do Araguaia, 5,88, São Geraldo do Araguaia, 6,07, e Palestina do Pará, 10,31, obtiveram os menores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Constavam na região, em 2018, 1.040 agentes, o que representa uma proporção de cobertura de 92,01% (apenas os municípios de Brejo Grande do Araguaia, Marabá e Parauapebas não possuem 100% da população estimada coberta), superior à apresentada para o estado do Pará, de 81,21%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família, em 2018, havia 106 equipes implantadas na RI, equivalentes a uma proporção de cobertura média de 84,94%, superior à do estado, de 59,13. Até dezembro de 2018, apenas quatro municípios ainda não haviam alcançado 100% da cobertura, Parauapebas, 47,74%, Eldorado dos Carajás, 52,44%, e São Domingos do Araguaia, 97,15%, com destaque para Marabá, 21,98%.

Tabela 05 - Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Carajás

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Carajás
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	15,52
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	92,01
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	84,94
Hospitais - 2018	6.687	247	21
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	1,90
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	1,52

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

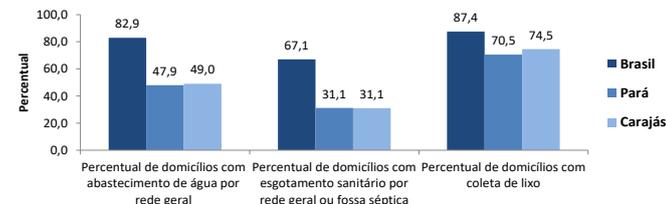
Em observação aos indicadores de infraestrutura de saúde, a RI Carajás conta com vinte e um hospitais (Hospital Geral, Hospital/Dia e Hospital Especializado). Ressalta-se o Hospital Regional do Sudeste do Pará Dr. Geraldo Veloso, em Marabá, inaugurado em 2006, oferece serviços de média e alta complexidade não ofertados por outras unidades da rede pública na região, como o atendimento em neurocirurgia, traumatologia, ortopedia e cirurgia geral. Em relação aos Postos e Centros de Saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela região foi de 1,90, inferior à apresentada pelo Pará, de 2,47. Da mesma forma, a taxa de Leitos Hospitalares por Mil Habitantes na RI Carajás, de 1,52, mostrou-se menor que a taxa do estado, de 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores possuem uma defasagem em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de Censo Demográfico.

O Gráfico 03, a seguir, apresenta esses indicadores para o Brasil, Pará e Região de Integração Carajás, permitindo observar que, em 2010, 82,9% dos domicílios brasileiros possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, e 97% tinham coleta de lixo. No estado do Pará, naquele ano, 47,9% do total de domicílios contavam com abastecimento de água por rede geral, 31,1% com esgotamento sanitário por rede geral, e 70,5% com coleta de lixo regular. Na RI Carajás, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 49% dos domicílios, de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica era de 31,1%, e de coleta de lixo correspondia a 74,5%. As coberturas dos serviços de abastecimento de água por rede geral e coleta de lixo eram maiores na região do que no estado do Pará, no ano em questão.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração do Carajás, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), trouxe em seus resultados o item geográfico "Fora RMB", que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do Pará que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RM Belém	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD Contínua, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio para o governo. O indicador Percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) está presente apenas no município de Marabá, dentre os doze que compõem a RI Carajás.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: **domicílios precários** (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos); **coabitação familiar** (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo); **ônus excessivo com aluguel urbano** (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que dispendem 30% ou mais de sua renda com aluguel); e **adensamento excessivo de domicílios alugados** (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Pode-se observar na Tabela 07 que o déficit habitacional, em 2010, no Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, representando, aproximadamente, 23% do total de domicílios do estado, enquanto na RI Carajás, o déficit era de 21,6% do total de domicílios da região.

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Carajás, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI CARAJÁS	
	Total	Percentual	Total	Percentual
Déficit Habitacional	423.437	22,8	32.770	21,6
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	12.328	37,1
Cobabitação Familiar	168.684	39,2	11.334	34,1
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	5.382	16,2
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	4.199	12,6
Total Domicílios	1.859.165		151.238	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Dentre os componentes, os domicílios precários correspondiam a 46,1% do déficit total do estado, e a 37,1% do total da região; e coabitação familiar representava, aproximadamente, 39% do total de domicílios no Pará, e 34% no Carajás. Juntos, esses dois componentes representaram, no ano em estudo, cerca de, 85% do Déficit no estado do Pará e 71% na região Carajás. Em relação aos outros dois componentes, o ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% do total de domicílios na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no Pará e a 12,6% na região. Em ambos os componentes, proporcionalmente, a RI Carajás apresentou o dobro de domicílios, em relação ao estado.

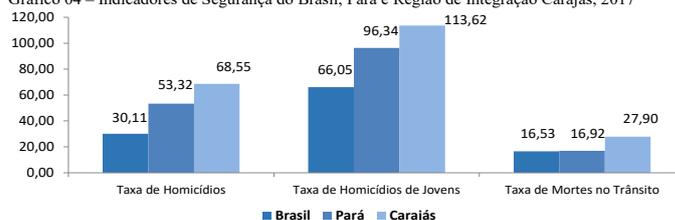
3.4. Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), foram analisados três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Carajás apresentou taxas superiores às apresentadas pelo estado e pelo Brasil, em relação aos três indicadores. A taxa de homicídios no Pará atingiu 53,32 homicídios, enquanto que na região esse número foi de 68,55. Ao nível municipal, Curionópolis e São João do Araguaia apresentaram as maiores taxas, 103,13 e 95,48 homicídios, respectivamente, em contraposição à Piçarra e Palestina do Pará, que figuraram com as menores taxas, 39,58 e 40,62 homicídios.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem apresentada, em 2017, pela RI Carajás, de 113,62 homicídios a cada 100 mil jovens, foi superior à alta taxa estadual, de 96,34 homicídios a cada 100 mil jovens. Canaã dos Carajás e São João do Araguaia apresentaram as maiores taxas entre os municípios da região, com 195,41 e 187,56 homicídios por 100 mil jovens, respectivamente. Apenas os municípios de Brejo Grande do Araguaia e Piçarra apresentaram taxas inferiores a 50 homicídios por 100 mil jovens, 47,97 e 49,88, respectivamente.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Carajás, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A taxa de mortes por acidente no trânsito, em 2017, para a RI Carajás, foi de 27,90 mortes, superior à registrada pelo Pará, de 16,92 mortes. Os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Eldorado dos Carajás de 48,64 mortes, e Canaã dos Carajás, de 44,41 mortes, enquanto Brejo Grande do Araguaia e Parauapebas apresentaram as menores taxas, 13,92 e 19,27, respectivamente.

Vale ressaltar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

Em relação às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Carajás apresentou taxas superiores às do Pará, quanto aos indicadores taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa inferior apenas para o indicador taxa de roubo. A taxa de homicídios da região foi de 57,47 mortes e a do Pará de 45,66. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI apresentou taxa de 10,31 e o Pará de 9,60. Quanto à taxa de roubo, registrou-se um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes no Pará, e para a RI Carajás, observou-se 1.185,76 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 - Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração do Carajás (2016-2017)

Indicadores Segurança	Pará		RI Carajás	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	59,42	57,47
Taxa de Homicídios no Trânsito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	15,73	10,31
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1546,12	1423,86	1.325,57	1.185,76

Fonte: SEGUP, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, quase o dobro apresentado no Brasil, 15,20%. A Região de Integração Carajás teve resultado próximo ao do estado, com 33,39% de sua população abaixo da linha da pobreza.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo o índice de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, na RI Carajás, em 2010, o Índice de Gini foi de 0,55, desigualdade abaixo da registrada para o estado de 0,62 e para o Brasil de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini, Brasil, Pará e Região de Integração Carajás, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	15,20	0,60
Pará	32,33	0,62
RI Carajás	33,39	0,55

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Na região Carajás, 44,8% da população de seus municípios encontra-se inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 66,20% se declaram com renda igual ou abaixo da linha pobreza, e 48,9% das famílias inscritas recebem o Bolsa Família. A região possui percentuais menores do que o Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 - População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Carajás e Municípios, dezembro/2018

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	52,6	78,6	64,2
RI Carajás	44,8	66,2	48,9
Bom Jesus do Tocantins	54,3	78,2	64,4
Brejo Grande do Araguaia	70,7	75,0	66,1
Canaã dos Carajás	56,9	73,7	57,2
Curionópolis	75,9	83,0	63,7

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Eldorado dos Carajás	63,3	66,1	47,1
Marabá	39,1	59,2	39,4
Palestina do Pará	80,9	86,4	76,4
Parauapebas	34,6	59,1	42,2
Piçarra	58,7	71,4	60,2
São Domingos do Araguaia	57,8	80,2	65,3
São Geraldo do Araguaia	58,9	77,9	63,1
São João do Araguaia	81,4	80,3	67,2

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Os municípios de São João do Araguaia e Palestina do Pará possuem os maiores percentuais de suas populações inscritas no CadÚnico, com 81,4% e 80,9%, respectivamente. Dos inscritos, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza, foram Palestina do Pará, 86,4%, e Curionópolis, 83,0%. Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que se destacaram com o maior número de famílias que recebiam o Bolsa Família foram Palestina do Pará, 76,4%, e São João do Araguaia, 67,2%.

3.6. Juventude

Em nível federal, o governo, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas direcionadas para a melhoria da situação socioeconômica da juventude² em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre Secretarias e Fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

Em 2018, a população estimada de jovens no Pará era de 2.508.928 (FAPESPA, 2018), mantendo uma média de 29,43%, nos últimos quatro anos (2015-2018), em relação à população total do estado. A RI Carajás, entre as regiões do estado, mostra-se na quinta posição, com maior quantitativo de jovens, 211.577, e participação estimada de 31,35% em relação ao seu contingente populacional.

Tabela 11 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Carajás e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	2.416.773	29,45	2.444.747	29,43	2.475.723	29,47	2.508.928	29,36
RI Carajás	203.174	31,64	207.730	31,73	212.115	31,82	211.577	31,35

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019

² A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

Dentre os municípios que compõem a região Carajás, Marabá conta com o maior número de jovens, 86.777, correspondente a 31,55% de sua população, seguido de Parauapebas, com 70.481 jovens e participação individual de 34,74%, em relação à população do município, a maior registrada na região.

Os municípios de Marabá e Parauapebas apresentaram também maior participação de jovens no mercado de trabalho, ambos com 34,02%, em relação ao total de vínculos no município, observando-se que os dois municípios, juntos, comportam 78,25% do total de vínculos da RI Carajás e 80,14% do número de vínculos ocupados por jovens da região.

Tabela 12 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal – Pará, Região de Integração Carajás e Municípios, 2017

Item Geográfico	Emprego 2017		
	Total Vínculos	Vínculos de Jovens 15 a 29 anos	%
Pará	1.068.818	272.675	25,51
RI Carajás	113.631	37.751	33,22
Bom Jesus do Tocantins	1.196	315	26,34
Brejo Grande do Araguaia	666	142	21,32
Canaã dos Carajás	11.373	3.770	33,15
Curionópolis	2.552	822	32,21
Eldorado dos Carajás	1.756	562	32,00
Marabá	45.976	15.640	34,02
Palestina do Pará	447	92	20,58
Parauapebas	42.945	14.612	34,02
Piçarra	1.172	306	26,11
São Domingos do Araguaia	1.811	422	23,30
São Geraldo do Araguaia	3.074	976	31,75
São João do Araguaia	663	92	13,88

Fonte: MTE/RAIS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres jovens é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018³).

Em 2017, do total de nascidos vivos no Pará, 24,38% eram de mães menores de 19 anos de idade. Esse percentual, embora tenha diminuído cerca de 3% em relação a 2010, continua elevado, quando se considera proporcionalmente a população jovem estimada em, cerca de, 31,35%. Na RI Carajás, esse dado foi de 21,65% (com diminuição de 5% quando comparado a 2010), o segundo menor se comparado aos percentuais das demais regiões do estado.

Tabela 13 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Carajás (2010-2017)

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	27,42	27,50	27,56	27,37	27,27	26,53	25,73	24,38
RI Carajás	26,71	26,57	26,06	26,23	25,41	24,75	23,63	21,65

Fonte: DATASUS/2018
Elaboração: Fapespa, 2019

Considerando os municípios componentes da RI Carajás, os maiores percentuais de jovens menores de 19 anos que tiveram filhos nascidos vivos, em 2017, ocorreram em São Geraldo do Araguaia (30,57%), São João do Araguaia (30%) e Bom Jesus do Tocantins (29,78%), sendo este último, também, o único município com incremento entre os anos de 2010 e 2017. Parauapebas (18,42%) e Canaã dos Carajás (20,99%) demarcaram os menores percentuais.

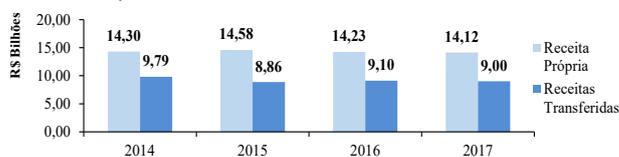
³ FAPESPA. Perfil da Juventude Parense, 2018.

4. ARRECADAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas à construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como a viabilização de empreendimentos estruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2014 a 2017, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R\$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R\$9,815 bilhões.

Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará 2014-2017



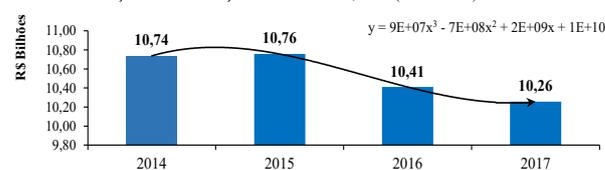
Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu reflexos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)



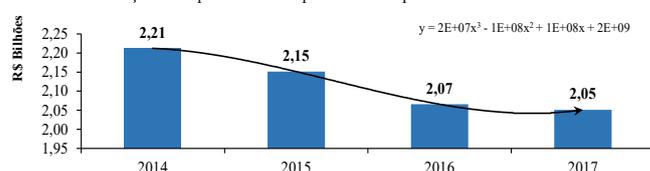
Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. No período 2014-2017, o montante desse tributo, a ser destinado aos municípios, retraiu -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios, 2014-2017



Fonte: SEFA, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse contexto, verificou-se no período em exame que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõe a RI do Carajás retraiu em 38%, tendo o município de Parauapebas recebido a maior parcela, 47,6%, do total destinado à região, seguido por Marabá, 30%, e Canaã dos Carajás, 10%. Outro ponto a destacar é o fato de que, entre 2014 e 2017, o total de ICMS repassado aos municípios da RI Carajás, vinha representando, cerca de, 25% do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14 – Evolução dos Valores de Repasse de ICMS (R\$) para os Municípios da Região de Integração Carajás (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	2.212.195.854,32	2.151.243.071,59	2.065.861.819,58	2.051.113.567,84
RI Carajás	660.340.462,53	573.521.402,87	455.345.451,72	408.171.600,00
Bom Jesus do Tocantins	3.981.952,55	4.087.361,83	4.164.110,21	3.897.115,78
Brejo Grande do Araguaia	3.097.074,18	3.011.740,31	3.123.082,66	3.281.781,72
Canaã dos Carajás	70.790.267,34	61.310.427,53	52.884.199,71	42.663.162,20
Curionópolis	5.530.489,63	6.668.853,54	6.870.781,85	8.409.565,62
Eldorado dos Carajás	5.972.928,81	5.808.356,28	6.037.959,82	6.358.452,07
Marabá	104.858.083,50	105.626.034,81	114.513.030,84	123.887.259,49
Palestina do Pará	2.875.854,63	2.581.491,68	2.706.671,63	2.666.447,64
Parauapebas	444.208.927,53	363.775.203,41	243.392.241,91	194.445.566,24
Piçarra	5.088.050,45	5.593.231,99	5.829.754,28	5.948.229,37
São Domingos do Araguaia	4.203.172,14	4.302.486,13	4.372.315,73	4.512.449,84
São Geraldo do Araguaia	6.636.587,57	7.529.350,75	8.120.014,92	8.614.676,97
São João do Araguaia	3.097.074,18	3.226.864,60	3.331.288,18	3.486.893,06

Fonte: SEFA, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A RI Carajás é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, na modalidade Projeto de Assentamento (PA). Da área total da região, 44.920 km², 11.597 km² (25,8%) correspondem às áreas protegidas, porém, o desmatado acumulado já alcançou 27.884 km² (62%). Em termos municipais, Marabá detinha, em 2017, a maior área de desmatamento acumulado, 8.675 km², e, também, registrou o maior número de focos de calor, 729 focos, em 2017.

Tabela 15 – Desmatamento acumulado (km²), Pará, Região de Integração Carajás e Municípios, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatado (km²)	Números de Focos de Calor
Pará	1.247.955	264.691	49.413
RI Carajás	44.729	27.884	1.809
Bom Jesus do Tocantins	2.816	1.775	63
Brejo Grande do Araguaia	1.288	1.070	46
Canaã dos Carajás	3.146	1.744	197
Curionópolis	2.369	2.061	137
Eldorado dos Carajás	2.957	2.751	160
Marabá	15.128	8.675	729
Paléstina do Pará	984	827	7
Parauapebas	6.886	1.324	206
Piçarra	3.313	2.925	46
São Domingos do Araguaia	1.392	1.294	19
São Geraldo do Araguaia	3.168	2.503	93
São João do Araguaia	1.280	936	106

Fonte: IBGE/PRODES, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Ainda no tocante à dinâmica ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2018, uma parcela de 86% de sua área destinada à regularização ambiental com Cadastro Ambiental Rural (CAR) viabilizado. Entre os municípios que compõem a região, Eldorado dos Carajás é o município que possui a maior proporção de área com CAR efetivado (96%), seguido por Curionópolis (89%) e Marabá (88,4%).

Tabela 16 – Área Territorial, Área Cadastral e Percentual de Áreas Regularizadas Ambientalmente da Região de Integração Carajás, 2018

Item Geográfico	Área Territorial (IBGE/km²) (A)	Área Cadastral (KM²) (B)	% de Área Cadastral (B/A)	Área de CAR (KM²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Carajás	44.727,93	32.948,99	73,67	28.377,42	86,13
Bom Jesus do Tocantins	2.818,63	2.136,48	75,80	1.665,97	77,98
Brejo Grande do Araguaia	1.290,01	1.200,44	93,06	945,96	78,80
Canaã dos Carajás	3.144,97	1.941,24	61,73	1.667,89	85,92
Curionópolis	2.368,53	2.367,86	99,97	2.109,49	89,09
Eldorado dos Carajás	2.957,09	2.956,84	99,99	2.835,19	95,89
Marabá	15.122,47	11.628,76	76,90	10.279,30	88,40
Paléstina do Pará	985,66	950,06	96,39	836,59	88,06
Parauapebas	6.881,30	1.303,14	18,94	1.047,02	80,35
Piçarra	3.314,05	3.262,73	98,45	2.657,18	81,44
São Domingos do Araguaia	1.393,53	1.380,01	99,03	1.153,32	83,57
São Geraldo do Araguaia	3.170,75	2.637,33	83,18	2.312,96	87,70
São João do Araguaia	1.280,94	1.184,11	92,44	866,56	73,18

Fonte: SEMAS/PMV, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas estaduais de preservação ambiental, o ICMS Verde, aprovado pelo parlamento estadual em 2012, configurou-se como um incentivo maior dado pelo estado aos municípios, de maneira que esses pudessem ampliar suas áreas protegidas e reduzir seus níveis de desmatamento. Entre 2014 a 2018, a RI Carajás teve uma participação média de 8% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios. Em 2018, a região contabilizou um montante de R\$ 13,2 milhões, com o município de Marabá detendo a maior parcela (14%), seguido por Parauapebas (10%) e Eldorado dos Carajás (9,4%).

Gráfico 08 – Evolução do Repasse de ICMS Verde na Região de Integração Carajás (2014-2018)



Fonte: SEMAS/PMV, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Região de Integração: Carajás

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS	
PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor (R\$ 1,00) 2020-2023
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	16.518.779,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	17.060.063,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	10.281.582,00
Cultura	1.084.484,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	75.240.029,00
Direitos Socioassistenciais	15.552.161,00
Educação Básica	523.520.032,00
Educação Profissional e Tecnológica	1.710.960,00
Educação Superior	9.100.088,00
Esporte e Lazer	1.760.091,00
Governança Pública	65.739.425,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	29.322.326,00
Infraestrutura e Logística	144.302.568,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	3.647.531,00
Saúde	271.158.232,00
Segurança Pública	186.140.305,00
Trabalho, Emprego e Renda	3.926.163,00
R\$ 1.376.064.819,00	
Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor (R\$ 1,00) 2020-2023
Manutenção da Gestão	1.024.187.798,00
R\$ 1.024.187.798,00	
TOTAL PARA A REGIÃO : R\$ 2.400.252.617,00	

Região de Integração: **Carajás** **R\$ 2.400.252.617,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura** **R\$ 16.518.779,00**

Diretriz **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável**

Crescimento Inteligente

Indicador de Resultado **Referência** **Índice Esperado 2023**

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Efetivo dos principais rebanhos por região (bovino)	Unidade	3.521.560	06/2019	ADEPARA	4.280.478
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Milho)	Kg/Hectare	2.993	06/2019	IBGE	3.638

Indicador de Processo **Referência** **Índice Esperado**

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	120	12/2018	SEDAP	2020 126 2021 132 2022 140 2023 147
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	3,86	12/2018	EMATER	2020 4,78 2021 5,28 2022 5,42 2023 5,64
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuario	Unidade	250	12/2018	SEDAP	2020 263 2021 276 2022 289 2023 304

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Apoiar os 12 Municípios para Inclusão nos Mercados Institucionais (PNAE, PAA e Compras Públicas)
Obter a Certificação Internacional de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação em 2022

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto Classificado	T	ADEPARÁ
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	EMATER, SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Cidadania, Justiça e Direitos Humanos** **R\$ 17.060.063,00**

Diretriz **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável**

Crescimento Inteligente

Sociedade de Direitos

Indicador de Processo **Referência** **Índice Esperado**

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	41,66	12/2018	SEJUDH	2020 - 2021 30,00 2022 - 2023 -
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020 17,00 2021 17,00 2022 42,00 2023 17,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SUSIPE
Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sistema Penitenciário	Município Apoiado	Un	SESPA

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Empoderamento e Autonomia Financeira para Mulheres	Mulher Atendida	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo

Promover Ações Intersectoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Promocão de Estratégias e Metodologias Educativas sobre Drogas	Ação Educativa Realizada	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Realização de Eventos Intersectoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Compromisso Regional

Implantar Usina da Paz em Marabá

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Implementação da Estação Cidadania	Pessoa Atendida	Un	ARCON, DETRAN, IGEPREV, JUCEPA, PARÁPAZ, POLÍCIA CIVIL, SEAD
Implementação das Usinas da Paz	Pessoa Atendida	Un	NAC, PARÁPAZ
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Ciência, Tecnologia e Inovação** R\$ 10.281.582,00

Diretriz Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

Crescimento Inteligente

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,10	12/2018	SIAFEM/SEFA	0,20

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	66,00	12/2018	FAPESPA	2020 100,00	2021 100,00 2022 100,00 2023 100,00

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Árvores Digitais e Aldeias Sustentáveis para Acesso Público à Internet e Comunicação de Dados	Árvore Digital Implantada	Un	SECTET
Promocão ao Acesso Público a Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA

Objetivo

Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação

Compromisso Regional

Conceder 400 Bolsas de Ciência, Tecnologia e Inovação (Bolsa Pará) nos Municípios da Região Carajás

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Bolsas de Pesquisa	Bolsa Contratada	Un	FAPESPA, SECTET
Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica	Projeto Apoiado	Un	FAPESPA
Manutenção dos Parques e Polos Tecnológicos	Espaço Mantido	Un	SECTET
Promocão de Eventos Científicos e Tecnológicos	Evento Apoiado	Un	FAPESPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Cultura** R\$ 1.084.484,00

Diretriz Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

Sociedade de Direitos

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	25,00	12/2018	SECULT/FCP	66,67

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	60.000	12/2018	FCP/SECULT	2020 63.900	2021 67.050 2022 70.358 2023 73.830

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo

Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	R\$ 75.240.029,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	7,53	12/2019	COSANPA/IBG E/SNIS/SEDO	2020: 7,53 2021: 7,53 2022: 8,78 2023: 8,78	
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	60,84	12/2019	COSANPA/IBG E/SNIS/SEDO	2020: 61,73 2021: 61,73 2022: 66,42 2023: 87,93	

Objetivo
Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDO
Implantação do Sistema de Governança Metropolitana	Sistema Implantado	Un	SEDO
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	DETRAN, SEDOP

Objetivo
Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Consolidação do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social	Município Apoiado	Un	COHAB
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicílio Atendido	Un	COHAB
Regularização Fundiária Urbana	Imóvel Regularizado	Un	COHAB

Objetivo
Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Compromisso Regional
Atender mais 7.920 Pessoas com Esgotamento Sanitário na Região de Integração Carajás Concluir as Obras de Implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Marabá

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDO
Fiscalização dos Serviços de Saneamento Básico	Convênio Fiscalizado	Un	ARCON
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Direitos Socioassistenciais	R\$ 15.552.161,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Taxa de profissionalização de socieducandos	Percentual	4,09	12/2018	FASEPA	2020: 5,00 2021: 5,50 2022: 6,00 2023: 6,50	
Taxa de progressão de medidas socioeducativas	Percentual	61,90	12/2018	FASEPA	2020: 62,00 2021: 62,50 2022: 63,00 2023: 63,50	

Objetivo
Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo
Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Atenção à Pessoa Idosa e suas Famílias	Idoso Beneficiado	Un	SEASTER
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS
Implementação de Serviços de Alta Complexidade	Pessoa Atendida	Un	FEAS

Objetivo
Garantir o Atendimento Integral ao Socioeducando em Privação de Liberdade e Atenção a Egressos

Compromisso Regional
Implantação de 01 Unidade de Internação e 01 Unidade de Semiliberdade em Marabá

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento a Egressos de Medida Socioeducativa	Egresso Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Internação	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Internação Provisória	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Semiliberdade	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Implantação de Unidade de Atendimento Socioeducativo	Unidade Implantada	Un	FASEPA

Objetivo
Promover a Inclusão Socioproductiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA
Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	Un	SEASTER

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Educação Básica	R\$ 523.520.032,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8ª Série/9º Ano)	Índice	3,40	12/2017	INEP/SEDOC	4,10
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	2,7	12/2017	INEP/SEDOC	3,2

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	15,00	12/2018	INEP/SEDOC	2020: 14,40 2021: 13,90 2022: 13,60 2023: 13,30	
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	18,23	12/2018	INEP/SEDOC	2020: 16,55 2021: 16,24 2022: 16,03 2023: 15,82	
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	79,10	12/2018	INEP/SEDOC	2020: 79,90 2021: 80,70 2022: 81,10 2023: 81,50	
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	75,20	12/2018	INEP/SEDOC	2020: 77,40 2021: 77,80 2022: 78,10 2023: 78,40	
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	5,90	12/2018	INEP/SEDOC	2020: 5,70 2021: 5,50 2022: 5,30 2023: 5,20	
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	6,54	12/2018	INEP/SEDOC	2020: 6,05 2021: 5,96 2022: 5,87 2023: 5,78	

Objetivo
Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional
Construir 4 Escolas Estaduais nos Municípios de Bom Jesus do Tocantins, Parauapebas e São João do Araguaia. Reformar/Ampliar 8 Escolas Estaduais nos Municípios de Marabá, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, Eldorado dos Carajás, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande e Palestina do Pará na Região

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Fortalecer a Governança na Educação Básica

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 38 escolas nos Municípios de Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação em Tempo Integral	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Educação Profissional e Tecnológica** R\$ 1.710.960,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2021
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020	-
					2021	-
					2022	125,00
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	338	12/2018	SEDUC / SECTET	2020	350
					2021	420
					2022	550
					2023	580

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar 02 Novos Cursos Técnicos em Marabá
Implantar Escola de Ensino Técnico em Parauapebas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SEDUC, SETUR
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET, SEDUC

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Educação Superior** R\$ 9.100.088,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	5,89	12/2018	UEPA	3,31

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2021
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	5,00	12/2018	UEPA	2020	17,00
					2021	22,00
					2022	16,00
			2023	12,00		

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	Campi Atendidos	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Esporte e Lazer** R\$ 1.760.091,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	314	12/2018	SEDUC/SEEL	2020	320
					2021	326
					2022	332
					2023	336

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Difusão de Eventos Esportivos	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL
Revitalização de Espaços de Esporte e Lazer	Espaço Revitalizado	Un	SEEL

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Governança Pública** R\$ 65.739.425,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R\$ em milhares	3.425.419,00	12/2018	SEFA	4.980.197,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	032,00	06/2019	SEAD/EGPA	2020 0,48 2021 0,48 2022 0,48 2023 0,48

Objetivo
Ampliar a Atribuição do Regime Próprio de Previdência Social

Objetivo
Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	11º CRS - Marabá, ADEPARÁ, CRG - Marabá, EGPA, Enc. CBM, FASEPA, HEMOPA, IASEP, PGE, SEDAP, SEDOP, SEDUC, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP
Promoção da Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida do Servidor	Servidor Atendido	Un	SEAD
Valorização do Servidor	Servidor Beneficiado	Un	EGPA

Objetivo
Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo
Promover a Gestão Regionalizada

Compromisso Regional
Realizar Anualmente o Governo Itinerante

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOF
Implantação de Repetidores de TV	Repetidora Implantada	Un	FUNTELPA
Implementação dos Centros Regionais de Governo	Centro de Governo Implementado	Un	Casa Civil, CRG - Marabá
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE, SEDOP
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	DETRAN, HEMOPA, IASEP, SESPA

Objetivo
Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	DETRAN, IASEP, IGEPREV, SEDAP, SEFA
Defesa dos Direitos do Estado	Processo Analisado	Un	PGE
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	11º CRS - Marabá, CRG - Marabá
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, CRG - Marabá, DETRAN, EMATER, PGE, PMPA, SED, SEFA, SEMAS, SUSIPE

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Indústria, Comércio, Serviços e Turismo** R\$ 29.322.326,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	-2,20	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	4,00
Receita gerada pelo turismo	R\$ em mil	43.153,22	12/2018	SETUR	48.823,90

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	16	12/2018	BANPARA	2020 52 2021 77 2022 101 2023 121
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	2	12/2018	JUCEPA	2020 2 2021 0 2022 0 2023 0
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	37	07/2019	SEDEME	2020 77 2021 80 2022 93 2023 98
Número de turistas	Unidade	49.158	12/2018	SETUR	2020 51.647 2021 52.938 2022 54.261 2023 55.618

Objetivo
Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocações das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Município Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização da Cadeia Produtiva dos Agrominerais	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Fomento ao Setor de Gemas e Metais Preciosos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Gestão das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários	Projeto Fiscalizado	Un	SEDEME

Objetivo
Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Incentivo a Áreas Industriais	Área Industrial Incentivada	Prc	CODEC
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituída	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo
Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SETUR
Manutenção de equipamentos turísticos	Equipamento Mantido	Un	SETUR
Promoção e Divulgação de Produtos Turísticos	Ação Realizada	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Pessoa Capacitada	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Infraestrutura e Logística** R\$ 144.302.568,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	57,08	12/2018	SETRAN	93,75

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	613,30	12/2018	SETRAN	2020 613,30
		613,30			2021 613,30
		613,30			2022 613,30
		613,30			2023 613,30
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	245,96	12/2018	SETRAN	2020 255,96
					2021 268,96
					2022 343,96
					2023 403,96

Objetivo
Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Compromisso Regional

Duplicar a BR-222 (Estadualização), Trecho: BR-230 e Rio Tocantins no Município de Marabá - 5 Km
Pavimentar a PA-160 (Transcarajás) Trecho: Sede do Município Canaã dos Carajás / BR 155 (Posto 70) no Município de Canaã dos Carajás - 44 Km

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Restauração de Rodovias	Rodovia Restaurada	Km	SETRAN

Objetivo
Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Meio Ambiente e Ordenamento Territorial** R\$ 3.647.531,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	2,95	12/2018	PRODESINPE	4,05

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	75,00	12/2019	SEMAS	2020 83,33
					2021 83,33
					2022 91,60
					2023 91,66

Objetivo
Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Compromisso Regional

Implantar 01 Núcleo Regional da Semas no Município de Marabá

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Família Beneficiada	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS

Produção e Recuperação Florestal Área Plantada Ha FCA, IDEFLOR-Bio

Objetivo
Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional

Elaborar Plano de Manejo da APA Araguaia

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Saúde** R\$ 271.158.232,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	6	12/2018	MS/SIM/SINASC	4,89
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	15,52	12/2018	SIM	12,64
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	233,14	12/2018	MS/SIM	205,82

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	58,57	12/2018	EGESTOR	2020 61,50
					2021 64,57
					2022 67,80
					2023 71,19
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	25,00	12/2018	SIPNI	2020 50,00
					2021 60,00
					2022 65,00
					2023 70,00
Número de Leitões Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	1,06	12/2018	DATASUS/CNE S)	2020 1,06
					2021 1,06
					2022 1,06
					2023 1,10
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	60,20	12/2018	SINAN	2020 70,00
					2021 75,00
					2022 80,00
					2023 80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,27	12/2018	SIA	2020 0,30
					2021 0,35
					2022 0,40
					2023 0,45
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,13	12/2018	SIA	2020 0,15
					2021 0,19
					2022 0,22
					2023 0,25

Objetivo
Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	11º CRS - Marabá, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	11º CRS - Marabá
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	11º CRS - Marabá, ETSUS, HEMOFA
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	11º CRS - Marabá
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	11º CRS - Marabá
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	11º CRS - Marabá
Reestruturação de Unidades Administrativas da Saúde	Unidade Reestruturada	Un	SESPA
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	11º CRS - Marabá, SESPA

Objetivo
Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Implantar o Centro de Atenção Especializada e os Serviços de Oncologia, Hemodinâmica e Hemodiálise no Hospital Regional de Marabá

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasso Realizado	Un	SESPA

Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	11º CRS - Marabá, SESPA
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	11º CRS - Marabá, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	HEMOPA, SESPA
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	HEMOPA, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	11º CRS - Marabá, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	11º CRS - Marabá, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	11º CRS - Marabá, SESPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Segurança Pública** R\$ 186.140.305,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	85,90	12/2018	SEGUP	79,20
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	57,80	12/2018	SEGUP	50,10
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	26,23	12/2018	DATASUS	25,25
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	1.099,70	12/2018	SEGUP	953,70
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	743,50	12/2018	SEGUP	699,90

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Densidade Carcerária	Percentual	1,68	12/2018	SUSIPE	0,89	0,98
Índice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	8,008	12/2018	PMPA	10,411	12,813
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	87,00	12/2018	DETRAN	88,00	89,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	52,00	12/2018	DETRAN	53,00	54,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	26,00	12/2018	POL. CIVIL	28,00	29,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	91,00	12/2018	POL. CIVIL	91,00	92,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Compromisso Regional

Implantar CIRETRAN em São Domingos do Araguaia

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo

Realizar a Custódia Penal

Compromisso Regional

Construir Centro de Recuperação Agrícola Semiaberto em Marabá

Construir Unidade Prisional em Marabá

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SUSIPE
Implantação de Unidades Prisionais	Unidade Implantada	Un	SUSIPE

Objetivo

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional

Construir a 2ª Companhia Independente da Polícia Militar em Eldorado dos Carajás

Implantar Base Integrada Fluvial em Marabá

Implantar Base Operacional Aérea em Marabá

Implantar Unidade Integrada de Segurança Pública em Marabá

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP, PMPA
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SUSIPE
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Prc	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial	Missão Realizada	Un	SEGUP
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo

Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, FUNSAU, PMPA, SUSIPE
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SUSIPE
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

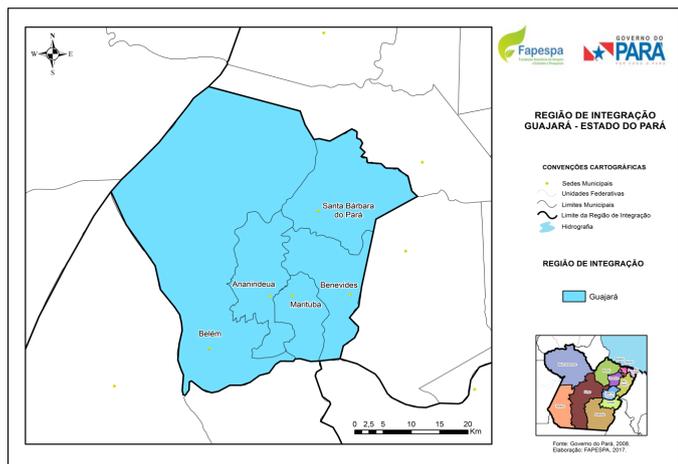
QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA					
Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda					R\$ 3.926.163,00
Diretriz		Objetivo de Desenvolvimento Sustentável			
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos					
Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 0,56	12/2018	MTE/RAIS	1,40
Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	9,60	12/2018	MTE/RAIS	2020 4,00 2021 4,50 2022 5,00 2023 5,50
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	15,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 15,00 2021 16,00 2022 17,00 2023 18,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Trabalho	Percentual	10,20	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 10,50 2021 11,00 2022 12,00 2023 13,00
Objetivo					
Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho					
Compromisso Regional					
Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Marabá					
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor		
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	SEASTER		
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER		
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER		
Objetivo					
Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária					
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor		
Apoio à Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	Un	SEASTER		
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE		
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER		

Região de Integração: Carajás

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	(R\$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	16.068.459,00
Concessão de Auxílio Alimentação	149.840.614,00
Concessão de Auxílio Fardamento	8.892.245,00
Concessão de Auxílio Transporte	5.668.315,00
Operacionalização das Ações Administrativas	15.022.427,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	828.694.738,00
	R\$ 1.024.187.798,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO GUAJARÁ



I – ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Guajará, criada pelo Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é formada por cinco municípios: Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará.

A região detém uma área territorial de, aproximadamente, 1.826 km², o que representa 0,2% da área total do Pará. A região possui um total de 7,59% de suas áreas protegidas.

A população dessa região, em 2018, foi estimada em pouco mais de 2,2 milhões de habitantes, correspondendo a 26% do total do Estado. O município de Belém detém o maior contingente populacional, representando 67% da RI, seguido de Ananindeua, 23,6%, e Marituba, 5,8%. A taxa de crescimento populacional média da região, de 2010 a 2018, foi de 1,06%, abaixo da média estadual, de 1,46%, para o mesmo período.

O Produto Interno Bruto (PIB) da região foi em 2016, cerca de R\$ 39 bilhões, o equivalente a 29% do PIB paraense, com destaque para o Valor Adicionado de Serviços, que responde a 45% do PIB de Serviços do estado. Na composição do PIB, os Serviços contribui com 55%, a atividade da Administração Pública com 17%, a Indústria com 13%, a Agropecuária com 0,2%, e os Impostos sobre produtos com 15%.

O turismo religioso, ecológico e gastronômico exercem forte atrativo popular na região, com destaque para o Círio de Nazaré. Assim como, as festas populares, complexo turístico da Cidade Velha, Ver-o-Peso, Estação das Docas, Feliz Lusitânia, feira de cerâmica do Paracury, praças, igarapés, parques ecológicos e culinária de pratos típicos regionais.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

O Produto Interno Bruto (PIB)¹ da Região de Integração Guajará, em 2016, contribuiu com R\$39,3 bilhões (28,5%) na geração de valor da economia paraense. Entre os setores econômicos que constituem o PIB da RI, o de maior valor adicionado é o de Serviços com R\$21,4 bilhões (54%). A Administração Pública, que incorpora as atividades do poder municipal, estadual e federal, adicionou R\$6,7 bilhões (17%), seguido do setor industrial, que registrou uma agregação de valor de R\$5,3 bilhões (13%) à economia da região.

Table 01 – PIB e Valor Adicionado dos Setores Econômicos –Região de Integração Guajará, Pará, 2016

Composição do PIB	Brasil	Pará	RI Guajará
PIB (Mil R\$)	6.267.205.000	138.068.008	39.302.552
Valor Adicionado Total (Mil R\$)	5.417.699.000	124.788.832	33.550.026
Valor Adicionado Total %	86,4%	90,4%	85,4%
Valor Adicionado Agropecuária (Mil R\$)	306.655.000	17.167.980	86.180
% VA Agropecuário	4,89%	12,43%	0,22%
Valor Adicionado Indústria (Mil R\$)	1.150.207.000	31.519.925	5.323.355
% VA Indústria	18,35%	22,83%	13,54%
Valor Adicionado Serviços (Mil R\$)	3.015.716.000	47.932.450	21.422.887
% VA Serviços	48,12%	34,72%	54,51%
Valor Adicionado Administração Pública (Mil R\$)	945.121.000	28.168.477	6.717.604
% VA Administração Pública	15,08%	20,40%	17,09%
Impostos (Mil R\$)	849.506.000	13.279.177	5.752.526
% Impostos	13,55%	9,62%	14,64%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Entre os municípios que compõem a região Guajará, os que apresentaram as maiores contribuições para o PIB regional, em 2016, foram Belém, com participação de 75%, e Ananindeua, com 17%, ambos tendo como principais atividades o comércio, atividades imobiliárias, construção civil, intermediação financeira e alojamento e alimentação.

Quadro 01 - Principais Atividades no VA do Município, excluído a atividade de Administração Pública – Região de Integração Guajará, Pará, 2016

Item Geográfico	Principais Atividades				
RI Guajará	Comércio	Atividades imobiliárias	Construção civil	Indústria de transformação	Intermediação financeira
Ananindeua	Comércio	Atividades imobiliárias	Construção civil	Indústria de transformação	Alojamento e alimentação
Belém	Comércio	Atividades imobiliárias	Construção civil	Intermediação financeira	Alojamento e alimentação
Benevides	Indústria de transformação	Comércio	Atividades imobiliárias	Transporte	Construção civil
Marituba	Comércio	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Transporte	Construção civil
Santa Bárbara do Pará	Indústria de transformação	Atividades imobiliárias	Construção civil	Comércio	Transporte

Fonte e Elaboração: Fapespa, 2019.

¹Soma de todos os produtos e serviços produzidos, menos o consumo intermediário, mais os impostos sobre produtos líquidos de subsídios.

2.2. Balança Comercial

A atividade comercial do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de pujança produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em saldo positivo de US\$14,434 bilhões, e a RI Guajará contabilizou um saldo de US\$273 milhões. Os bovinos vivos, em Ananindeua, e peixes congelados, em Belém, responderam por 33% e 56%, nesta ordem, do valor exportado desses produtos em todo o estado. Os municípios de Belém e Ananindeua registraram as maiores participações no valor total das exportações da região, 43% e 47%, respectivamente. Quanto às importações, o produto de maior valor importado pela RI Guajará é o trigo, que representou 40% do valor total demandado pela região.

Table 02 – Balança Comercial - Brasil, Pará e Região de Integração Guajará, 2018

Item Geográfico	Exportação (US\$)	Part.(%)	Importação (US\$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	239.889.170.206	100	181.230.568.862	100	58.658.601.344
Pará	15.608.825.106	100	1.173.984.415	100	14.434.840.691
RI Guajará	427.514.371	2,7	153.886.845	13,1	273.627.526
Ananindeua	199.496.962	46,7	6.826.088	4,4	192.670.874
Belém	183.621.538	43,0	138.805.505	90,2	44.816.033
Benevides	13.190.968	3,09	6.172.620	4,0	7.018.348
Marituba	13.628.272	3,2	2.082.632	1,4	11.545.640
Santa Bárbara do Pará	17.576.631	4,1	0	0,0	17.576.631

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

2.3. Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. Em se tratando especificamente da Região de Integração Guajará, em 2017, registrou-se um total de 491 mil empregos formais, equivalentes a 46% dos empregos formais do Pará. O setor de Serviços deteve, cerca de, 38% do total do estoque formal da região, seguido pela Administração Pública, 30%, e Comércio, 19%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados mostraram-se, Belém, com 81%, Ananindeua, com 13%, e Marituba, com 3%.

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Guajará

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Guajará
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	860.700
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	10,81
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	48,3
Empregos Formais (2017)			
Total	46.281.590	1.068.818	491.983
Extrativa Mineral	212.337	19.710	120
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	25.005
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	4.782
Construção Civil	1.838.958	57.880	28.214
Comércio	9.230.750	203.656	92.511
Serviços	16.772.645	284.360	186.804
Adm. Pública	9.195.215	363.926	149.786
Agropecuária Extração Vegetal Caca e Pesca	1.501.052	51.468	4.761

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/MTE, 2017. Elaboração: Fapespa, 2019.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de 445 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 52% do total de ocupados do estado.

2.4. Infraestrutura

A infraestrutura rodoviária na RI Guajará é formada por malha viária federal e estadual. A principal rodovia da região, de jurisdição federal, BR-316, dá acesso a rodovias estaduais e a BR-010, que interliga o Pará ao centro-oeste e sul do país, permitindo a inter-relação com outras regiões de integração e estados brasileiros. Cita-se também as rodovias estaduais, PA-391, PA-408, PA-406 e PA-483, denominada de Alça Viária, importante pela ligação com o sudeste e sul do estado.

Vale ressaltar, ainda, as arteriais do sistema viário de Belém, que possibilitam a ligação entre os municípios da região, destacando-se a Avenida Almirante Barroso, pelo acesso a BR-316; Avenida Augusto Montenegro, pelo acesso ao distrito de Icoaraci; Avenida Independência, pelo acesso ao município de Ananindeua; e Avenida João Paulo II, pelo acesso a BR-316.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange, também, dois aeroportos, cinco portos e duas travessias.

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Guajará

Municípios com Aeródromos/Aeropostos	Belém (Val-de-cães e Brigadeiro Protásio)
Rodovias (5)	PA-391, PA-408, PA-406, PA-483 e BR-316
Travessias (2)	PA-151 Rio Guamá (Arapari - Belém) Baía do Marajó: Belém (Icoaraci) - Camará
Portos (5)	Porto de Belém Terminal de Outeiro (IP4) Icoaraci (IP4) Mosqueiro Porto Miramar

Fonte: SETRAN, 2019. Elaboração: FAPESPA, 2019

No que diz respeito aos investimentos privados previstos para o período de 2018 a 2030, segundo informações da REDES/FIEPA, a RI Guajará será contemplada com cerca de R\$ 3,4 bilhões, 2,7% do total previsto para o estado.

3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Guajará, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano) tem alcançado as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará. Nas séries finais (8ª Série/9º Ano), com exceção do ano de 2009, as metas não foram alcançadas. No Pará e na RI Guajará, a nota IDEB tem alcançado um comportamento de crescimento, mas não suficiente para alcançar as metas previstas, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Guajará, em relação às Metas IDEB do Pará - Séries Iniciais e Finais - 2007/2009/2011/2013/2015/2017



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018. Elaboração: FAPESPA, 2019.

As taxas de rendimento escolar, taxas de reprovação e de abandono, geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para chegar ao valor da RI Guajará.

Na taxa de reprovação no ensino fundamental, a região chegou a 8,6% de reprovados, em 2017, abaixo do valor total do Pará, 11,9%, e um pouco acima do registrado no Brasil, 7,4%. O município de Marituba apresentou a maior taxa de reprovação no ensino fundamental, com 12,5%, e Benevides, o menor percentual, de 4,2%. Marituba também registrou o maior percentual de alunos reprovados no ensino médio, com cerca de 19,1% do total de alunos, e Ananindeua, o menor registro, de 11,8%.

Na taxa de abandono no ensino fundamental, a região teve o mesmo comportamento da taxa observada anteriormente, chegando a 2,5% de abandono, no ano de 2017, abaixo do valor total do Pará, 3,7%, e um pouco acima do registrado no Brasil, 1,6%. O município de Marituba registrou o maior percentual de abandono, 2,9%, e Ananindeua, Benevides e Santa Bárbara do Pará, o menor índice, de 2,3% de abandono. No ensino médio, o maior registro ocorreu em Santa Bárbara do Pará, 15,1%, e o menor em Belém, 8,7%.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Guajará, 2017



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018. Elaboração: Fapespa, 2019.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os quatorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele

acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil (17,2% e 28,2%, respectivamente). Na região, no ensino fundamental, o município de Marituba se destaca com a maior taxa de distorção (27,1%), e o de Ananindeua, com a menor taxa (22,4%). No ensino médio, a pior taxa ficou com o município de Benevides (54,2%), e a menor distorção em Belém (40,2%), conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Guajará e Municípios, 2018

Itens Geográficos	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	17,2	28,2
Pará	29,5	48,0
Guajará	23,9	47,8
Ananindeua	22,4	42,3
Belém	22,5	40,2
Benevides	23,9	54,2
Marituba	27,1	49,1
Santa Bárbara do Pará	23,4	53,2

Fonte: INEP/FAPESPA, 2019. Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde na RI Guajará, a taxa de mortalidade infantil de 13,63 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos) foi ligeiramente inferior à do Pará, de 15,38. Os municípios da região apresentaram taxas de mortalidade infantil muito próximas umas das outras, sendo: Ananindeua, 13,98; Marituba, 13,95; Belém, 13,55; Benevides, 12,50; e Santa Bárbara do Pará, 11,63.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. A região conta com 1.829 agentes, equivalente a uma proporção de cobertura de 76,88%, superior à do Pará, de 81,21%. Apenas os municípios de Benevides e Santa Bárbara do Pará possuem 100% da população estimada coberta, com destaque negativo para Belém, com apenas 25,93% de cobertura.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), as 256 implantadas na RI equivalem a uma proporção de cobertura média de 69,35%, superior à cobertura apresentada pelo estado, de 59,13%. Até dezembro de 2018, apenas os municípios de Benevides e Santa Bárbara do Pará possuíam 100% da população estimada coberta, com destaque negativo, novamente, para Belém, com apenas 23,28% de cobertura.

Tabela 05 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Guajará

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Guajará
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	13,63
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	76,88
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	69,35
Hospitais - 2018	6.687	247	57
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	0,88
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	2,94

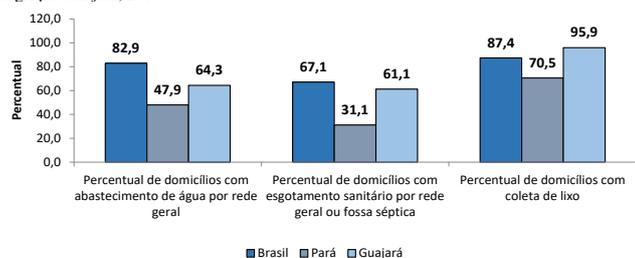
Fonte: IBGE/DATASUS, 2019. Elaboração: Fapespa, 2019.

Verificando os indicadores de infraestrutura, a RI Guajará apresenta 57 hospitais (hospital geral, hospital especializado e hospital/dia), com destaque para o Hospital Regional Dr. Abelardo Santos (em fase de conclusão) e Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo, em Belém; e Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência e Hospital Público Estadual Galileu, em Ananindeua. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela RI foi de 0,88, inferior à do Pará, de 2,47, fato que não se repete quando analisada a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, de 2,94 na RI, superior à do estado, de 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento para o Brasil, Estado do Pará e Região de Integração Guajará, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010. Elaboração: Fapespa, 2019.

O Gráfico 03 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Guajará, em 2010. Observa-se naquele ano que, no Brasil, 82,9% dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará, havia 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na RI Guajará, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 64,3% dos domicílios, 61,1% com esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 95,9% com coleta de lixo. As coberturas dos serviços disponibilizados eram maiores na região do que no estado, com destaque para o serviço de coleta de lixo, que abrangia quase todos os domicílios da região.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico “Fora RMB”, que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do Pará que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018. Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador Percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) estava presente, em 2017, em três dos cinco municípios que compõem a RI Guajará, Ananindeua, Belém e Marituba, segundo informações do órgão.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos); coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo); ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel); e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Pode-se observar na tabela a seguir que o déficit habitacional, em 2010, no Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, o que representava, aproximadamente, 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Guajará, o déficit era de 18,9% do total de domicílios. Em 2010, o componente “domicílios precários” representava a 46,1% do déficit total do estado, e 14,3% do total da região. Coabitação familiar representava, cerca de, 39% do total de domicílios no Pará, e 61,3% na região Guajará. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, aproximadamente 87% do déficit no estado e 75% na região. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado, e 16,2%, na região. O adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no estado do Pará e 9,8% na RI Guajará. Proporcionalmente, em ambos os casos, a cobertura desses serviços era maior na região que no estado.

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Guajará, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI GUAJARÁ	
	Total	Percentual	Total	Percentual
Déficit Habitacional	423.437	22,78	102.037	18,9
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	14.800	14,3
Coabitação Familiar	168.684	39,2	63.539	61,3
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	15.131	14,6
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	10.170	9,8
Total Domicílios	1.859.165		540.159	

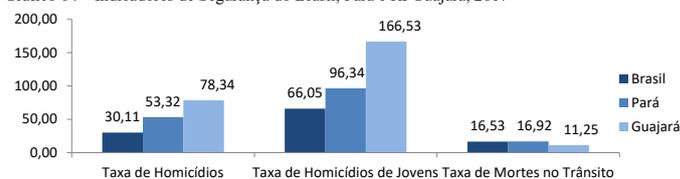
Fonte: IBGE/CENSO-2010. Elaboração: Fapespa, 2019.

3.4. Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), analisou-se três indicadores norteadores (Taxa de homicídios por 100 habitantes, Taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e Taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes). Em 2017, a RI Guajará apresentou taxas superiores às apresentadas pelo estado e pelo Brasil nos indicadores Taxa de Homicídios e Taxa de Homicídios de Jovens de 15 a 29 anos, e taxa inferior para o indicador Taxa de Mortes por Acidentes no Trânsito. A taxa de homicídios no Pará, atingiu 53,32 homicídios, enquanto que na RI esse número foi de 78,34. Dentre os municípios da região, Benevides apresentou a maior taxa, 103,30 homicídios, em contraposição a Santa Bárbara do Pará, que registrou 68,32 casos de homicídios por 100 mil habitantes.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem apresentada, em 2017, pela RI Guajará, 166,53 homicídios a cada 100 mil jovens, foi muito superior à taxa estadual, de 96,34 homicídios a cada 100 mil jovens. Novamente o município de Benevides apresentou a maior taxa entre os municípios da região, com 210,53 homicídios por 100 mil jovens, e o município de Santa Bárbara do Pará apresentou a menor taxa, 68,57 casos de homicídios de jovens de 15 a 29 anos.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e RI Guajará, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019. Elaboração: Fapespa, 2019.

A taxa de mortes por acidente no trânsito para a RI Guajará, em 2017, foi de 11,25 mortes, inferior à do Pará, 16,92 mortes. O município que observou a maior taxa foi Benevides, 24,59 mortes, enquanto Belém apresentou a menor taxa, com 9,92 casos de mortes.

Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram Taxa de Homicídios, Taxa de Homicídios no Trânsito e Taxa de Roubo, todos por 100 mil habitantes.

Em 2017, a RI Guajará apresentou taxas superiores ao Pará nos indicadores Taxa de Homicídios e Taxa de Roubo, e taxa inferior para o indicador Taxa de Homicídios no Trânsito. A taxa de homicídios da RI Guajará foi de 65,70 mortes e do Pará, de 45,66. Em relação à Taxa de Homicídios no Trânsito, a RI registrou 8,13 e o Pará, 9,60. Outro indicador que compõe essa síntese é a Taxa de Roubo que apontou um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes, no Pará, e para a RI Guajará, 3.588,97 roubos por 100 mil habitantes, duas vezes e meia maior que a registrada pelo estado.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Guajará (2016-2017)

Indicadores Segurança	Pará		Guajará	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	65,03	65,70
Taxa de Homicídios no Trânsito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	9,94	8,13
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	3.833,60	3.588,97

Fonte: SEGUP, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil, 15,20%, enquanto a região Guajará registrou um total de 20,88% de sua população abaixo da linha da pobreza.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Guajará apresentou, em 2010, um Índice de Gini de 0,51, desigualdade abaixo da registrada para o estado de 0,62 e para o Brasil de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e Região de Integração Guajará, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	15,20	0,60
Pará	32,33	0,62
RI Guajará	20,88	0,51

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.

Elaboração: Fapespa, 2019.

A nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele, são registradas informações, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Com base no CadÚnico de 2018, na RI Guajará, 37,2% da população de seus municípios estavam inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 70,3% se declararam com renda igual ou inferior da linha pobreza, e 53,7% das famílias inscritas, recebem o Bolsa Família. A região possui percentuais menores do que os apresentados no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Guajará e Municípios - dezembro/2018

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	52,6	78,6	64,2
RI Guajará	37,2	70,3	53,7
Ananindeua	37,1	62,0	42,1
Belém	34,9	72,0	56,5
Benevides	63,1	84,1	70,1
Marituba	47,1	73,4	57,7
Santa Bárbara do Pará	61,6	72,1	59,4

Fonte: MDS, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Dos municípios que compõem a região, Benevides e Santa Bárbara possuem os maiores percentuais de suas populações inscritas no CadÚnico, com 63,1% e 61,6%, respectivamente. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza, foram Benevides, 84,1%, e Marituba, 73,4%. Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, o município que registrou o maior número de famílias que recebem o Bolsa Família foi Benevides, com 70,1% do total.

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens, em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

A população estimada de jovens no Pará tem mantido uma média de 29,44% nos últimos seis anos (2013-2018), em relação à população total do estado (FAPESPA, 2018). Em 2018, a RI Guajará, que comporta a capital paraense e parte da Região Metropolitana de Belém, possuía o maior número de jovens do estado, 602.671, equivalente a 27,11% do total.

Tabela 11- População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Guajará e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	2.416.773	29,45	2.444.747	29,43	2.475.723	29,47	2.508.928	29,36
RI Guajará	600.595	27,98	602.077	27,85	603.502	27,71	602.671	27,11
Ananindeua	146.213	28,93	147.163	28,81	148.077	28,69	149.742	28,49
Belém	394.515	27,41	393.905	27,24	393.318	27,08	390.168	26,26
Benevides	17.408	29,69	17.735	29,64	18.050	29,60	18.240	29,57
Marituba	36.852	29,98	37.551	29,94	38.224	29,90	38.631	29,87
Santa Bárbara do Pará	5.607	28,54	5.723	28,51	5.833	28,46	5.890	28,45

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Em 2018, Belém e Ananindeua compreendiam a maior população jovem da RI Guajará, 390.168 e 149.742 jovens, respectivamente, que somados correspondiam a 89,6% dos jovens da região. Por outro lado, os maiores percentuais de participação, em relação à própria população, ocorreram em Marituba, 29,87%, e Benevides, 29,57%. Todas as participações demarcaram certa estabilidade entre os anos analisados (2015-2018), permanecendo superiores a 25%.

Em relação a vínculos empregatícios, a RI Guajará era majoritária no quantitativo de vínculos no Pará entre os jovens (106.111), em 2017, com participação de 21,57%. Assim, Belém (80.464) e Ananindeua (18.141) concentraram o maior número de vínculos ocupados por jovens, enquanto Benevides se destacou com o maior percentual de jovens (30%) em relação ao total de vínculos do município.

² A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

Tabela 12 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Guajará e Municípios, 2017

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	1.068.818	272.675	25,51
RI Guajará	491.983	106.111	21,57
Ananindeua	64.764	18.141	28,01
Belém	398.223	80.464	20,21
Benevides	9.782	2.942	30,08
Marituba	16.840	4.085	24,26
Santa Bárbara do Pará	2.374	479	20,18

Fonte: MTE/Rais, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018)². Do total de nascidos vivos no Pará, em 2017, 24,38% eram de mães menores de 19 anos de idade. Embora tenha diminuído cerca de 3% em relação a 2010, continua sendo um percentual elevado se considerarmos proporcionalmente a população jovem, estimada em cerca de 32%.

Na RI Guajará, esse indicador foi de 17,31%, o menor percentual comparado às demais regiões de integração, com diminuição de 3,4 p.p. em relação a 2010. Dentre seus municípios, os maiores percentuais ocorreram em Santa Bárbara do Pará (25,58%) e Benevides (24,04%), enquanto os menores foram registrados em Belém (16,26%) e Ananindeua (17,62%), sendo Marituba o que apresentou a maior retração do período (2010 a 2017), 9,7 p.p.

Tabela 13- Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Guajará (2010-2017)

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	27,42	27,50	27,56	27,37	27,27	26,53	25,73	24,38
RI Guajará	20,76	20,97	21,40	21,31	21,06	19,82	19,01	17,31
Ananindeua	20,88	21,11	22,67	22,17	21,95	20,14	19,07	17,62
Belém	19,51	20,07	19,90	19,97	19,76	18,83	18,08	16,26
Benevides	28,32	24,93	26,16	27,92	30,03	28,57	25,58	24,04
Marituba	31,52	28,76	28,47	28,42	25,69	23,67	23,19	21,82
Santa Bárbara do Pará	30,96	28,39	36,27	30,86	28,15	28,07	28,81	25,58

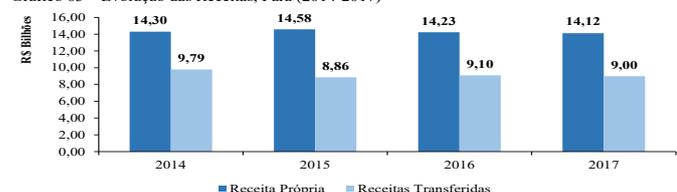
Fonte: DATASUS/2018
Elaboração: Fapespa, 2019.

4. ARRECAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas para construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como a viabilização de empreendimentos estruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2014 e 2017, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R\$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R\$9,815 bilhões.

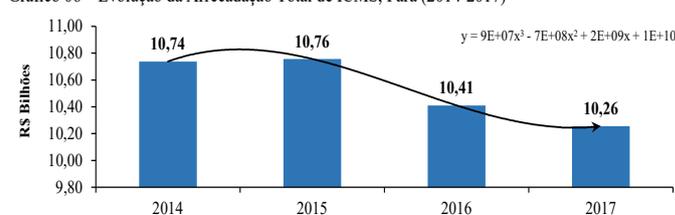
Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

No mesmo período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retrairam 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu reflexos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

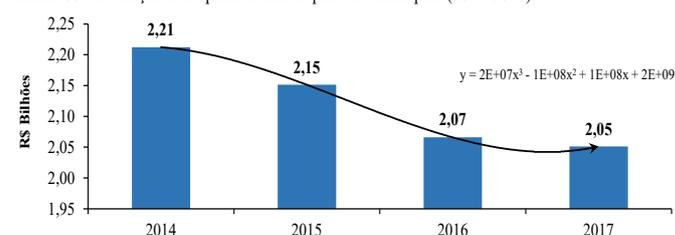
Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017. Elaboração: FAPESPA, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. Entre 2014 e 2017, o montante desse tributo a ser destinado aos municípios retraiu em -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 – Evolução de Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)



Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante disso, verificou-se, no período em exame, que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõem a RI Guajará retraiu em -8,6%, tendo o município de Belém recebido a maior parcela (73%) do total destinado à região, seguido por Ananindeua (15%) e Marituba (6,5%). Outro ponto a destacar é o fato de que, entre 2014 e 2017, o total de ICMS repassado aos municípios da RI representava cerca de 24% do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14 – Evolução do Repasse de ICMS (R\$) para os Municípios (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	2.212.195.854,32	2.151.243.071,59	2.065.861.819,58	2.051.113.567,84
RI Guajará	518.538.708,25	527.269.676,82	516.766.077,29	473.807.234,12
Ananindeua	86.275.638,30	91.212.706,23	88.279.136,48	71.378.752,16
Belém	384.922.078,64	381.630.520,91	371.855.041,93	346.843.304,30
Benevides	19.246.103,94	19.791.436,25	21.028.756,56	21.741.803,80
Marituba	24.555.373,99	31.408.148,83	32.271.854,14	30.766.703,51
Santa Bárbara do Pará	3.539.513,38	3.226.864,60	3.331.288,18	3.076.670,35

Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Guajará é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação de Uso Sustentável (72 km²), Proteção Integral (66 km²), Territórios Quilombolas (3 km²) e Projetos de Assentamento da Reforma Agrária (110 km²), na modalidade Projeto de Assentamento (PA). Da área total da RI, 1.819 km², 141 km² (7,75%) correspondem às áreas protegidas; e 110 km² (6,05%) a projetos de assentamento.

Em relação ao desmatamento acumulado na região, em 2017, registrou-se o equivalente a 688 km², ou, 37,82% da área da RI, o que corresponde a 0,26% do desmatamento acumulado registrado para o estado do Pará, conforme tabela a seguir. Em termos municipais, Belém registrou a maior área de desmatamento acumulado, com 250 km², ou, 36,30% da área da RI, ao mesmo tempo, Benevides registrou o maior número de focos de calor, quatro focos.

Tabela 15 – Área de Desmatamento Acumulado e número de Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Guajará, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatamento Acumulado (km²) (2017)	Número de Focos de Calor 2017
Pará	1.247.955	264.691	49.413
RI Guajará	1.819	688	8
Ananindeua	191	87	1
Belém	1.059	250	2
Benevides	188	125	4
Marituba	103	66	0
Santa Bárbara do Pará	278	160	1

Fonte: INPE/PRODES, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2018, uma parcela de 40,67% de sua área à regularização ambiental, com CAR viabilizado, de acordo com a tabela a seguir. Entre os municípios que compõem a região, Benevides possui a maior proporção de área com CAR efetivado (56,31%), seguido por Santa Bárbara do Pará (53,40%) e Ananindeua (37,42%).

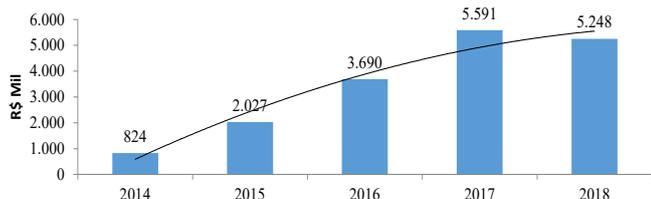
Tabela 16 – Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na Região de Integração Guajará, 2018

Item Geográfico	Área Territorial (SEMÁS) km² (A)	Área Cadastrável (km²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (KM²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Guajará	1.821,56	1.154,08	63,36	469,33	40,67
Ananindeua	190,69	177,65	93,16	66,48	37,42
Belém	1.060,72	483,11	45,55	162,51	33,64
Benevides	188,10	163,36	86,85	91,98	56,31
Marituba	103,48	65,52	63,32	7,15	10,92
Santa Bárbara do Pará	278,57	264,44	94,93	141,21	53,40

Fonte: IBGE/SEMÁS/PMV, 2018. Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas estaduais de incentivo a boas práticas de gestão ambiental municipal, a região teve uma participação média de 3,02% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios. Em 2018, a região contabilizou um montante de R\$5.248.378,01, com o município de Belém detendo a maior parcela (23,49%), seguido por Ananindeua (21,94%), Marituba (20,89%), Benevides (20,85%) e Santa Bárbara do Pará (12,83%).

Gráfico 08 – Evolução dos Valores de Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Guajará (2014-2018)



Fonte: SEMÁS/PMV, 2018. Elaboração: Fapespa, 2019. Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Tabela 17 – Valor de ICMS Verde repassado para os municípios da Região de Integração Guajará (2014-2018)

Item geográfico	2014 (R\$1,00)	2015 (R\$1,00)	2016 (R\$1,00)	2017 (R\$1,00)	2018 (R\$1,00)
RI Guajará	824.310,22	2.027.304,77	3.689.529,96	5.590.860,30	5.248.378,01
Ananindeua	73.770,65	433.198,22	1.066.765,75	1.277.168,06	1.151.693,07
Belém	159.574,65	345.456,67	808.236,48	1.277.169,20	1.232.731,20
Benevides	179.671,31	272.170,73	394.858,43	1.277.166,35	1.094.315,02
Marituba	234.130,86	577.377,76	645.358,62	1.014.318,09	1.096.470,94
Santa Bárbara do Pará	177.162,75	399.101,40	774.310,69	745.038,61	673.167,78

Fonte: SEMÁS/PMV, 2018. Elaboração: Fapespa, 2019. Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.



PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

Região de Integração: Guajará

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS	
PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor (R\$1,00) 2020-2023
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	12.852.546,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	116.213.841,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	65.405.487,00
Cultura	162.962.829,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	1.138.285.968,00
Direitos Socioassistenciais	128.577.797,00
Educação Básica	5.365.317.092,00
Educação Profissional e Tecnológica	12.345.993,00
Educação Superior	152.590.907,00
Esporte e Lazer	62.522.730,00
Governança Pública	4.133.096.884,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	114.465.340,00
Infraestrutura e Logística	364.356.760,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	39.095.582,00
Saúde	2.580.429.874,00
Segurança Pública	1.039.070.727,00
Trabalho, Emprego e Renda	18.115.092,00
TOTAL PARA A REGIÃO:	R\$ 15.505.705.449,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor (R\$ 1,00) 2020-2023
Manutenção da Gestão	27.664.613.237,00
TOTAL PARA A REGIÃO:	R\$ 27.664.613.237,00

Região de Integração: Guajará		R\$ 43.170.318.686,00			
QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA					
Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura		R\$ 12.852.546,00			
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável				
Crescimento Inteligente					
Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência		Índice Esperado 2023	
Efetivo dos principais rebanhos por região (galináceos)	Unidade	Índice	Ano	Fonte	Índice Esperado 2023
		825.952	06/2019	ADEPARA	1.003.949
Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência		Índice Esperado	
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	Índice	Ano	Fonte	Índice Esperado
		481	12/2018	SEDAP	2020 505 2021 530 2022 557 2023 585
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	Índice	Ano	Fonte	Índice Esperado
		6,20	12/2018	EMATER	2020 3,46 2021 3,68 2022 4,16 2023 4,54
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	Índice	Ano	Fonte	Índice Esperado
		430	12/2018	SEDAP	2020 452 2021 474 2022 498 2023 523
Objetivo					
Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura					
Compromisso Regional					
Apoiar os 5 Municípios para Inclusão nos Mercados Institucionais (PNAE, PAA e Compras Públicas)					
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor		
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto Classificado	T	ADEPARÁ		
Comercialização Regional de Produtos Hortifrutigranjeiros	Produção Comercializada	T	CEASA		
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP		
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP		
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ		
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ		
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ		
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	EMATER, SEDAP		
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP		
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ		
Revitalização da Área de Abastecimento e Comercialização da CEASA	Espaço Revitalizado	Un	CEASA		
Objetivo					
Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural					
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor		
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ		
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP		
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER		
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER		
Produção de Adubo Orgânico para Agricultura Familiar	Adubo Produzido	T	CEASA		
QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA					
Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos		R\$ 116.213.841,00			
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável				
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos					
Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência		Índice Esperado	
Percentual de migrantes e pessoas em condição análoga a de escravo identificado e atendido pela rede de serviços	Percentual	Índice	Ano	Fonte	Índice Esperado
		51,85	12/2018	SEJUDH	2020 55,00 2021 60,00 2022 63,00 2023 65,00
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	Índice	Ano	Fonte	Índice Esperado
		20,00	12/2018	SEJUDH	2020 50,00 2021 - 2022 - 2023 -
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual	Índice	Ano	Fonte	Índice Esperado
		-	12/2018	SEJUDH	2020 100,00 2021 100,00 2022 100,00 2023 100,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SUSIPE
Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sistema Penitenciário	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação da Fábrica Esperança	Pessoa Assistida	Un	SUSIPE

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Compromisso Regional

Implantar o Projeto Girândola (autonomia financeira e empoderamento da mulher) em Ananindeua

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento Integrado de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	Pessoa Atendida	Un	Fund. Santa Casa, PARÁPAZ
Empoderamento e Autonomia Financeira para Mulheres	Mulher Atendida	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação da Rede de Atenção Psicossocial	Município Apoiado	Un	1º CRS - Belém, SESP
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Promoção de Estratégias e Metodologias Educativas sobre Drogas	Ação Educativa Realizada	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Compromisso Regional

Implantar 7 Usinas da Paz em Belém, Ananindeua e Marituba
Implantar o Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais
Realizar Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos em 4 Municípios da Região

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Articulação para Ações de Cidadania	Projeto Realizado	Un	NAC, PMPA
Atendimento a Grupos Vulneráveis	Atendimento Realizado	Un	POLÍCIA CIVIL
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Implementação da Estação Cidadania	Pessoa Atendida	Un	ARCON, DETRAN, IGPREV, JUCEPA, PARÁPAZ, POLÍCIA CIVIL, SEAD, SEFA
Implementação das Usinas da Paz	Pessoa Atendida	Un	NAC, PARÁPAZ
Implementação de Programas de Proteção a Pessoas Ameaçadas (PPCAM, PROVITA e PPDDH)	Programa Implementado	Un	SEJUDH
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Promoção de Direitos a Pessoas em Situação de Migração, Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas	Pessoa Atendida	Un	SEJUDH
Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa	Evento Realizado	Un	SEJUDH
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Ciência, Tecnologia e Inovação** R\$ 65.405.487,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,06	12/2018	SIAFEM/SEFA	0,12

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	100,00	12/2018	FAPESPA	2020 100,00 2021 100,00 2022 100,00 2023 100,00

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Compromisso Regional

Implantar 5 Aldeias Sustentáveis nos Municípios da Região Guajará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção ao Acesso Público a Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA, SECTET

Objetivo

Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação

Compromisso Regional

Conceder 2.200 Bolsas de Ciência, Tecnologia e Inovação (Bolsa Pará) nos Municípios da Região Guajará
Fomentar 40 Projetos que Visem o Desenvolvimento de Empresas Inovadoras de Base Tecnológica (STARTUP Pará) nos Municípios da Região Guajará
Implantar 1 Centro Tecnológico do Pescado em Belém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Bolsas de Pesquisa	Bolsa Contratada	Un	FAPESPA, SECTET
Desenvolvimento de Empresas Inovadoras - Startup Pará	Empresa Apoiada	Un	FAPESPA, SECTET
Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica	Projeto Apoiado	Un	FAPESPA
Fomento a Projetos Inovadores para o Desenvolvimento Econômico	Editais Publicados	Un	BANPARÁ
Manutenção dos Parques e Polos Tecnológicos	Espaço Mantido	Un	SECTET
Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos	Evento Apoiado	Un	FAPESPA, SECTET

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Cultura** R\$ 162.962.829,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	100,00	12/2018	SECULT/FCP	100,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do acesso de pessoas aos espaços culturais	Percentual	3,00	12/2018	SECULT	2020 3,00 2021 6,00 2022 8,00 2023 9,00
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	400.000	12/2018	FCP/SECULT	2020 652.496 2021 673.496 2022 694.546 2023 718.699

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Compromisso Regional

Implantar a Biblioteca Digital do Estado

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aquisição e Preservação de Acervo	Acervo Preservado	Un	FCG, FCP
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT

Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP
Publicação de Conteúdo Artístico-Cultural	Publicação Realizada	Un	FCP, SECULT
Objetivo			
Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial			
Compromisso Regional			
Restaurar e Revitalizar o Palacete Faciola (primeira etapa), em Belém			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão da Educação Patrimonial	Agente Cultural Qualificado	Un	SECULT
Gestão do Acervo Museológico	Acervo Gerido	Un	SECULT
Gestão do Patrimônio Material e Imaterial	Patrimônio Gerido	Un	SECULT
Implantação de Espaços Culturais	Espaço Implantado	Un	SECULT
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT
Reabilitação do Patrimônio Histórico, Artístico, Documental e Bibliográfico	Patrimônio Reabilitado	Un	SECULT
Revitalização de Espaços Culturais	Espaço Revitalizado	Un	SECULT

Objetivo			
Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	FCP, SECULT

Objetivo			
Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade			
Compromisso Regional			
Atender 1.000 Jovens com Práticas e Expressões Culturais como Teatro, Cursos de Iniciação, Música, Audiovisual e Outras na Região Implantar 4 Projetos de Fomento à Difusão e Produção Audiovisual na Região			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Academia Paraense de Letras	Repasso Realizado	Un	SECULT
Apoio às Expressões Artístico-Culturais	Expressão Cultural Apoiada	Un	FCG, FCP, SECULT
Difusão Cultural	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Dinamização de Espaços e Equipamentos Culturais	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP, SECULT
Fomento à Produção e Difusão Audiovisual	Projeto Atendido	Un	FCP, FUNTELPA, SECULT
Incentivo aos Agentes Culturais	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT
Realização de Eventos Culturais	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA			
Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade			R\$ 1.138.285.968,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável		
Crescimento Inteligente			
Sociedade de Direitos			

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	7,39	12/2019	COSANPA/IBG E/SNIS/SEDOP	2020 7,39 2021 7,45 2022 7,45 2023 7,77
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	59,87	12/2019	COSANPA/IBG E/SNIS/SEDOP	2020 60,11 2021 60,11 2022 60,11 2023 62,12

Objetivo			
Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial			
Compromisso Regional			
Implantar o Serviço Integrado de Ônibus da Região Metropolitana de Belém			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação e Requalificação das Vias de Interesse Metropolitano	Via Ampliada/Requalificada	Km	NGTM
Apoio às Ações do CONCIADAES	Conselho Apoiado	Un	SEDOP
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implantação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Construção de Parques Urbanos	Parque Implantado	Un	SEDOP

Implantação da Infraestrutura do Sistema Integrado de Ônibus da Região Metropolitana de Belém	Infrae
Implantação do Sistema de Governança Metropolitana	Sis
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	V

Objetivo			
Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prior			

Compromisso Regional			
Concluir o Projeto Habitacional Comunidade Pantanal, no Município de			
Concluir o Projeto Habitacional Comunidade Pratinha, no Município de			
Construir 340 Unidades Habitacionais - Riacho Doce II e III			

Ações			
Apoio à Consolidação do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social	Mt		
Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba	Obra Executada	Prc	SEDOP
Operacionalização das Ações de Saneamento	Sistema Operado	Un	COSANPA
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA			
Programa Temático: Direitos Socioassistenciais			R\$ 128.577.797,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável		
Crescimento Inteligente			
Sociedade de Direitos			

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de profissionalização de socieducandos	Percentual	9,08	12/2018	FASEPA	2020 10,00 2021 10,50 2022 11,00 2023 11,50
Taxa de progressão de medidas socioeducativas	Percentual	39,68	12/2018	FASEPA	2020 40,00 2021 40,50 2022 41,00 2023 41,50

Objetivo			
Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Apoio a Organismos de Controle Social	Organismo Apoiado	Un	FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Objetivo			
Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Atenção à Pessoa Idosa e suas Famílias	Idoso Beneficiado	Un	SEASTER
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS
Implementação de Serviços de Alta Complexidade	Pessoa Atendida	Un	FEAS
Implementação de Serviços Integrados à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	FEAS

Objetivo

Garantir o Atendimento Integral ao Socioeducando em Privação de Liberdade e Atenção a Egressos

Compromisso Regional

Implantação de 01 Unidade de Semiliberdade no Município de Belém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento a Egressos de Medida Socioeducativa	Egresso Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Inicial ao Adolescente Custodiado	Adolescente Custodiado	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Internação	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Internação Provisória	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Semiliberdade	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Implantação de Unidade de Atendimento Socioeducativo	Unidade Implantada	Un	FASEPA
Readequação de Unidade de Atendimento Socioeducativo	Unidade Readequada	Un	FASEPA

Objetivo

Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	CEASA, SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	CEASA, SEASTER
Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	Un	SEASTER
Implementação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implementado	Un	SEASTER

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Educação Básica** R\$ 5.365.317.092,00

Diretriz Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

Sociedade de Direitos

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8ª Série/9º Ano)	Índice	3,40	12/2017	INEP/SEDUC	4,10
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	5,00	12/2017	INEP/SEDUC	5,9

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	4,80	12/2018	INEP/SEDUC	2020	4,50
					2021	4,20
					2022	4,00
					2023	3,90
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	14,04	12/2018	INEP/SEDUC	2020	12,71
					2021	12,57
					2022	12,43
					2023	12,29
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	85,80	12/2018	INEP/SEDUC	2020	86,60
					2021	87,50
					2022	87,90
					2023	88,30
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	74,20	12/2018	INEP/SEDUC	2020	76,40
					2021	76,70
					2022	77,00
					2023	77,30
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	9,50	12/2018	INEP/SEDUC	2020	8,90
					2021	8,30
					2022	8,10
					2023	7,80
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	11,78	12/2018	INEP/SEDUC	2020	10,89
					2021	10,73
					2022	10,57
					2023	10,41

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 3 Escolas Estaduais nos Municípios de Ananindeua e Belém. Reformar/Ampliar 37 Escolas Estaduais nos Municípios de Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Fortalecer a Governança na Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aperfeiçoamento Institucional	Projeto Implantado	Un	SEDUC
Fortalecimento do Controle Social	Conselho Fortalecido	Un	SEDUC
Implementação de Avaliação Institucional	Avaliação Realizada	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo pedagógico (Novo Ensino Médio) em 153 Escolas nos Municípios de Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba, Santa Bárbara do Pará.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento da Rede de Atendimento da Educação Especial nas Unidades de Referência	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação em Tempo Integral	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	FGG, SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	FGG, SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Educação Profissional e Tecnológica** R\$ 12.345.993,00

Diretriz Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

Sociedade de Direitos

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020 52,50	2023 6,56
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	2.211	12/2018	SEDUC / SECTET	2020	3.800
					2021	4.300
					2022	4.800
					2023	5.300

Objetivo			
Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica			
Compromisso Regional			
Implantar 10 Novos Cursos Técnicos em Belém, Ananindeua e Benevides			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SECTET, SEDUC
Estudos de Monitoramento e Avaliação do Programa de Educação Profissional e Tecnológica	Estudo Realizado	Un	EGPA, SECTET, SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SECTET, SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SECTET, SEDUC
Implementação do Comitê Gestor Intersecretarial de Educação Profissional e Tecnológica	Comitê Implementado	Un	SECTET
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SEDUC, SETUR
Realização de Cursos de Educação Tecnológica	Aluno Atendido	Un	EGPA, SECTET, UEPA
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	EGPA, FCG, SECTET, SEDUC

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
 Programa Temático: **Educação Superior** R\$ 152.590.907,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	3,28	12/2018	UEPA	1,91

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	4,00	12/2018	UEPA	2020: 14,00 2021: 11,00 2022: 11,00 2023: 11,00

Objetivo
 Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apararelamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Construção de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Construída	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo
 Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Compromisso Regional
 Implantar o Laboratório de Água no Parque de Ciência e Tecnologia PCT Guamá da UFPA
 Ofertar 3 Novos Cursos na Área de Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Análise da Qualidade da Água	Análise Realizada	Un	UEPA
Implementação de Ações de Ensino e Serviço em Saúde	Procedimento Realizado	Un	UEPA
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	FCG, UEPA
Implementação de Ações do Centro de Ciências Planetário do Pará	Pessoa Atendida	Un	UEPA
Incentivo à Criação e Registro de Produção Técnico/Científica	Material Técnico Produzido	Un	EGPA, UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo
 Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	Campi Atendidos	Un	UEPA
Desenvolvimento Organizacional do Ensino Superior	Unidade Atendida	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	FCG, UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	FAFESPA, FCG, SECTET, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	EGPA, FCG, UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA
Incentivo à Qualificação dos Servidores Técnicos e Docentes	Servidor Atendido	Un	UEPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Esporte e Lazer	R\$ 62.522.730,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	4,045	12/2018	SEDUC/SEEL	2020: 5,000 2021: 5,200 2022: 5,250 2023: 5,300

Objetivo
 Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Compromisso Regional
 Construir 10 Quadras Cobertas no Parque de Esporte e Lazer do Complexo Esportivo do Manguelão

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Difusão de Eventos Esportivos	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC, SEEL
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL
Revitalização de Espaços de Esporte e Lazer	Espaço Revitalizado	Un	SEEL

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
 Programa Temático: **Governança Pública** R\$ 4.133.096.884,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R\$ em milhares	2.749.587,00	12/2018	SEFA	3.778.532,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	4,27	06/2019	SEAD/EGPA	2020: 6,41 2021: 6,41 2022: 6,41 2023: 6,41

Objetivo
 Ampliar a Atuação do Regime Próprio de Previdência Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Consolidação da Governança do Regime Próprio de Previdência Social	Procedimento Realizado	Un	IGEPREV
Educação Previdenciária	Pessoa Capacitada	Un	IGEPREV
Estruturação dos Controles Internos	Processo Reestruturado	Un	IGEPREV
Gestão Previdenciária do Estado	Ação Executada	Un	IGEPREV

Objetivo			
Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas			
Compromisso Regional			
Implantar o Curso de Pós Graduação Strictus Sensu Implantar os Serviços do Iasep no Município de Santa Bárbara do Pará			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	COSANPA, PRODEPA, UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	7º CRS - Região das Ilhas, ADEPARÁ, ARCON, Auditoria Geral do Estado, Casa Civil, Casa Militar, CEASA, CODEC, COHAB, COSANPA, CPC, CPH, DETRAN, EGPA, EMATER, Enc. CBM, FAPESPA, FASEPA, FCA, FCG, FCP, FHCGV, Fund. Santa Casa, FUNTELPA, Gab. Vice-Governador, HAS, HEMOPA, HOL, IASEP, IDEFLOR-Bio, IGEPREV, IMETROPARÁ, IOE, ITERPA, JUCEPA, NAC, NEPMV, NGPMCRECID-ADM, PARÁPAZ, PGE, PRODEPA, SEAD, SEASTER, SECOM, SECTET, SECULT, SEDAP, SEDEME, SEDOP, SEDUC, SEEL, SEJUDH, SEMAS, SEPLAN, SESPA, SETRAN, SETUR, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP
Planejamento e Seleção de Pessoas do Estado	Vaga Ofertada	Un	SEAD
Promoção da Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida do Servidor	Servidor Atendido	Un	SEAD
Valorização do Servidor	Servidor Beneficiado	Un	EGPA

Objetivo			
Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Estudos de Projetos para Parceria com a Iniciativa Privada	Estudo Realizado	Un	SEDEME
Gerenciamento de Programas Especiais	Proposta Aprovada	Un	SEPLAN
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo			
Promover a Gestão Regionalizada			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOP
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômica e Social	Projeto Implantado	Un	FDE, SEDOP, SEPLAN
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	ADEPARÁ, ARCON, COHAB, DETRAN, HEMOPA, IASEP, IGEPREV, IMETROPARÁ, IOE, JUCEPA, PRODEPA, SECOM, SESPA

Objetivo			
Prover a Governabilidade do Poder Executivo			

Compromisso Regional			
Disponibilizar o Acesso de 12 Serviços Públicos através do Aplicativo Palma da Mão			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Consórcio Interestadual da Amazônia Legal	Consórcio Mantido	Un	Casa Civil
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	7º CRS - Região das Ilhas, ARCON, Casa Civil, COHAB, DETRAN, FAPESPA, HEMOPA, IASEP, IGEPREV, IMETROPARÁ, ITERPA, NAC, PGE, PRODEPA, SECTET, SEDAP, SEDOP, SEFA, SEJUDH, SEMAS
Defesa dos Direitos do Estado	Processo Analisado	Un	PGE
Desapropriação de Imóveis	Desapropriação Realizada	Un	Enc. PGE
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	7º CRS - Região das Ilhas, ADEPARÁ, ARCON, Auditoria Geral do Estado, CBM, CEASA, CODEC, COHAB, COSANPA, CPC, CPH, DETRAN, EGPA, EMATER, FAPESPA, FASEPA, FASPM, FCG, FCP, FHCGV, FISP, Fund. Santa Casa, FUNSAU, FUNTELPA, Gab. Vice-Governador, HAS, HEMOPA, HOL, IASEP, IDEFLOR-Bio, IGEPREV, IMETROPARÁ, IOE, ITERPA, JUCEPA, LACEN, NAC, NEPMV, NGPMCRECID-ADM, NGPR, NGTM, PARÁPAZ, PGE, PMPA, POLÍCIA CIVIL, PRODEPA, SEAD, SEASTER, SECOM, SECTET, SECULT, SEDAP, SEDEME, SEDOP, SEDUC, SEEL, SEFA, SEGUP, SEJUDH, SEMAS, SEPLAN, SESPA, SETRAN, SETUR, SUSIPE, UEPA

Elaboração dos Instrumentos de Planejamento	Documento Elaborado	Un	SEPLAN
Elaboração e Divulgação de Estudos e Pesquisas	Estudo Divulgado	Un	FAPESPA
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	7º CRS - Região das Ilhas, ADEPARÁ, ARCON, Auditoria Geral do Estado, Casa Civil, Casa Militar, CBM, CEASA, CODEC, COHAB, COSANPA, CPC, CPH, DETRAN, EGPA, EMATER, FAPESPA, FASEPA, FCA, FCG, FCP, FHCGV, Fund. Santa Casa, FUNSAU, FUNTELPA, Gab. Vice-Governador, HAS, HEMOPA, HOL, IASEP, IDEFLOR-Bio, IGEPREV, IMETROPARÁ, IOE, ITERPA, JUCEPA, LACEN, NAC, NGPMCRECID-ADM, NGPR, NGTM, PARÁPAZ, PGE, PMPA, POLÍCIA CIVIL, PRODEPA, SEAD, SEASTER, SECOM, SECTET, SECULT, SEDAP, SEDEME, SEDOP, SEDUC, SEEL, SEFA, SEGUP, SEJUDH, SEMAS, SEPLAN, SESPA, SETRAN, SETUR, SUSIPE, UEPA
Gestão do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo	Auditoria Realizada	Un	Auditoria Geral do Estado
Implantação da Nuvem Corporativa do Governo	Nuvem Implantada	Un	PRODEPA
Implementação de Tecnologias do Governo Digital	Tecnologia Implementada	Un	PRODEPA
Integração das Unidades de Ouvidoria do Estado	Unidade Integrada	Un	Casa Civil

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	R\$ 114.465.340,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	-2,00	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	1,00
Receita gerada pelo turismo	R\$ em mil	533.069,15	12/2018	SETUR	603.118,82

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	68	12/2018	BANPARA	2020: 190 2021: 285 2022: 370 2023: 444	
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	2	12/2018	JUCEPA	2020: 2 2021: 0 2022: 0 2023: 0	
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	581	07/2019	SEDEME	2020: 108 2021: 120 2022: 137 2023: 117	
Número de novos empreendimentos instalados no Estado	Unidade	2	12/2017	CODEC	2020: 1 2021: 1 2022: 1 2023: 1	
Número de turistas	Unidade	657.485	12/2018	SETUR	2020: 690.770 2021: 708.039 2022: 725.740 2023: 743.884	

Objetivo			
Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocações das Regiões de Integração			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Município Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Fomento ao Setor de Gemas e Metais Preciosos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Gestão do Espaço São José Liberto	Espaço Mantido	Un	SEDEME

Objetivo			
Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Concessão de Infraestruturas Públicas	Concessão Realizada	Prj	SEDEME
Incentivo a Áreas Industriais	Área Industrial Incentivada	Prc	CODEC
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituída	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	Enc. SEPLAN, SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo			
Promover o Turismo como Atividade Econômica			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Apoio Técnico à Estruturação de Produtos Turístico	Produto Turístico Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SETUR
Manutenção de equipamentos turísticos	Equipamento Mantido	Un	SETUR
Promoção e Divulgação de Produtos Turísticos	Ação Realizada	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Pessoa Capacitada	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
Programa Temático: Infraestrutura e Logística **R\$ 364.356.760,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável			
Crescimento Inteligente				

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	100,00	12/2018	SETRAN	100,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	4.215,30	12/2018	SETRAN	2020 4.215,30
					2021 4.215,30
					2022 4.215,30
					2023 4.215,30
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	141,60	12/2018	SETRAN	2020 145,60
					2021 149,60
					2022 149,60
					2023 149,60
Terminais hidroviários de passageiros homologados pela ANTAQ no Estado	Percentual	100,00	12/2019	CPH	2020 100,00
					2021 100,00
					2022 100,00
					2023 100,00

Objetivo
 Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Pontes	Ponte Construída	M	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Estudos e Pesquisas de Infraestrutura e Logística	Estudo Realizado	Un	ARCON, SETRAN
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Gestão de Terminais Hidroviários	Terminal Hidroviário Mantido	Un	CPH
Recuperação de Pontes	Ponte Recuperada	M	SETRAN
Restauração de Rodovias	Rodovia Restaurada	Km	DETRAN, SETRAN

Objetivo
 Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME
Controle dos Serviços de Energia	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Energia	Fiscalização Realizada	Un	ARCON

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial **R\$ 39.095.582,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	0,01	12/2018	PRODES/INPE	0,01

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	100,00	12/2019	SEMAS	2020 100,00
					2021 100,00
					2022 100,00
					2023 100,00

Objetivo
 Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Família Beneficiada	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio

Objetivo
 Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional
 Elaborar Plano de Manejo da APA da Ilha do Combu

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde **R\$ 2.580.429.874,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	16	12/2018	MS/SIM/SINASC	13,03
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	13,47	12/2018	SIM	10,97
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	286,94	12/2018	MS/SIM	284,66

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	55,94	12/2018	EGESTOR	2020 58,74
					2021 61,67
					2022 64,76
					2023 68,00
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	0,00	12/2018	SIPNI	2020 50,00
					2021 60,00
					2022 65,00
					2023 70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	1,69	12/2018	DATASUS/CNE S)	2020 1,69
					2021 1,69
					2022 1,69
					2023 3,79
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	61,20	12/2018	SINAN	2020 70,00
					2021 75,00
					2022 80,00
					2023 80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,18	12/2018	SIA	2020 0,25
					2021 0,30
					2022 0,40
					2023 0,45

Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,15	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,18 0,20 0,23 0,25
---	-------	------	---------	-----	------------------------------	------------------------------

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	1º CRS - Belém, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	1º CRS - Belém, SESPA
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	1º CRS - Belém, ETSUS, FHCGV, Fund. Santa Casa, HAS, HEMOPA, HOL, LACEN, SESPA
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	1º CRS - Belém, FHCGV, Fund. Santa Casa, HEMOPA, HOL, LACEN, SESPA
Implementação da Humanização na Saúde	Ação Realizada	Un	SESPA
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	1º CRS - Belém, SESPA
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	SESPA
Reestruturação de Unidades Administrativas da Saúde	Unidade Reestruturada	Un	SESPA
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	1º CRS - Belém, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Concluir o Hospital Abelardo Santos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA
Implantação de Estabelecimento Assistencial de Saúde	Estabelecimento Implantado	Un	SESPA
Implementação da Rede das Doenças Crônicas não Transmissíveis	Paciente Atendido	Un	HOL, SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	1º CRS - Belém, SESPA
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Doação, Captação e Transplante de Órgãos e Tecidos	Procedimento Realizado	Un	Fund. Santa Casa, HEMOPA, HOL, SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	1º CRS - Belém, FHCGV, Fund. Santa Casa, HAS, HEMOPA, HOL, LACEN, SESPA
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	FHCGV, Fund. Santa Casa, HOL, LACEN, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	1º CRS - Belém, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	1º CRS - Belém, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	1º CRS - Belém, SESPA
Vigilância Laboratorial	Análise Realizada	Un	LACEN

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública **R\$ 1.039.070.727,00**

Diretriz

Sociedade de Direitos



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	121,90	12/2018	SEGUP	112,40
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	62,60	12/2018	SEGUP	54,30
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	10,66	12/2018	DATASUS	10,19
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	2.972,60	12/2018	SEGUP	2.577,80
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	388,40	12/2018	SEGUP	365,60

Indicador de Processo

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Densidade Carcerária	Percentual	1,97	12/2018	SUSIPE	2020 1,97 2021 1,90 2022 1,50 2023 1,50
Índice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	12.307	12/2018	PMPA	2020 14.768 2021 17.229 2022 19.691 2023 22.152
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	83,00	12/2018	DETRAN	2020 84,00 2021 85,00 2022 86,00 2023 87,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	60,00	12/2018	DETRAN	2020 61,00 2021 62,00 2022 63,00 2023 64,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	17,00	12/2018	POL CIVIL	2020 20,00 2021 22,00 2022 23,00 2023 25,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	84,00	12/2018	POL CIVIL	2020 84,00 2021 85,00 2022 87,00 2023 87,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Compromisso Regional

Implantar CIRETRAN em Marituba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN

Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo

Realizar a Custódia Penal

Compromisso Regional

Ampliar o Presídio Estadual Metropolitano III, em Marituba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Prisionais	Unidade Adequada	Un	SUSIPE
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SUSIPE
Implantação de Unidades Prisionais	Unidade Implantada	Un	SUSIPE

Objetivo

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional

Ampliar o videomonitoramento na Região Metropolitana de Belém
 Construir o 21º Batalhão de Polícia Militar em Marituba
 Construir o 30º e o 6º Batalhão de Polícia Militar em Ananindeua
 Construir Seccional Urbana da Polícia Civil em Belém
 Implantar Centro Integrado de Comando e Controle em Belém
 Implantar Delegacia Fluvial em Belém
 Implantar o Sistema Auto de Prisão em Flagrante Audiovisual
 Implantar Sistema de Boletim de Ocorrência Unificado
 Implantar Unidade Integrada de Segurança em Belém - Território pela Paz
 Reforma do Comando de Missões Especiais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP, PMPA, POLÍCIA CIVIL
Articulação dos Órgão de Segurança Pública com a Sociedade	Instrumento Implementado	Un	SEGUP
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	CBM, CPC, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEGUP, SUSIPE
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	FISP, SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	CPC, DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SUSIPE
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Prc	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial	Missão Realizada	Un	SEGUP
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo

Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Compromisso Regional

Desenvolver Política de Crédito Subsidado e Política Habitacional para Membros da Força Policial
 Ingressar Novos Policiais e Servidores da Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	CBM, CPC, DETRAN, FASPM, FUNSAU, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SUSIPE
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	CBM, CPC, DETRAN, Enc. CBM, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEGUP, SUSIPE
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, CPC, DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SUSIPE

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda R\$ 18.115.092,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 0,32	12/2018	MTE/RAIS	1,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	- 4,38	12/2018	MTE/RAIS	0,30	0,80
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	14,40	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	1,90	2,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Trabalho	Percentual	12,30	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	17,00	18,00

Objetivo

Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional

Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Ananindeua e Belém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio às Instituições de Controle Social da Política de Trabalho, Emprego e Renda	Instituição Apoiada	Un	SEASTER
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	SEASTER
Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mundo do Trabalho	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Monitoramento do Trabalho, Emprego e Renda	Relatório Realizado	Un	SEASTER
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER

Objetivo

Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

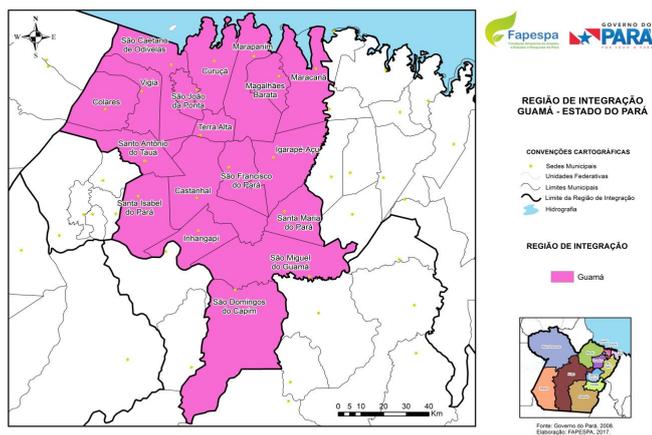
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	Un	SEASTER
Apoio às Unidades Produtivas	Empreendimento Apoiado	Un	SEASTER
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiados	Un	FDE
Implantação do CREDITRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER
Provimento de Garantia de Crédito às Operações de Financiamento - Fundo de Aval	Crédito Avalizado	Un	Enc. SEPLAN

Região de Integração: Guajará

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	(R\$ 1.00)
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	170.477.666,00
Apoio Logístico para Atuação Governamental	26.908.052,00
Concessão de Auxílio Alimentação	1.994.957.369,00
Concessão de Auxílio Fardamento	72.648.125,00
Concessão de Auxílio Transporte	248.441.714,00
Operacionalização das Ações Administrativas	3.506.189.653,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	19.203.466.517,00
Pagamento de Obrigações Patronais dos Servidores	2.441.524.121,00
Total	R\$ 27.664.613.237,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO GUAMÁ



I - ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Guamá, criada a partir do Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é formada por 18 municípios: Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé-Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta, São Miguel do Guamá, Terra Alta e Vigia.

Localizada na Região Nordeste do Pará, ocupa uma área de 12.264 km², equivalente a 1% da área do estado do Pará. Do total da área da região, 4,6% são de áreas protegidas.

A população dessa RI em 2018 foi estimada em aproximadamente 686.511 habitantes, correspondendo a 8% do total do Estado. Castanhal é o município de maior contingente populacional representando 29% da RI, seguido de Santa Izabel do Pará (10%) e São Miguel do Guamá (8%). A taxa de crescimento populacional média da RI, de 2010 a 2018, foi de 1,41%, abaixo da média estadual (1,46%) para o mesmo período.

O Produto Interno Bruto (PIB) da região foi em 2016, cerca de R\$ 7,8 bilhões, o equivalente a 6% do PIB paraense. A RI Guamá também destaca-se por ser um dos polos pesqueiros do estado, e por ser a região que mais exporta carne de frango, 87% da produção do Pará e pimenta do reino, 96% do total da produção do estado. Na composição do PIB, os Serviços contribui com 35%, a Agropecuária com 18%, a atividade da Administração Pública com 28%, a Indústria com 11% e, os Impostos sobre produtos com 9%.

O turismo ecológico, religioso e de lazer contribui com a economia local que se destaca: pelos monumentos históricos como igrejas, praças e casarões; balneários em praias, rios e igarapés; o artesanato local; as manifestações da cultura popular como danças típicas, festivais e, exposições agropecuárias.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

Em 2016, a Região de Integração Guamá teve sua riqueza valorada em R\$7,8 bilhões, o que representou 5,7% do PIB paraense. Entre os setores econômicos, o de maior valor adicionado foi o de Serviços, com 2,7 bilhões, correspondente a 34,7% do PIB da RI, seguido pelo setor da Administração Pública, com R\$ 2,2 bilhões (28%), o qual incorpora as atividades do poder municipal, estadual e federal, e o da Agropecuária, com R\$ 1,3 bilhão (17%). A região destaca-se na produção do estado com os produtos de sementes de moluscos (96%), frango (66%), ovos de galinha (60%), mandioca (11%), pimenta-do-reino (12%), dendê (11%) e coco-da-baía (10%). Possui, ainda, uma indústria de transformação dinâmica, principalmente nos segmentos de alimentos e cerâmica.

Tabela 01 – PIB e Setores Econômicos – Região de Integração Guamá, 2016

PIB	Brasil	Pará	Guamá
PIB (Mil R\$)	6.267.205.000	138.068.008	7.859.747
Valor Adicionado Total (Mil R\$)	5.417.699.000	124.788.832	7.142.266
Valor Adicionado Total %	86,4%	90,4%	90,9%
VA Agropecuária (Mil R\$)	306.655.000	17.167.980	1.392.016
% VA Agropecuário	4,89%	12,43%	17,71%
VA Indústria (Mil R\$)	1.150.207.000	31.519.925	833.211
% VA Indústria	18,35%	22,83%	10,60%
VA Serviços (Mil R\$)	3.015.716.000	47.932.450	2.727.255
% VA Serviços	48,12%	34,72%	34,70%
Administração Pública (Mil R\$)	945.121.000	28.168.477	2.189.783
% Impostos	15,08%	20,40%	27,86%
Impostos (Mil R\$)	849.506.000	13.279.177	717.481
% Impostos	13,55%	9,62%	9,13%

Fonte: IBGE/Fapespa, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Entre os municípios que compõem a RI Guamá, os que apresentaram as maiores contribuições para o PIB da região, em 2016, foram Castanhal, participando com 46%, tendo como principais atividades o comércio e a indústria de transformação, em especial o seguimento de alimentos; Santa Izabel do Pará, com 8%, sendo importantes às atividades de imobiliárias, criação de aves e o comércio; e São Miguel do Guamá, com 8%, ressaltando-se as atividades de agricultura, principalmente os cultivos de mandioca, pimenta-do-reino, açaí, dendê e coco-da-baía, atividades imobiliárias e comércio.

Quadro 01 – Principais Atividades no VA do Município, excluída a atividade de Administração Pública – Região de Integração Guamá, Pará, 2016

Item Geográfico	Principais Atividades				
	Agricultura	Comércio	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Construção civil
RI Guamá	Agricultura	Comércio	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Construção civil
Castanhal	Comércio	Indústria de transformação	Atividades imobiliárias	Agricultura	Transporte, armazenagem e correio
Colares	Pesca e Aquicultura	Agricultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Curuçá	Pecuária	Agricultura	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Comércio
Igarapé-Açu	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Pecuária	Indústria de transformação
Inhangapi	Agricultura	Produção Florestal	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Pecuária

Item Geográfico	Principais Atividades				
Magalhães Barata	Agricultura	Produção Florestal	Atividades imobiliárias	Construção civil	Pesca e Aquicultura
Maracanã	Agricultura	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Marapanim	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pesca e Aquicultura	Produção Florestal	Construção civil
Santa Izabel do Pará	Atividades imobiliárias	Pecuária	Comércio	Indústria de transformação	Agricultura
Santa Maria do Pará	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil	Indústria de transformação
Santo Antônio do Tauá	Agricultura	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Pecuária	Construção civil
São Caetano de Odivelas	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Agricultura	Pecuária	Comércio
São Domingos do Capim	Agricultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Pecuária	Produção Florestal
São Francisco do Pará	Agricultura	Comércio	Atividades imobiliárias	Pecuária	Construção civil
São João da Ponta	Agricultura	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Atividades profissionais, científicas e técnicas
São Miguel do Guamá	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Indústria de transformação	Construção civil
Terra Alta	Agricultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Pecuária	Comércio
Vigia	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Agricultura	Construção civil

Fonte e Elaboração: Fapespa, 2019.

2.2. Balança Comercial

A atividade comercial do estado do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de robustez produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em um saldo positivo de US\$14,434 bilhões, e a RI Guamá contabilizou um saldo de US\$140 milhões. O principal produto exportado é a pimenta do reino e sumo de sucos, sendo Castanhal o maior exportador da RI com 96% e 67%, nesta ordem. Os principais produtos importados são insumos para indústria têxtil, como tecidos, fibras e fios de juta, sendo Castanhal o único importador desses produtos no estado.

Tabela 02 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Guamá, 2018.

Item Geográfico	Exportação (US\$)	Part.(%)	Importação (US\$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	239.889.170.206	100	181.230.568.862	100	58.658.601.344
Pará	15.608.825.106	100	1.173.984.415	100	14.434.840.691
RI Guamá	140.762.048	0,9	4.301.103	0,4	136.460.945
Castanhal	134.048.066	95,23	4.258.966	99,02	129.789.100
Curuçá	1.396.821	0,99	0	0,00	1.396.821
Inhangapi	2.996.962	2,13	0	0,00	2.996.962
Santa Izabel do Pará	1.402.516	1,00	15.627	0,36	1.386.889
São Domingos do Capim	54.987	0,04	16.348	0,38	38.639
Vigia	862.696	0,61	10.162	0,24	852.534

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

2.3. Emprego

2.4.

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. Em se tratando especificamente da Região de Integração Guamá, a mesma registrou, em 2017, aproximadamente, 62 mil empregos formais, o que representa 6% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública deteve, cerca de, 34% do total do estoque formal da região, seguido pelo Comércio, 24%, e Serviços, 15%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados estavam Santa Izabel do Pará (12%), São Miguel do Guamá (8%) e Vigia (4%).

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Guamá.

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil		
	Brasil	Pará	RI Guamá
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	228.462
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	8,03
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	26,28
Empregos Formais (2017)			
Total	46.281.590	1.068.818	62.786
Extrativa Mineral	212.337	19.710	11
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	11.341
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	273
Construção Civil	1.838.958	57.880	902
Comércio	9.230.750	203.656	15.165
Serviços	16.772.645	284.360	9.411
Administração Pública	9.195.215	363.926	21.291
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	1.501.052	51.468	4.392

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/MTE, 2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de 168 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 5,8% do total de ocupados do estado.

2.5. Infraestrutura

2.6.

A RI Guamá possui uma malha viária formada por rodovias federais e estaduais, sendo o principal eixo viário a BR-316, a partir do qual se acessa diversas rodovias estaduais que fazem ligação entre os municípios do estado. Em Castanhal está localizado o entroncamento da BR-316 com rodovias estaduais importantes, como a PA-320, que interliga os municípios de Castanhal, Terra Alta e Igarapé-Açu; PA-136, que permite o acesso a Castanhal, Terra Alta e Curuçá; e a PA-127, que liga Igarapé-Açu, Magalhães Barata (PA-396) e Maracanã. Ressalta-se, ainda, a PA-140 que liga o município de São Caetano de Odivelas ao de Tomé Açu e beneficia os municípios de São Caetano de Odivelas, Vigia, Santo Antônio do Tauá, Santa Izabel do Pará, Bujaru, Acará, Concórdia do Pará e Tomé-Açu.

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Guamá

Municípios com Aeródromos/Aeroportos	Igarapé-Açu
Rodovias	32 vias (total 960 km) - 71% pavimentado
Travessias (2)	PA-238 Furo da Laura (Penha Longa - Colares) PA-140 Rio Guamá (Santa Izabel do Pará - Bujaru)
Portos (8)	(IP4) Vigia (IP4) São Caetano de Odivelas (IP4) Vila do Abade (Curuçá) (IP4) Vista Alegre (Marapanim) (IP4) Cafezal (Magalhães Barata) (IP4) Mocooca (Maracanã) (IP4) Paraíso (Maracanã) (IP4) PL Guamá (Inhangapi)
Pontes	57 pontes (total de 5 km)

Fonte: Setran, 2019
Elaboração: Fapespa, 2019.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da RI Guamá abrange um aeródromo/aeroporto, 57 pontes (totalizando 5 km de extensão), oito portos de pequeno porte, duas travessias e 32 rodovias.

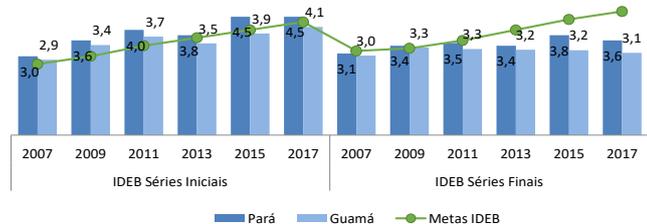
3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Guamá, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano), só alcançou as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará, nos anos de 2007, 2009 e 2011. A partir de 2013, as metas não foram alcançadas e as notas da região ficaram inferiores às apresentadas pelo Pará. Nas séries finais (8ª Série/9º Ano), com exceção do ano de 2009, o mesmo comportamento foi observado. No Pará, a nota IDEB tem alcançado um comportamento de crescimento, na maioria dos anos observados, em relação às séries iniciais, enquanto nas finais, as notas mantiveram-se no mesmo patamar, com pequena variação, mesmo procedimento observado na RI Guamá, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Guamá, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



Fonte: INEP/Fapespa, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

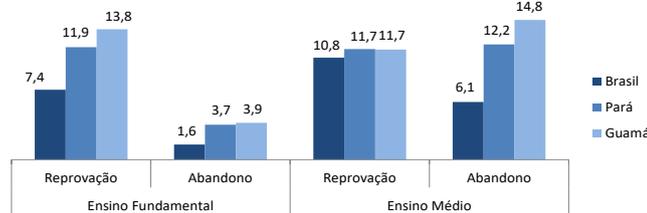
As taxas de rendimento escolar geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, as taxas de reprovação e de abandono, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar ao valor da RI Guamá.

Em relação à taxa de reprovação, no ensino fundamental, a região atingiu 13,8% de reprovados, em 2017, bem acima do valor total do Pará e do Brasil, 11,9% e 7,4% de reprovação, respectivamente, em oposição ao observado no ensino médio, em que as taxas resultaram em valores próximos para as três instâncias (Brasil, 10,8%; Pará, 11,7%; e RI Guamá, 11,7%). O município de São Domingos do Capim apresentou a maior taxa de reprovação, tanto no ensino fundamental, 19,2%, quanto no médio, 24,7%. O município de Maracanã apresentou a menor taxa, no ensino fundamental, com 9,6%, e no ensino médio, a menor taxa registrada foi no município de Vigia, com 5,7% de alunos reprovados.

Quanto à taxa de abandono, a RI Guamá ultrapassou os valores observados pelo Pará e Brasil, nos dois níveis de ensino, em especial, no nível médio (Gráfico 02). O município de São Caetano de Odivelas apresentou a maior taxa de abandono, tanto no ensino fundamental quanto no médio, com 6,4% e 25,6%, respectivamente. O município de Colares apresentou a menor taxa, no ensino fundamental, com 1,6%, e, no ensino médio, com 3,9%.

O estado do Pará se destaca com a pior taxa de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação com 12,2% de abandono.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Guamá, 2017



Fonte: INEP/Fapespa, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil (17,2% e 28,2%, respectivamente). Na região, o município de São Domingos do Capim destacou-se com a maior taxa de distorção, tanto no ensino fundamental (43,3%) quanto no médio (67,8%). A menor taxa no ensino fundamental foi do município de São João da Ponta (22,9%), e, no ensino médio, a menor distorção em Colares (37,5%), conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Guamá e Municípios, 2018

Item Geográfico	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	17,2	28,2
Pará	29,5	48,0
RI Guamá	31,6	54,5
Castanhhal	26,3	45,3
Colares	27,6	37,5
Curuçá	34,5	58,8
Igarapé-Açu	35,0	48,3
Inhangapi	33,3	57,4
Magalhães Barata	30,9	58,7
Maracanã	31,8	53,2
Marapanim	31,7	64,7
Santa Isabel do Pará	28,4	50,3
Santa Maria do Pará	37,0	55,8
Santo Antônio do Tauá	28,9	44,3
São Caetano de Odivelas	35,7	62,4
São Domingos do Capim	43,3	67,8
São Francisco do Pará	28,0	58,4
São João da Ponta	22,9	53,6
São Miguel do Guamá	36,5	59,9
Terra Alta	26,8	56,1
Vigia	30,7	48,2

Fonte: INEP/Fapespa, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde, na RI Guamá, a taxa de mortalidade infantil de 12,04 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos) apresentada, em 2017, foi inferior à do Pará, de 15,38. Os municípios da região com as maiores taxas foram São Francisco do Pará (24,27), Inhangapi (22,86) e Terra Alta (19,42). Por outro lado, São João da Ponta não apresentou nenhum caso de morte infantil, e Marapanim (6,19), Igarapé-Açu (7,09) e Santo Antônio do Tauá (8,28) obtiveram os menores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Na região, constavam, em 2018, 1.624 agentes, equivalentes à proporção de cobertura de 99,89% (apenas o município de Marapanim não possuía 100% da população estimada coberta), maior que a observada para o estado do Pará, de 81,21%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), em 2018, havia 188 equipes implantadas na RI, correspondendo a uma proporção de cobertura média de 91,34%, superior à do estado, de 59,13%. Até dezembro de 2018, dez municípios da região alcançaram 100% da cobertura (Colares, Igarapé-Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta e Terra Alta), ressaltando-se, também, que São Miguel do Guamá (42,10%) e Vigia (59,46%) apresentaram as menores proporções de cobertura.

Tabela 05 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Guamá

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Guamá
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	12,04
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	99,89
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	91,34
Hospitais - 2018	6.687	247	17

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Guamá
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	4,17
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	1,34

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

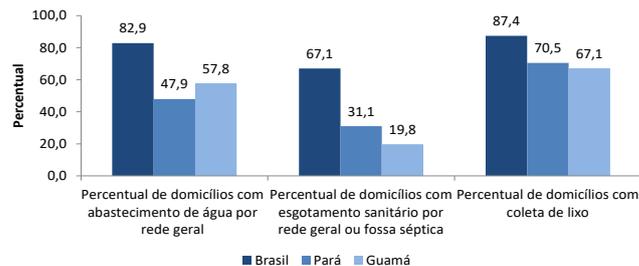
Verificando-se os indicadores de infraestrutura, a RI Guamá contava, em 2018, com 17 hospitais (hospital geral, hospital/dia e hospital especializado). Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela RI foi de 4,17, superior à observada pelo Pará, de 2,47. Em relação a leitos hospitalares por mil habitantes, a RI obteve, no mesmo ano, a taxa de 1,34, menor que a do estado, de 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

O Gráfico 03 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Guamá. Observa-se que, em 2010, no Brasil, 82,9% dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% contavam com esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na RI Guamá, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 57,8% dos domicílios, de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica era de 19,8% e a de coleta de lixo, 67,1%. Destaca-se que a cobertura do serviço de abastecimento de água por rede geral era maior na região do que no estado do Pará.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Guamá, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, regiões, unidades federativas e regiões metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico “Fora RMB”, que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do estado que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), em 2017, estava presente em oito (Castanhal, Inhangapi, Magalhães Barata, Marapanim, Santa Maria do Pará, São Caetano de Odivelas, São Francisco do Pará e Vigia) dos 18 municípios que compõem a RI Guamá, segundo informações do órgão.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: **domicílios precários** (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), **coabitação familiar** (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), **ônus excessivo com aluguel urbano** (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que dependem 30% ou mais de sua renda com aluguel) e **adensamento excessivo de domicílios alugados** (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Guamá, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI GUAMÁ	
	Total	Percentual	Total	Percentual
Déficit Habitacional	423.437	22,78	39.312	25,3
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	23.773	59,5
Coabitação Familiar	168.684	39,2	12.493	31,3
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	2.168	5,4
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	1.495	3,7
Total Domicílios	1.859.165		155.347	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pode-se observar na tabela, que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, o que representava, aproximadamente, 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Guamá, o déficit era de 25,3% do total de domicílios. Em 2010, a componente domicílios precários correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 59,5% do total da região; coabitação familiar representava, aproximadamente, 39% do total de domicílios no Pará, e 31,3% na região Guamá. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, aproximadamente, 87% do déficit no estado do Pará e 91% na RI. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 5,4% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no Pará e 3,7% na região.

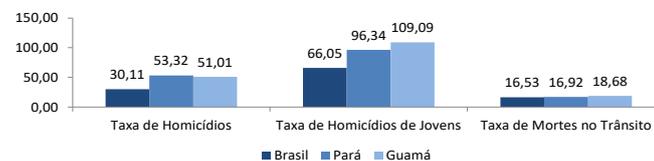
3.4. Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do DATASUS (Departamento de Informática do SUS), analisou-se três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Guamá apresentou taxas superiores às do Pará nos indicadores taxa de homicídios de jovens e taxa de mortes no trânsito, e inferior para o indicador taxa de homicídios. A taxa de homicídios, no estado, atingiu 53,32 homicídios, enquanto que na RI esse número foi de 51,01. Os municípios de Inhangapi e Castanhal apresentaram as maiores taxas, 79,03 e 76,31 homicídios, respectivamente, em contraposição a São Francisco do Pará, que não apresentou nenhum caso de homicídio, e Magalhães Barata, que registrou a menor taxa, 12,03 homicídios.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem apresentada, em 2017, pela RI Guamá (109,09 homicídios a cada 100 mil jovens) foi superior à taxa estadual, de 96,34 homicídios a cada 100 mil jovens. Os municípios de São Caetano de Odivelas e Castanhal alcançaram as maiores taxas entre os municípios da região, com 175,37 e 163,71 homicídios por cem mil jovens, respectivamente. Os municípios de Magalhães Barata, São Francisco do Pará e São João da Ponta não apresentaram casos de homicídios de jovens.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Guamá, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Quanto à taxa de mortes por acidente no trânsito, a RI Guamá registrou, em 2017, 18,68 mortes, enquanto o Pará apresentou taxa inferior, 16,92 mortes. Os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Magalhães Barata (48,10 mortes) e Terra Alta (35,09 mortes), as menores taxas foram observadas por São Domingos do Capim (3,21 mortes) e Maracanã (6,97 mortes).

Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram a taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Guamá apresentou taxa superior ao Pará no indicador taxa de homicídios no trânsito e taxas inferiores para os indicadores taxa de homicídios e taxa de roubo. A taxa de homicídios da região foi de 43,00 mortes e a do Pará, de 45,66. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI registrou taxa de 15,62 e o Pará, de 9,60. Outro indicador que compõe essa síntese é a taxa de roubo que, no Pará, em 2017, atingiu um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes, e na RI Guamá, 1.205,47 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Guamá

Indicadores Segurança	Pará		RI Guamá	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	45,27	43,00
Taxa de Homicídios no Trânsito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	22,18	15,62
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	1.438,44	1.205,47

Fonte: Segup, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil, 15,20%, e a região Guamá registrou um total de 42,1% de sua população abaixo da linha da pobreza.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Guamá apresentou um Índice de Gini de 0,53, desigualdade abaixo da registrada para o Pará, de 0,62, e para o Brasil, de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e Região de Integração Guamá, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	15,20	0,60
Pará	32,33	0,62
RI Guamá	42,1	0,53

Fonte: PNAD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico tornou-se o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Com base no CadÚnico de 2018, na RI Guamá, 58,6% da população de seus municípios estavam inscritos no cadastro, contra 52,6% de inscritos em todo o Pará. Desses inscritos na RI, 77,1% declararam que possuíam renda igual ou inferior à da linha da pobreza, e, no estado, 78,6% declararam o mesmo. Das famílias inscritas no cadastro, na região, 65,9%, recebiam o Bolsa Família, acima do índice do Pará, 64,2% do total de inscritos.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Guamá e Municípios - dezembro 2018

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	52,6	78,6	64,2
RI Guamá	58,6	77,1	65,9
Castanhal	44,1	55,1	45,2
Colares	71,2	83,1	74,9
Curuçá	73,4	92,4	81,1
Igarapé-Açu	65,6	80,4	71,5
Inhangapi	65,7	81,3	70,2
Magalhães Barata	71,1	73,6	64,9
Maracanã	83,1	88,4	76,7
Marapanim	64,7	86,4	75,8
Santa Isabel do Pará	46,1	71,3	59,4
Santa Maria do Pará	66,3	77,7	65,7
Santo Antônio do Tauá	59,4	84,8	71,5
São Caetano de Odivelas	69,4	82,6	74,2
São Domingos do Capim	76,4	88,6	82,2
São Francisco do Pará	67,8	77,9	68,0
São João da Ponta	80,2	84,1	73,0
São Miguel do Guamá	59,4	84,7	73,6
Terra Alta	79,3	86,0	73,5
Vigia	60,9	83,3	68,0

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Dos municípios que compõem essa região, Maracanã e São João da Ponta possuíam os maiores percentuais de suas populações inscritas no CadÚnico, 83,1% e 80,2%, respectivamente. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram Curuçá (92,4%), São Domingos do Capim (88,6%) e Maracanã (88,4%). Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que registraram o maior número de famílias que recebem o Bolsa Família foram São Domingos do Capim (82,2%) e Curuçá (81,1%).

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens¹, em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

Em 2018, a RI Guamá comportava 204.787 jovens, ou 29,83% de sua população. No período de 2015 a 2018, Castanhal e Santa Isabel do Pará apresentaram o maior número de jovens entre os municípios da região, e, no último ano do período, 2018, a maior concentração de jovens ocorreu em Castanhal (60.759), Santa Isabel do Pará (22.203) e São Miguel do Guamá (17.259), que, juntos somaram, 49% dos jovens. Considerando a participação, Santa Isabel do Pará (31,83%) e Igarapé-Açu (30,74%) lideraram o ranking das maiores e São Francisco do Pará (27,31%) e Marapanim (27,75%) ocupavam as últimas posições.

Tabela 11 – População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Guamá e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jan 2015	%	Jan 2016	%	Jan 2017	%	Jan 2018	%
Pará	2.416.773	29,45	2.444.747	29,43	2.475.723	29,47	2.508.928	29,36
RI Guamá	196.243	29,75	198.542	29,76	200.752	29,77	204.787	29,83
Castanhal	58.245	30,69	59.069	30,67	59.861	30,66	60.759	30,64
Colares	3.314	28,37	3.326	28,38	3.339	28,40	3.428	28,47
Curuçá	10.494	27,76	10.666	27,78	10.831	27,80	10.999	27,82
Igarapé-Açu	11.345	30,39	11.433	30,45	11.518	30,51	11.862	30,74
Inhangapi	3.352	30,33	3.413	30,41	3.472	30,49	3.534	30,57
Magalhães Barata	2.325	28,08	2.333	28,12	2.340	28,14	2.420	28,39
Maracanã	7.959	27,77	7.968	27,79	7.977	27,81	8.569	29,12
Marapanim	7.506	27,43	7.545	27,47	7.582	27,50	7.830	27,75
Santa Isabel do Pará	21.158	31,82	21.542	31,83	21.911	31,83	22.203	31,83
Santa Maria do Pará	6.877	28,74	6.899	28,68	6.921	28,62	7.015	28,37
Santo Antônio do Tauá	6.883	29,31	6.832	29,31	6.874	29,32	7.101	29,32
São Caetano de Odivelas	5.081	29,17	5.107	29,20	5.132	29,22	5.277	29,37
São Domingos do Capim	6.646	28,03	6.687	28,03	6.727	28,04	6.936	28,07
São Francisco do Pará	4.337	28,20	4.336	28,12	4.335	28,05	4.324	27,31
São João da Ponta	1.649	28,46	1.681	28,57	1.712	28,68	1.743	28,77
São Miguel do Guamá	16.557	29,60	16.770	29,59	16.975	29,59	17.259	29,59
Terra Alta	3.184	28,63	3.227	28,65	3.268	28,67	3.326	28,69
Vigia	15.531	30,35	15.708	30,38	15.877	30,41	16.202	30,46

Fonte: IBGE/Fapespa, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No campo empregatício, em 2017, os jovens de 15 a 29 anos correspondiam a 25,51% dos vínculos, no Pará, e 27,19%, na RI Guamá. Os maiores percentuais de participação de jovens no

¹ A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

mercado de trabalho ocorreram em Castanhal (32,97%), São João da Ponta (31,65%) e Santa Maria do Pará (30,98%), e, em números absolutos, Castanhal e Santa Isabel do Pará lideraram com um total de 9.936 e 1.927, respectivamente (Tabela 12).

Tabela 12 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Guamá e Municípios, 2017

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	1.068.818	272.675	25,51
RI Guamá	62.786	17.074	27,19
Castanhal	30.135	9.936	32,97
Colares	582	65	11,17
Curuçá	1.666	222	13,33
Igarapé-Açu	2.330	583	25,02
Inhangapi	931	211	22,66
Magalhães Barata	293	38	12,97
Maracanã	1.945	341	17,53
Marapanim	1.452	180	12,40
Santa Isabel do Pará	7.676	1.927	25,10
Santa Maria do Pará	1.740	539	30,98
Santo Antônio do Tauá	2.251	498	22,12
São Caetano de Odivelas	739	100	13,53
São Domingos do Capim	1.920	352	18,33
São Francisco do Pará	864	159	18,40
São João da Ponta	278	88	31,65
São Miguel do Guamá	4.841	1.216	25,12
Terra Alta	476	75	15,76
Vigia	2.667	544	20,40

Fonte: MTE/Rais, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018²). Do total de nascidos vivos no Pará, 24,38% são de mães menores de 19 anos de idade, resultado que, embora tenha diminuído cerca de 3% em relação a 2010, continua sendo elevado quando se considera proporcionalmente a população jovem estimada em 32%.

Na RI Guamá, esse dado foi de 24,56%, em 2017, o 4º menor percentual dentre as regiões de integração, com diminuição de 3,82 p.p. em relação a 2010. De seus municípios, os maiores percentuais de mães menores de 19 anos que tiveram filhos nascidos vivos aconteceram em Marapanim (33,13%), São Domingos do Capim (31,49%) e Inhangapi (31,43%), tendo este um incremento de 6,11 p.p. em relação a 2010, o maior do período 2010-2017.

Tabela 13 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Guamá (2010-2017)

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Pará	27,42	27,50	27,56	27,37	27,27	26,53	25,73	24,38	
RI Guamá	28,38	27,73	28,22	27,18	27,69	26,42	25,17	24,56	
Castanhal	23,48	22,97	24,11	22,56	24,64	22,45	21,12	19,35	
Colares	28,66	27,67	23,84	24,52	29,12	25,00	25,13	25,45	
Curuçá	33,66	29,63	32,13	26,48	30,19	28,90	27,70	28,98	
Igarapé-Açu	29,87	30,72	34,30	27,38	26,89	25,57	28,00	25,71	
Inhangapi	25,32	28,72	31,14	30,60	33,73	27,68	29,63	31,43	
Magalhães Barata	28,04	23,58	33,07	29,81	30,77	29,46	27,84	28,89	

² FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Maracanã	34,41	33,49	31,12	31,97	31,59	27,87	25,85	27,90	
Marapanim	32,43	34,18	33,93	28,79	26,56	32,12	30,70	33,13	
Santa Isabel do Pará	30,24	28,82	27,78	32,20	27,71	27,78	24,60	24,32	
Santa Maria do Pará	29,44	26,78	27,93	31,43	29,49	23,71	29,57	20,09	
Santo Antônio do Tauá	34,19	34,71	25,71	28,37	26,62	29,86	27,70	25,05	
São Caetano de Odivelas	33,94	29,82	28,69	31,39	29,28	31,76	21,24	26,05	
São Domingos do Capim	26,69	24,43	28,93	25,20	29,88	28,19	23,29	31,49	
São Francisco do Pará	25,73	27,50	30,62	22,08	27,80	23,47	28,19	26,70	
São João da Ponta	33,33	30,67	33,33	22,22	43,90	32,53	25,93	22,99	
São Miguel do Guamá	30,64	29,86	30,10	31,59	30,12	29,09	27,47	28,32	
Terra Alta	32,97	36,25	31,63	34,44	32,95	30,92	30,46	23,79	
Vigia	30,41	31,06	30,73	28,20	27,10	28,63	28,55	27,86	

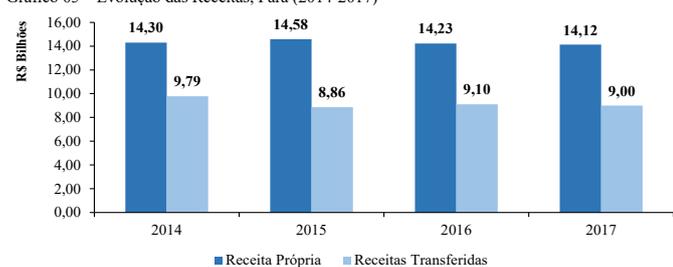
Fonte: DATASUS/2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

4. ARRECADAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas para a construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como a viabilização de empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2014 e 2017, as receitas próprias do estado mantiveram-se com leves flutuações, apresentando um valor médio de R\$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R\$9,815 bilhões.

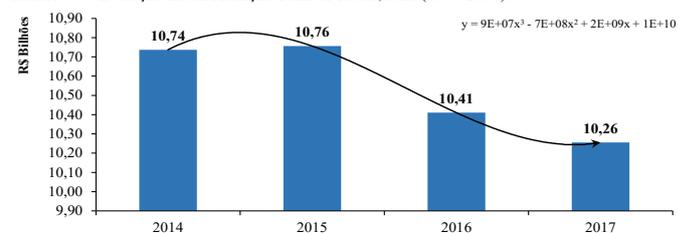
Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu impactos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

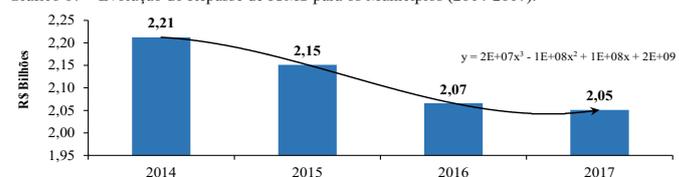
Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017).



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. Entre 2014 e 2017, o montante desse tributo retraiu em -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017).



Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse sentido, verifica-se, no período em exame, que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõem a RI Guamá cresceu em 6,5%, tendo, em 2017, o município de Castanhal recebido a maior parcela (50%) do total destinado à RI, seguido por Santa Isabel do Pará (7%). Outro ponto a destacar é o fato de que, entre 2014 e 2017, o total de ICMS repassado aos municípios da RI em estudo representava, em média, 5,1% do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	2.212.195.854,32	2.151.243.071,59	2.065.861.819,58	2.051.113.567,84
Guamá	105.521.742,24	105.841.159,14	109.307.893,09	112.401.023,56
Castanhal	47.119.771,68	50.984.460,78	55.799.076,85	56.405.623,12
Colares	2.433.415,44	2.151.243,08	2.082.055,12	2.051.113,57
Curuçá	3.097.074,18	2.581.491,68	2.914.877,13	2.666.447,64
Igarapé-Açu	3.981.952,55	3.872.237,51	3.747.699,19	4.307.338,50
Inhangapi	2.654.635,02	2.366.367,40	2.082.055,12	2.461.336,28

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Magalhães Barata	2.433.415,44	1.936.118,76	1.665.644,09	1.846.002,20
Maracanã	2.875.854,63	2.796.616,00	2.498.466,12	2.666.447,64
Marapanim	2.875.854,63	2.796.616,00	2.498.466,12	2.461.336,28
Santa Isabel do Pará	7.963.905,08	7.959.599,36	8.120.014,92	7.999.342,92
Santa Maria do Pará	3.097.074,18	2.796.616,00	2.706.671,63	2.871.559,00
Santo Antônio Tauá	3.760.732,96	3.441.988,90	3.539.493,69	3.486.893,06
São Caetano Odivelas	2.654.635,02	2.581.491,68	2.290.260,62	2.666.447,64
São Domingos do Capim	3.318.293,79	3.226.864,60	3.123.082,66	2.871.559,00
São Francisco do Para	2.875.854,63	2.796.616,00	2.498.466,12	2.871.559,00
São João da Ponta	2.212.195,86	2.151.243,08	2.082.055,12	1.846.002,20
São Miguel do Guamá	4.866.830,86	4.732.734,77	4.996.932,26	5.332.895,29
Terra Alta	2.433.415,44	2.151.243,08	1.873.849,60	2.256.224,93
Vigia	4.866.830,86	4.517.610,45	4.788.726,74	5.332.895,29

Fonte: Sefa, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Guamá é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação de Uso Sustentável (554 km²), Proteção Integral (10 km²) e Territórios Quilombolas (23,89 km²). Assim, de sua área total, 12.211 km², aproximadamente, 4,81% correspondem às áreas protegidas.

Em relação ao desmatamento acumulado na RI, em 2017, registrou-se o equivalente a 7.857 km², o que corresponde a 64% da área da região e 3% do desmatamento acumulado total do estado do Pará (Tabela 15). Em termos municipais, os municípios de São Domingos do Capim, Castanhal, São Miguel do Guamá, Igarapé-Açu e Santa Isabel do Pará concentraram mais de 50% do desmatamento acumulado, registrado em 2017. Da mesma maneira, em 2017, quase 45% dos registros de foco de calor da RI Guamá estavam concentrados em apenas dois municípios, São Domingos do Capim e São Miguel do Guamá.

Tabela 15 – Área de Desmatamento Acumulado e número de Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Guamá, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatado (km²)	Focos de Calor
Pará	1.247.955	264.691	49.413
Guamá	12.211	7.857	817
Castanhal	1.029	906	53
Colares	610	91	7
Curuçá	673	274	39
Igarapé-Açu	786	689	32
Inhangapi	471	328	36
Magalhães Barata	325	163	27
Maracanã	856	328	53
Marapanim	796	404	61
Santa Isabel do Pará	718	537	22
Santa Maria do Pará	458	416	24
Santo Antônio do Tauá	538	325	13
São Caetano de Odivelas	743	234	14
São Domingos do Capim	1.677	1.354	236
São Francisco do Pará	480	418	24

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatado (km²)	Focos de Calor
São João da Ponta	196	110	20
São Miguel do Guamá	1.110	890	130
Terra Alta	206	172	20
Vigia	539	219	6

Fonte: INPE/PRODES, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2018, uma parcela de 42,85% de sua área passível de regularização ambiental com Cadastro Ambiental Rural (CAR) viabilizado (Tabela 16). Entre os municípios que compõem a região, Terra Alta possui a maior proporção de área com CAR efetivado (54,96%), seguido por Castanhal (53,09%) e São Francisco do Pará (51,99%).

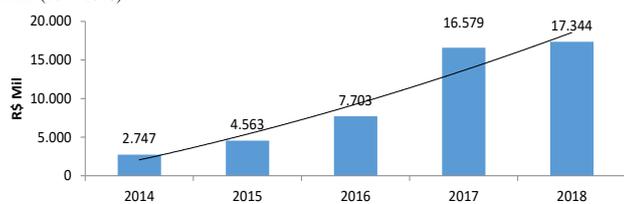
Tabela 16 – Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na Região de Integração Guamá, 2018

Item Geográfico	Área Territorial (IBGE/km²) (A)	Área Cadastral (km²) (B)	% de Área Cadastral (B/A)	Área de CAR (km²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Guamá	12.211	10.206,56	83,46	4.373,89	42,85
Castanhal	1.029	1.030,19	99,95	546,95	53,09
Colares	610	240,41	39,37	42,49	17,67
Curuçá	673	432,90	64,25	66,14	15,28
Igarapé-Açu	786	786,10	99,89	372,94	47,44
Inhangapi	471	449,17	95,10	221,28	49,26
Magalhães Barata	325	213,96	65,69	28,80	13,46
Maracanã	856	583,87	68,16	84,33	14,44
Marapanim	796	611,99	76,77	121,45	19,85
Santa Isabel do Pará	718	686,94	95,55	332,20	48,36
Santa Maria do Pará	458	458,12	99,97	201,56	44,00
Santo Antônio do Tauá	538	446,69	82,95	171,77	38,45
São Caetano de Odivelas	743	305,71	41,04	77,88	25,47
São Domingos do Capim	1.677	1.645,57	97,96	1.077,77	65,50
São Francisco do Pará	480	480,02	99,95	249,57	51,99
São João da Ponta	196	161,39	82,22	46,04	28,53
São Miguel do Guamá	1.110	1.086,05	97,70	500,76	46,11
Terra Alta	206	206,70	99,97	113,60	54,96
Vigia	539	380,80	70,52	118,38	31,09

Fonte: IBGE/SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas estaduais de incentivo a boas práticas de gestão ambiental municipal, foi registrado para a RI Guamá uma participação média de 9,97% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios, entre os anos de 2014 e 2018 (Gráfico 08). Em 2018, a região contabilizou um montante de R\$ 17,343 milhões, com o município de São Caetano de Odivelas detendo a maior parcela (6,81%), seguido por Vigia (6,79%), Maracanã (6,54%), Curuçá (6,55%), Santo Antônio do Tauá (6,50%), Marapanim (6,39%), São Miguel do Guamá (6,32%), Santa Isabel do Pará (6,28%), Castanhal (6,20%), Igarapé-Açu (6,15%), Terra Alta (6,14%), São Francisco do Pará (6,11%), Colares (4,57%), São João da Ponta (3,88%), São Domingos do Capim (3,83%), Magalhães Barata (3,77%), Inhangapi (3,71%), e Santa Maria do Pará (3,46%) (Tabela 17).

Gráfico 08 - Evolução do Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Guamá (2014-2018)



Fonte: SEMAS/PMV, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Tabela 17 – Valor de ICMS Verde repassado para os municípios da Região de Integração Guamá (2014 e 2018)

Item geográfico	2014	2015	2016	2017	2018
RI Guamá	2.746.688,49	4.563.332,98	7.703.016,64	16.579.187,77	17.343.733,61
Castanhal	117.720,51	231.653,56	316.852,22	1.034.309,00	1.074.917,11
Colares	157.871,45	333.888,51	536.137,39	923.027,61	791.634,92
Curuçá	227.121,77	182.915,87	686.501,60	707.447,19	1.135.989,94
Igarapé-Açu	119.617,27	242.079,97	330.830,52	1.038.675,61	1.065.981,86
Inhangapi	250.224,03	250.832,88	310.008,04	740.916,46	643.378,42
Magalhães Barata	144.793,46	34.530,42	78.371,74	716.829,18	653.810,89
Maracanã	218.172,56	451.923,94	651.263,27	995.497,17	1.136.468,41
Marapanim	160.364,30	343.849,16	548.234,73	713.823,61	1.108.585,91
Santa Isabel do Pará	104.594,82	219.036,64	289.010,04	1.277.166,49	1.089.259,66
Santa Maria do Pará	48.783,85	102.456,98	152.162,97	513.172,26	600.658,28
Santo Antônio do Tauá	191.970,56	419.890,34	638.890,94	729.671,05	1.126.668,12
São Caetano de Odivelas	176.815,66	365.260,10	595.299,25	1.277.167,80	1.181.674,88
São Domingos do Capim	169.281,54	322.694,10	458.146,82	761.537,50	664.988,58
São Francisco do Pará	130.923,48	249.587,92	366.621,16	1.036.450,09	1.059.737,50
São João da Ponta	187.231,02	400.180,24	629.913,91	718.252,77	673.143,74
São Miguel do Guamá	90.294,48	178.640,46	295.343,45	1.060.874,47	1.095.356,00
Terra Alta	64.099,44	118.667,90	232.251,31	1.057.201,73	1.064.582,61
Vigia	186.808,31	115.243,98	587.177,27	1.277.167,79	1.176.896,77

Fonte: SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Região de Integração: **Guamá**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor (R\$ 1.000) 2020-2023
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	10.652.788,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	21.566.468,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	7.621.949,00
Cultura	1.112.197,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	92.703.540,00
Direitos Socioassistenciais	20.083.023,00
Educação Básica	911.265.882,00
Educação Profissional e Tecnológica	3.262.354,00
Educação Superior	22.265.241,00
Esporte e Lazer	4.466.632,00
Governança Pública	92.706.036,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	28.178.460,00
Infraestrutura e Logística	167.595.524,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	3.472.487,00
Saúde	167.932.796,00
Segurança Pública	207.641.598,00
Trabalho, Emprego e Renda	4.845.629,00
TOTAL PARA A REGIÃO :	R\$ 1.767.352.604,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor (R\$ 1.000) 2020-2023
Manutenção da Gestão	1.571.304.450,00
TOTAL PARA A REGIÃO :	R\$ 1.571.304.450,00

Região de Integração: **Guamá** **R\$ 3.338.657.054,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura** **R\$ 10.652.788,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Efetivo dos principais rebanhos por região (galináceos)	Unidade	15.836.929	06/2019	ADEPARA	1.9249.886
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Dendê)	Kg/Hectare	14.298	06/2019	IBGE	17.379

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	118	12/2018	SEDAP	2020: 124 2021: 130 2022: 137 2023: 143
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	14,13	12/2018	EMATER	2020: 9,00 2021: 9,50 2022: 9,72 2023: 9,80
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	416	12/2018	SEDAP	2020: 437 2021: 459 2022: 482 2023: 506

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Apoiar os 18 Municípios para Inclusão nos Mercados Institucionais (PNAE, PAA e Compras Públicas)
Implantar 01 Estação Modelo de Aquicultura - Terra Alta

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto Classificado	T	ADEPARÁ
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Afiosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	EMATER, SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo			
Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Cidadania, Justiça e Direitos Humanos** R\$ 21.566.468,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	5,50	12/2018	SEJUDH	2020 40,00 2021 - 2022 - 2023 -
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020 6,00 2021 33,00 2022 28,00 2023 17,00

Objetivo
Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SUSIPE
Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sistema Penitenciário	Município Apoiado	Un	SESPA

Objetivo
Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Compromisso Regional
Implantar o Projeto Girândola (autonomia financeira e empoderamento da mulher) em Castanhal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento Integrado de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo
Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Parã Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo
Promover Ações Intersectoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação da Rede de Atenção Psicossocial	Município Apoiado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Promoção de Estratégias e Metodologias Educativas sobre Drogas	Ação Educativa Realizada	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Realização de Eventos Intersectoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo
Promover os Direitos Humanos

Compromisso Regional			
Realizar Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos em 9 Municípios da Região			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Articulação para Ações de Cidadania	Projeto Realizado	Un	PMPA
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Implementação da Estação Cidadania	Pessoa Atendida	Un	SEAD
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa	Evento Realizado	Un	SEJUDH
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Ciência, Tecnologia e Inovação** R\$ 7.621.949,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,32	12/2018	SIAGEM/SEFA	0,60

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	33,33	12/2018	FAPESPA	2020 33,33 2021 33,33 2022 33,33 2023 33,33

Objetivo
Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Compromisso Regional			
Implantar 5 Aldeias Sustentáveis nos Municípios da Região Guamã			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Árvore Digitais e Aldeias Sustentáveis para Acesso Público à Internet e Comunicação de Dados	Árvore Digital Implantada	Un	SECTET
Promoção ao Acesso Público à Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA, SECTET

Objetivo
Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação

Compromisso Regional			
Implantar 1 Centro Tecnológico do Açaí em Castanhal			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Bolsas de Pesquisa	Bolsa Contratada	Un	FAPESPA, SECTET
Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica	Projeto Apoiado	Un	FAPESPA
Manutenção dos Parques e Polos Tecnológicos	Espaço Mantido	Un	SECTET

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Cultura** R\$ 1.112.197,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	50,00	12/2018	SECULT/FCP	66,67

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	-	12/2018	FCP/SECULT	2020	1.800
					2021	1.800
					2022	1.800
					2023	1.800

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo

Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão da Educação Patrimonial	Agente Cultural Qualificado	Un	SECULT
Gestão do Patrimônio Material e Imaterial	Patrimônio Gerido	Un	SECULT
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio às Expressões Artístico-Culturais	Expressão Cultural Apoiada	Un	FCG, SECULT
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade** R\$ 92.703.540,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	19,93	12/2019	COSANPA/IBG E/SNIS/SEDOP	2020	19,93
					2021	19,93
					2022	19,93
					2023	19,93
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	67,86	12/2019	COSANPA/IBG E/SNIS/SEDOP	2020	84,05
					2021	86,97
					2022	86,97
					2023	86,97

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Implantação do Sistema de Governança Metropolitana	Sistema Implantado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	DETRAN, SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Compromisso Regional

Concluir o Projeto Habitacional Comunidade Jaderlândia, no Município de Castanhal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Consolidação do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social	Município Apoiado	Un	COHAB
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicílio Atendido	Un	COHAB
Regularização Fundiária Urbana	Imóvel Regularizado	Un	COHAB
Urbanização de Assentamentos Precários e Subnormais	Domicílio Atendido	Un	COHAB

Objetivo

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Compromisso Regional

Concluir as Obras de Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Castanhal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Implantação de Aterros Sanitários	Aterro Implantado	Un	SEDOP
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Direitos Socioassistenciais** R\$ 20.063.023,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Atenção à Pessoa Idosa e suas Famílias	Idoso Beneficiado	Un	SEASTER
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS

Objetivo

Promover a Inclusão Socioproductiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Educação Básica** R\$ 911.265.882,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8ª Série/9º Ano)	Índice	3,00	12/2017	INEP/SEDUC	3,60
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	3,90	12/2017	INEP/SEDUC	4,60

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	5,60	12/2018	INEP/SEDUC	2020 5,40 2021 5,10 2022 5,00 2023 4,90	
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	15,70	12/2018	INEP/SEDUC	2020 14,24 2021 14,08 2022 13,92 2023 13,76	
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	81,70	12/2018	INEP/SEDUC	2020 82,50 2021 83,30 2022 83,70 2023 84,10	
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	74,30	12/2018	INEP/SEDUC	2020 76,50 2021 76,80 2022 77,10 2023 77,40	
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	12,70	12/2018	INEP/SEDUC	2020 12,10 2021 11,60 2022 11,30 2023 11,00	
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	10,01	12/2018	INEP/SEDUC	2020 9,26 2021 9,12 2022 8,98 2023 8,84	

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 3 Escolas Estaduais nos Municípios de Castanhal, Maracanã e Marapanim.
Reformar/Ampliar 10 Escolas Estaduais nos Municípios de Castanhal, Colares, Curuçá, Maracanã, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, São João da Ponta e Vigia

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Fortalecer a Governança na Educação Básica

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 40 escolas nos Municípios de Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé-Açu, Inhangapi, Maracanã, Marapanim, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Castano de Odévilas, São Domingos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento da Rede de Atendimento da Educação Especial nas Unidades de Referência	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação em Tempo Integral	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica R\$ 3.262.354,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020 100,00 2021 25,00 2022 16,97 2023 14,29	
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	625	12/2018	SEDUC / SECTET	2020 680 2021 660 2022 790 2023 740	

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar 03 Novos Cursos Técnicos em Castanhal e Marapanim

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SECTET, SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SECTET, SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FGO, SECTET, SEDUC, SETUR
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET, SEDUC, SETUR

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior R\$ 22.265.241,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	8,73	12/2018	UEPA	5,07

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	3,00	12/2018	UEPA	2020 17,00 2021 17,00 2022 15,00 2023 14,00	

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Compromisso Regional

Ampliar o Campus da UEPA em Castanhal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Construção de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Construída	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	Campi Atendido	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	FAPESPA, SECTET, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA
Incentivo à Qualificação dos Servidores Técnicos e Docentes	Servidor Atendido	Un	UEPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Esporte e Lazer** R\$ 4.466.632,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	721	12/2018	SEDUC/SEEL	2020: 800 2021: 830 2022: 867	2023: 867

Objetivo
Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Difusão de Eventos Esportivos	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Governança Pública** R\$ 92.706.036,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
ICMS arrecadado	RS em milhares	481.431,00	12/2018	SEFA	637.721,00	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	0,25	06/2019	SEAD/EGPA	2020: 0,38 2021: 0,38 2022: 0,38 2023: 0,38	

Objetivo
Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Compromisso Regional
Implantar os Serviços do Iasep nos Municípios de Maracanã, Marapanim, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, Terra Alta e Vigia

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamã, ADEPARÁ, EGPA, Enc. GEM, HEMOPA, SEDAP, SEDUC, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP
Valorização do Servidor	Servidor Beneficiado	Un	EGPA

Objetivo
Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo
Promover a Gestão Regionalizada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Apoio à Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOP
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	HEMOPA, IASEP, SESPA

Objetivo
Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	DETRAN, HEMOPA, IGEPREV, SEDAP, SEFA
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamã
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	GBM, DETRAN, EMATER, PMPA, SEFA, SUSIPE

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Indústria, Comércio, Serviços e Turismo** R\$ 28.178.460,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	-3,20	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	3,50	
Receita gerada pelo turismo	R\$ em mil	40.582,00	12/2018	SETUR	45.914,81	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	14	12/2018	BANPARÁ	2020: 73 2021: 109 2022: 142 2023: 170	
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	2	12/2018	JUCEPA	2020: 2 2021: 0 2022: 0 2023: 0	
Número de Empreendedores apoiados pela Seteme	Unidade	16	07/2019	SEDEME	2020: 74 2021: 77 2022: 93 2023: 95	
Número de novos empreendimentos instalados no Estado	Unidade	1	12/2017	CODEC	2020: 1 2021: 1 2022: 1 2023: 1	
Número de turistas	Unidade	50.000	12/2018	SETUR	2020: 52.531 2021: 53.845 2022: 55.191 2023: 56.570	

Objetivo
Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Município Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME

Objetivo
Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Compromisso Regional
Instalar 07 Agências do Banpará nos Municípios de Colares, Inhangaçu, Magalhães Barata, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta e Terra Alta

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Desenvolvimento Econômico do Setor Privado	Projeto Financiado	Un	FDE
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Incentivo a Áreas Industriais	Área Industrial Incentivada	Prc	CODEC
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituída	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo			
Promover o Turismo como Atividade Econômica			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Apoio Técnico à Estruturação de Produtos Turístico	Produto Turístico Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Pessoa Capacitada	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
 Programa Temático: **Infraestrutura e Logística** **R\$ 167.595.524,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	59,56	12/2018	SETRAN	62,38

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	689,50	12/2018	SETRAN	2020 919,50
					2021 1.149,50
					2022 1.149,50
					2023 1.189,50
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	591,87	12/2018	SETRAN	2020 591,87
					2021 591,87
					2022 601,87
					2023 619,87
Terminais hidroviários de passageiros homologados pela ANTAQ no Estado	Percentual	-	12/2019	CPH	2020 -
					2021 100,00
					2022 100,00
					2023 100,00

Objetivo
 Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Infraestrutura Hidroviária	Infraestrutura Construída	Un	SETRAN
Construção de Pontes	Ponte Construída	M	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Reforma e Adequação de Infraestrutura Hidroviária	Instalação Reformada	Un	CPH
Restauração de Rodovias	Rodovia Restaurada	Km	DETRAN, SETRAN

Objetivo
 Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
 Programa Temático: **Meio Ambiente e Ordenamento Territorial** **R\$ 3.472.487,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	0,22	12/2018	PRODES/INPE	0,30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	72,22	12/2019	SEMÁS	2020 72,22
					2021 77,77
					2022 83,33
					2023 88,90

Objetivo			
Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Família Beneficiada	Un	IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMÁS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMÁS
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	IDEFLOR-Bio

Objetivo
 Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional
 Emitir 03 Títulos Definitivos para Comunidades Quilombolas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMÁS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
 Programa Temático: **Saúde** **R\$ 167.932.796,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	5	12/2018	MS/SIM/SINASC	4,07
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	12,04	12/2018	SIM	9,81
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	239,82	12/2018	MS/SIM	221,20

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	92,35	12/2018	EGESTOR	2020 97,97
					2021 100,00
					2022 100,00
					2023 100,00
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	16,60	12/2018	SIPNI	2020 50,00
					2021 60,00
					2022 65,00
					2023 70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	1,14	12/2018	DATASUS/CNE S)	2020 1,14
					2021 1,14
					2022 1,14
					2023 1,34
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	50,40	12/2018	SINAN	2020 60,00
					2021 70,00
					2022 80,00
					2023 80,00
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,10	12/2018	SIA	2020 0,12
					2021 0,15
					2022 0,20
					2023 0,25

Objetivo
 Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá, SESPA
Apoio à Implementação de Consórcios Públicos em Saúde	Município Consorciado	Un	SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá, ETSUS, HEMOPA
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá, SESPA

Objetivo			
Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade			
Compromisso Regional			
Implantar o Hospital Regional de Castanhal			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratação de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Implantação de Estabelecimento Assistencial de Saúde	Estabelecimento Implantado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiário	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, HEMOPA, SESPA
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	SESPA

Objetivo			
Fortalecer a Rede de Atenção Primária			
Compromisso Regional			
Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 6º CRS - S. M. do Guamá, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo			
Reduzir os Riscos e Agravos à Saúde da População			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 6º CRS - S. M. do Guamá, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 6º CRS - S. M. do Guamá, SESPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Segurança Pública** R\$ 207.641.598,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	88,00	12/2018	SEGUP	81,20
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	47,60	12/2018	SEGUP	41,30
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	15,59	12/2018	DATASUS	15,11
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	1.084,20	12/2018	SEGUP	940,20
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	542,80	12/2018	SEGUP	511,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Densidade Carcerária	Percentual	1,55	12/2018	SUSIPE	2020 1,43 2021 1,43 2022 1,43 2023 1,98
Índice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	2,257	12/2018	PMPA	2020 2,933 2021 3,610 2022 4,287 2023 4,964
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	84,00	12/2018	DETRAN	2020 85,00 2021 86,00 2022 87,00 2023 88,00

Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	47,00	12/2018	DETRAN	2020 48,00 2021 49,00 2022 50,00 2023 51,00
Taxa de Identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	27,00	12/2018	POL. CIVIL	2020 28,00 2021 29,00 2022 31,00 2023 32,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	91,00	12/2018	POL. CIVIL	2020 91,00 2021 91,00 2022 92,00 2023 92,00

Objetivo			
Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo			
Prevenir Acidentes de Trânsito			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo			
Realizar a Custódia Penal			
Compromisso Regional			
Ampliar o Presídio Estadual Metropolitano I, em Santa Isabel do Pará Construir 2 Blocos na Colônia Penal Agrícola de Santa Isabel do Pará			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Prisionais	Unidade Adequada	Un	SUSIPE
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SUSIPE
Implantação de Unidades Prisionais	Unidade Implantada	Un	SUSIPE

Objetivo			
Reduzir a Violência e a Criminalidade			

Compromisso Regional			
Ampliar o Videomonitoramento na Região Metropolitana de Castanhal			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL, SUSIPE
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada Pública	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SUSIPE
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Prc	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo			
Valorizar os Agentes de Segurança Pública			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, FUNSAU, PMPA, SUSIPE
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SUSIPE
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA
QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA			
Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda			R\$ 4.845.629,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável		
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos			

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	-1,08	12/2018	MTE/RAIS	0,80

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	-6,67	12/2018	MTE/RAIS	2020	0,30
					2021	0,80
					2022	1,30
					2023	1,80
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	26,30	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020	21,00
					2021	22,00
					2022	24,00
					2023	28,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Trabalho	Percentual	8,70	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020	10,50
					2021	11,00
					2022	12,00
					2023	13,00

Objetivo			
Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho			
Compromisso Regional			
Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Castanhal			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	SEASTER
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER

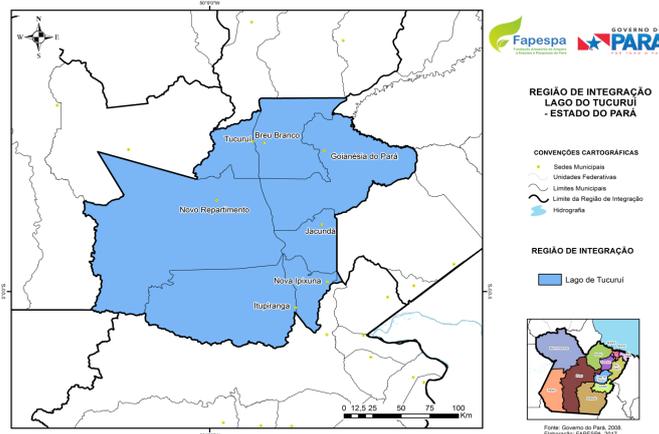
Objetivo			
Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER

Região de Integração: Guamá

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	(R\$1,00)
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	20.177.697,00
Concessão de Auxílio Alimentação	263.585.924,00
Concessão de Auxílio Fardamento	15.961.318,00
Concessão de Auxílio Transporte	13.432.187,00
Operacionalização das Ações Administrativas	15.599.970,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	1.242.547.354,00
Total	R\$ 1.571.304.450,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO LAGO DE TUCURUI



I - ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Lago de Tucuruí, criada a partir do Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é formada por 7 municípios: Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí.

Localizada na região sudeste do estado e entrecortada pelo rio Tocantins e pelas rodovias BR-230 (Rodovia Transamazônica) e PA-150, possuindo uma área de 40.011 km², correspondente a 3% da área do estado do Pará. Do total da região, cerca de 23,3% são de áreas protegidas.

A RI conta com uma população estimada, em 2018, de 419.483 habitantes, que equivale a 5% do total do Pará. Tucuruí é o município de maior contingente populacional, participando com 27% do total da RI, seguido de Novo Repartimento, 18%, e Breu Branco, 15%. A taxa de crescimento populacional média da região, de 2010 a 2018, foi de 1,95%, acima da média estadual, 1,46%, para o mesmo período.

O Produto Interno Bruto (PIB) da região foi em 2016, cerca de R\$ 7,2 bilhões, que equivale a 5% do PIB Estadual. Na composição do PIB da região, os Serviços contribuem com 17%, a Agropecuária com 13%, a Indústria com 47%, a Administração Pública com 20%, e os Impostos com 4%. A região Lago de Tucuruí também destaca-se pela importância energética, através da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Na divisão turística do Pará, a região integra o Polo Araguaia/Tocantins, onde o turismo destaca-se pelas manifestações religiosas, festivais regionais, artesanato, monumentos históricos, paisagens naturais como praias, sítios arqueológicos e reservas ecológicas.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

Em 2016, a Região de Integração Lago de Tucuruí teve sua riqueza valorada em R\$ 7,2 bilhões, que representou 5,2% do PIB paraense. Entre os setores econômicos, o de maior valor adicionado foi o da Indústria, com R\$3,3 bilhões, equivalentes a 47% do PIB da RI, seguido da Administração Pública, o qual incorpora as atividades do poder municipal, estadual e federal, com R\$ 1,4 bilhão e participação de 20% do PIB regional, e o de Serviços, com R\$ 1,2 bilhão e participação de 17%. A região destaca-se pela importância energética, através da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, além do grande potencial aquícola, com a produção de tucunaré (que representa 60% da produção do estado), pirarucu e matrinxã, e, ainda, a pecuária bovina.

Tabela 01 – PIB e Setores Econômicos – Região de Integração Lago de Tucuruí, 2016

PIB	Brasil	Pará	RI Lago de Tucuruí
PIB (Mil R\$)	6.267.205.000	138.068.008	7.220.755
Valor Adicionado Total (Mil R\$)	5.417.699.000	124.788.832	6.948.280
Valor Adicionado Total %	86,4%	90,4%	96,2%
VA Agropecuária (Mil R\$)	306.655.000	17.167.980	907.301
% VA Agropecuário	4,89%	12,43%	12,57%
VA Indústria (Mil R\$)	1.150.207.000	31.519.925	3.369.540
% VA Indústria	18,35%	22,83%	46,66%
VA Serviços (Mil R\$)	3.015.716.000	47.932.450	1.241.459
% VA Serviços	48,12%	34,72%	17,19%
Administração Pública (Mil R\$)	945.121.000	28.168.477	1.429.980
% Administração Pública	15,08%	20,40%	19,80%
Impostos (Mil R\$)	849.506.000	13.279.177	272.477
% Impostos	13,55%	9,62%	3,77%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Entre os municípios que compõem a região Lago de Tucuruí, os que apresentaram as maiores contribuições para o PIB regional, em 2016, foram Tucuruí, com participação de 60%, tendo como principal atividade a geração de energia, através da hidrelétrica de Tucuruí, Novo Repartimento, com 11% de participação, destacando-se a pecuária bovina, e Breu Branco, com 7%, sendo suas principais atividades no segmento de produção de sílica metaliza e nos cultivos de mandioca, açaí e pimenta-do-reino.

Quadro 01- Principais Atividades no VA do Município, excluída a atividade de Administração Pública – Região de Integração Lago de Tucuruí, Pará, 2016

Item Geográfico	Principais Atividades				
RI Lago de Tucuruí	Produção e distribuição de eletricidade e água	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio	Agricultura
Breu Branco	Agricultura	Indústria de transformação	Atividades imobiliárias	Pecuária	Comércio
Goianésia do Pará	Pecuária	Atividades imobiliárias	Produção Florestal	Comércio	Agricultura
Itupiranga	Pecuária	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil
Jacundá	Atividades imobiliárias	Comércio	Pecuária	Agricultura	Indústria de transformação
Nova Ipixuna	Pecuária	Atividades imobiliárias	Produção Florestal	Comércio	Agricultura
Novo Repartimento	Pecuária	Agricultura	Comércio	Atividades imobiliárias	Construção civil
Tucuruí	Produção de eletricidade	Comércio	Atividades imobiliárias	Agricultura	Construção civil

Fonte: Fapespa, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

2.2. Balança Comercial

A atividade comercial do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de robustez produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em saldo positivo de US\$14,4 bilhões, em que a RI Lago de Tucuruí contabilizou um saldo de US\$140 milhões. O principal produto exportado é a pimenta do reino e sumo de sucos, sendo Castanhal o maior exportador da RI com 96% e 67%, nesta ordem. O principal produto importado são insumos para indústria têxtil como tecidos, fibras e fios de juta, sendo Castanhal o único importador desses produtos no estado.

Tabela 02 – Balança Comercial Brasil, Pará e RI Lago de Tucuruí (2018).

Item Geográfico	Exportação (US\$)	Part.(%)	Importação (US\$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	239.889.170.206	100	181.230.568.862	100	58.658.601.344
Pará	15.608.825.106	100	1.173.984.415	100	14.434.840.691
Lago de Tucuruí	85.831.207	0,5	292.010	0,0	85.539.197
Breu Branco	85.831.207	100	279.153	95,6	85.552.054
Jacundá	0	0,0	12.857	4,4	-12.857

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

2.3. Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. A Região de Integração Lago de Tucuruí registrou, em 2017, um total de 30 mil empregos formais, o que representa 3% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública detinha, cerca de, 52% do total do estoque formal da região, seguido pelo Comércio, 21%, e Serviços, 11%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados estavam Tucuruí (40%), Novo Repartimento (14%) e Jacundá (11,6%).

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Guamá.

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Lago de Tucuruí
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	127.791
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	9,84
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	27,11
Empregos Formais (2017)			
Total	46.281.590	1.068.818	30.309
Extrativa Mineral	212.337	19.710	32
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	1.903
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	434
Construção Civil	1.838.958	57.880	763
Comércio	9.230.750	203.656	6.461
Serviços	16.772.645	284.360	3.456
Administração Pública	9.195.215	363.926	15.655
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	1.501.052	51.468	1.605

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/MTE, 2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de 93 mil trabalhadores na RI estavam ocupados em regimes não formais de trabalho, o que corresponde a 3,2% do total de ocupados do estado.

2.4. Infraestrutura

A malha rodoviária presente na RI Lago de Tucuruí é composta por rodovias estaduais (PA-151 e PA-156) e federais (BR-422 e BR-230) e um conjunto de vicinais que auxiliam no escoamento da produção agropecuária. Ressalta-se a importância na composição da estrutura logística da região, da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e da Hidrovia Araguaia/Tocantins. Estão planejadas para o estado duas obras de infraestrutura que terão grande impacto na dinâmica da RI, as ferrovias Água Boa(MT)/Barcarena (PA – RI Tocantins) e Norte-Sul (Tramo Norte), com investimentos públicos e privados.

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Lago de Tucuruí

Municípios com Aeródromos/Aerportos	Tucuruí
Rodovias (4)	PA-151, PA-156, BR-422 e BR-230
UHE	Usina Hidrelétrica de Tucuruí
Hidrovia (Eclusas)	Araguaia/Tocantins
Portos (3)	(IP4) Tucuruí
	Itupiranga
	Breu Branco

Fonte: Setran, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Em termos gerais o conjunto modal de mobilidade da região abrange um aeródromo/aeroporto, três portos de pequeno porte, uma hidrovia e quatro rodovias.

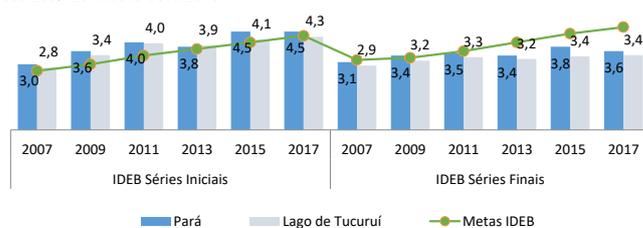
3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

No Pará, nas séries iniciais, a nota IDEB vem apresentando um indicativo de crescimento, na maioria dos anos observados (2207, 2009, 2011, 2013, 2015 e 2017), mas, em relação às séries finais, as médias, à exceção de 2015, permaneceram no mesmo patamar. Esse comportamento se assemelha ao da RI Lago de Tucuruí, salvo algumas especificidades, nos dois níveis de ensino, como mostra o gráfico a seguir. A média da nota IDEB dos municípios da região, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano), tem alcançado as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará. No entanto, nas séries finais (8ª Série/9º Ano), as metas propostas não foram atingidas.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Lago de Tucuruí, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



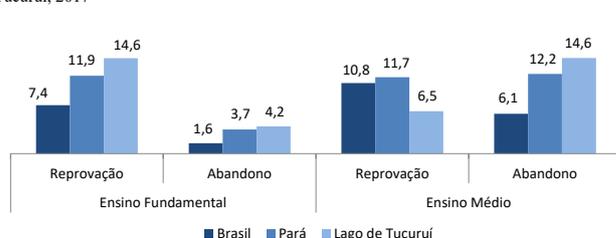
Fonte: INEP/Fapespa, 2018. Elaboração: Fapespa, 2019.

As taxas de rendimento escolar geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, as taxas de reprovação e de abandono, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar ao valor da RI Lago de Tucuruí.

A taxa de reprovação da região, no ensino fundamental, atingiu 14,6%, em 2017, bem acima dos valores do Pará e do Brasil, 11,9% e 7,4% de reprovação, respectivamente. O município de Nova Ipixuna apresentou a maior taxa de reprovação, 22,5%, e Itupiranga, a menor taxa, 12,2%. No ensino médio, ao contrário, a taxa de reprovação da região, 6,5%, foi inferior aos valores estadual, 11,7%, e nacional, 10,8%, sendo Breu Branco, com 10,8%, de alunos reprovaados, o município que alcançou a maior taxa e Nova Ipixuna, com 2,8%, a menor taxa registrada.

Quanto à taxa de abandono, em 2017, no ensino fundamental, a região ficou acima dos valores do Pará, 3,7%, e do Brasil, 1,6%, atingindo 4,2% de abandono. No ensino médio, a RI apresentou o mesmo comportamento, com 14,6%, acima dos valores registrados no Pará, 12,2%, e no Brasil, 6,1%. Esses resultados tornam-se mais preocupantes quando se considera que o estado do Pará destaca-se com a pior taxa de abandono no ensino médio do país, ficando em último lugar entre as unidades da federação.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Lago de Tucuruí, 2017



Fonte: INEP/Fapespa, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Na RI Lago de Tucuruí, o município que obteve a maior taxa de abandono, no ensino fundamental, foi Novo Repartimento, com 5,9%, e Tucuruí, com 2,3%, o que registrou a menor taxa. No ensino médio, Jacundá deteve a maior taxa de abandono no ensino fundamental com 19%, e o município com menor abandono foi Tucuruí, com 10,1%.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil (17,2% e 28,2%, respectivamente). No ensino fundamental, o município de Nova Ipixuna destacou-se com a maior taxa de distorção da RI lago de Tucuruí (41,2%) e Tucuruí com a menor taxa (26,9%). No ensino médio, Goianésia do Pará (63,4%) apresentou a pior taxa ficou e a menor distorção foi observada em Tucuruí (45%), conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Lago de Tucuruí e Municípios, 2018

Item Geográfico	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	17,2	28,2
Pará	29,5	48,0
RI Lago de Tucuruí	32,7	53,6
Breu Branco	32,2	57,5
Goianésia do Pará	32,5	63,4
Itupiranga	31,7	49,3
Jacundá	26,6	54,2
Nova Ipixuna	41,2	52,5
Novo Repartimento	37,6	53,2
Tucuruí	26,9	45,0

Fonte: INEP/Fapespa, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde, a taxa de mortalidade infantil de 15,39 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos) apresentada pela RI, em 2017, foi levemente superior à taxa apresentada pelo Pará, 15,38, sendo Goianésia do Pará (11,03) e Itupiranga (11,52) os municípios com as menores taxas, enquanto Breu Branco (24,23) e Nova Ipixuna (22,94) obtiveram os maiores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS) foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Na região constavam, em 2018, 782 agentes, o que representa uma proporção de cobertura de 93,71% (apenas os municípios de Breu Branco e Tucuruí não alcançaram 100% de cobertura), maior que a apresentada para o estado, de 81,21%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), em 2018, havia 69 equipes implantadas na RI, equivalentes a uma proporção de cobertura média de 59,88%, ligeiramente superior à cobertura apresentada pelo estado, de 59,13%. Até dezembro de 2018, apenas o município de Nova Ipixuna possuía 100% da população estimada coberta, destacando-se Breu Branco e Itupiranga, com apenas 32,25% e 39,93% de cobertura, respectivamente.

Tabela 05 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Lago de Tucuruí

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Lago de Tucuruí
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	15,39
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	93,71
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	59,88
Hospitais - 2018	6,687	247	11
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	2,77
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	1,72

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Verificando-se os indicadores de infraestrutura, a RI Lago de Tucuruí conta com onze hospitais (todos hospitais gerais), com destaque para o Hospital Regional de Tucuruí, que atende às especialidades médicas e assistência de oncologia na Unidade de Assistência de Alta Oncologia (Unacon). Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada, em 2018, pela RI foi de 3,17, superior à do Pará, de 2,47. Ao contrário, quando analisada a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, a da RI, 1,72, foi menor que a taxa do estado, 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

O Gráfico 03 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Lago de Tucuruí. Observa-se que, em 2010, no Brasil, 82,9% dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará, naquele ano, 47,9% do total de domicílios contavam com abastecimento de água por rede geral, 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na RI Lago de Tucuruí, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 32,4% dos domicílios, a de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, 12,3%, e a de coleta de lixo, 67,9%. Observa-se que as coberturas dos serviços ofertados na região eram menores do que no estado do Pará, com destaque para o esgotamento sanitário, que não alcançava nem 13% dos domicílios da região.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Lago de Tucuruí, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, regiões, unidades federativas e regiões metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico “Fora RMB”, que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do estado que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), em 2017, estava presente em quatro (Breu Branco, Itupiranga, Jacundá e Novo Repartimento) dos sete municípios que compõem a RI Lago Tucuruí, segundo informações do órgão.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel) e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Lago de Tucuruí, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI LAGO DE TUCURUÍ	
	Total	Percentual	Total	Percentual
Déficit Habitacional	423.437	22,78	20.213	23,0
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	11.911	58,0
Coabitação Familiar	168.684	39,2	6.101	29,7
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	1.329	6,5
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	1.189	5,8
Total Domicílios	1.859.165		87.675	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pode-se observar na tabela que o déficit habitacional, em 2010, no Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, o que representava aproximadamente 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o déficit era de 23% do total de domicílios. A componente “domicílios precários” correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 58% do total da região, coabitação familiar representava aproximadamente 39% do total de domicílios no Pará, e 29,7% na RI. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, aproximadamente, 87% do déficit no estado do Pará e 88% na região. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 6,5% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no Pará e 5,8% na RI Lago de Tucuruí. Proporcionalmente, em ambos os casos, essas componentes mostraram-se menores na região que no estado.

3.4. Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do DATASUS (Departamento de Informática do SUS), analisou-se três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes).

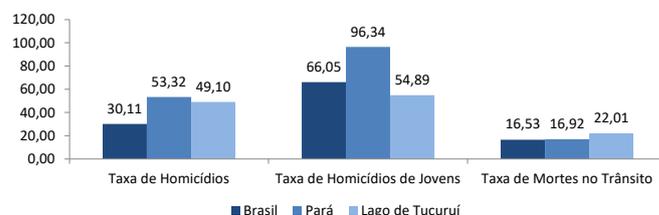
Em 2017, a RI Lago de Tucuruí apresentou taxas inferiores às do estado nos indicadores taxa de homicídios e taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos, e taxa superior para o indicador taxa de mortes no trânsito. A taxa de homicídios no Pará atingiu 53,32 homicídios, enquanto que na RI esse número foi de 49,10. Tucuruí e Novo Repartimento apresentaram as maiores taxas, 73,29 e 51,49 homicídios, respectivamente, em contraposição a Jacundá e Itupiranga, que figuraram com as menores taxas, 31,29 e 34,73 homicídios, nesta ordem.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem apresentada, em 2017, pela RI Lago de Tucuruí (54,89 homicídios a cada 100 mil jovens) foi inferior à taxa estadual (96,34 homicídios a cada 100 mil jovens). Os municípios de Tucuruí (83,98) e Goianésia do Pará (57,19) registraram as maiores taxas entre os componentes da região, enquanto Nova Ipixuna (21,90) e Jacundá (37,86) apresentaram as menores taxas.

Em 2017, a taxa de mortes por acidente no trânsito para a RI Lago de Tucuruí foi de 22,01 mortes, superior à do Pará, 16,92 mortes. Os municípios da região com as maiores taxas foram Goianésia do Pará (38,12 mortes) e Nova Ipixuna (30,82 mortes), enquanto Breu Branco (7,79) e Itupiranga (15,43) apresentaram as menores taxas.

Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Lago de Tucuruí, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram a taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Lago de Tucuruí apresentou taxa inferior à do Pará em todos os indicadores analisados. A taxa de homicídios da RI foi de 38,27 mortes e a do Pará, de 45,66. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI apresentou taxa de 4,87 e o Pará, de 9,60. Outro indicador que compõe essa síntese é a taxa de roubo, que registrou um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes no estado, enquanto para a região observou 541,60 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Lago de Tucuruí

Indicadores Segurança	Pará		RI Lago de Tucuruí	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	42,97	38,27
Taxa de Homicídios no Trânsito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	11,79	4,87
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	480,77	541,60

Fonte: Segup, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

No ano de 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil, 15,20%. A região Lago de Tucuruí alcançou um total de 39,02% de sua população abaixo da linha da pobreza, também maior que o percentual nacional.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Lago de Tucuruí apresentou um Índice de Gini de 0,58, desigualdade abaixo da registrada para o estado, de 0,62, e para o Brasil, de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e, Região de Integração Lago de Tucuruí, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	15,20	0,60
Pará	32,33	0,62
RI Lago de Tucuruí	39,02	0,58

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Ao nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico tornou-se o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Com base no CadÚnico, de 2018, na RI Lago de Tucuruí, 48,2% da população de seus municípios estavam inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 77,9% se declararam com renda igual ou inferior à da linha da pobreza, e 61,8% das famílias inscritas receberam o Bolsa Família. A região possuía, à época, percentuais menores do que os apresentados no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Lago de Tucuruí e Municípios - dezembro/2018

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	52,6	78,6	64,2
RI Lago de Tucuruí	48,2	77,9	61,8
Breu Branco	43,7	85,3	69,8
Goianésia do Pará	47,3	67,7	56,0
Itupiranga	60,4	81,8	64,0
Jacundá	47,4	83,3	71,2
Nova Ipixuna	54,1	69,6	55,5
Novo Repartimento	40,9	83,7	64,4

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Tucuruí	49,5	70,7	53,3
Breu Branco	43,7	85,3	69,8

Fonte: MDS, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Dos municípios que compõem a região, Itupiranga (60,4%) e Nova Ipixuna (54,1%) possuíam os maiores percentuais de suas populações inscritas no CadÚnico. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram Breu Branco (85,3%), Novo Repartimento (83,7%), Jacundá (83,3%) e Itupiranga (81,8%). Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que se destacaram com o maior número de famílias que receberam o Bolsa Família foram Jacundá (71,2%) e Breu Branco (69,8%).

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens¹, em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

Em 2018, a RI Lago de Tucuruí ocupou a 3ª posição entre as regiões de integração com o menor quantitativo de jovens, 127.776, equivalente a, aproximadamente, 30,46% de seu contingente populacional. Dentre seus municípios, os jovens se mostraram em maior número em Tucuruí, 35.032, e Novo Repartimento, 21.808. As maiores participações, em relação ao número de habitantes, ocorreram em Jacundá e Tucuruí, 32,18% e 31,24%, respectivamente, e as menores em Nova Ipixuna e Itupiranga, 28,11% e 29,15%, nesta ordem.

Tabela 11 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Lago de Tucuruí e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos					
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%
Pará	2.416.773	29,45	2.444.747	29,43	2.475.723	29,47
RI Lago de Tucuruí	121.728	30,37	123.757	30,39	125.706	30,40
Breu Branco	18.451	30,14	18.940	30,19	19.409	30,23
Goianésia do Pará	11.798	31,07	12.023	31,09	12.239	31,10
Itupiranga	14.882	28,74	14.896	28,75	14.909	28,76
Jacundá	17.962	32,07	18.230	32,11	18.487	32,14
Nova Ipixuna	4.466	28,20	4.517	28,17	4.566	28,15
Novo Repartimento	20.657	29,16	21.119	29,19	21.564	29,22
Tucuruí	33.512	31,26	34.032	31,25	34.532	31,25

Fonte: IBGE/Fapespa, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

No campo empregatício, em 2017, os jovens de 15 a 29 anos corresponderam a 25,51% dos vínculos no Pará, e 27,98% na RI Lago de Tucuruí, uma das quatro regiões com mais baixo número de vínculos e de jovens em ocupações formais. Os municípios de Tucuruí e Novo Repartimento concentraram os maiores quantitativos de vínculos de emprego e de jovens no mercado de trabalho,

¹ A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

que, juntos, respondiam por, cerca de, 55% dos vínculos ocupados por jovens na RI. Ambos lideravam, também, na participação de jovens, sendo Novo Repartimento com 30,53% e Tucuruí com 28,07%, enquanto Breu Branco, com 25,5%, e Nova Ipixuna, com 26,03%, registraram as menores participações.

Tabela 12: Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Lago de Tucuruí e Municípios, 2017

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	1.068.818	272.675	25,51
RI Lago de Tucuruí	30.309	8.481,00	27,98
Breu Branco	3.498	892,00	25,50
Goianésia do Pará	3.058	857,00	28,02
Itupiranga	3.110	868,00	27,91
Jacundá	3.509	968,00	27,59
Nova Ipixuna	899	234,00	26,03
Novo Repartimento	4.242	1.295,00	30,53
Tucuruí	11.993	3.367,00	28,07

Fonte: MTE/Rais, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018²). Em 2017, do total de nascidos vivos no Pará, 24,38% são de mães menores de 19 anos de idade, dado que, embora tenha diminuído cerca de 3% em relação a 2010, permanece elevado quando se considera proporcionalmente a população jovem, estimada em 32%.

Na RI Lago de Tucuruí, esse dado foi de 28,69%, em 2017, o terceiro maior percentual, considerando todas as RI, com diminuição de apenas 2,24 p.p. em relação a 2010. De seus municípios, os maiores percentuais de nascidos vivos de mães menores de 19 anos ocorreram em Novo Repartimento (31,63%) e Breu Branco (30,48%). Nova Ipixuna (24,31%) e Tucuruí (25,83%) demarcaram os menores índices, destacando-se o primeiro por ter demarcado decréscimo de 10,32 p.p. em relação a 2010, o maior dentre os demais municípios.

Tabela 13 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Lago de Tucuruí (2010-2017)

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pará	27,42	27,50	27,56	27,37	27,27	26,53	25,73
RI Lago de Tucuruí	30,93	30,47	30,36	31,25	31,13	30,92	29,20
Breu Branco	31,60	32,56	34,92	33,21	34,55	32,57	31,85
Goianésia do Pará	33,38	31,73	28,57	34,44	34,51	34,54	28,29
Itupiranga	30,58	29,22	30,40	31,33	34,64	31,92	29,64
Jacundá	32,94	30,86	29,42	31,84	30,79	31,97	30,86
Nova Ipixuna	34,63	32,56	34,54	32,86	31,16	29,65	31,80
Novo Repartimento	32,80	33,13	33,68	33,33	32,30	32,68	31,38
Tucuruí	27,56	27,69	27,16	28,02	27,01	27,55	26,14

Fonte: DATASUS/2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

4. ARRECAÇÃO ICMS

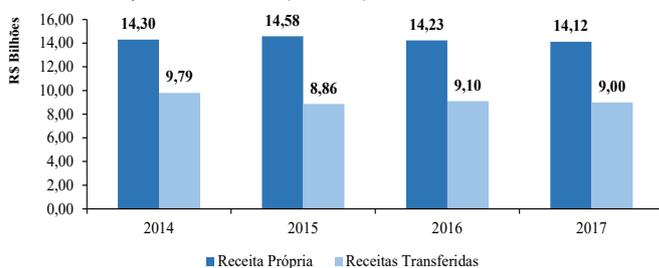
A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas para a construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como a viabilização de

² FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.

empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2014 e 2017, as receitas próprias do estado mantiveram-se com leves flutuações, apresentando um valor médio de R\$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R\$9,815 bilhões.

Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017)



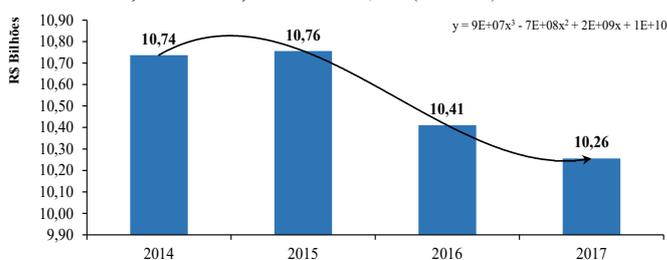
Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu reflexos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)



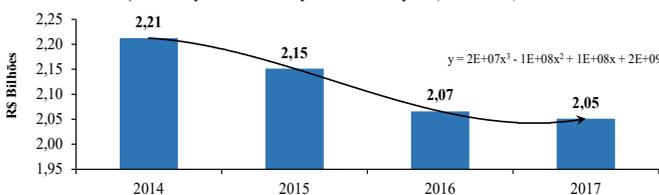
Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. Entre 2014 e 2017, o montante desse tributo retraiu em -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)



Fonte: SEFA, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse sentido, verificou-se, no período em exame, que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõem a RI Lago de Tucuruí cresceu em 16,6%, tendo, em 2017, o município de Tucuruí recebido a maior parcela (70%) do total destinado à RI, seguido por Novo Repartimento (8,4%). Outro ponto a destacar é o fato de que, entre 2014 e 2017, o total de ICMS repassado aos municípios da região em estudo representou, em média, cerca de 6,8% do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	2.212.195.854,32	2.151.243.071,59	2.065.861.819,58	2.051.113.567,84
RI Lago de Tucuruí	136.713.703,85	134.237.567,69	148.866.940,11	159.371.524,20
Breu Branco	10.618.540,11	8.820.096,58	8.536.425,94	9.024.899,71
Goianésia do Pará	6.636.587,57	6.453.729,22	6.246.165,33	6.563.563,41
Itupiranga	6.415.368,00	7.529.350,75	8.328.220,42	8.614.676,97
Jacundá	6.636.587,57	6.883.977,84	6.870.781,85	6.563.563,41
Nova Ipixuna	3.318.293,79	3.226.864,60	3.123.082,66	3.692.004,41
Novo Repartimento	10.618.540,11	12.262.085,53	13.741.563,70	13.332.238,20
Tucuruí	92.469.786,70	89.061.463,16	102.020.700,21	111.580.578,09

Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Lago de Tucuruí é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação de Uso Sustentável (5.682 km²), Terras Indígenas (3.615 km²) e Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, na modalidade Projeto de Assentamento (PA). Assim, de sua área total, de 39.903 km², 23,30% correspondem às áreas protegidas e 27,52% às destinadas a projetos de assentamentos.

Em relação ao desmatamento acumulado na região, em 2017, registrou-se o equivalente a 22.993 km², equivalente a 57,62% da área da região e a 8,68% do desmatamento acumulado total do estado do Pará (Tabela 15). Em termos municipais, foram registrados em apenas três municípios mais de 70% do desmatamento acumulado na RI: Novo Repartimento, com a maior área de desmatamento acumulado, 7.954 km² ou 34,59%; Itupiranga, 4.880 km² ou 21,22%; e Goianésia do Pará, 3.886 km² ou 16,90%. Da mesma maneira, mais de 70% dos 1.486 focos de calor registrados para a RI Lago de Tucuruí concentraram-se nesses municípios: Novo Repartimento, com 51,88%; Itupiranga, com 17,63%; e Goianésia do Pará, com 11,77%.

Tabela 15 – Área de Desmatamento Acumulado e número de Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Lago de Tucuruí, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatamento Acumulado (km²) (2017)	Focos de Calor - 2017
Pará	1.247.955	264.691	49.413
RI Lago de Tucuruí	39.903	22.993	1.486
Breu Branco	3.942	2.821	120
Goianésia do Pará	7.024	3.886	175
Itupiranga	7.880	4.880	262
Jacundá	2.008	1.476	49
Nova Ipixuna	1.564	1.160	56
Novo Repartimento	15.399	7.954	771
Tucuruí	2.086	816	53

Fonte: INPE/PRODES, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2018, uma parcela de 86,99% de sua área passível de regularização ambiental com Cadastro Ambiental Rural (CAR) viabilizado (Tabela 16). Entre os municípios que compõem a região, Sapucaia possui a maior proporção de área com CAR efetivado (96,02%), seguido por Santana do Araguaia (91,88%) e Ourilândia do Norte (91,73%).

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2018, uma parcela de 80,76% de sua área passível de regularização ambiental com Cadastro Ambiental Rural (CAR) viabilizado (Tabela 16). Entre os municípios que compõem a região, Itupiranga possuía a maior proporção de área com CAR efetivado (85,98%), seguido por Novo Repartimento (83,08%) e Jacundá (78,87%).

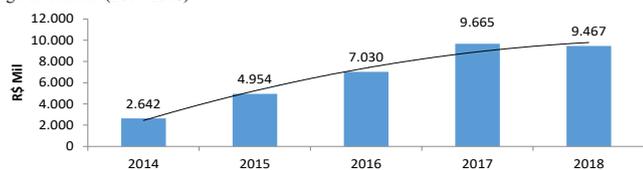
Tabela 16 – Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na Região de Integração Lago de Tucuruí, 2018

Item Geográfico	Área Territorial (IBGE/km²) (A)	Área Cadastrável (km²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (km²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Lago de Tucuruí	39.903	33.080,12	82,92	26.716,04	80,76
Breu Branco	3.942	3.690,81	93,63	2.724,19	73,81
Goianésia do Pará	7.024	6.528,75	92,91	5.098,63	78,10
Itupiranga	7.880	6.367,95	80,84	5.475,13	85,98
Jacundá	2.008	1.730,29	86,14	1.364,65	78,87
Nova Ipixuna	1.564	1.482,21	94,74	1.076,81	72,65
Novo Repartimento	15.399	11.942,07	77,60	9.921,72	83,08
Tucuruí	2.086	1.338,04	64,16	1.054,92	78,84

Fonte: IBGE/SEMAs/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas estaduais de incentivo a boas práticas de gestão ambiental municipal, a RI Lago de Tucuruí teve uma participação média de 5,00% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios, entre 2014 e 2018 (Gráfico 08). Em 2018, a região contabilizou um montante de R\$9,467 milhões, com o município de Novo Repartimento detendo a maior parcela (15,79%), seguido por Itupiranga (15,52%), Goianésia do Pará (14,88%), Breu Branco (13,25%), Tucuruí (13,15%), Jacundá (12,18%) e Nova Ipixuna (11,97%) (Tabela 17).

Gráfico 08 - Evolução do Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Lago de Tucuruí (2014-2018)



Fonte: SEMAS/PMV, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Tabela 17 – Valor de ICMS Verde repassado para os municípios da Região de Integração Lago de Tucuruí, (2014-2018)

Item geográfico	2014	2015	2016	2017	2018
RI Lago de Tucuruí	2.642.117,65	4.953.791,01	7.030.470,69	9.664.645,08	9.466.985,85
Breu Branco	363.434,60	730.793,26	1.051.612,71	1.277.168,72	1.254.566,73
Goianésia do Pará	330.471,56	333.391,77	589.005,25	1.277.169,65	1.409.016,75
Itupiranga	512.416,44	1.006.504,50	1.411.930,49	1.549.152,25	1.468.881,42
Jacundá	243.424,41	508.958,74	648.409,00	1.277.167,57	1.153.075,15
Nova Ipixuna	249.967,91	480.912,78	638.596,58	1.277.167,44	1.132.726,34
Novo Repartimento	458.166,28	918.713,62	1.317.946,54	1.729.650,03	1.803.373,04
Tucuruí	484.236,45	974.516,35	1.372.970,11	1.277.169,41	1.245.346,43

Fonte: SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Região de Integração: Lago de Tucuruí

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor (R\$1.000) 2020-2023
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	7.886.072,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	3.547.185,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	840.000,00
Cultura	312.351,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	28.676.207,00
Direitos Socioassistenciais	5.531.842,00
Educação Básica	264.300.269,00
Educação Profissional e Tecnológica	1.092.390,00
Educação Superior	6.396.871,00
Esporte e Lazer	1.353.269,00
Governança Pública	26.744.919,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	6.018.124,00
Infraestrutura e Logística	13.102.407,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	2.149.132,00
Saúde	189.027.067,00
Segurança Pública	47.693.144,00
Trabalho, Emprego e Renda	2.282.475,00
TOTAL PARA A REGIÃO :	R\$ 606.953.724,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor (R\$ 1.000) 2020-2023
Manutenção da Gestão	651.632.601,00
TOTAL PARA A REGIÃO :	R\$ 1.258.586.325,00

Região de Integração: Lago de Tucuruí **R\$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático:	Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	R\$ 7.886.072,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável	
Crescimento Inteligente		

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Efetivo dos principais rebanhos por região (bovino)	Unidade	2.280.748	06/2019	ADEPARA	2.772.264
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Banana)	Unidade / Hectare	13.698	06/2019	IBGE	16.650

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	358	12/2018	SEDAP	2020 376 2021 395 2022 414 2023 435
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	4,13	12/2018	EMATER	2020 3,06 2021 3,35 2022 3,70 2023 4,15
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	1.031	12/2018	SEDAP	2020 1.083 2021 1.137 2022 1.194 2023 1.253

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Apoiar os 7 Municípios para Inclusão nos Mercados Institucionais (PNAE, PAA e Compras Públicas)
Obter a Certificação Internacional de Zona Livre de Febre Afosa sem Vacinação em 2022

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto Classificado	T	ADEPARÁ
Desenvolvimento da Produção Aqüícola e Pesca	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo
Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Cidadania, Justiça e Direitos Humanos** R\$ 3.547.185,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	14,28	12/2018	SEJUDH	2020 20,00 2021 - 2022 - 2023 -
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020 29,00 2021 57,00 2022 43,00 2023 29,00

Objetivo
Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SUSIPE

Objetivo
Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento Integrado de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo
Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo
Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo
Promover os Direitos Humanos

Compromisso Regional
Implantar Estação Cidadania em Tucuruí

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Implementação da Estação Cidadania	Pessoa Atendida	Un	JUCEPA, POLÍCIA CIVIL, SEAD, SEJUDH
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Ciência, Tecnologia e Inovação** R\$ 840.000,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,07	12/2018	SIAFEMSEFA	0,13

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	0,00	12/2018	FAPESPA	2020 0,00 2021 0,00 2022 33,33 2023 33,33

Objetivo
Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Árvores Digitais e Aldeias Sustentáveis para Acesso Público à Internet e Comunicação de Dados	Árvore Digital Implantada	Un	SECTET
Promoção ao Acesso Público à Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA

Objetivo
Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Bolsas de Pesquisa	Bolsa Contratada	Un	SECTET

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Cultura** R\$ 312.351,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	14,29	12/2018	SECULT/FCP	71,43

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	-	12/2018	FCP/SECULT	2020	-
					2021	900
					2022	-
					2023	900

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo

Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Compromisso Regional

Implantar 1 Projeto de Fomento à Difusão e Produção Audiovisual na Região

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP
Fomento à Produção e Difusão Audiovisual	Projeto Atendido	Un	FUNTELPA
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade** R\$ 28.676.207,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	0,40	12/2019	COSANPA/IBG E/SNIS/SEDOP	2020	31,93
					2021	31,93
					2022	31,93
					2023	31,93
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	31,73	12/2019	COSANPA/IBG E/SNIS/SEDOP	2020	45,45
					2021	67,32
					2022	67,32
					2023	67,32

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Implantação do Sistema de Governança Metropolitana	Sistema Implantado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicílio Atendido	Un	COHAB

Objetivo

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Fiscalização dos Serviços de Saneamento Básico	Convênio Fiscalizado	Un	ARCON
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Direitos Socioassistenciais** R\$ 5.531.842,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS

Objetivo

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS

Objetivo

Garantir o Atendimento Integral ao Socioeducando em Privação de Liberdade e Atenção a Egressos

Compromisso Regional

Implantação de 01 Unidade de Atendimento Socioeducativo no Município de Tucuruí

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Unidade de Atendimento Socioeducativo	Unidade Implantada	Un	FASEPA

Objetivo

Promover a Inclusão Socioproductiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Educação Básica** R\$ 264.300.269,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8ª Série/9ª Ano)	Índice	3,10	12/2017	INEP/SEDUC	3,80
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5ª Ano)	Índice	3,2	12/2017	INEP/SEDUC	3,8

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	7,50	12/2018	INEP/SEDUC	2020	7,00
					2021	6,40
					2022	6,20
					2023	5,90
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	17,99	12/2018	INEP/SEDUC	2020	16,31
					2021	16,11
					2022	15,91
					2023	15,72
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	87,70	12/2018	INEP/SEDUC	2020	88,60
					2021	89,50
					2022	89,90
					2023	90,30
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	74,70	12/2018	INEP/SEDUC	2020	76,90
					2021	77,20
					2022	77,50
					2023	77,80
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	4,80	12/2018	INEP/SEDUC	2020	4,50
					2021	4,10
					2022	3,90
					2023	3,80
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	7,34	12/2018	INEP/SEDUC	2020	6,79
					2021	6,69
					2022	6,59
					2023	6,48

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 3 Escolas Estaduais nos Municípios de Nova Ipixuna e Novo Repartimento.
Reformar/Ampliar 3 Escolas Estaduais nos Municípios de Breu Branco, Goianésia do Pará e Itupiranga

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Fortalecer a Governança na Educação Básica

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 10 Escolas nos Municípios de Breu Branco, Goianésia do Pará, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento às Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica R\$ 1.092.390,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Objetivo

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência	Índice Esperado		
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020 - 2021 33,33 2022 50,00 2023 33,33
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	120	12/2018	SEDUC / SETET	2020 300 2021 470 2022 500 2023 630

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar Escola de Ensino Técnico em Tucuruí

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SETET, SEDUC, SETUR
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SETET, SEDUC

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior R\$ 6.396.871,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Objetivo

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência	Índice Esperado 2023		
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	1,74	12/2018	UEPA	1,01

Objetivo

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência	Índice Esperado		
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	-15,00	12/2018	UEPA	2020 22,00 2021 26,00 2022 17,00 2023 19,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Compromisso Regional

Ampliar o Campus da UEPA em Tucuruí

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Construção de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Construída	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Compromisso Regional

Ofertar Curso Modular de Turismo e Direito em Tucuruí e de Engenharia Civil em Goianésia do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	Campi Atendido	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	FAFESPA, SECTET, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Esporte e Lazer** R\$ 1.353.269,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	341	12/2018	SEDUC/SEEL	2020	350
					2021	362
					2022	374
					2023	386

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Difusão de Eventos Esportivos	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Governança Pública** R\$ 26.744.919,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
ICMS arrecadado	R\$ em milhares	637.725,00	12/2018	SEFA	2020	828.498,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	1,71	06/2019	SEAD/EGPA	2020	2,57
					2021	2,57
					2022	2,57
					2023	2,57

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Compromisso Regional

Implantar os Serviços do Iasep no Município de Itupiranga

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	ADEPARÁ, EGPA, Enc. CBM, HEMOPA, HRT, SEDUC, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP
Promoção da Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida do Servidor	Servidor Atendido	Un	SEAD

Objetivo

Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo

Promover a Gestão Regionalizada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Implantação de Repetidores de TV	Repetidora Implantada	Un	FUNTELPA
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	DETRAN, HEMOPA, IASEP, SESP

Objetivo

Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	IGEPREV, SEFA
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, DETRAN, EMATER, PMPA, SEFA, SUSIPE

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Indústria, Comércio, Serviços e Turismo** R\$ 6.018.124,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	-2,50	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	2020	1,00
					2023	
Receita gerada pelo turismo	R\$ em mil	12.174,60	12/2018	SETUR	13.774,44	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	4	12/2018	BANPARA	2020	48
					2021	73
					2022	94
					2023	113
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	2	12/2018	JUCEPA	2020	2
					2021	0
					2022	0
					2023	0
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	7	07/2019	SEDEME	2020	26
					2021	33
					2022	36
					2023	36
Número de turistas	Unidade	15.000	12/2018	SETUR	2020	15.759
					2021	16.153
					2022	16.557
					2023	16.971

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocações das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Município Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Incentivo a Áreas Industriais	Área Industrial Incentivada	Prc	CODEC
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituída	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo			
Promover o Turismo como Atividade Econômica			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Apoio Técnico à Estruturação de Produtos Turístico	Produto Turístico Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SETUR
Promoção e Divulgação de Produtos Turísticos	Ação Realizada	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Pessoa Capacitada	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Infraestrutura e Logística** R\$ 13.102.407,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	100,00	12/2018	SETRAN	100,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	970,70	12/2018	SETRAN	2020 970,70
		970,70			2021 970,70
		970,70			2022 970,70
		970,70			2023 970,70
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	256,31	12/2018	SETRAN	2020 256,31
		256,31			2021 256,31
		256,31			2022 256,31
		256,31			2023 256,31

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Restauração de Rodovias	Rodovia Restaurada	Km	SETRAN

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Meio Ambiente e Ordenamento Territorial** R\$ 2.149.132,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	7,16	12/2018	PRODES/INPE	9,84

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	100,00	12/2019	SEMAS	2020 100,00
		100,00			2021 100,00
		100,00			2022 100,00
		100,00			2023 100,00

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Compromisso Regional

Implantar 07 Unidades de Monitoramento de Desembarque Pesqueiro – Tucuruí, Goiandésia do Pará, Jacundá, Ilupiranga, Novo Repartimento, Breu Branco e Nova Ipixuna

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional

Elaborar Plano da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Pucuruí-Ararão
Elaborar Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Lago do Tucuruí
Elaborar Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Alcobaca

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Saúde** R\$ 189.027.067,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	5	12/2018	MS/SIM/SINASC	4,07
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	15,24	12/2018	SIM	12,41
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	248,32	12/2018	MS/SIM	229,04

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	61,81	12/2018	EGESTOR	2020 64,90
					2021 68,15
					2022 71,55
					2023 75,13
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	14,20	12/2018	SIPNI	2020 50,00
					2021 60,00
					2022 65,00
					2023 70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	1,19	12/2018	DATASUS/CNE S)	2020 1,19
					2021 1,19
					2022 1,19
					2023 1,20
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	60,30	12/2018	SINAN	2020 60,00
					2021 70,00
					2022 80,00
					2023 80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,11	12/2018	SIA	2020 0,15
					2021 0,20
					2022 0,25
					2023 0,30
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,19	12/2018	SIA	2020 0,20
					2021 0,22
					2022 0,23
					2023 0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	11º CRS - Marabá, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	11º CRS - Marabá
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	11º CRS - Marabá, ETSUS, HEMOPA, HRT
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	11º CRS - Marabá
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	11º CRS - Marabá
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Implantar o Serviço de Hemodiálise com 20 Máquinas no HR Tucuruí

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	11º CRS - Marabá, SESP
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	11º CRS - Marabá, HRT, SESP
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	HEMOPA, HRT, SESP

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	11º CRS - Marabá, SESP
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	11º CRS - Marabá, LACEN, SESP
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	11º CRS - Marabá, SESP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Segurança Pública** R\$ 47.693.144,00

Diretriz Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

Sociedade de Direitos

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	55,10	12/2018	SEGUP	50,80
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	37,90	12/2018	SEGUP	32,90
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	18,36	12/2018	DATASUS	17,70
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	586,20	12/2018	SEGUP	508,30
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	556,10	12/2018	SEGUP	523,50

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Densidade Carcerária	Percentual	3,91	12/2018	SUSIPE	3,50	3,00
Índice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	6,408	12/2018	PMPA	2,63	2,29
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	78,00	12/2018	DETRAN	8,330	10,253
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	35,00	12/2018	DETRAN	12,175	14,098
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	31,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	31,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	84,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	84,00
					2021	86,00
					2022	86,00
					2023	86,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo

Realizar a Custódia Penal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SUSIPE

Objetivo

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional

Construir a 24ª Companhia Independente da Polícia Militar em Itupiranga

Implantar Núcleo do Centro Integrado de Operações em Tucuruí

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP, PMPA
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SUSIPE
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Prc	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo

Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, PMPA, SUSIPE
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SUSIPE
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda R\$ 2.282.475,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 0,93	12/2018	MTE/RAIS	0,30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	- 1,98	12/2018	MTE/RAIS	2020 0,30 2021 0,80 2022 1,30 2023 1,80
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	0,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 7,00 2021 9,00 2022 10,00 2023 11,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Trabalho	Percentual	26,40	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 26,50 2021 27,00 2022 27,50 2023 28,00

Objetivo

Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional

Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Tucuruí

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	SEASTER
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER

Objetivo

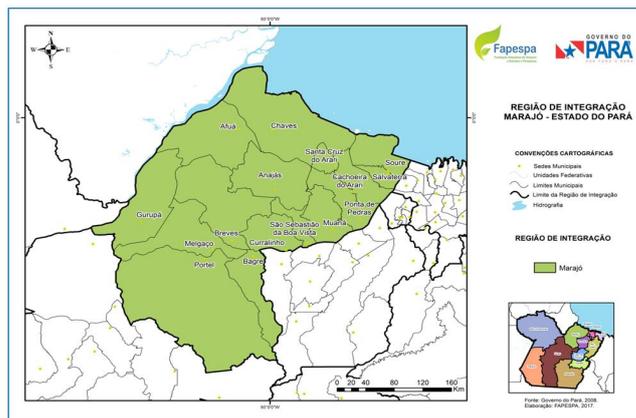
Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	Un	SEASTER
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER

Região de Integração: Lago de Tucuruí
Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	(R\$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	5.359.636,00
Concessão de Auxílio Alimentação	67.150.436,00
Concessão de Auxílio Fardamento	4.977.763,00
Concessão de Auxílio Transporte	3.230.685,00
Operacionalização das Ações Administrativas	8.509.721,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	562.404.360,00
	R\$ 651.632.601,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO MARAJÓ



I - ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Marajó, criada pelo Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é composta por 16 municípios: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure.

Constitui-se a Constituição do Estado do Pará, de 1989, em seu Art. 13, parágrafo 2º, o arquipélago do Marajó constitui uma Área de Proteção Ambiental (APA Marajó), incluindo doze (Afuá, Anajás, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure) dos dezesseis municípios da RI Marajó.

Localizada na região Norte do Pará, a Região de Integração Marajó abrange uma área de 104.354 km², que representa 8% da área total do Pará, sendo que, 51,91% do total da região são de áreas protegidas. Dispõe de uma grande e complexa rede hidrográfica, com rede de drenagem formada por vários canais recentes, furos, baías, paranás, lagos e igarapés. Encontram-se na região os rios Amazonas, Anapu, Jacundá, Anajás, Tocantins e Pará, que, com seus inúmeros afluentes, forma a Baía do Marajó.

A população da região, em 2018, foi estimada em, cerca de, 567 mil habitantes, correspondendo a 6,7% do total do estado. Breves é o município de maior contingente populacional, equivalente a 18% da população da RI, seguido de Portel, 11%, e Afuá, 7,0%. A taxa de crescimento populacional média da região, de 2010 a 2018, foi de 1,92%, acima da média estadual, 1,46%, para o mesmo período.

O Produto Interno Bruto (PIB) da região foi em 2016, cerca de R\$ 4,5 bilhões, o equivalente a 3,2% do PIB paraense, com destaque para o Valor Adicionado Agropecuário, que responde a 9% do PIB Agropecuário do estado. Na composição do PIB, a atividade da Administração Pública contribuiu com 42%, a Agropecuária com 34%, os Serviços com 17%, a Indústria com 4% e, os Impostos sobre produtos com 3%.

O turismo ecológico, religioso e de lazer contribuiu com a economia local que se destaca pelos monumentos históricos como igrejas, praças e casarões; balneários em praias, rios e igarapés;

o artesanato local, manifestações da cultura popular, com danças típicas e festivais e, exposições agropecuárias.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

O Produto Interno Bruto (PIB)¹ da Região de Integração Marajó, em 2016, contribuiu com R\$4,46 bilhões, o que corresponde a 3,2% da geração de valor da economia paraense. Entre os setores econômicos que constituem o PIB da RI, o de maior valor adicionado é o da Administração Pública, com R\$1,87 bilhões, ou 42% do total da região, o qual incorpora as atividades do poder municipal, estadual e federal. A Agropecuária apresentou valor adicionado de R\$ 1,5 bilhão, 34% do valor adicionado pela RI, em que se destacam a produção de palmito, equivalente a 70% da produção estadual, manga, 61%, açaí cultivado, 25%, e a pecuária bubalina, 68%.

Tableta 01 – PIB e Valor Adicionado dos Setores Econômicos – Região de Integração Marajó, 2016

Composição do PIB	Brasil	Pará	RI Marajó
PIB (Mil R\$)	6.267.205.000	138.068.008	4.458.488
Valor Adicionado Total (Mil R\$)	5.417.699.000	124.788.832	4.325.967
Valor Adicionado Total %	86,4%	90,4%	97,0%
Valor Adicionado Agropecuária (Mil R\$)	306.655.000	17.167.980	1.520.048
% VA Agropecuário	4,89%	12,43%	34,09%
Valor Adicionado Indústria (Mil R\$)	1.150.207.000	31.519.925	191.833
% VA Indústria	18,35%	22,83%	4,30%
Valor Adicionado Serviços (Mil R\$)	3.015.716.000	47.932.450	741.404
% VA Serviços	48,12%	34,72%	16,63%
Valor Adicionado Administração Pública (Mil R\$)	945.121.000	28.168.477	1.872.683
% VA Administração Pública	15,08%	20,40%	42,00%
Impostos (Mil R\$)	849.506.000	13.279.177	132.521
% Impostos	13,55%	9,62%	2,97%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019

Entre os municípios que compõem a região Marajó, os que apresentaram as maiores contribuições para o PIB regional, em 2016, foram Portel, com participação de 15,6%, tendo como principais atividades o cultivo de açaí e mandioca; Breves, com 15,4%, destacando-se o comércio, atividades imobiliárias, pesca e aquicultura; e Curralinho, com 15%, evidenciando-se a produção de açaí, palmito, manga e mandioca.

Quadro 01- Principais Atividades no VA do Município, excluída a atividade de Administração Pública - Região de Integração Marajó, Pará, 2016

Item Geográfico	Principais Atividades				
	Agricultura	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Produção Florestal	Construção civil
RI Marajó	Agricultura	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Produção Florestal	Construção civil
Afuá	Agricultura	Produção Florestal	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Construção civil
Anajás	Florestal	Agricultura	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Comércio
Bagre	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pesca e Aquicultura	Construção civil	Comércio

¹Soma dos valores de todos os produtos e serviços produzidos, menos o consumo intermediário, mais os impostos sobre líquidos de subsídios.

Item Geográfico	Principais Atividades				
Breves	Comércio	Atividades imobiliárias	Pesca e Aquicultura	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Construção civil
Cachoeira do Arari	Pesca e Aquicultura	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Produção Florestal
Chaves	Pecuária	Pesca e Aquicultura	Produção Florestal	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação
Currallinho	Agricultura	Construção civil	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Produção Florestal
Gurupá	Pesca e Aquicultura	Agricultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Comércio
Melgaço	Agricultura	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Comércio
Muaná	Produção Florestal	Pesca e Aquicultura	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária
Ponta de Pedras	Produção Florestal	Atividades imobiliárias	Pesca e Aquicultura	Pecuária	Comércio
Portel	Agricultura	Produção Florestal	Atividades imobiliárias	Construção civil	Comércio
Salvaterra	Atividades imobiliárias	Pesca e Aquicultura	Comércio	Agricultura	Construção civil
Santa Cruz do Arari	Pesca e Aquicultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Produção Florestal
São Sebastião da Boa Vista	Produção Florestal	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Agricultura
Soure	Atividades imobiliárias	Pecuária	Pesca e Aquicultura	Comércio	Construção civil

Fonte e Elaboração: Fapespa, 2019.

2.2. Balança Comercial

A atividade comercial do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de robustez produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em saldo positivo de US\$14,434 bilhões, e a RI Marajó contabilizou um saldo de US\$1,089 milhão. Os principais produtos exportados foram madeiras serradas e frutas conservadas, respondendo por 41% e 26% do valor exportado da região, nesta ordem, sendo Breves e Muaná os principais municípios exportadores.

Tabela 02 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Marajó, 2018

Item Geográfico	Exportação (US\$)	Part.(%)	Importação (US\$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	239.889.170.206	100	181.230.568.862	100	58.658.601.344
Pará	15.608.825.106	100	1.173.984.415	100	14.434.840.691
RI Marajó	1.089.200	0,0	0	-	1.089.200
Breves	720.315	66	0	-	720.315
Chaves	85.120	8	0	-	85.120
Muaná	283.765	26	0	-	283.765

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

2.3. Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. Em se tratando especificamente da Região de Integração Marajó, registrou-se um total de 26.696 empregos formais, o que representa 2% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública detém, cerca de, 60% do total do estoque formal da região, seguido por Serviços, 17%, e Comércio, 8%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados estão Breves, com 25%, Portel, com 15%, e Afuá, com 9%.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de, 136 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 5% do total de ocupados do estado.

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Marajó

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Marajó
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	155.113
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	8,81
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	12,77
Empregos Formais (2017)			
Total	46.281.590	1.068.818	26.696
Extrativa Mineral	212.337	19.710	0
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	871
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	72
Construção Civil	1.838.958	57.880	46
Comércio	9.230.750	203.656	2.027
Serviços	16.772.645	284.360	4.449
Adm. Pública	9.195.215	363.926	18.534
Agropecuária Extração Vegetal Caca e Pesca	1.501.052	51.468	697

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/TEM, 2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.

2.4. Infraestrutura

O principal eixo viário da RI Marajó é a PA-154, interligando Cachoeira do Arari, Salvaterra e Soure, municípios que se destacam pela produção bubalina e pelas atividades turísticas. A rodovia PA-368 liga os municípios de Portel e Bagre, embora seu projeto original preveja a ligação com a BR-422, em Oeiras do Pará, permitindo a conexão com outras regiões do estado.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange nove aeródromos/aeroportos, cinco pontes (totalizando 114 m de extensão), quatorze portos de pequeno porte, quatro travessias e sete rodovias.

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Marajó

Municípios com Aeródromos/Aeroportos	Afuá, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Currallinho, Muaná, Ponta de Pedras, Santa Cruz do Arari E Soure
Rodovias	7 rodovias (total 127km) - 85% pavimentado
Travessias (4)	PA-395 (Ponta de Pedras - Barcarena)
	PA-154 (Salvaterra - Cachoeira)
	PA-154 (Salvaterra - Soure)
	Acesso Camará (Belém - Camará)
Portos (14)	(IP4) Afuá
	(IP4) Anajás
	(IP4) Breves
	(IP4) Camará
	(IP4) Chaves
	(IP4) Cachoeira Do Arari
	(IP4) Currallinho
	(IP4) Melgaço
	(IP4) Muaná
	(IP4) Ponta De Pedras
	(IP4) Salvaterra
	(IP4) Santa Cruz Do Arari
	(IP4) São Seastião Da Boa Vista
	(IP4) Soure
Pontes	5 pontes (total de 0,114 km)

Fonte: SETRAN, 2019
Elaboração: Fapespa, 2019

3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação, o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Marajó, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano) e séries finais (8ª Série/9º Ano), tem ficado abaixo das metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará, com exceção do ano de 2011 para as séries iniciais, quando a meta foi alcançada, e para as séries finais no ano de 2009. No Pará, a nota IDEB tem alcançado um comportamento de crescimento, na maioria dos anos observados, enquanto a RI Marajó mantém um comportamento oscilante, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios do Marajó, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



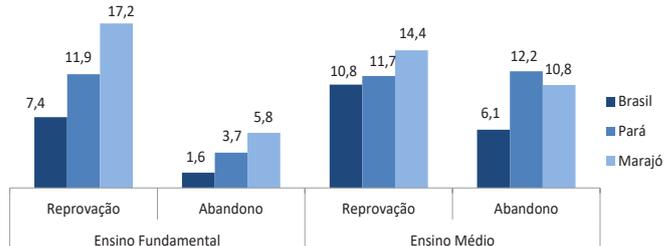
Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

As taxas de rendimento escolar, taxas de reprovação e de abandono, geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, que demonstram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para chegar ao valor da RI Marajó.

Em relação à taxa de reprovação no ensino fundamental, a região chegou a 17,2% de reprovados, em 2017, bem acima das taxas do Pará e do Brasil, 11,9% e 7,4%, respectivamente. O município de Currallinho apresentou a maior taxa de reprovação, 23,2%, e Ponta de Pedras, a menor taxa, 12,5%. No ensino médio, o município com a maior taxa de reprovação foi Gurupá, 35,5% de alunos reprovados, e a menor taxa ocorreu no município de Anajás, 4,8%.

Quanto à taxa de abandono no ensino fundamental, a região registrou valores acima dos observados no Pará, 3,7%, e no Brasil, 1,6%, alcançando a taxa de 5,8% de abandono. No entanto, no ensino médio, a taxa no ano de 2017 foi de 10,8%, abaixo do registrado no Pará, 12,2% de abandono. O estado do Pará se destaca com a pior taxa de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Marajó, 2017



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Na RI Marajó, os municípios que obtiveram as maiores taxas de abandono, no ensino fundamental, foram Portel (10,9%) e Afuá (9,7%), e as menores foram São Sebastião da Boa Vista (2,0%) e Muaná (2,8%). No ensino médio, os municípios que obtiveram as maiores taxas de

abandono foram Ponta de Pedras (17,7%) e São Sebastião da Boa Vista (16,8%), e as menores foram Gurupá (0,3%) e Curralinho (2,7%).

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no Ensino Fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os quatorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nessa situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil (17,2%, no ensino fundamental, e 28,2%, no ensino médio). Na região, no ensino fundamental, o município de Portel destacou-se com a maior taxa de distorção (50,0%) e a menor taxa ficou com o município de Ponta de Pedras (28,3%). No ensino médio, a pior taxa ficou com o município de Gurupá (75,8%) e a menor distorção foi observada em Ponta de Pedras (43,2%), conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, RI Marajó e Municípios, 2018.

Itens Geográficos	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	17,2	28,2
Pará	29,5	48,0
RI Marajó	41,3	61,0
Afuá	46,5	58,6
Anajás	46,4	72,8
Bagre	47,7	73,5
Breves	45,0	65,4
Cachoeira do Arari	34,8	46,5
Chaves	49,3	68,9
Curralinho	47,1	66,8
Gurupá	48,9	75,8
Melgaço	46,3	67,8
Muaná	35,6	63,0
Ponta de Pedras	28,3	43,2
Portel	50,0	60,8
Salvaterra	30,4	55,2
Santa Cruz do Arari	40,2	63,8
São Sebastião da Boa Vista	33,5	46,3
Soure	30,5	47,8

Fonte: INEP/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde, na RI Marajó, a taxa de mortalidade infantil, em 2017, de 14,87 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos), foi ligeiramente inferior à taxa apresentada pelo Pará, 15,38. Na região, os municípios com as menores taxas, menos de 10 mortes por mil nascidos vivos, foram Cachoeira do Arari, 3,03; Chaves, 5,48; Bagre, 7,30; e Gurupá, 9,27. Por outro lado, os municípios de Soure, com 34,12, Santa Cruz do Arari, com 23,53, e Muaná, com 20,98, registraram os maiores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Na região, constam 1.293 ACS, o que representa uma proporção de cobertura de 96,49%, maior que a apresentada para o estado do Pará, de 81,21%. Apenas os municípios de Portel, com 66,73%, e Salvaterra, com 77,18%, não possuem 100% da população estimada coberta.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), em 2018, havia 89 equipes implantadas na RI Marajó, equivalentes a uma proporção de cobertura média de 58,15%, inferior à cobertura apresentada pelo estado, de 59,13%. Até dezembro de 2018, apenas o município de Santa Cruz do Arari alcançou 100% da cobertura, e, entre os municípios com cobertura inferior a 50%, encontravam-se Cachoeira do Arari, com 14,93%, Afuá, com 27,13%, Anajás, com 36,36%, e Curralinho, com 41,21%.

Tabela 05 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Marajó

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Marajó
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	14,87
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	96,49
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	58,15
Hospitais - 2018	6.687	247	10
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	3,57
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	0,95

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

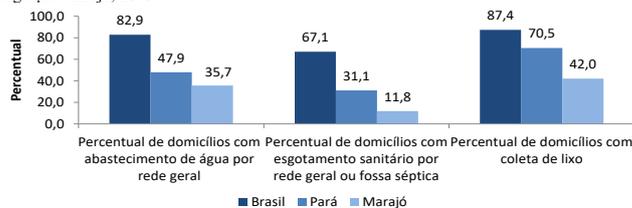
Verificando os indicadores de infraestrutura, a RI Marajó conta com dez hospitais (hospitais gerais), com destaque para o Hospital Regional Público do Marajó, inaugurado em 2010, em Breves, que oferece atendimentos ambulatoriais e hospitalares de maior complexidade, nas especialidades de clínica médica, cirurgia geral, obstetrícia de alto risco, neonatologia, pediatria, cardiologia, oftalmologia, traumatologia-ortopedia, urologia, ginecologia oncológica, mastologia, otorrinolaringologia e medicina intensiva. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela RI foi de 3,57, superior à apresentada pelo Pará, de 2,47. Fato este que não se repete quando analisada a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, de 0,95, menor que a taxa do estado, de 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de Censo Demográfico.

O Gráfico 03 mostra os percentuais desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Marajó, em 2010. Observa-se, naquele ano, que no Brasil, 82,9% dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará, havia, no mesmo ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral; 31,1% com esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% com coleta de lixo regular. Na RI Marajó, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 35,7% dos domicílios; de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica era de 11,8%; e 42% dos domicílios contavam com coleta de lixo. A cobertura dos três serviços, na região, encontrava-se abaixo dos percentuais nacional e estadual. A maior preocupação volta-se para o serviço de esgotamento sanitário, inferior a 12% dos domicílios da região.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, Estado do Pará e Região de Integração Marajó, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), introduziu em seus resultados o item geográfico “Fora RMB”, que procura incluir indicadores e informações das outras regiões do Pará que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio para o governo. O indicador percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada, na RMB, 97,8%, e Fora da RMB, 69,9%.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosampa) está presente em oito (Afuá, Anajás, Breves, Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra e Soure), dos dezesseis municípios que compõem a região Marajó, segundo informações do órgão, de 2017.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: **domicílios precários** (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos); **coabitação familiar** (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo); **ônus excessivo com aluguel urbano** (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que dependem 30% ou mais de sua renda com aluguel); e **adensamento excessivo de domicílios alugados** (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Pode-se observar na tabela a seguir que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, equivalente a, aproximadamente, 23% do total de domicílios.

Na Região de Integração Marajó, o déficit era de 26,4% do total de domicílios. Em 2010, a componente “domicílios precários” correspondia a 46,1% do déficit total do estado e a 56,6% do total da região. “Coabitação familiar” representava 39,2% do total de domicílios no Pará e a 39,8% no Marajó. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, cerca de, 87% do déficit no Pará e 96,4% na região Marajó. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 1,7% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no estado e a 1,9% no Marajó.

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Marajó, 2010

INDICADOR	PARÁ		MARAJÓ	
	Total	Percentual	Total	Percentual
Déficit Habitacional	423.437	22,78	25.309	26,4
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	14.544	56,6
Coabitação Familiar	168.684	39,2	10.230	39,8
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	438	1,7
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	495	1,9
Total Domicílios	1.859.165		95.768	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.4. Segurança

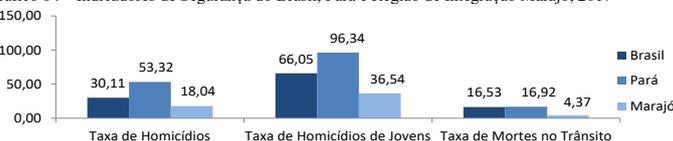
Na área de segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), foram analisados três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes). Em 2017, a RI Marajó apresentou taxas inferiores às apresentadas pelo estado e pelo Brasil nos três indicadores. Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

A taxa de homicídios no Pará atingiu 53,32 homicídios, enquanto que na RI esse número foi de 18,04. Portel e Breves apresentaram as maiores taxas, 34,81 e 32,03 homicídios, respectivamente, em contraposição a Curralinho e Santa Cruz do Arari, que não apresentaram casos de homicídios.

A taxa de homicídios, com recorte na população jovem, apresentada, em 2017, pela RI Marajó, 36,54 homicídios a cada 100 mil jovens, foi inferior à taxa estadual, de 96,34 homicídios a cada 100 mil jovens. Novamente Portel e Breves apresentaram as maiores taxas entre os municípios da região, com 94,29 e 77,03 homicídios por 100 mil jovens, respectivamente. Os municípios de São Sebastião da Boa Vista, Muaná, Santa Cruz do Arari e Curralinho não apresentaram casos de homicídios de jovens de 15 a 29 anos.

A taxa de mortes por acidente no trânsito, em 2017, para a RI Marajó foi de 4,37 mortes, inferior à do Pará, 16,92 mortes. Os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Salvaterra, 25,98 mortes, e Cachoeira do Arari, 12,98 mortes, enquanto Afuá, Anajás, Bagre, Chaves, Curralinho, Gurupá e Melgaço não apresentaram casos de mortes no trânsito.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Marajó, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Marajó apresentou taxas muito inferiores às do Pará nos três indicadores. A taxa de homicídios da RI Marajó foi de 14,97 mortes e a do Pará, de 45,66. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI apresentou taxa de 2,34 e o Pará, de 9,60. O terceiro indicador que compõe essa síntese, taxa de roubo, registrou um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes no Pará, enquanto na RI Marajó, observou 280,57 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Marajó (2016-2017)

Indicadores Segurança	Pará		RI Marajó	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	14,17	14,97
Taxa de Homicídios no Trânsito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	3,09	2,34
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	277,38	280,57

Fonte: SEGUP, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

No ano de 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, quase o dobro apresentado no Brasil, 15,20%. A região Marajó registrou um total de 57,06% de sua população abaixo da linha da pobreza, quase o dobro do Pará.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Marajó apresentou um Índice de Gini de 0,58, desigualdade abaixo da registrada para o Pará, de 0,62, e, também, para o Brasil, de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e Região de Integração Marajó, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	15,20	0,60
Pará	32,33	0,62
RI Marajó	57,06	0,58

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.

Elaboração: Fapespa, 2019.

A nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Na RI Marajó, 73,8% da população de seus municípios encontram-se inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 91,9% se declaram com renda igual ou inferior da linha pobreza, e 81,9% das famílias inscritas, recebem o Bolsa Família. A região possui percentuais maiores do que o apresentado no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Marajó e Municípios – dezembro/2018.

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	52,6	78,6	64,2
RI Marajó	73,8	91,9	81,9
Afuá	84,5	91,7	81,6
Anajás	86,0	93,0	82,6
Bagre	59,0	96,0	88,0
Breves	74,8	91,9	81,9
Cachoeira do Arari	69,3	93,4	79,7
Chaves	68,5	91,0	79,7
Curralinho	78,2	91,0	85,7
Gurupá	85,3	92,6	83,7
Melgaço	78,2	92,0	85,3
Muaná	71,3	91,7	84,9
Ponta de Pedras	66,4	89,6	82,5
Portel	67,0	90,5	78,3
Salvaterra	72,2	89,1	78,8
Santa Cruz do Arari	63,7	93,5	84,5
São Sebastião da Boa Vista	85,8	95,7	85,0
Soure	63,1	89,8	71,3

Fonte: MDS, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Os municípios de Anajás e Gurupá apresentaram os maiores percentuais de suas populações inscritas no CadÚnico, com 86,0% e 80,9%, respectivamente. Dos inscritos, os municípios com maior número de pessoas que se declaram abaixo da linha da pobreza foram Bagre, com 96,0%, e São Sebastião da Boa Vista, com 95,7%. Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que se destacaram com o maior número de famílias que recebem o Bolsa Família foram, também, Bagre, com 88,0%, e Curralinho, com 85,7%.

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens², em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

A população estimada de jovens no Pará, nos últimos seis anos (2013-2018), tem mantido uma média de 29,44% em relação à população total do estado (FAPESPA, 2018). Em 2018, a RI Marajó ocupava o 7º lugar no ranking das regiões de integração do estado com maior quantitativo de jovens, 164.331 jovens e participação estimada de 29,49% em relação ao seu contingente populacional.

² A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

Tabela 11 – População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Marajó e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	2.416.773	29,45	2.444.747	29,43	2.475.723	29,47	2.508.928	29,36
RI Marajó	156.448	29,33	159.009	29,38	161.469	29,43	164.331	29,49
Afuá	11.117	29,73	11.261	29,81	11.400	29,89	11.674	30,04
Anajás	8.048	29,22	8.200	29,27	8.347	29,32	8.474	29,36
Bagre	8.636	30,52	8.898	30,61	9.150	30,70	9.218	30,72
Breves	28.054	28,56	28.312	28,57	28.561	28,59	29.168	28,63
Cachoeira do Arari	5.894	26,26	5.977	26,23	6.056	26,21	6.144	26,18
Chaves	6.287	27,86	6.357	27,86	6.424	27,85	6.538	27,84
Curralinho	9.598	29,76	9.807	29,83	10.008	29,88	10.141	29,92
Gurupá	9.313	29,45	9.459	29,51	9.598	29,57	9.780	29,64
Melgaço	8.142	30,84	8.257	30,98	8.368	31,11	8.602	31,38
Muaná	11.505	30,29	11.716	30,34	11.918	30,38	12.100	30,42
Ponta de Pedras	8.815	30,23	8.995	30,29	9.168	30,34	9.298	30,38
Portel	16.366	28,08	16.674	28,11	16.969	28,13	17.207	28,15
Salvaterra	6.539	29,23	6.664	29,31	6.784	29,37	6.895	29,44
Santa Cruz do Arari	2.984	31,69	3.060	31,76	3.133	31,82	3.166	31,85
São Sebastião da Boa Vista	7.960	31,64	8.106	31,74	8.247	31,84	8.400	31,94
Soure	7.190	29,61	7.266	29,67	7.338	29,73	7.526	29,89

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Dentre seus municípios, Breves registrou o maior número de jovens (29.168), correspondente a 28,63% de sua população, seguido de Portel (17.207) com participação de 28,15%. A maior participação de jovens em relação ao número de habitantes ocorreu em São Sebastião da Boa Vista, 31,94%, e a menor em Cachoeira do Arari, 26,18%. Todas as participações demarcaram certa estabilidade entre os anos analisados (2013 a 2018), permanecendo superiores a 25%.

No campo empregatício, em 2017, no Pará, os jovens de 15 a 29 anos corresponderam a 25,51% dos vínculos, e 18,6% na RI Marajó, o menor percentual dentre as regiões do estado. Os maiores percentuais de participação de jovens no mercado de trabalho regional foi em Curralinho, 23,72%, e Anajás, 22,98%, apesar de, em números, Breves e Portel liderarem com 1.398 e 875, respectivamente, correspondendo a 45,8% dos vínculos ocupados por jovens nessa região.

Tabela 12 – Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Marajó e Municípios, 2017

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	1.068.818	272.675,00	25,51
RI Marajó	26.696	4.965,00	18,60
Afuá	2.453	536,00	21,85
Anajás	1.223	281,00	22,98
Bagre	622	67,00	10,77
Breves	6.558	1.398,00	21,32
Cachoeira do Arari	970	61,00	6,29
Chaves	791	152,00	19,22
Curralinho	1.636	388,00	23,72
Gurupá	1.648	301,00	18,26
Melgaço	1.000	152,00	15,20
Muaná	987	60,00	6,08
Ponta de Pedras	1.109	132,00	11,90
Portel	3.979	875,00	21,99
Salvaterra	1.081	223,00	20,63
Santa Cruz do Arari	322	41,00	12,73

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
São Sebastião da Boa Vista	1.012	124,00	12,25
Soure	1.305	174,00	13,33

Fonte: MTE/RAIS, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018)³. Do total de nascidos vivos no Pará, 24,38% são de mães menores de 19 anos de idade. Ressalta-se que embora esse resultado tenha diminuído cerca de 3% em relação a 2010, continua sendo elevado se considerarmos proporcionalmente a população jovem estimada em, cerca de, 32%.

Na RI Marajó, em 2017, o total de nascidos vivos foi de 29,64%, o maior percentual comparado aos das demais regiões de integração do Pará, com diminuição de apenas 1,7 p.p. em relação a 2010. De seus municípios, os maiores percentuais de mães menores de 19 anos que tiveram filhos nascidos vivos, em 2017, ocorreram em Bagre, 36,13%, e Portel, 33,24%, sendo que este último apresentou incremento de 2,5 p.p. em relação a 2010, o maior do período. Ponta de Pedras é o terceiro com maior percentual, 31,9%, acusando crescimento de 5,5 p.p. em relação ao ano anterior. Os municípios de Chaves e Soure demarcaram os menores índices, 24,38% e 23,88%, respectivamente.

Tabela 13 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Marajó (2010-2017)

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	27,42	27,50	27,56	27,37	27,27	26,53	25,73	24,38
RI Marajó	31,41	31,26	30,87	31,13	30,15	31,42	30,57	29,64
Afuá	32,34	30,70	30,68	30,84	29,16	29,39	31,94	30,37
Anajás	32,79	33,61	32,49	34,10	29,72	29,65	29,67	29,08
Bagre	37,14	35,23	38,71	34,57	35,04	34,35	35,41	36,13
Breves	27,81	29,88	28,41	27,67	26,53	27,16	27,00	28,40
Cachoeira do Arari	39,69	41,75	34,75	31,72	34,22	34,48	31,27	30,91
Chaves	30,57	25,84	30,04	28,47	28,07	29,86	28,92	24,38
Curralinho	35,93	34,48	35,50	36,39	33,64	35,98	33,38	30,45
Gurupá	26,29	24,82	29,68	28,59	25,48	30,54	30,16	26,75
Melgaço	28,46	25,94	26,11	27,91	25,25	31,04	28,12	29,08
Muaná	33,67	32,20	32,00	31,56	35,74	33,78	33,88	30,24
Ponta de Pedras	32,36	30,54	32,54	31,21	33,73	29,86	26,42	31,90
Portel	30,77	31,48	29,66	32,45	32,03	34,77	32,03	33,24
Salvaterra	32,39	29,86	30,87	33,24	31,23	32,10	29,40	28,38
Santa Cruz do Arari	38,36	43,06	39,39	31,68	31,82	40,78	29,49	24,71
São Sebastião da Boa Vista	34,08	37,01	31,83	32,26	33,90	34,00	33,21	28,85
Soure	32,57	32,52	31,74	38,17	35,28	33,56	36,65	23,88

Fonte: DATASUS/2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

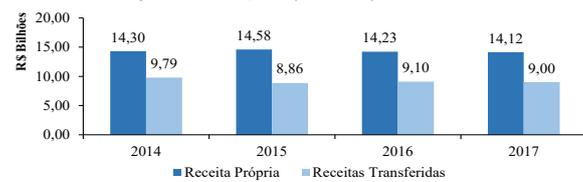
4. ARRECADADAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas para construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como a viabilização de empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

³ FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.

Entre 2014 e 2017, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R\$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R\$ 9,19 bilhões.

Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017)



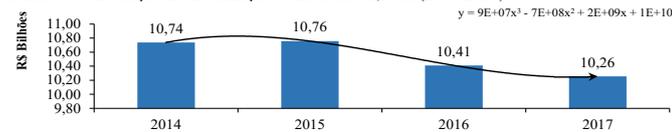
Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu reflexos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)



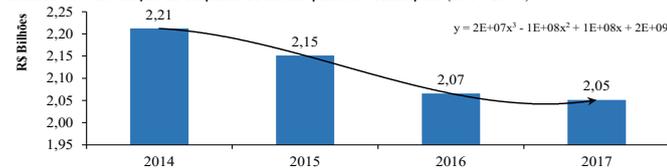
Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. Entre 2014 e 2017, o montante desse tributo retraiu em -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)



Fonte: SEFA, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Neste sentido, verificou-se, no período em exame, que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõem a RI Marajó retraiu em -4,4%, tendo o município de Breves recebido a maior parcela (11,7%) do total destinado a RI, seguido por Portel (11,4%) e Afuá (6,4%). Outro ponto a destacar é o fato de que, entre 2014 a 2017, o total de ICMS repassado aos municípios da região representou, cerca de, 3% do total de ICMS destinado aos 144 municípios paraenses.

Tabela 14 – Evolução do Repasse de ICMS (R\$) para os Municípios (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	2.212.195.854,32	2.151.243.071,59	2.065.861.819,58	2.051.113.567,84
RI Marajó	63.932.460,24	64.967.540,69	64.751.913,79	61.123.184,26
Afuá	4.203.172,14	4.302.486,13	4.788.726,74	3.897.115,78
Anajás	3.981.952,55	4.087.361,83	4.164.110,21	3.692.004,41
Bagre	3.097.074,18	3.011.740,31	2.914.877,13	3.486.893,06
Breves	7.521.465,88	7.529.350,75	7.703.603,88	7.178.897,48
Cachoeira do Arari	3.981.952,55	4.087.361,83	3.539.493,69	2.666.447,64
Chaves	4.203.172,14	4.302.486,13	4.164.110,21	3.692.004,41
Curralinho	3.318.293,79	3.226.864,60	3.331.288,18	3.486.893,06
Gurupá	3.760.732,96	3.872.237,51	3.747.699,19	3.897.115,78
Melgaço	3.318.293,79	3.441.988,90	3.331.288,18	3.486.893,06
Muaná	3.539.513,38	3.441.988,90	3.539.493,69	3.692.004,41
Ponta de Pedras	3.318.293,79	3.441.988,90	3.539.493,69	3.076.670,35
Portel	7.300.246,32	7.099.102,15	6.454.370,82	6.973.786,13
São Sebastião da Boa Vista	3.318.293,79	3.657.113,23	3.747.699,19	2.871.559,00
Salvaterra	3.097.074,18	3.226.864,60	3.123.082,66	3.076.670,35
Santa Cruz Arari	2.433.415,44	2.581.491,68	2.706.671,63	2.256.224,93
Soure	3.539.513,38	3.657.113,23	3.955.904,70	3.692.004,41

Fonte: SEFA, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Marajó possui grande parte do seu território recoberto por Unidades de Conservação que somam 53.730 km², equivalentes a 51,91% da área regional. Apenas 5% do seu território encontra-se desmatado, o que corresponde a uma área de 5.524 km², ou, 2% do desmatamento da área total do estado Pará.

Em relação ao desmatamento acumulado, em 2017, o município de Portel apresentou os maiores índices, com uma área desmatada de 2.076 km², seguido por Cachoeira do Arari, com 1.477 km², os quais somam mais de 50% do desmatamento acumulado da região. Da mesma maneira, os registros de focos de calor encontram-se concentrados em poucos municípios, como Portel que reúne 1.527, representando mais de 50% dos registros da RI Marajó.

Tabela 15 – Desmatamento acumulado (km²), Pará, Região de Integração Marajó e Municípios, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatado Acumulado km² (2017)	Números de Focos de Calor
Pará	1.247.955	264.691	49.413
RI Marajó	103.502	5.524	2.871
Afuá	8.373	29	13
Anajás	6.922	177	14
Bagre	4.397	209	138
Breves	9.551	544	213
Cachoeira do Arari	2.462	1.477	62
Chaves	13.085	100	213

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatado Acumulado km² (2017)	Números de Focos de Calor
Curralinho	3.617	203	62
Gurupá	8.540	116	135
Melgaço	6.774	164	96
Muaná	3.766	101	66
Ponta de Pedras	3.365	52	77
Portel	25.385	2.076	1.527
Salvaterra	1.039	117	64
Santa Cruz do Arari	1.077	0	62
São Sebastião da Boa Vista	1.632	124	17
Soure	3.517	35	78

Fonte: IBGE/PRODES, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

No tocante à regularização ambiental, a RI Marajó registrou, em 2018, uma parcela de 66,67% de suas áreas destinadas à regularização ambiental com CAR viabilizado, conforme tabela a seguir. Entre os municípios que compõem a região, Cachoeira do Arari possui a maior proporção de área com CAR efetivado (94,40%), seguido por São Sebastião da Boa Vista (89,53%) e Afuá (88,98%).

Tabela 16 – Área Territorial, Área Cadastrável e Percentual de Áreas Regularizadas Ambientalmente, 2018

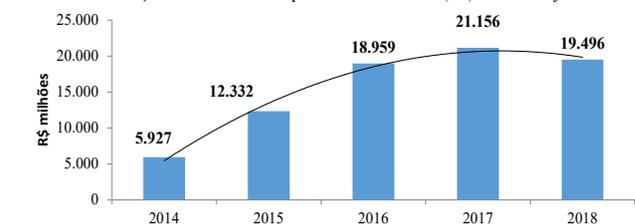
Item Geográfico	Área Territorial (IBGE) km² (A)	Área Cadastrável km² (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR km² (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Marajó	103.451,91	75.468,35	72,95	50.312,30	66,67
Afuá	8.366,52	4.724,95	56,47	4.204,18	88,98
Anajás	6.909,98	6.819,77	98,69	2.895,91	42,46
Bagre	4.394,73	4.132,12	94,02	1.816,80	43,97
Breves	9.556,00	7.495,69	78,44	5.691,10	75,92
Cachoeira do Arari	2.461,55	2.422,17	98,40	2.286,51	94,40
Chaves	13.080,34	8.984,39	68,69	5.905,85	65,73
Curralinho	3.615,54	2.042,36	56,49	641,82	31,43
Gurupá	8.534,14	5.611,35	65,75	4.486,55	79,95
Melgaço	6.768,97	4.346,81	64,22	2.631,64	60,54
Muaná	3.763,66	3.268,66	86,85	1.568,98	48,00
Ponta de Pedras	3.364,93	2.891,67	85,94	2.016,64	69,74
Portel	25.366,40	17.546,20	69,17	12.450,17	70,96
Salvaterra	1.040,02	725,03	69,71	402,73	55,55
Santa Cruz do Arari	1.076,71	1.059,45	98,40	723,60	68,30
São Sebastião da Boa Vista	1.631,80	789,86	48,40	707,20	89,53
Soure	3.520,62	2.607,86	74,07	1.882,63	72,19

Fonte: IBGE/SEMAM/PMV, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas estaduais de preservação ambiental, o ICMS Verde, aprovado pelo parlamento estadual em 2012, configurou-se como um incentivo maior dado pelo estado aos municípios, de maneira que esses pudessem ampliar suas áreas protegidas e reduzir seus níveis de desmatamento (Gráfico 08).

Gráfico 08 - Evolução dos Valores de Repasse de ICMS Verde (R\$) da RI Marajó. 2014-2018



Fonte: SEMAM/PMV, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Em se tratando da RI Marajó, percebe-se que, no período de 2014 a 2018, houve uma participação média de 11,21% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios. No ano de 2018, a região contabilizou um montante de R\$19,496 milhões, com Portel detendo a maior parcela (10,02%), seguido por Breves (7,63%), Gurupá (7,14%), Soure (7,13%) e Bagre (7,00%). Os onze demais municípios receberam valores inferiores a 7% do total repassado à região.

Tabela 17– Valor de ICMS Verde (R\$) repassado para os Municípios da Região de Integração Marajó (2014 a 2018)

Item geográfico	2014	2015	2016	2017	2018
RI Marajó	5.926.986,66	12.331.733,28	18.959.391,96	21.156.300,52	19.496.039,20
Afuá	260.328,44	597.985,76	1.491.653,98	1.105.077,21	974.721,26
Anajás	387.189,94	771.217,74	1.220.892,71	1.050.554,95	978.003,20
Bagre	236.855,25	531.808,33	762.343,65	1.581.935,09	1.364.490,37
Breves	363.859,81	740.919,98	1.429.422,93	1.613.595,04	1.495.361,96
Cachoeira do Arari	461.803,15	895.622,19	1.216.722,93	772.577,06	768.358,51
Chaves	413.589,34	820.320,73	1.209.763,11	1.110.816,12	1.102.794,79
Curralinho	342.370,51	674.902,88	1.162.476,46	1.555.974,75	1.301.465,53
Gurupá	274.075,15	817.637,44	1.172.269,12	1.619.187,76	1.392.988,64
Melgaço	214.172,39	712.875,59	1.010.900,04	1.596.694,02	1.342.772,54
Muaná	381.090,29	756.670,63	1.162.637,19	1.586.738,50	1.354.919,96
Ponta de Pedras	398.499,82	785.566,85	1.126.601,62	1.006.867,25	905.136,89
Portel	299.375,17	597.181,97	571.675,83	1.614.222,58	1.953.483,50
Salvaterra	608.938,24	1.160.889,40	1.650.307,33	1.020.855,19	1.297.722,67
Santa Cruz do Arari	432.665,04	846.909,42	1.131.853,41	1.277.169,75	1.267.266,28
São Sebastião da Boa Vista	331.616,79	610.601,53	1.224.996,13	1.051.255,12	607.122,30
Soure	520.557,34	1.010.622,84	1.414.875,50	1.592.780,14	1.389.430,80

Fonte: SEMAM/PMV, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: Valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN

PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

Região de Integração: Marajó

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor (R\$1.000) 2020-2023
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	13.033.715,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	5.425.617,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	5.028.469,00
Cultura	7.073.672,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	62.085.604,00
Direitos Socioassistenciais	4.769.650,00
Educação Básica	373.469.820,00
Educação Profissional e Tecnológica	4.058.215,00
Educação Superior	15.654.375,00
Esporte e Lazer	841.613,00
Governança Pública	48.716.194,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	7.398.216,00
Infraestrutura e Logística	63.151.216,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	5.861.333,00
Saúde	299.045.567,00
Segurança Pública	49.175.403,00
Trabalho, Emprego e Renda	4.353.949,00
TOTAL PARA A REGIÃO :	R\$ 969.142.628,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

Programa	Valor (R\$ 1.000) 2020-2023
Manutenção da Gestão	641.527.607,00
TOTAL PARA A REGIÃO :	R\$ 641.527.607,00

TOTAL PARA A REGIÃO : R\$ 1.610.670.235,00

Região de Integração: Marajó R\$ 1.610.670.235,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura R\$ 13.033.715,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Efetivo dos principais rebanhos por região (bubalino)	Unidade	373.195	06/2019	ADEPARA	453.620
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Açai)	Kg/Hectare	7.151	06/2019	IBGE	8.692

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	0	12/2018	SEDAP	2020	50
					2021	53
					2022	55
					2023	58
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	6,37	12/2018	EMATER	2020	6,20
					2021	6,50
					2022	6,75
					2023	6,95
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	413	12/2018	SEDAP	2020	434
					2021	455
					2022	478
					2023	502

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Obter a Certificação de Área Livre de Pragas Vegetais
Reestruturar 01 Polo Matadouro e Frigorífico para Bovídeos no Município de Soure

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARA
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARA
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARA
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	EMATER, SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARA

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos R\$ 5.425.617,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020 20,00 2021 - 2022 - 2023 -
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020 19,00 2021 38,00 2022 31,00 2023 31,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SUSIPE
Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sistema Penitenciário	Município Apoiado	Un	SESPA

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Compromisso Regional

Implantar o Projeto Girândola (autonomia financeira e empoderamento da mulher) em Breves

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento Integrado de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ
Empoderamento e Autonomia Financeira para Mulheres	Mulher Atendida	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Compromisso Regional

Implantar Polo de Inclusão PARÁPAZ em Soure

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo			
Promover Ações Intersectoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Promoção de Estratégias e Metodologias Educativas sobre Drogas	Ação Educativa Realizada	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Realização de Eventos Intersectoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo			
Promover os Direitos Humanos			
Compromisso Regional			
Realizar Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos em 7 Municípios da Região			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Implementação da Estação Cidadania	Pessoa Atendida	Un	ARCON, IGEPREV, JUCEPA, PARÁPAZ, POLÍCIA CIVIL, SEAD
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação	R\$ 5.028.469,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,03	12/2018	SIAFEM/SEFA	0,06

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	33,33	12/2018	FAPESPA	33,33	66,67
					2021	33,33
					2022	66,67
					2023	66,67

Objetivo			
Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Árvore Digitais e Aldeias Sustentáveis para Acesso Público à Internet e Comunicação de Dados	Árvore Digital Implantada	Un	SECTET
Promoção ao Acesso Público a Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA

Objetivo			
Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Bolsas de Pesquisa	Bolsa Contratada	Un	FAPESPA, SECTET
Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica	Projeto Apoiado	Un	FAPESPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Cultura	R\$ 7.073.672,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	11,76	12/2018	SECULT/FCP	41,18

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	-	12/2018	FCP/SECULT	6300	7200
					2021	6800
					2022	6800
					2023	7200

Objetivo			
Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica			
Compromisso Regional			
Entregar 4 Bibliotecas Pocket, que Atenderão os Municípios de Breves, Melgaço, Muaná e Chaves			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo			
Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial			
Compromisso Regional			
Revitalizar o Museu do Marajó, em Cachoeira do Arari			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão da Educação Patrimonial	Agente Cultural Qualificado	Un	SECULT
Gestão do Patrimônio Material e Imaterial	Patrimônio Gerido	Un	SECULT
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT
Revitalização de Espaços Culturais	Espaço Revitalizado	Un	SECULT

Objetivo			
Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo			
Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade			

Compromisso Regional			
Atender 100 Jovens com Práticas e Expressões Culturais como Teatro, Cursos de Iniciação, Música, Audiovisual e Outras na Região			
Fortalecer a Economia Criativa Atendendo 80 Empreendedores na Região			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio às Expressões Artístico-Culturais	Expressão Cultural Apoiada	Un	FCG
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP, SECULT
Fomento à Produção e Difusão Audiovisual	Projeto Atendido	Un	SECULT
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade** R\$ 62.085.604,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	-	12/2019	COSANPA/IBG E/SNIS/SEDOP	2020 43,66 2021 43,66 2022 43,66 2023 43,66
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	51,49	12/2019	COSANPA/IBG E/SNIS/SEDOP	2020 57,55 2021 69,88 2022 74,76 2023 84,52

Objetivo
Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	DETRAN, SEDOP

Objetivo
Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Chique Moradia	Domicílio Atendido	Un	COHAB

Objetivo
Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Compromisso Regional
Concluir as Obras de Implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Breves

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Direitos Socioassistenciais** R\$ 4.769.650,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Objetivo
Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo
Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS

Objetivo

Promover a Inclusão Socioproductiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA
Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	Un	SEASTER

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Educação Básica** R\$ 373.469.820,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8ª Série/9ª Ano)	Índice	2,70	12/2017	INEP/SEDUC	3,20
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5ª Ano)	Índice	3,20	12/2017	INEP/SEDUC	3,70

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	7,30	12/2018	INEP/SEDUC	7,00 6,70 6,60 6,50	
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	14,13	12/2018	INEP/SEDUC	12,57 12,40 12,12 11,95	
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	78,00	12/2018	INEP/SEDUC	78,70 79,50 79,90 80,30	
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	76,80	12/2018	INEP/SEDUC	79,00 79,30 79,70 80,00	
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	14,80	12/2018	INEP/SEDUC	14,30 13,70 13,50 13,20	
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	9,11	12/2018	INEP/SEDUC	8,43 8,30 8,18 8,05	

Objetivo
Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional
Construir 6 Escolas Estaduais nos Municípios de Chaves, Melgaço, Muaná, Salvaterra e São Sebastião da Boa Vista. Reformar/Ampliar 5 Escolas Estaduais nos Municípios de Anajás, Bagre, Breves, Portel e São Sebastião da Boa Vista

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo
Fortalecer a Governança na Educação Básica

Objetivo
Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional			
Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 29 Escolas nos Municípios de Afuá, Anajás, Bagre, Cachoira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista e Soure.			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento às Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo
Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica R\$ 4.058.215,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020	42,86
					2021	40,00
					2022	21,43
					2023	17,65
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	444	12/2018	SEDUC / SECTET	2020	450
					2021	480
					2022	560
					2023	690

Objetivo
Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional			
Implantar 03 Novos Cursos Técnicos em Breves e Cachoira do Arari			
Implantar Cursos de Formação Inicial e Continuada nos Municípios de Breves e Cachoira do Arari			
Implantar Educação Profissional, na Modalidade EAD - Educação Profissional sem Fronteiras, nos Municípios de Bagre, Breves, Gurupá, Melgaço e Portel			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SECTET, SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SECTET, SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SECTET, SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SEDUC, SETUR
Realização de Cursos de Educação Tecnológica	Aluno Atendido	Un	EGPA, SECTET
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET, SEDUC

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
Programa Temático: Educação Superior R\$ 15.654.375,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	2023
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	3,27	12/2018	UEPA	1,90

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	2023
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	1,00	12/2018	UEPA	2020 23,00 2021 1,00 2022 0,00 2023 0,00

Objetivo			
Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Construção de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Construída	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo			
Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo
Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Compromisso Regional			
Ofertar Curso Modular de Enfermagem e Educação Física em Gurupá, Serviço Social e Pedagogia em Bagre, Contabilidade e Educação Física em Melgaço e Turismo em Portel			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	Campi Atendido	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	FAPESPA, SECTET, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
Programa Temático: Esporte e Lazer R\$ 841.613,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	526	12/2018	SEDUC/SEEL	2020	530
					2021	536
					2022	542
					2023	565

Objetivo
Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
Programa Temático: Governança Pública R\$ 48.716.194,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	2023
ICMS arrecadado	R\$ em milhares	71.560,00	12/2018	SEFA	97.817,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	2023
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	0,52	06/2019	SEAD/EGPA	2020 0,78 2021 0,78 2022 0,78 2023 0,78

Objetivo			
Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas			
Compromisso Regional			
Implantar os Serviços do IASEP nos Municípios de Cachoeira do Arari, Muaná, Pontas de Pedras, Salvaterra e São Sebastião da Boa Vista			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	8º CRS - Breves, ADEPARÁ, CRG - Breves, EGPA, Enc. CRM, SEDAP, SEDUC, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP
Valorização do Servidor	Servidor Beneficiado	Un	EGPA

Objetivo			
Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo			
Promover a Gestão Regionalizada			
Compromisso Regional			
Realizar Anualmente o Governo Itinerante			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município implantado	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOF
Implementação dos Centros Regionais de Governo	Centro de Governo Implementado	Un	Casa Civil, CRG - Breves
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômica e Social	Projeto Implantado	Un	FDE, SEPLAN
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	IASEP, SESPA

Objetivo			
Prover a Governabilidade do Poder Executivo			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	Casa Civil, IASEP, IGEPREV, SEDAP, SEFA
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	8º CRS - Breves, CRG - Breves
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	GBM, CRG - Breves, DETRAN, EMATER, PMPA, SEDAP, SEFA, SUSIPE

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Indústria, Comércio, Serviços e Turismo** R\$ 7.398.216,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável				
Crescimento Inteligente					

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	-4,20	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	1,00
Receita gerada pelo turismo	R\$ em mil	54.406,90	12/2018	SETUR	61.556,41

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	1	12/2018	BANPARÁ	2020 47 2021 70 2022 91 2023 110
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	2	12/2018	JUCEPA	2020 2 2021 0 2022 0 2023 0
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	8	07/2019	SEDEME	2020 20 2021 30 2022 38 2023 50
Número de turistas	Unidade	60.423	12/2018	SETUR	2020 63.482 2021 65.069 2022 66.696 2023 68.363

Objetivo			
Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Município Apoiado	Un	SEDEME

Objetivo			
Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará			

Compromisso Regional

Instalar 05 Agências do Banpará nos Municípios de Bagre, Chaves, Portel, Santa Cruz do Arari e São Sebastião da Boa Vista

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência inaugurada	Un	BANPARÁ
Incentivo a Áreas Industriais	Área Industrial Incentivada	Prc	CODEC
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituída	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo			
Promover o Turismo como Atividade Econômica			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Apoio Técnico à Estruturação de Produtos Turístico	Produto Turístico Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SETUR
Promoção e Divulgação de Produtos Turísticos	Ação Realizada	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Pessoa Capacitada	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Infraestrutura e Logística** R\$ 63.151.216,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável				
Crescimento Inteligente					

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	54,15	12/2018	SETRAN	64,83

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	113,00	12/2018	SETRAN	2020 113,00 2021 113,00 2022 113,00 2023 113,00
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	101,43	12/2018	SETRAN	2020 101,43 2021 121,43 2022 121,43 2023 121,43
Terminais hidrovários de passageiros homologados pela ANTAQ no Estado	Percentual	6,67	12/2019	CPH	2020 46,67 2021 80,00 2022 86,67 2023 86,67

Objetivo			
Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada			

Compromisso Regional

Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Anajás
 Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Açuá
 Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Bagre
 Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Breves
 Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Cachoeira do Arari
 Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Chaves
 Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Curralinho
 Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Melgaço
 Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Muaná
 Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Ponta de Pedras
 Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Portel
 Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Santa Cruz do Arari
 Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Soure

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Infraestrutura Aeroviária	Infraestrutura Construída	Un	SETRAN
Construção de Infraestrutura Hidroviária	Infraestrutura Construída	Un	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Estudos e Pesquisas de Infraestrutura e Logística	Estudo Realizado	Un	CPH
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Reforma e Adequação de Infraestrutura Aeroviária	Infraestrutura Conservada	Un	SETRAN
Reforma e Adequação de Infraestrutura Hidroviária	Instalação Reformada	Un	CPH, SETRAN

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Meio Ambiente e Ordenamento Territorial** R\$ 5.861.333,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	3,89	12/2018	PRODES/INPE	5,35

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	62,50	12/2019	SEMAS	2020 62,50 2021 62,50 2022 68,75 2023 75,00

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Compromisso Regional

Implantar o Escritório Regional do Ideflor no Município de Breves

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Família Beneficiada	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional

Elaborar Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Marajó

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Saúde** R\$ 299.045.567,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	6	12/2018	MS/SIM/SINASC	4,89
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	14,88	12/2018	SIM	12,12
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	221,01	12/2018	MS/SIM	203,85

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	55,21	12/2018	EGESTOR	2020 57,97 2021 60,87 2022 63,91 2023 67,11
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	6,20	12/2018	SIPNI	2020 50,00 2021 60,00 2022 65,00 2023 70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	0,87	12/2018	DATASUS(CNE S)	2020 0,87 2021 0,87 2022 0,90 2023 0,90
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	38,70	12/2018	SINAN	2020 50,00 2021 60,00 2022 80,00 2023 80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,10	12/2018	SIA	2020 0,15 2021 0,20 2022 0,25 2023 0,30
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,04	12/2018	SIA	2020 0,10 2021 0,15 2022 0,20 2023 0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, ETSUS
Implementação da Rede de Ouidórios do SUS	Demanda Finalizada	Un	7º CRS - Região das Ilhas
Implementação da Humanização na Saúde	Ação Realizada	Un	7º CRS - Região das Ilhas
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	7º CRS - Região das Ilhas
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Implantar o Centro de Atenção Especializada no Hospital Regional de Breves
Reforma do Hospital Municipal de Portel
Reforma do Hospital Municipal de Soure

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratação de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, SESPA
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	SESPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional			
Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo			
Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, SESPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Segurança Pública	R\$ 49.175.403,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	18,50	12/2018	SEGUP	17,10
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	14,70	12/2018	SEGUP	12,80
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	3,77	12/2018	DATASUS	3,76
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	290,50	12/2018	SEGUP	252,00
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	1.807,10	12/2018	SEGUP	1.701,10

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Densidade Carcerária	Percentual	3,50	12/2018	SUSIPE	3,02	3,00
Índice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	5,894	12/2018	PMPA	2020	7,663
					2021	9,431
					2022	11,199
					2023	12,967
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	66,00	12/2018	DETRAN	2020	67,00
					2021	70,00
					2022	71,00
					2023	72,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	20,00	12/2018	DETRAN	2020	21,00
					2021	22,00
					2022	23,00
					2023	24,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	56,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	56,00
					2021	57,00
					2022	58,00
					2023	59,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	95,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	95,00
					2021	95,00
					2022	95,00
					2023	95,00

Objetivo			
Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo			
Prevenir Acidentes de Trânsito			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN

Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo			
Realizar a Custódia Penal			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SUSIPE

Objetivo			
Reduzir a Violência e a Criminalidade			
Compromisso Regional			
Adequar 5 Delegacias de Polícia em Afuá, Anajás, Curralinho, Muaná e Salvaterra			
Adequar a Superintendência da Polícia Civil em Soure			
Ampliar o Videomonitoramento em Breves			
Implantar Base Integrada de Segurança de Antônio Lemos em Breves			
Implantar Delegacia Fluvial em Breves			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SUSIPE
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial	Missão Realizada	Un	SEGUP
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo			
Valorizar os Agentes de Segurança Pública			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, PMPA, SUSIPE
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SUSIPE
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda	R\$ 4.353.949,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	-0,30	12/2018	MTE/RAIS	0,30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	30,30	12/2018	MTE/RAIS	2020	0,20
					2021	0,70
					2022	1,20
					2023	1,70
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	0,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020	2,00
					2021	2,50
					2022	3,00
					2023	3,50
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Trabalho	Percentual	7,10	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020	7,50
					2021	8,00
					2022	8,50
					2023	9,00

Objetivo			
Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho			

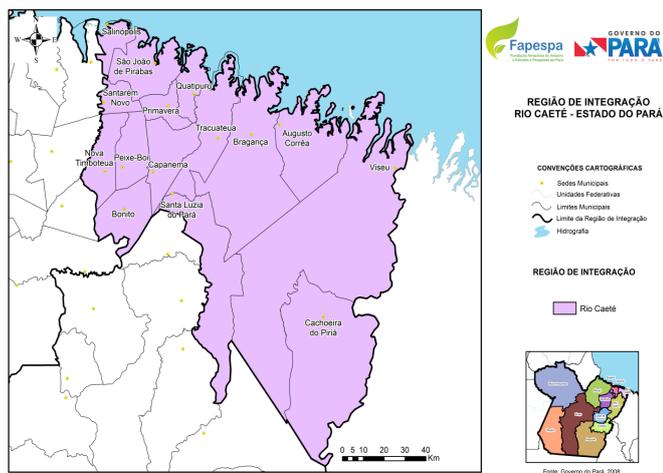
Compromisso Regional			
Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Breves			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	SEASTER
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER
Objetivo			
Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER

Região de Integração: Marajó

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação		
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado		(R\$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado		11.971.645,00
Concessão de Auxílio Alimentação		106.097.237,00
Concessão de Auxílio Fardamento		8.156.811,00
Concessão de Auxílio Transporte		321.761,00
Operacionalização das Ações Administrativas		10.985.258,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos		503.994.895,00
		R\$ 641.527.607,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO RIO CAETÉ



I - ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Caeté, criada a partir do Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é composta por 15 municípios: Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Pirá, Capanema, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Viséu.

Localizada na região nordeste do Pará e entrecortada pelas rodovias BR-316 e BR-318, a RI abrange uma área de 17.388 km², correspondente a 1,5% da área total do Pará.

A população da RI Caeté, em 2018, foi estimada em 518.866 habitantes, que corresponde a 6% do contingente populacional do estado. Bragança é o município com o maior contingente de pessoas (126.436), seguido por Capanema (68.616) e Viséu (61.049), que, juntos, concentram 49% da população da região. A taxa de crescimento populacional, entre 2010 e 2018, foi de 1,02%, abaixo da média estadual, 1,46%.

O Produto Interno Bruto (PIB) da região foi em 2016, cerca de R\$ 4,7 bilhões, o equivalente a 3,4% do PIB paraense. Na composição do PIB na região, a Administração Pública contribuiu com 35%, os Serviços com 30%, a Agropecuária com 20%, a Indústria com 8% e, os Impostos sobre produtos com 7%.

A RI Rio Caeté integra a região turística Amazônia Atlântica, onde o turismo local também representa fonte de renda para a região com a cultura popular, ruínas históricas, monumentos históricos, festivais regionais, artesanato, praias, dunas, grutas, serra, lugares místicos e paisagens paradisíacas, mangues, culinária, a pesca de aventura, corredoiras e cachoeiras. O município de Salinópolis é considerado o principal balneário do interior, sendo cidade-sede dos principais campeonatos de surfe do País.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

Em 2016, a Região de Integração Rio Caeté teve sua riqueza valorada em R\$4,6 bilhões, o que representou 3% do PIB paraense. Entre os setores econômicos, o de maior valor adicionado foi a Administração Pública, com R\$1,6 bilhão (35%), o qual incorpora as atividades do poder municipal, estadual e federal, seguido do setor de Serviços, com R\$1,3 bilhão, equivalente a 30%

do PIB da região. Essa região destaca-se na produção de cimento e de óleo vegetal, no setor agropecuário, as principais atividades são agricultura, com os cultivos de dendê, mandioca e pimenta-do-reino, e pesca, em que se destacam os municípios de Bragança, São João de Pirabas e Viséu.

Tabela 01 – PIB e Setores Econômicos – Região de Integração Rio Caeté, 2016

PIB	Brasil	Pará	RI Rio Caeté
PIB (Mil R\$)	6.267.205.000	138.068.008	4.663.654
Valor Adicionado Total (Mil R\$)	5.417.699.000	124.788.832	4.354.222
% Valor Adicionado Total	86,4%	90,4%	93,4%
VA Agropecuária (Mil R\$)	306.655.000	17.167.980	939.091
% VA Agropecuário	4,89%	12,43%	20,14%
VA Indústria (Mil R\$)	1.150.207.000	31.519.925	398.419
% VA Indústria	18,35%	22,83%	8,54%
VA Serviços (Mil R\$)	3.015.716.000	47.932.450	1.384.716
% VA Serviços	48,12%	34,72%	29,69%
Administração Pública (Mil R\$)	945.121.000	28.168.477	1.631.996
% Administração Pública	15,08%	20,40%	34,99%
Impostos (Mil R\$)	849.506.000	13.279.177	309.433
% Impostos	13,55%	9,62%	6,63%

Fonte: IBGE/Fapespa, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Entre os municípios que compõem a RI Rio Caeté, os que apresentaram as maiores contribuições para o PIB da região, em 2016, foram Bragança, com participação de 23%, tendo como principal atividade a agricultura (cultivos de mandioca, feijão e açaí), Capanema, com 21%, destacando-se o comércio e a indústria de transformação (produção de cimento), e Salinópolis, com 9%, sendo as principais atividades a imobiliária e o comércio varejista.

Quadro 01 - Principais Atividades no VA do Município, excluída a atividade de Administração Pública - Região de integração Rio Caeté, Pará, 2016

Item Geográfico	Principais Atividades				
Rio Caeté	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil	Indústria de transformação
Augusto Corrêa	Agricultura	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Comércio
Bonito	Indústria de transformação	Agricultura	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Comércio
Bragança	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Pesca e Aquicultura	Construção civil
Cachoeira do Pirá	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil
Capanema	Comércio	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Agricultura	Alojamento e alimentação
Nova Timboteua	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Pecuária	Construção civil
Peixe-Boi	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Construção civil	Comércio
Primavera	Indústria de transformação	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Atividades profissionais, científicas e técnicas

Item Geográfico	Principais Atividades				
Quatipuru	Pesca e Aquicultura	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil
Salinópolis	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil	Alojamento e alimentação	Pesca e Aquicultura
Santa Luzia do Pará	Pecuária	Atividades imobiliárias	Agricultura	Comércio	Construção civil
Santarém Novo	Agricultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Pecuária	Pesca e Aquicultura
São João de Pirabas	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pesca e Aquicultura	Comércio	Construção civil
Tracuateua	Agricultura	Produção Florestal	Comércio	Atividades imobiliárias	Construção civil
Viséu	Agricultura	Pecuária	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Construção civil

Fonte e Elaboração: Fapespa, 2019.

2.2. Balança Comercial

A atividade comercial do estado do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de robustez produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em um saldo positivo de US\$14 bilhões, tendo a RI Rio Caeté contabilizado um saldo de US\$ 21 milhões. A pauta exportadora da região é concentrada em peixe congelados (65%), seco (17%) e filés de peixe (14%), sendo Bragança seu principal município exportador. Quanto à importação de produtos, destaca-se o carvão mineral (hulha), insumo energético para atender a indústria de cimento de Primavera, o qual corresponde a 63% das importações da RI.

Tabela 02 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Rio Caeté, 2018

Item Geográfico	Exportação (US\$)	Part.(%)	Importação (US\$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	239.889.170.206	100	181.230.568.862	100	58.658.601.344
Pará	15.608.825.106	100	1.173.984.415	100	14.434.840.691
RI Rio Caeté	21.019.779	0,1	6.382.415	0,5	14.637.364
Bragança	21.019.779	100,0	0	0,0	21.019.779
Primavera	0	0,0	6.382.415	100,0	-6.382.415

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

2.3. Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. A Região de Integração Rio Caeté registrou, em 2017, um total de 31 mil empregos formais, o que representa 3% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública detinha, cerca de, 52% do total do estoque formal da região, seguido do Comércio (21%) e Serviços (15%). Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados estavam Capanema (24%), Bragança (23%) e Salinópolis (12%).

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Rio Caeté

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Rio Caeté
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	162.975
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	7,13

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Rio Caeté
Nível de Ocupação (2010)			
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	15,87
Empregos Formais (2017)			
Total	46.281.590	1.068.818	31.054
Extrativa Mineral	212.337	19.710	187
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	1.318
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	109
Construção Civil	1.838.958	57.880	519
Comércio	9.230.750	203.656	6.636
Serviços	16.772.645	284.360	4.539
Adm. Pública	9.195.215	363.926	16.060
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	1.501.052	51.468	1.686

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/MTE, 2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de 137 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 4,7% do total de ocupados do estado.

2.4. Infraestrutura

A RI Rio Caeté conta em sua malha viária com duas rodovias federais e seis rodovias estaduais, além de outras vias de tráfego rodoviário. As principais rodovias são a BR-316 e a BR-308. A BR-316 foi construída na década de 1960, a partir da rodovia Belém-Bragança que havia substituído a Estrada de Ferro de Bragança na década de 1950, é um dos principais eixos rodoviários do estado ligando-o com o nordeste e possibilitando acesso a BR-010. A BR-308 tem objetivo de ligar Belém a São Luís, iniciando no entroncamento com a BR-010, o trecho paraense da rodovia foi originado da PA-242, e na RI Caeté torna-se importante eixo de ligação entre Capanema a Bragança. A rodovia beneficia também Tracuateua, Augusto Corrêa e Viséu, dando acesso às praças de Peri-Mirim (Tracuateua) e Ajuurutêua (Bragança).

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Rio Caeté

Municípios com Aeródromos/Aeroportos (3)	Bragança, Salinópolis e Viséu.
Rodovias	26 vias (total 1.234 km) - 42% pavimentado
Travessias (2)	BR-308 Rio Gurupi: Viséu - Carutapera (MA) Rio Piriri: Serra - Tamichila (Viséu)
Portos (2)	(IP4) Bragança (IP4) Viséu
Pontes	148 pontes (total de 5km)

Fonte: Setran, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange três aeródromos/aeroportos, 148 pontes (totalizando 5 km de extensão), dois portos de pequeno porte, duas travessias e 26 vias de tráfego rodoviário.

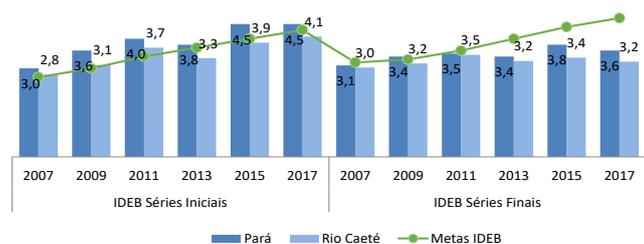
3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Rio Caeté, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5ª Ano), tem ficado abaixo das notas obtidas pelo Pará, assim como abaixo das metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará, com exceção dos anos de 2007, 2009 e 2011, quando a meta foi alcançada. Em relação às séries finais (8ª Série/9º Ano), as notas da região ficaram abaixo das metas estabelecidas, em todos os anos do período analisado. O mesmo é notado no estado, um comportamento oscilante, onde o Pará atingiu a meta até o ano de 2011, a partir de 2013, as metas estipuladas não foram alcançadas. Como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Rio Caeté, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



Fonte: INEP/Fapespa, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

As taxas de rendimento escolar geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, as taxas de reprovação e de abandono, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar ao valor da RI Rio Caeté.

Em relação à taxa de reprovação, no ensino fundamental, a região alcançou 14,2% de reprovados, em 2017, bem acima do valor total do Pará e do Brasil, 11,9% e 7,4% de reprovação, respectivamente. O município de Quatipuru apresentou a maior taxa de reprovação, 21,3%, e Salinópolis, a menor taxa, 10,6%. No ensino médio, o município com a maior taxa foi Viséu, 17% de alunos reprovados, e a menor taxa ocorreu em Santarém Novo, 0,6%.

Quanto ao abandono, no ensino fundamental, a região atingiu, em 2017, a taxa de 3,6%, próxima a do Pará, 3,7%, e bem superior à do Brasil, 1,6%. No entanto, no ensino médio, a taxa regional foi de 14,2%, acima da registrada no Pará, 12,2%, e no Brasil, 6,1%. Esses resultados regionais são ainda mais preocupantes quando se considera que o estado do Pará apresenta a pior taxa de abandono, no ensino médio, entre as unidades da federação.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Rio Caeté, 2017



Fonte: INEP/Fapespa, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Na RI Carajás, o município que obteve a maior taxa de abandono no ensino fundamental foi Quatipuru, com 4,9%, e a menor taxa foi registrada pelos municípios de Augusto Corrêa e São João de Pirabas, ambos com 2,3% de abandono. No ensino médio, o município que teve a maior taxa de abandono no ensino fundamental foi Viséu, com 19,7%, e a menor, Cachoeira do Piriri, 9,7%.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil, 17,2% e 28,2%, respectivamente. A região Rio Caeté ficou bem acima dos percentuais apresentados pelo Pará e Brasil, observando 32,3% de distorção escolar, no ensino fundamental, e 57,1%, no ensino médio. No ensino fundamental, o município de Quatipuru destacou-se com a maior taxa de distorção, 36,2%, e a menor taxa ocorreu em Salinópolis, 25,6%. No ensino médio, a menor distorção coube ao município de Nova Timboteua, com 51%, e a pior taxa ao de Primavera, 65,8%, conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Rio Caeté e Municípios, 2018

Item Geográfico	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	17,2	28,2
Pará	29,5	48,0
RI Rio Caeté	32,3	57,1
Augusto Corrêa	36,1	63,6
Bonito	33,9	62,3
Bragança	30,9	47,0
Cachoeira do Piriri	33,2	54,6
Capanema	29,4	52,1
Nova Timboteua	28,9	51,0
Peixe-Boi	35,1	54,5
Primavera	35,0	65,8
Quatipuru	36,2	63,5
Salinópolis	25,6	52,8
Santa Luzia do Pará	34,1	46,5
Santarém Novo	29,6	59,0
São João de Pirabas	33,4	60,6
Tracuateua	31,5	59,1
Viséu	31,8	64,6

Fonte: INEP/Fapespa, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde, na RI Rio Caeté, a taxa de mortalidade infantil, em 2017, foi de 16,37 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos), superior à do Pará, 15,38. Os municípios da RI com as maiores taxas foram Tracuateua (30,04), Bonito (27,17) e Peixe-Boi (26,32), e os que obtiveram os menores índices, Santa Luzia do Pará (5,81), Cachoeira do Piriri (9,65) e Salinópolis (9,88).

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Na região constavam, em 2018, 1.288 agentes, o que representa uma proporção de cobertura de 100% (todos os municípios da RI possuem 100% de cobertura), maior que a apresentada para o estado do Pará, de 81,21%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), a região contava, em 2018, com 172 equipes implantadas, equivalentes a uma proporção de cobertura média de 95,03%, superior à do estado, de 59,13%, destacando-se Viséu (63,53%), Quatipuru (78,19%) e Cachoeira do Piriri (83,77%), como os únicos municípios a não atingirem cobertura de 100%.

Tabela 05 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará, Região de Integração Rio Caeté

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Rio Caeté
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	16,37
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	100,00
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	95,03
Hospitais - 2018	6.687	247	12
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	3,87
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	1,78

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

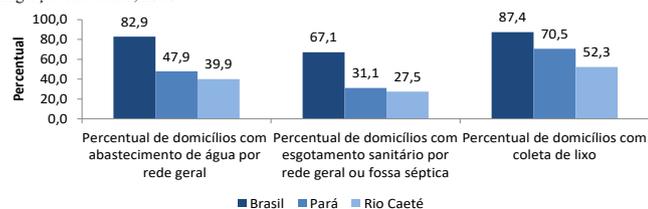
Verificando-se os indicadores de infraestrutura, a RI Rio Caeté conta com doze hospitais (todos hospitais gerais), com destaque para o Hospital Regional Dr. Olímpio Cardoso da Silveira, hospital público que dispõe de urgência e emergência, além de oferecer atendimento ambulatorial e hospitalar nas clínicas básicas (clínica médica, obstetria, cirurgia e pediatria). Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela RI, em 2018, foi de 3,87, superior à do Pará, de 2,47. No entanto, a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, também de 2018, foi menor na região, 1,78, em comparação à estadual, 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

O Gráfico 03 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Rio Caeté. Observa-se, em 2010, que, no Brasil, 82,9 % dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará, havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na RI Rio Caeté, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 39,9% dos domicílios, 27,5% de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 52,3% de coleta de lixo. As coberturas dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo eram menores na região do que no estado do Pará, no ano em questão.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Rio Caeté, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, regiões, unidades federativas e regiões metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico "Fora RMB", que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do estado que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) em 2017, estava presente, em nove (Augusto Correa, Bragança, Capanema, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Tracuateua e Viseu) dos 15 municípios que compõem a RI Rio Caeté, segundo informações do órgão.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que dependem 30% ou mais de sua renda com aluguel) e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Rio Caeté, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI RIO CAETÉ	
	Total	Percentual	Total	Percentual
Déficit Habitacional	423.437	22,78	36.973	33,1
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	27.333	72,8
Coabitação Familiar	168.684	39,2	8.676	23,1
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	959	2,6
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	586	1,6
Total Domicílios	1.859.165		111.610	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pode-se observar na tabela que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, o que representava, aproximadamente, 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Rio Caeté, o déficit era de 33,1% do total de domicílios. O componente domicílios precários correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 72,8% do total da região; coabitação familiar representava, aproximadamente, 39% do total de domicílios, no Pará, e 23,1%, na RI Rio Caeté. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, cerca de, 87% do déficit, no estado do Pará, e 96%, na região. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3%, no estado, e 2,6%, na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios, no estado do Pará, e 1,6%, na RI.

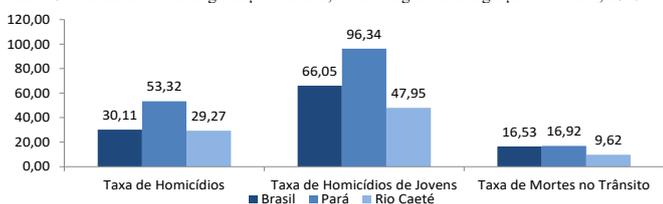
3.4. Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do DATASUS (Departamento de Informática do SUS), analisou-se três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Rio Caeté apresentou taxas inferiores às apresentadas pelo estado e pelo Brasil nos três indicadores. A taxa de homicídios, no Pará, atingiu 53,32 homicídios, enquanto na RI esse número foi de 29,27. Capanema e Santa Luzia do Pará apresentaram as maiores taxas, 47,65 e 41,42 homicídios, respectivamente, em contraposição a Viseu e Nova Timboteua, que figuraram com as menores taxas, 10,04 e 13,39 homicídios, nesta ordem.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem, em 2017, apresentou diferenças significativas entre a média estadual (96,34 homicídios a cada 100 mil jovens) e a da RI (47,95 homicídios a cada 100 mil jovens). Os municípios de Capanema e Peixe-Boi registraram as maiores taxas, 94,41 e 91,68 homicídios por 100 mil jovens, respectivamente, e, por outro lado, Santarém Novo não apresentou casos de homicídio de jovens, assim como Viseu observou a menor taxa de homicídios, 11,21.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Rio Caeté, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A taxa de mortes por acidente no trânsito para a RI Rio Caeté foi de 9,62 mortes, inferior à do Pará, 16,92 mortes, em 2017. Os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Santa Luzia do Pará (31,06 mortes) e Bonito (25,26 mortes), enquanto Peixe-Boi, Primavera e Quatipuru não registraram casos de mortes por acidentes no trânsito.

Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

A RI Rio Caeté apresentou taxa superior ao Pará apenas para o indicador taxa de homicídios no trânsito, em 2017. A taxa de homicídios da região foi de 25,87 mortes e para o Pará de 45,66. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI apresentou taxa de 11,23 e o Pará de 9,60. Um indicador novo que compõe essa síntese foi a taxa de roubo, que alcançou um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes, no Pará, e para a RI Rio Caeté, 575,05 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração do Rio Caeté

Indicadores Segurança	Pará		RI Rio Caeté	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	25,25	25,87
Taxa de Homicídios no Trânsito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	13,74	11,23
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	561,12	575,05

Fonte: SEGUP, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil, 15,20%. A região Rio Caeté registrou um total de 50,24% de sua população abaixo da linha da pobreza, bem maior que o percentual parense.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Rio Caeté apresentou um Índice de Gini de 0,57, desigualdade abaixo da registrada para o estado, de 0,62, e para o Brasil, de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e Região de Integração Rio Caeté, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	15,20	0,60
Pará	32,33	0,62
RI Rio Caeté	50,24	0,57

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Ao nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico tornou-se o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Com base no CadÚnico de 2018, na RI Rio Caeté, 64,3% da população de seus municípios estavam inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 82,8% se declararam com renda igual ou inferior à da linha da pobreza, e 73% das famílias inscritas receberam o programa Bolsa Família. A região possuía percentuais maiores do que os apresentados no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Rio Caeté e Municípios - dezembro/2018.

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	52,6	78,6	64,2
RI Rio Caeté	64,3	82,8	73,0
Augusto Corrêa	81,5	86,6	80,8
Bonito	56,0	78,9	68,2
Bragança	62,9	76,7	66,7
Cachoeira do Piriá	51,9	92,4	83,6
Capanema	49,0	74,9	63,8
Nova Timboteua	56,1	81,4	73,4
Peixe-Boi	69,2	70,6	61,5
Primavera	75,6	81,2	71,6
Quatipuru	64,9	86,9	78,8
Salinópolis	52,6	80,3	66,7
Santa Luzia do Pará	83,7	86,5	77,9
Santarém Novo	104,7	87,6	72,8
São João de Pirabas	68,5	80,2	71,6
Tracuateua	73,9	89,3	80,9
Viseu	70,5	91,8	82,5

Fonte: MDS, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Dos municípios que compõem a região, o de Santarém Novo era o que possuía o maior percentual da população inscrita no CadÚnico, 104,7%. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram Cachoeira do Piriá (92,4%), Viseu (91,8%) e Tracuateua (89,3%). Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que se destacaram com o maior número de famílias que receberam o Bolsa Família foram Cachoeira do Piriá (83,6%) e Viseu (82,5%).

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens¹, em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

Em 2018, a RI Rio Caeté mostrou-se como a 4ª RI com o menor quantitativo de jovens (162.047) e a terceira maior participação estimada (31,23%) em relação ao seu contingente populacional. Dentre seus municípios, Bragança destacou-se com o maior número de jovens (39.005), correspondente a 30,85% de participação em sua população, seguido de Capanema (19.320 jovens e participação de 28,16%). A maior participação de jovens em relação ao número de habitantes ocorreu em Santa Luzia do Pará (56,40%), que apresentou elevado aumento (28,88 p.p. em relação a 2015). A menor participação foi registrada em Peixe-Boi (25,93%), que ainda obteve redução de 1,83 p.p. em comparação ao anterior.

¹ A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de Lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

Tabela 11 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Rio Caeté e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	2.416.773	29,45	2.444.747	29,43	2.475.723	29,47	2.508.928	29,36
Rio Caeté	149.591	29,94	150.926	29,92	152.236	29,90	162.047	31,23
Augusto Corrêa	12.876	29,46	13.070	29,55	13.257	29,64	13.546	29,76
Bonito	4.759	31,14	4.852	31,18	4.942	31,21	5.010	31,24
Bragança	37.241	30,64	37.727	30,70	38.195	30,76	39.005	30,85
Cachoeira do Piriri	10.912	34,86	11.263	35,04	11.602	35,21	11.698	35,26
Capanema	18.928	28,53	18.998	28,46	19.066	28,39	19.320	28,16
Nova Timboteua	3.989	27,26	4.016	27,15	4.042	27,05	4.089	26,87
Peixe-Boi	2.176	27,64	2.179	27,70	2.182	27,76	2.093	25,93
Primavera	2.971	28,34	2.981	28,36	2.991	28,39	3.094	28,67
Quatipuru	3.738	28,66	3.770	28,69	3.800	28,71	3.887	28,77
Salinópolis	11.998	30,70	12.090	30,74	12.178	30,78	12.490	30,90
Santa Luzia do Pará	5.335	27,52	4.997	25,31	4.497	23,28	11.197	56,40
Santarém Novo	1.868	29,02	1.884	29,07	1.901	29,13	1.952	29,29
São João de Pirabas	6.523	29,66	6.613	29,78	6.701	29,90	6.880	30,12
Tracuateua	8.799	29,86	8.923	29,95	9.042	30,03	9.249	30,17
Viseu	17.478	29,60	17.663	29,74	17.840	29,87	18.537	30,36

Fonte: IBGE/Fapespa, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No campo empregativo, em 2017, os jovens de 15 a 29 anos ocuparam 25,51% dos vínculos, no Pará, e 24,3%, na RI Caeté, a 3ª menor dentre as RI. O maior número de jovens no mercado de trabalho ocorreu em Capanema (2.420), Bragança (1.680) e Salinópolis (924), sendo também esses municípios os que lideravam no total de vínculos formais. Ressalta-se, ainda, que Cachoeira do Piriri registrou o mais alto índice de participação de jovens (35,47%), seguido de Bonito (35,5%), enquanto os mais baixos ocorreram em Viseu (5,76%) e Quatipuru (9,11%).

Tabela 12 - Vínculos Empregativos e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Rio Caeté e Municípios, 2017

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	1.068.818	272.675	25,51
RI Rio Caeté	31.054	7.547	24,30
Augusto Corrêa	1.941	325	16,74
Bonito	1.612	565	35,05
Bragança	7.143	1.680	23,52
Cachoeira do Piriri	654	232	35,47
Capanema	7.455	2.420	32,46
Nova Timboteua	872	159	18,23
Peixe-Boi	496	72	14,52
Primavera	647	142	21,95
Quatipuru	582	53	9,11
Salinópolis	3.590	924	25,74
Santa Luzia do Pará	1.025	184	17,95
Santarém Novo	428	70	16,36
São João de Pirabas	1.248	223	17,87
Tracuateua	1.502	391	26,03
Viseu	1.859	107	5,76

Fonte: MTE/Rais, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018²). Do total de nascidos vivos no Pará, 24,38% são de mães menores de 19 anos de idade, resultado que, embora tenha diminuído cerca de 3% em relação a 2010, continua sendo elevado quando se considera proporcionalmente a população jovem estimada em 32%.

Na RI Rio Caeté, esse dado foi de 28,99%, em 2017, o segundo maior percentual, comparada às demais RI, com diminuição de apenas 2,47 p.p. em relação a 2010. De seus municípios, os maiores percentuais ocorreram em Cachoeira do Piriri (37,3%) e Primavera (35,09%), enquanto os menores foram em Capanema (23,46%) e Bragança (27,21%). Considerando o período de 2010 a 2017, o município de Peixe-boi obteve a maior elevação (10,48 p.p.), enquanto Quatipuru foi o que mais conseguiu diminuir esse índice (10,4 p.p.).

Tabela 13 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Rio Caeté (2010-2017)

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	27,42	27,50	27,56	27,37	27,27	26,53	25,73	24,38
RI Rio Caeté	31,46	31,71	30,98	30,97	30,97	29,42	29,08	28,99
Augusto Corrêa	31,02	30,37	31,50	31,43	30,51	29,98	28,93	28,08
Bonito	29,27	31,67	31,34	32,31	35,35	31,13	26,92	28,80
Bragança	29,21	28,33	28,72	28,43	29,55	26,69	26,34	27,21
Cachoeira do Piriri	38,61	34,60	39,89	34,37	38,02	35,86	34,59	37,30
Capanema	28,89	27,51	23,83	26,49	26,12	25,48	23,14	23,46
Nova Timboteua	32,26	28,47	30,99	21,77	27,49	25,49	20,00	27,95
Peixe-Boi	21,10	31,25	32,11	32,99	34,45	21,43	31,07	31,58
Primavera	35,09	34,10	32,39	35,19	32,12	34,59	35,47	35,09
Quatipuru	42,35	43,22	41,08	39,44	35,84	27,22	34,52	31,95
Salinópolis	35,21	39,51	33,23	34,80	31,25	31,80	33,89	27,84
Santa Luzia do Pará	32,45	34,24	33,87	29,33	33,43	35,65	30,05	30,81
Santarém Novo	24,17	34,02	38,24	36,67	29,46	31,33	35,24	29,91
São João de Pirabas	38,26	31,10	35,94	33,42	38,10	28,66	32,35	31,17
Tracuateua	31,10	28,83	26,41	32,53	28,40	29,91	29,98	29,68
Viseu	32,23	35,49	34,57	33,74	33,66	33,09	32,73	33,39

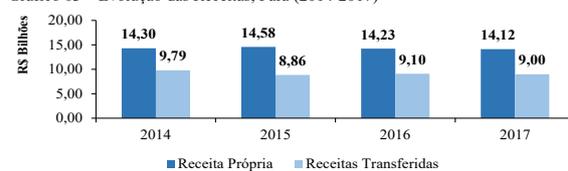
Fonte: DATASUS/2018.
Elaboração: Fapespa/2019.

4. ARRECAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas para a construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como a viabilização de empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2014 e 2017, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R\$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R\$9,815 bilhões.

Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017)



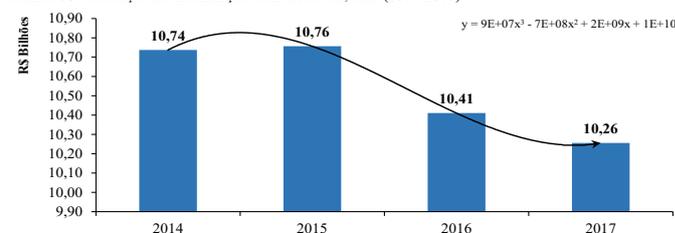
Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu impactos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)



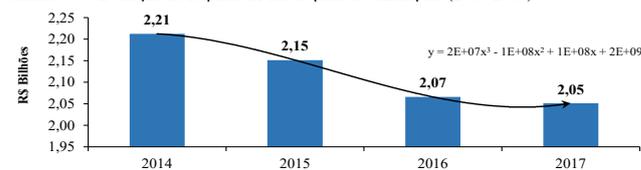
Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. Entre 2014 e 2017, o montante desse tributo retraiu em -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)



Fonte: Sefá, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse sentido, verificou-se, no período em exame, que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõem a RI Rio Caeté uma retração da ordem de -10%, tendo, em 2017, o município de Capanema recebido a maior parcela (23%) do total destinado à RI, seguido por Bragança (14%). Outro ponto a destacar é o fato de que, entre 2014 e 2017, o total de ICMS repassado aos municípios da RI em estudo representou, em média, cerca de 2,7% do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	2.212.195.854,32	2.151.243.071,59	2.065.861.819,58	2.051.113.567,84
RI Rio Caeté	60.171.727,24	57.868.438,65	54.341.638,29	54.354.509,55
Augusto Corrêa	3.097.074,18	2.796.616,00	2.498.466,12	2.871.559,00
Bonito	3.097.074,18	2.796.616,00	2.914.877,13	3.076.670,35
Bragança	7.742.685,49	7.314.226,44	7.078.987,36	7.794.231,57
Cachoeira do Piriri	3.318.293,79	3.441.988,90	3.539.493,69	2.871.559,00
Capanema	13.715.614,28	14.198.204,28	12.908.741,64	12.511.792,76
Nova Timboteua	2.654.635,02	2.366.367,40	2.082.055,12	2.256.224,93
Peixe-Boi	2.433.415,44	2.151.243,08	1.873.849,60	2.051.113,57
Primavera	2.433.415,44	2.151.243,08	1.873.849,60	2.051.113,57
Quatipuru	2.433.415,44	2.151.243,08	2.082.055,12	1.640.890,84
Salinópolis	3.981.952,55	4.087.361,83	3.955.904,70	4.307.338,50
Santa Luzia do Pará	3.097.074,18	3.226.864,60	3.123.082,66	2.256.224,93
Santarém Novo	2.212.195,86	2.151.243,08	2.082.055,12	1.846.002,20
São João de Pirabas	2.875.854,63	2.581.491,68	2.498.466,12	2.666.447,64
Tracuateua	2.875.854,63	2.581.491,68	2.290.260,62	2.461.336,28
Viseu	4.203.172,14	3.872.237,51	3.539.493,69	3.692.004,41

Fonte: Sefá, 2019.

Elaboração: FAPESPA, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Rio Caeté é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação de Uso Sustentável (1.092 km²), Terras Indígenas (393 km²), Territórios Quilombolas (114,64 km²) e Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, na modalidade Projeto de Assentamento (PA). Assim, de sua área total, 17.388 km², 9,20% correspondem às áreas protegidas e 6,96% às destinadas a projetos de assentamentos.

Em relação ao desmatamento acumulado na região, em 2017, registrou-se o equivalente a 11.585 km², correspondente a 63,63% de área desmatada e a 4,38% do desmatamento acumulado total do estado do Pará (Tabela 15). Em termos municipais, foram registrados mais de 68% do desmatamento acumulado na RI em apenas quatro municípios: Viseu (34,17%), Bragança (16,94%), Cachoeira do Piriri (12,75%) e Santa Luzia do Pará (12,28%). Da mesma maneira, mais de 60% dos registros de foco de calor, em 2017, estavam concentrados em três municípios: Cachoeira do Piriri (25%), Viseu (21%) e Bragança (14,5%).

Tabela 15 – Área de Desmatamento Acumulado e número de Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Rio Caeté, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatamento Acumulado (km²)	Focos de Calor
Pará	1.247.955	264.691	49.413
RI Rio Caeté	17.388	11.585	867
Augusto Corrêa	1.092	729	45
Bonito	587	544	41
Bragança	2.092	1.725	126

² FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatamento Acumulado (km²)	Focos de Calor
Pará	1.247.955	264.691	49.413
Cachoeira do Piriri	3.100	1.477	216
Capanema	615	518	19
Nova Timboteua	490	379	27
Peixe-Boi	450	364	17
Primavera	259	179	12
Quatipuru	326	82	9
Salinópolis	238	33	10
Santa Luzia do Pará	1.356	1.250	75
Santarém Novo	230	149	11
São João de Pirabas	706	210	43
Tracuateua	934	469	31
Viseu	4.915	3.479	185

Fonte: INPE/PRODES, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2018, uma parcela de 52,11% de sua área passível de regularização ambiental com Cadastro Ambiental Rural (CAR) viabilizado (Tabela 16). Entre os municípios que compõem a região, Cachoeira do Piriri registrou a maior proporção de área com CAR efetivado (77,61%), seguido por Viseu (67,95%) e Santa Luzia do Pará (67,25%).

Tabela 16 – Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na Região de Integração Rio Caeté, 2018

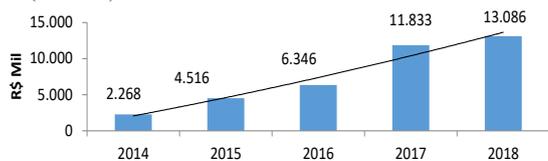
Item Geográfico	Área Territorial (IBGE/km²) (A)	Área Cadastrável (KM²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (KM²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Rio Caeté	17.388	14.958,61	86,00	7.795,36	52,11%
Augusto Corrêa	1.092	679,06	62,22	105,16	15,49%
Bonito	587	586,77	99,92	280,53	47,81%
Bragança	2.092	1.798,20	85,95	411,01	22,86%
Cachoeira do Piriri	3.100	2.672,54	86,15	2.074,17	77,61%
Capanema	615	611,91	99,49	383,99	62,75%
Nova Timboteua	490	488,68	99,67	216,61	44,32%
Peixe-Boi	450	449,52	99,77	190,89	42,47%
Primavera	259	252,39	97,54	87,89	34,82%
Quatipuru	326	299,49	91,80	27,04	9,03%
Salinópolis	238	208,35	87,56	32,81	15,75%
Santa Luzia do Pará	1.356	983,76	72,52	661,60	67,25%
Santarém Novo	230	201,82	87,86	58,23	28,85%
São João de Pirabas	706	690,28	97,77	88,97	12,89%
Tracuateua	934	617,15	66,03	173,82	28,16%
Viseu	4.915	4.418,70	89,91	3.002,66	67,95%

Fonte: IBGE/SEMAs/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas estaduais de incentivo a boas práticas de gestão ambiental municipal, a RI Rio Caeté teve uma participação média de 7,52% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios, entre os anos de 2014 e 2018 (Gráfico 08). Em 2018, a região contabilizou um montante de R\$ 13,085 milhões, em que o município de Salinópolis teve a maior parcela (9,31%), seguido por São João de Pirabas (9,27%), Bonito (8,98%),

Capanema (8,12%), Bragança (8,06%), Augusto Corrêa (8,06%), Cachoeira do Piriri (7,94%), Quatipuru (6,90%), Nova Timboteua (5,17%), Santa Luzia do Pará (4,78%), Primavera (4,75%), Peixe-Boi (4,72%), Santarém Novo (4,66%) e Tracuateua (4,56%) (Tabela 17).

Gráfico 08 - Evolução do Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Rio Caeté (2014-2018)



Fonte: SEMAS/PMV, 2019. Elaboração: FAPESPA, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Tabela 17 – Valor de ICMS Verde repassado para os municípios da Região de Integração Rio Caeté (2014 e 2018)

Item geográfico	2014	2015	2016	2017	2018
RI Rio Caeté	2.267.705,30	4.515.617,51	6.345.823,30	11.833.262,76	13.085.725,33
Augusto Corrêa	81.514,81	149.351,85	212.585,79	980.435,07	1.039.102,45
Bonito	135.944,31	257.505,96	189.712,80	519.674,50	1.062.901,47
Bragança	63.894,26	127.627,79	187.100,14	1.014.505,90	1.054.584,64
Cachoeira do Piriri	484.477,02	930.644,37	1.483.996,25	986.389,48	902.786,11
Capanema	52.997,37	110.218,95	151.762,94	1.031.907,84	1.055.337,10
Nova Timboteua	111.743,24	213.622,70	248.950,36	740.836,26	625.815,87
Peixe-Boi	76.888,28	193.602,09	255.320,06	742.399,30	615.905,94
Primavera	71.311,60	136.215,55	186.132,37	728.790,81	617.402,02
Quatipuru	133.615,26	289.871,32	438.018,48	436.333,23	676.727,00
Salinópolis	134.860,91	290.251,20	436.643,58	963.986,12	1.218.520,59
Santa Luzia do Pará	300.219,75	573.729,31	792.889,56	515.979,97	621.099,72
Santarém Novo	68.185,01	400.411,99	585.788,86	721.091,33	610.046,63
São João de Pirabas	148.516,29	315.384,95	473.973,40	986.090,73	1.174.760,45
Tracuateua	104.027,41	212.581,34	269.541,04	729.034,35	597.068,56
Viseu	299.509,78	314.598,14	433.407,68	735.807,88	1.213.666,78

Fonte: SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Região de Integração: **Rio Caeté**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS	
PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor (R\$1.00) 2020-2023
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	8.702.723,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	5.797.149,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	7.528.357,00
Cultura	1.118.760,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	41.654.580,00
Direitos Socioassistenciais	7.079.758,00
Educação Básica	751.282.605,00
Educação Profissional e Tecnológica	1.926.818,00
Educação Superior	7.466.079,00
Esporte e Lazer	4.515.548,00
Governança Pública	200.989.676,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	27.866.761,00
Infraestrutura e Logística	157.202.647,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	2.552.570,00
Saúde	479.511.269,00
Segurança Pública	132.175.023,00
Trabalho, Emprego e Renda	4.447.190,00
R\$ 1.841.617.513,00	
Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor (R\$ 1.00) 2020-2023
Manutenção da Gestão	888.245.977,00
R\$ 888.245.977,00	
TOTAL PARA A REGIÃO : R\$ 2.729.863.490,00	

Região de Integração: **Rio Caeté** **R\$ 2.729.863.490,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA				
Programa Temático:	R\$ 8.702.723,00			
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável			
Crescimento Inteligente				
Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência		Índice Esperado 2023
Efetivo dos principais rebanhos por região (galináceos)	Unidade	Índice	Ano	Fonte
		486.896	09/2019	ADEPARA
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Mandioca)	(kg ou unidades de frutos*) /	13.751	09/2019	IBGE
				16.715
Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência		Índice Esperado
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	Índice	Ano	Fonte
		114	12/2018	SEDAP
				2020 120
				2021 126
				2022 132
				2023 140
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	8.516	12/2018	EMATER
				2020 6.490
				2021 6.700
				2022 6.994
				2023 7.800
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	1.725	12/2018	SEDAP
				2020 1.811
				2021 1.902
				2022 1.997
				2023 2.097
Objetivo				
Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura				
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor	
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto Classificado	T	ADEPARÁ	
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP	
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP	
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ	
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ	
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ	
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	EMATER, SEDAP	
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP	
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ	

Objetivo			
Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural			
Compromisso Regional			
Implantação do Laboratório de Solo em Bragança			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER
QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA			
Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos			R\$ 5.797.149,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável		
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos			

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020 - 2021 20,00 2022 - 2023 -
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020 20,00 2021 31,00 2022 33,00 2023 20,00

Objetivo			
Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SUSIPE
Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sistema Penitenciário	Município Apoiado	Un	SESPA

Objetivo			
Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres			
Compromisso Regional			
Implantar o Projeto Girândola (autonomia financeira e empoderamento da mulher) em Bragança			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento Integrado de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ
Empoderamento e Autonomia Financeira para Mulheres	Mulher Atendida	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo			
Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças			
Compromisso Regional			
Implantar Polo de Inclusão PARÁPAZ em São João de Pirabas			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Parâ Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo			
Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação da Rede de Atenção Psicossocial	Município Apoiado	Un	4º CRS - Capanema
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Promoção de Estratégias e Metodologias Educativas sobre Drogas	Ação Educativa Realizada	Un	PARÁPAZ, SEJUDH

Objetivo			
Promover os Direitos Humanos			
Compromisso Regional			
Realizar Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos em 6 Municípios da Região			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa	Evento Realizado	Un	SEJUDH
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA			
Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação			R\$ 7.528.357,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável		
Crescimento Inteligente			

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	1,02	12/2018	SIAFEM/SEFA	1,92

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	33,33	12/2018	FAFESPA	2020 33,33 2021 33,33 2022 66,67 2023 66,67

Objetivo			
Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Árvore Digitais e Aldeias Sustentáveis para Acesso Público à Internet e Comunicação de Dados	Árvore Digital Implantada	Un	SECTET
Promoção ao Acesso Público a Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAFESPA

Objetivo			
Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Bolsas de Pesquisa	Bolsa Contratada	Un	FAFESPA, SECTET
Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica	Projeto Apoiado	Un	FAFESPA
QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA			
Programa Temático: Cultura			R\$ 1.118.760,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável		
Sociedade de Direitos			

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	20,00	12/2018	SECULT/FCP	46,67

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	18.600	12/2018	FCP/SECULT	2020 41.800 2021 42.000 2022 44.100 2023 44.500

Objetivo			
Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo			
Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão da Educação Patrimonial	Agente Cultural Qualificado	Un	SECULT
Gestão do Patrimônio Material e Imaterial	Patrimônio Gerido	Un	SECULT
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT

Objetivo			
Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo			
Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade			
Compromisso Regional			
Fortalecer a Economia Criativa Atendendo 80 Empreendedores na Região			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio às Expressões Artístico-Culturais	Expressão Cultural Apoiada	Un	FCG, SECULT
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP, SECULT
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA			
Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade		R\$ 41.654.580,00	
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável		
Crescimento Inteligente			

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	-	12/2019	COSANPA/IBG E/SNIS/SEDOP	2020 5,73 2021 5,73 2022 5,73 2023 5,73
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	54,45	12/2019	COSANPA/IBG E/SNIS/SEDOP	2020 80,87 2021 83,05 2022 84,80 2023 86,28

Objetivo			
Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Construção de Parques Urbanos	Parque Implantado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	SEDOP
Objetivo			
Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicílio Atendido	Un	COHAB
Objetivo			
Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Direitos Socioassistenciais	R\$ 7.079.758,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Objetivo			
Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo			
Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Atenção à Pessoa Idosa e suas Famílias	Idoso Beneficiado	Un	SEASTER
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS

Objetivo			
Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA
Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	Un	SEASTER

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA			
Programa Temático: Educação Básica		R\$ 751.282.605,00	
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável		
Sociedade de Direitos			

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8ª Série/9º Ano)	Índice	2,90	12/2017	INEP/SEDUC	3,50
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	4,40	12/2017	INEP/SEDUC	5,20

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	5,00	12/2018	INEP/SEDUC	2020 4,80 2021 4,60 2022 4,50 2023 4,40
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	11,92	12/2018	INEP/SEDUC	2020 10,54 2021 10,41 2022 10,26 2023 10,13
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	81,70	12/2018	INEP/SEDUC	2020 82,50 2021 83,30 2022 83,70 2023 84,10
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	76,20	12/2018	INEP/SEDUC	2020 78,50 2021 78,90 2022 79,10 2023 79,40
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	13,30	12/2018	INEP/SEDUC	2020 12,70 2021 12,10 2022 11,80 2023 11,50

Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	11,85	12/2018	INEP/SEDUC	2020	10,96
					2021	10,79
					2022	10,64
					2023	10,47

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Reformar/Ampliar 9 Escolas Estaduais nos Municípios de Augusto Corrêa, Bragança, Capanema, Peixe-Boi, Quatipuru, Salinópolis e São João de Pirabas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Fortalecer a Governança na Educação Básica

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 37 escolas nos Municípios de Augusto Corrêa, Bragança, Cachoeira do Pirá, Bonito, Capanema, Nova Timboteua, Peixe Boi, Quatipuru, Salinópolis, Santarém Novo e São João de Pirabas.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação em Tempo Integral	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica R\$ 1.926.818,00

Diretriz **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável**

Sociedade de Direitos 

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020 200,00 2021 4,00 2022 7,29 2023 7,14
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	485	12/2018	SEDUC / SECTET	2020 420 2021 470 2022 510 2023 590

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar 05 Novos Cursos Técnicos em Capanema, Peixe Boi e Primavera
Implantar Cursos de Formação Inicial e Continuada nos Municípios de Bragança, Capanema, Peixe Boi e Primavera

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FOG, SECTET, SEDUC, SETUR
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET, SEDUC, SETUR

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior R\$ 7.466.079,00

Diretriz **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável**

Sociedade de Direitos 

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2021
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	-	12/2018	UEPA	0,00	100,00
					2022	100,00
					2023	50,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Compromisso Regional

Ofertar Curso Modular de Enfermagem e Serviço Social em Capanema, Administração e História em Tracuateua, Administração em Augusto Corrêa, Administração em São João de Pirabas e Serviço Social em Viseu

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	Campi Atendido	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	FAPESPA, SECTET, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer R\$ 4.515.548,00

Diretriz **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável**

Sociedade de Direitos 

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	346	12/2018	SEDUC/SEEL	2020 352 2021 364 2022 375 2023 382

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Difusão de Eventos Esportivos	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
Programa Temático: Governança Pública R\$ 200.989.676,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R\$ em milhares	154.133,00	12/2018	SEFA	216.489,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Índice	Referência		Índice Esperado	
			Ano	Fonte	2020	2023
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	1,06	06/2019	SEAD/EGPA	2020	1,59
					2021	1,59
					2022	1,59
					2023	1,59

Objetivo
 Ampliar a Atuação do Regime Próprio de Previdência Social

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Compromisso Regional

Implantar os Serviços do IASEP nos Municípios de Augusto Correa, Nova Timboteua, Peixe-boi, Primavera, Salinópolis, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	4º CRS - Capanema, ADEPARÁ, EGPA, Enc. CBM, HEMOPA, HRS, SEDAP, SEDUC
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP
Promoção da Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida do Servidor	Servidor Atendido	Un	SEAD
Valorização do Servidor	Servidor Beneficiado	Un	EGPA

Objetivo

Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo

Promover a Gestão Regionalizada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Apoio à Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOF
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômica e Social	Projeto Implantado	Un	FDE
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	DETRAN, HEMOPA, IASEP, SESPA

Objetivo

Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	IASEP, IGEPREV, SEDAP, SEFA
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	HRS
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, DETRAN, EMATER, HRS, PMPA, SEDAP, SEFA, SUSIFE

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo R\$ 27.666.761,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	0,20	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	4,00
Receita gerada pelo turismo	R\$ em mil	61.451,64	12/2018	SETUR	69.526,89

Indicador de Processo	Unidade Medida	Índice	Referência		Índice Esperado	
			Ano	Fonte	2020	2023
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	11	12/2018	BANPARA	2020	33
					2021	50
					2022	64
					2023	77
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	1	12/2018	JUCEPA	2020	1
					2021	0
					2022	0
					2023	0
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	3	07/2019	SEDEME	2020	43
					2021	57
					2022	63
					2023	67
Número de turistas	Unidade	66.568	12/2018	SETUR	2020	69.938
					2021	71.686
					2022	73.479
					2023	75.316

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Município Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização da Cadeia Produtiva dos Agrominerais	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Gestão das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários	Projeto Fiscalizado	Un	SEDEME

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituída	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo

Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR

Apoio Técnico à Estruturação de Produtos Turísticos	Produto Turístico Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SEDOF, SETUR
Promoção e Divulgação de Produtos Turísticos	Ação Realizada	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Pessoa Capacitada	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
Programa Temático: Infraestrutura e Logística R\$ 157.202.647,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	42,90	12/2018	SETRAN	56,81

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	1.130,90	12/2018	SETRAN	2020 1.130,90
					2021 1.130,90
					2022 1.130,90
					2023 1.130,90
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	360,77	12/2018	SETRAN	2020 387,77
					2021 416,77
					2022 461,77
					2023 477,77

Objetivo
 Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Compromisso Regional
 Pavimentar a PA-448 Vila Miraselva, Trecho: Entroncamento BR-308 (Capanema-Santa Luzia do Pará) / Entroncamento BR-308 (Capanema-Bragança), no Município de Capanema - 27 Km.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Infraestrutura Hidroviária	Infraestrutura Construída	Un	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Recuperação de Pontes	Ponte Recuperada	M	SETRAN
Reforma e Adequação de Infraestrutura Aeroviária	Infraestrutura Conservada	Un	SETRAN
Reforma e Adequação de Infraestrutura Hidroviária	Instalação Reformada	Un	CPH, SETRAN
Restauração de Rodovias	Rodovia Restaurada	Km	DETRAN, SETRAN

Objetivo
 Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME
Fiscalização dos Serviços de Energia	Fiscalização Realizada	Un	ARCON

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial R\$ 2.552.570,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	0,12	12/2018	PRODES/INPE	0,17

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	73,33	12/2019	SEMÁS	2020 80,00
					2021 80,00
					2022 86,66
					2023 93,30

Objetivo
 Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Família Beneficiada	Un	IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMÁS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMÁS
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	IDEFLOR-Bio

Objetivo
 Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMÁS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
Programa Temático: Saúde R\$ 479.511.269,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	3	12/2018	MS/SIM/SINASC	2,44
Taxa de mortalidade infantil	Percentual	16,12	12/2018	SIM	13,13
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	266,21	12/2018	MS/SIM	245,54

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	94,29	12/2018	EGESTOR	2020 99,00
					2021 100,00
					2022 100,00
					2023 100,00
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	13,30	12/2018	SIPNI	2020 50,00
					2021 60,00
					2022 65,00
					2023 70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	1,46	12/2018	DATASUS/CNE S)	2020 1,46
					2021 1,46
					2022 1,46
					2023 1,63
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	57,50	12/2018	SINAN	2020 60,00
					2021 70,00
					2022 80,00
					2023 80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,24	12/2018	SIA	2020 0,30
					2021 0,35
					2022 0,40
					2023 0,45
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,06	12/2018	SIA	2020 0,10
					2021 0,15
					2022 0,20
					2023 0,25

Objetivo
 Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	4º CRS - Capanema, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	4º CRS - Capanema
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	4º CRS - Capanema, ETSUS, HEMOPA, HRS
Implementação da Rede de Ouidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	HRS
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	4º CRS - Capanema
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	SESPA
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	4º CRS - Capanema, SESPA

Objetivo
 Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional			
Ampliar o Serviço de Hemodiálise para 25 Máquinas no Hospital Santo Antônio Maria Zacarias, em Bragança Implantar o Centro de Atenção Especializada do Hospital Regional de Capanema			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA
Implantação de Estabelecimento Assistencial de Saúde	Estabelecimento Implantado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Doação, Captação e Transplante de Órgãos e Tecidos	Procedimento Realizado	Un	HRS
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	4º CRS - Capanema, SESP
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	HRS, SESP
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	HEMOPA, HRS, SESP

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	4º CRS - Capanema, SESP
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	4º CRS - Capanema, LACEN, SESP
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	4º CRS - Capanema, SESP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Segurança Pública** R\$ 132.175.023,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	55,30	12/2018	SEGUP	51,00
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	28,90	12/2018	SEGUP	25,10
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	13,49	12/2018	DATASUS	13,21
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	588,40	12/2018	SEGUP	510,20
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	537,20	12/2018	SEGUP	505,70

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2021
Densidade Carcerária	Percentual	2,37	12/2018	SUSIPE	2,01	2,00
Índice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	4,016	12/2018	PMPA	5,221	6,426
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	86,00	12/2018	DETRAN	87,00	88,00

Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	46,00	12/2018	DETRAN	2020	47,00
					2021	48,00
					2022	49,00
					2023	50,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	40,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	50,00
					2021	41,00
					2022	43,00
					2023	44,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	92,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	92,00
					2021	92,00
					2022	92,00
					2023	92,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência em estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo

Realizar a Custódia Penal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SUSIPE
Implantação de Unidades Prisionais	Unidade Implantada	Un	SUSIPE

Objetivo

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SUSIPE
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Prc	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA

Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo

Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, FUNSAU, PMPA, SUSIPE
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SUSIPE
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda **R\$ 4.447.190,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
----------	---

Crescimento Inteligente
Sociedade de Direitos

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 0,78	12/2018	MTE/RAIS	1,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	6,92	12/2018	MTE/RAIS	2020 3,00
					2021 3,50
					2022 4,00
					2023 4,50
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	0,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 8,00
					2021 9,00
					2022 11,00
					2023 12,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Trabalho	Percentual	7,90	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 8,00
					2021 8,50
					2022 9,00
					2023 10,00

Objetivo

Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional

Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Capanema

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	SEASTER
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER

Objetivo

Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

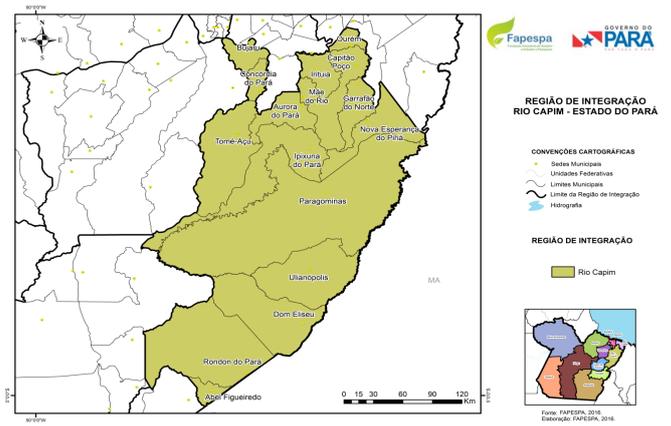
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	Un	SEASTER
Apoio às Unidades Produtivas	Empreendimento Apoiado	Un	SEASTER
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER

Região de Integração: Rio Caeté

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	Valor (R\$)
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	(R\$) 0,00
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	10.578.598,00
Apoio Logístico para Atuação Governamental	80.000,00
Concessão de Auxílio Alimentação	148.788.704,00
Concessão de Auxílio Fardamento	7.366.676,00
Concessão de Auxílio Transporte	5.174.414,00
Operacionalização das Ações Administrativas	14.270.815,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	701.986.770,00
Total	R\$ 888.245.977,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO RIO CAPIM



I - ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Rio Capim, criada pelo Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é composta por 16 municípios: Abel Figueiredo, Aurora do Pará, Bujaru, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Garraão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piraí, Ourém, Paragominas, Rondon do Pará, Tomé-Açu e Ulianópolis.

Localizada na Região Nordeste do Pará, cortada pela malha rodoviária, na qual se destaca a Rodovia Belém-Brasília. A RI Rio Capim abrange uma área territorial de mais de 62 mil quilômetros quadrados, o que representa 5% da área total do estado. Do total da região, 4,3% são de áreas protegidas.

A região, em 2018, registrou uma população de mais de 687.153 habitantes, 8% do total do estado, sendo Paragominas o município de maior contingente populacional com 111.764 habitantes, que corresponde a 16%. Dom Eliseu, Ipixuna do Pará e Tomé-Açu seguem com 9%, cada.

O Produto Interno Bruto (PIB) da região foi em 2016, cerca de R\$ 8,9 bilhões, com destaque para o Valor Adicionado Agropecuário, que responde a 15% do setor do estado. Na composição do PIB, a Agropecuária contribuiu com 29%, os Serviços com 25%, a Administração Pública com 25%, a Indústria com 15% e os Impostos sobre produtos com 6%.

A RI Rio Capim integra a região turística Amazônia Atlântica. Os principais atrativos turísticos da região são eventos religiosos, festivais, culinária e artesanato local, feiras agropecuárias, monumentos históricos, balneários, igarapés, trilhas ecológicas e canoagem.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

Em 2016, a Região de Integração Rio Capim teve seu PIB valorado em R\$8,956 bilhões, o que representou 6,5% do PIB paraense. Entre os setores econômicos o de maior valor adicionado foi a Agropecuária com R\$2,6 bilhões, 29% do valor adicionado pela RI, seguido pela

Administração Pública, com R\$ 2,2 bilhões (25%), o qual incorpora as atividades do poder municipal, estadual e federal. Essa RI constitui-se na maior produtora de grãos do estado, sendo os principais a soja (65%) e o sorgo (65%). Outros produtos relevantes da agropecuária são a pimenta-do-reino, açaí, mandioca, dendê, cana-de-açúcar, laranja e mel. A indústria destaca-se pela extração de caulim e bauxita.

Tabela 01 – PIB e Setores Econômicos – Região de Integração Rio Capim, 2016

PIB	Brasil	Pará	RI Rio Capim
PIB (Mil R\$)	6.267.205.000	138.068.008	8.956.451
Valor Adicionado Total (Mil R\$)	5.417.699.000	124.788.832	8.461.488
Valor Adicionado Total %	86,4%	90,4%	94,5%
Valor Adicionado Agropecuária (Mil R\$)	306.655.000	17.167.980	2.638.844
% VA Agropecuário	4,89%	12,43%	29,46%
Valor Adicionado Indústria (Mil R\$)	1.150.207.000	31.519.925	1.310.175
% VA Indústria	18,35%	22,83%	14,63%
Valor Adicionado Serviços (Mil R\$)	3.015.716.000	47.932.450	2.235.827
% VA Serviços	48,12%	34,72%	24,96%
Valor Adicionado Administração Pública (Mil R\$)	945.121.000	28.168.477	2.276.642
% VA Administração Pública	15,08%	20,40%	25,42%
Impostos (Mil R\$)	849.506.000	13.279.177	494.964
% Impostos	13,55%	9,62%	5,53%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Entre os municípios que compõem a região Rio Capim, os que apresentaram, em 2016, as maiores contribuições para o PIB da região foram Paragominas, com participação de 30%, tendo como principais atividades a indústria extrativa, o comércio e a agricultura, e Ulianópolis, com 15%, destacando-se as atividades da agricultura (cultivos de soja e cana-de-açúcar) e da indústria de transformação (segmento de fabricação de açúcar e álcool).

Quadro 01 - Principais Atividades no VA do Município, excluída a atividade de Administração Pública - Região Rio Capim, Pará, 2016

Item Geográfico	Principais Atividades				
	Agricultura	Indústria extrativa	Atividades imobiliárias	Comércio	Pecuária
RI Rio Capim	Agricultura	Indústria extrativa	Atividades imobiliárias	Comércio	Pecuária
Abel Figueiredo	Pecuária	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Indústria de transformação
Aurora do Pará	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Construção civil	Comércio
Bujaru	Agricultura	Construção civil	Atividades imobiliárias	Comércio	Transporte
Capitão Poço	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Pecuária	Construção civil
Concórdia do Pará	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Dom Eliseu	Agricultura	Comércio	Produção Florestal	Atividades imobiliárias	Pecuária
Garraão do Norte	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Construção civil	Comércio
Ipixuna do Pará	Agricultura	Indústria extrativa	Pecuária	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Irituia	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Comércio	Construção civil
Mãe do Rio	Atividades imobiliárias	Comércio	Agricultura	Pecuária	Indústria de transformação

Item Geográfico	Principais Atividades				
Nova Esperança do Pirá	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil	Pecuária
Ourém	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil	Pecuária
Paragominas	Indústria extrativa	Comércio	Agricultura	Atividades imobiliárias	Construção civil
Rondon do Pará	Pecuária	Atividades imobiliárias	Agricultura	Comércio	Indústria de transformação
Tomé-Açu	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil	Pecuária
Ulianópolis	Agricultura	Indústria de transformação	Construção civil	Atividades imobiliárias	Comércio

Fonte e Elaboração: Fapespa, 2019.

2.2. Balança Comercial

A atividade comercial do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de robustez produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em um saldo positivo de US\$14,434 bilhões e da RI Rio Capim contabilizou um saldo de US\$346 milhões. Entre os municípios exportadores da RI, Paragominas destaca-se como o maior exportador de soja, com 81% da produção da região e 45% da produção do estado. Na pauta de importação, a demanda da RI é, em grande parte, por máquinas e produtos químicos.

Tabela 02 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Rio Capim, 2018

Item Geográfico	Exportação (US\$)	Part.(%)	Importação (US\$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	239.889.170.206	100	181.230.568.862	100	58.658.601.344
Pará	15.608.825.106	100	1.173.984.415	100	14.434.840.691
RI Rio Capim	440.225.515	2,8	93.931.128	8,0	346.294.387
Abel Figueiredo	1.608.209	0,4	0	0,0	1.608.209
Aurora do Pará	282.791	0,1	0	0,0	282.791
Capitão Poço	2.470.127	0,6	0	0,0	2.470.127
Dom Eliseu	9.430.408	2,1	0	0,0	9.430.408
IPIXUNA DO PARÁ	0	0,0	1.244.528	1,3	-1.244.528
Paragominas	418.180.670	95,0	91.804.168	97,7	326.376.502
Rondon do Pará	3.316.230	0,8	38.682	0,0	3.277.548
Tomé-Açu	3.853.056	0,9	0	0,0	3.853.056
Ulianópolis	1.084.024	0,2	843.750	0,9	240.274

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

2.3. Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garantem direitos e deveres entre esses agentes. Em se tratando especificamente da Região de Integração Rio Capim, a mesma registrou, em 2017, um total de 59 mil empregos formais, equivalentes a 6% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública participou com, cerca de, 35,6% do total do estoque formal da região, seguido pelo Comércio, 16%, e Agropecuária, 15%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados estavam Paragominas (33%), Tomé-Açu (15%) e Dom Eliseu (8%).

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Rio Capim

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Rio Capim
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	220.348
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	8,59
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	25,73
Empregos Formais (2017)			
Total	46.281.590	1.068.818	59.605
Extrativa Mineral	212.337	19.710	1.616
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	8.162
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	368
Construção Civil	1.838.958	57.880	2.633
Comércio	9.230.750	203.656	9.804
Serviços	16.772.645	284.360	6.552
Administração Pública	9.195.215	363.926	21.213
Agropecuária Extração Vegetal Caca e Pesca	1.501.052	51.468	9.257

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/MTE, 2017.

Elaboração: Fapespa, 2019.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de 163 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 6% do total de ocupados do estado.

2.4. Infraestrutura

Em relação à infraestrutura de transporte, o principal eixo viário da RI Rio Capim é a rodovia federal BR-010, Belém-Brasília, a qual atravessa sete municípios e integra a região a Região Metropolitana de Belém e à cidade de Castanhal (RI Guamá). Através da BR-010, tem-se acesso a outra rodovia federal, a BR-222, que inicia em Dom Eliseu e termina na cidade de Marabá (RI Carajás).

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Rio Capim

Municípios com Aeródromos/Aerportos (2)	Tomé-Açu Paragominas
Rodovias	9 rodovias (total 644 km) - 45% pavimentado
Travessias (2)	PA-256 (Santana de IPIXUNA - Alto Capim) PA-140 (Santa Isabel - Bujuru)
Porto	(IP4) Bujuru
Pontes	57 pontes (total de 1,8 km)

Fonte: SETRAN, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange também dois aeródromos/aerportos, 57 pontes (totalizando 1,8 km de extensão), um porto de pequeno porte, duas travessias e nove rodovias.

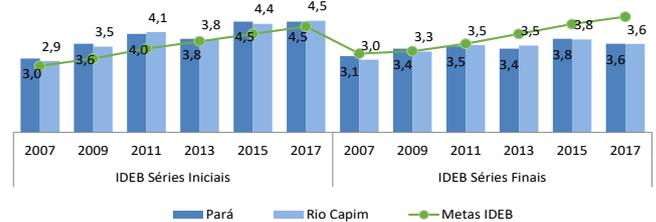
3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Rio Capim, a média da nota IDEB dos municípios, entre os anos de 2007 a 2017, alcançou as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano), no entanto, para as séries finais (8ª Série/9º Ano), com exceção do ano de 2009, não foram cumpridas as metas. No Pará, a nota IDEB alcançou um comportamento de crescimento, na maioria dos anos observados, em especial nas séries iniciais, o qual não é notado na RI Rio Capim, que manteve um comportamento oscilante, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região Integração Rio Capim, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.

Elaboração: FAPESPA, 2019.

As taxas de rendimento escolar geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, as taxas de reprovação e de abandono, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar ao valor da RI Rio Capim.

Na taxa de reprovação no ensino fundamental, a região chegou a 13,2% de reprovados, em 2017, bem acima dos valores do Pará e do Brasil, 11,9% e 7,4% de reprovação, respectivamente. No ensino fundamental, o município de Nova Esperança do Pirá apresentou a maior taxa de reprovação, 21,1%, e Ulianópolis a menor taxa, 3,5%. No ensino médio, a maior taxa foi observada pelo município de Dom Eliseu, 23,1% de alunos reprovados, e a menor taxa pelo município de Garrafão do Norte, 5,9%.

Em 2017, no que se refere à taxa de abandono no ensino fundamental, a região registrou 3,5%, um pouco abaixo da taxa do estado, de 3,7%. No entanto, no ensino médio, a taxa foi de 13%, acima do registrado no Pará, 12,2%, e no Brasil, 6,1%. O estado do Pará destaca-se com a pior taxa de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação, com 12,2% de abandono.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Rio Capim, 2017



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Os municípios da RI Rio Capim que obtiveram, em 2017, as maiores taxas de abandono no ensino fundamental foram Capitão Poço (6,5%) e Nova Esperança do Pirá (5,8%), e as menores, Ulianópolis (0,6%) e Aurora do Pará (1,8%). No ensino médio, o município que obteve a maior taxa de abandono foi IPIXUNA DO PARÁ (20,3%), e a menor, Ulianópolis (7,4%).

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os dezesseis anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezesseis anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil (17,2% e 28,2% respectivamente). Na região, foram registradas taxas superiores às do estado, tanto no ensino fundamental (31,7%), como no ensino médio (55,7%). Especificamente no ensino fundamental, o município de Garrafão do Norte destacou-se com a maior taxa de distorção (42,2%), e Ulianópolis com a menor taxa (16,8%). No ensino médio, a pior taxa ficou com o município de Concórdia do Pará (66,8%), e a menor distorção foi observada em Rondon do Pará (43,9%), conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Rio Capim e Municípios, 2018.

Item Geográfico	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	17,2	28,2
Pará	29,5	48,0
RI Rio Capim	31,7	55,7
Abel Figueiredo	28,9	47,3
Aurora do Pará	33,9	66,0
Bujuru	35,1	58,9
Capitão Poço	34,7	52,3
Concórdia do Pará	40,0	66,8
Dom Eliseu	23,7	53,5
Garrafão do Norte	42,2	58,4
IPIXUNA DO PARÁ	37,2	65,7
Irituia	30,6	57,4
Mãe do Rio	32,6	50,3
Nova Esperança do Pirá	34,2	62,6
Ourém	32,8	54,8
Paragominas	25,8	46,2
Rondon do Pará	31,2	43,9
Tomé Açu	26,8	58,1
Ulianópolis	16,8	48,8

Fonte: INEP/FAPESPA, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde, na RI Rio Capim, a taxa de mortalidade infantil apresentada, em 2017, de 13,16 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos), foi ligeiramente inferior à do Pará, 15,38. Os municípios da região com as menores taxas foram Ourém (3,33), Garrafão do Norte (7,32) e Aurora do Pará (9,98), que apresentaram menos de 10 mortes por mil nascidos vivos. Por outro lado, Abel Figueiredo (28,17) e IPIXUNA DO PARÁ (20,24) obtiveram os maiores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada nesta análise a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Na região constavam, em 2018, 1.434 agentes, número equivalente a uma proporção de cobertura de 97,41%, maior que a do Pará, 81,21%, sendo que apenas os municípios de Ipixuna do Pará (73,91%), Paragominas (89,89%), Ulianópolis (95,96%) e Tomé-Açu (98,77%) estavam abaixo de 100% da população estimada coberta.

Quando às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), em 2018, havia 155 equipes implantadas na RI Rio Capim, correspondentes a uma proporção de cobertura média de 79,19%, superior à apresentada pelo estado, de 59,13%. Dentre seus municípios, apenas Abel Figueiredo, Garrafão do Norte, Mãe do Rio e Ourém alcançaram 100% da cobertura, em contraposição a Tomé-Açu (44,73%), Concórdia do Pará (53,25%) e Aurora do Pará (56,61%), com menores proporção de cobertura.

Tabela 05 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Rio Capim

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Rio Capim
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	13,16
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	97,41
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	79,19
Hospitais - 2018	6.687	247	29
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	2,97
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	1,80

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Verificando os indicadores de infraestrutura, a RI Rio Capim dispõe de 29 hospitais (hospitais gerais e hospital especializado), com destaque para o Hospital Regional Público do Leste do Pará, inaugurado em 2014, em Paragominas, que oferece clínica médica e cirúrgica, nas especialidades de neurologia/neurocirurgia, traumatologia/ortopedia, cirurgia geral e suporte de anestesia, além de consultas ambulatoriais em cardiologia, clínica cirúrgica, clínica médica, neurologia/neurocirurgia, urologia, endocrinologia, ginecologia, mastologia e traumatologia/ortopedia. Ressalta-se, também, o Hospital Geral de Ipixuna do Pará, com a oferta de consultas em cardiologia, infectologia, clínica médica e cirúrgica, além de exames complementares, cirurgias eletivas, internações e pronto-atendimento 24 h. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa registrada, em 2018, pela RI, foi de 2,97, superior à apresentada pelo Pará, de 2,47. Fato este que não se repete quando analisada a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, que na região foi de 1,80, inferior à do estado, 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Rio Capim, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

O Gráfico 03 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Rio Capim. Observou-se, em 2010, que, no Brasil, 82,9% dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% contavam com esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% com esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% com coleta de lixo regular. Na RI Rio Capim, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 52,3% dos domicílios, de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, 10,7%, e coleta de lixo, 61,4%. Destaca-se que a cobertura do serviço de abastecimento de água por rede geral era maior na região do que no estado do Pará, no ano em questão.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, regiões, unidades federativas e regiões metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico “Fora RMB”, que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do estado que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) estava presente, em 2017, em apenas três (Capitão Poço, Dom Eliseu e Ourém) dos 16 municípios que compõem a RI Rio Capim, segundo informações do órgão.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: **domicílios precários** (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), **coabitação familiar** (soma dos cômodos e das famílias com domicílios secundários com intenção de constituir um domicílio exclusivo), **ônus excessivo com aluguel urbano** (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que dispendem 30% ou mais de sua renda com aluguel) e **adensamento excessivo de domicílios alugados** (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Pode-se observar na tabela a seguir que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, o que representava, aproximadamente, 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Rio Capim, o déficit era de 27,7% do total de domicílios. A componente domicílios precários correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 66% do total da região. Coabitação familiar representava, aproximadamente, 39% do total de domicílios no Pará, e 24,2% na região Rio Capim. Juntas, essas duas componentes representaram, cerca de, 87% do déficit no estado do Pará e 90% na região. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 5,5% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no Pará e 4,4% na RI.

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o Estado do Pará e a Região de Integração Rio Capim, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI RIO CAPIM	
	Total	Percentual	Total	Percentual
Déficit Habitacional	423.437	22,78	40.342	27,7
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	27.045	66,0
Coabitação Familiar	168.684	39,2	9.897	24,2
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	2.244	5,5
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	1.791	4,4
Total Domicílios	1.859.165		145.953	

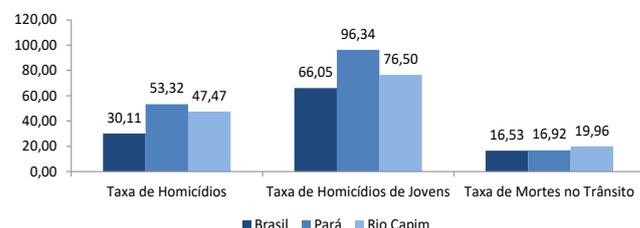
Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.4. Segurança

Na área da segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), analisou-se três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes). Em 2017, a RI Rio Capim apresentou taxas inferiores às do estado nos indicadores taxa de homicídios e taxa de homicídios de jovens e taxa superior para o indicador taxa de mortes no trânsito. A taxa de homicídios no Pará atingiu 53,32 homicídios, enquanto que na RI esse número foi de 47,47. Nova Esperança do Piriá e Tomé-Açu atingiram as maiores taxas, 91,39 e 76,16 homicídios, respectivamente, em contraposição a Aurora do Pará e Ulianópolis, com as menores taxas, 16,41 e 27,81 mortes, respectivamente.

Em 2017, a taxa de homicídio com recorte na população jovem registrada pela RI Rio Capim, 76,50 homicídios a cada 100 mil jovens, foi inferior à taxa estadual, de 96,34 homicídios a cada 100 mil jovens. Entre os municípios da região, Nova Esperança do Piriá e Abel Figueiredo alcançaram as maiores taxas, 203,89 e 147,29 homicídios por 100 mil jovens, respectivamente, enquanto Aurora do Pará e Garrafão do Norte apresentaram as menores taxas, 21,20 e 25,70, nesta ordem.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Rio Capim, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A taxa de mortes por acidente no trânsito para a RI Rio Capim, em 2017, foi de 19,96 mortes, superior à do Pará, 16,92 mortes, ressaltando-se os municípios de Abel Figueiredo (41,49 mortes) e Garrafão do Norte (31,54 mortes) com as maiores taxas, e Ipixuna do Pará que não apresentou nenhum caso de morte no trânsito.

Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Rio Capim apresentou taxas inferiores ao Pará nos indicadores taxa de homicídios e taxa de roubo, e taxa superior para o indicador taxa de homicídios no trânsito. A taxa de homicídios da região foi de 43,43 mortes e do Pará, de 45,66. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI observou taxa de 12,20 e o Pará, de 9,60. Outro indicador que compõe essa síntese é a taxa de roubo que, em 2017, atingiu um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes no Pará, e na RI, 400,97 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Rio Capim

Indicadores Segurança	Pará		RI Rio Capim	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	41,65	43,43
Taxa de Homicídios no Trânsito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	19,03	12,20
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	450,67	400,97

Fonte: SEGUP, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

No ano de 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil, 15,20%, e na região Rio Capim, 42,39% de sua população estava abaixo da linha da pobreza.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Rio Capim apresentou um Índice de Gini de 0,58, desigualdade abaixo da registrada para o estado, de 0,62, e para o Brasil, de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e, Região de Integração Rio Capim, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	15,20	0,60
Pará	32,33	0,62
RI Rio Capim	42,39	0,58

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Com base no CadÚnico, em 2018, na RI Rio Capim, 55,5% da população de seus municípios estavam inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 81,1% se declararam com renda igual ou inferior à da linha pobreza, e 68,8% das famílias inscritas receberam o programa Bolsa Família. A região possuía percentuais maiores do que os apresentados no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Rio Capim e Municípios - dezembro/2018.

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	52,6	78,6	64,2
RI Rio Capim	55,5	81,1	68,8
Abel Figueiredo	67,5	82,3	63,5
Aurora do Pará	53,9	86,6	73,7
Bujaru	80,0	91,0	83,4
Capitão Poço	64,9	78,5	66,2
Concórdia do Pará	65,5	87,2	80,2
Dom Eliseu	40,1	65,5	46,6
Garraão do Norte	77,6	86,4	78,6
Ipixuna do Pará	36,6	88,8	77,6
Irituia	72,6	88,7	75,6
Mãe do Rio	81,6	84,2	72,0
Nova Esperança do Piriá	84,9	93,8	87,6
Ourém	77,2	82,8	72,2
Paragominas	50,9	67,3	54,6
Rondon do Pará	39,0	69,4	54,7
Tomé-Açu	65,4	88,1	75,2
Ulianópolis	26,4	76,8	68,5

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Os municípios de Nova Esperança do Piriá, Mãe do Rio e Bujaru, possuíam, na época, os maiores percentuais de suas populações inscritas no CadÚnico, com 84,9%, 81,6% e 80%, respectivamente. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram os de Nova Esperança do Piriá (93,8%) e Bujaru (95,7%). Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que se destacaram com o maior número de famílias que receberam o Bolsa Família também foram o de Nova Esperança do Piriá e de Bujaru, com 87,6% e 83,4%, respectivamente.

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens¹, em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

Em 2018, a região Rio Capim se mostrou como a 4ª RI com o maior quantitativo de jovens (208.931), equivalente a uma participação estimada de 30,41% em relação ao seu contingente populacional. Dentre seus municípios, Paragominas abrigava o maior número de jovens (35.182), correspondente a 31,48% de sua população, seguido de Ipixuna do Pará (20.001 jovens), participação de 32,02%. Os mais elevados percentuais de participação, no mesmo ano, ocorreram em Concórdia do Pará (31,99%) e Garraão do Norte (32,29%), enquanto os minoritários foram registrados em Irituia (27,02%) e Abel Figueiredo (27,96%).

Tabela 11 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Rio Capim e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	2.416.773	29,45	2.444.747	29,43	2.475.723	29,47	2.508.928	29,36
RI Rio Capim	199.617	30,32	202.479	30,34	205.234	30,35	208.931	30,41
Abel Figueiredo	2.017	28,30	2.027	28,24	2.037	28,17	2.064	27,96
Aurora do Pará	9.067	30,74	9.253	30,85	9.433	30,96	9.591	31,04
Bujaru	7.856	28,37	7.952	28,38	8.044	28,39	8.192	28,41
Capitão Poço	15.808	30,00	15.844	30,03	15.879	30,05	16.530	30,51
Concórdia do Pará	9.943	31,71	10.144	31,82	10.337	31,91	10.508	31,99
Dom Eliseu	17.220	30,53	17.477	30,53	17.724	30,52	17.991	30,52
Garraão do Norte	7.746	30,59	7.764	30,63	7.781	30,68	8.403	32,29
Ipixuna do Pará	18.687	31,91	19.319	31,97	19.927	32,02	20.001	32,02
Irituia	8.774	27,72	8.775	27,71	8.775	27,70	8.784	27,02
Mãe do Rio	8.388	28,97	8.414	28,90	8.440	28,84	8.551	28,58
Nova Esperança do Piriá	6.321	30,59	6.349	30,63	6.376	30,67	6.596	30,98
Ourém	4.889	28,57	4.924	28,57	4.958	28,57	5.063	28,57
Paragominas	33.691	31,48	34.173	31,48	34.637	31,48	35.182	31,48
Rondon do Pará	14.799	29,61	14.906	29,54	15.009	29,47	15.225	29,33
Tomé-Açu	18.039	29,84	18.229	29,84	18.412	29,84	18.753	29,84
Ulianópolis	16.372	30,39	16.929	30,37	17.465	30,36	17.497	30,36

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No campo empregatício, em 2017, os jovens de 15 a 29 anos corresponderam a 25,51% dos vínculos no mercado, e a 29,49% na RI Rio Capim. Os maiores quantitativos de jovens no mercado de trabalho formal ocorreram em Paragominas (6.303, com participação de 31,98%) e Tomé-Açu (2.965, e 33,66% de participação), enquanto em termos de participação, os maiores percentuais foram registrados em Ulianópolis (35,29%) e Nova Esperança do Piriá (35,13%), e os menores, em Bujaru (13,08%) e Irituia (13,88%).

Tabela 12 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Rio Capim e Municípios, 2017

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%

¹ A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	1.068.818	272.675	25,51
RI Rio Capim	59.605	17.579	29,49
Abel Figueiredo	605	128	21,16
Aurora do Pará	1.659	313	18,87
Bujaru	1.376	180	13,08
Capitão Poço	2.358	818	34,69
Concórdia do Pará	2.883	816	28,30
Dom Eliseu	4.955	1.476	29,79
Garraão do Norte	1.234	204	16,53
Ipixuna do Pará	2.276	436	19,16
Irituia	1.138	158	13,88
Mãe do Rio	2.877	824	28,64
Nova Esperança do Piriá	837	294	35,13
Ourém	520	101	19,42
Paragominas	19.712	6.303	31,98
Rondon do Pará	4.105	1.059	25,80
Tomé-Açu	8.808	2.965	33,66
Ulianópolis	4.262	1.504	35,29

Fonte: MTE/Rais, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018²). Do total de nascidos vivos no Pará, 24,38% são de mães menores de 19 anos de idade, resultado que, embora tenha diminuído cerca de 3% em relação a 2010, continua sendo elevado quando se considera proporcionalmente a população jovem, estimada em, cerca de, 32%.

Na RI Rio Capim, esse dado foi de 28,01%, em 2017, o sexto maior percentual, entre as RI, com diminuição de 3,65 p.p. em relação a 2010. De seus municípios, os maiores percentuais de nascidos vivos de mães menores de 19 anos de idade, sucederam em Nova Esperança do Piriá (36,27%), Ulianópolis (35,27%) e Garraão do Norte (35,12%), enquanto os menores índices foram em Irituia (22,97%) e Paragominas (23,86%). Considerando o intervalo de 2010 a 2017, a maioria dos municípios registrou diminuição desse indicador, notando-se que o município que sofreu mais elevação foi Abel Figueiredo (5,6 p.p.) e o que conseguiu mais êxito na diminuição do índice foi Concórdia do Pará (9,98 p.p.).

Tabela 13 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Rio Capim (2010-2017)

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	27,42	27,50	27,56	27,37	27,27	26,53	25,73	24,38
RI Rio Capim	31,66	30,81	31,80	30,77	31,06	29,29	29,61	28,01
Abel Figueiredo	26,79	33,33	28,07	27,91	36,00	25,17	29,91	32,39
Aurora do Pará	32,94	30,86	32,80	29,67	28,60	32,95	33,67	34,41
Bujaru	28,96	31,64	34,25	30,32	31,94	29,05	33,53	24,95
Capitão Poço	27,77	29,14	32,77	28,25	30,75	28,64	27,63	24,94
Concórdia do Pará	37,55	29,72	31,12	30,05	27,92	27,61	27,60	27,57
Dom Eliseu	26,16	29,99	29,14	30,24	31,63	29,79	28,90	29,91
Garraão do Norte	33,53	37,50	34,34	37,23	34,25	36,43	31,14	35,12
Ipixuna do Pará	36,87	33,20	30,93	31,53	34,90	30,38	34,56	31,20
Irituia	28,30	29,06	28,75	27,37	26,62	26,84	25,86	22,97
Mãe do Rio	30,79	28,76	28,32	27,55	30,60	27,72	26,90	25,76
Nova Esperança do Piriá	39,81	35,65	34,31	38,99	33,17	36,30	34,83	36,27
Ourém	34,83	31,25	36,25	29,51	32,46	30,75	27,05	27,00
Paragominas	30,87	28,67	29,81	29,21	28,85	25,63	26,34	23,86
Rondon do Pará	31,80	27,02	33,78	29,59	28,42	25,24	29,73	27,68

² FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.

Tomé Açu	32,44	33,65	33,53	32,15	33,78	29,05	30,43	28,42
Ulianópolis	32,51	34,02	34,75	37,13	34,27	41,54	35,09	35,27

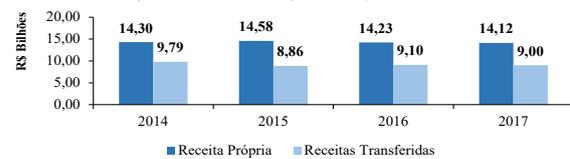
Fonte: DATASUS/2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

4. ARRECAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas para construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como à viabilização de empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2014 e 2017, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R\$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R\$9,815 bilhões.

Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017).

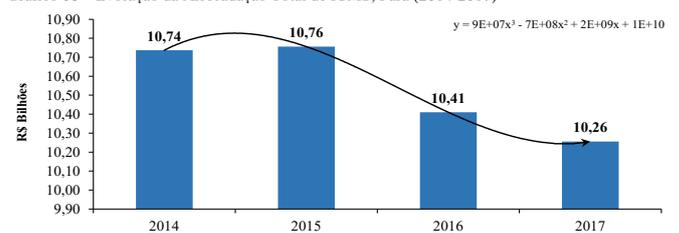


Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retrairam 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu impactos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)

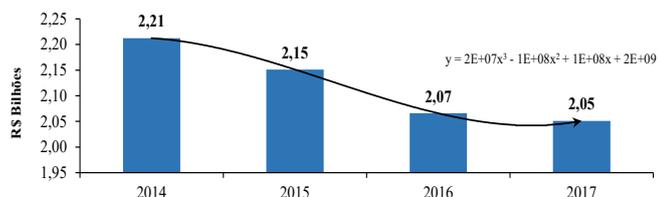


Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação absoluta, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. Entre 2014 e 2017, o montante desse tributo retraiu em -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)



Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Neste sentido, verificou-se, no período em exame, que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõem a RI Rio Capim cresceu em 12,3%, tendo o município de Paragominas recebido a maior parcela (34%) do total destinado a RI, seguido por Dom Eliseu (9%) e Ulianópolis (8%). Outro ponto a destacar é o fato de que o total de ICMS repassado aos municípios da RI em estudo vem representando, no período, em média, cerca de 5,4% do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	2.212.195.854,32	2.151.243.071,59	2.065.861.819,58	2.051.113.567,84
RI Rio Capim	109.946.133,99	109.283.147,94	110.973.537,11	123.477.036,85
Abel Figueiredo	2.654.635,02	2.581.491,68	2.290.260,62	2.666.447,64
Aurora do Pará	3.760.732,96	3.441.988,90	3.331.288,18	3.281.781,72
Bujaru	3.097.074,18	2.796.616,00	2.914.877,13	3.076.670,35
Capitão Poço	4.645.611,31	4.517.610,45	4.372.315,73	4.922.672,56
Concórdia do Pará	3.760.732,96	3.441.988,90	3.955.904,70	5.332.895,29
Dom Eliseu	9.512.442,17	9.895.718,12	10.410.275,53	11.486.235,98
Garraão do Norte	3.097.074,18	3.011.740,31	2.914.877,13	2.666.447,64
Ipixuna do Pará	8.848.783,42	7.744.475,05	7.078.987,36	6.973.786,13
Irituia	3.097.074,18	3.011.740,31	2.914.877,13	3.281.781,72
Mãe do Rio	4.203.172,14	4.302.486,13	4.580.521,24	4.307.338,50
Nova Esperança do Piriá	3.539.513,38	3.872.237,51	4.164.110,21	2.666.447,64
Ourém	2.875.854,63	2.796.616,00	2.498.466,12	2.871.559,00
Paragominas	32.076.839,91	34.204.764,82	35.394.936,81	42.458.050,86
Rondon do Pará	8.406.344,24	7.959.599,36	7.911.809,40	9.024.899,71
Tomé-Açu	8.406.344,24	7.959.599,36	8.120.014,92	8.409.565,62
Ulianópolis	7.963.905,08	7.744.475,05	8.120.014,92	10.050.456,49

Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A RI Rio Capim, com área de 62.148 km², possui parte do seu território recoberto por Unidades de Conservação de Proteção Integral (5 km²), Terras Indígenas (2.670 km²), Território Quilombola (20,88 km²) e Projetos de Assentamento (274,35 km²), sendo que as áreas protegidas somam 2.695,88 km², representando 4,33% de sua área total, e os assentamentos representam 0,44% dessa área.

O desmatamento acumulado da RI (38.285 km²), segundo dados de 2017, representa 62% de sua área total e 14% da área desmatada no estado Pará. O município de Paragominas apresentou a maior área desmatada (8.773 km²), seguido por Rondon do Pará (5.572 km²). Juntos, somam 37,5% percentual do desmatamento acumulado total da região. No tocante aos registros de focos de calor, os números encontram-se mais distribuídos entre os municípios da RI, com Paragominas concentrando o maior número de registros (631), conforme Tabela 15.

Tabela 15 – Área de Desmatamento Acumulado e número de Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Rio Capim, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatamento Acumulado (km²)	Números de Focos de Calor
Pará	1.247.955	264.691	49.413
RI Rio Capim	62.148	38.285	3.331
Abel Figueiredo	614	567	31
Aurora do Pará	1.812	1.558	123
Bujaru	1.005	666	216
Capitão Poço	2.900	2.575	145
Concórdia do Pará	691	613	134
Dom Eliseu	5.269	3.489	222
Garraão do Norte	1.599	1.436	135
Ipixuna do Pará	5.216	2.773	340
Irituia	1.379	1.216	141
Mãe do Rio	469	450	15
Nova Esperança do Piriá	2.809	1.567	234
Ourém	562	500	23
Paragominas	19.342	8.773	631
Rondon do Pará	8.246	5.572	285
Tomé-Açu	5.145	2.991	322
Ulianópolis	5.088	3.540	334

Fonte: IBGE/PRODES, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2018, o total de 83,28% de suas áreas destinadas à regularização ambiental com CAR viabilizado (Tabela 16). Entre os municípios que compõem a região, Nova Esperança do Piriá possuiu a maior porção de área com CAR efetivado (93,01%), seguido por Paragominas (92,39%) e Ulianópolis (92,00%).

Tabela 16 – Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na Região de Integração Rio Capim, 2018

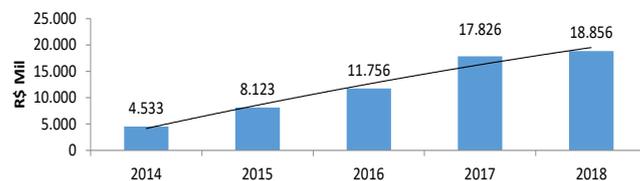
Item Geográfico	Área Territorial (IBGE/km²) (A)	Área Cadastral (KM²) (B)	% de Área Cadastral (B/A)	Área de CAR (KM²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Rio Capim	62.229,72	59.164,27	95,07	49.273,54	83,28
Abel Figueiredo	614,86	612,32	99,59	352,36	57,55
Aurora do Pará	1.814,53	1.789,32	98,61	1.357,75	75,88
Bujaru	1.006,98	949,37	94,28	293,13	30,88
Capitão Poço	2.901,68	2.896,78	99,83	2.191,40	75,65
Concórdia do Pará	692,26	692,27	100,00	473,63	68,42
Dom Eliseu	5.277,97	5.255,02	99,57	4.626,23	88,03
Garraão do Norte	1.599,86	1.592,28	99,53	1.100,19	69,10
Ipixuna do Pará	5.225,27	4.973,90	95,19	4.138,09	83,20
Irituia	1.380,69	1.380,52	99,99	815,80	59,09
Mãe do Rio	470,02	470,02	100,00	305,39	64,97

Item Geográfico	Área Territorial (IBGE/km²) (A)	Área Cadastral (KM²) (B)	% de Área Cadastral (B/A)	Área de CAR (KM²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Rio Capim	62.229,72	59.164,27	95,07	49.273,54	83,28
Nova Esperança do Piriá	2.810,25	1.342,25	47,76	1.248,40	93,01
Ourém	562,73	562,73	100,00	346,05	61,50
Paragominas	19.369,07	18.230,18	94,12	16.842,88	92,39
Rondon do Pará	8.256,37	8.227,63	99,65	6.743,88	81,97
Tomé-Açu	5.153,04	5.133,95	99,63	3.786,92	73,76
Ulianópolis	5.094,14	5.055,75	99,25	4.651,46	92,00

Fonte: SEMAS/PMV, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas estaduais de preservação ambiental, o ICMS Verde, aprovado pelo parlamento estadual em 2012, configurou-se como um incentivo maior dado pelo estado aos municípios, de maneira que esses pudessem ampliar suas áreas protegidas e reduzir seus níveis de desmatamento (Gráfico 08). Em se tratando da RI Rio Capim, percebe-se que entre 2014 e 2018, a região teve uma participação média de 10,84% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios. Em 2018, a região contabilizou um montante de R\$18,856 milhões, com o município de Paragominas detendo a maior parcela (11,93%), seguido por Rondon do Pará (8,01%) e Ulianópolis (7,32%), conforme Tabela 17.

Gráfico 08 - Evolução do Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Rio Capim (2014-2018)



Fonte: SEMAS/PMV, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Tabela 17 – Valor de ICMS Verde repassado para os municípios da Região de Integração Rio Capim (2014 e 2018)

Item geográfico	2014	2015	2016	2017	2018
Rio Capim	4.532.899,73	8.122.959,77	11.756.359,17	17.825.553,59	18.855.960,08
Abel Figueiredo	133.346,28	263.240,15	371.502,88	889.631,07	1.065.594,44
Aurora do Pará	197.743,34	386.235,60	581.027,72	764.915,70	660.603,41
Bujaru	187.196,10	145.410,00	618.943,74	1.277.166,58	1.109.917,43
Capitão Poço	198.043,51	376.152,80	488.222,34	1.034.800,74	1.142.502,89
Concórdia do Pará	147.571,12	295.079,18	408.213,37	1.035.074,98	1.074.423,29
Dom Eliseu	396.552,32	778.142,06	1.049.962,28	1.277.170,05	1.363.840,30
Garraão do Norte	175.961,23	369.329,05	485.580,48	538.435,48	649.424,99
Ipixuna do Pará	387.485,05	761.454,28	1.068.427,56	1.277.169,12	1.370.412,29
Irituia	153.741,39	297.762,81	407.640,54	1.033.599,83	1.089.219,00
Mãe do Rio	189.643,35	349.263,71	518.696,64	1.013.931,60	1.053.072,87
Nova Esperança do Piriá	759.029,02	1.437.198,62	2.024.588,33	766.360,64	736.333,70

Item geográfico	2014	2015	2016	2017	2018
Rio Capim	4.532.899,73	8.122.959,77	11.756.359,17	17.825.553,59	18.855.960,08
Ourém	118.685,77	268.999,09	374.312,17	1.028.097,54	1.072.357,26
Paragominas	421.624,42	825.100,48	1.197.508,14	1.788.946,50	2.249.954,98
Rondon do Pará	318.555,11	356.831,60	506.163,90	1.277.169,38	1.509.861,08
Tomé-Açu	322.690,01	383.769,00	523.122,00	1.277.168,39	1.327.785,72
Ulianópolis	425.031,71	828.991,32	1.132.447,09	1.545.916,01	1.380.656,45

Fonte: SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Região de Integração: **Rio Capim**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS	
PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor (R\$ 1,00) 2020-2023
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	28.295.232,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	3.542.287,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	1.811.130,00
Cultura	531.121,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	68.200.007,00
Direitos Socioassistenciais	11.172.031,00
Educação Básica	579.893.505,00
Educação Profissional e Tecnológica	1.771.215,00
Educação Superior	7.000.772,00
Esporte e Lazer	2.062.290,00
Governança Pública	65.043.872,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	7.912.846,00
Infraestrutura e Logística	198.570.972,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	3.815.950,00
Saúde	429.267.596,00
Segurança Pública	69.881.869,00
Trabalho, Emprego e Renda	4.683.729,00
R\$ 1.483.456.424,00	

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	
	Valor (R\$ 1,00) 2020-2023
Manutenção da Gestão	762.872.818,00
R\$ 762.872.818,00	
TOTAL PARA A REGIÃO : R\$ 2.246.329.242,00	

Região de Integração: **Rio Capim** **R\$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	R\$ 28.295.232,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Efetivo dos principais rebanhos por região (bovino)	Unidade	1.412.990	06/2019	ADEPARA	1.717.498
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Soja)	Kg/Hectare	3.748	06/2019	IBGE	4.556

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	366	12/2018	SEDAP	2020	384
					2021	404
					2022	424
					2023	445
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	7.871	12/2018	EMATER	2020	6.740
					2021	6.990
					2022	7.480
					2023	7.850
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	883	12/2018	SEDAP	2020	927
					2021	974
					2022	1022
					2023	1.073

Objetivo
Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional
Obter a Certificação de Área Livre de Pragas Vegetais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto Classificado	T	ADEPARÁ
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Afosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	EMATER, SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	R\$ 3.542.287,00
--	------------------

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020 - 2021 - 2022 20,00 2023 -
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020 20,00 2021 19,00 2022 31,00 2023 25,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SUSIPE

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento Integrado de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Compromisso Regional

Implantar Polo de Inclusão PARÁPAZ em Paragominas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Promoção de Estratégias e Metodologias Educativas sobre Drogas	Ação Educativa Realizada	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
-------	---------	----------------	----------------

Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Promoção de Estratégias e Metodologias Educativas sobre Drogas	Ação Educativa Realizada	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARA
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa	Evento Realizado	Un	SEJUDH
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Ciência, Tecnologia e Inovação** R\$ 1.811.130,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,16	12/2018	SIAFEM/SEFA	0,30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	33,33	12/2018	FAPESPA	2020 0,00 2021 0,00 2022 33,33 2023 33,33

Objetivo
Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Árvores Digitais e Aldeias Sustentáveis para Acesso Público à Internet e Comunicação de Dados	Árvore Digital Implantada	Un	SECTET
Promoção ao Acesso Público a Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA, SECTET

Objetivo
Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Bolsas de Pesquisa	Bolsa Contratada	Un	SECTET
Manutenção dos Parques e Polos Tecnológicos	Espaço Mantido	Un	SECTET

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Cultura** R\$ 531.121,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	18,75	12/2018	SECULT/FCP	43,75

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	-	12/2018	FCP/SECULT	2020 1.800 2021 - 2022 1.800 2023 -

Objetivo
Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo
Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT

Objetivo
Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo
Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Compromisso Regional

Implantar 1 Projeto de Fomento à Difusão e Produção Audiovisual para Juventude

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP
Fomento à Produção e Difusão Audiovisual	Projeto Atendido	Un	FUNTELPA
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade** R\$ 68.200.007,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	3,21	12/2019	COSANPA/IBG E/SNIS/SEDOP	2020 9,18 2021 9,18 2022 9,18 2023 9,18
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	67,46	12/2019	COSANPA/IBG E/SNIS/SEDOP	2020 80,70 2021 80,70 2022 80,70 2023 80,70

Objetivo
Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	SEDOP

Objetivo
Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicílio Atendido	Un	COHAB

Objetivo
Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Implantação de Aterros Sanitários	Aterro Implantado	Un	SEDOP
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Direitos Socioassistenciais** R\$ 11.172.031,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Atenção à Pessoa Idosa e suas Famílias	Idoso Beneficiado	Un	SEASTER
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS

Objetivo

Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER
Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	Un	SEASTER

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Educação Básica** R\$ 579.893.505,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8ª Série/9º Ano)	Índice	3,10	12/2017	INEP/SEDUC	3,70
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	3,60	12/2017	INEP/SEDUC	4,20

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	5,50	12/2018	INEP/SEDUC	2020 5,20 2021 4,90 2022 4,70 2023 4,60
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	14,61	12/2018	INEP/SEDUC	2020 13,12 2021 12,96 2022 12,79 2023 12,53
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	85,30	12/2018	INEP/SEDUC	2020 86,20 2021 87,00 2022 87,40 2023 87,90
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	75,50	12/2018	INEP/SEDUC	2020 77,70 2021 78,00 2022 78,30 2023 78,70
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	9,20	12/2018	INEP/SEDUC	2020 8,60 2021 8,10 2022 7,80 2023 7,60

Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	9,93	12/2018	INEP/SEDUC	2020 9,18 2021 9,04 2022 8,91 2023 8,77
------------------------------------	------------	------	---------	------------	--

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 7 Escolas Estaduais nos Municípios de Aurora do Pará, Concrórdia do Pará, Irituia, Paragominas, Rondon do Pará, Tomé-Açu e Ulianópolis.
Reformar/Ampliar 6 Escolas Estaduais nos Municípios de Abel Figueiredo, Capitão Poço, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará e Nova Esperança do Pirá

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Fortalecer a Governança na Educação Básica

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 23 escolas nos Municípios de Aurora do Pará, Bujaru, Capitão Poço, Dom Eliseu, Irituia, Nova Esperança do Pirá, Paragominas, Rondon do Pará, Tomé-Açu e Ulianópolis.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Educação Profissional e Tecnológica** R\$ 1.771.215,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020 100,00 2021 50,00 2022 33,33 2023 18,75
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	558	12/2018	SEDUC / SECTET	2020 350 2021 380 2022 510 2023 540

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional			
Implantar 03 Novos Cursos Técnicos em Tomé-Açu e Rondon do Pará			
Implantar Cursos de Formação Inicial e Continuada nos Municípios de Tomé-Açu e Rondon do Pará			
Implantar Escola de Ensino Técnico em Tomé-Açu			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SECTET, SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SECTET, SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SEDUC
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET, SEDUC, SETUR

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
 Programa Temático: **Educação Superior** R\$ 7.000.772,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	3,61	12/2018	UEPA	2,10

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	3,00	12/2018	UEPA	9,00	10,00
					2021	11,00
					2022	10,00
					2023	10,00

Objetivo
 Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Construção de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Construída	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo
 Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo
 Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	Campi Atendidos	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	FAFESPA, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA
Incentivo à Qualificação dos Servidores Técnicos e Docentes	Servidor Atendido	Un	UEPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
 Programa Temático: **Esporte e Lazer** R\$ 2.062.290,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	570	12/2018	SEDUC/SEEL	572	612
					2021	583
					2022	590
					2023	612

Objetivo			
Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Difusão de Eventos Esportivos	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
 Programa Temático: **Governança Pública** R\$ 65.043.872,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	
Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R\$ em milhares	549.339,00	12/2018	SEFA	740.446,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	0,25	06/2019	SEAD/EGPA	0,38	0,38
					2021	0,38
					2022	0,38
					2023	0,38

Objetivo
 Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Compromisso Regional
 Implantar os Serviços do IASEP nos Municípios de Bujaru, Irituia e Mãe do Rio

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	ADEPARÁ, EGPA, Enc. CBM, SEDAP, SEDUC, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP

Objetivo
 Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo
 Promover a Gestão Regionalizada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOP
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE, SEDOP
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	IASEP, SESPA

Objetivo
 Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	DETRAN, IASEP, IGPREV, SEDAP, SEFA
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, DETRAN, EMATER, PMPA, SEDAP, SEFA, SEMAS, SUSIPE

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo **R\$ 7.912.846,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	4,30	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	3,50
Receita gerada pelo turismo	R\$ em mil	12.174,60	12/2018	SETUR	13.774,44

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	58	12/2018	BANPARA	2020	142
					2021	212
					2022	276
					2023	331
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	1	12/2018	JUCEPA	2020	1
					2021	0
					2022	0
					2023	0
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	4	07/2019	SEDEME	2020	45
					2021	57
					2022	65
					2023	74
Número de turistas	Unidade	15.000	12/2018	SETUR	2020	15.759
					2021	16.153
					2022	16.557
					2023	16.971

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Município Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Gestão das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários	Projeto Fiscalizado	Un	SEDEME

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Compromisso Regional

Instalar 04 Agências do Banpará nos Municípios de Ititua, Mãe do Rio, Nova Esperança do Pirá e Ourém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituída	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo

Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Apoio Técnico à Estruturação de Produtos Turístico	Produto Turístico Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SETUR
Promoção e Divulgação de Produtos Turísticos	Ação Realizada	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Pessoa Capacitada	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística **R\$ 198.570.972,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	52,58	12/2018	SETRAN	67,64

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	1.651,90	12/2018	SETRAN	2020	1.731,90
					2021	2.541,90
					2022	2.661,90
					2023	2.672,90
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	488,74	12/2018	SETRAN	2020	464,74
					2021	603,74
					2022	628,74
					2023	628,74

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Compromisso Regional

Construir a Ponte de Concreto sobre o Rio Capim PA-256 (400 Metros)

Pavimentar a PA-256 (Trecho: Entroncamento PA-451 até o Rio Capim no Município de Tomé-Açu- 147 Km)

Pavimentar a Perna Leste. Trecho: Entroncamento da Alça Vária (km 24 Acará) / Entroncamento da PA-140 (km 32 Bujaru), no Município de Bujaru - 45 Km

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Pontes	Ponte Construída	M	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Recuperação de Pontes	Ponte Recuperada	M	SETRAN

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME
Fiscalização dos Serviços de Energia	Fiscalização Realizada	Un	ARCON

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial **R\$ 3.815.950,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	2,12	12/2018	PRODES/INPE	2,91

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	100,00	12/2019	SEMAS	100,00	
					2020	100,00
					2021	100,00
					2022	100,00
					2023	100,00

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Compromisso Regional

Implantar 01 Núcleo Regional da Semas no Município de Paragominas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Família Beneficiada	Un	IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS

Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	IDEFLOR-Bio
Objetivo			
Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental			
Compromisso Regional			
Emitir 01 Títulos Definitivos para Comunidades Quilombolas			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Saúde	R\$ 429.267.596,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	9	12/2018	MS/SIMSINASC	7,33
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	13,16	12/2018	SIM	10,72
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	227,57	12/2018	MS/SIM	209,90

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	79,77	12/2018	EGESTOR	2020 83,76 2021 87,95 2022 92,34 2023 96,96
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	12,50	12/2018	SIPNI	2020 50,00 2021 60,00 2022 65,00 2023 70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	1,58	12/2018	DATASUS(CNE S)	2020 1,58 2021 1,58 2022 1,58 2023 1,61
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	53,20	12/2018	SINAN	2020 60,00 2021 70,00 2022 80,00 2023 80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,29	12/2018	SIA	2020 0,30 2021 0,35 2022 0,40 2023 0,45
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,08	12/2018	SIA	2020 0,10 2021 0,15 2022 0,20 2023 0,25

Objetivo
Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	11º CRS - Marabá, 2º CRS - Santa Izabel, 5º CRS - S. M. do Guamá, SESPA
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	2º CRS - Santa Izabel, 5º CRS - S. M. do Guamá, ETSUS
Implementação da Rede de Ouidórios do SUS	Demanda Finalizada	Un	11º CRS - Marabá, 5º CRS - S. M. do Guamá
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 4º CRS - Capanema, 5º CRS - S. M. do Guamá
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	11º CRS - Marabá, 2º CRS - Santa Izabel, SESPA
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 4º CRS - Capanema, 5º CRS - S. M. do Guamá, SESPA

Objetivo
Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional			
Concluir a Reforma do Hospital Municipal de Itiúba Concluir a Reforma do Hospital Municipal de Ourém Implantar o Centro de Atenção Especializada no Hospital Regional de Paragominas			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	SESPA

Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	11º CRS - Marabá, 2º CRS - Santa Izabel
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	SESPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	SESPA

Objetivo
Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional			
Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	11º CRS - Marabá, 2º CRS - Santa Izabel, 4º CRS - Capanema, 5º CRS - S. M. do Guamá, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo
Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	11º CRS - Marabá, 2º CRS - Santa Izabel, 4º CRS - Capanema, 5º CRS - S. M. do Guamá, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	11º CRS - Marabá, 2º CRS - Santa Izabel, 4º CRS - Capanema, 5º CRS - S. M. do Guamá

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Segurança Pública	R\$ 69.881.869,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	42,50	12/2018	SEGUP	39,20
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	45,30	12/2018	SEGUP	39,20
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	21,68	12/2018	DATASUS	21,05
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	504,00	12/2018	SEGUP	437,00
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	507,10	12/2018	SEGUP	477,30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Densidade Carcerária	Percentual	1,01	12/2018	SUSIPE	2020 0,90 2021 0,89 2022 0,89 2023 0,75
Índice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	3,920	12/2018	PMPA	2020 5,096 2021 6,272 2022 8,154 2023 9,330
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	83,00	12/2018	DETRAN	2020 84,00 2021 85,00 2022 86,00 2023 87,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	44,00	12/2018	DETRAN	2020 45,00 2021 46,00 2022 47,00 2023 48,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	38,00	12/2018	POL. CIVIL	2020 38,00 2021 39,00 2022 40,00 2023 40,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubos	Percentual	83,00	12/2018	POL. CIVIL	2020 83,00 2021 83,00 2022 84,00 2023 84,00

Objetivo
Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo			
Prevenir Acidentes de Trânsito			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo			
Realizar a Custódia Penal			

Compromisso Regional

Construir Cadeia Pública em Tomé-Açu			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SUSIPE
Implantação de Unidades Prisionais	Unidade Implantada	Un	SUSIPE

Objetivo			
Reduzir a Violência e a Criminalidade			

Compromisso Regional

Ampliar o Videomonitoramento em Paragominas			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SUSIPE
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Prc	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo			
Valorizar os Agentes de Segurança Pública			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, FUNSAU, PMPA, SUSIPE
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SUSIPE
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda	R\$ 4.683.729,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 1,49	12/2018	MTE/RAIS	1,30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	1,71	12/2018	MTE/RAIS	0,40	0,90
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	13,10	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	14,00	15,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Trabalho	Percentual	22,70	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	17,00	18,00
					2020	2021
					2022	2023
					2020	2021
					2022	2023

Objetivo			
Promover a Inserção e Reinscrição de Trabalhadores no Mundo do Trabalho			

Compromisso Regional

Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Paragominas			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	SEASTER
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER

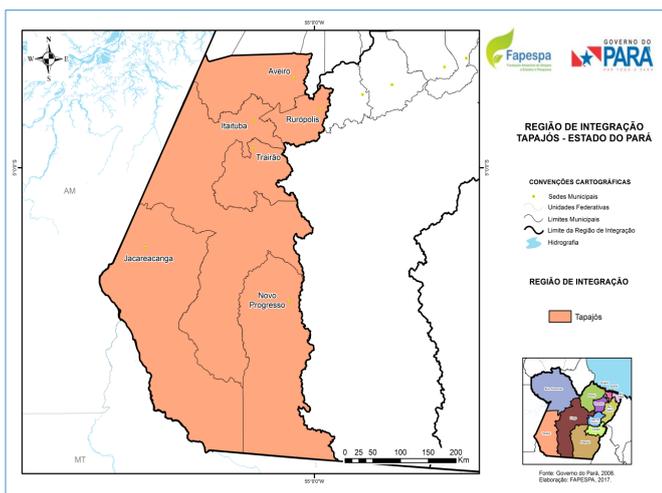
Objetivo			
Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	Un	SEASTER
Apoio às Unidades Produtivas	Empreendimento Apoiado	Un	SEASTER
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiados	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER

Região de Integração: Rio Capim

Objetivo / Ação		
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado		(R\$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado		11.849.393,00
Concessão de Auxílio Alimentação		117.975.433,00
Concessão de Auxílio Fardamento		7.773.198,00
Concessão de Auxílio Transporte		1.003.805,00
Operacionalização das Ações Administrativas		7.558.468,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos		616.712.521,00
		R\$ 762.872.818,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO TAPAJÓS



Quadro 01: Principais Atividades no VA do Município, excluída a atividade de Administração Pública – Região de Integração Tapajós, Pará, 2016

Item Geográfico	Principais Atividades				
RI Tapajós	Agricultura	Comércio	Atividades imobiliárias	Pecuária	Indústria de transformação
Aveiro	Agricultura	Pecuária	Produção Florestal	Atividades imobiliárias	Pesca e Aquicultura
Itaituba	Comércio	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Agricultura	Indústria extrativa
Jacareacanga	Agricultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Comércio	Pecuária
Novo Progresso	Pecuária	Comércio	Agricultura	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação
Rurópolis	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Construção civil	Comércio
Trairão	Agricultura	Comércio	Pecuária	Construção civil	Atividades imobiliárias

Fonte e Elaboração: Fapespa, 2019.

2.2. Balança Comercial

As relações comerciais do Pará com o mercado externo é um componente que possibilita inferir os patamares da atividade produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, como na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em saldo positivo de US\$14,434 bilhões, e a RI Tapajós contabilizou um saldo de US\$16 milhões. Em relação ao valor exportado, na região, 62% são relativos à madeira, sendo o município de Itaituba responsável por 60% das exportações desse produto. Os principais produtos importados pela RI são maquinários (escavadeiras e pá mecânica) e veículos para transporte de mercadoria.

Tabela 02 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Tapajós, 2018

Item Geográfico	Exportação (US\$)	Part.(%)	Importação (US\$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	239.889.170.206	100	181.230.568.862	100	58.658.601.344
Pará	15.608.825.106	100	1.173.984.415	100	14.434.840.691
RI Tapajós	18.592.837	0,1	2.046.708	0,2	16.546.129
Itaituba	14.778.396	79,5	1.793.518	87,6	12.984.878
Novo Progresso	3.715.599	20,0	54.949	2,7	3.660.650
Rurópolis	0	0,00	198.241	9,7	-198.241
Trairão	98.842	0,5	0	0,0	98.842

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

2.3. Emprego

Como importante variável de progresso da sociedade, o emprego formal consolida o vínculo na relação entre empregadores e empregados, além de garantir direitos e deveres entre esses segmentos. De acordo com dados da RAIS/ME, a RI Tapajós registrou, em 2017, um total de 19 mil empregos formais, 2% dos empregos formais gerados no Pará, com maior participação da Administração Pública, 34% do total gerado na região, seguido pelo Comércio, 25%, e Serviços, 19%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados estão Itaituba, 58%, Novo Progresso, 19%, e Rurópolis, 9%.

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Tapajós

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Tapajós
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	81.489
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	6,62
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	21,18
Empregos Formais (2017)			
Total	46.281.590	1.068.818	19.235
Extrativa Mineral	212.337	19.710	556
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	1.558
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	202
Construção Civil	1.838.958	57.880	1.255
Comércio	9.230.750	203.656	4.824
Serviços	16.772.645	284.360	3.698
Administração Pública	9.195.215	363.926	6.600
Agropecuária Extração Vegetal Caca e Pesca	1.501.052	51.468	542

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/MTE, 2017.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Em que pese o emprego formal ser um importante indicador de melhoria do bem-estar social, em 2010, cerca de 64 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 2% do total de ocupados do estado.

2.4. Infraestrutura

Do ponto de vista da infraestrutura, a RI dispõe de aeroportos, rodovias (BR-163 e BR-230) e a hidrovía Teles Pires, com 345 km de trecho navegável, além de portos de passageiros e carga. Ressalta-se a BR-163, trecho Cuiabá-Santarém, que interliga as RI Tapajós e Baixo Amazonas, importante eixo de escoamento agrícola, através dos portos de Santarém (RI Baixo Amazonas) e Miritituba, em Itaituba (RI Tapajós).

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Tapajós

Municípios com Aeródromos/Aerportos (5)	Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso e Rurópolis
Rodovias	BR-163 e BR-230
Travessias	Itaituba - Miritituba (Itaituba) Jardim do Ouro (Transgarimpeira)
Hidrovia	Teles Pires (345 km de trecho navegável)
Portos (3)	Itaituba Miritituba (Itaituba) Aveiro

Fonte: SETRAN, 2019

Elaboração: Fapespa, 2019.

A RI Tapajós faz parte, de forma mais pontual, das principais zonas de tráfego fluvial do estado do Pará, tendo em vista, principalmente, a circulação desenvolvida nos rios Tapajós e Jamaxin e as atividades do porto de Itaituba, situado na margem direita do rio Tapajós, no distrito de Miritituba, em frente à sede municipal. Sobre a infraestrutura fluvial de menor porte, a RI Tapajós apresenta alguns terminais (terminais IP4), em Aveiro e Itaituba.

No que diz respeito aos investimentos privados previstos para o período de 2018 a 2030, segundo informações da REDES/FIEPA, a RI Tapajós poderá ser contemplada com cerca de R\$12,14 bilhões, que representa 9,6% do total para o estado, destacando-se projetos como a ferrovia Sinop/MT-Miritituba/PA, com investimentos previstos de R\$10 bilhões, e um terminal em Miritituba, R\$45 milhões.

I - ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Tapajós, criada pelo Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, composta por 6 municípios: Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão.

Localizada na região sudoeste do Pará, tendo como marcos referenciais a BR-163 (Transamazônica), BR-230 (Cuiabá-Santarém) e o rio Tapajós. Com uma área de pouco mais de 189 mil km², o que representa 15% da área total do Pará. Do total da área da região, 64,4% são de áreas protegidas.

Sua população, em 2018, foi estimada em, cerca de, 253.023 habitantes, equivalente a 3% da população estadual. Itaituba é o município de maior contingente populacional, representando 40% da população da RI, seguido de Rurópolis, 20%, e Novo Progresso, 10%. A taxa de crescimento populacional média, de 2010 a 2018, foi de 0,64%, abaixo da média estadual, de 1,46%, para o mesmo período.

O Produto Interno Bruto (PIB) da região, foi em 2016, cerca de R\$ 3 bilhões, que equivale a 2% do PIB Estadual. Na composição do PIB, os Serviços contribui com 33%, a atividade da Administração Pública com 26%, a Agropecuária com 20%, a Indústria com 12%, e os Impostos sobre produtos com 9%.

Na divisão turística do Pará, a região integra o Polo Tapajós, onde as residências e prédios históricos, as festas religiosas, as manifestações folclóricas, festivais e o artesanato local, além das cachoeiras, praias, cavernas com pinturas e gravuras rupestres pré-históricas, balneários, águas minerais e minero-termas, Tabuleiro de quelônios, Parque Nacional, Floresta Nacional área de proteção ambiental, compõem o potencial turístico.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

O Produto Interno Bruto (PIB) da RI Tapajós, em 2016, contribuiu com R\$ 3,2 bilhões para a economia paraense, o que correspondeu a 2,3% do PIB estadual. Entre os setores econômicos que constituem o PIB da RI, o de maior valor adicionado é o de Serviços, com R\$1 bilhão (33%). A dinâmica desse setor na economia regional é resultado também dos desempenhos do setor industrial e do agropecuário, os quais são fundamentais para a ampliação do setor terciário. A Administração Pública, que incorpora tanto as atividades do poder municipal como o do estadual e federal, contabilizou uma geração de riqueza de R\$815 milhões (26%), enquanto a Indústria e a Agropecuária, em conjunto, contribuíram com agregação de valor de R\$1 bilhão, aproximadamente.

Tabela 01 – PIB e Valor Adicionado dos Setores Econômicos – Região de Integração Tapajós, 2016

PIB	Brasil	Pará	RI Tapajós
PIB (Mil R\$)	6.267.205.000	138.068.008	3.173.857
Valor Adicionado Total (Mil R\$)	5.417.699.000	124.788.832	2.893.415
Valor Adicionado Total %	86,4%	90,4%	91,2%
Valor Adicionado Agropecuária (Mil R\$)	306.655.000	17.167.980	656.918
% VA Agropecuário	4,89%	12,43%	20,70%
Valor Adicionado Indústria (Mil R\$)	1.150.207.000	31.519.925	381.166
% VA Indústria	18,35%	22,83%	12,01%
Valor Adicionado Serviços (Mil R\$)	3.015.716.000	47.932.450	1.039.458
% VA Serviços	48,12%	34,72%	32,75%
Valor Adicionado Administração Pública (Mil R\$)	945.121.000	28.168.477	815.874
% VA Administração Pública	15,08%	20,40%	25,71%
Impostos (Mil R\$)	849.506.000	13.279.177	280.441
% Impostos	13,55%	9,62%	8,84%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Entre as atividades econômicas da região, em 2016, o setor de Serviços destacou-se com os segmentos de comércio e atividade imobiliária; a Indústria, com a indústria de transformação, em que a produção de cimento, a madeireira e de abate de animais são relevantes na formação do valor adicionado do setor; e, ainda, o Agropecuário, com os cultivos de mandioca, banana, soja, arroz, melancia, cacau e milho.

Entre os municípios que compõem a RI Tapajós, a maior contribuição para o PIB da região originou-se de Itaituba, com participação de 50%, tendo como principais atividades o comércio, as atividades imobiliárias, a indústria de transformação (destaque para fabricação de cimento), agricultura (com os cultivos de mandioca, banana, melancia e laranja) e a extração mineral (com os produtos de cobre e ouro). Novo Progresso contribuiu com 18% e apresentou como principais atividades a pecuária bovina, o comércio e a agricultura, em que ressaltam os cultivos de soja e milho.

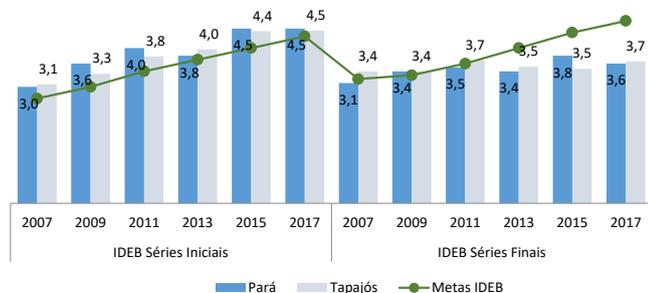
3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação, o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Tapajós, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano), tem alcançado as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o Pará em todos os anos observados, sendo esse o mesmo comportamento observado pelo estado. Quanto às séries finais (8ª Série/9º Ano), as metas foram alcançadas nos três primeiros anos da série (2007, 2009 e 2011), tendo, a partir de 2013, uma queda da nota, que, somente em 2017, volta a se recuperar, porém, ficando ainda abaixo das metas. O Pará, nas séries finais, também só alcançou as metas até o ano de 2011, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Tapajós, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

As taxas de rendimento escolar, taxas de reprovação e de abandono, geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, que demonstram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para chegar ao valor da RI Tapajós.

No ensino fundamental, a região chegou a 12,1% de reprovados, em 2017, estando um pouco acima do valor total do Pará e do Brasil, 11,9% e 7,4% de reprovação, respectivamente. O município de Jacareacanga apresentou a maior taxa de reprovação, 16,2%, e Novo Progresso, a menor taxa, de 9,5%. No ensino médio, o município com a maior taxa de reprovação foi Trairão, com 11,2% de alunos reprovados, e a menor taxa ocorreu no município de Jacareacanga, com 3,6%.

Em relação à taxa de abandono, no ensino fundamental, a região ficou acima dos valores do Pará e do Brasil, 3,7% e 1,6%, respectivamente, alcançando a taxa de 5,1% de abandono. Da mesma forma, no ensino médio, a taxa da região foi de 20,8%, muito acima do registrado no Pará. Situação ainda mais preocupante quando se considera que o estado do Pará se destaca com a pior taxa de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação, com 12,2% de abandono.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Tapajós, 2017



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Na RI Tapajós, o município que obteve a maior taxa de abandono no ensino fundamental foi Aveiro, 7,1%, e a menor taxa foi registrada pelo município de Rurópolis, 4,0%. No ensino médio, o município que obteve a maior taxa de abandono foi Trairão, 34,4%, e a menor foi registrada, também, pelo município de Rurópolis, 14,5%.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nessa modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil (17,2% e 28,2%, respectivamente). Na região, que apresenta taxas muito superiores às do estado, o município de Jacareacanga se destaca com a maior taxa de distorção tanto para o ensino fundamental (45,2%), quanto para o ensino médio (77,3%), conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Tapajós e Municípios, 2018

Itens Geográficos	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	17,2	28,2
Pará	29,5	48,0
RI Tapajós	34,8	53,5
Aveiro	34,6	46,6
Itaituba	32,2	45,5
Jacareacanga	45,2	77,3
Novo Progresso	25,7	47,5
Rurópolis	34,9	49,4
Trairão	36,3	54,8

Fonte: INEP/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde, em 2017, na RI Tapajós, a taxa de mortalidade infantil, de 22,04 mortes infantis a cada mil nascidos vivos, foi superior à apresentada pelo Pará, de 15,38. Os

municípios com as menores taxas foram Novo Progresso, 17,71, e Aveiro, 18,87. Por outro lado, Trairão, com 45,25, e Jacareacanga, com 29,36, obtiveram os maiores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. A região conta com 530 agentes, o que representa uma proporção de cobertura de 100% (todos os municípios da RI apresentaram cobertura de 100%), maior que a apresentada para o estado do Pará, de 81,21%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), em 2018, havia quarenta e cinco equipes implantadas na RI, equivalentes a uma proporção de cobertura média de 75,62%, superior à cobertura apresentada pelo estado, de 59,13%. Até dezembro de 2018, apenas o município de Aveiro possuía 100% da população estimada coberta, com destaque negativo para Rurópolis e Trairão, com apenas 42,16% e 56,04% de cobertura, respectivamente.

Tabela 05 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Tapajós

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Tapajós
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	22,04
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	100,00
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	75,62
Hospitais - 2018	6.687	247	11
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	2,77
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	2,24

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

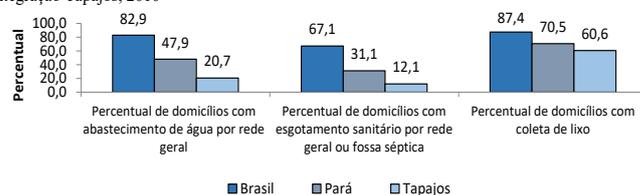
Verificando os indicadores de infraestrutura da saúde, a RI Tapajós dispõe de onze hospitais (todos hospitais gerais), sendo sete pertencentes ao município de Itaituba. Em relação aos postos e centros de saúde por 10 mil habitantes, a taxa apresentada pela RI, em 2018, foi de 2,77, ligeiramente superior à apresentada pelo Pará, de 2,47. Fato este que se repete quando analisada a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes observada na RI, de 2,24, superior à taxa do estado, de 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem em nível municipal, pois essa pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

O Gráfico 03 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Tapajós, em 2010. Observa-se que, naquele ano, no Brasil, 82,9% dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará havia, no mesmo ano, 47,9% do total de domicílios contavam com abastecimento de água por rede geral, 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral, e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na RI Tapajós, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 20,7% dos domicílios, esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, de 12,1%, e de coleta de lixo, 60,6%. Ressalta-se que a cobertura regional dos serviços de abastecimento de água por rede geral e esgotamento sanitário por rede ou fossa séptica estava, em 2010, bem abaixo da proporção nacional e estadual.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Tapajós, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico "Fora RMB", que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do Pará que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018. Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, no ano de 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosampa) estava presente, em 2017, apenas em Itaituba, dos seis municípios que compõem a RI Tapajós, segundo informações do órgão.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos); coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo); ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel); e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o Estado do Pará e a Região de Integração Tapajós, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI TAPAJÓS	
	Total	Percentual	Total	Percentual
Déficit Habitacional	423.437	22,78	13.240	26,7
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	7.918	58,9
Coabitação Familiar	168.684	39,2	3.888	28,9
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	786	5,8
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	856	6,4
Total Domicílios	1.859.165		49.586	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

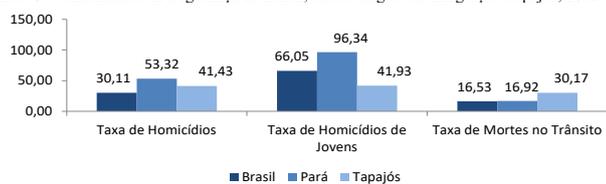
Pode-se observar na tabela que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, equivalente a, aproximadamente, 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Tapajós, o déficit era de 26,7% do total de domicílios. A componente "domicílios precários" correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 58,9% do total da região. Coabitação familiar representava aproximadamente 39% do total de domicílios no Pará, e 28,9% no Tapajós. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, aproximadamente, 87% do déficit no Pará e 88% na região Tapajós. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 5,8% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no estado e, também, para a região do Tapajós.

3.4. Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), analisou-se três indicadores norteadores (Taxa de homicídios por 100 habitantes, Taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e Taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes). Em 2017, a RI Tapajós apresentou taxas inferiores às apresentadas pelo estado nos indicadores Taxa de Homicídios e Taxa de Homicídios de Jovens de 15 a 29 anos e taxa superior para o indicador Taxa de Mortes no Trânsito. A Taxa de Homicídios no Pará atingiu 53,32 homicídios, enquanto que na RI foi de 41,43. Novo Progresso e Itaituba apresentaram as maiores taxas, 75,78 e 71,05 homicídios, respectivamente, em contraponto a Rurópolis e Aveiro, que figuraram com as menores taxas, 4,07 e 12,54 homicídios, nesta ordem.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem apresentada, em 2017, pela RI Tapajós (41,93 homicídios a cada 100 mil jovens), foi inferior à taxa estadual de 96,34 homicídios a cada 100 mil jovens. Itaituba e Novo Progresso observaram as maiores taxas entre os municípios da região, com 77,65 e 69,40 homicídios por cem mil jovens, respectivamente. Os municípios de Aveiro e Trairão não registraram homicídios de jovens.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Tapajós, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Em 2017, a taxa de mortes por acidente no trânsito para a região foi de 30,17 mortes, superior à registrada pelo estado, 16,92 mortes. Os municípios com as maiores taxas foram Novo Progresso (63,82 mortes) e Itaituba (40,60 mortes), enquanto as menores couberam para Jacareacanga e Aveiro (9,64 e 12,54, respectivamente).

Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram Taxa de Homicídios, Taxa de Homicídios no Trânsito e Taxa de Roubo, todos por 100 mil habitantes.

Em 2017, a RI Tapajós alcançou taxa superior à do Pará apenas no indicador Taxa de Homicídios no Trânsito e taxas inferiores para os indicadores Taxa de Homicídios e Taxa de Roubo. A Taxa de Homicídios da região foi de 45,36 mortes e a do Pará de 45,66. Em relação à Taxa de Homicídios no Trânsito, a RI apresentou taxa de 13,25 e o Pará de 9,60. Outro indicador que compõe essa síntese é a Taxa de Roubo que registrou um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes no Pará, enquanto para a região o total foi de 335,21 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Tapajós

Indicadores Segurança	Pará		RI Tapajós	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	40,44	45,36
Taxa de Homicídios no Trânsito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	15,77	13,25
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	354,67	335,21

Fonte: SEGUP, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil, 15,20%, e inferior ao registrado na RI Tapajós, 39,72%.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, onde, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Tapajós apresentou um Índice de Gini de 0,59, desigualdade abaixo da registrada para o estado, de 0,62, e para o Brasil, de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e, Região de Integração Tapajós, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	15,20	0,60
Pará	32,33	0,62
RI Tapajós	39,72	0,59

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Em 2018, na RI Tapajós, 51,3% da população de seus municípios estavam inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 76,8% se declararam com renda igual ou inferior à da linha da pobreza, e 59,9% das famílias inscritas receberam o programa Bolsa Família. A região possui percentuais menores do que o apresentado no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Tapajós e Municípios - dezembro/2018

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	52,6	78,6	64,2
RI Tapajós	51,3	76,8	59,9
Aveiro	64,6	80,6	68,1
Itaituba	65,2	76,0	57,4
Jacareacanga	32,6	87,7	76,1
Novo Progresso	46,1	59,3	40,1
Rurópolis	35,3	78,7	66,9
Trairão	55,9	80,3	66,9

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Dos municípios que compõem a região, Aveiro e Itaituba possuíam os maiores percentuais de suas populações inscritas no CadÚnico, 64,6% e 65,2%, respectivamente. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram Jacareacanga (87,7%), Aveiro (80,6%) e Trairão (80,3%). Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que se destacaram com o maior número de famílias que receberam o Bolsa Família foram Jacareacanga, com 76,1% do total, e Aveiro, com 68,1% do total.

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens¹, em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

A população estimada de jovens no Pará tem mantido uma média de 29,44% nos últimos seis anos (2013-2018) em relação à população total do estado (FAPESPA, 2018). A RI Tapajós mostrou-se, em 2018, como a região com menor quantitativo de jovens, 72,625, e participação estimada de 28,7% em relação ao seu contingente populacional. Dentre seus municípios, o maior número de jovens está em Itaituba (30.902) e Rurópolis (14.744), que juntos correspondem a, cerca de, 62% do total da região, mas, a maior participação foi demarcada em Trairão (32,08%). Por outro lado, o município de Aveiro se destaca com o menor quantitativo (4.369) e participação (26,69%).

Tabela 11- População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Tapajós e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	2.416.773	29,45	2.444.747	29,43	2.475.723	29,47	2.508.928	29,36
Tapajós	72.724	29,57	73.345	29,66	73.939	29,74	72.625	28,70
Aveiro	4.174	26,16	4.173	26,16	4.172	26,16	4.369	26,69
Itaituba	29.580	30,05	29.600	30,06	29.619	30,06	30.902	30,57
Jacareacanga*	12.439	29,98	12.439	29,98	12.439	29,98	12.439	29,98
Novo Progresso	6.919	27,53	7.066	28,15	7.205	28,74	4.137**	16,06**
Rurópolis	13.885	29,67	14.257	29,72	14.614	29,77	14.744	29,78
Trairão	5.727	31,67	5.810	31,78	5.890	31,89	6.034	32,08

¹ A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de Lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

**Nota 1: População não se altera devido decisão judicial. Processo Judicial nº 798-41.2011.4.01.3902, Seção Judiciária de Itaituba-PA.
**Nota 2: O método A, e B, não se mostrou eficaz para a estimativa da população de jovens, para o ano de 2018, no município de Novo Progresso.

No campo empregatício, em 2017, os jovens corresponderam a 25,51% dos vínculos paraenses e 32,15% da RI Tapajós. No entanto, a região apresenta o mais baixo número de total de vínculos empregatícios do estado e o segundo menor no que concerne ao número de jovens ocupados dentro do emprego formal (6.185). Os municípios de Itaituba e Novo Progresso concentraram a maior quantidade de vínculos empregatícios da região, equivalente a 77,2%, e, também, lideraram na participação de jovens no mercado de trabalho, 34,12% e 34%, respectivamente. Os menores índices de participação ocorreram em Aveiro, 8,7%, e Trairão, 21,05%.

Tabela 12 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Tapajós e Municípios, 2017

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	1.068.818	272.675	25,51
RI Tapajós	19.235	6.185	32,15
Aveiro	345	30	8,70
Itaituba	11.226	3.830	34,12
Jacareacanga	1.350	414	30,67
Novo Progresso	3.626	1.233	34,00
Rurópolis	1.729	364	21,05
Trairão	959	314	32,74

Fonte: MTE/Rais, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018²). Do total de nascidos vivos no Pará, 24,38% são de mães menores de 19 anos de idade. Embora tenha diminuído, cerca de, 3% em relação a 2010, esse percentual continua sendo elevado quando se considera proporcionalmente a população jovem do estado, estimada em, aproximadamente, 32%.

Em 2017, o percentual de nascidos vivos de mães menores de 19 anos, na RI Tapajós, foi de 28,33%, o 4º maior se comparado aos das demais RI, embora com diminuição de 2 p.p. em relação a 2010. De seus municípios, os maiores percentuais ocorreram em Jacareacanga (32,79%) e Trairão (32,13%), que lideraram em todos os anos analisados (2010 a 2017), enquanto Aveiro registrou o menor índice, 25,79%.

Tabela 13 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Tapajós (2010-2017)

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	27,42	27,50	27,56	27,37	27,27	26,53	25,73	24,38
RI Tapajós	30,37	30,36	31,57	31,87	31,46	30,35	31,54	28,33
Aveiro	32,31	30,09	31,07	26,51	30,41	26,77	31,22	25,79
Itaituba	30,51	29,90	32,46	32,38	30,87	29,33	30,40	27,26
Jacareacanga	30,86	33,87	31,67	36,91	34,39	31,60	37,65	32,79
Novo Progresso	28,75	28,60	26,40	30,20	31,72	30,97	29,48	27,05
Rurópolis	25,69	28,17	32,31	23,33	29,22	29,50	31,17	28,71
Trairão	38,60	35,27	33,49	39,15	33,63	39,23	31,72	32,13

Fonte: DATASUS/2018
Elaboração: Fapespa/2019.

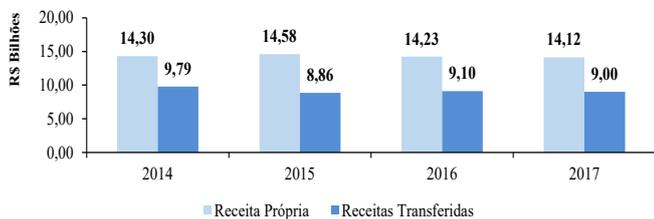
² FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.

4. ARRECAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas à construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como a viabilização de empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2014 e 2017, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R\$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R\$ 9,815 bilhões.

Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017)

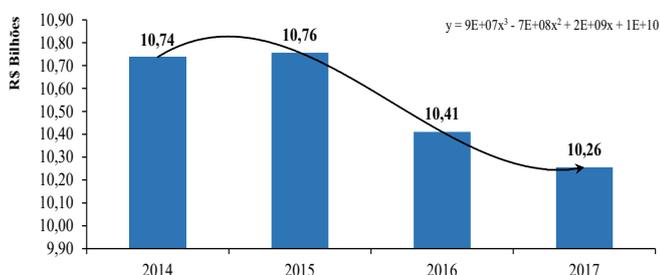


Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017. Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu impactos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia parense.

Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)

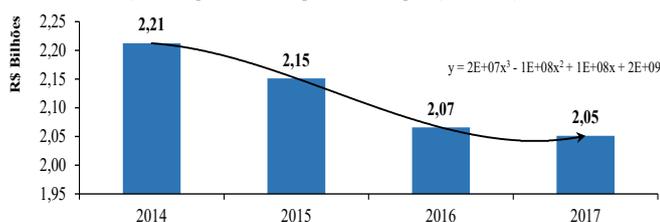


Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017. Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. Entre 2014 e 2017, o montante desse tributo retraiu em -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)



Fonte: SEFA, 2019. Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse contexto, verificou-se no período em exame que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõem a RI Tapajós aumentou em 10,3%, tendo o município de Itaituba recebido a maior parcela (42%) do total destinado a RI, seguido por Novo Progresso (21%) e Jacareacanga (13%). Outro ponto a destacar, com base no período em análise, é o fato de que o total de ICMS repassado aos municípios da região vem representando cerca de 2,6% do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14 - Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	2.212.195.854,32	2.151.243.071,59	2.065.861.819,58	2.051.113.567,84
RI Tapajós	53.756.359,28	54.426.449,74	55.590.871,33	59.277.182,12
Aveiro	4.424.391,70	4.517.610,45	4.372.315,73	4.307.338,50
Itaituba	21.015.860,62	20.651.933,49	21.861.578,62	25.023.585,52
Jacareacanga	7.963.905,08	8.174.723,66	8.328.220,42	7.794.231,57
Novo Progresso	11.060.979,27	11.401.588,29	11.867.714,09	12.511.792,76
Rurópolis	4.645.611,31	4.947.859,08	4.580.521,24	4.922.672,56
Trairão	4.645.611,31	4.732.734,77	4.580.521,24	4.717.561,21

Fonte: SEFA, 2019. Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A RI Tapajós possui 189.592 km² de área total, sendo grande parte do seu território (122.129,13 km² ou 64,42%) recoberto por Unidades de Conservação de Uso Sustentável (61.638 km²) e Proteção Integral (24.871 km²), e Terras Indígenas (35.620 km²), além de projetos de assentamento da reforma agrária (6.624,76 km² ou 3,49%), dos tipos Projeto de Assentamento (PA) e Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), sob responsabilidade do INCRA, o que lhe garante um estoque florestal bastante significativo.

No que diz respeito ao desmatamento acumulado, a RI possui um total de 4,00% (7.857 km²) do seu território desmatado, equivalente a 3,00% da área total do estado, segundo dados de 2017. No tocante a Focos de Calor, o município de Novo Progresso apresentou os maiores índices (2.203), seguido por Itaituba (1.523), que, juntos, representam mais de 50% do número de Focos de Calor da RI Tapajós (Tabela 15).

Tabela 15 - Área de Desmatamento acumulado e número de Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Tapajós, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatamento Acumulado (km²) (2017)	Números de Focos de Calor
Pará	1.247.955	264.691	49.413
RI Tapajós	189.592	7.857	6.306
Aveiro	17.074	906	516
Itaituba	62.041	91	1.523
Jacareacanga	53.303	274	551
Novo Progresso	38.162	689	2.203
Rurópolis	7.021	328	663
Trairão	11.991	163	850

Fonte: IBGE/PRODES, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou 63,31% de suas áreas destinadas à regularização ambiental com CAR viabilizado, em 2018 (Tabela 16). Entre os municípios que compõem a região, Novo Progresso é o município com a maior porção de área com CAR efetivado (79,37%), seguido por Rurópolis (78,18%) e Aveiro (68,31%).

Tabela 16 - Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na Região de Integração Tapajós, 2018

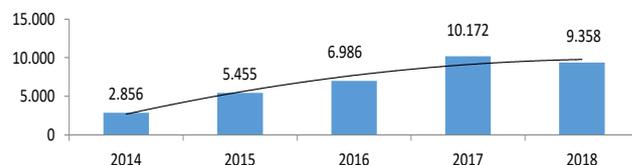
Item Geográfico	Área Territorial (IBGE/km²) (A)	Área Cadastrável (km²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (km²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Tapajós	189.592	41.591,95	21,94	26.330,96	63,31
Aveiro	17.074	4.122,76	24,15	2.816,27	68,31
Itaituba	62.041	13.360,37	21,53	7.416,11	55,51
Jacareacanga	53.303	5.442,04	10,21	2.311,68	42,48
Novo Progresso	38.162	9.791,42	25,66	7.771,66	79,37
Rurópolis	7.021	5.095,04	72,57	3.983,43	78,18
Trairão	11.991	3.780,31	31,53	2.031,82	53,75

Fonte: SEMAS/PMV, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas governamentais de preservação ambiental, o ICMS Verde, aprovado pelo parlamento estadual em 2012, configurou-se como um incentivo maior dado pelo governo do estado aos municípios, de maneira que esses pudessem ampliar suas áreas protegidas e reduzir seus níveis de desmatamento (Gráfico 08). Em se tratando da RI Tapajós, percebe-se que entre 2014 e 2018, a região teve uma participação média de 5,4% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios (Tabela 17). Em 2018, a região contabilizou um montante de R\$ 9,358 milhões, com o município de Novo Progresso detendo a maior parcela (21,12%), seguido por Itaituba (20,87%) e Jacareacanga (16,55%).

Gráfico 08 – Evolução do Repasse de ICMS Verde (R\$1.000,00) para os municípios da Região de Integração Tapajós (2014-2018)



Fonte: SEMAS/PMV, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Tabela 17 - Valor de ICMS Verde (R\$1,00) repassado para os municípios da Região de Integração Tapajós (2014-2018)

Item geográfico	2014	2015	2016	2017	2018
RI Tapajós	2.855.931,35	5.455.119,95	6.985.800,52	10.172.480,11	9.358.210,07
Aveiro	506.735,85	978.447,94	1.119.775,39	1.562.159,94	1.038.718,08
Itaituba	510.145,25	719.110,97	984.532,14	2.074.368,75	1.952.719,53
Jacareacanga	546.528,15	1.288.916,34	1.867.063,98	1.635.785,25	1.549.102,33
Novo Progresso	651.842,41	990.099,84	1.328.292,00	2.085.213,56	1.976.160,62
Rurópolis	257.477,14	756.392,07	690.267,74	1.277.171,48	1.420.177,14
Trairão	383.202,56	722.152,79	995.869,29	1.537.781,14	1.421.332,35

Fonte: SEMAS/PMV, 2018. Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: Valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN

PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

Região de Integração: **Tapajós**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor (R\$ 1.000) 2020-2023
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	7.631.491,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	2.880.175,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	200.000,00
Cultura	207.470,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	100.602.538,00
Direitos Socioassistenciais	1.281.908,00
Educação Básica	122.510.206,00
Educação Profissional e Tecnológica	1.797.400,00
Educação Superior	7.655,00
Esporte e Lazer	877.603,00
Governança Pública	14.436.121,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	1.270.910,00
Infraestrutura e Logística	1.684.165,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	2.228.502,00
Saúde	46.935.768,00
Segurança Pública	55.678.399,00
Trabalho, Emprego e Renda	1.739.964,00
TOTAL PARA A REGIÃO :	R\$ 362.170.275,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor (R\$ 1.000) 2020-2023
Manutenção da Gestão	322.430.814,00
TOTAL PARA A REGIÃO :	R\$ 684.601.089,00

Região de Integração: **Tapajós** **R\$ 684.601.089,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura** **R\$ 7.631.491,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Efetivo dos principais rebanhos por região (bovino)	Unidade	1.448.681	06/2019	ADEPARA	1.760.881
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Arroz)	Kg/Hectare	3.236	06/2019	IBGE	3.934

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	61	12/2018	SEDAP	2020 64
					2021 67
					2022 70
					2023 73
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	2.288	12/2018	EMATER	2020 2.240
					2021 2.440
					2022 2.740
					2023 3.140
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	226	12/2018	SEDAP	2020 237
					2021 249
					2022 262
					2023 275

Objetivo
Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	EMATER, SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Cidadania, Justiça e Direitos Humanos** **R\$ 2.880.175,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	16,66	12/2018	SEJUDH	2020 - 2021 20,00 2022 - 2023 -
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020 17,00 2021 33,00 2022 33,00 2023 33,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SUSIPE

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ

Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Ciência, Tecnologia e Inovação** R\$ 200.000,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,03	12/2018	SIAFEM/SEFA	0,05

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	0,00	12/2018	FAPESPA	2020 0,00 2021 0,00 2022 0,00 2023 33,33

Objetivo
Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção ao Acesso Público a Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA

Objetivo
Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Cultura** R\$ 207.470,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	-	12/2018	SECULT/FCP	33,33

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	-	12/2018	FCP/SECULT	2020 - 2021 300 2022 - 2023 300

Objetivo
Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo
Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT

Objetivo
Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo
Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade** R\$ 100.602.538,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	0,00	12/2019	COSANPA/IBG E/SNIS/SEDOP	2020 - 2021 2,29 2022 2,29 2023 2,29
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	13,24	12/2019	COSANPA/IBG E/SNIS/SEDOP	2020 13,24 2021 15,57 2022 20,91 2023 75,91

Objetivo
Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Construção de Parques Urbanos	Parque Implantado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	SEDOP

Objetivo
Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicílio Atendido	Un	COHAB

Objetivo
Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Implantação de Aterros Sanitários	Aterro Implantado	Un	SEDOP
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Direitos Socioassistenciais** R\$ 1.281.908,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Objetivo
Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo
Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS

Objetivo
Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
Programa Temático: Educação Básica R\$ 122.510.206,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2021
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	18,50	12/2018	INEPI/SEDUC	2020 16,90	2021 16,81
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	74,40	12/2018	INEPI/SEDUC	2020 76,50	2021 76,90
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	7,13	12/2018	INEPI/SEDUC	2020 6,60	2021 6,49
					2022 6,40	2023 6,30

Objetivo
Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional
Construir 2 Escolas Estaduais no Município de Itaituba.
Reformar/Ampliar 3 Escolas Estaduais nos Municípios de Azeiteiro, Itaituba e Rurópolis

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo
Fortalecer a Governança na Educação Básica

Objetivo
Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional
Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 11 Escolas nos Municípios de Itaituba, Jacareacanga, Rurópolis e Trairão.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento às Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo
Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica R\$ 1.797.400,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2021
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020 25,00	2021 60,00
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	193	12/2018	SEDUC / SECTET	2020 300	2021 520
					2022 630	2023 670

Objetivo
Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional
Implantar Escola de Ensino Técnico em Novo Progresso

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SECTET, SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SECTET, SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SEDUC
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET, SEDUC

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
Programa Temático: Educação Superior R\$ 7.655,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Objetivo
Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo
Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Esporte e Lazer R\$ 877.603,00	
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	0	12/2018	SEDUC/SEEL	2020 112
					2021 167
					2022 172
					2023 196

Objetivo	
Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social	

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Governança Pública R\$ 14.436.121,00	
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R\$ em milhares	287.708,00	12/2018	SEFA	440.179,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	0,98	06/2019	SEAD/EGPA	2020 1,47
					2021 1,47
					2022 1,47
					2023 1,47

Objetivo	
Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas	

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	ADEPARÁ, CRG - Itaituba, EGPA, Enc. CBM, SEDAP, SEDUC
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP

Objetivo	
Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal	

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo	
Promover a Gestão Regionalizada	

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOP
Implementação dos Centros Regionais de Governo	Centro de Governo Implementado	Un	Casa Civil, CRG - Itaituba
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	IASEP, SESPA

Objetivo			
Prover a Governabilidade do Poder Executivo			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	Casa Civil, IGEPREV, SEDAP, SEFA
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	CRG - Itaituba
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, CRG - Itaituba, DETRAN, EMATER, PMPA, SEFA, SEMAS, SUSIPE

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo R\$ 1.270.910,00	
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	3,10	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	3,00
Receita gerada pelo turismo	R\$ em mil	8.129,17	12/2018	SETUR	9.197,41

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	1	12/2018	BANPARA	2020 11
					2021 17
					2022 22
					2023 26
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	1	12/2018	JUCEPA	2020 1
					2021 0
					2022 0
					2023 0
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	10	07/2019	SEDEME	2020 35
					2021 45
					2022 55
					2023 54
Número de novos empreendimentos instalados no Estado	Unidade	-	12/2018	CODEC	2020 1
					2021 1
					2022 1
					2023 1
Número de turistas	Unidade	10.000	12/2018	SETUR	2020 10.506
					2021 10.769
					2022 11.038
					2023 11.314

Objetivo	
Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração	

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização da Cadeia Produtiva dos Agrominerais	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Fomento ao Setor de Gemas e Metais Preciosos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Gestão das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários	Projeto Fiscalizado	Un	SEDEME

Objetivo	
Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará	

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituída	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo	
Promover o Turismo como Atividade Econômica	

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Pessoa Capacitada	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
 Programa Temático: **Infraestrutura e Logística** **R\$ 1.684.165,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	-	12/2018	SETRAN	4,73

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	-	12/2018	SETRAN	2020 9 2021 9 2022 9 2023 9
Terminais hidroviários de passageiros homologados pela ANTAQ no Estado	Percentual	-	12/2019	CPH	2020 - 2021 50,00 2022 50,00 2023 50,00

Objetivo
 Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Reforma e Adequação de Infraestrutura Aeroviária	Infraestrutura Conservada	Un	SETRAN
Reforma e Adequação de Infraestrutura Hidroviária	Instalação Reformada	Un	CPH
Restauração de Rodovias	Rodovia Restaurada	Km	SETRAN

Objetivo
 Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
 Programa Temático: **Meio Ambiente e Ordenamento Territorial** **R\$ 2.228.502,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	7,67	12/2018	PRODES/INPE	10,55

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	100,00	12/2019	SEMAS	2020 100,00 2021 100,00 2022 100,00 2023 100,00

Objetivo
 Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Cima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Outorga e Monitoramento de Florestas Públicas para Produtos e Serviços Florestais	Área Outorgada	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	IDEFLOR-Bio

Objetivo
 Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
 Programa Temático: **Saúde** **R\$ 46.935.768,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	3	12/2018	MS/SIM/SINASC	2,44
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	21,90	12/2018	SIM	17,84
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	210,33	12/2018	MS/SIM	194,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	75,32	12/2018	EGESTOR	2020 79,09 2021 83,04 2022 87,19 2023 91,55
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	33,30	12/2018	SIPNI	2020 50,00 2021 60,00 2022 65,00 2023 70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	0,94	12/2018	DATASUS(CNE S)	2020 0,94 2021 0,94 2022 0,94 2023 1,52
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	50,10	12/2018	SINAN	2020 60,00 2021 70,00 2022 80,00 2023 80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,34	12/2018	SIA	2020 0,40 2021 0,45 2022 0,50 2023 0,55
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,01	12/2018	SIA	2020 0,10 2021 0,15 2022 0,20 2023 0,25

Objetivo
 Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	9º CRS - Santarém
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	9º CRS - Santarém, ETSUS
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	9º CRS - Santarém
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	9º CRS - Santarém
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Reestruturação de Unidades Administrativas da Saúde	Unidade Reestruturada	Un	9º CRS - Santarém
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	9º CRS - Santarém, SESPA

Objetivo
 Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional
 Implantar o Centro de Atenção Especializada no Hospital Regional de Itaituba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Implantação de Estabelecimento Assistencial de Saúde	Estabelecimento Implantado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	9º CRS - Santarém, SESPA

Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	SESPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	9º CRS - Santarém, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	9º CRS - Santarém

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Segurança Pública** **R\$ 55.878.399,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	72,60	12/2018	SEGUP	67,00
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	48,10	12/2018	SEGUP	41,70
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	32,66	12/2018	DATASUS	32,84
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	352,90	12/2018	SEGUP	306,10
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	2.152,20	12/2018	SEGUP	2.026,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Densidade Carcerária	Percentual	1,98	12/2018	SUSIPE	1,89	1,85
Índice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	9,529	12/2018	PMPA	12,387	15,246
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	82,00	12/2018	DETRAN	85,00	88,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	39,00	12/2018	DETRAN	40,00	43,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	62,00	12/2018	POL. CIVIL	62,00	64,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	69,00	12/2018	POL. CIVIL	69,00	72,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Compromisso Regional

Implantar CIRETRAN em Rurópolis

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo

Realizar a Custódia Penal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SUSIPE
Implantação de Unidades Prisionais	Unidade Implantada	Un	SUSIPE

Objetivo

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional

Adequar Superintendência da Polícia Civil em Itaituba
 Adequar Delegacia de Polícia em Aveiro
 Implantar Base Integrada Fluvial em Itaituba
 Implantar Núcleo do Centro Integrado de Operações em Itaituba
 Implantar Unidade Integrada de Segurança de Moares de Almeida em Itaituba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SUSIPE
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Prc	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial	Missão Realizada	Un	SEGUP
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo

Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, PMPA, SUSIPE
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SUSIPE
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	PMPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda R\$ 1.739.964,00

Diretriz: Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

Crescimento Inteligente
Sociedade de Direitos

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 1,23	12/2018	MTE/RAIS	1,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	4,79	12/2018	MTE/RAIS	2020 3,00
					2021 3,50
					2022 4,00
					2023 4,50
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	0,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 2,00
					2021 3,00
					2022 3,50
					2023 4,50
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Trabalho	Percentual	0,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 5,00
					2021 6,00
					2022 7,00
					2023 8,00

Objetivo

Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional

Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Itaituba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER

Objetivo

Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER

Região de Integração: Tapajós

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	(R\$1,00)
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	6.410.604,00
Concessão de Auxílio Alimentação	43.983.623,00
Concessão de Auxílio Fardamento	4.523.026,00
Concessão de Auxílio Transporte	1.003.270,00
Operacionalização das Ações Administrativas	8.298.375,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	258.211.916,00
Total	R\$ 322.430.814,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO TOCANTINS

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO TOCANTINS - ESTADO DO PARÁ

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

- Bordas Municipais
- Unidades Federais
- Limites Municipais
- Limite da Região de Integração
- Hidrografia

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO

- Tocantins

Fonte: FAPESPA, 2019
Datação: FAPESPA, 2017

I - ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Tocantins, criada a partir do Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é formada por 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia.

Localizada na região nordeste do Pará e cortada pelos rios Tocantins e Pará e pela rodovia PA-150, a RI Tocantins abrange uma área territorial de 35.838 km², equivalente a 3% da área total do Pará. Do total da área da região, 4,9% são de áreas protegidas.

De acordo com o IBGE, a estimativa populacional para a região, em 2018, foi de 855.399 habitantes, 10% da população do estado, sendo Abaetetuba o município mais populoso da região, com 156.292 habitantes (18%), acompanhado de Cametá, com 136.390 habitantes (16%), e Barcarena, com 122.294 habitantes (14%). Sua taxa de crescimento populacional, entre 2010 e 2018, foi de 1,83%, acima da média estadual (1,46%).

O Produto Interno Bruto (PIB) da região foi em 2016, cerca de R\$ 11,8 bilhões, que equivale a 9% do PIB Estadual. Na composição do PIB da região, a Administração Pública contribuiu com 24%, a Indústria com 23%, os Serviços com 22%, a Agropecuária com 19%, e os Impostos com 12%.

Na divisão turística do Pará, a região integra o Polo Araguaia/Tocantins, e oferece diversas atrações turísticas, como praias, balneários, festivais regionais, festividades religiosas, artesanato local, sítios arqueológicos e patrimônios históricos.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

Em 2016, a Região de Integração Tocantins teve sua riqueza valorada em R\$11,7 bilhões, o que representou 8,5% do PIB paraense. Entre os setores econômicos, o de maior valor adicionado foi o da Administração Pública, com R\$2,7 bilhões (24%), o qual incorpora as atividades do poder municipal, estadual e federal, seguido dos setores da Indústria, com R\$2,6 bilhões (23%), em que se destacaram as indústrias de alumínio e alumina, e de óleo de dendê, e Agropecuária, com R\$2,2 bilhões (19%), tendo como principais cultivos o dendê (46%), pimenta do reino (20%), açaí (56%), coco-da-baía (62%) e a mandioca (16%).

Tabela 01 – PIB e Setores Econômicos – Região de Integração Tocantins, 2016

PIB	Brasil	Pará	RI Tocantins
PIB (Mil R\$)	6.267.205.000	138.068.008	11.786.225
Valor Adicionado Total (Mil R\$)	5.417.699.000	124.788.832	10.377.290
% Valor Adicionado Total	86,4%	90,4%	88,0%
VA Agropecuária (Mil R\$)	306.655.000	17.167.980	2.267.157
% VA Agropecuário	4,89%	12,43%	19,24%
VA Indústria (Mil R\$)	1.150.207.000	31.519.925	2.696.973
% VA Indústria	18,35%	22,83%	22,88%
VA Serviços (Mil R\$)	3.015.716.000	47.932.450	2.624.070
% VA Serviços	48,12%	34,72%	22,26%
Administração Pública (Mil R\$)	945.121.000	28.168.477	2.789.090
% Administração Pública	15,08%	20,40%	23,66%
Impostos (Mil R\$)	849.506.000	13.279.177	1.408.933
% Impostos	13,55%	9,62%	11,95%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Entre os municípios que compõem a região Tocantins, os que apresentaram as maiores contribuições para o PIB da região, em 2016, foram: Barcarena, com participação de 43%, tendo como principal atividade a indústria de transformação, ressaltando-se a produção de alumínio e alumina; Abaetetuba, com 11%, destacando-se as atividades de comércio, atividades imobiliárias e cultivo de açaí; e Cametá, 10%, com a produção de açaí e de pescado.

Quadro 01 - Principais Atividades no VA do Município, excluída a atividade de Administração Pública - Região de Integração Tocantins, Pará, 2016

Item Geográfico	Principais Atividades				
RI Tocantins	Indústria de transformação	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Produção Florestal
Abaetetuba	Comércio	Atividades imobiliárias	Agricultura	Pesca e Aquicultura	Construção Civil
Acará	Agricultura	Atividades imobiliárias	Produção Florestal	Construção civil	Comércio
Baião	Agricultura	Produção Florestal	Atividades imobiliárias	Pesca e Aquicultura	Pecuária
Barcarena	Indústria de transformação	Transporte	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Construção civil	Comércio
Cametá	Agricultura	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Produção Florestal	Comércio
Igarapé-Miri	Agricultura	Produção Florestal	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Comércio
Limoiro do Ajuru	do Produção Florestal	Pesca e Aquicultura	Agricultura	Atividades imobiliárias	Construção civil
Mocajuba	Agricultura	Produção Florestal	Atividades imobiliárias	Comércio	Pesca e Aquicultura
Moju	Agricultura	Comércio	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Produção Florestal
Oeiras do Pará	Agricultura	Produção Florestal	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Comércio
Tailândia	Indústria de transformação	Atividades imobiliárias	Agricultura	Comércio	Construção civil

Fonte e Elaboração: Fapespa, 2019.

2.2. Balança Comercial

A atividade comercial do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de robustez produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em saldo positivo de US\$14 bilhões, e a RI Tocantins contabilizou um saldo de US\$1,0 bilhão. Os principais produtos exportados da região são hidróxido de alumínio, com 63% do valor exportado da RI, seguido pelo alumínio, com 14%, ambos produzidos e exportados por Barcarena. Nas importações, o destaque é para a demanda de hidróxido de sódio, com 31% das importações da RI, e o coque de petróleo, 12%, sendo, novamente, Barcarena o principal importador.

Tabela 02 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Tocantins, 2018

Item Geográfico	Exportação (US\$)	Part.(%)	Importação (US\$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	239.889.170.206	100	181.230.568.862	100	58.658.601.344
Pará	15.608.825.106	100	1.173.984.415	100	14.434.840.691
RI Tocantins	1.544.195.438	9,9	526.637.194	44,9	1.017.558.244
Abaetetuba	103.909.405	6,7	45.955	0,01	103.863.450
Acará	30.807.455	2,0	0	0,0	30.807.455
Barcarena	1.332.160.899	86,27	526.406.177	99,96	805.754.722
Cametá	313.581	0,0	0	0,0	313.581
Igarapé-Miri	827.074	0,1	0	0,0	827.074
Moju	69.020.494	4,5	0	0,0	69.020.494
Tailândia	7.156.530	0,5	185.062	0,04	6.971.468

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

2.3. Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. Em se tratando especificamente da Região de Integração Tocantins, a mesma registrou, em 2017, um total de 74 mil empregos formais, equivalentes a 7% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública deteve, 43% do total do estoque formal da região, seguido por Agropecuária, 13,23%, e Serviços, 13,22%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados, estavam Barcarena, 31%, Abaetetuba, 16%, e Tailândia, 15%.

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Tocantins.

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Tocantins
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	273.022
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	9,05
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	20,7
Empregos Formais (2017)			
Total	46.281.590	1.068.818	74.317
Extrativa Mineral	212.337	19.710	380
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	8.693
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	199
Construção Civil	1.838.958	57.880	4.930
Comércio	9.230.750	203.656	8.660
Serviços	16.772.645	284.360	9.824
Administração Pública	9.195.215	363.926	31.797
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	1.501.052	51.468	9.834

Fonte: PNUD/FJP/PEA/Atlas 2013/RAIS/MTE, 2017.

Elaboração: Fapespa, 2019.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de 218 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 8% do total de ocupados do estado.

2.4. Infraestrutura

As principais rodovias na RI Tocantins são a PA-150 e PA-475, que integram o eixo norte-sul, permitindo interligar a região, ao norte, com a Região de Integração Guajará, e, ao sul, com a Região de Integração Carajás. Além dessas, a PA-151 liga Barcarena até Baião, integrando vários municípios como Abaetetuba, Igarapé-Miri e Mocajuba. A PA-252 liga Abaetetuba à Mãe do Rio (RI Capim), e conecta a região à BR-010. A PA-483 (Alça Viária), formada por um complexo de estradas e pontes, destaca-se pela integração que possibilita, notadamente, entre a RI Guajará e o nordeste paraense.

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Tocantins

Municípios com Aeródromos/Aerportos (4)	
Abaetetuba	
Baião	
Mocajuba	
Tailândia	
Rodovias	18 vias (total 924 km) - 80% pavimentado
PA-151 Baía do Marajó (Belém - Arapari)	
PA-481 Baía do Marajó (Barcarena - Ponta de Pedras)	
PA-252 Rio Acará	
PA-256 Rio Acará (Alto Acará)	
PA-151 Rio Meruá (Igarapé Miri)	
PA-469 Rio Tocantins (Cametá - Carapajó)	
PA-256 Rio Moju (Cairari - Alto Moju)	
Portos (12)	(IP4) Abaetetuba
(IP4) Acará	
(IP4) Baião	
(IP4) Igarapé Miri	
(IP4) Maiauatá (Igarapé Miri)	
(IP4) Mocajuba	
(IP4) Moju	
(IP4) São Joaquim do Itaquara (Baião)	
(TUP) Porto de Vila do Conde (Barcarena)	
(TUP) Imerys (Barcarena)	
(TUP) Bunge (Barcarena)	
(TUP) Hidrovias (Barcarena)	
Pontes	90 pontes (total de 5,5 km)

Fonte: Setran, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Em termos gerais o conjunto modal de mobilidade da região abrange cinco aeródromos/aerportos, noventa pontes (totalizando 5,5 km de extensão), doze portos de pequeno porte, sete travessias e dezoito rodovias.

3. DINÂMICA SOCIAL

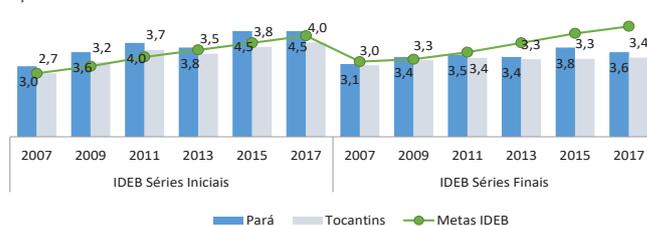
3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) retine em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar

e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Tocantins, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano), alcançou as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o Pará, de 2007 até 2011, contudo, a partir de 2013 a 2017, a média das notas ficaram abaixo da meta estipulada para o Pará (Gráfico 01). Em relação às séries finais (8ª Série/9º Ano), a região alcançou a meta IDEB apenas em 2009.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Tocantins, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

As taxas de rendimento escolar geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, as taxas de reprovação e de abandono, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar ao valor da RI Tocantins.

Em relação à taxa de reprovação, no ensino fundamental, a região atingiu 16,1% de reprovados, em 2017, acima do valor total do Pará e do Brasil, 11,9% e 7,4%, respectivamente. Quanto ao ensino médio, a taxa de reprovação na região, 11,6%, manteve-se no mesmo patamar da observada para o Pará, 11,7%, e pouco acima do valor do Brasil, 10,8%. O município de Oeiras do Pará registrou a maior taxa de reprovação, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, de 24,5% e 22,7%, nesta ordem. O município de Moju apresentou a menor taxa de reprovação, no ensino fundamental, 10,5%, enquanto, no ensino médio, a menor taxa registrada foi no município de Acará, 6,1%.

No que diz respeito à taxa de abandono, no ensino fundamental, em 2017, a RI Tocantins obteve valores acima dos do Pará (3,7%) e do Brasil (1,6%), alcançando a taxa de 4,2% de abandono. No ensino médio, a taxa da região foi de 13,5%, acima também do registrado no Pará (12,2%) e no Brasil (6,1%). Esse quadro torna-se mais preocupante quando se observa que o Pará destaca-se com a pior taxa de abandono no ensino médio do país, com 12,2% de abandono.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Tocantins, 2017



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Na RI Tocantins, em 2017, o município de Acará obteve as maiores taxas de abandono, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, com 6,3% e 21,5%, respectivamente. O município de Barcarena deteve a menor taxa de abandono, no ensino fundamental, com 2,1%, e, no ensino médio, o menor abandono foi registrado no município de Igarapé-Miri, com 6,6%.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil, 17,2% e 28,2%, respectivamente. Na região, o município de Oeiras do Pará deteve as maiores taxas de distorções idade-série, no ensino fundamental (45,4%) e no ensino médio (71,3%), contrastando com o município de Abaetetuba, que atingiu as menores taxas de distorção, 25,6%, no ensino fundamental, e 39,2%, no ensino médio, conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Tocantins e Municípios, 2018

Item Geográfico	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	17,2	28,2
Pará	29,5	48,0
RI Tocantins	36,0	56,5
Abaetetuba	25,6	39,2
Acará	44,0	63,4
Baião	37,1	59,7
Barcarena	32,0	56,3
Cametá	36,3	49,4
Igarapé-Miri	37,0	53,0
Limoeiro do Ajuru	43,7	50,1
Mocajuba	35,6	60,7
Moju	28,7	61,8
Oeiras do Pará	45,4	71,3
Tailândia	30,6	57,0

Fonte: INEP/FAPESPA, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde, na RI Tocantins, a taxa de mortalidade infantil, em 2017, foi de 16,45 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos), superior à apresentada pelo Pará, 15,38. Os municípios com as maiores taxas na RI foram: Mocajuba (28,87), Baião (27,07) e Oeiras do Pará (21,74). Por outro lado, Barcarena (10,22), Limoeiro do Ajuru (14,93) e Acará (15,12) obtiveram os menores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Em 2018, constavam, na região, 1.563 agentes, o que representa uma proporção de cobertura de 92,16%, maior que a apresentada para o Pará, 81,21%. Destacam-se positivamente os municípios de Abaetetuba, Acará, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará, que alcançaram 100% de cobertura, e, negativamente, o município de Tailândia, com proporção de cobertura de 47,30%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), a RI Tocantins contava, em 2018, com 124 equipes, equivalentes a uma proporção de cobertura média de 53,16%, inferior à do estado, de 59,13%, destacando-se Mocoajuba (91,16%) e Barcarena (85,40%), municípios com maior proporção de cobertura, e, por outro lado, Tailândia e Moju, cujos percentuais de cobertura são de apenas 33,39% e 25,93%, respectivamente.

Tabela 05 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Tocantins

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Tocantins
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	16,45
Proporção de Cobertura dos ACS - 2018	64,03	81,21	92,16
Proporção de Cobertura das ESF - 2018	64,19	59,13	53,16
Hospitais - 2018	6.687	247	18
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	2,43
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	1,18

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Verificando-se os indicadores de infraestrutura, a RI Tocantins apresenta 18 hospitais (hospital geral e hospital especializado), com destaque para o Hospital Regional de Cametá que atende a população do nordeste paraense, e Hospital Regional Público Materno Infantil de Barcarena, inaugurado em 2018, que presta serviços essenciais para gestantes e recém-nascidos, incluindo partos de alto risco. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela RI foi de 2,43, inferior à do Pará, de 2,47. Analisando-se a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, a taxa da RI (1,18) também foi menor em comparação à taxa estadual (1,93).

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores possuem uma defasagem em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

O Gráfico 03 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Tocantins. Observa-se que, em 2010, no Brasil, 82,9% dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No Pará havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na RI Tocantins, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 35,0% dos domicílios, de 14,3% com esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, e de 55,7% com coleta de lixo. A cobertura dos três serviços era menor na região do que no estado do Pará, no ano em questão, com destaque para a de esgotamento sanitário, que não cobria nem 15% do total de domicílios na região.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Tocantins, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, regiões, unidades federativas e regiões metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o Estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico “Fora RMB”, que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do estado que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), em 2017, estava presente em sete (Abateetuba, Igarapé Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocoajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia) dos onze municípios da RI Tocantins, segundo informações do órgão.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: **domicílios precários** (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), **coabitação familiar** (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), **ônus excessivo com aluguel urbano** (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel) e **adensamento excessivo de domicílios alugados** (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Tocantins, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI TOCANTINS	
	Total	Percentual	Total	Percentual
Déficit Habitacional	423.437	22,78	34.676	21,8
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	14.059	39,9
Coabitação Familiar	168.684	39,2	17.249	49,0
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	1.145	3,3
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	2.767	7,9
Total Domicílios	1.859.165		158.865	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

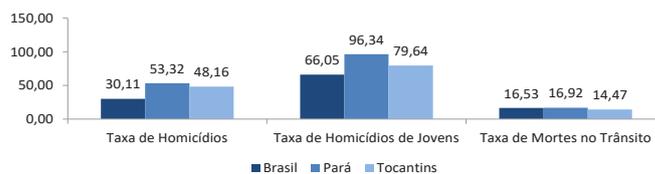
Pode-se observar na tabela que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era de 423.437 domicílios, correspondente a, aproximadamente, 23% do total de domicílios, e, na Região de Integração Tocantins, o déficit equivalia a 21,8% do total de domicílios. A componente “domicílios precários” correspondia a 46,1% do déficit estadual e 39,9% do regional. Coabitação familiar representava, cerca de, 39% do total de domicílios no Pará e 49% na região Tocantins. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, aproximadamente, 87% do déficit no estado do Pará e 89% da região. O ônus excessivo com aluguel urbano era de 8,3% no estado e 3,3% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no Pará e 7,9% na RI Tocantins.

3.4. Segurança

Em relação à área de segurança, considerando as informações do DATASUS (Departamento de Informática do SUS), três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes) foram analisados. Em 2017, a RI Tocantins apresentou taxas inferiores às do estado e do Brasil nos três indicadores. A taxa de homicídios, no Pará, atingiu 53,32 homicídios, enquanto na RI foi de 48,16. Os municípios de Moju e Igarapé-Miri apresentaram as maiores taxas, 80,18 e 65,58 homicídios, respectivamente, em contraposição a Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará, que figuraram com as menores taxas, 10,66 e 12,65 homicídios, nesta ordem.

Em 2017, a taxa de homicídio com recorte na população jovem para o estado (96,34 homicídios a cada 100 mil jovens) foi superior à apresentada pela RI (79,64 homicídios a cada 100 mil jovens). Novamente os municípios de Moju e Igarapé-Miri apresentaram as maiores taxas entre os municípios da região, com 147,72 e 109,42 homicídios por 100 mil jovens, respectivamente, e Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará, as menores taxas da RI, 11,34 e 22,36, nesta ordem.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Tocantins, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A taxa de mortes por acidente no trânsito para a RI Tocantins, em 2017, foi de 14,47 mortes. O Pará apresentou taxa superior, registrando 16,92 mortes. Os municípios com as maiores taxas foram Moju (21,30 mortes) e Abateetuba (19,56 mortes), enquanto Oeiras do Pará (3,16 mortes) e Igarapé-Miri (6,56 mortes) registraram as menores taxas. Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

No que diz respeito às informações fornecidas pelo Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

A RI Tocantins apresentou, em 2017, taxas inferiores às do Pará nos indicadores taxa de homicídios e taxa de roubo, e superior no indicador taxa de homicídios no trânsito. A taxa de homicídios da RI foi de 38,97 mortes e a do Pará, 45,66. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI registrou a taxa de 10,40 e o Pará, de 9,60. Um indicador novo que compõe essa síntese é a taxa de roubo que, em 2017, indicou um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes no Pará, e para a RI Tocantins, 970,82 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Tocantins

Indicadores Segurança	Pará		RI Tocantins	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	33,47	38,97
Taxa de Homicídios no Trânsito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	10,60	10,40
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	1.096,10	970,82

Fonte: SEGUP, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil, 15,20%. Ressalta-se que, na região Tocantins, 48,11% de sua população encontrava-se abaixo da linha da pobreza, o triplo do percentual nacional.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, onde, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída, e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Tocantins apresentou um Índice de Gini de 0,56, indicando uma desigualdade abaixo das registradas para o estado, de 0,62, e para o Brasil, de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e Região de Integração Tocantins, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	15,20	0,60
Pará	32,33	0,62
RI Tocantins	48,11	0,56

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Ao nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Com base no CadÚnico de 2018, na RI Tocantins, 64,3% da população de seus municípios estava inscrita no CadÚnico. Desses inscritos, 88,1% se declararam com renda igual ou inferior à da linha pobreza e 78% das famílias inscritas receberam o programa Bolsa Família. Na ocasião, a região apontava percentuais maiores do que o estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Tocantins e Municípios - dezembro/2018

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscrições no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	52,6	78,6	64,2
RI Tocantins	64,3	88,1	78,0
Abaetetuba	70,3	87,9	79,4
Acará	76,9	92,1	82,0
Baião	52,6	94,0	84,4
Barcarena	54,1	81,4	66,9
Cametá	64,8	90,0	80,5
Igarapé-Miri	72,2	83,7	75,4
Limoeiro do Ajuru	79,5	89,8	85,6
Mocajuba	88,9	90,9	80,4
Moju	65,1	92,5	80,5
Oeiras do Pará	85,6	94,3	87,4
Taiândia	41,8	79,9	68,5

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Dos municípios que compõem a região, Mocajuba e Oeiras do Pará obtiveram os maiores percentuais de população inscrita no CadÚnico, em 2018, com 88,9% e 85,6%, respectivamente. Dos inscritos no cadastro, seis municípios apresentaram percentual de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza maiores ou iguais a 90%, Oeiras do Pará (94,3%), Baião (94%), Moju (92,5%), Acará (92,1%), Mocajuba (90,9%) e Cametá (90%). Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que se destacaram com o maior número de famílias que receberam o Bolsa Família foram Oeiras do Pará (87,4%) e Limoeiro do Ajuru (85,6%).

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens¹, em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

Em 2018, a região Tocantins mostrou-se como a 2ª RI com o maior quantitativo de jovens, 269.997, cuja participação estimada é de 31,56% em relação ao seu contingente populacional. Dentre seus municípios, Abaetetuba detinha o maior número de jovens (51.096), correspondente a segunda maior participação (32,69%), seguido de Cametá (42.918 jovens). O mais elevado percentual de participação ocorreu em Taiândia (33,43%), enquanto os minoritários foram registrados em Oeiras do Pará (28,30%) e Mocajuba (30,03%).

Tabela 11 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Tocantins e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	2.416.773	29,45	2.444.747	29,43	2.475.723	29,47	2.508.928	29,36

¹ A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
RI Tocantins	255.724	31,28	260.424	31,36	264.944	31,43	269.997	31,56
Abaetetuba	48.662	32,35	49.286	32,44	49.886	32,52	51.096	32,69
Acará	16.005	29,60	16.014	29,61	16.024	29,62	16.843	30,34
Baião	13.363	30,54	13.754	30,59	14.131	30,65	14.231	30,66
Barcarena	36.189	31,26	37.109	31,31	37.994	31,35	38.362	31,37
Cametá	40.656	31,07	41.331	31,19	41.980	31,30	42.918	31,47
Igarapé-Miri	18.901	31,32	19.050	31,40	19.192	31,47	19.801	31,76
Limoeiro do Ajuru	8.513	31,11	8.668	31,22	8.817	31,33	8.992	31,46
Mocajuba	8.757	29,79	8.915	29,87	9.067	29,95	9.230	30,03
Moju	23.552	30,43	23.969	30,48	24.370	30,53	24.760	30,57
Oeiras do Pará	8.726	28,26	8.837	28,27	8.943	28,28	9.104	28,30
Taiândia	32.400	33,35	33.491	33,39	34.540	33,43	34.660	33,43

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No campo empregatício, os jovens de 15 a 29 anos ocupavam 25,51% dos vínculos, em 2017, no Pará, e 25,44%, na RI Tocantins. Os maiores quantitativos de jovens no mercado de trabalho formal ocorreram em Barcarena (6.108) e Taiândia (4.036), mas, em termos proporcionais, as maiores participações deram-se em Taiândia (37,37%) e Moju (31,54%).

Tabela 12 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Tocantins e Municípios, 2017

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	1.068.818	272.675	25,51
RI Tocantins	74.317	18.909	25,44
Abaetetuba	11.529	2.490	21,60
Acará	4.279	1.198	28,00
Baião	1.868	262	14,03
Barcarena	23.108	6.108	26,43
Cametá	6.656	1.187	17,83
Igarapé-Miri	3.817	580	15,20
Limoeiro do Ajuru	1.071	108	10,08
Mocajuba	1.674	255	15,23
Moju	8.369	2.640	31,54
Oeiras do Pará	1.145	45	3,93
Taiândia	10.801	4.036	37,37

Fonte: MTE/Rais, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018²). Do total de nascidos vivos no Pará, 24,38% são de mães menores de 19 anos de idade, percentual que, embora tenha diminuído cerca de 3% em relação a 2010, continua sendo elevado quando se considera proporcionalmente a população jovem, estimada em, cerca de, 32%.

Na RI Tocantins, esse dado foi de 26,15%, em 2017, o quinto menor percentual, comparado aos das demais regiões de integração, com diminuição de 3,26 p.p. em relação a 2010. De seus municípios, os maiores percentuais de nascidos vivos (de mães menores de 19 anos de idade), ocorreram em Oeiras do Pará (32,46%), Limoeiro do Ajuru (31,34%) e Moju (30,11%), enquanto os menores índices foram observados em Abaetetuba (21,09%) e Barcarena (21,69%). Considerando o intervalo de 2010 a 2017, a maioria dos municípios registrou diminuição desse indicador, sendo Barcarena (5,9 p.p.) e Abaetetuba (5,16 p.p.) os municípios que demarcaram maiores êxitos na diminuição do índice.

² FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.

Tabela 13 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Tocantins (2010-2017)

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	27,42	27,50	27,56	27,37	27,27	26,53	25,73	24,38
RI Tocantins	29,41	30,53	29,71	29,85	28,86	29,69	27,95	26,15
Abaetetuba	26,25	28,75	26,88	26,95	24,62	25,23	22,12	21,09
Acará	30,70	33,37	32,09	32,15	28,58	32,05	28,61	28,02
Baião	28,84	30,50	29,00	36,65	34,26	31,83	31,39	24,84
Barcarena	27,59	27,63	27,76	26,83	25,46	26,93	24,72	21,69
Cametá	27,99	27,07	24,82	26,69	26,88	28,59	27,02	28,34
Igarapé-Miri	31,02	33,67	31,57	31,60	29,42	31,24	28,91	28,90
Limoeiro do Ajuru	30,99	29,51	32,59	32,71	27,93	34,16	30,48	31,34
Mocajuba	31,60	34,18	37,10	32,43	32,56	32,99	30,43	26,80
Moju	33,13	34,62	35,86	32,83	34,35	32,51	33,47	30,11
Oeiras do Pará	32,16	28,59	31,56	29,69	33,90	34,47	36,67	32,46
Taiândia	32,24	35,46	33,68	34,50	34,35	32,41	31,50	27,85

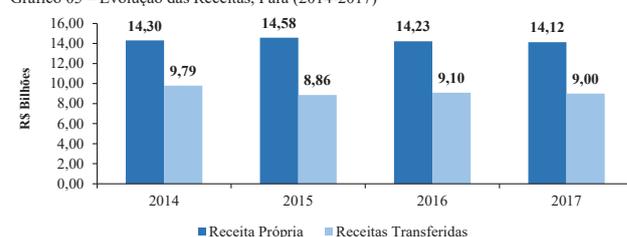
Fonte: DATASUS/2018. Elaboração: Fapespa/2019.

4. ARRECAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas para a construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como a viabilização de empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2014 e 2017, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R\$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R\$9,815 bilhões.

Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017)



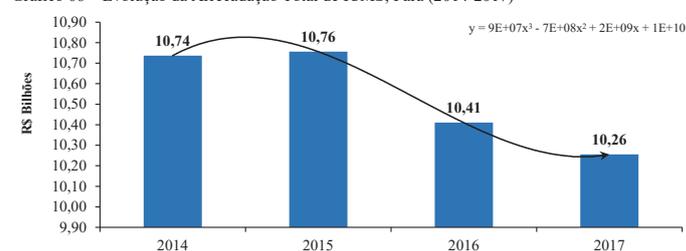
Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retrairam 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu impactos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)



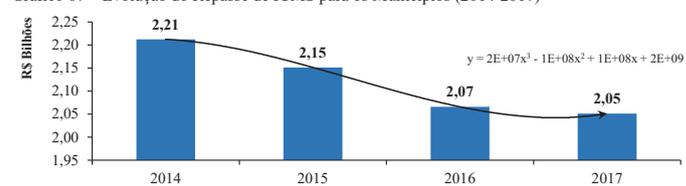
Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. Entre 2014 e 2017, o montante desse tributo retraiu em -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)



Fonte: SEFA, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse sentido, verificou-se, no período em exame, que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõem a RI Tocantins cresceu em 32%, tendo, em 2017, o município de Barcarena recebido a maior parcela (58%) do total destinado a RI, seguido por Abaetetuba (9,4%). Outro ponto a destacar é o fato de que, entre 2014 e 2017, o total de ICMS repassado aos municípios da RI em estado representava, em média, cerca de 6,5% do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	2.212.195.854,32	2.151.243.071,59	2.065.861.819,58	2.051.113.567,84
RI Tocantins	123.661.748,22	124.772.098,16	140.122.308,61	163.268.640,04
Abaetetuba	11.282.198,84	11.401.588,29	13.325.152,67	15.383.351,77
Acará	5.088.050,45	4.947.859,08	5.205.137,77	5.332.895,29

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Baião	4.203.172,14	4.087.361,83	4.164.110,21	4.307.338,50
Barcarena	62.162.703,50	61.310.427,53	72.455.517,69	94.556.335,47
Cametá	5.530.489,63	5.593.231,99	5.829.754,28	6.153.340,70
Igarapé-Miri	3.981.952,55	3.872.237,51	3.955.904,70	4.307.338,50
Limoeiro do Ajuru	2.875.854,63	2.796.616,00	2.914.877,13	2.666.447,64
Mocajuba	3.097.074,18	3.011.740,31	2.706.671,63	2.666.447,64
Moju	11.060.979,27	13.983.079,96	14.366.180,24	12.306.681,40
Oeiras do Pará	3.097.074,18	3.226.864,60	3.123.082,66	2.871.559,00
Tailândia	11.282.198,84	10.541.091,05	12.075.919,62	12.716.904,13

Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Tocantins é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação de Uso Sustentável (1.540 km²), Terras Indígenas (201 km²), Territórios Quilombolas (1378,87 km²) e Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, na modalidade Projeto de Assentamento (PA). Assim, da área total da região, 35.839 km², 8,7% correspondem às áreas protegidas, e 10,36% às destinadas a projetos de assentamentos.

Em relação ao desmatamento acumulado na RI Tocantins, registrou-se, em 2017, o total de 14.629 km², equivalente a 41% da área da região e a 6% do desmatamento acumulado do estado do Pará (Tabela 15). Em termos municipais, Moju registrou a maior área de desmatamento acumulado, 4.396 km² (30%), seguido do Acará, 2.385 km² (16,30%), e Tailândia, 2.271 km² (15,52%). Juntos, esses três municípios responderam por mais de 50% do desmatamento acumulado na RI.

Quanto aos focos de calor, em 2017, mais de 30% dos registros da região concentraram-se, no município de Moju (1.079), que somados aos do Acará (761), Cametá (440) e Oeiras do Pará (308), alcançaram, cerca de, 70% do total de registros da RI.

Tabela 15 – Área de Desmatamento acumulado e número de Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Tocantins, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatado Acumulado km²	Focos de Calor
Pará	1.247.955	264.691	21
RI Tocantins	35.839	14.629	3726
Abaetetuba	1.611	696	167
Acará	4.344	2.385	761
Baião	3.758	1.613	205
Barcarena	1.310	333	89
Cametá	3.081	1.117	440
Igarapé-Miri	1.997	481	184
Limoeiro do Ajuru	1.490	62	47
Mocajuba	871	493	180
Moju	9.094	4.396	1079
Oeiras do Pará	3.852	781	308
Tailândia	4.430	2.271	266

Fonte: INPE/PRODES, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2018, uma parcela de 62,26% de sua área passível de regularização ambiental com Cadastro Ambiental Rural (CAR) viabilizado (Tabela 16). Entre os municípios que compõem a região, Tailândia possui a maior proporção de área com CAR efetivado (88,22%), seguido por Moju (75,23%) e Igarapé-Miri (66,79%).

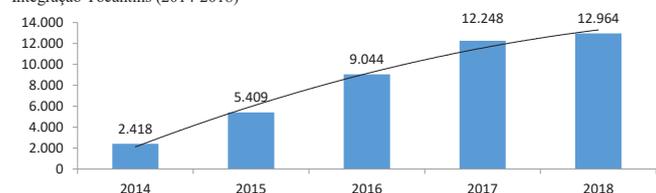
Tabela 16 – Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na Região de Integração Tocantins, 2018

Item Geográfico	Área Territorial (IBGE/km²) (A)	Área Cadastrável (km²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (km²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Tocantins	35.839	31.284,81	87,26	19.478,05	62,26
Abaetetuba	1.611	1.201,29	74,55	771,26	64,20
Acará	4.344	4.300,17	98,87	2.597,78	60,41
Baião	3.758	2.841,05	75,62	1.384,72	48,74
Barcarena	1.310	793,93	60,52	325,71	41,03
Cametá	3.081	2.631,88	85,42	860,31	32,69
Igarapé-Miri	1.997	1.686,21	84,42	1.126,15	66,79
Limoeiro do Ajuru	1.490	988,84	66,36	636,12	64,33
Mocajuba	871	798,11	91,66	313,35	39,26
Moju	9.094	8.929,72	98,16	6.717,65	75,23
Oeiras do Pará	3.852	2.706,89	70,30	857,59	31,68
Tailândia	4.430	4.406,71	99,39	3.887,42	88,22

Fonte: IBGE/SEMAs/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas estaduais de incentivo a boas práticas de gestão ambiental municipal, a RI Tocantins teve uma participação média de 7% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios, entre os anos de 2014 e 2018 (Gráfico 08). Em 2018, a região contabilizou um montante de R\$12,963 milhões, com o município de Moju detendo a maior parcela (11,80%), seguido por Tailândia (10,35%), Abaetetuba (9,89%), Oeiras do Pará (9,67%), Igarapé-Miri (9,58%), Baião (9,55%), Barcarena (9,27%), Acará (9,24%), Cametá (8,94%), Limoeiro do Ajuru (6,75%) e Mocajuba (4,98%) (Tabela 17).

Gráfico 08 – Evolução dos Valores de Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Tocantins (2014-2018)



Fonte: SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Tabela 17 – Valor de ICMS Verde repassado para os municípios da Região de Integração Tocantins (2014 e 2018)

Item geográfico	2014	2015	2016	2017	2018
Tocantins	2.418.354,78	5.409.069,93	9.043.966,91	12.247.997,75	12.963.506,01
Abaetetuba	110.331,61	542.040,84	924.520,08	1.156.895,89	1.281.492,51
Acará	289.152,94	595.981,91	855.110,72	1.277.168,15	1.197.322,19
Baião	295.012,85	602.765,19	886.190,61	1.277.168,49	1.237.927,05
Barcarena	23.074,26	320.363,73	689.579,19	1.277.168,74	1.201.787,28
Cametá	136.838,19	296.963,96	507.780,37	998.659,19	1.158.498,72
Igarapé Miri	206.824,31	449.496,30	782.638,01	1.277.169,08	1.241.625,58
Limoeiro do Ajuru	246.893,48	510.446,11	980.375,65	1.020.291,92	874.690,14
Mocajuba	172.689,45	386.500,46	582.064,21	725.912,58	645.206,18
Moju	319.161,04	680.042,80	955.444,79	1.277.171,27	1.529.122,84
Oeiras do Pará	241.614,88	511.298,28	782.571,57	683.222,85	1.254.151,53
Tailândia	376.761,77	513.170,35	1.097.691,71	1.277.169,60	1.341.681,99

Fonte: SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN
PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

Região de Integração: Tocantins

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS	
PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor (R\$ 1,00) 2020-2023
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	10.201.750,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	4.520.062,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	10.254.896,00
Cultura	551.552,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	38.415.936,00
Direitos Socioassistenciais	9.624.725,00
Educação Básica	877.053.664,00
Educação Profissional e Tecnológica	2.583.565,00
Educação Superior	13.748.633,00
Esporte e Lazer	1.420.293,00
Governança Pública	37.247.560,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	12.148.733,00
Infraestrutura e Logística	187.666.249,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	3.610.420,00
Saúde	397.325.061,00
Segurança Pública	86.659.356,00
Trabalho, Emprego e Renda	3.500.424,00
TOTAL PARA A REGIÃO :	R\$ 1.696.532.879,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor (R\$ 1,00) 2020-2023
Manutenção da Gestão	918.292.293,00
TOTAL PARA A REGIÃO :	R\$ 918.292.293,00
TOTAL PARA A REGIÃO :	R\$ 2.614.825.172,00

Região de Integração: Tocantins R\$ 2.614.825.172,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura R\$ 10.201.750,00

Diretriz: Crescimento Inteligente

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável: 1. Trabalho decente e crescimento econômico, 2. Energia limpa, acessível, 8. Indústria, inovação e infraestrutura, 14. Vida submarina

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Efetivo dos principais rebanhos por região (galináceos)	Unidade	634.838	06/2019	ADEPARA	771.649
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Açai)	Kg/Hectare	6.598	06/2019	IBGE	8.020

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	161	12/2018	SEDAP	2020: 169 2021: 178 2022: 186 2023: 196
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	6.080	12/2018	EMATER	2020: 5.140 2021: 5.460 2022: 5.696 2023: 5.880
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuario	Unidade	392	12/2018	SEDAP	2020: 412 2021: 432 2022: 454 2023: 476

Objetivo: Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional: Implantar 01 Entrepeso para Hortifrutli no Município de Abaetetuba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Afiosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	EMATER, SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Cidadania, Justiça e Direitos Humanos** R\$ 4.520.062,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	9,09	12/2018	SEJUDH	2020 - 2021 - 2022 10,00 2023 -
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020 36,00 2021 45,00 2022 55,00 2023 36,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SUSIPE
Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sistema Penitenciário	Município Apoiado	Un	SESPA

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação da Rede de Atenção Psicossocial	Município Apoiado	Un	13º CRS - Cameté, 6º CRS - Barcarena
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Promoção de Estratégias e Metodologias Educativas sobre Drogas	Ação Educativa Realizada	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTQI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Ciência, Tecnologia e Inovação** R\$ 10.254.896,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,07	12/2018	SIAFEM/SEFA	0,14

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	0,00	12/2018	FAPESPA	2020 100,00 2021 100,00 2022 100,00 2023 100,00

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Compromisso Regional

Implantar 5 Aldeias Sustentáveis nos Municípios da Região Tocantins

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Árvore Digitais e Aldeias Sustentáveis para Acesso Público à Internet e Comunicação de Dados	Árvore Digital Implantada	Un	SECTET
Promoção ao Acesso Público à Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA, SECTET

Objetivo

Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Bolsas de Pesquisa	Bolsa Contratada	Un	FAPESPA, SECTET
Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica	Projeto Apoiado	Un	FAPESPA
Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos	Evento Apoiado	Un	FAPESPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Cultura** R\$ 551.552,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	45,45	12/2018	SECULT/FCP	81,82

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	-	12/2018	FCP/SECULT	2020 1.800 2021 - 2022 1.800 2023 -

Objetivo			
Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo			
Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão da Educação Patrimonial	Agente Cultural Qualificado	Un	SECULT
Gestão do Patrimônio Material e Imaterial	Patrimônio Gerido	Un	SECULT
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT

Objetivo			
Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo			
Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio às Expressões Artístico-Culturais	Expressão Cultural Apoiada	Un	FCG
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA			
Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade		R\$ 38.415.936,00	
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável		
Crescimento Inteligente			

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	0,00	12/2019	COSANPA/IBG E/SNIS/SEDOP	-	3,01
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	42,57	12/2019	COSANPA/IBG E/SNIS/SEDOP	60,29	66,73

Objetivo			
Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Construção de Parques Urbanos	Parque Implantado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	SEDOP
Objetivo			
Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicílio Atendido	Un	COHAB
Objetivo			
Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico			
Compromisso Regional			
Concluir as Obras de Implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Moju			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Direitos Socioassistenciais	
R\$ 9.624.725,00	
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Objetivo			
Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo			
Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS

Objetivo			
Promover a Inclusão Socioproductiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA
Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	Un	SEASTER

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA			
Programa Temático: Educação Básica		R\$ 877.053.664,00	
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável		
Sociedade de Direitos			

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
IDEB Anos Finais (8ª Série/9ª Ano)	Índice	3,20	12/2017	INEP/SEDUC	3,90	
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5ª Ano)	Índice	4,50	12/2017	INEP/SEDUC	5,30	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	3,50	12/2018	INEP/SEDUC	3,40	3,00

Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	14,01	12/2018	INEP/SEDUC	2020 12,57 2021 12,41 2022 12,15 2023 11,99
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	82,60	12/2018	INEP/SEDUC	2020 83,40 2021 84,30 2022 84,70 2023 85,10
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	75,80	12/2018	INEP/SEDUC	2020 78,00 2021 78,30 2022 78,70 2023 79,00
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	13,90	12/2018	INEP/SEDUC	2020 13,20 2021 12,60 2022 12,20 2023 11,90
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	10,20	12/2018	INEP/SEDUC	2020 9,43 2021 9,29 2022 9,15 2023 9,01

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 9 Escolas Estaduais nos Municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Moju e Oeiras do Pará.
Reformar/Ampliar 5 Escolas Estaduais nos Municípios de Abaetetuba, Barcarena, Limoeiro do Ajuru, Moju e Oeiras do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Fortalecer a Governança na Educação Básica

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 39 escolas nos Municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cameté, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento da Rede de Atendimento da Educação Especial nas Unidades de Referência	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação em Tempo Integral	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica R\$ 2.583.565,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020 22,22 2021 36,36 2022 20,00 2023 16,67	
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	602	12/2018	SEDUC / SECTET	2020 470 2021 575 2022 630 2023 710	

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar Escola de Ensino Técnico em Barcarena

Ofertar Cursos de Formação Inicial e Continuada nos Municípios de Abaetetuba, Barcarena, Igarapé-Miri e Mocajuba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SECTET, SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SECTET, SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SECTET, SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SEDUC, SETUR
Realização de Cursos de Educação Tecnológica	Aluno Atendido	Un	SECTET
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET, SEDUC, SETUR

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior R\$ 13.748.633,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	12,08	12/2018	UEPA	7,02

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	5,00	12/2018	UEPA	2020 19,00 2021 14,00 2022 11,00 2023 8,00	

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Compromisso Regional

Ampliar o Campus da UEPA em Barcarena

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Construção de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Construída	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Compromisso Regional			
Ofertar Curso Modular de Enfermagem e Direito em Mocajuba			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	Campi Atendido	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	FAPESPA, SECTET, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Esporte e Lazer** R\$ 1.420.293,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	395	12/2018	SEDUC/SEEL	2020	398
					2021	412
					2022	423
					2023	438

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Governança Pública** R\$ 37.247.560,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
ICMS arrecadado	R\$ em milhares	790.432,00	12/2018	SEFA	1.041.929,00	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	0,28	06/2019	SEAD/EGPA	2020	0,42
					2021	0,42
					2022	0,42
					2023	0,42

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Compromisso Regional

Implantar os Serviços do IASEP nos Municípios de Baião e Mocajuba			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	13º CRS - Cametá, 6º CRS - Barcarena, ADEPARÁ, EGPA, Enc. CBM, HEMOPA, HRCM, SEDAP, SEDUC, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP

Objetivo			
Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo

Promover a Gestão Regionalizada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SE Dop
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	DETRAN, HEMOPA, IASEP, SESP

Objetivo

Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	IASEP, IGEFREV, SEDAP, SEFA
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	13º CRS - Cametá, 6º CRS - Barcarena, HRCM
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, DETRAN, EMATER, PMPA, SEFA, SUSIPE

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Indústria, Comércio, Serviços e Turismo** R\$ 12.148.733,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	6,10	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	3,00	
Receita gerada pelo turismo	R\$ em mil	24.349,20	12/2018	SETUR	27.548,88	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	38	12/2018	BANPARA	2020	64
					2021	96
					2022	125
					2023	150
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	1	12/2018	JUCEPA	2020	1
					2021	0
					2022	0
					2023	0
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	21	07/2019	SEDEME	2020	65
					2021	76
					2022	91
					2023	97
Número de novos empreendimentos instalados no Estado	Unidade	2	12/2017	CODEC	2020	1
					2021	1
					2022	1
					2023	1
Número de turistas	Unidade	30.000	12/2018	SETUR	2020	31.519
					2021	32.307
					2022	33.114
					2023	33.942

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Município Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Metais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Compromisso Regional

Implantar a ZPE em Barcarena
Realizar Concessão da Ferrovia Paraense (RI Araguaia ao Tocantins)

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Concessão de Infraestruturas Públicas	Concessão Realizada	Prj	SEDEME
Incentivo a Áreas Industriais	Área Industrial Incentivada	Prc	CAZBAR, CODEC
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituída	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo
Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SEDOF, SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
Programa Temático: **Infraestrutura e Logística** R\$ 187.666.249,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	69,46	12/2018	SETRAN	73,90

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	4.767,90	12/2018	SETRAN	2020 834,15
					2021 834,15
					2022 834,15
					2023 834,15
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	784,15	12/2018	SETRAN	2020 66,67
					2021 66,67
					2022 66,67
					2023 66,67
Terminais hidroviários de passageiros homologados pela ANTAQ no Estado	Percentual	66,67	12/2019	CPH	2020 66,67
					2021 66,67
					2022 66,67
					2023 66,67

Objetivo
Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Compromisso Regional
Pavimentar a PA 407 (Rodovia do Açul), Trecho: Entroncamento PA-151 / Vila Maiuatá no Município de Igarapé-Miri - 17 Km

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Infraestrutura Hidroviária	Infraestrutura Construída	Un	SETRAN
Construção de Pontes	Ponte Construída	M	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Recuperação de Pontes	Ponte Recuperada	M	SETRAN
Reforma e Adequação de Infraestrutura Hidroviária	Instalação Reformada	Un	CPH

Objetivo
Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME
Implementação do Serviço de Distribuição de Gás Natural	Sistema Implantado	Un	GAS DO PARÁ

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	R\$ 3.610.420,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	1,26	12/2018	PRODES/INPE	1,73

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	100,00	12/2019	SEMAS	2020 100,00
					2021 100,00
					2022 100,00
					2023 100,00

Objetivo
Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Família Beneficiada	Un	IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	IDEFLOR-Bio

Objetivo
Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional
Emitir 13 Títulos Definitivos para Comunidades Quilombolas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
Programa Temático: **Saúde** R\$ 397.325.061,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	11	12/2018	MS/SIM/SINASC	8,96
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	16,39	12/2018	SIM	13,35
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	202,16	12/2018	MS/SIM	186,27

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	56,35	12/2019	EGESTOR	2020 59,17
					2021 62,13
					2022 65,23
					2023 68,49
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	0,00	12/2018	SIPNI	2020 50,00
					2021 60,00
					2022 65,00
					2023 70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	0,94	12/2018	DATASUS(CNE S)	2020 1,01
					2021 1,01
					2022 1,01
					2023 1,01
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	51,30	12/2018	SINAN	2020 60,00
					2021 70,00
					2022 80,00
					2023 80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,33	12/2018	SIA	2020 0,40
					2021 0,40
					2022 0,45
					2023 0,45

Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,04	12/2018	SIA	2020	0,10
					2021	0,15
					2022	0,20
					2023	0,25

Objetivo			
Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	13º CRS - Cametá, 2º CRS - Santa Izabel, 6º CRS - Barcarena, SESP
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	13º CRS - Cametá, 6º CRS - Barcarena
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	13º CRS - Cametá, 2º CRS - Santa Izabel, 6º CRS - Barcarena, ETSUS, HEMOPA, HRCM
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	13º CRS - Cametá, 6º CRS - Barcarena, HRCM
Implementação da Humanização na Saúde	Ação Realizada	Un	6º CRS - Barcarena
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	13º CRS - Cametá, 2º CRS - Santa Izabel, 6º CRS - Barcarena
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	2º CRS - Santa Izabel, SESP
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	13º CRS - Cametá, 2º CRS - Santa Izabel, 6º CRS - Barcarena, SESP

Objetivo			
Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade			

Compromisso Regional			
Implantar o Centro de Atenção Especializada no Hospital Regional de Cametá			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasso Realizado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	13º CRS - Cametá, 6º CRS - Barcarena, SESP
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	13º CRS - Cametá, SESP
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	13º CRS - Cametá, 6º CRS - Barcarena, HRCM, SESP
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	HEMOPA, SESP

Objetivo			
Fortalecer a Rede de Atenção Primária			

Compromisso Regional			
Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	13º CRS - Cametá, 2º CRS - Santa Izabel, 6º CRS - Barcarena, SESP
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo			
Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	13º CRS - Cametá, 2º CRS - Santa Izabel, 6º CRS - Barcarena, LACEN, SESP
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	13º CRS - Cametá, 2º CRS - Santa Izabel, 6º CRS - Barcarena, SESP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Segurança Pública	R\$ 86.659.356,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	   

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	69,30	12/2018	SEGUP	63,90
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	34,30	12/2018	SEGUP	29,70
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	13,79	12/2018	DATASUS	13,24
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	871,90	12/2018	SEGUP	756,10
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	570,90	12/2018	SEGUP	537,40

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Densidade Carcerária	Percentual	2,38	12/2018	SUSIPE	1,35	1,48
Índice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	2,807	12/2018	PMPA	3,649	4,491
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	84,00	12/2018	DETRAN	85,00	86,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	35,00	12/2018	DETRAN	36,00	37,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	34,00	12/2018	POL CIVIL	34,00	34,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	88,00	12/2018	POL CIVIL	88,00	88,00

Objetivo			
Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo			
Prevenir Acidentes de Trânsito			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo			
Realizar a Custódia Penal			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SUSIPE
Implantação de Unidades Prisionais	Unidade Implantada	Un	SUSIPE

Objetivo			
Reduzir a Violência e a Criminalidade			
Compromisso Regional			
Adequar 3 Delegacias de Polícia em Barcarena e Limoeiro do Ajurú Implantar Base Integrada Fluvial em Abaetetuba Implantar Delegacia Fluvial em Abaetetuba Implantar Núcleo do Centro Integrado de Operações em Abaetetuba			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SUSIPE
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Prc	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial	Missão Realizada	Un	SEGUP
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo			
Valorizar os Agentes de Segurança Pública			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, PMPA, SUSIPE
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SUSIPE
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda	R\$ 3.500.424,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 0,52	12/2018	MTE/RAIS	1,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	7,46	12/2018	MTE/RAIS	2020 3,00 2021 3,50 2022 4,00 2023 4,50
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	22,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 20,00 2021 21,00 2022 22,00 2023 23,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Trabalho	Percentual	29,30	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 29,58 2021 30,00 2022 30,50 2023 31,00

Objetivo			
Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho			
Compromisso Regional			
Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Abaetetuba			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	SEASTER
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER
Objetivo			
Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária			

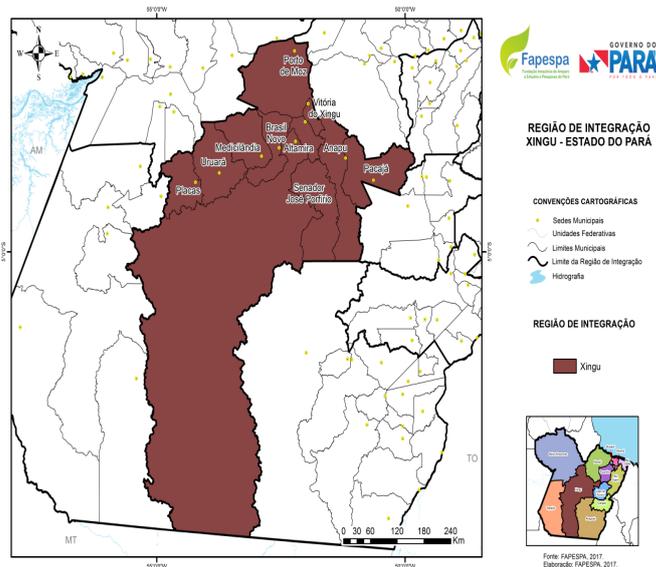
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	Un	SEASTER
Apoio às Unidades Produtivas	Empreendimento Apoiado	Un	SEASTER
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiados	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER

Região de Integração: Tocantins

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	(R\$1.00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	12.550.282,00
Concessão de Auxílio Alimentação	163.502.492,00
Concessão de Auxílio Fardamento	8.317.943,00
Concessão de Auxílio Transporte	768.350,00
Operacionalização das Ações Administrativas	10.380.764,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	722.772.462,00
	R\$ 918.292.293,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO XINGU



I - ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Xingu, criada a partir do Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é composta por dez municípios: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto do Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

Localizada na região sudoeste do estado e entrecortada pela rodovia BR-230 (Rodovia Transamazônica), a RI Xingu abrange uma área territorial de 250.794 km², equivalente a 20% da área do Pará. Do total da área da região, aproximadamente, 70% são de áreas protegidas.

De acordo com o IBGE, em 2018, sua população foi estimada em 376.839 habitantes. Desse contingente, 30% estavam concentrados em Altamira; 12%, em Uruará; 12%, em Pacajá; e 10%, em Porto de Moz. Juntos, esses municípios responderam por 64% da população da região, cuja taxa de crescimento, entre 2010 e 2018, foi de 1,60%, maior que a média do estado, 1,46%.

Na composição do PIB da região, os Serviços contribuem com 29%, a Agropecuária com 23%, a Indústria com 21%, a Administração Pública com 20%, e os Impostos com 8%.

Na divisão turística do Pará, a região integra o Polo Xingu, destaca-se pelas festas religiosas, o artesanato local, balneários, corredeiras d'água, festivais, Feira Agropecuária, praias, cavernas, grutas, tabuleiros, de quelônios como tartaruga, tracajá e pitu, monumentos históricos, pesca esportiva, açudes, cachoeiras.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

Em 2016, a Região de Integração Xingu teve sua riqueza valorada em R\$6,2 bilhões, o que representou 4,5% do PIB paraense. Entre os setores econômicos, o de maior valor adicionado foi o setor de Serviços (R\$1,8 bilhão), com 29% do PIB da RI, seguido pela Agropecuária (R\$1,4 bilhão), com 23% do valor adicionado pela RI, e a Indústria (R\$1,2 bilhão), com 21%. A região destaca-se por sua importância energética, representada através da Usina Hidrelétrica de Belo

Monte, cultivos de cacau (maior produtora do estado - 78%), banana e mandioca, e efetivos de galinhas e bovinos (12%).

Tabela 01 – PIB e Setores Econômicos – Região de Integração Xingu, 2016

PIB	Brasil	Pará	RI Xingu
PIB (Mil R\$)	6.267.205.000	138.068.008	6.222.407
Valor Adicionado Total (Mil R\$)	5.417.699.000	124.788.832	5.745.306
% Valor Adicionado Total	86,4%	90,4%	92,3%
VA Agropecuária (Mil R\$)	306.655.000	17.167.980	1.417.796
% VA Agropecuário	4,89%	12,43%	22,79%
VA Indústria (Mil R\$)	1.150.207.000	31.519.925	1.291.148
% VA Indústria	18,35%	22,83%	20,75%
VA Serviços (Mil R\$)	3.015.716.000	47.932.450	1.800.734
% VA Serviços	48,12%	34,72%	28,94%
Administração Pública (Mil R\$)	945.121.000	28.168.477	1.235.628
% Administração Pública	15,08%	20,40%	19,86%
Impostos (Mil R\$)	849.506.000	13.279.177	477.101
% Impostos	13,55%	9,62%	7,67%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Entre os municípios que compõem a região Xingu, os que apresentaram, em 2016, as maiores contribuições para o PIB regional foram Altamira, com participação de 40%, tendo como principal atividade a construção civil, em função do empreendimento de Belo Monte; Vitória do Xingu, com 16%, destacando-se as atividades de geração de energia e construção civil; e Medicilândia, tendo o cultivo de cacau à atividade econômica mais importante do município.

Quadro 01- Principais Atividades no VA do Município, excluída a atividade de Administração Pública – Região de Integração Xingu, Pará, 2016

Item Geográfico	Principais Atividades				
RI Xingu	Agricultura	Construção civil	Comércio	Pecuária	Atividades imobiliárias
Altamira	Construção civil	Comércio	Atividades imobiliárias	Pecuária	Agricultura
Anapu	Pecuária	Agricultura	Comércio	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação
Brasil Novo	Pecuária	Agricultura	Comércio	Atividades imobiliárias	Construção civil
Medicilândia	Agricultura	Comércio	Pecuária	Atividades imobiliárias	Construção civil
Pacajá	Pecuária	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil
Placas	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil
Porto de Moz	Pecuária	Pesca e Aquicultura	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio
Senador José Porfírio	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Pesca e Aquicultura	Comércio
Uruará	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil
Vitória do Xingu	Produção e distribuição de eletricidade e água	Construção civil	Comércio	Agricultura	Atividades imobiliárias

Fonte e Elaboração: Fapespa, 2019.

2.2. Balança Comercial

A atividade comercial do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de robustez produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em saldo positivo de US\$14,4 bilhões, e a RI Xingu contabilizou um saldo de US\$12,8 milhões. Entre os produtos exportados pela região, destaca-se a madeira perfilada, que representou 16% do total exportado pela região.

Tabela 02 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Xingu, 2018

Item Geográfico	Exportação (US\$)	Part.(%)	Importação (US\$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	239.889.170.206	100	181.230.568.862	100	58.658.601.344
Pará	15.608.825.106	100	1.173.984.415	100	14.434.840.691
RI Xingu	12.779.628	0,1	0	0,0	12.779.628
Altamira	11.632.916	91,0	0	0,0	11.632.916
Anapu	599.781	4,7	0	0,0	599.781
Medicilândia	176.373	1,38	0	0,0	176.373
Senador José Porfírio	171.851	1,3	0	0,0	171.851
Uruará	198.707	1,6	0	0,0	198.707

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

2.3. Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. Em 2017, a RI Xingu registrou um total de 31 mil empregos formais, o que representa 3% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública detinha cerca de 38% do total do estoque formal da região, seguido pelo Comércio, 22%, e Serviços, 19%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados estavam Altamira (50%), Pacajá (10%) e Vitória do Xingu (9%).

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Xingu

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Xingu
	Nível de Ocupação (2010)		
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	131.668
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	5,65
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	18,49
Empregos Formais (2017)			
Total	46.281.590	1.068.818	31.253
Extrativa Mineral	212.337	19.710	160
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	1.041
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	401
Construção Civil	1.838.958	57.880	3.932
Comércio	9.230.750	203.656	6.780
Serviços	16.772.645	284.360	6.078
Adm. Pública	9.195.215	363.926	11.771
Agropecuária Extração Vegetal Caca e Pesca	1.501.052	51.468	1.090

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/MTE, 2017.

Elaboração: Fapespa, 2019.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de 107 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 4% do total de ocupados do estado.

2.4. Infraestrutura

Em relação à infraestrutura de transportes, o principal eixo viário na região é a Rodovia Transamazônica (BR-230). Além desse, duas rodovias estaduais, a PA-415 e PA-167, interligam Altamira a Vitória do Xingu e Belo Monte a Senador José Porfírio, respectivamente. De forma geral, as obras de infraestrutura viária, na RI Xingu, estão voltadas para atender à Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Xingu

Municípios com Aeródromos/Aeroportos (6)	Anapu
	Altamira
	Medicilândia
	Pacajá
	Porto de Moz
	Uruará
Rodovias (3)	BR 230, PA-415 e PA-167
UHE	Usina Hidrelétrica de Belo Monte
Portos (3)	Porto de Moz
	Senador José Porfírio
	Vitória do Xingu

Fonte: SETRAN, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange também seis aeródromos/aeroportos, três portos de pequeno porte e três rodovias.

3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Xingu, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano), tem alcançado as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o Pará em todos os anos observados, assim como o estado, de forma global, alcançou. Em relação às séries finais (8ª Série/9º Ano), as metas foram alcançadas nos três primeiros anos da série, apresentando uma queda a partir de 2013 e voltando a se recuperar somente em 2015, porém, ainda abaixo das metas estabelecidas. O estado do Pará, nas séries finais, também só alcançou as metas até o ano de 2011, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Xingu, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

As taxas de rendimento escolar, taxas de reprovação e de abandono, geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar ao valor da RI Xingu.

Em relação à taxa de reprovação, no ensino fundamental, a região alcançou 17,2% de reprovados, em 2017, superior aos resultados total do Pará e do Brasil, 11,9% e 7,4% de reprovação, respectivamente. Os municípios que obtiveram as maiores taxas de reprovação, no ensino fundamental, foram Placas (15,7%) e Medicilândia (14,3%), e as menores, Altamira (4,1%) e Brasil Novo (6,4%). No ensino médio, de maneira oposta, a RI Xingu atingiu a taxa de 6,5%, abaixo das registradas pelo Pará e Brasil, 11,7% e 10,8%, nesta ordem. Nesse nível de ensino, os municípios que obtiveram as menores taxas de reprovação foram Anapu (7,2%) e Vitória do Xingu (3,1%), e as maiores reprovações foram observadas pelos municípios de Medicilândia (13,5%) e Altamira (12,2%).

O estado do Pará destaca-se com a pior taxa de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação, com 12,2% de abandono.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Xingu, 2017.



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Quanto à taxa de abandono, no ensino fundamental, na RI Xingu, os municípios que obtiveram as maiores taxas foram Senador José Porfírio (8,4%) e Porto de Moz (7,5%), e as menores, Altamira (4,1%) e Brasil Novo (6,4%). No ensino médio, as maiores taxas de abandono foram alcançadas por Medicilândia (20,4%) e Senador José Porfírio (19,2%).

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nessa modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino

médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil, nesses níveis de ensino, 17,2% e 28,2% respectivamente. Na região, o município de Porto de Moz atingiu as maiores taxas de distorção idade-série, tanto no ensino fundamental (50,1%), quanto no ensino médio (65,8%). Contrastando, o município de Altamira obteve as menores taxas, 23,6% no ensino fundamental e 34% no ensino médio, conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Xingu e Municípios, 2018.

Item Geográfico	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	17,2	28,2
Pará	29,5	48,0
RI Xingu	32,8	51,1
Altamira	23,6	34,0
Anapu	34,8	53,3
Brasil Novo	26,1	40,9
Medicilândia	33,4	56,8
Pacajá	38,9	59,8
Placas	31,2	38,2
Porto de Moz	50,1	65,8
Senador José Porfírio	34,1	59,5
Uruará	26,0	48,3
Vitória do Xingu	29,4	54,2

Fonte: INEP/FAPESPA, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde, na Região de Integração Xingu, a taxa de mortalidade infantil de 14,13 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos) apresentada, em 2017, foi ligeiramente inferior à taxa do Pará, 15,38. Os municípios da RI com as maiores taxas foram Anapu (22,54) e Vitória do Xingu (21,28) e os que obtiveram os menores índices, Medicilândia (6,48) e Placas (6,92).

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS) foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Na região, em 2018, constavam 779 agentes, proporção de cobertura de 93,46%, maior que a do estado do Pará, 81,21%, ressaltando-se que apenas os municípios de Altamira e Vitória do Xingu não possuíam 100% da população estimada coberta.

Quando às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), em 2018, havia 74 equipes implantadas na região, equivalentes a uma proporção de cobertura média de 70,28%, superior à apresentada pelo estado, de 59,13%. Dentre os municípios, até dezembro de 2018, apenas Brasil Novo e Senador José Porfírio alcançaram 100% da cobertura, cabendo o destaque negativo para Placas, com cobertura de 11,46%, e Pacajá, com 52,07%.

Tabela 05 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Xingu

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Xingu
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	14,13
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	93,46

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Xingu
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	70,28
Hospitais - 2018	6.687	247	11
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	3,18
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	1,62

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Verificando-se os indicadores de infraestrutura, a RI Xingu contava, em 2018, com onze hospitais (todos hospitais gerais), com destaque para o Hospital Regional Público da Transamazônica, inaugurado em 2006, em Altamira, que possui perfil de atendimento em mais de vinte especialidades médicas, enfatizando-se a oferta de serviços de média e alta complexidade não disponibilizados por outras unidades da rede pública na região. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa observada pela RI, em 2018, foi de 3,18, superior à do Pará, de 2,47. Resultado oposto em relação à taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, que na RI (1,62) foi menor que à taxa do estado (1,93).

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

O Gráfico 03 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Xingu. Observa-se que, em 2010, no Brasil, 82,9% dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No Pará havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% contavam com esgotamento sanitário por rede geral, e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na região Xingu, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 18,7% dos domicílios, de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, de 12,2%, e com coleta de lixo, era de 50,2%. As coberturas dos três serviços eram menores na região do que no estado, no ano em questão, destacando-se os percentuais para abastecimento de água e esgotamento sanitário, que estavam bem abaixo das proporções nacional e estadual.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Xingu, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, Regiões, Unidades Federativas e

Regiões Metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a FAPESPA, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico “Fora RMB”, que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do Pará que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, no ano de 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosampa), em 2017, segundo informações do órgão, não estava presente em nenhum dos 10 municípios que compõem a RI Xingu.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que dispõem 30% ou mais de sua renda com aluguel) e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Xingu, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI XINGU	
	Total	Percentual	Total	Percentual
Déficit Habitacional	423.437	22,78	21.045	25,6
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	14.226	66,6
Coabitação Familiar	168.684	39,2	4.842	22,7
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	1.326	6,2
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	982	4,6
Total Domicílios	1.859.165		82.411	

Fonte: IBGE/CENSO-2010

Elaboração: Fapespa, 2019.

Pode-se observar na tabela que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, o que representava, aproximadamente, 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Xingu, o déficit era de 25,6% do total de domicílios. A componente domicílios precários correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 66,6% do total da região. Coabitação familiar representava aproximadamente 39% do total de domicílios no Pará, e 22,7% na região Xingu. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, aproximadamente 87% do déficit no estado do Pará e 90% na região. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 6,2% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no Pará e 4,6% na RI Xingu.

3.4. Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do DATASUS (Departamento de Informática do SUS), analisou-se três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes). Em 2017, a RI Xingu apresentou, nos três indicadores, taxas superiores às do estado e do Brasil (Gráfico 04).

Em 2017, a taxa de homicídios no Pará atingiu 53,32 homicídios, enquanto na região foi de 81,18. Os municípios de Altamira e Uruará registraram as maiores taxas, 133,71 e 88,12 homicídios, respectivamente, em contraposição a Senador José Porfírio e Placas, que figuraram com as menores taxas, 17,61 e 19,93 homicídios, nesta ordem.

Na região Xingu, a taxa de homicídio com recorte na população jovem (144,37 homicídios a cada 100 mil jovens), dados de 2017, foi superior à taxa estadual (96,34 homicídios a cada 100 mil jovens), já considerada alta. Os municípios de Altamira (283,50 mortes), Vitória do Xingu (189,12 mortes), Uruará (164,35 mortes), Medicilândia (130,57 mortes) e Brasil Novo (103,72 mortes) alcançaram taxas superiores à do estado, enquanto as menores couberam aos municípios de Placas (11,16) e Porto de Moz (32,63).

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Xingu, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

A taxa de mortes por acidente no trânsito para a RI Xingu, em 2017, foi de 26,70 mortes, superior à do Pará, 16,92. Os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Anapu (40,60 mortes) e Medicilândia (35,80 mortes), enquanto Placas (9,96 mortes) registrou a menor e Porto de Moz, nenhum caso de morte.

Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Xingu apresentou taxas superiores às do Pará nos indicadores taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa inferior apenas para o indicador taxa de roubo. A taxa de homicídios da região foi de 66,17 mortes e a do Pará, de 45,66. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI apresentou taxa de 11,39 e o Pará, de 9,60. Outro indicador que compõe essa síntese é a taxa de roubo que registrou, no ano de 2017, um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes, no Pará. E para a RI Xingu, observou-se a taxa de 423,58 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Xingu

Indicadores Segurança	Pará		RI Xingu	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	61,19	66,17
Taxa de Homicídios no Trânsito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	9,83	11,39
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	781,84	423,58

Fonte: Segup, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, mais que o dobro observado no Brasil, 15,20%. Por seu lado, a região Xingu registrou um total de 44,34% de sua população abaixo da linha da pobreza, quase o triplo do percentual nacional.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Xingu apresentou um Índice de Gini de 0,60, desigualdade abaixo da registrada para o Pará, de 0,62, e igual à do Brasil, conforme tabela a seguir.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e Região de Integração Xingu, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	15,20	0,60
Pará	32,33	0,62
RI Xingu	44,34	0,60

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.

Elaboração: Fapespa, 2019.

A nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Com base no CadÚnico de 2018, na RI Xingu, 60,2% da população de seus municípios estavam inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 83,5% se declararam com renda igual ou inferior à da linha pobreza, e 70,3% das famílias inscritas receberam o programa Bolsa Família. A região obteve percentuais maiores do que o apresentado no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Xingu e Municípios - dezembro/2018.

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	52,6	78,6	64,2
RI Xingu	60,2	83,5	70,3
Altamira	49,3	73,6	57,8
Anapu	75,1	93,0	80,1
Brasil Novo	81,4	76,0	60,1
Medicilândia	60,7	85,3	74,8
Pacajá	66,0	89,2	76,6
Placas	45,5	82,5	72,4
Porto de Moz	65,0	92,0	83,6

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Senador José Porfírio	114,0	92,2	79,2
Uruará	60,2	84,6	71,2
Vitória do Xingu	48,9	68,3	62,2

Fonte: MDS, 2018.

Elaboração: FAPESPA, 2019.

Nota: A população estimada de pessoas cadastradas no CadÚnico, feita pelo MDS, foi superior à estimada pelo IBGE.

Dos municípios que compõem a região, Senador José Porfírio alcançou o maior percentual da população inscrita no CadÚnico, com 114% do total. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram Anapu (93%), Senador José Porfírio (92,2%) e Porto de Moz (92%). Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que se destacaram com o maior número de famílias que receberam o Bolsa Família foram Porto de Moz (83,6%) e Anapu (80,1%).

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens¹, em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

Em 2018, a RI Xingu mostrou-se como a 2ª Região de Integração com o menor quantitativo de jovens (112.802) e participação estimada de 29,93% de seu contingente populacional. Dentre seus municípios, Altamira registrou o maior número de jovens (33.257), correspondente a uma participação de 29,38% de sua população, seguido de Uruará (14.571 jovens), participação de 32,01%. A maior participação de jovens em relação ao número de habitantes ocorreu em Vitória do Xingu (32,49%) e a menor em Senador José Porfírio (26,39%). Todas as participações demarcaram certa estabilidade entre os anos analisados (2015-2018), variando entre 26% e 32%.

Tabela 11 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Xingu e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	2.416.773	29,45	2.444.747	29,43	2.475.723	29,47	2.508.928	29,36
RI Xingu	106.895	29,60	108.194	29,56	109.444	29,52	112.802	29,93
Altamira	32.017	29,54	32.418	29,49	32.804	29,44	33.257	29,38
Anapu	7.576	29,81	7.837	29,83	8.089	29,85	8.109	29,86
Brasil Novo	4.008	26,75	3.931	26,50	3.857	26,26	4.115	27,09
Medicilândia	8.938	29,91	9.067	29,91	9.190	29,91	9.337	29,91
Pacajá	13.274	29,64	13.538	29,69	13.792	29,74	13.986	29,77
Placas	8.488	29,75	8.730	29,76	8.964	29,77	9.019	29,77
Porto de Moz	11.741	30,52	12.004	30,59	12.257	30,65	12.415	30,69
Senador José Porfírio	3.120	26,38	3.036	26,20	2.955	26,02	3.124	26,39
Uruará	13.102	29,45	12.937	29,16	12.777	28,87	14.571	32,01
Vitória do Xingu	4.631	32,14	4.696	32,24	4.759	32,33	4.869	32,49

¹ A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

No campo empregatício, em 2017, os jovens de 15 a 29 anos corresponderam a 25,51% dos vínculos no Pará, e 31,15% na RI Xingu. Os maiores quantitativos de jovens no mercado de trabalho formal aconteceram em Altamira (5.621, com participação de 36,06%) e Pacajá (925 jovens e 28,25% de participação), sendo aquele o município com maior participação dentre os componentes da região, seguido de Anapu (561, e 32,41% de participação). Por outro lado, os menores quantitativos ocorreram em Senador José Porfírio (93, e 13,94% de participação) e Porto de Moz (302, e 17,58% de participação). Considerando o total da população jovem (Tabela 12), Altamira registrou o maior percentual de jovens no mercado de trabalho, com 36,06% em 2017.

Tabela 12 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Xingu e Municípios, 2017

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	1.068.818	272.675	25,51
RI Xingu	31.253	9.734,00	31,15
Altamira	15.589	5.621,00	36,06
Anapu	1.731	561,00	32,41
Brasil Novo	1.027	330,00	32,13
Medicilândia	1.131	274,00	24,23
Pacajá	3.274	925,00	28,25
Placas	783	174,00	22,22
Porto de Moz	1.718	302,00	17,58
Senador José Porfírio	667	93,00	13,94
Uruará	2.530	743,00	29,37
Vitória do Xingu	2.803	711,00	25,37

Fonte: MTE/Rais, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018). Do total de nascidos vivos no Pará, 24,38% são de mães menores de 19 anos de idade. Embora tenha diminuído cerca de 3% em relação a 2010, esse percentual continua elevado quando se considera proporcionalmente a população jovem estimada em cerca de 32%.

Na RI Xingu, esse dado foi de 28,14%, em 2017, o quinto maior percentual dentre todas as regiões de integração do estado, com diminuição de apenas 2,77 p.p. em relação a 2010. De seus municípios, os maiores percentuais de nascidos vivos (de mães menores de 19 anos de idade) ocorreram em Porto de Moz (35,57%) e Senador José Porfírio (34,22%), enquanto os menores índices foram em Brasil Novo (23,65%) e Placas (24,91%). Considerando a série de 2010 a 2017, a maioria dos municípios da região registrou diminuição desse indicador, destacando-se com mais êxito Pacajá (7,37 p.p.) e Brasil Novo (6,42 p.p.).

Tabela 13 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Xingu (2010-2017)

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	27,42	27,50	27,56	27,37	27,27	26,53	25,73	24,38
RI Xingu	30,91	31,86	32,14	30,31	31,22	30,64	28,54	28,14
Altamira	28,91	29,20	31,88	28,63	28,16	28,82	25,72	25,24
Anapu	34,18	34,91	31,51	29,76	35,79	33,50	34,43	30,92
Brasil Novo	30,07	30,80	29,75	31,97	27,93	30,59	27,21	23,65

² FAPESPA. Perfil da Juventude Paraense 2018.

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Medicilândia	32,11	34,11	31,81	28,51	32,87	28,60	32,64	29,59
Pacajá	34,11	32,65	34,51	32,37	32,32	34,55	29,65	26,74
Placas	26,53	28,68	26,42	22,71	30,43	24,18	22,46	24,91
Porto de Moz	32,29	34,63	32,54	35,25	38,67	36,01	31,36	35,57
Senador José Porfírio	34,87	38,19	38,39	32,07	42,80	35,10	32,68	34,22
Uruará	30,34	32,36	30,85	30,34	28,37	30,95	30,71	30,82
Vitória do Xingu	30,05	30,22	33,62	36,36	31,91	25,78	27,02	26,33

Fonte: DATASUS/2018.

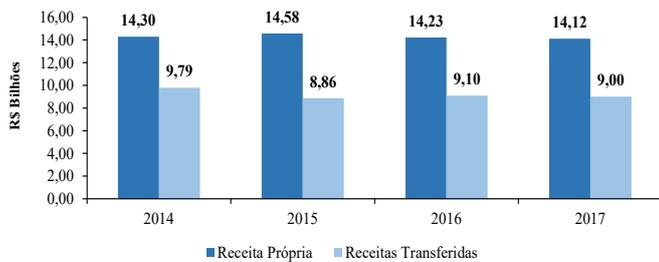
Elaboração: Fapespa, 2019.

4. ARRECADÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas para construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como a viabilização de empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2014 e 2017, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R\$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R\$9,815 bilhões.

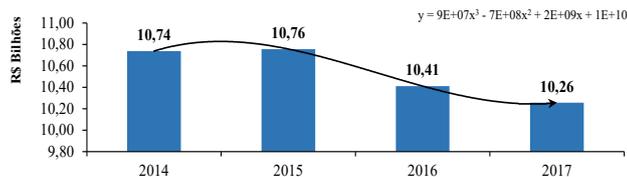
Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu impactos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

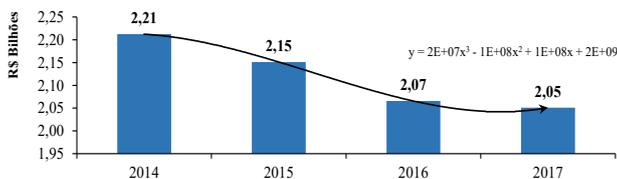
Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. Entre 2014 e 2017, o montante desse tributo retraiu em -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)



Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Neste sentido, verificou-se, no período em exame, que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõem a RI Xingu cresceu em 22%, ressaltando-se que, em 2017, o município de Altamira recebeu a maior parcela (42%) do total destinado a RI, seguido por Pacajá (10%) e Vitória do Xingu (8,5%). Outro ponto a destacar é o fato de que, no período, o total de ICMS repassado aos municípios da RI em estudo representou, em média, cerca de, 4,5% do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	2.212.195.854,32	2.151.243.071,59	2.065.861.819,58	2.051.113.567,84
R Xingu	84.948.320,78	92.718.576,41	101.187.878,13	103.171.012,48
ALTAMIRA	36.722.451,19	41.088.742,68	45.180.595,78	43.893.830,35
ANAPU	5.751.709,20	6.668.853,54	7.078.987,36	6.358.452,07
BRASIL NOVO	4.424.391,70	4.302.486,13	4.996.932,26	4.922.672,56
MEDICILÂNDIA	5.309.270,07	4.947.859,08	6.037.959,82	7.384.008,84
PACAJÁ	7.300.246,32	8.174.723,66	9.161.042,46	10.460.679,20
PLACAS	3.981.952,55	4.302.486,13	3.955.904,70	4.102.227,13
PORTO DE MOZ	4.866.830,86	4.947.859,08	4.996.932,26	4.922.672,56
SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	4.645.611,31	4.947.859,08	4.788.726,74	4.307.338,50
URUARÁ	7.521.465,88	7.529.350,75	7.703.603,88	7.999.342,92
VITÓRIA DO XINGU	4.424.391,70	5.808.356,28	7.287.192,87	8.819.788,35

Fonte: Sefia, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Xingu, com área de 250.794 km², é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação de Uso Sustentável (42.958 km²) e Proteção Integral (36.470 km²), Terras Indígenas (95.683 km²), Territórios Quilombolas (216,52 km²) e Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, na modalidade Projeto de Assentamento (PA). Assim, da área total da região, 175.327 km² (69,90%) correspondem às áreas protegidas; e 54.642,57 km² (21,79%) às destinadas a projetos de assentamentos.

Em relação ao desmatamento acumulado na região, em 2017, registrou-se o equivalente a 31.624 km², ou 12,61%, da área da RI, e a 11,95% do desmatamento acumulado do estado do Pará (Tabela 15). Em termos municipais, Altamira, Pacajá e Uruará responderam por, aproximadamente, 57% (17.920 km²) do desmatamento acumulado na RI. Da mesma maneira, mais da metade dos registros de foco de calor concentraram-se, em 2017, em apenas dois municípios, Altamira e Pacajá, que somaram 5.739 focos, ou 61,39%, dos registros para a RI.

Tabela 15 – Área de Desmatamento acumulado e número de Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Xingu, 2017

Item Geográfico	Área Total km ²	Desmatado (km ²) (2017)	Focos de Calor
Pará	1.247.955	264.691	49.413
RI Xingu	250.794	31.624	9.348
Altamira	159.534	8.727	4.482
Anapu	11.896	2.542	583
Brasil Novo	6.363	2.671	161
Medicilândia	8.273	2.191	342
Pacajá	11.832	5.789	1.257
Placas	7.173	2.190	785
Porto de Moz	17.423	1.080	614
Senador José Porfírio	14.420	1.040	467
Uruará	10.791	3.404	587
Vitória do Xingu	3.090	1.992	70

Fonte: INPE/PRODES, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2018, quase 80% de suas propriedades rurais inseridas no CAR (Tabela 16). Os municípios da RI já cadastraram, aproximadamente, 30% da área total no CAR. Entre os municípios da região, Medicilândia possui o maior percentual de área com CAR efetivado (87,99%), seguido por Pacajá (86,48%) e Brasil Novo (86,30%).

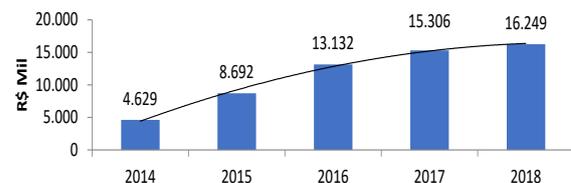
Tabela 16 – Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na Região de Integração Xingu, 2018

Item Geográfico	Área Territorial (IBGE/km ²) (A)	Área Cadastrável (km ²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (km ²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Xingu	251.103,02	76.096,16	30,30	59.204,60	77,80
Altamira	159.839,66	20.074,94	12,56	13.510,91	67,30
Anapu	11.886,18	6.474,53	54,47	5.218,78	80,60
Brasil Novo	6.363,08	4.780,14	75,12	4.125,37	86,30
Medicilândia	8.278,40	7.966,25	96,23	7.009,45	87,99
Pacajá	11.823,90	11.810,53	99,89	10.213,16	86,48
Placas	7.181,22	5.686,98	79,19	4.677,17	82,24
Porto de Moz	17.422,48	3.141,47	18,03	1.600,03	50,93
Senador José Porfírio	14.411,14	3.942,37	27,36	3.119,79	79,13
Uruará	10.808,98	9.854,41	91,17	7.970,74	80,89
Vitória do Xingu	3.087,98	2.364,53	76,57	1.759,19	74,40

Fonte: IBGE/SEMAs/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas estatais de incentivo a boas práticas de gestão ambiental municipal, a RI Xingu teve uma participação média de 9,00% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios, entre os anos de 2014 e 2018 (Gráfico 08). Em 2018, a região contabilizou um montante de R\$16,249 milhões, com o município de Altamira detendo a maior parcela (16,74%), seguido por Pacajá (11,33%), Anapu (9,68%), Uruará (9,64%), Senador José Porfírio (9,35%), Medicilândia (9,22%), Porto de Moz (9,01%), Placas (8,93%), Brasil Novo (8,50%) e Vitória do Xingu (7,59%) (Tabela 17).

Gráfico 08 – Evolução do Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Xingu (2014-2018)



Fonte: SEMAS/PMV, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Tabela 17 – Valor de ICMS Verde repassado para os municípios da Região de Integração Xingu (2014 - 2018)

Item geográfico	2014	2015	2016	2017	2018
Xingu	4.629.316,44	8.692.130,39	13.131.816,77	15.305.905,26	16.249.407,73
Altamira	461.558,80	656.586,15	2.236.696,43	3.373.319,03	2.720.923,46
Anapu	623.095,41	1.236.558,20	1.733.901,09	1.277.172,21	1.572.319,56
Brasil Novo	514.581,06	803.542,50	1.513.346,36	1.277.170,51	1.381.970,41
Medicilândia	411.631,64	550.199,50	1.186.101,57	708.699,08	1.498.797,65
Pacajá	375.248,41	760.021,99	1.096.780,21	1.688.639,07	1.840.721,83
Placas	359.822,33	950.788,75	937.098,26	1.277.171,67	1.450.275,86
Porto de Moz	433.484,09	855.627,80	1.203.222,31	1.604.572,18	1.463.270,60
Senador José Porfírio	783.781,19	1.494.928,11	1.652.489,80	1.544.821,39	1.519.911,52
Uruará	349.862,64	747.072,20	1.090.825,67	1.277.171,75	1.567.087,00
Vitória do Xingu	316.250,88	636.805,18	481.355,07	1.277.168,35	1.234.129,84

Fonte: SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN

PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

Região de Integração: **Xingu**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS	
PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor (R\$ 1,00) 2020-2023
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	35.394.337,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	3.357.246,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	3.806.702,00
Cultura	563.085,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	188.673.864,00
Direitos Socioassistenciais	4.482.530,00
Educação Básica	196.916.467,00
Educação Profissional e Tecnológica	1.577.719,00
Educação Superior	4.512.493,00
Esporte e Lazer	774.288,00
Governança Pública	79.514.289,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	3.435.181,00
Infraestrutura e Logística	64.177.697,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	4.142.007,00
Saúde	409.248.275,00
Segurança Pública	71.423.341,00
Trabalho, Emprego e Renda	2.749.209,00
R\$ 1.074.748.730,00	

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	
	Valor (R\$ 1,00) 2020-2023
Manutenção da Gestão	554.273.471,00
R\$ 554.273.471,00	
TOTAL PARA A REGIÃO: R\$ 1.629.022.201,00	

Região de Integração: **Xingu** **R\$ 1.629.022.201,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	R\$ 35.394.337,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Efetivo dos principais rebanhos por região (bovino)	Unidade	2.594.285	06/2019	ADEPARA	3.153.370
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Cacau)	Kg/Hectare	1.056	06/2019	IBGE	1.284

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	0	12/2018	SEDAP	50	53
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	4.398	12/2018	EMATER	4.580	4.640
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	2.464	12/2018	SEDAP	2.587	2.852

Objetivo	
Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura	
Compromisso Regional	
Obter a Certificação Internacional de Zona Livre de Febre Afetosa sem Vacinação em 2022	

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Afetosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	EMATER, SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo			
Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	R\$ 3.357.246,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	10,00	12/2018	SEJUDH	2020 - 2021 - 2022 - 2023 20,00
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020 20,00 2021 20,00 2022 20,00 2023 20,00

Objetivo	
Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário	

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SUSIPE

Objetivo	
Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres	

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento Integrado de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo	
Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças	

Compromisso Regional	
Implantar Polo de Inclusão PARÁPAZ em Altamira	

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo	
Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas	

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação da Rede de Atenção Psicossocial	Município Apoiado	Un	10º CRS - Altamira
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo	
Promover os Direitos Humanos	

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa	Evento Realizado	Un	SEJUDH
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Ciência, Tecnologia e Inovação** R\$ 3.806.702,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,09	12/2018	SIAFEM/SEFA	0,17

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	33,33	12/2018	FAFESPA	2020	33,33
					2021	33,33
					2022	33,33
					2023	33,33

Objetivo
Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Árvore Digitais e Aldeias Sustentáveis para Acesso Público à Internet e Comunicação de Dados	Árvore Digital Implantada	Un	SECTET
Promoção ao Acesso Público a Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAFESPA

Objetivo
Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvendo da Ciência, Tecnologia e Inovação

Compromisso Regional

Implantação de 1 Centro Tecnológico do Cacau em Altamira

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Bolsas de Pesquisa	Bolsa Contratada	Un	FAFESPA, SECTET
Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica	Projeto Apoiado	Un	FAFESPA
Manutenção dos Parques e Polos Tecnológicos	Espaço Mantido	Un	SECTET

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Cultura** R\$ 563.085,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	-	12/2018	SECULT/FCP	20,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	5.000	12/2018	FCP/SECULT	2020	10.000
					2021	12.300
					2022	12.600
					2023	13.100

Objetivo
Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo
Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT

Objetivo
Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo
Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Compromisso Regional

Fortalecer a Economia Criativa Atendendo 40 Empreendedores na Região

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio às Expressões Artístico-Culturais	Expressão Cultural Apoiada	Un	FOG
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP, SECULT
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP
Realização de Eventos Culturais	Pessoa Atendida	Un	SECULT

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade** R\$ 188.673.864,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	-	12/2019	COSANPA/IBG E/SNIS/SEDOP	2020 2,91 2021 2,91 2022 2,91 2023 2,91
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	32,70	12/2019	COSANPA/IBG E/SNIS/SEDOP	2020 35,73 2021 44,76 2022 64,95 2023 96,63

Objetivo
Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	DETRAN, SEDOP

Objetivo
Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicílio Atendido	Un	COHAB

Objetivo
Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Implantação de Aterros Sanitários	Aterro Implantado	Un	SEDOP
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Direitos Socioassistenciais** R\$ 4.482.530,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS

Objetivo

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS
Implementação de Serviços de Alta Complexidade	Pessoa Atendida	Un	FEAS

Objetivo

Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Educação Básica** R\$ 196.916.467,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2021
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	16,72	12/2018	INEP/SEDUC	2020 14,80 2021 14,58 2022 14,35 2023 14,02	-
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	78,00	12/2018	INEP/SEDUC	2020 80,30 2021 80,60 2022 80,90 2023 81,30	66,67
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	5,30	12/2018	INEP/SEDUC	2020 4,90 2021 4,82 2022 4,75 2023 4,68	40,00

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 2 Escolas Estaduais nos Municípios de Brasil Novo e Uruará.
Reformar/Ampliar 4 Escolas Estaduais nos Municípios de Altamira, Anapu, Pacajá e Placas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC

Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Fortalecer a Governança na Educação Básica

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 12 Escolas nos Municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Pacajá, Porto de Moz e Senador José Porfírio.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Educação Profissional e Tecnológica** R\$ 1.577.719,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2021
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020 - 2021 66,67 2022 40,00 2023 28,57	-
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	785	12/2018	SEDUC / SECTET	2020 350 2021 430 2022 460 2023 540	350

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar Escola de Ensino Técnico em Altamira

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FOG, SECTET, SEDUC, SETUR
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET, SEDUC

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Educação Superior** R\$ 4.512.493,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	0,78	12/2018	UEPA	0,45

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	12,00	12/2018	UEPA	2020 35,00 2021 35,00 2022 21,00 2023 23,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Compromisso Regional

Ampliar o Campus da UEPA em Altamira

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Construção de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Construída	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	Campi Atendidos	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA
Incentivo à Qualificação dos Servidores Técnicos e Docentes	Servidor Atendido	Un	UEPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Esporte e Lazer** R\$ 774.288,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	18	12/2018	SEDOC/SEEL	2020 167 2021 172 2022 177 2023 182

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL

Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDOC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Governança Pública** R\$ 79.514.289,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R\$ em milhares	388.455,00	12/2018	SEFA	550.884,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	0,77	06/2019	SEAD/EGPA	2020 1,16 2021 1,16 2022 1,16 2023 1,16

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	10º CRS - Altamira, ADEPARÁ, CRG - Altamira, EGPA, Enc. CBM, HEMOPA, SEDAP, SEDUC, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP
Promoção da Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida do Servidor	Servidor Atendido	Un	SEAD

Objetivo

Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo

Promover a Gestão Regionalizada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOF
Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Plano Xingu Sustentável	Município Atendido	Un	FDE
Implementação dos Centros Regionais de Governo	Centro de Governo Implementado	Un	Casa Civil, CRG - Altamira
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SEC0M
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	HEMOPA, IASEP, SESPA

Objetivo

Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	Casa Civil, IASEP, IGEPREV, SEDAP, SEFA
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	10º CRS - Altamira, CRG - Altamira
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, CRG - Altamira, DETRAN, EMATER, PMPA, SEDAP, SEFA, SEMAS, SUSIPE

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Indústria, Comércio, Serviços e Turismo** R\$ 3.435.181,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	0,10	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	1,50
Receita gerada pelo turismo	R\$ em mil	9.307,55	12/2018	SETUR	10.530,64

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	8	12/2018	BANPARA	2020	12
					2021	18
					2022	24
					2023	28
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	1	12/2018	JUCEPA	2020	1
					2021	0
					2022	0
					2023	0
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	41	07/2019	SEDEME	2020	36
					2021	44
					2022	49
					2023	49
Número de turistas	Unidade	12.289	12/2018	SETUR	2020	12.911
					2021	13.234
					2022	13.565
					2023	13.904

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Município Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Compromisso Regional

Instalar 04 Agências do Banpará nos Municípios de Brasil Novo, Pacajá, Placas e Uruará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Incentivo a Áreas Industriais	Área Industrial Incentivada	Prc	CODEC
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituída	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo

Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Apoio Técnico à Estruturação de Produtos Turístico	Produto Turístico Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SETUR
Promoção e Divulgação de Produtos Turísticos	Ação Realizada	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Pessoa Capacitada	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Infraestrutura e Logística** R\$ 64.177.697,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	18,16	12/2018	SETRAN	40,33

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	172,00	12/2018	SETRAN	2020	232,00
					2021	232,00
					2023	232,00
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	47,50	12/2018	SETRAN	2020	59,50
					2021	73,50
					2023	105,50
Terminais hidroviários de passageiros homologados pela ANTAQ no Estado	Percentual	-	12/2019	CPH	2020	-
					2021	-
					2022	50,00
					2023	50,00

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Compromisso Regional

Pavimentar a Vicinal Transuruará, Trecho Entroncamento BR-230 na Sede do Município Uruará/PA-370 - 88 Km

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Infraestrutura Aeroviária	Infraestrutura Construída	Un	SETRAN
Construção de Pontes	Ponte Construída	M	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Reforma e Adequação de Infraestrutura Hidroviária	Instalação Reformada	Un	CPH

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Meio Ambiente e Ordenamento Territorial** R\$ 4.142.007,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	17,65	12/2018	PRODES/INPE	24,27

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	100,00	12/2019	SEMAS	2020	100,00
					2021	100,00
					2022	100,00
					2023	100,00

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio

Objetivo			
Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental			
Compromisso Regional			
Elaboração do Plano de Manejo da APA Floresta Estadual do Iriti			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Saúde** R\$ 409.248.275,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	1	12/2018	MS/SIM/SINASC	0,81
Taxa de mortalidade infantil	Percentual	13,76	12/2018	SIM	11,21
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	270,94	12/2018	MS/SIM	249,91

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2023
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	70,70	12/2018	EGESTOR	74,24 77,95 81,84 85,94	
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	30,00	12/2018	SIPNI	50,00 60,00 65,00 70,00	
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	1,36	12/2018	DATASUS/(CNE S)	1,36 1,36 1,36 1,41	
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	56,30	12/2018	SINAN	60,00 70,00 80,00 80,00	
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,62	12/2018	SIA	0,64 0,66 0,68 0,70	
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,09	12/2018	SIA	0,12 0,15 0,20 0,25	

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	10º CRS - Altamira, 9º CRS - Santarém, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	10º CRS - Altamira
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	10º CRS - Altamira, 9º CRS - Santarém, ETSUS, HEMOPA
Implementação da Rede de Ouidórios do SUS	Demanda Finalizada	Un	10º CRS - Altamira, 9º CRS - Santarém
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	10º CRS - Altamira, 9º CRS - Santarém
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Reestruturação de Unidades Administrativas da Saúde	Unidade Reestruturada	Un	9º CRS - Santarém
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	10º CRS - Altamira, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Implantar o Centro de Atenção Especializada no Hospital Regional de Altamira

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA
Implantação de Estabelecimento Assistencial de Saúde	Estabelecimento Implantado	Un	SESPA

Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	10º CRS - Altamira, SESPA
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	10º CRS - Altamira, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	SESPA
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	HEMOPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	10º CRS - Altamira, 9º CRS - Santarém, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	10º CRS - Altamira, 9º CRS - Santarém, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	10º CRS - Altamira, 9º CRS - Santarém, SESPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Segurança Pública** R\$ 71.423.341,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	35,50	12/2018	SEGUP	32,70
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	60,50	12/2018	SEGUP	52,50
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	24,41	12/2018	DATASUS	23,49
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	487,70	12/2018	SEGUP	423,00
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	891,20	12/2018	SEGUP	838,90

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Densidade Carcerária	Percentual	1,77	12/2018	SUSIPE	2020 1,09 2021 1,00 2022 1,00 2023 0,95
Índice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	4,981	12/2018	PMPA	2020 6,476 2021 7,970 2022 9,465 2023 10,959
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	82,00	12/2018	DETRAN	2020 83,00 2021 84,00 2022 85,00 2023 86,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	34,00	12/2018	DETRAN	2020 35,00 2021 36,00 2022 37,00 2023 38,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	46,00	12/2018	POL CIVIL	2020 46,00 2021 48,00 2022 48,00 2023 49,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	84,00	12/2018	POL CIVIL	2020 84,00 2021 84,00 2022 86,00 2023 86,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo			
Prevenir Acidentes de Trânsito			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo			
Realizar a Custódia Penal			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SUSIPE

Objetivo			
Reduzir a Violência e a Criminalidade			
Compromisso Regional			
Adequar Delegacia de Polícia em Medicilândia			
Ampliar o Videomonitoramento em Altamira			
Construir a 13ª Companhia Independente da Polícia Militar em Uruará			
Implantar Núcleo Regional de Operações Aéreas em Altamira			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP, PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SUSIPE
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Prc	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial	Missão Realizada	Un	SEGUP
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo			
Valorizar os Agentes de Segurança Pública			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, FUNSAU, PMPA, SUSIPE
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SUSIPE
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda	R\$ 2.749.209,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 2,33	12/2018	MTE/RAIS	0,90

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2021
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	- 15,36	12/2018	MTE/RAIS	0,50	1,00
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	0,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	4,00	5,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Trabalho	Percentual	33,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	27,00	28,00
					2022	29,00
					2023	30,00

Objetivo			
Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho			
Compromisso Regional			
Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Altamira			

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	SEASTER
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER

Objetivo			
Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária			
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER

Região de Integração: Xingu

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	(R\$ 1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	10.778.492,00
Concessão de Auxílio Alimentação	72.946.039,00
Concessão de Auxílio Fardamento	6.150.241,00
Concessão de Auxílio Transporte	4.014.546,00
Operacionalização das Ações Administrativas	11.909.500,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	448.474.653,00
	R\$ 554.273.471,00

PLANO PLURIANUAL 2020-2023

Desenvolvimento Pro Pará. Pra Todo o Pará.

VOLUME II

 GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN		PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023
QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS		
Programas Temáticos	Valor (R\$ 1,00) 2020-2023	
Atuação Jurisdicional	486.923.190,00	
Atuação Legislativa	2.038.420.194,00	
Controle Externo da Gestão dos Recursos Públicos Estaduais	796.599.736,00	
Controle Externo Municipal	732.882.594,00	
Defesa da Ordem Jurídica no Controle Externo dos Municípios do Estado do Pará	114.163.555,00	
Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo	156.458.953,00	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	2.461.163.801,00	
O Acesso a Justiça	544.612.873,00	
	R\$ 7.331.224.896,00	
Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor (R\$ 1,00) 2020-2023	
Manutenção da Gestão da Defensoria Pública	239.207.140,00	
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	5.089.168.926,00	
	R\$ 5.328.376.066,00	
Total para o Estado: R\$12.659.600.962,00		

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA					
Programa Temático: Atuação Jurisdicional		R\$ 486.923.190,00			
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável				
Sociedade de Direitos					
Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Índice de execução do Planejamento estratégico de TIC (IPETIC)	Percentual	70,00	12/2018	COORD. DE ESTATÍSTICA	-
Índice de execução do Plano de Gestão (IEPG)	Percentual	81,00	12/2018	COORD. DE ESTATÍSTICA	85,00
Índice de melhoria nos temas do Plano de Logística Sustentável (IPLS)	Percentual	85,00	12/2017	COORD. DE ESTATÍSTICA	100,00
Índice de processos judiciais eletrônicos novos (ProcEL)	Percentual	77,00	12/2018	COORD. DE ESTATÍSTICA	100,00
Números de Acordos pré-processuais celebrados nos Cejuces (AcorPre)	Percentual	9.362,00	12/2018	COORD. DE ESTATÍSTICA	45,00

Objetivo

Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica
 Aprimorar a Gestão Judiciária
 Promover a Governança Judiciária

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA					
Programa Temático: Atuação Legislativa		R\$ 2.038.420.194,00			
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável				
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos Trabalho com Responsabilidade					

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Número de eventos realizados	Unidade	-	06/2019	ALEPA	320
Percentual de Produção Legislativa	Percentual	8,86	06/2019	ALEPA	21,00
Objetivo					
Exercer a Representação da Sociedade na Elaboração das Leis Estaduais e na Avaliação de Políticas Públicas Promover Ações de Cidadania e Prestação de Serviços a População Viabilizar a Gestão Administrativa					

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA					
Programa Temático: Controle Externo da Gestão dos Recursos Públicos Estaduais		R\$ 796.599.736,00			
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável				
Gestão Pública Presente					
Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Unidade Medida 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Índice de fiscalização concomitante realizada na gestão dos órgãos/entidades estaduais	Percentual	4,00	12/2018	SECEX	20,00
Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Índice de celeridade na instrução processual preliminar	Percentual	12,00	12/2018	SECEX	40,00
Índice de processos de prestação de contas de gestão instruídos	Percentual	22,00	12/2018	SECEX	0,00

Objetivo

Aperfeiçoar a Governança do TCE
 Assegurar a Eefividade das Ações de Controle Externo
 Desenvolver a Governança, a Gestão e o Uso da Tecnologia da Informação (TI)
 Fomentar a Transparência, o Controle Social e o Aprimoramento da Gestão Pública
 Modernizar a Gestão de Pessoas

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA					
Programa Temático: Controle Externo Municipal		R\$ 732.882.594,00			
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável				
Gestão Pública Presente					

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Capacitação de Servidores e Jurisdicionados	Percentual	100,00	12/2018	ESCOLA DE CONTAS	80,00
Julgamento de Processos	Percentual	100,00	12/2018	DIPLAN/TCM	51,00

Objetivo

Fortalecer a Gestão Estratégica
 Modernizar a Infraestrutura Física e Tecnológica
 Otimizar as Atividades de Controle Externo
 Viabilizar a Gestão Administrativa

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA					
Programa Temático: Defesa da Ordem Jurídica no Controle Externo dos Municípios do Estado do Pará		R\$ 114.163.555,00			
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável				
Gestão Pública Presente					

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Tempo médio dos processos eletrônicos no MPCM-PA	Dia	21	12/2018	DIVISÃO DE INFORMÁTICA	15
Tempo médio dos processos físicos no MPCM-PA	Dia	21	12/2018	DIVISÃO DE INFORMÁTICA	15
Objetivo					
Implementar Ações que Viabilizam a Gestão Administrativa do MPCM-PA Promover e Fiscalizar o Cumprimento e a Guarda da Constituição e das Leis na Defesa dos Bens e Valores Públicos					

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA					
Programa Temático: Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo R\$ 156.458.953,00					
Diretriz		Objetivo de Desenvolvimento Sustentável			
Gestão Pública Presente					
Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Unidade Medida 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Índice de Execução do Plano de Ação para Estimulo e Promoção do Controle Social	Percentual	-	12/2019	CAO	75,00
Tempo Médio de Permanência dos Processos em que o MPC atua como Custos Legis	Dia	15	12/2018	SECRETARIA PROCESSUAL	15
Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Quantidade de Procedimentos Apuratórios Autuados	Unidade	8	12/2018	MPC-PA	12

Objetivo

Contribuir para a Prevenção e o Combate a Má Gestão e Corrupção

Estimular o Controle Social e a Participação da Sociedade nas Ações do Controle Externo

Implantar a Governança da Tecnologia da Informação (TI)

Modernizar a Governança de Pessoas

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA					
Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos R\$ 2.461.163.801,00					
Diretriz		Objetivo de Desenvolvimento Sustentável			
Sociedade de Direitos					
Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	2,61	12/2018	SIAMP	3,17
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	34,67	12/2018	SIAMP	34,81
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	100,00	12/2018	SIAMP	100,00

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA					
Programa Temático: O Acesso a Justiça R\$ 544.612.873,00					
Diretriz		Objetivo de Desenvolvimento Sustentável			
Sociedade de Direitos					
Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	27.937	12/2018	DEFENSORIA PUBLICA	39.390
Número de participantes em eventos e capacitações	Percentual	00,-	12/2018	DEFENSORIA PUBLICA	5,00

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Promover o Acesso a Justiça

Região de Integração: Araguaia

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS	
Programas Temáticos	Valor (R\$ 1,00) 2020 - 2023
PODER: DEFENSORIA PÚBLICA	
O Acesso a Justiça	2.037.764,00
PODER: MINISTÉRIO PÚBLICO	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	131.023.140,00
PODER: PODER JUDICIÁRIO	
Atuação Jurisdicional	31.954.264,00
PODER: PODER LEGISLATIVO	
Controle Externo Municipal	866.354,00
R\$ 165.881.522,00	

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado		Valor (R\$ 1,00) 2020 - 2023
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário		163.259.477,00
R\$ 163.259.477,00		
TOTAL GERAL: R\$ 329.140.999,00		

Região de Integração: Araguaia **R\$ 329.140.999,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA			
Programa Temático: Atuação Jurisdicional R\$ 31.954.264,00			
Diretriz		Objetivo de Desenvolvimento Sustentável	
Sociedade de Direitos			

Objetivo

Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica

Compromisso Regional			
Prover a Acessibilidade de 1 Unidade Judiciária			
Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário - 1º Grau	Obra Realizada	Un	TJE-FRJ
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Aprimorar a Gestão Judiciária

Compromisso Regional			
Instalação de 1 Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC			
Instalação de 1 Unidade Judiciária			
Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação do Quadro Funcional de Servidores - 1º Grau	Servidor Nomeado	Un	TJE
Implantação do Processo Judicial Eletrônico	Unidade Judiciária Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação das Ações da Corregedoria das Comarcas da RMB e Interior	Correição Realizada	Un	TJE-FRJ
Operacionalização das Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente	Evento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações para Resolução de Conflitos	Acordo Homologado	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Promover a Governança Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Fiscalização das Receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ)	Fiscalização Realizada	Un	TJE-FRJ
Fortalecimento da Gestão das Unidades Administrativas e Judiciais	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Atuação Legislativa	
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos Trabalho com Responsabilidade	

Objetivo
Exercer a Representação da Sociedade na Elaboração das Leis Estaduais e na Avaliação de Políticas Públicas

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Controle Externo Municipal	R\$ 866.354,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	

Objetivo
Fortalecer a Gestão Estratégica

Compromisso Regional	
70% das Ações de Publicidade Efetivadas 70% dos Jurisdicionados Capacitados	

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM

Objetivo
Otimizar as Atividades de Controle Externo

Compromisso Regional	
70% dos Municípios Fiscalizados	

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização e Modernização das Ações de Controle Externo Municipais	Unidade Fiscalizada	Un	TCM

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	R\$ 131.023.140,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2021
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	2,61	12/2018	SIAMP	2,74	2,88
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	34,67	12/2018	SIAMP	3,02	3,17
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	100,00	12/2018	SIAMP	34,71	34,74
					34,78	34,81
					100,00	100,00
					100,00	100,00
					100,00	100,00

Objetivo
Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP

Objetivo
Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

Compromisso Regional			
Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa			
Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	Processo Movimentado	Un	MP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: O Acesso à Justiça	R\$ 2.037.764,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2021
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	27.937	12/2018	DEFENSORIA PUBLICA	29.334	32.098
					2022	33.433
					2023	39.390

Objetivo
Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento das Unidades da Defensoria Pública	Unidade Atendida	Un	Defensoria Pública

Objetivo
Promover o Acesso à Justiça

Compromisso Regional	
Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania	

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: Araguaia

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	
Objetivo: Implementar ações de gestão administrativa	(R\$ 1,00)
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	34.488.578,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	111.937.054,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	339.240,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	508.990,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	10.739.404,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	3.416.222,00
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde - 1º Grau	2.133.592,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	5.942.612,00
	R\$ 169.505.692,00

Região de Integração: **Baixo Amazonas**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS	
Programas Temáticos	Valor (R\$ 1.00) 2020-2023
PODER: DEFENSORIA PÚBLICA	
O Acesso a Justiça	2.875.487,00
PODER: MINISTÉRIO PÚBLICO	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	214.918.081,00
PODER: PODER JUDICIÁRIO	
Atuação Jurisdicional	22.678.651,00
PODER: PODER LEGISLATIVO	
Controle Externo Municipal	911.772,00
R\$ 241.383.991,00	

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado		Valor (R\$ 1.00) 2020 - 2023
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário		247.804.648,00
		R\$ 247.804.648,00

TOTAL GERAL: R\$ 489.188.639,00

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R\$ 489.188.639,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Atuação Jurisdicional	R\$ 22.678.651,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Objetivo
Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica

Compromisso Regional
Prover a Acessibilidade de 1 Unidade Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário - 1º Grau	Obra Realizada	Un	TJE-FRJ
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Objetivo
Aprimorar a Gestão Judiciária

Compromisso Regional
Instalação de 1 Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação do Quadro Funcional de Servidores - 1º Grau	Servidor Nomeado	Un	TJE
Implantação do Processo Judicial Eletrônico	Unidade Judiciária Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação das Ações da Corregedoria das Comarcas da RMB e Interior	Correição Realizada	Un	TJE-FRJ
Operacionalização das Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente	Evento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações para Resolução de Conflitos	Acordo Homologado	Un	TJE-FRJ

Objetivo
Promover a Governança Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Fiscalização das Receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ)	Fiscalização Realizada	Un	TJE-FRJ
Fortalecimento da Gestão das Unidades Administrativas e Judiciais	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Participação em Eventos Institucionais	Pessoa Beneficiada	Un	TJE-FRJ

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Atuação Legislativa	
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	
Sociedade de Direitos	
Trabalho com Responsabilidade	

Objetivo
Exercer a Representação da Sociedade na Elaboração das Leis Estaduais e na Avaliação de Políticas Públicas

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA		R\$ 911.772,00
Programa Temático: Controle Externo Municipal		
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável	
Gestão Pública Presente		

Objetivo
Fortalecer a Gestão Estratégica

Objetivo
Fortalecer a Gestão Estratégica

Compromisso Regional
70% das Ações de Publicidade Efetivadas
70% dos Jurisdicionados Capacitados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM

Objetivo
Otimizar as Atividades de Controle Externo

Compromisso Regional
70% dos Municípios Fiscalizados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização e Modernização das Ações de Controle Externo Municipais	Unidade Fiscalizada	Un	TCM

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	R\$ 214.918.081,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados
		Índice	Ano	Fonte	
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	5,50	12/2018	SIAMP	2020 5,78 2021 6,06 2022 6,37 2023 6,69
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	16,54	12/2018	SIAMP	2020 16,55 2021 16,57 2022 16,59 2023 16,60
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	97,88	12/2018	SIAMP	2020 97,07 2021 98,07 2022 98,17 2023 98,27

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados
		Índice	Ano	Fonte	
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	5,50	12/2018	SIAMP	2020 5,78 2021 6,06 2022 6,37 2023 6,69
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	16,54	12/2018	SIAMP	2020 16,55 2021 16,57 2022 16,59 2023 16,60
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	97,88	12/2018	SIAMP	2020 97,07 2021 98,07 2022 98,17 2023 98,27

Objetivo
Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP

Objetivo
Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

Compromisso Regional

Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	Processo Movimentado	Un	MP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **O Acesso a Justiça** R\$ 2.875.487,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2021
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	40.744	12/2018	DEFENSORIA PUBLICA	2020	42.781
					2021	45.482
					2022	51.984
					2023	54.880

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Reforma das Unidades da Defensoria Pública	Obra Concluída	Un	Defensoria Pública

Objetivo

Promover o Acesso a Justiça

Compromisso Regional

Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: Baixo Amazonas

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	Valor (R\$ 1,00)
Objetivo: Implementar ações de gestão administrativa	
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	53.059.346,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	163.654.796,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	521.908,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	783.064,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	16.772.564,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	5.719.688,00
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde - 1º Grau	3.299.822,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	13.428.872,00
TOTAL GERAL:	R\$ 257.240.060,00

Região de Integração: Carajás

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

Programas Temáticos	Valor (R\$ 1,00) 2020-2023
PODER: DEFENSORIA PÚBLICA	
O Acesso a Justiça	8.543.839,00
PODER: MINISTÉRIO PÚBLICO	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	179.743.230,00
PODER: PODER JUDICIÁRIO	
Atuação Jurisdicional	27.276.168,00
PODER: PODER LEGISLATIVO	
Controle Externo Municipal	700.737,00
TOTAL GERAL:	R\$ 216.263.974,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado Valor (R\$ 1,00) 2020 - 2023

Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	252.794.996,00
TOTAL GERAL:	R\$ 252.794.996,00

TOTAL GERAL: R\$ 469.058.970,00

Região de Integração: Carajás R\$ 469.058.970,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Atuação Jurisdicional** R\$ 27.276.168,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Objetivo

Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica

Compromisso Regional

Prover a Acessibilidade de 1 Unidade Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário - 1º Grau	Obra Realizada	Un	TJE-FRJ
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE,TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Aprimorar a Gestão Judiciária

Compromisso Regional

Instalação de 1 Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação do Quadro Funcional de Servidores - 1º Grau	Servidor Nomeado	Un	TJE
Implantação do Processo Judicial Eletrônico	Unidade Judiciária Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação das Ações da Corregedoria das Comarcas da RMB e Interior	Correição Realizada	Un	TJE-FRJ
Operacionalização das Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente	Evento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações para Resolução de Conflitos	Acordo Homologado	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Promover a Governança Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Fiscalização das Receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ)	Fiscalização Realizada	Un	TJE-FRJ
Fortalecimento da Gestão das Unidades Administrativas e Judiciais	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Participação em Eventos Institucionais	Pessoa Beneficiada	Un	TJE-FRJ

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Atuação Legislativa	
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos Trabalho com Responsabilidade	

Objetivo
Exercer a Representação da Sociedade na Elaboração das Leis Estaduais e na Avaliação de Políticas Públicas

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Controle Externo Municipal	R\$ 700.737,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	

Objetivo
Fortalecer a Gestão Estratégica

Compromisso Regional			
70% das Ações de Publicidade Efetivadas 70% dos Jurisdicionados Capacitados			
Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM

Objetivo
Otimizar as Atividades de Controle Externo

Compromisso Regional			
70% dos Municípios Fiscalizados			
Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização e Modernização das Ações de Controle Externo Municipais	Unidade Fiscalizada	Un	TCM

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	R\$ 179.743.230,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2021
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	4,06	12/2018	SIAMP	4,26	4,48
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	20,02	12/2018	SIAMP	20,04	20,06
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	100,00	12/2018	SIAMP	20,08	20,10
					100,00	100,00
					100,00	100,00
					100,00	100,00

Compromisso Regional			
Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional			
Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP

Objetivo
Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

Compromisso Regional			
Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa			
Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	Processo Movimentado	Un	MP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: O Acesso a Justiça	R\$ 8.543.839,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2021
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	90.219	12/2018	DEFENSORIA PÚBLICA	94.730	98.103
					105.055	109.723

Compromisso Regional			
Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional			
Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento das Unidades da Defensoria Pública	Unidade Atendida	Un	Defensoria Pública

Objetivo
Promover o Acesso a Justiça

Compromisso Regional			
Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania			
Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: Carajás

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	
Objetivo: Implementar ações de gestão administrativa	(R\$ 1,00)
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	66.324.186,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	160.820.952,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	652.384,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	978.830,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	16.570.570,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	5.637.864,00
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde - 1º Grau	3.249.328,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	8.363.456,00
	R\$ 262.534.570,00



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN

PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

Região de Integração: **Guajará**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

Programas Temáticos	Valor (R\$ 1.00) 2020-2023
PODER: DEFENSORIA PÚBLICA	
O Acesso a Justiça	511.541.064,00
PODER: MINISTÉRIO PÚBLICO	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	1.028.123.550,00
PODER: ÓRGÃOS CONSTITUCIONAIS INDEPENDENTES	
Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo	156.458.953,00
Defesa da Ordem Jurídica no Controle Externo dos Municípios do Estado do Pará	114.163.555,00
PODER: PODER JUDICIÁRIO	
Atuação Jurisdicional	245.300.837,00
PODER: PODER LEGISLATIVO	
Controle Externo Municipal	725.159.150,00
Controle Externo da Gestão dos Recursos Públicos Estaduais	796.599.736,00
Atuação Legislativa	2.038.420.194,00
R\$ 5.615.767.039,00	

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor (R\$ 1.00) 2020 - 2023
Manutenção da Gestão da Defensoria Pública	239.207.140,00
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	3.223.988.015,00
R\$ 3.463.195.155,00	
TOTAL GERAL: R\$ 9.078.962.194,00	

Região de Integração: **Guajará** **R\$ 9.078.962.194,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Jurisdicional	R\$ 245.300.837,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	



Objetivo

Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica

Compromisso Regional

Prover a Acessibilidade de 1 Unidade Judiciária e ou Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário - 1º Grau	Obra Realizada	Un	TJE-FRJ
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário - 2º Grau	Obra Realizada	Un	TJE-FRJ
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário - Apoio Indireto à Atividade Judicante	Obra Realizada	Un	TJE-FRJ
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 2º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - Apoio Indireto à Atividade Judicante	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 2º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - Apoio Indireto a Atividade Judicante	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE,TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 2º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - Apoio Indireto à Atividade Judicante	Unidade Atendida	Un	TJE,TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 2º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - Apoio Indireto à Atividade Judicante	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Aprimorar a Gestão Judiciária

Compromisso Regional

Instalação de 1 Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação do Quadro Funcional - 2º Grau	Nomeação Efetivada	Un	TJE
Ampliação do Quadro Funcional de Magistrados - 1º Grau	Magistrado Nomeado	Un	TJE
Ampliação do Quadro Funcional de Servidores - 1º Grau	Servidor Nomeado	Un	TJE
Implantação do Processo Judicial Eletrônico	Unidade Judiciária Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação das Ações da Corregedoria das Comarcas da RMB e Interior	Correição Realizada	Un	TJE-FRJ
Implementação das ações da Justiça Criminal	Pessoa Atendida	Un	TJE-FRJ
Modernização do Sistema de Precatórios	Sistema Implantado	Un	TJE-FRJ
Operacionalização das Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente	Evento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações para Resolução de Conflitos	Acordo Homologado	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Promover a Governança Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Capacitação de Magistrados e Servidores - 2º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Capacitação de Magistrados e Servidores - Apoio Indireto à Atividade Judicante	Servidor Capacitado	Un	TJE-FRJ
Fiscalização das Receltas do Fundo de Reparelhamento do Judiciário (FRJ)	Fiscalização Realizada	Un	TJE-FRJ
Fortalecimento da Gestão das Unidades Administrativas e Judiciais	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação das Ações da Área Socioambiental	Evento Realizado	Un	TJE-FRJ
Implementação das Ações de Comunicação e Publicidade	Notícia Divulgada	Un	TJE-FRJ
Implementação do Registro Civil pelos Offícios de Cidadania	Ressarcimento Realizado	Un	TJE
Otimização da Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Participação em Eventos Institucionais	Pessoa Beneficiada	Un	TJE-FRJ
Promoção da Política de Saúde de Magistrados e Servidores	Evento Realizado	Un	TJE-FRJ

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Legislativa	R\$ 2.038.420.194,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	
Sociedade de Direitos	
Trabalho com Responsabilidade	

Objetivo

Exercer a Representação da Sociedade na Elaboração das Leis Estaduais e na Avaliação de Políticas Públicas

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção da Nova Sede da ALEPA	Obra Realizada	Un	ALEPA
Desenvolvimento das Atividades Parlamentares	Proposição Apreciada	Un	ALEPA
Interiorização do Processo Legislativo	Município Atendido	Un	ALEPA
Publicidade das Ações da ALEPA	Divulgação Realizada	Un	ALEPA

Objetivo

Promover Ações de Cidadania e Prestação de Serviços a População

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica, Odontológica, Ambulatorial e Psicossocial	Atendimento Realizado	Un	ALEPA
Gestão da Creche	Criança Atendida	Un	ALEPA

Gestão do Centro de Atendimento ao Cidadão - CAC		Atendimento Realizado	Un	ALEPA
Objetivo				
Viabilizar a Gestão Administrativa				
Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor	
Concessão de Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado	Un	ALEPA	
Concessão de Auxílio Transporte	Servidor Beneficiado	Un	ALEPA	
Gestão da Escola do Legislativo	Treino Realizado	Un	ALEPA	
Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação	Plataforma de Sistema Implementado	Un	ALEPA	
Operacionalização das Ações Administrativas	Contrato Mantido	Un	ALEPA	
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	Servidor Remunerado	Un	ALEPA	

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Controle Externo da Gestão dos Recursos Públicos Estaduais** R\$ 796.599.736,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	    

Objetivo				
Aperfeiçoar a Governança do TCE				

Compromisso Regional

Manter em 10% o Índice de Investimento Destinado à Modernização da Infraestrutura do TCE até 2023

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor	
Modernização da infraestrutura do TCE	Unidade Administrativa Modernizada	Un	TCE	
Operacionalização das Ações Administrativas	Serviço Operacional Realizado	Prc	TCE	

Objetivo				
Assegurar a Eficácia das Ações de Controle Externo				

Compromisso Regional

Fiscalizar concomitantemente 20% das Unidades Jurisdicionadas até 2023
Padronizar 80% dos Processos Internos de Trabalho até 2023

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor	
Implementação de Mecanismos de Fiscalização com Base nos ODS 08 e 16	Fiscalização Realizada	Un	TCE	

Objetivo				
Desenvolver a Governança, a Gestão e o Uso da Tecnologia da Informação (TI)				

Compromisso Regional

Implantar 60% dos Projetos de TI, Ano a Ano, até 2023
Manter 80% das Soluções de TI, Ano a Ano, até 2023

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor	
Implantação de Projetos de Tecnologia da Informação (TI)	Projeto Implantado	Prc	TCE	
Manutenção de Soluções de Tecnologia da Informação (TI)	Solução de TI Mantida	Prc	TCE	

Objetivo				
Fomentar a Transparência, o Controle Social e o Aprimoramento da Gestão Pública				

Compromisso Regional

Alcançar 100% das Ações de Promoção ao Controle Social até 2023
Alcançar 100% o Número de Jurisdicionados Capacitados até 2023

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor	
Capacitação de Jurisdicionados	Unidade Jurisdicionada Atendida	Prc	TCE	
Implementação de Ações de Promoção ao Controle Social	Programa Executado	Prc	TCE	
Implementação de Ações de Publicidade Institucional	Publicidade Institucional Executada	Prc	TCE	

Objetivo				
Modernizar a Gestão de Pessoas				

Compromisso Regional

Capacitar 80% dos Conselheiros, Conselheiros Substitutos e Servidores até 2023
Executar 70% do Programa Teletrabalho até 2023

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor	
Administração de Recursos Humanos dos Conselheiros, Conselheiros Substitutos e Servidores do TCE	Pessoa Atendida	Un	TCE	
Capacitação para Conselheiros, Conselheiros Substitutos e Servidores do TCE	Pessoa Capacitada	Un	TCE	
Concessão de Auxílio Alimentação	Pessoa Beneficiada	Un	TCE	
Implementação de Ações de Assistência Médica e Odontológica	Pessoa Atendida	Un	TCE	
Implementação de Ações de Qualidade de Vida	Projeto Executado	Prc	TCE	
Implementação do Teletrabalho	Programa Executado	Prc	TCE	

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Controle Externo Municipal** R\$ 725.159.150,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	

Objetivo				
Fortalecer a Gestão Estratégica				

Compromisso Regional

70% dos Jurisdicionados Capacitados
90% das Ações de Publicidade Efetivadas
90% dos Servidores do TCM Capacitados
Cumprir 70% das Ações Relacionadas à Gestão Estratégica

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor	
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM	
Operacionalização do Plano Estratégico	Plano Implementado	Un	TCM	
Publicidade Institucional	Notícia Vinculada	Un	TCM	

Objetivo				
Modernizar a Infraestrutura Física e Tecnológica				

Compromisso Regional

80% da Infraestrutura Aparelhada e Modernizada
90% do Parque Tecnológico Modernizado

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor	
Aparelhamento e Adequação das Instalações Físicas	Unidade Atendida	Un	TCM	
Modernização do Parque Tecnológico/TIC	Parque Modernizado	Un	TCM	

Objetivo				
Otimizar as Atividades de Controle Externo				

Compromisso Regional

70% dos Municípios Fiscalizados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor	
Operacionalização e Modernização das Ações de Controle Externo Municipais	Unidade Fiscalizada	Un	TCM	

Objetivo				
Viabilizar a Gestão Administrativa				

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor	
Assistência Médica e Odontológica	Pessoa Atendida	Un	TCM	
Concessão de Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado	Un	TCM	
Operacionalização da Gestão Administrativa	Unidade Mantida	Un	TCM	
Operacionalização da Gestão de Pessoas	Servidor Beneficiado	Un	TCM	

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático:	Defesa da Ordem Jurídica no Controle Externo dos Municípios do Estado do Pará R\$ 114.163.555,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	

Objetivo
Implementar Ações que Viabilizam a Gestão Administrativa do MPCM-PA

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado	Un	MPCM
Auxílio Saúde	Servidor Beneficiado	Un	MPCM
Capacitação e Valorização de Servidores e Membros	Servidor e Membro Capacitado	Un	MPCM
Implementação de Ações de Infraestrutura MPCM	Obra Realizada	Un	MPCM
Operacionalização de Ações Administrativas	Ação Realizada	Un	MPCM

Objetivo
Promover e Fiscalizar o Cumprimento e a Guarda da Constituição e das Leis na Defesa dos Bens e Valores Públicos

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Ações de Defesa dos Bens e Valores Públicos	Processo Analisado	Un	MPCM

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático:	Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo R\$ 156.458.953,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	

Objetivo
Contribuir para a Prevenção e o Combate à Má Gestão e Corrupção

Compromisso Regional
Analisar, em no Máximo 15 Dias, 80% dos Processos Recebidos no Ano, até 2023
Autuar 48 Procedimentos Apuratórios até 2023

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Ações de Defesa da Ordem Jurídica de Combate à Corrupção e Má Gestão	Procedimento Apuratório Autuado	Un	MPC/PA
Implementação de Ações de Infraestrutura Predial	Obra Realizada	Un	MPC/PA
Operacionalização das Ações Administrativas	Serviço Realizado	Prc	MPC/PA

Objetivo
Estimular o Controle Social e a Participação da Sociedade nas Ações do Controle Externo

Compromisso Regional
Executar 75% do Plano de Ação para Estimulo e Promoção do Controle Social até 2023
Implementar 80% da Política de Comunicação, até 2023
Implementar 80% das Ações de Publicidade Institucional até 2023

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação da Política de Comunicação	Política de Comunicação Implementada	Prc	MPC/PA
Implementação das Ações de Publicidade Institucional	Publicidade Institucional Implementada	Prc	MPC/PA
Implementação de Projetos para Estimulo e Promoção do Controle Social	Projeto Realizado	Un	MPC/PA

Objetivo
Implantar a Governança da Tecnologia da Informação (TI)

Compromisso Regional			
Disponibilizar 80% das Soluções de TI Planejadas até 2023			
Modernizar 85% do Parque Tecnológico, até 2023			
Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Soluções de TI	Solução Apresentada	Prc	MPC/PA
Modernização da Infraestrutura de TI	Unidade Modernizada	Un	MPC/PA

Objetivo
Modernizar a Governança de Pessoas

Compromisso Regional			
Executar 90% das Ações do Plano de Capacitação até 2023			
Implementar 80% do Projeto de Promoção da Qualidade na Vida do Trabalho até 2023			

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Administração de Recursos Humanos de Membros e Servidores	Pessoa Atendida	Un	MPC/PA
Assistência Médica e Odontológica	Pessoa Beneficiada	Un	MPC/PA
Capacitação de Membros e Servidores	Pessoa Capacitada	Un	MPC/PA
Concessão de Auxílio Alimentação	Pessoa Beneficiada	Un	MPC/PA
Promoção da Qualidade de Vida no Trabalho	Pessoa Beneficiada	Un	MPC/PA

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático:	Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos R\$ 1.028.123.550,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	17,39	12/2018	SIAMP	2020	18,26
					2021	19,17
					2022	20,13
					2023	21,14
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	65,80	12/2018	SIAMP	2020	65,87
					2021	65,93
					2022	66,00
					2023	66,07
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	98,16	12/2018	SIAMP	2020	98,28
					2021	98,38
					2022	98,47
					2023	98,57

Objetivo
Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Comunicação Institucional e Diálogo com a Sociedade	Ação Realizada	Un	MP
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP
Valorização de Pessoas	Ação de Valorização Realizada	Un	MP

Objetivo
Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

Compromisso Regional			
Articular a Auação da Rede na Proteção Integral da Primeira Infância à Adolescência			
Atuar Judicialmente e Extrajudicialmente na Responsabilização pela Prática de Infrações Penais			
Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa			

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	Processo Movimentado	Un	MP
Serviço de Inteligência e Combate a Criminalidade Organizada e a Improbidade Administrativa	Operação Realizada	Un	MP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: O Acesso a Justiça	R\$ 511.544.064,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados
		Índice	Ano	Fonte	
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	281.312	12/2018	DEFENSORIA PÚBLICA	2020 295.378 2021 312.606 2022 321.409 2023 337.480

Objetivo
Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento das Unidades da Defensoria Pública	Unidade Atendida	Un	Defensoria Pública
Construção e Reforma das Unidades da Defensoria Pública	Obra Concluída	Un	Defensoria Pública
Nomeação de Defensores e Servidores Públicos	Pessoa Nomeada	Un	Defensoria Pública
Realização de Eventos e Capacitação pela ESDP	Número de Participante	Un	Defensoria Pública

Objetivo
Promover o Acesso a Justiça

Compromisso Regional
Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Objetivo / Ação	Valor (R\$ 1,00)
Objetivo: Implementar ações de gestão administrativa	(R\$ 1,00)
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	439.999.580,00
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 2º Grau	102.530.920,00
Administração de Recursos Humanos dos Magistrados e Servidores do Poder Judiciário - Justiça Militar	14.489.632,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	1.119.321.280,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 2º Grau	330.563.562,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - Apoio Indireto à Atividade Judicante	727.178.238,00
Assistência Médica e Odontológica	1.500.550,00
Concessão de Auxílio Alimentação - Apoio Indireto à Atividade Judicante	95.744.464,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	4.210.594,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	23.146.414,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 2º Grau	2.037.032,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	125.096.460,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 2º Grau	27.243.796,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	45.325.090,00
Concessão de Auxílio Transporte - 2º Grau	2.227.808,00
Concessão de Auxílio Transporte - Apoio Indireto à Atividade Judicante	4.717.070,00
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde - 1º Grau	20.682.410,00
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde - 2º Grau	3.902.308,00
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde - Apoio Indireto à Atividade Judicante	19.730.756,00
Operacionalização das Ações Administrativas da Escola Judicial	1.019.674,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - Justiça Militar	447.408,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	76.646.834,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 2º Grau	33.755.418,00

Objetivo / Ação	Valor (R\$ 1,00)
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - Apoio Indireto à Atividade Judicante	109.915.322,00
Pagamento de Obrigações Patronais dos magistrados Inativos e Pensionistas do Poder Judiciário Estadual	38.924.098,00
Pagamento de Obrigações Patronais dos Servidores Inativos e Pensionistas do Poder Judiciário Estadual	43.606.572,00
TOTAL GERAL:	R\$ 3.413.963.290,00

Região de Integração: Guajará

Programa Manutenção da Gestão Defensoria

Objetivo / Ação	Valor (R\$ 1,00)
Objetivo: Gerenciar as atividades relativas aos recursos humanos e as ações administrativas da defensoria pública	(R\$ 1,00)
Concessão de Auxílio Alimentação	101.688.195,00
Concessão de Auxílio Transporte	9.590.628,00
Operacionalização das Ações Administrativas	172.534.104,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	433.808.493,00
TOTAL GERAL:	R\$ 717.621.420,00

Região de Integração: Guamá

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS	
Programas Temáticos	Valor (R\$ 1,00) 2020-2023
PODER: DEFENSORIA PÚBLICA	
O Acesso a Justiça	3.529.128,00
PODER: MINISTÉRIO PÚBLICO	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	152.409.166,00
PODER: PODER JUDICIÁRIO	
Atuação Jurisdicional	30.663.092,00
PODER: PODER LEGISLATIVO	
Controle Externo Municipal	1.064.782,00
TOTAL GERAL:	R\$ 187.666.168,00
Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor (R\$ 1,00) 2020-2023
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	242.709.340,00
TOTAL GERAL:	R\$ 242.709.340,00

Região de Integração: Guamá

R\$ 430.375.508,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA			
Programa Temático: Atuação Jurisdicional	R\$ 30.663.092,00		
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável		
Sociedade de Direitos	 		
Objetivo			
Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica			
Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário - 1º Grau	Obra Realizada	Un	TJE-FRJ
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Objetivo			
Aprimorar a Gestão Judiciária			
Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação do Quadro Funcional de Servidores - 1º Grau	Servidor Nomeado	Un	TJE

Implantação do Processo Judicial Eletrônico	Unidade Judiciária Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação das Ações da Corregedoria das Comarcas da RMB e Interior	Correção Realizada	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações para Resolução de Conflitos	Acordo Homologado	Un	TJE-FRJ

Objetivo			
Promover a Governança Judiciária			

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Fiscalização das Receitas do Fundo de Reparelhamento do Judiciário (FRJ)	Fiscalização Realizada	Un	TJE-FRJ
Fortalecimento da Gestão das Unidades Administrativas e Judiciais	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Participação em Eventos Institucionais	Pessoa Beneficiada	Un	TJE-FRJ

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
Programa Temático: Atuação Legislativa

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos Trabalho com Responsabilidade	

Objetivo	
Exercer a Representação da Sociedade na Elaboração das Leis Estaduais e na Avaliação de Políticas Públicas	

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
Programa Temático: Controle Externo Municipal R\$ 1.064.782,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	

Objetivo	
Fortalecer a Gestão Estratégica	

Compromisso Regional
 70% das Ações de Publicidade Efetivadas
 70% dos Jurisdicionados Capacitados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM

Objetivo	
Otimizar as Atividades de Controle Externo	

Compromisso Regional
 70% dos Municípios Fiscalizados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização e Modernização das Ações de Controle Externo Municipais	Unidade Fiscalizada	Un	TCM

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos R\$ 152.409.166,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	3,09	12/2018	SIAMP	2020	3,24
					2021	3,41
					2022	3,58
					2023	3,76
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	21,99	12/2018	SIAMP	2020	22,01
					2021	22,04
					2022	22,06
					2023	22,08
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	100,00	12/2018	SIAMP	2020	100,00
					2021	100,00
					2022	100,00
					2023	100,00

Objetivo			
Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional			

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP

Objetivo	
Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão	

Compromisso Regional
 Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	Processo Movimentado	Un	MP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
Programa Temático: O Acesso à Justiça R\$ 3.529.128,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	43.739	12/2018	DEFENSORIA PÚBLICA	2020	45.926
					2021	47.651
					2022	55.479
					2023	57.549

Objetivo			
Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional			

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Reforma das Unidades da Defensoria Pública	Obra Concluída	Un	Defensoria Pública

Objetivo	
Promover o Acesso à Justiça	

Compromisso Regional
 Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: Guamá

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	
Objetivo: Implementar ações de gestão administrativa	(R\$1,00)
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	42.447.478,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	174.990.196,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	417.526,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	626.450,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	16.635.584,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	5.236.832,00
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde - 1º Grau	2.820.174,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	8.757.804,00
R\$ 251.932.044,00	

Região de Integração: Lago de Tucuruí

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS	
Programas Temáticos	Valor (R\$ 1,00) 2020-2023
PODER: DEFENSORIA PÚBLICA	
O Acesso a Justiça	2.570.499,00
PODER: MINISTÉRIO PÚBLICO	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	76.775.607,00
PODER: PODER JUDICIÁRIO	
Atuação Jurisdicional	7.813.890,00
PODER: PODER LEGISLATIVO	
Controle Externo Municipal	547.727,00
R\$ 87.707.723,00	
Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor (R\$ 1,00) 2020 - 2023
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	91.550.165,00
R\$ 91.550.165,00	
TOTAL GERAL: R\$ 179.257.888,00	

Região de Integração: Lago de Tucuruí R\$ 179.257.888,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Atuação Jurisdicional	R\$ 7.813.890,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Objetivo			
Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica			
Compromisso Regional			
Prover a Acessibilidade de 1 Unidade Judiciária			
Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário - 1º Grau	Obra Realizada	Un	TJE-FRJ
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Objetivo			
Aprimorar a Gestão Judiciária			

Compromisso Regional			
Instalação de 1 Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC			
Instalação de 1 Unidade Judiciária			
Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação do Quadro Funcional de Servidores - 1º Grau	Servidor Nomeado	Un	TJE
Implantação do Processo Judicial Eletrônico	Unidade Judiciária Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação das Ações da Corregedoria das Comarcas da RMB e Interior	Correição Realizada	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações para Resolução de Conflitos	Acordo Homologado	Un	TJE-FRJ

Objetivo			
Promover a Governança Judiciária			
Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Fiscalização das Receitas do Fundo de Reparelhamento do Judiciário (FRJ)	Fiscalização Realizada	Un	TJE-FRJ
Fortalecimento da Gestão das Unidades Administrativas e Judiciais	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Atuação Legislativa	
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos Trabalho com Responsabilidade	

Objetivo	
Exercer a Representação da Sociedade na Elaboração das Leis Estaduais e na Avaliação de Políticas Públicas	

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Controle Externo Municipal	R\$ 547.727,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	

Objetivo	
Fortalecer a Gestão Estratégica	

Compromisso Regional			
70% das Ações de Publicidade Efetivadas			
70% dos Jurisdicionados Capacitados			
Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM

Objetivo	
Otimizar as Atividades de Controle Externo	

Compromisso Regional			
70% dos Municípios Fiscalizados			
Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização e Modernização das Ações de Controle Externo Municipais	Unidade Fiscalizada	Un	TCM

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos **R\$ 76.775.607,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2021
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	3,11	12/2018	SIAMP	2020 3,27 2021 3,43 2022 3,60 2023 3,78	
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	18,45	12/2018	SIAMP	2020 18,47 2021 18,48 2022 18,50 2023 18,52	
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	98,06	12/2018	SIAMP	2020 98,16 2021 98,26 2022 98,36 2023 98,46	

Objetivo
Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP

Objetivo
Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

Compromisso Regional
Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	Processo Movimentado	Un	MP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: O Acesso a Justiça **R\$ 2.570.499,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2021
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	37.189	12/2018	DEFENSORIA PÚBLICA	2020 39.046 2021 42.919 2022 38.339 2023 40.257	

Objetivo
Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento das Unidades da Defensoria Pública	Unidade Atendida	Un	Defensoria Pública

Objetivo
Promover o Acesso a Justiça

Compromisso Regional
Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: Lago de Tucuruí

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	Valor (R\$ 1,00)
Objetivo: Implementar ações de gestão administrativa	(R\$ 1,00)
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	21.223.740,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	61.636.220,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	208.762,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	313.226,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	5.763.678,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	1.779.698,00
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde - 1º Grau	1.150.030,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	2.989.040,00
TOTAL	R\$ 95.064.394,00

Região de Integração: Marajó

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

Programas Temáticos **Valor (R\$ 1,00) 2020-2023**

PODER: DEFENSORIA PÚBLICA	
O Acesso a Justiça	2.041.345,00
PODER: MINISTÉRIO PÚBLICO	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	110.367.875,00
PODER: PODER JUDICIÁRIO	
Atuação Jurisdicional	17.834.506,00
PODER: PODER LEGISLATIVO	
Controle Externo Municipal	686.186,00
TOTAL	R\$ 130.929.912,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

Manutenção da Gestão do Poder Judiciário **Valor (R\$ 1,00) 2020 - 2023**
139.678.119,00
R\$ 139.678.119,00

TOTAL GERAL: R\$ 270.608.031,00

Região de Integração: Marajó

R\$ 270.608.031,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Jurisdicional **R\$ 17.834.506,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Objetivo
Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário - 1º Grau	Obra Realizada	Un	TJE-FRJ
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Objetivo
Aprimorar a Gestão Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação do Quadro Funcional de Servidores - 1º Grau	Servidor Nomeado	Un	TJE

Implantação do Processo Judicial Eletrônico	Unidade Judiciária Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação das Ações da Corregedoria das Comarcas da RMB e Interior	Correição Realizada	Un	TJE-FRJ
Operacionalização das Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente	Evento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações para Resolução de Conflitos	Acordo Homologado	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Promover a Governança Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Fiscalização das Receitas do Fundo de Resaparelhamento do Judiciário (FRJ)	Fiscalização Realizada	Un	TJE-FRJ
Fortalecimento da Gestão das Unidades Administrativas e Judiciais	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Participação em Eventos Institucionais	Pessoa Beneficiada	Un	TJE-FRJ

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Atuação Legislativa**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	
Sociedade de Direitos	
Trabalho com Responsabilidade	

Objetivo

Exercer a Representação da Sociedade na Elaboração das Leis Estaduais e na Avaliação de Políticas Públicas

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Controle Externo Municipal** R\$ 686.186,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	

Objetivo

Fortalecer a Gestão Estratégica

Compromisso Regional

70% das Ações de Publicidade Efetivadas
70% dos Jurisdicionados Capacitados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM

Objetivo

Otimizar as Atividades de Controle Externo

Compromisso Regional

70% dos Municípios Fiscalizados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização e Modernização das Ações de Controle Externo Municipais	Unidade Fiscalizada	Un	TCM

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos** R\$ 110.367.875,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	8,11	12/2018	SIAMP	2020 8,52 2021 8,94 2022 9,39 2023 9,86	
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	28,99	12/2018	SIAMP	2020 29,02 2021 29,05 2022 29,08 2023 29,11	
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	100,00	12/2018	SIAMP	2020 100,00 2021 100,00 2022 100,00 2023 100,00	

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP

Objetivo

Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

Compromisso Regional

Articular a Atuação da Rede na Proteção Integral da Primeira Infância à Adolescência
Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	Processo Movimentado	Un	MP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **O Acesso a Justiça** R\$ 2.041.345,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	29.000	12/2018	DEFENSORIA PÚBLICA	2020 30.450 2021 27.947 2022 29.434 2023 36.473	

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento das Unidades da Defensoria Pública	Unidade Atendida	Un	Defensoria Pública
Construção e Reforma das Unidades da Defensoria Pública	Obra Concluída	Un	Defensoria Pública

Objetivo

Promover o Acesso a Justiça

Compromisso Regional

Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: Marajó

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	
Objetivo: Implementar ações de gestão administrativa	(R\$1,00)
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	34.488.578,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	91.391.644,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	339.240,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	508.992,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	8.818.180,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	2.822.990,00
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde - 1º Grau	1.751.432,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	4.926.474,00
R\$ 145.047.530,00	

Região de Integração: Rio Caeté

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

Programas Temáticos	Valor (R\$ 1,00) 2020-2023
PODER: DEFENSORIA PÚBLICA	
O Acesso a Justiça	3.309.706,00
PODER: MINISTÉRIO PÚBLICO	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	109.668.761,00
PODER: PODER JUDICIÁRIO	
Atuação Jurisdicional	20.197.741,00
PODER: PODER LEGISLATIVO	
Controle Externo Municipal	686.186,00
R\$ 133.862.394,00	

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor (R\$ 1,00) 2020 - 2023
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	153.231.010,00
R\$ 153.231.010,00	

TOTAL GERAL: R\$ 287.093.404,00

Região de Integração: Rio Caeté R\$ 287.093.404,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Jurisdicional	R\$ 20.197.741,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Objetivo

Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica

Compromisso Regional

Prover a Acessibilidade de 1 Unidade Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário - 1º Grau	Obra Realizada	Un	TJE-FRJ
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Aprimorar a Gestão Judiciária

Compromisso Regional

Instalação de 1 Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação do Quadro Funcional de Servidores - 1º Grau	Servidor Nomeado	Un	TJE
Implantação do Processo Judicial Eletrônico	Unidade Judiciária Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação das Ações da Corregedoria das Comarcas da RMB e Interior	Correição Realizada	Un	TJE-FRJ
Operacionalização das Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente	Evento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações para Resolução de Conflitos	Acordo Homologado	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Promover a Governança Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Fiscalização das Receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ)	Fiscalização Realizada	Un	TJE-FRJ
Fortalecimento da Gestão das Unidades Administrativas e Judiciais	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Atuação Legislativa**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos Trabalho com Responsabilidade	

Objetivo

Exercer a Representação da Sociedade na Elaboração das Leis Estaduais e na Avaliação de Políticas Públicas

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Controle Externo Municipal R\$ 686.186,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	

Objetivo

Fortalecer a Gestão Estratégica

Compromisso Regional

70% das Ações de Publicidade Efetivadas

70% dos Jurisdicionados Capacitados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM

Objetivo

Otimizar as Atividades de Controle Externo

Compromisso Regional

70% dos Municípios Fiscalizados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização e Modernização das Ações de Controle Externo Municipais	Unidade Fiscalizada	Un	TCM

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA						
Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos					R\$ 109.668.761,00	
Diretriz		Objetivo de Desenvolvimento Sustentável				
Sociedade de Direitos						
Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2021
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	2,08	12/2018	SIAMP	2020 2,18 2021 2,29 2022 2,41 2023 2,53	
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	15,46	12/2018	SIAMP	2020 15,47 2021 15,49 2022 15,50 2023 15,52	
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	99,47	12/2018	SIAMP	2020 99,57 2021 99,67 2022 99,77 2023 99,87	

Objetivo			
Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional			

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP

Objetivo			
Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão			

Compromisso Regional			
Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa			

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	Processo Movimentado	Un	MP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA						
Programa Temático: O Acesso a Justiça					R\$ 3.309.706,00	
Diretriz		Objetivo de Desenvolvimento Sustentável				
Sociedade de Direitos						
Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2021
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	48.874	12/2018	DEFENSORIA PÚBLICA	2020 51.318 2021 53.911 2022 55.893 2023 63.916	

Objetivo			
Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional			

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento das Unidades da Defensoria Pública	Unidade Atendida	Un	Defensoria Pública
Construção e Reforma das Unidades da Defensoria Pública	Obra Concluída	Un	Defensoria Pública

Objetivo			
Promover o Acesso a Justiça			

Compromisso Regional			
Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania			

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: Rio Caeté

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação		Valor (R\$ 1,00)
Objetivo: Implementar ações de gestão administrativa		(R\$ 1,00)
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau		39.794.512,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau		99.184.726,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau		391.432,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau		587.298,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau		9.274.882,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau		2.863.882,00
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde - 1º Grau		1.851.564,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau		5.185.198,00
		R\$ 159.133.494,00

Região de Integração: Rio Capim

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS	
Programas Temáticos	Valor (R\$ 1,00) 2020-2023

PODER: DEFENSORIA PÚBLICA	
O Acesso a Justiça	2.708.983,00
PODER: MINISTÉRIO PÚBLICO	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	150.090.024,00
PODER: PODER JUDICIÁRIO	
Atuação Jurisdicional	28.479.263,00
PODER: PODER LEGISLATIVO	
Controle Externo Municipal	686.186,00
R\$ 181.964.456,00	

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado		Valor (R\$ 1,00) 2020 - 2023
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	199.978.876,00	
R\$ 199.978.876,00		

TOTAL GERAL: R\$ 381.943.332,00

Região de Integração: Rio Capim

R\$ 381.943.332,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Atuação Jurisdicional	R\$ 28.479.263,00
Diretriz	
Objetivo de Desenvolvimento Sustentável	

Diretriz		Objetivo de Desenvolvimento Sustentável			
Sociedade de Direitos					

Objetivo			
Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica			

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário - 1º Grau	Obra Realizada	Un	TJE-FRJ
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Objetivo			
Aprimorar a Gestão Judiciária			

Compromisso Regional			
Instalação de 1 Unidade Judiciária			

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação do Quadro Funcional de Servidores - 1º Grau	Servidor Nomeado	Un	TJE
Implantação do Processo Judicial Eletrônico	Unidade Judiciária Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação das Ações da Corregedoria das Comarcas da RMB e Interior	Correição Realizada	Un	TJE-FRJ
Operacionalização das Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente	Evento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações para Resolução de Conflitos	Acordo Homologado	Un	TJE-FRJ

Objetivo
Promover a Governança Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Fiscalização das Receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ)	Fiscalização Realizada	Un	TJE-FRJ
Fortalecimento da Gestão das Unidades Administrativas e Judiciais	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Participação em Eventos Institucionais	Pessoa Beneficiada	Un	TJE-FRJ

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
Programa Temático: Atuação Legislativa

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos Trabalho com Responsabilidade	

Objetivo
Exercer a Representação da Sociedade na Elaboração das Leis Estaduais e na Avaliação de Políticas Públicas

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
Programa Temático: Controle Externo Municipal R\$ 686.186,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	

Objetivo
Fortalecer a Gestão Estratégica

Compromisso Regional
 70% das Ações de Publicidade Efetivadas
 70% dos Jurisdicionados Capacitados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM

Objetivo
Otimizar as Atividades de Controle Externo

Compromisso Regional
 70% dos Municípios Fiscalizados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização e Modernização das Ações de Controle Externo Municipais	Unidade Fiscalizada	Un	TCM

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos R\$ 150.090.024,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	3,74	12/2018	SIAMP	2020 3,93 2021 4,12 2022 4,33 2023 4,55	
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	16,17	12/2018	SIAMP	2020 16,18 2021 16,20 2022 16,21 2023 16,23	
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	96,17	12/2018	SIAMP	2020 96,27 2021 96,36 2022 96,46 2023 96,56	

Objetivo
Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP

Objetivo
Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

Compromisso Regional
 Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	Processo Movimentado	Un	MP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA
Programa Temático: O Acesso à Justiça R\$ 2.708.983,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	27.692	12/2018	DEFENSORIA PUBLICA	2020 29.692 2021 28.792 2022 32.031 2023 39.841	

Objetivo
Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento das Unidades da Defensoria Pública	Unidade Atendida	Un	Defensoria Pública

Objetivo
Promover o Acesso à Justiça

Compromisso Regional
 Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: Rio Capim

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	
Objetivo: Implementar ações de gestão administrativa	(R\$1,00)
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	50.406.380,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	131.773.996,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	495.812,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	743.910,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	12.322.344,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	3.804.872,00
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde - 1º Grau	2.459.524,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	5.674.236,00
R\$ 207.681.074,00	



PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

Região de Integração: Tapajós

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

Programas Temáticos	Valor (R\$ 1,00) 2020-2023
PODER: DEFENSORIA PÚBLICA	
O Acesso a Justiça	1.345.601,00
PODER: MINISTÉRIO PÚBLICO	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	62.116.008,00
PODER: PODER JUDICIÁRIO	
Atuação Jurisdicional	9.788.227,00
PODER: PODER LEGISLATIVO	
Controle Externo Municipal	465.711,00
R\$ 73.715.547,00	
Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor (R\$ 1,00) 2020 - 2023
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	51.591.101,00
R\$ 51.591.101,00	
TOTAL GERAL: R\$ 125.306.648,00	

Região de Integração: Tapajós R\$ 125.306.648,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Jurisdicional	R\$ 9.788.227,00
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Objetivo

Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica

Compromisso Regional

Prover a Acessibilidade de 1 Unidade Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário - 1º Grau	Obra Realizada	Un	TJE-FRJ
Aparelhamento das Unidades Judiciais - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Aprimorar a Gestão Judiciária

Compromisso Regional

Instalação de 1 Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação do Quadro Funcional de Servidores - 1º Grau	Servidor Nomeado	Un	TJE
Implantação do Processo Judicial Eletrônico	Unidade Judiciária Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação das Ações da Corregedoria das Comarcas da RMB e Interior	Correição Realizada	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações para Resolução de Conflitos	Acordo Homologado	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Promover a Governança Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Fiscalização das Receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRU)	Fiscalização Realizada	Un	TJE-FRJ
Fortalecimento da Gestão das Unidades Administrativas e Judiciais	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Legislativa

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	
Sociedade de Direitos	
Trabalho com Responsabilidade	

Objetivo

Exercer a Representação da Sociedade na Elaboração das Leis Estaduais e na Avaliação de Políticas Públicas

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Controle Externo Municipal R\$ 465.711,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	

Objetivo

Fortalecer a Gestão Estratégica

Compromisso Regional

70% das Ações de Publicidade Efetivadas

70% dos Jurisdicionados Capacitados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM

Objetivo

Otimizar as Atividades de Controle Externo

Compromisso Regional

70% dos Municípios Fiscalizados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização e Modernização das Ações de Controle Externo Municipais	Unidade Fiscalizada	Un	TCM

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos **R\$ 62.116.008,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2021
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	2,27	12/2018	SIAMP	2020 2,38	2021 2,50
					2022 2,63	2023 2,78
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	11,89	12/2018	SIAMP	2020 11,90	2021 11,91
					2022 11,93	2023 11,94
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	97,23	12/2018	SIAMP	2020 97,32	2021 97,42
					2022 97,52	2023 97,62

Objetivo
Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP

Objetivo
Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

Compromisso Regional
Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	Processo Movimentado	Un	MP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: O Acesso a Justiça **R\$ 1.345.601,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2021
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	23.239	12/2018	DEFENSORIA PÚBLICA	2020 24.401	2021 26.453
					2022 22.204	2023 23.315

Objetivo
Promover o Acesso a Justiça

Compromisso Regional
Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: Tapajós

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	Valor (R\$ 1.00)
Objetivo: Implementar ações de gestão administrativa	(R\$ 1.00)
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	10.611.868,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	35.423.118,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	104.382,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	156.614,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	3.312.458,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	1.022.816,00
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde - 1º Grau	660.672,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	2.267.756,00
TOTAL GERAL:	R\$ 53.659.684,00



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN

PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

Região de Integração: Tocantins

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

Programas Temáticos	Valor (R\$ 1.00) 2020-2023
PODER: DEFENSORIA PÚBLICA	
O Acesso a Justiça	1.637.752,00
PODER: MINISTÉRIO PÚBLICO	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	125.210.627,00
PODER: PODER JUDICIÁRIO	
Atuação Jurisdicional	31.874.226,00
PODER: PODER LEGISLATIVO	
Controle Externo Municipal	597.996,00
TOTAL GERAL:	R\$ 159.320.601,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor (R\$ 1.00) 2020-2023
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	189.004.896,00
TOTAL GERAL:	R\$ 189.004.896,00

TOTAL GERAL: R\$ 348.325.497,00

Região de Integração: Tocantins

R\$ 348.325.497,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Jurisdicional **R\$ 31.874.226,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Objetivo
Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário - 1º Grau	Obra Realizada	Un	TJE-FRJ
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Objetivo
Aprimorar a Gestão Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação do Quadro Funcional de Servidores - 1º Grau	Servidor Nomeado	Un	TJE

Implantação do Processo Judicial Eletrônico	Unidade Judiciária Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação das Ações da Corregedoria das Comarcas da RMB e Interior	Correição Realizada	Un	TJE-FRJ
Operacionalização das Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente	Evento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações para Resolução de Conflitos	Azardo Homologado	Un	TJE-FRJ

Objetivo			
Promover a Governança Judiciária			

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Fiscalização das Receitas do Fundo de Reparelhamento do Judiciário (FRJ)	Fiscalização Realizada	Un	TJE-FRJ
Fortalecimento da Gestão das Unidades Administrativas e Judiciais	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Atuação Legislativa**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos Trabalho com Responsabilidade	

Objetivo	
Exercer a Representação da Sociedade na Elaboração das Leis Estaduais e na Avaliação de Políticas Públicas	

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Controle Externo Municipal** R\$ 597.996,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	

Objetivo	
Fortalecer a Gestão Estratégica	

Compromisso Regional

70% das Ações de Publicidade Efetivadas
70% dos Jurisdicionados Capacitados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM

Objetivo	
Otimizar as Atividades de Controle Externo	

Compromisso Regional

70% dos Municípios Fiscalizados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
------	---------	----------------	----------------

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos** R\$ 125.210.627,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2021
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	2,82	12/2018	SIAMP	2,96	3,11
					2022	3,26
					2023	3,43
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	17,71	12/2018	SIAMP	17,73	17,75
					2021	17,76
					2022	17,76
					2023	17,78

Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	98,55	12/2018	SIAMP	2020	99,61
					2021	99,71
					2022	99,81
					2023	99,91

Objetivo			
Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional			

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP

Objetivo	
Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão	

Compromisso Regional

Atuar na Prevenção de Riscos e na Responsabilização de Impactos no Meio Ambiente
Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	Processo Movimentado	Un	MP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **O Acesso à Justiça** R\$ 1.637.752,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados
		Índice	Ano	Fonte	
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	24.122	12/2018	DEFENSORIA PÚBLICA	2020 24.122
					2021 24.533
					2022 29.501
					2023 20.836

Objetivo			
Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional			

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento das Unidades da Defensoria Pública	Unidade Atendida	Un	Defensoria Pública

Objetivo	
Promover o Acesso à Justiça	

Compromisso Regional

Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: Tocantins

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	Valor (R\$)
Objetivo: Implementar ações de gestão administrativa	(R\$1,00)
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	42.447.478,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	128.231.684,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	417.526,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	626.450,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	11.991.096,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	3.702.590,00
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde - 1º Grau	2.392.302,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	6.434.792,00
Total	R\$ 196.243.918,00

Compromisso Regional

Atuar na Prevenção de Riscos e na Responsabilização de Impactos no Meio Ambiente
 Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	Processo Movimentado	Un	MP

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: **O Acesso a Justiça** R\$ 2.471.705,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte	2020	2021
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	31.914	12/2018	DEFENSORIA PÚBLICA	2020	33.510
					2021	36.579
					2022	41.165
					2023	3.3063

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento das Unidades da Defensoria Pública	Unidade Atendida	Un	Defensoria Pública

Objetivo

Promover o Acesso a Justiça

Compromisso Regional

Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: **Xingu**

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	
Objetivo: Implementar ações de gestão administrativa	(R\$1,00)
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	29.182.642,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	88.557.792,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	287.050,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	430.686,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	8.389.960,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	2.630.690,00
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde - 1º Grau	1.670.404,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	7.520.596,00
	R\$ 138.669.820,00



ROMANCEIRO DA CABANAGEM
 POESIA - JOSÉ ILDONE
 2015
 180 Anos da Cabanagem

Edições

4009-7817